

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA EM
EDITORIAIS DE JORNAIS PERNAMBUCANOS: DA
FORMA AO SENTIDO**

Valéria Severina Gomes

**Recife
Fevereiro de 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA EM EDITORIAIS DE
JORNAIS PERNAMBUCANOS: DA FORMA AO SENTIDO**

Valéria Severina Gomes

Tese apresentada ao **Curso de Doutorado em
Linguística da Universidade Federal de
Pernambuco**, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Linguística.
Orientador: Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa

**Recife
Fevereiro de 2007**

Gomes, Valéria Severina

**Traços de mudanças e de permanência em editoriais
de jornais pernambucanos: da forma ao sentido / Valéria
Severina Gomes. – Recife: O Autor, 2007.**

313 folhas : il., fig., quadros.

**Tese (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CAC. Letras, 2007.**

Inclui bibliografia e anexos.

**1. Lingüística. 2. História. 3. Língua. 4.Tradição
discursiva. I. Título.**

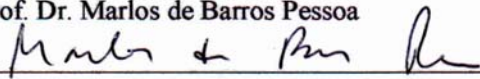
**801
410**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
CAC2007-12**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa (UFPE)



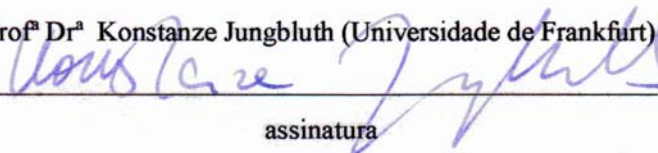
assinatura (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Abuêndia Padilha Pinto (UFPE)



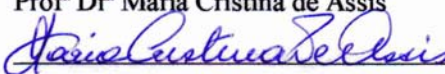
assinatura

Prof.^a Dr.^a Konstanze Jungbluth (Universidade de Frankfurt)



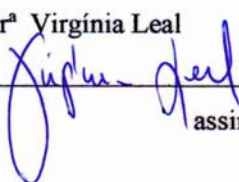
assinatura

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina de Assis (UFPB)



assinatura

Prof.^a Dr.^a Virginia Leal (UFPE)



assinatura

AGRADECIMENTOS

À Força Cósmica que movimenta tudo que é natural e vivo para a unidade e para a expansão.

À minha avó, Josefa, à minha mãe, Severina, à minha irmã, Neinha, à minha sobrinha, Camilinha, ao meu cunhado, Carlos, e demais familiares, a minha profunda gratidão pela contribuição que cada um, por pensamentos, palavras ou ações, pôde dar a este trabalho e à minha existência.

Aos meus amigos que compartilham comigo os aprendizados pessoais e profissionais, dentre eles: Marinho, Antônio, Gisele, Dora, Maria Antônia Verônica, Vilma, Vera, Mano, Elcy, Clébio, Rone, Normanda, Ana Cristina, Heraldo, Sílvia, Ana José, Alba, Sandra, Mari, Piedade, Romilson, Maciel, Tina, Tarcísia, Ivo, entre outros.

Às companheiras Vicentina, Ana Regina e Dorilma, pela disponibilidade de fazer uma leitura crítica do trabalho e de fazer os resumos em língua inglesa e espanhola, respectivamente.

Ao Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa, pelo incentivo na elaboração do anteprojeto e pelos momentos de orientação que nortearam esta pesquisa e que me revelaram mais que um mestre, um amigo.

Às Professoras Doutoras Abuêndia Padilha e Virgínia Leal, pela competência e dedicação com que fizeram a primeira avaliação deste trabalho no Exame de Qualificação.

À Prof^a Dr^a Konstanze Jungbluth, pelas valiosas discussões na fase inicial da pesquisa e pelos contatos estabelecidos com outros pesquisadores que desenvolvem trabalhos semelhantes.

Aos funcionários do Setor de Microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, César, Marcone, José Mário e outros, pelo profissionalismo e gentileza com que me acompanharam durante a coleta de dados.

À Coordenação, Professores, Funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, pela participação de todos nesta etapa da minha formação acadêmica.

RESUMO

O escasso conhecimento sobre a origem da maioria das tradições discursivas motivou o interesse pelo estudo histórico do editorial em Pernambuco. Nesse sentido, esta pesquisa, com o propósito de integrar áreas afins do conhecimento, centra-se em quatro esforços básicos: retratar as configurações históricas, sociais e culturais da imprensa, do seu início à atualidade; acompanhar as práticas, tendências e estratégias da comunicação impressa; reconstituir a constelação de textos na qual o editorial está inserido e descrever os traços de mudança e de permanência em termos lingüísticos e extralingüísticos na composição do editorial, estabelecendo, assim, a relação entre a historicidade da língua e do texto. Para isso, esta abordagem baseou-se na Teoria da Comunicação, especificamente no que diz respeito à história da imprensa e da prática do jornalismo impresso; na Teoria dos Gêneros, com ênfase na Nova Retórica; e na Filologia Pragmática alemã, que, integrada à sócio-história do português brasileiro, associa a história da língua à história das tradições discursivas e à história da sociedade. O *corpus* é constituído de 100 editoriais: 80 do século XIX, 10 do século XX e 10 do século XXI, e foi submetido a uma análise descritiva e interpretativa, pautada nas dimensões estrutural e lingüístico-discursiva do texto. As reflexões que emergiram desta pesquisa implicam abordagens menos classificatórias e mais processuais dos textos; ampliação das discussões acerca dos usos do português brasileiro no século XIX; e estudos interdisciplinares que busquem a compreensão e a orientação das práticas sociais que envolvem a competência comunicativa dos sujeitos.

Palavras-chave: história, língua e tradição discursiva.

ABSTRACT

The interest in a historical study of newspaper editorials in Pernambuco was motivated by the lack of shared information and understanding about the origins of the most discursive traditions. Thus, with the main purpose of integrating some related areas of knowledge, the present investigation focuses on four basic efforts: to design the historical, social and cultural configurations of the Press, from its beginnings until the current days; to follow the practices, trends and strategies of press communication; to rebuild the constellation of texts of which the newspaper editorial is part; and to describe traces of linguistic and extralinguistic changes, as well as permanence, in the composition of the newspaper editorial, thus establishing a relationship between the historical aspects of the language and the text. This approach was based on the Theory of Communication, to the extent that it is more specifically concerned to the history of the press and the practice of print journalism; the Theory of Genres, using insights drawn from the New Rhetoric; the German Pragmatic and Philology, which - integrated to the socio-history of the Brazilian Portuguese - associates the history of the language to the one of discursive traditions and society. The *corpus* is comprised of 100 editorials, including 80 editorials from the 19th century, 10 from the 20th century and 10 from the 21st century, which were subjected to a descriptive and interpretative analysis based on the structural and linguistic-discursive dimensions of the text. The reflections which emerged from this research points to less classificatory and more processual approaches to the text; broader discussions of the use of Brazilian Portuguese in the 19th century; and, finally, to interdisciplinary studies with emphasis on the comprehension and orientation towards social practices which involve the communicative competency of the individuals.

Key-words: history; language; discursive tradition.

RESUMEN

El escaso conocimiento sobre el origen de la mayoría de las tradiciones discursivas ha motivado el interés por el estudio histórico del editorial en Pernambuco. En este sentido, esta investigación, con el propósito de integrar áreas afines de conocimiento, se centra en cuatro esfuerzos básicos: retratar las configuraciones históricas, sociales y culturales de la prensa, desde su comienzo hasta la actualidad; acompañar las prácticas, tendencias y estrategias de la comunicación impresa; reconstituir la constelación de textos en la cual el editorial está inserido; y describir los rasgos de cambio y de permanencia en términos lingüísticos y extra-lingüísticos en la composición del editorial, estableciendo, de esa forma, la relación entre la historicidad de la lengua y del texto. Para eso, el abordaje se ha basado en la Teoría de la Comunicación, específicamente en lo que dice respecto a la historia de la prensa y de la práctica del periodismo impreso; en la teoría de los Géneros, con énfasis en la Nueva Retórica; y en la Filología Pragmática alemana, que, integrada a la socio-historia del portugués brasileño, asocia la historia de la lengua a la historia de las tradiciones discursivas y, a la vez, a la historia de la sociedad. El *corpus* está constituido de 100 editoriales: 80 del siglo XIX, 10 del siglo XX y 10 del siglo XXI, y ha sido sometido a un análisis descriptivo e interpretativo pautado en las dimensiones estructural y lingüístico-discursiva del texto. Las reflexiones que han emergido de esta investigación implican abordajes menos clasificadoras y más del proceso de los textos; la ampliación de las discusiones acerca del uso del portugués brasileño en el siglo XIX; y estudios interdisciplinarios que busquen la comprensión y orientación de las prácticas sociales que involucren la competencia comunicativa de los sujetos.

Palavras-clave: historia, lengua y tradición discursiva.

ÍNDICE DE QUADROS

INTRODUÇÃO – Quadro 1: Notações para transcrição	18
CAPÍTULO 1 – Quadro 1: Opções terminológicas em diferentes perspectivas de análise	38
CAPÍTULO 3 – Quadro 1: Síntese das tendências do jornalismo impresso	91
CAPÍTULO 5 – Quadro 1: A titulação no percurso do editorial.	151
CAPÍTULO 6 – Quadro 1: Ocorrências gráficas nos editoriais do século XIX ..	191

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 2

Figura 1: Os três níveis da língua na perspectiva coseriana	46
Figura 2: A dupla ação do ato comunicativo	47
Figura 3: Os dois eixos da tradição discursiva	48
Figura 4: Esquema da bifurcação da tradição discursiva	49
Figura 5: As quatro zonas visuais	55
Figura 6: A organização retórica de editoriais jornalísticos	56

CAPÍTULO 4

Figura 1: As ramificações da tradição editorialística	119
---	-----

CAPÍTULO 5

Figura 1: A carta de Duarte Coelho	126
Figura 2: O Folheto de Lisboa	127
Figura 3: O Correio Braziliense	128
Figura 4: A Aurora Pernambucana	128
Figura 5: A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco	129
Figura 6: O Diario de Pernambuco n° 1	130
Figura 7: O Diario de Pernambuco n° 148	130
Figura 8: O Diario de pernambuco n° 263	131
Figura 9: O Diario de Pernambuco n° 8	133
Figura 10: O Diario de pernambuco n° 250	134
Figura 11: A organização retórica de editoriais jornalísticos	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 – DA TRADIÇÃO RETÓRICA À TRADIÇÃO DISCURSIVA	21
1.1 A tradição retórica	22
1.2 A nova retórica	28
1.3 A perspectiva sócio-histórica	36
Capítulo 2 – A HISTORICIDADE DA LÍNGUA E DOS TEXTOS	40
2.1 Revendo alguns conceitos	42
2.2 A dimensão estrutural	53
2.3 A dimensão lingüístico-discursiva	58
2.3.1 Aspectos microestruturais	62
2.3.2 Aspectos argumentativos	63
2.3.3 Aspectos da integração do oral ao escrito	67
Capítulo 3 – A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO EDITORIAL JORNALÍSTICO	71
3.1 Contextualização sócio-histórica da imprensa	72
3.2 Tendências, práticas e estratégias do jornalismo impresso	87
Capítulo 4 – A TRADIÇÃO EDITORIALÍSTICA	103
4.1 As classificações	104
4.2 As ramificações	110
Capítulo 5 – TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA NA DIMENSÃO ESTRUTURAL	125
5.1 Diagramação: localização no suporte	125
5.2 Organização retórica	137
5.3 Titulação	146
Capítulo 6 – TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA NA DIMENSÃO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA	158
6.1 Elementos constitutivos da argumentação	158
6.1.1 Ponto de vista discursivo	159
6.1.2 Modalização	161
6.1.3 Adjetivação	162
6.1.4 Citação	164
6.1.5 Pergunta retórica	165
6.1.6 Repetição	166
6.2 Marcas de proximidade comunicativa	169
6.2.1 Simulação de diálogo	170
6.2.2 Referência direta aos interlocutores	171
6.2.3 Pontuação e recursos gráficos convencionais	173
6.2.4 Interjeição	179
6.2.5 Expressões referenciais e lexicais	180

6.3 Traços característicos do português do Brasil	182
6.3.1 Concordância verbal e nominal	183
6.3.2 Emprego dos verbos TER e HAVER	186
6.3.3 Voz passiva	187
6.3.4 Uso do gerúndio	189
6.3.5 Partícula negativa entre o verbo e o clítico	190
6.3.6 Aspectos ortográficos	191
CONSIDERAÇÃO FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
ANEXOS	220

INTRODUÇÃO

Quando produzimos um texto, pretendemos que ele atenda a uma certa função social. Isso quer dizer que cada texto apresenta traços bem peculiares, tanto nas estratégias organizacionais quanto funcionais, para atingir diferentes finalidades comunicativas.

De acordo com as necessidades oriundas das mudanças culturais e sócio-históricas, como, por exemplo, a atual efervescência tecnológica, novos textos vão surgindo e outros passam por adaptações. Desse modo, nesta investigação, dedicamo-nos exatamente ao estudo do percurso histórico do editorial, com o propósito de buscar as primeiras publicações nos jornais pernambucanos do século XIX, reconstituir a constelação de textos na qual o editorial está inserido e identificar as modificações pelas quais esse texto passou, tomando como referência exemplares do século XX e XXI, estabelecendo, assim, a relação entre diacronia e sincronia.

O editorial jornalístico é um texto de comentário, argumentativo e com ampla utilização no contexto escolar. A razão para o uso freqüente desse texto na escola reside no estudo da sua organização argumentativa para o desenvolvimento da competência dissertativa dos alunos. Funcionalmente, na prática jornalística, os editoriais, de certo modo, se destinam a agir sobre os interlocutores e refletem o espaço-tempo em que foram produzidos. Em vista disso, é, no mínimo, curioso percorrer o curso deste gênero textual¹ ao longo da história.

Na perspectiva dos estudos diacrônicos, muitas pesquisas, com diferentes direcionamentos, têm ganhado notoriedade. Os temas variam de sintaxe diacrônica a história social do português brasileiro. Neste contexto também estão inseridas as pesquisas que investigam a história das tradições discursivas. O tema proposto para este estudo está vinculado à linha de pesquisa Aspectos Estruturais e Sociais da História das Línguas, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, que estuda os diferentes tipos/gêneros de texto através da história. Esta investigação está integrada ao Núcleo de Estudos Históricos de Manuscritos e Impressos (NEHMI), cujas pesquisas desenvolvidas, a exemplo das Cartas Oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX, estudo feito por Fonseca, M. (2005a), fazem parte do Projeto História do Português Brasileiro, na

¹ Em correlação ao termo **gênero textual** utilizado por Marcuschi (2002); ao termo **gênero discursivo** adotado por Bakhtin (1992a) e Maingueneau (2001), optamos pelo uso predominante do termo **tradição discursiva** (KABATEK, 2003), consolidado na última década de 90, por estudiosos da filologia pragmática alemã. Nesta perspectiva, quando um gênero é tomado para a investigação histórica de uma língua, se está investigando também a história desse gênero. Esta adoção terminológica encontra-se explicitada no Capítulo 2 deste trabalho.

área temática de Corpora diacrônicos: tradições discursivas entre oralidade e escrita e tipologia textual.

Sem dúvida, uma das discussões atuais mais intensas no Brasil está centrada nas pesquisas acerca dos gêneros textuais. Sendo assim, muitos trabalhos, sob diferentes perspectivas, tentam dar conta dos novos gêneros, das práticas discursivas que se transformam ao longo do tempo. Trabalhos como os de Pessoa (2002a e 2002b), que abordam respectivamente a origem de algumas tradições discursivas a partir da carta e a história do jornal, têm mostrado nitidamente a importância dos estudos diacrônicos dos textos para os estudos histórico-sociais da linguagem.

São evidentes as inúmeras contribuições dos pesquisadores nesse sentido, mas ainda há muito a ser feito. Sabe-se muito pouco acerca da história das tradições discursivas. Dessa forma, é bastante estimulante para qualquer pesquisador colaborar com uma área de pesquisa tão promissora. Nesse sentido, como objetivo geral, propomos traçar o percurso histórico do editorial jornalístico em Pernambuco, a fim de identificar as mudanças e permanências ocorridas no Português brasileiro e nesta tradição discursiva no contexto do século XIX.

Como objetivos específicos, pretendemos ampliar o acervo documental dos registros do português escrito e impresso no Brasil, a partir do levantamento de editoriais de jornais pernambucanos do século XIX; analisar e descrever os editoriais jornalísticos do ponto de vista estrutural e lingüístico-discursivo; verificar as tendências para a mudança ou para a permanência nas duas dimensões consideradas.

Tomamos como ponto de partida as seguintes suposições:

- os editoriais hoje em circulação sofreram transformações lingüísticas, organizacionais e funcionais, de acordo com as necessidades da sociedade, o que gerou modificações em sua constituição, mas manteve a finalidade comunicativa;
- considerando que uma denominação específica é um fator de reconhecimento dos gêneros (SWALES, 1990), supomos que, nos primórdios da imprensa, antes mesmo de possuir uma nomeação fixa, os editoriais circulavam plenamente nos jornais da época e preservaram a identidade que reconhecemos nos periódicos da atualidade;
- na correlação entre a historicidade da língua e do editorial há itens que apresentam maior tendência para a mudança e outros para a permanência, o que pode revelar quais são os traços essenciais para a identificação dos textos ao longo do seu curso histórico.

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu inicialmente do desejo de desenvolver um trabalho que pudesse integrar áreas afins do conhecimento e abrir um novo campo de investigação em parceria com os colegas professores e os alunos. O nosso contato

com discentes de Graduação dos cursos de Sociologia e de História, nas aulas de Português, estimula ainda mais a aproximação da Lingüística com essas Ciências Humanas.

Em vista disso, consideramos que as abordagens dos gêneros textuais como fatos sociais, culturais e históricos (BAZERMAN, 2003) possibilitam encontros interdisciplinares de áreas afins do conhecimento como: psicologia, sociologia, antropologia, jornalismo, história e lingüística, na medida em que são tomados como *corpus* para uma análise ou como fontes documentais para muitos estudos.

A colaboração entre disciplinas similares oferece subsídios fundamentais para as tarefas de outras ciências (MELO, J. 1998). É o caso do jornalismo como atividade de comunicação coletiva e da Lingüística como o estudo da linguagem na execução dessas atividades. Desse modo, todos os que fazem, pensam e ensinam a comunicação têm interesse pelas questões a ela relacionadas.

Antes mesmo de a ciência da informação fazer parte das ciências sociais aplicadas, disciplinas como Lingüística, entre outras, já desenvolviam reflexões teóricas e observações empíricas acerca das ações comunicativas (MELO, J. 2001). Nesse sentido, há três tipos de esforços neste trabalho de pesquisa e reflexão. O primeiro consiste em retratar as configurações históricas, sociais e culturais que contribuíram para as transformações da imprensa do seu início aos nossos dias. O segundo diz respeito ao acompanhamento das práticas, tendências e estratégias da comunicação pelas vias do jornalismo impresso. O último procura descrever os traços de mudança e de permanência em termos lingüísticos e extralingüísticos na composição do editorial.

Portanto, procuramos estabelecer, nesta pesquisa, uma interação entre a História, o Jornalismo e a Lingüística, numa abordagem filológica do editorial e da linguagem que o constitui, motivados pelo nosso escasso conhecimento acerca da origem da maioria das tradições discursivas que circulam na sociedade.

Há também outras razões de caráter teórico-científico que justificam este trabalho, a saber:

- 1) **O aspecto histórico:** uma vez que pesquisas anteriores apresentam o discurso jornalístico como originário da carta (RIZZINI, 1968; PESSOA, 2002a), o conhecimento específico da origem e das transformações pelas quais passou o editorial será útil para a compreensão dos processos e das etapas de configuração deste texto ao longo do tempo. Além disso, há a necessidade constante de ampliação dos testemunhos documentais do passado do português escrito no Brasil ao longo dos séculos passados, a fim de acompanhar e ampliar o quadro descritivo

das mudanças lingüísticas. Nesta pesquisa, o enfoque maior recai sobre o século XIX.

- 2) **O aspecto analítico:** consideramos que a proposta analítica que seguimos (OESTERREICHER, 2002; KABATEK, 2003; PESSOA, 2003; JUNGBLUTH, 2005a) oferece uma abordagem mais dinâmica para os estudos diacrônicos da língua e dos textos, pois ultrapassa os estudos filológicos restritos ao código e aos tratamentos estáticos dos textos. Nessas novas abordagens há uma integração da história das tradições discursivas com a história da língua, como um processo contínuo, com todas as nuances das práticas sociais.
- 3) **O aspecto sociocomunicativo:** tomamos este tópico como ponto de contato entre as ocorrências lingüísticas e as repercussões extralingüísticas e vice-versa, pois numa reflexão sócio-histórica da linguagem é inevitável que se leve em conta a situação comunicativa e a relação que se estabelece entre os interlocutores, explicitadas nas páginas dos jornais.

Em consonância com o quadro teórico no qual nos baseamos e com a análise que pretendemos fazer, compreendemos que os sentidos são frutos da interação (MARCUSCHI, 2004c). Esta concepção de língua/linguagem como processo interacional converge para o entendimento de que a construção do sentido está sujeita a um conjunto de semiologias, sejam elas verbais: formas da língua organizadas em enunciados; ou não-verbais: estrutura visual do gênero e os elementos paratextuais- títulos, subtítulos, autor, gênero, suporte, tamanho e formato da letra e os elementos tipográficos, na escrita (CUNHA, 2002).

Além da concepção de língua/linguagem, a concepção de gêneros que adotamos da filologia pragmática alemã tem como propósito descrever as características formais e funcionais dos textos, considerando o contexto social e histórico. Nesse caso, a recorrência das tradições discursivas é explicada pelo fato de elas estarem contidas no acervo da memória cultural de uma comunidade (KABATEK, 2003). Desse modo, *“a idéia de cultura, portanto, é complexa, plural, envolvendo práticas sociais localizadas que podem ser definidas pelos objetivos daquela atividade humana que está se desenrolando em um dado contexto, mediada pela linguagem.”* (MOTTA-ROTH, 2005:186). Levando em conta essa consideração, optamos por uma concepção de cultura em sentido sociológico, de acordo com Melo, G. (1974:20):

O patrimônio social transmite-se, de uma geração para outra, ao longo do tempo, com perdas e conquistas novas, com empobrecimento e com enriquecimento. Aí está o sentido sociológico de cultura, que traz como conotação necessária a tradição, o tempo, a história. Cultura, assim entendida, é, pois, um produto histórico social. E, por isso, não se pode entendê-la, compreendê-la, sem o passado. Cada estado cultural é um estágio, é um momento cultural, que emerge de um passado em que funda raízes, e se projecta para o futuro, braceja ramos e estende folhas.

É no conjunto das tradições culturais, propagadas continuamente, que se multiplicam de uma época a outra as práticas discursivas. No que diz respeito à questão histórica, Schmidt-Riese (2002b:179) comenta que:

A idéia da história, a percepção do tempo como uma extensão que sustenta processos, implica, para cada momento da cronologia considerada, a co-presença de fatos de continuidade e de ruptura. É o observador que vai privilegiar uns aspectos mais que outros, constatando continuidade para determinado período e ruptura para outro momento, mais ou menos extenso. Nesse sentido, o propósito de periodizar, de recortar períodos que organizam o processo histórico contínuo, está situado no nível da descrição e não no nível do objeto.

Assim, uma análise comparativa de um mesmo texto em diferentes épocas permitirá observar o que houve de continuidade e de ruptura das versões iniciais às atuais. Esse olhar sobre a periodização é ampliado por autores como Schlieben-Lange (1989, 1994 e 2000 apud SCHMIDT-RIESE, 2002b), na medida em que chama a atenção para o fato de que não somente os que observam em retrospectiva procedem a periodização, mas também os sujeitos do processo histórico que definem suas próprias atividades, seja continuando ou rompendo com os padrões.

Dentre os pesquisadores que já observaram e estudaram retrospectivamente textos do jornalismo impresso estão: Nascimento, L. (1966), Sodré (1999b), Nascimento, R. (2001), Pessoa (1997, 2001, 2002 a e 2002 b), entre outros. Em Pessoa (2002 a), a discussão central é a história da tradição discursiva carta. O estudo a respeito da carta é muito curioso em virtude da sua multi-utilidade, funcionando, inclusive, como “berço” de vários outros gêneros, como descreve Rizzini (1968: 9):

As cartas ocupavam então o lugar dos jornais e prestavam os mesmos serviços. Passavam de mão em mão quando continham novidade de interesse. Liam-se, comentavam-se, transcreviam-se (sic) em que os grandes personagens expunham seus pontos de vista. Era por meio delas que, atacado, defendia-se o político diante das pessoas cuja estima desejava conservar; emudecido o Fórum, como no período de César, era por meio delas que se procurava formar num público restrito uma espécie de opinião geral (20). Certas cartas afixavam-se nas praças ou corriam em cópias distribuídas pelos destinatários, tornando-se assim públicas.

As cartas faziam o papel do jornal, e o caráter combativo e opinativo dessas missivas guarda o gérmen do papel que assumiria depois o panfleto e, em seguida, o editorial, cujo propósito é a formação da opinião pública. As cartas realmente serviram como ponto de partida para outros gêneros textuais e este parece ser o processo natural, como comenta Todorov (1980: 11):

De onde vêm os gêneros? Pois bem, simplesmente de outros gêneros. Um novo gênero é sempre uma transformação de um ou vários gêneros antigos: por inversão, por deslocamento, por combinação... Nunca houve literatura sem gêneros; é um sistema em contínua transformação e a questão das origens não pode abandonar, historicamente, o terreno dos próprios gêneros: no tempo, não há nada de “anterior” aos gêneros. Saussure não dizia que: “O problema da origem da linguagem não é outro senão o de suas transformações?”

Nesse mesmo sentido, Marcuschi (2002) comenta que os novos gêneros não são inovações absolutas, sem uma ancoragem em outros gêneros já existentes. Do mesmo modo Bakhtin (1992a) fala na transmutação dos gêneros e na assimilação de um gênero por outros, gerando novos textos.

Considerando essa dinamicidade dos textos e as multidimensões de análise, orientamo-nos pelas seguintes etapas metodológicas:

- a) **Aprofundamento teórico:** nesta etapa foi montada a base teórica, na qual nos respaldamos em termos dos conhecimentos básicos acerca do assunto, dos conceitos essenciais para as reflexões aqui sugeridas e da perspectiva analítica que adotamos. Constituem este aparato teórico um pouco da história da imprensa e da prática jornalística (AMARAL, 1997; BELTRÃO, 1976; MELO, J., 1994; MOULLAUD, 2002; NASCIMENTO, L., 1962; RIZZINI, 1968; SODRÉ, 1999b); alguns postulados da Teoria dos Gêneros, quer sejam textuais, retóricos ou discursivos (BAKHTIN, 1992a-b; BAZERMAN, 2005; MAINGUENEAU, 2001; MARCUSCHI, 2005; MILLER, 1984; REBOUL, 2000; SWALES, 1990); os fundamentos básicos para uma sócio-história do português brasileiro (ALKMIM, T. 2002; CASTILHO, 1998; HOUAISS, 1991; MATTOS E SILVA, 2001, 2004; PESSOA, 2003) e a visão integrada da filologia pragmática alemã, que associa inevitavelmente a história da língua à história das tradições discursivas e à história da sociedade (SCHILIEBEN-LANGE, 1993; EBERENZ, 2001; JUNGBLUTH, 2005a-b; KABATEK, 2001; KAISER, 2004; OESTERREICHER, 2002; SCHMIDT-RIESE, 2002a-b-c).

- b) **A escolha do *corpus* para análise:** os textos que constituem o *corpus* desta pesquisa são editoriais jornalísticos. A coleta tomou como referência versões atuais em circulação para auxiliarem na identificação dos textos que correspondessem às versões originárias dos editoriais oitocentistas. Assim, a coleta seguiu um curso retrospectivo. São 100 textos: 80 do século XIX, por ser o início da imprensa no Brasil e corresponder ao recorte temporal para a concentração da análise; 10 do século XX; e 10 do século XXI, exemplares utilizados como referência para a percepção das mudanças e permanências. Os textos pertencem a jornais pernambucanos diversos: *Diario de Pernambuco*, *A Carranca*, *O Paiz*, *O Progressista*, *A Provincia*, *Jornal do Recife*, *A Quotidiana Fidedigna*, *O Capibaribe*, *O Argos Pernambucano* e *O Liberal*. Uma das razões pelas quais este gênero foi escolhido é o interesse pessoal pelo estudo e utilização do texto escrito de comentário na sala de aula e o pouco conhecimento de sua origem. Outro motivo é o caráter funcional dos editoriais, destinados a agir sobre os interlocutores e, por, de certo modo, estarem fixos no contexto espaço-temporal em que são produzidos (BRONCKART et al., 1985), conservando os registros dessas circunstâncias. Além desses fatores, o editorial é um dos gêneros primordiais do jornalismo impresso. Sua circulação, ainda em fase germinal, já ocorria nos panfletos e nas cartas que antecederam o jornal.
- c) **Tratamento do *corpus*:** a coleta dos textos foi realizada no setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco. Os textos foram fotografados, transcritos e digitados, conforme estão dispostos nos anexos. A disposição dos textos seguiu uma ordem cronológica crescente. A referência dos editoriais no interior do trabalho segue a numeração dos textos na ordem em que aparecem nos anexos (texto 1; texto 2 ... texto 100). Apesar de não ter sido mantido o layout de todos os editoriais do *corpus*, no capítulo 5 encontram-se alguns exemplares na versão original. Na transcrição procuramos conservar a originalidade dos textos e seguimos as notações de ordem filológica para a transcrição organizadas por Guedes & Berlinck (2000:12).

Quadro 1: Notações para transcrição

[]	indica a ausência de uma letra/sílaba na palavra ou de uma palavra dentro de um enunciado. Ex.: a[c]eita-se pedidos; para poder continuar [] vender; para o verão e arti[]s de modas.
[[]]	indica que a letra/sílaba/palavra estão repetidas. Ex.: drigi[[gi]]ram; dinheiro [[a dinheiro]].
[ilegível], [furo] [corroído], [espaço]	indica que uma dessas situações aconteceu no texto transcrito. Ex.: assim ao modo de [ilegível] que há tempos; faz [furo] sciente ao Público; vende-se huma propriedade [corroído] de tres andares; de profiçãõ agrônomo. [espaço] com boas referências.
	na maioria dos casos, a barra simples indica mudança de linha.
	indica mudança de parágrafo.
<i>Itálico</i>	indica desenvolvimento de abreviaturas. Ex.: <i>Senhor, réis, número, Excelentíssimo, Nossa Senhora, ReVerendíssimma.</i>

d) **Análise dos dados:** o passo seguinte à organização do *corpus* e última etapa sistemática é a análise descritiva e interpretativa dos dados. O tipo de análise que pretendemos fazer assemelha-se ao de Braga² (2002:321), quando afirma que “*as abordagens formais e sociológicas integradas podem favorecer uma leitura mais aguda que qualquer delas isoladamente.*” Com o intuito de ampliar um pouco mais essa visão integrada que Braga (2002) sugere em sua pesquisa, inserimos na nossa análise a abordagem lingüística também. Desse modo, adotamos, conforme Barton (2002:23 apud MOTTA-ROTH, 2005:190), “*princípios analíticos mais gerais construídos a partir da observação de uma série de elementos em textos específicos.*” No nosso estudo, portanto, elegemos o editorial jornalístico para que elementos estruturais e lingüístico-discursivos fossem descritos e interpretados em termos de mudança e permanência no percurso desta tradição discursiva, cuja periodização enfatiza o século XIX, por se tratar do início da imprensa no Brasil.

Assim, desenvolvemos este estudo em seis capítulos que descrevemos a seguir.

² José Luiz Braga, em sua tese de doutoramento, pesquisou o semanário O Pasquim em seus treze primeiros anos de existência (1969-1982).

O primeiro capítulo está dedicado à fundamentação teórica, na qual optamos por integrar bases teóricas que sugerem diversas possibilidades de análise, mas que apresentam em comum concepções sociais, históricas e culturais da língua e dos gêneros. Iniciamos com uma retomada da tradição retórica clássica, a fim de acompanharmos os estudos acerca dos gêneros da Antiguidade às tendências contemporâneas, para que, a partir desse panorama, pudéssemos situar a nossa perspectiva teórica em relação às demais teorias mencionadas. Na tradição retórica, os estudos restringiam-se ao domínio da literatura e da retórica. Algumas dessas concepções que tiveram origem na Antiguidade se estenderam até hoje.

No século XX, a abordagem retórica dos gêneros foi ampliada, na medida em que eles passaram a ser concebidos como processos sócio-historicamente constituídos. Dessas reflexões abstraímos conceitos como a historicidade dos gêneros (BAZERMAN, 2003); a noção de recorrência (MILLER, 1984); a organização interna dos gêneros por meio de estratégias retóricas (SWALES, 1990). Nesse contexto, sem dúvida, o caráter histórico e social da linguagem e dos gêneros ganhou notoriedade com as proposições de Bakhtin (1992a e b), das quais têm relevo para o nosso trabalho, entre outras idéias, a heterogeneidade e a dinamicidade dos gêneros. Este capítulo funciona como uma ponte entre as abordagens teóricas de utilização mais ampla no Brasil e a perspectiva das tradições discursivas, que vem sendo propagada mais recentemente.

As contribuições da filologia pragmática alemã, da qual extraímos o termo tradição discursiva (OESTERREICHER, 2002; KABATEK, 2003), as noções de recontextualização e autonomização (OESTERREICHER, 2002) e diversas possibilidades de análise que envolvem a história da língua e das tradições discursivas são o assunto do segundo capítulo. Dessas possibilidades, limitamos o nosso campo de estudo à investigação dos editoriais, em diferentes períodos do século XIX, tomando como referência alguns exemplares dos séculos XX e XXI, sob dois pontos de vista: o estrutural e o lingüístico-discursivo.

No terceiro capítulo, procuramos recuperar a performance do editorial no tempo e no espaço, tendo em vista, de acordo com as condições de êxito de Maingueneau (2001), que todo gênero do discurso implica um certo lugar e um certo momento. Em vista disso, consideramos necessário retratar sucintamente um pouco da história da imprensa, como também achamos pertinente atentar para as modificações em termos de tendências, práticas e estratégias do jornalismo ao longo do tempo.

Essa recontextualização da tradição editorialística, que se estende até o quarto capítulo, consiste na descrição individual do texto e possibilita a visualização do editorial do seu campo de origem, com todas as variáveis encontradas em seu percurso, até as versões

atuais; a recontextualização serve também como pano de fundo para as análises dos capítulos seguintes.

No capítulo cinco, fizemos uma descrição estrutural dos editoriais pernambucanos, em diferentes períodos do recorte temporal que estabelecemos. Para tanto, levamos em consideração: a diagramação; localização no suporte material; a organização retórica e a titulação.

No capítulo seis, propomos uma interpretação da organização textual no nível lingüístico-discursivo. Segundo Pessoa (2003), o século XIX carece de estudos que vinculem a constituição étnico-social e lingüística naquele período. Portanto, neste ponto, centramo-nos na constituição lingüística do Português brasileiro do século XIX, tendo por base a composição do editorial em diversos períodos do seu percurso.

Por fim, em nossas considerações finais, sintetizamos a história do editorial, de sua origem epistolar às versões atuais; retomamos as questões proeminentes acerca das continuidades e rupturas (KABATEK, 2003) no percurso do editorial; verificamos se houve confirmação ou não das nossas hipóteses iniciais e projetamos para futuras pesquisas o que não foi possível dar conta neste trabalho. De um modo geral, esperamos que cada um desses capítulos evidencie o nosso intento maior, que é contribuir, dentro das nossas limitações, para as reflexões acerca da história da língua e das tradições discursivas.

CAPÍTULO 1

DA TRADIÇÃO RETÓRICA À TRADIÇÃO DISCURSIVA

Abordar o editorial jornalístico no âmbito das tradições discursivas é delinear uma perspectiva de trabalho que engloba e vincula a historicidade do texto e a historicidade da língua. Esta relação entre língua e texto condiz com o pensamento de Mira Mateus et. al. (1983:185), quando comentam que:

a comunicação verbal não se faz através de palavras isoladas, desligadas umas das outras e do contexto em que são produzidas. De fato, as manifestações naturais da linguagem humana são configurações de uma qualquer língua natural, dotadas de sentido, e visando um dado objetivo comunicativo. A tais configurações chamamos TEXTO ou DISCURSO³ (destaque das autoras).

Desse modo, partimos do pressuposto de que a língua se manifesta nos textos e ambos se manifestam nas práticas sociais. Nesse caso, os traços de mudança e de permanência observados na trajetória de um texto apontam para os traços de mudança e de permanência no funcionamento da língua. Nessa via de mão dupla, Pessoa (2002a:197) chama a atenção para *“a importância da história das línguas como história dos textos, para possibilitar uma visão diferente e mais dinâmica do que predomina atualmente”*.

Em consonância com essa idéia, é preciso salientar sempre que essas transformações ultrapassam os elementos puramente lingüísticos e são condicionadas pelo contexto externo. Como afirma Pessoa (2002b:7), *“não se pode atribuir unicamente a sua (língua) manifestação lingüística absoluta. Há um contexto histórico favorável, que pode ser social, tecnológico e cultural”*.

Essa é uma noção que embasa muitas análises de gêneros textuais, inclusive a análise diacrônica que estamos pretendendo fazer. No entanto, há diferentes abordagens dos gêneros textuais que passam por tendências das mais estruturalistas às mais interacionistas; das mais formais às mais funcionais; das mais classificatórias às mais processuais; das mais teóricas e descritivas às mais didático-pedagógicas; das sincrônicas às diacrônicas e com diversas

³ Apesar de reconhecer as diferentes acepções que os termos texto e discurso recebem em diferentes abordagens, assim como as autoras, neste trabalho os dois termos terão uma utilização análoga. Portanto, não fazemos distinção entre gêneros textuais e gêneros discursivos; uma vez que também consideramos como TEXTO ou DISCURSO as configurações de uma dada língua que tenha sentido e finalidade comunicativa.

acepções como: domínio discursivo, tipo textual, tipo discursivo, gêneros textuais, gêneros retóricos e tradições discursivas.

Em vista disso, definimos a nossa postura teórica como interdisciplinar, na medida em que adotamos pressupostos da Teoria dos Gêneros, sejam textuais, retóricos ou discursivos, da História Social da Linguagem e da Filologia Pragmática alemã, realizando, ao longo das abordagens, relações e reflexões que levem à elucidação dos nossos propósitos. Nesta pesquisa, a interdisciplinaridade também favorece a aproximação dos estudos lingüísticos com a História e o Jornalismo, na tentativa de proporcionar uma discussão formal, lingüística (em sentido amplo) e sócio-histórica, com ênfase no texto impresso que, se possível, seja de interesse das áreas envolvidas.

A linha condutora para a observação das tendências aqui discutidas é o deslocamento dos estudos textuais de uma esfera classificatória e tipológica para uma análise que incorpore componentes sociais, históricos e culturais, ou seja: para uma esfera processual; de uma filologia tradicional para um enfoque dinâmico e funcional da língua e dos textos; de perspectivas exclusivamente formais para abordagens que perpassem o nível lingüístico-discursivo e formal. Com esse propósito, iniciaremos com um percurso histórico, partindo de algumas concepções de texto da tradição retórica à tradição discursiva e passando por diferentes contribuições teóricas que nos serão úteis no decorrer da pesquisa.

1.1 A tradição retórica

A discussão acerca do editorial jornalístico remonta à tradição retórica na medida em que a essência argumentativa desse texto vale-se das estratégias retóricas, pois, de acordo com Andrade (2001:48), *“não pode haver argumentação que não tenha efeito retórico... A relação como o auditório é a busca de seu assentimento e as técnicas retóricas proporcionam o meio para tal objetivo”*. Melo, J. (1985:149) também considera que *“O editorial tem uma singularidade; estruturalmente reproduz o modelo universal do discurso aristotélico; funcionalmente orienta-se não como bússula da opinião e sim como conversação (ora matreira, ora ostensivamente ameaçadora) com os donos do poder”*.

Além disso, tanto a representação literária de Platão nas modalidades lírica, épica e dramática, encontradas no Livro III da República, quanto a Arte Retórica de Aristóteles, desempenhada ao vivo em locais de oratória pública de grande importância (BAZERMAN, 2005), representam as primeiras abordagens sistemáticas dos gêneros, a saber:

- o deliberativo (que servia para aconselhar/desaconselhar, e voltava-se para o futuro pelo caráter exortativo);
- o judiciário (que tinha função de acusar ou defender e voltava-se para o passado);
- o epidítico (que refletia o elogio ou a censura, retratando uma situação presente).

A partir da concepção textual de Aristóteles duas características ficam evidentes. A primeira consiste na associação de formas, função e tempo na teoria aristotélica (MARCUSCHI 2004a); a segunda revela que a retórica dos antigos é, de acordo com Klinkenberg (1997:11), “*a primeira reflexão sobre os poderes da linguagem*”.

Assim como os antecessores clássicos, cientes do poder que detinham por meio da linguagem, num país de maioria analfabeta, os produtores dos primeiros periódicos brasileiros abusavam de uma oratória eloqüente e assumiam papéis de líderes e de propagadores do saber, numa clara demonstração de práticas semelhantes em tempos distintos.

É importante frisar que, antes de Platão e Aristóteles, foram os sofistas que levaram de Siracusa para Atenas a Teoria Retórica. Segundo Fonseca, I. (1997:101):

os gregos mostram, através das obras literárias mais antigas que nos legaram, uma tendência natural para a eloqüência. Esse fato é de fácil comprovação nos poemas épicos, nos líricos, nas tragédias e assim por diante. Tentativas de persuasão e até mesmo discursos inteiros manifestam a naturalidade com que eles se serviam desses recursos e constituem mais uma prova de que a literatura escrita já trazia consigo uma longa tradição.

Córax e Tísias, como expoentes dessa tradição anterior à grega, desenvolveram uma retórica científica, essencialmente probatória, que visava ao convencimento pela precisão do raciocínio (PETERLINI, 1997). Esta foi a corrente desenvolvida na Arte Retórica de Aristóteles. Górgias, por outro lado, dedicou-se a uma retórica da persuasão psicológica e estética, pela sedução da palavra (REBOUL, 2000). Esses são dois recursos retóricos muito freqüentes nos editoriais que compõem o *corpus*, principalmente nas versões iniciais, tendo em vista que as duas formas de persuasão, a demonstrativa e a psicológica, não se mostravam contraditórias e em muitos casos complementavam-se.

Apesar do sentido pejorativo que alguns autores atribuem aos sofistas, George Kennedy (1963 apud FONSECA, I. 1997:104-105) aponta os seguintes aspectos como sinais do nascimento da consciência retórica na Grécia:

- o novo racionalismo das provas e argumentos;
- o novo interesse em dividir os discursos em partes, atendendo-se a cada função;
- os estilos da nova prosa: o emprego da antítese;

- o estudo cuidadoso do estilo: preocupação com o uso da palavra.

É a retórica clássica a ancestral das classificações, das divisões em partes e da ordenação, que ganharam atenção especial no estruturalismo (BRANDÃO, 2001). Para exemplificar esse estudo segmentado dos textos na Grécia Antiga, Andrade (2001:19) comenta que o discurso era composto de cinco partes:

- o prelúdio (*prooímion*): parte que serve para predispor favoravelmente o auditor e que completa o sumário da questão a ser tratada (*kataslasis*);

- a narração (*diégesis*) ou relação dos fatos;

- a argumentação polêmica (*ágon*) ou desenvolvimento das provas;

- a digressão (*parekbasis*);

- a conclusão (*epílogos*).

Para Andrade (2001:25), “*exórdio e epílogo participam igualmente da moldura discursiva, isto é, são locais privilegiados para que se deixe aflorar o patético e a emoção ostentatória*”. Independente da determinação espacial para o patético e o emotivo, interessamos neste momento a idéia originada na antiguidade de que as formas de abertura e de fechamento para os textos funcionam como molduras discursivas. Hoje, mantendo a idéia da moldura, mas sem a rigidez no modo de organização das formas de abrir (exórdio) e fechar (epílogo) os textos, com teor mais ou menos patético ou emotivo, buscaremos retratar na análise diferentes estratégias e estilos de composição para essas partes do texto, tendo em vista que, ao nosso ver, funcionam como delimitações para o seu conteúdo. Idéia nada original, já que os gregos muito antes propagaram essas estratégias de organização textual.

Na retórica latina, Cícero e Quintiliano dão bons exemplos de uma postura contrária ao didatismo frio, prática que resulta de um plano rígido para a organização do discurso, desconsiderando a variedade dos motivos para a sua elaboração e a heterogeneidade do público (ANDRADE, 2001). Eles eram “*contra as teorizações de retóricos menores que enaltecem uma espécie de esquema discursivo onde a digressão se colocaria, obrigatoriamente, antes da conclusão ou entre a narração e a prova*” (ANDRADE 2001:31) (grifo nosso). Esse posicionamento precursor tomado por Cícero e Quintiliano remete às posições atuais que ressaltam o aspecto processual do texto e procuram evitar as definições classificatórias e as abordagens inflexíveis.

Os textos jornalísticos ilustram bem esse caráter processual. Em Roma, por exemplo, encontram-se os mais antigos registros com aparência de jornal. São as Atas Diurnas, comunicação manuscrita, com características do jornal: periodicidade, atualidade e variedade, quando passou a veicular informes oficiais e vulgares (RIZZINI, 1968). Esses escritos

sofreram diversas modificações na passagem dos manuscritos para os jornais impressos que chegaram à atualidade. A permanência de um forte teor persuasivo, tanto nos manuscritos quanto nos discursos orais, levou a argumentação a ser objeto de estudo desde a antiguidade greco-romana. Para Guimarães, E. (1997: 148), “*temos hoje argumentação e retórica como termos quase sinônimos*”.

A cultura grega influenciou imensamente a cultura romana. Em termos documentais, de acordo com Peterlini (1997:131): “*aparece, então, entre 92 e 80 aC., o primeiro tratado latino de retórica que nos chegou por inteiro, Rhetorica ad Herennium, de certo Cornifício, até hoje não bem identificado*”. É um manual técnico que procura sair da servidão terminológica grega. Recebe influência, entre outros, de Aristóteles.

Como na retórica clássica o objeto de investigação era o discurso, seja literário, jurídico ou outros, percebemos nas formas contemporâneas de discursos, tais como artigos de jornal, resenhas acadêmicas, os sites da Internet etc., a continuidade dos procedimentos retóricos. Concordamos com Klinkenberg (1997:12), ao afirmar que é “*uma ciência, portanto, de que o nosso mundo contemporâneo tem necessidade, uma vez que o poder nele se institui, mais do que nunca, pelo simbólico: pelas palavras e pelas imagens*”.

A retórica medieval recebeu a herança greco-romana. Apesar de ter sido à força a idade da palavra falada, quando as informações eram passadas pelos trovadores e jograis (RIZZINI, 1968). Nesse contexto, a defesa da tradição cristã pelos padres contra as acusações pagãs tornou o gênero retórico judiciário o mais compatível com a contenda. Além deste gênero, para Andrade (2001:39):

Na Idade Média, o mais significativo para o sistema retórico é a consolidação da construção textual. O ensino da retórica se mantém, neste período, por sua pertinência ao conjunto das sete artes liberais, dentro do qual estão agrupadas a Gramática e a Lógica. As *artes dictaminis* constituem a retórica da composição epistolar e são um apoio para a idéia de estrutura textual do discurso retórico, que é fundamental no pensamento retórico medieval; com as *artes dictaminis* se produz um deslocamento do eixo de caráter oral para o escrito. Também as *artes praedicandi* reforçam o sistema retórico de organização textual e ativam os dispositivos de resumo e divisão temáticos para que os ouvintes não percam a concepção global do sermão enquanto o escutam.

Essa foi a ênfase pela qual a retórica se desenvolveu e favoreceu a tradição estrutural (MARCUSCHI, 2004a). Levando em conta que a tradição retórica engloba a tradição formal, consideramos que esta é parte integrante da constituição do sentido do texto, principalmente dos textos jornalísticos, cuja disposição no papel e a diagramação são responsáveis pela delimitação do texto no suporte e pela constituição de sentidos. Em consonância com este

ponto de vista, Mouillaud (2002d:63) adota o termo enquadramento, emprestado da fotografia e do cinema, para explicar que “*a disposição sobre a área da página do jornal é o local-suporte de uma retórica do discurso*”.

No período do Renascimento são retomadas as reflexões sobre os gêneros literários e reavivada a tradição aristotélica. É o período em que “*cedia a informação oral o passo à informação escrita*” (RIZZINI, 1968:25). Após a invenção de Gutemberg na metade do século XV, inicia-se a circulação de folhas volantes, impressos precursores do jornal, que eram predominantemente opinativas. Por meio delas houve a propagação de temas polêmicos, como a Reforma do Frei Martinho Lutero, a divulgação do descobrimento do Brasil na Europa, entre outros (RIZZINI, 1946; BELTRÃO, 1980). É com a substituição dessas folhas volantes por publicações periódicas regulares no século XVII que o jornalismo começa a se configurar como prática social (RÜDIGER, 1993).

Já no século XIX, Ferdinand Brunetière (1890) desenvolve a teoria evolucionista dos gêneros, postulando que eles são como seres vivos, que nascem, se desenvolvem, vivem e morrem, fazendo jus a uma das concepções de língua⁴ que pairaram nessa fase: a língua como organismo vivo. Conforme Suassuna (1995:24), “*a língua encarada como um organismo vivo, submetido a certas leis evolucionistas*”. Entre os nomes de destaque surge Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), cuja “*visão estava dominada pelo princípio evolucionista: as línguas têm origem perfeita, um desenvolvimento e uma decadência*” (KRISTEVA, 1969:235). Apesar de não compartilhar com a concepção das línguas como “organismo”, Coseriu (1973:22-23) vê em Humboldt um aliado para a superação das dicotomias saussureanas, pois aquele reconhece o caráter sistemático da língua, mas não dualisticamente, e defende que, fora do falar, a língua não tem existência concreta. Numa referência explícita ao estudo da língua em funcionamento. Coseriu também considera que a competência lingüística supõe primeiramente a competência retórica (CAAMAÑO, 1993:277)⁵.

Neste século Humboldt partia exatamente da oposição conceitual entre o produto ou obra (*ergon*) e o processo ou atividade (*energeia*) para estabelecer a sua concepção de linguagem como um processo contínuo (MIAZZI, 1972; NEF, 1995). Hoje as concepções de

⁴ Para mais informações sobre as concepções de língua ao longo do tempo e suas implicações pedagógicas, consultar a dissertação de mestrado de Gomes, 1998.

⁵ “Esta conclusión se obtiene a partir de dos ideas fundamentales de Coseriu en torno a la competencia lingüística: 1) el hablar tiene en cuenta no solo un saber lingüístico, sino también un conocimiento del mundo ; 2) en el hablar se tienen en cuenta una serie de juicios de conformidad según lo que es *congruente* (con respecto al hablar en general), *correcto* (con respecto a una lengua) o *apropiado* (con respecto a un texto concreto)” (CAAMAÑO, 1993: 276-277).

texto como processo/produto⁶ levam em conta que as atividades de produção de sentido são complementadas pelas interpretações dos leitores. Nesse sentido, os textos não são produtos estáticos, circulam em diferentes contextos socioculturais, apresentam, na fala e na escrita, um *continuum* de variações e passam por transformações em diversos períodos históricos (OESTERREICHER, 2001a). Essa é uma concepção acerca dos textos com a qual estamos de acordo.

É no século XX, que nos deparamos com os novos rumos da retórica. No que concerne à Neo-Retórica, Mosca (1997:49-51) apresenta um interessante perfil em nossos dias, após sua natureza e funções do passado terem se submetido a uma série de reexames. As funções atuais mais relevantes são:

- “Suscitar o comentário, a discussão e, portanto, a argumentação.
- Inocular a dúvida, levando à reflexão crítica.
- Conhecer os modos de organização retórica, de acordo com os gêneros esperados em determinada cultura e nas diversas configurações discursivas. A partir das microestruturas formais do nível da superfície, pretende-se chegar aos demais níveis.
- Examinar criticamente a argumentação e os apelos do outro, suas propostas e contrapropostas, explicações e justificativas.
- Enriquecer a visão de mundo pela diversidade de confrontos e colaborar para a construção de um pluralismo que leve à formação de juízos de valor, a princípios que fundamentam uma lógica dos valores.
- Estabelecer o diálogo na busca do verossímil, que resultaria do encontro das falas, assumindo, portanto, um valor heurístico.
- Estruturar, através da argumentação, toda troca comunicativa. Ocorre ainda a ampliação dos espaços discursivos: o maior número de atores políticos, econômicos, sociais e culturais – que fazem parte do **espaço público** – já é, por si

⁶ Segundo Brandão (2001: 281) “*como processo/produto de trocas, o texto está ligado a uma situação material concreta e também a um contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade lingüística*”. É uma concepção análoga à visão da língua como ferramenta e ao mesmo tempo como resultado, “*ela é processo e produto*” (BAGNO, 2002: 26). Em outras palavras, Koch, I. (2003) traz à tona a discussão acerca da concepção de texto vinculada às concepções de língua e de sujeito. Para a autora, a língua concebida como representação do pensamento e o sujeito como o senhor absoluto do seu dizer levam o texto a ser concebido como produto lógico do pensamento; se a língua é vista como código e o sujeito visto como uma destinação do sistema, texto é um simples produto da codificação; já na concepção interacional, onde os sujeitos são atores sociais, os textos são o próprio lugar da interação, cuja compreensão é uma atividade interativa, cooperativa.

só, um fator que modifica os modelos discursivos e o uso das figuras retóricas, razão pela qual se deve retomá-los à luz dessas mudanças (destaque da autora).

- Levar ao posicionamento diante das situações de conflito e, conseqüentemente, à tomada de medidas e busca de soluções.”

Dentre as tradições discursivas de ontem e de hoje, o editorial jornalístico é um bom exemplo para mapear as diversas funções retóricas, como as mencionadas acima, utilizadas em diferentes épocas. Além disso, as noções evidenciadas nesses tópicos de criticidade, diversidade, conhecimento de mundo, interação, respeito e defesa de pontos de vista, dialogismo, reflexão, entre outras, estão mais do nunca em evidência nos postulados pedagógicos que norteiam a prática de ensino da língua na atualidade, cuja unidade básica é o trabalho com o texto.

Sendo assim, o professor poderia incrementar as práticas de ensino da língua com as novas noções retóricas evidenciadas no editorial, ou em outro texto estudado, pautando-se em atividades de uso⁷, seguidas de atividades de análise, ou seja, nas práticas sociais da língua e do texto. Mas essa não é a nossa discussão no momento, então voltemos ao nosso assunto.

Partindo da tradição retórica aos novos rumos que as abordagens teóricas e práticas dos textos têm tomado, passaremos a ver algumas contribuições de diferentes pesquisas da Teoria dos Gêneros, a fim de continuarmos o levantamento das idéias que auxiliem as nossas reflexões.

1.2 A nova retórica

No século XX, a tradição retórica passa por guinadas que fazem surgir novas perspectivas, o que se vem chamando Nova Retórica. As análises recentes têm procurado vincular as regularidades nos tipos de discurso com uma compreensão social e cultural mais ampla da língua em uso. A Escola Norte-Americana, inserida neste contexto, comporta autores de várias nacionalidades com diferentes propostas teóricas. Dentre esses autores, Miller (1984) desenvolve a sua visão, considerando os gêneros retóricos, baseados em práticas retóricas, como uma forma de inserção sociocultural.

Tomando de empréstimo algumas reflexões realizadas nessa escola, este trabalho, apesar de não ter um caráter taxionômico, partiu para a investigação do editorial ao longo do

⁷ De acordo com Widdowson (1991:37) “*O ensino das formas parece não garantir um conhecimento de uso (comunicativo). O ensino de uso, contudo, parece garantir a aprendizagem de formas uma vez que essas últimas são representadas como partes necessárias do primeiro*”.

tempo, visando contemplar, numa análise interpretativa, os aspectos estruturais e lingüístico-discursivos, que serão fundamentados no capítulo seguinte. Para Miller (1984:24), “*uma definição teoricamente saudável de gênero deverá centrar-se não na substância nem na forma do discurso, mas na ação em que ele é usado para atuar*”. Partindo desse pensamento, acreditamos que a forma, os investimentos lingüísticos e o conteúdo dos textos são mais propensos às mudanças, historicamente falando, do que o uso que se faz de um gênero para atingir determinados objetivos, o que, ao nosso ver, aponta a finalidade comunicativa (KABATEK, 2003) como um forte fator de continuidade do texto.

A idéia de continuidade remete a duas noções importantes na teoria de Miller (1984): as convenções e a recorrência. De acordo com Marcuschi (2004b:4), “*Miller frisa de modo especial o aspecto da convenção social e formal na constituição do gênero em sua realidade social*”. Esta é uma reflexão importante, na medida em que expressa os acordos estabelecidos pelos participantes de uma interação, através da vinculação entre as convenções lingüísticas e as convenções sociais e formais, para a constituição das ações comunicativas por meio de textos, sejam orais ou escritos.

A recorrência, por sua vez, é um conceito central para Miller (1984:25), por considerar que os gêneros vão se firmando em convenções sociais recorrentes constantemente reproduzidas e ritualizadas, que obtém os mesmos efeitos em situações similares. Para Marcuschi (2004b:6), “*desloca-se a observação apenas da forma e substância, para a função e para os atos retóricos produzidos. Recorrentes são as ações e os investimentos lingüísticos que fazemos para realizá-las*”. Em outras palavras, as formas são mais livres e podem variar sem alterar de imediato o gênero. O mesmo não se pode dizer da função do texto.

Consideramos relevantes essas idéias para esta investigação, por percebermos ser inevitável no estudo histórico do editorial levar em conta a recorrência e a mudança com um teor mais social, como postula Miller (1984), sem deixar de considerar a recorrência e a mudança em termos formais também. Com isso, cremos que a forma, os investimentos lingüísticos e a função são complementares na construção do sentido do texto. A abordagem do editorial sob esse tripé é uma tentativa de analisar o curso deste gênero por diferentes óticas, espalhar o olhar sobre o texto e, assim, poder retratar melhor o seu surgimento e desenvolvimento no cenário pernambucano do século XIX.

Na mesma trilha de Miller, Charles Bazerman examinou o desenvolvimento histórico do artigo experimental e observou que “*o gênero artigo experimental muda na medida em que se movimenta entre épocas, localidades e especialidades, cada um com pressuposições,*

dinâmicas e necessidades diferentes, bem como diferentes práticas materiais representadas nos dados e na narrativa” (BAZERMAN, 2003:134-135).

Essa análise, entre outros trabalhos de cunho histórico desenvolvidos pelo autor sobre gêneros institucionais, reflete a concepção assumida por ele de que gêneros são recorrentes mediante produções textuais históricas. Segundo Marcuschi (2004b:16) “*Bazerman parte da idéia de que os gêneros são de fato sistemas de ação social baseados em situações recorrentes e padrões interpretativos recorrentes mediante produções textuais históricas e recorrentes*”. Estamos de acordo com essa concepção por vermos contemplada a noção de que os gêneros são processos sócio-historicamente constituídos. Nesse sentido, Bazerman segue a linha de Miller (1984) e de Bakhtin (1992a).

Dentro da Escola Norte-americana, se por um lado Miller (1984 e 1994) e Bazerman (1994, 2003 e 2005) procuraram compreender o que são, como são e como funcionam os gêneros, numa abordagem sociológica, John Swales (1990 e 1992), por outro, dedicou-se aos gêneros acadêmicos em função do ensino de segunda língua, na perspectiva da Linguística Aplicada. Além do modelo CARS (Create a Research Space), que será comentado e utilizado na análise retórica, têm aplicabilidade em nossas reflexões duas noções básicas de sua teoria: as comunidades discursivas e o gênero.

No que diz respeito à comunidade discursiva, Swales (1990) a define como uma comunidade de prática discursiva, caracterizada por agrupamentos sócio-históricos, com determinação funcional do aspecto comunicativo e que agrupa indivíduos por interesses sócio-profissionais. É o que Marcuschi (2004c) denomina de domínio discursivo, ou seja, um domínio de atividades sócio-históricas.

Exemplificam uma comunidade discursiva a comunidade acadêmica, a comunidade médica, a comunidade de jornalistas etc. Nesse caso, os indivíduos se apropriam de algumas condições para pertencerem a alguma comunidade. No entanto, isso não significa exclusividade nem tão pouco ausência de tensão entre os membros. Um indivíduo pode fazer parte de várias comunidades e poder diversificar o número de gêneros que necessita dominar (SWALES, 1990). O autor também procura impor um maior dinamismo quanto ao léxico e aos mecanismos de inter-relação dos membros da comunidade na revisão que faz desta noção em Swales (1992). De algum modo, essas comunidades apresentam especificidades de natureza ideológica, tal como explicita Foucault (2002:41) no tocante à “sociedade do discurso”:

a dissimetria afirmada entre a “criação” e qualquer outra prática do sistema lingüístico, tudo isto manifesta na formulação (e tende, aliás, a reconduzir no jogo

das práticas) a existência de certa “sociedade do discurso”. Mas existem ainda muitas outras que funcionam de outra maneira, conforme outro regime de exclusividade e de divulgação: lembremos o segredo técnico ou científico, as formas de difusão e de circulação do discurso médico os que se apropriam do discurso econômico ou político.

Sendo assim, é natural que a preocupação com a abrangência da circulação do jornal nem sempre tenha sido o enfoque principal das primeiras edições jornalísticas, tendo em vista que eram publicadas visando, primordialmente, as camadas aristocráticas. Este é um fator de mudança notadamente observado no percurso histórico do editorial, cujas modificações de ordem lingüística, gráfica e econômica deixaram mais acessíveis às camadas populares os textos jornalísticos.

O conceito de gênero de Swales (1990:58) também suscita uma boa reflexão que pode aqui ser iniciada e retomada mais adiante:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros partilham alguns propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos expertos membros da comunidade de discurso e com isso constituem a base lógica para o gênero. Essa base modela a estrutura esquemática do discurso, influencia e condiciona a escolha do conteúdo e do estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado e um critério que opera para atingir o escopo de um gênero tal como aqui grosseiramente concebido e enfocado em ações retóricas comparáveis. Em aditamento ao propósito, os exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida. Se todas as expectativas de probabilidade mais altas forem realizadas o exemplar será visto como prototípico pelos membros da comunidade de discurso. Os nomes dos gêneros herdados e produzidos pelas comunidades de discurso e importados por outras constituem valiosas comunicações etnográficas, mas que tipicamente necessitam de validação posterior”.⁸

Na busca retrospectiva dos editoriais para a composição do *corpus*, partimos das versões atuais às primeiras publicações no século XIX. Este percurso só poderia ser feito com base em uma descrição sincrônica do gênero e em leituras comparativas, com a utilização de alguns critérios que possibilitassem o reconhecimento dos textos pertencentes à linhagem do editorial. Com este intento, o conceito de John Swales nos ofereceu subsídios para a identificação desses textos em épocas diferentes, na medida em que nos pautamos, ora

⁸ Tradução do original: “A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purpose. These purpose are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community. The genre names inherited and produced by discourse communities and imported by others constitute valuable ethnographic communication, but typically need further validation.”

com mais proveito, ora com menos, no propósito comunicativo, na prototipicidade e no nome do gênero.

O propósito comunicativo, termo correlato ao “intuito discursivo” de Bakhtin (1992a) e finalidade comunicativa de Kabatek (2003), diz respeito aos objetivos sociais que se pretende atingir por meio do gênero. É reconhecido e partilhado pelos participantes nas diversas situações de uso, pelas associações históricas e culturais que eles realizam. Quanto a isso, Bazerman (2005:38) comenta que *“A maioria dos gêneros têm características de fácil reconhecimento que sinalizam a espécie de texto que são. E, freqüentemente, essas características estão intimamente relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelo gênero”*.

O conceito de propósito comunicativo, após a revisão feita por Askehave & Swales em 2001, *“perde a sua atribuição de ser o conceito principal que define o gênero e passa a ser visto como uma parte de um conjunto de elementos”* (HERMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005:128). Considerando o dinamismo dos gêneros, Askehave & Swales sugerem duas possibilidades para a identificação dos gêneros:

- o processo textual examina o propósito comunicativo junto com a estrutura do gênero, o estilo e o conteúdo;
- o processo contextual constitui-se da identificação da comunidade, seus valores, suas expectativas e seu repertório de gêneros.

O que fica notória nessa redefinição do propósito é a relevância do contexto para dar conta do caráter dinâmico do texto.

Para Kabatek (2003: 4-5) um texto que tem uma determinada finalidade comunicativa pode conter, de acordo com a tradição discursiva a que pertença, mais elementos do que o necessário ou bem menos elementos para cumprir com a finalidade comunicativa dada. No primeiro caso, a expressão “era uma vez” funciona como uma inserção da tradição discursiva de histórias infantis, mas não é estritamente necessária para a mensagem. No segundo caso, o texto elíptico “dois com leite” pronunciado por um garçom a outro em uma cafeteria é plenamente aceito com todas as reduções, por estar inserido em uma tradição muitas vezes repetida e com entornos contextuais bem delimitados.

O que observamos nos dois pontos de vista é que se no primeiro o propósito comunicativo deixa de ser o critério privilegiado na definição do gênero, no segundo, a finalidade comunicativa ganha relevância para o reconhecimento do gênero, independente das modificações que um texto, pertencente a uma mesma tradição discursiva, possa passar. O que há em comum entre os dois é a importância do contexto para o reconhecimento do texto,

o que engloba a situação, os participantes, o repertório de gêneros (ASKEHAVE & SWALES, 2001 apud HERMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005) e o estabelecimento de relações entre o texto e outros já ditos ou escritos (KABATEK, 2003).

Podemos também inferir dessas duas posições o que Fonseca, M. (2005b:142) constatou nas cartas oficiais dos séculos XVII e XIX, ou seja, “*há um propósito maior e outros secundários, que servem de apoio, de argumento*”. Em termos mais pragmáticos, há um macroato por meio do qual se constrói o propósito da interação verbal, ou seja, o fim último da interação (VAN DIJK, 1981 apud KOCH, I. 1993:69).

No caso desta pesquisa, que aborda os editoriais numa perspectiva diacrônica, vários traços desse texto foram considerados no momento da sua identificação retrospectiva. Em diversos períodos, as mudanças na diagramação, na organização retórica, na língua, no estilo foram inevitáveis, como revelarão as análises nos capítulos seguintes. Nessas ocasiões adotamos como fio condutor a finalidade comunicativa no sentido mais amplo. Em vista disso, para nós, em uma abordagem diacrônica, ela permanece sendo um dos traços de continuidade decisivos para a identificação dos gêneros.

A identificação dos textos também depende do modo como é organizado para levar o receptor à compreensão. É por isso que as estratégias de organização escolhidas para a composição dos diferentes gêneros textuais não norteiam apenas o processo de produção, mas o de leitura também. Essas escolhas determinam as características dos gêneros e são fundamentais para a construção do sentido do texto em qualquer época.

Os editoriais, por exemplo, distinguem-se da notícia porque “*reúnem características condizentes com o tipo argumentativo e (...) por orientarem-se para a formação da opinião pública, embora cumpram, de certa maneira, também uma função informativa*” (ANTUNES, 1996:119-120), e a notícia, por vezes, expresse opinião. Essa natureza retórica argumentativa observada na superestrutura do texto, em geral, de acordo com Kaufman & Rodriguez (1995:27):

Inicia-se com a identificação do tema em questão, acompanhado de seus antecedentes e alcance, e que segue com uma tomada de posição, isto é, com a formulação de uma tese; depois, apresentam-se os diferentes argumentos de forma a justificar esta tese; para encerrar, faz-se uma reafirmação da posição adotada no início do texto.

Em vista disso, além do propósito, as tradições discursivas apresentam semelhanças e diferenças de estrutura, estilo, conteúdo e público pretendido. Assim, a reunião de um conjunto de similaridades é um outro critério que permite a identificação dos exemplares de

um gênero. A prototipicidade sugerida por Swales (1990) consiste exatamente em reunir uma probabilidade mais alta de traços gerais e típicos para formar a família do gênero e “*os mais típicos da categoria são os protótipos*” (HERMAIS & BIASI-RODRIGUES, 2005:113).

É bem certo que nem sempre os textos seguem um padrão de organização, boa parte deles, pertencentes a uma mesma tradição discursiva, não atendem a todas as expectativas de traços gerais predeterminados. Nesse caso, ocorrem todas as variações possíveis e aceitáveis de um protótipo, fato tão comum, mas que ainda causa inquietação aos que buscam a segurança de rotular os gêneros e de enquadrá-los em classificações e modelos rígidos e universais. Swales (1990:61-67) chama a atenção, exatamente, para essa complexidade de variação, com, por exemplo, a complexidade dos propósitos retóricos (o grau de preparo exigido para sua produção, a natureza do meio de transmissão, falado ou escrito), a tecnologia utilizada (telefone, rádio, TV, imprensa, face-a-face etc), o público pretendido etc.

Do nosso ponto de vista, sem negar a complexidade da questão, é preferível considerar a margem de variação e a multiplicidade de ocorrências de uma mesma tradição discursiva, preservando, evidentemente, alguns traços essenciais de sua identidade, reconhecíveis sincrônica e diacronicamente, para que se possa usá-los e tratá-los cientificamente, de preferência sem o rigor da categorização. A adoção de uma prática incansável de buscar detalhes que definam, distingam e classifiquem com precisão e rigidez os gêneros ainda é comum no tratamento didático-pedagógico dos gêneros. Mas nos parece pouco frutífera, já que não atenta para a flexibilidade e mobilidade social, cultural e histórica das tradições discursivas.

Pela dificuldade em estabelecer fronteiras fixas, é preferível reconhecer que elas são transitórias, situadas e dinâmicas; sobretudo levar em conta que, de acordo com Maingueneau (2001:66-68), os gêneros do discurso, como atividades sociais que são, submetem-se a condições de êxito, tais como:

- ***Uma finalidade reconhecida***: todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa.

- ***O estatuto de parceiros legítimos***: que papel deve assumir o enunciador e o co-enunciador? Nos diferentes gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala.

- ***O lugar e o momento legítimos***: todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento.

- ***Um suporte material***: o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de *suporte/transporte* e de *estocagem*, logo, de *memorização*.

- **Uma organização textual:** dominar um gênero de discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores.

Essas condições de êxito nos auxiliaram no momento de estabelecer os critérios para a identificação das versões iniciais do editorial. Com base na **finalidade reconhecida**, identificamos, como editoriais, os textos cujo propósito era interferir na opinião pública, provocando a adesão às teses apresentadas a partir de comentários veiculados e assumidos pelos jornais. Desse modo, para que o texto fosse considerado editorial tinha de ser a instituição jornalística um dos **parceiros legítimos**, aquele que dirige “a palavra escrita” ao outro parceiro legítimo: o público leitor. Foram selecionados apenas textos com circulação no estado de Pernambuco e em diferentes períodos compreendidos nos séculos XIX, XX e XXI, o que confere aos editoriais selecionados **o lugar e o momento legítimos**. O **suporte material** para a veiculação dos textos foi o jornal impresso, cujas questões diagramais, entre outras questões de **organização textual**, serão comentadas nos dois capítulos finais de análise.

Ao nosso ver, em síntese, a identificação e a circulação bem sucedida dos gêneros ocorre porque eles são “*a sedimentação de desenvolvimentos históricos*” (MARCUSCHI, 2003a:4) e “*são socialmente autorizados por meio de convenções*” (BHATIA, 1997:14), indo mais além, de negociações entre os interlocutores. As negociações necessárias para a construção do sentido do texto estão vinculadas, também, ao conhecimento partilhado. De acordo com Bhatia (1997:17), “*os participantes compartilham não só o código, mas também o conhecimento do gênero, o que inclui conhecer sua construção, interpretação e uso*”.

O último aspecto extraído do conceito de gênero de Swales (1990) é o nome dos gêneros. Para o autor, são as comunidades discursivas que, por conhecerem melhor seus gêneros, atribuem-lhes nomes específicos para designá-los. Posteriormente esses nomes necessitam de validação.

Com relação aos demais elementos discutidos a partir da concepção de Swales (1990), o nome, em uma análise diacrônica, representa a derradeira condição para o reconhecimento do gênero, visto que, de acordo com uma das proposições que trazemos ao debate, o surgimento e a utilização de um gênero são anteriores ao estabelecimento de sua nomenclatura. É prematuro fazer qualquer afirmação agora, é necessário observar esta ocorrência em outros gêneros, mas, no caso do editorial jornalístico, a validação do seu nome foi bem posterior a sua intensa circulação nos jornais. Em outras palavras, no processo de transformação e de sedimentação momentânea, um gênero pode ter um longo período de

existência sem uma nomenclatura definida ou com nomes transitórios, até que um nome seja validado pelos *experts* e pela sociedade como um todo. Antes da validação do termo **editorial**, por exemplo, são encontradas diferentes designações, tais como: introdução, prospecto, artigo comunicado e artigo editorial (GOMES, 2005).

No que tange a essas abordagens da nova retórica, limitamo-nos, no momento, a retomar para a identificação do editorial apenas alguns conceitos que atendem de forma mais direta aos nossos propósitos de investigação e que também encontram subsídios na perspectiva sócio-histórica.

1.3 A perspectiva sócio-histórica

A nossa proposta de análise considera tanto a historicidade do editorial quanto a historicidade do português brasileiro no século XIX, por entendermos que são complementares. Para tanto, baseamo-nos na teoria da tradição discursiva alemã, cuja tese, que será mais bem discutida no capítulo seguinte, pode ser inicialmente entendida por meio das palavras de Kabatek (2001:99):

a historicidade discursiva seria, por exemplo, a da história dos gêneros textuais, dos atos de fala, os gêneros literários e retóricos e os estilos. Falar seria, pois, uma atividade universal que se realizaria através de um duplo filtro tradicional: a intenção do ato comunicativo teria que passar em cada momento pela ordem lingüística que encadeia os signos de uma língua segundo suas regras sintáticas e pela ordem textual que atualiza certas tradições discursivas.

A perspectiva sócio-histórica teve também grande influência nos estudos de gênero, principalmente na figura de Mikhail Bakhtin, com as idéias de dialogismo, interação e estabilidade relativa dos gêneros, com suas formas plásticas, flexíveis e livres. Como filósofo, concebe que a linguagem permeia toda a vida social, ou seja, a linguagem funciona na mediação entre os interlocutores e se materializa nos gêneros do discurso em relações complexas e dinâmicas entre linguagem e sociedade.

De acordo com Travaglia (2004:115), a influência de Bakhtin também é notada nos trabalhos de ensino da língua a partir dos gêneros. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, conceituam gênero com base na proposta de Bakhtin (1992a): “*os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura*”.

Interessa-nos, momentaneamente, neste conceito a ênfase dada à historicidade do gênero. Bakhtin (1992b:108) postula que a assimilação de uma língua materna é um processo de integração social, ou seja, *“a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo”*. Acreditamos, com base nisso, que o mesmo processo de evolução contínua e de integração social se dá com os gêneros discursivos, a que preferimos chamar tradições discursivas, pelo enfoque histórico do texto no contexto da história da língua. Além do caráter histórico, no que concerne à aquisição, Bakhtin (1992a:301) assevera que *“os gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática”*.

Sob o mesmo ponto de vista dos autores citados, Bronckart (1999) requer o reconhecimento da pré-existência das atividades coletivas, da pré-existência das línguas naturais, com suas propriedades semióticas específicas, e da pré-existência dos gêneros textuais, com suas indexações sociais. Trata-se, de acordo com Maingueneau (2001:65), de *“rotinas, comportamentos estereotipados e anônimos que se estabilizam pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua.”*. Neste caso, ambos retratam a historicidade do texto.

Nesse processo de variação do gênero, no eixo sincrônico ou diacrônico, os domínios discursivos (MARCUSCHI, 2002) também são grandes responsáveis pela origem, transformação e desaparecimento de diferentes gêneros. Esse é o papel que Marcuschi (2004c:14-15) atribui a esses domínios no momento em que os distingue da noção de gênero textual e de tipo discursivo. O autor faz questão de ressaltar que no par gênero versus tipo a diferença não é dicotômica, mas complementar, posto que os tipos constituem os gêneros. Sendo assim, para ele:

“Tipo discursivo designa uma espécie de seqüência estrutural sistemática que entra na composição de um gênero textual; define-se pela **natureza lingüística** de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo} e pelos atos retóricos e modos discursivos que realiza, tais como: **narração, argumentação, exposição, descrição, injunção**. O tipo caracteriza-se muito mais como uma ou mais **seqüências lingüísticas** de enunciados do que como textos.

Gênero textual refere os **textos materializados em situações comunicativas recorrentes** que encontramos em nossa vida diária e que apresentam **padrões sócio-comunicativos** definidos pela organização, propósitos, funções enunciativas e estilo realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades textuais realizadas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas constituindo uma listagem aberta” (grifos do autor).

Consideramos pertinentes essas definições e, pelo percurso teórico que optamos por fazer, adotamos o trinômio tipos de discurso, domínios discursivos e tradições discursivas para empregarmos nas nossas operações analíticas. Neste caso, fizemos uma adaptação do quadro abaixo, proposto por Oliveira, H. (2004:188), para explicitarmos a nossa posição em relação a outras opções terminológicas.

Quadro 1: Opções terminológicas em diferentes perspectivas de análise

CHARAUDEAU (1992) adaptado por OLIVEIRA (2003)	MARCUSCHI (2002)	OLIVEIRA (2004)	NOSSA PROPOSTA
Modos de organização do discurso: descritivo narrativo argumentativo enunciativo	Tipos de textos descritivo narrativo argumentativo expositivo injuntivo	Modos de organização do texto: descritivo narrativo argumentativo expositivo enunciativo injuntivo	Tipos discursivos: descritivo narrativo argumentativo expositivo injuntivo
Tipos de textos: jornalístico literário publicitário (etc.)	Domínios discursivos: jornalístico literário publicitário (etc.)	Domínios discursivos: jornalístico literário publicitário (etc.)	Domínios discursivos: jornalístico literário publicitário (etc.)
Gêneros textuais: (Cada tipo tem seus gêneros)	Gêneros textuais: (Cada domínio discursivo tem seus gêneros)	Gêneros textuais: (Cada domínio discursivo tem seus gêneros)	Tradições discursivas: (Cada domínio discursivo tem suas tradições discursivas)

Cada coluna vertical corresponde às terminologias adotadas pelos diferentes pesquisadores para designar três aspectos referentes ao estudo do texto. Numa leitura horizontal, percebemos que ocorrem semelhanças e diferenças na adoção terminológica desses autores, em decorrência da vertente teórica em que se apóiam ou da progressiva reflexão científica, que leva a sucessivas reformulações ou acréscimos conceituais.

Tomamos as expressões domínios discursivos e tipos discursivos de Marcuschi (2004c), a última, em especial, por contemplar os atos retóricos que configuram um texto descritivo, narrativo, argumentativo, expositivo ou injuntivo, pela predominância sequencial de uma dessas espécies. Já as diferentes noções acerca dos gêneros textuais expostas neste capítulo contribuiram para o balizamento do nosso conceito de **tradições discursivas**, termo a ser usado com predominância daqui por diante, concebido **como atos comunicativos portadores de todas as propriedades genéricas e historicamente transmitidos em relação com a história da sociedade, da língua e das tecnologias**.

Neste momento, consideramos pertinente expor aqui o que entendemos como sendo um ponto de contato entre o conceito de gêneros de discurso e de tradições discursivas. O estabelecimento desta relação, para nós, fica notório na referência etimológica, apresentada por Faraco (2003:108) acerca da palavra gênero:

A palavra *gênero* remonta à base indo-européia **gen-* que significa ‘gerar’, ‘produzir’. Em latim, relaciona-se com esta base o substantivo *genus, generis, genitum, gignere* (significando) ‘gerar’, ‘criar’, ‘produzir’, ‘provir’), com o qual se relacionam palavras como genitor, primogênito, genital, genitura. Por curiosidade, vale registrar que a palavra germânica *Kind* (criança) remonta àquela mesma base etimológica.

Como se vê, esse segmento vocabular se desenvolve a partir da semântica do processo de gerar (procriar) e dos produtos da geração (da procriação). A utilização do termo *gênero* para designar tipos de textos é uma extensão da noção de estirpe (linhagem) para o mundo dos objetos literários e retóricos. Assim como as pessoas podem ser reunidas em linhagens por consangüinidade, o mesmo se pode fazer com os textos que têm certas características ou propriedades comuns. A noção de gênero serve, portanto, como uma unidade de classificação: reunir entes diferentes com base em traços comuns. (destaques do autor)

Tal concepção e conseqüentes metodologias de análise que envolvem a historicidade da língua e dos textos, ainda pouco utilizadas nas pesquisas brasileiras, já têm tradição nos estudos alemães iniciados por Coseriu (1987) Schlieben-Langue (1993), Jungbluth (1998), Oesterreicher (2002) e Kabatek (2003), como veremos em seguida.

Esperamos que as idéias expostas neste capítulo contribuam com algum esclarecimento sobre os nossos propósitos, pois a observação dos processos de mudança e de permanência do editorial ao longo do tempo pode revelar aspectos interessantes da história dessa tradição discursiva.

CAPÍTULO 2

A HISTORICIDADE DA LÍNGUA E DOS TEXTOS

Nos estudos históricos uma das questões teóricas mais importantes é o tratamento da periodização. Não é uma tarefa fácil traduzir em datas precisas as diversas mudanças lingüísticas, tendo em vista a heterogeneidade da língua, a diversidade dos *corpora*, os diferentes critérios (internos, externos⁹, os dois juntos), a relação entre oralidade e escrita, a cronologia de cada fenômeno singular de mudança lingüística etc. Considerando todos esses fatores, Maia, C. (1999) discute que a periodização não deve ser tratada de forma apriorística, mas posteriormente, pois é do conhecimento da história de cada domínio (os sistemas fonológico, morfológico, sintático e léxico) que se pode determinar suas fases históricas.

Com base nessa reflexão, as nossas considerações visam, a partir da observação das mudanças e permanências, a acompanhar alguns traços constitutivos do editorial, sem a pretensão de periodizar, posto que os dados aqui discutidos precisam ser adicionados às demais pesquisas, que envolvem outros *corpora*, outros critérios de observação, referentes ao século XIX. No momento, portanto, partimos do pressuposto de que a história do português brasileiro e dos textos que circularam nessa época requer a correlação entre a história social e o desenvolvimento lingüístico (PESSOA, 1999).

Muito do que fez chegar a esse tipo de abordagem diacrônica deve-se ao contato com a Sociolingüística¹⁰, que surgiu na década de 60 com a inclusão dos fatores sociais aos seus estudos e a diversidade lingüística como objeto de investigação. De acordo com Fishman (1979:15), “a língua não só é heterogênea e está condicionada por fatores extralingüísticos, como está experimentando constantemente mudança”¹¹. Esse contato permitiu diversificar as

⁹ “Entende-se por história interna o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo; e por externa, a história da língua no contexto da história social, política, econômica e cultural da sociedade com a qual está relacionada” (FARACO, 1991:37). Essas definições estão pautadas na concepção de que a mudança situa-se tanto no contexto estrutural quanto social (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968).

¹⁰ De acordo com Alkmim, T. (2001:29), a constituição da Sociolingüística se fez a partir da continuidade da tradição inaugurada no início do século XX por F. Boas e seus discípulos Edward Sapir e Benjamin L. Whorf, da chamada Antropologia Lingüística, o que marca a sua origem interdisciplinar. Optamos, no momento, por uma apreciação qualitativa dos dados, portanto, não nos pautamos metodologicamente na sociolingüística quantitativa proposta por Labov (1972), explicitada por Tarallo (1999) e utilizada por muitos pesquisadores do português brasileiro.

¹¹ Tradução nossa do original em espanhol: “la lengua no solo es heterogênea y está condicionada por factores extralingüísticos, sino que está experimentando constantemente cambio.”

abordagens que culminaram na Lingüística Sócio-histórica, por ter sido cada vez mais necessário recorrer aos dados diacrônicos para explicar a variação e a mudança lingüística¹².

Na medida em que os fenômenos lingüísticos são estudados tomando o texto como a unidade analítica, sem desconsiderar o sujeito e a situação comunicativa, pois “*os elementos lingüísticos do texto não preenchem a totalidade dos requisitos necessários à sua realização*” (ANTUNES, 1993:43), além da Sociolingüística, a Lingüística Textual também é acessada nos estudos diacrônicos. Para a reconstituição do português falado brasileiro, o que não possível de forma plena, normalmente são utilizados textos como: cartas de cunho pessoal, diários (livros de família), textos teatrais etc, e para a reconstituição do português escrito são utilizados textos jornalísticos (anúncios, editoriais), cartas oficiais, entre outros.

É por isso que ganha força a idéia de que enveredar no campo da lingüística histórica implica necessariamente um mergulho semelhante na teia da história social. A história social da língua diz respeito ao reconhecimento de que os falantes fazem parte de grupos sociais diferentes e de que a língua não é homogênea (RAMOS, 1998) e se manifesta nos diferentes textos.

De acordo com Castilho (1998), os estudos da lingüística histórica do português caminham em dois sentidos: da România Velha e da România Nova. A primeira procura verificar as transformações do latim vulgar nas línguas românicas em termos fonéticos e lexicais e também identifica como a vertente hispânica do latim vulgar deu surgimento ao galego-português¹³ através de mudanças fonológicas e morfológicas que desencadearam a constituição sintática do português. A segunda focaliza as mudanças do português, do espanhol e do francês da América, trazendo contribuições novas para a teoria da mudança. Nesse sentido deve-se muito às contribuições da filologia pragmática alemã, com as pesquisas desenvolvidas por Coseriu, Schlieben-Lange, Oesterreicher, Jungbluth, Kabatek e Schmidt-Riese, entre outros.

¹² “*La sociolingüística histórica se confunde, en realidad, con la sociolingüística, ya que el interés por el cambio está en ambas; la diferencia consiste en el énfasis metodológico en la variación (con repercusión en el cambio) para el caso de la sociolingüística y en el cambio (en sus relaciones con la variación que pueda ser observada) para el de la sociolingüística histórica* (ELIZAINCÍN, 1998:144).

¹³ Conforme Vidos (1996:236-237), “*o português nascido do galego-português (na Lusitânia Setentrional), com a independência política se converteu numa língua românica, enquanto o galego (falado na antiga Província de Galiza no extremo noroeste da Espanha), sem independência política, permaneceu como dialeto espanhol (...) no caso do português e do galego o critério político pode ser determinante para saber se se trata de uma língua ou de um dialeto*”.

2.1 Revendo alguns conceitos

O interesse pela história da língua sempre acompanhou o espírito investigativo dos que se dedicaram ao seu estudo, a exemplo do romano Varrão e dos humanistas da Renascença, Leonardo Bruni e Flavio Biondo. Nos séculos XVI e XVII são registradas discussões acerca da origem do francês, do italiano, do espanhol, entre outras línguas, nos debates sobre a reciprocidade do latim e dos vernáculos (BURKE, 1995).

No século XIX predominavam os estudos neogramáticos na reconstrução das formas primitivas de determinadas línguas e na formulação de leis de evolução lingüística, nos quais a língua era concebida como um organismo que evolui. Em oposição a essa abordagem, Saussure¹⁴, no início do século XX, lançou seus postulados de um estruturalismo com ênfase sincrônica. Mesmo assim, algumas abordagens históricas permaneciam, mas careciam de uma dimensão social (BURKE, 1995).

Coseriu (1979:43-46), por exemplo, aponta algumas insuficiências na dicotomia de Saussure:

- 1- a falta de nitidez na identificação entre individual e concreto, social e formal (funcional);
- 2- a desconsideração do ponto de contato entre a “língua” e a “fala”, ou seja, “o ato verbal”;
- 3- o excesso de rigidez, por parte de Saussure, na concepção de um indivíduo totalmente separado da sociedade que não seria ele mesmo “coletividade”.

Diante desse quadro, Coseriu (1979:73) propõe uma tripartição do fenômeno lingüístico, em sistema, norma e fala, definindo esses elementos da seguinte maneira:

- sistema: é forma indispensável, oposição funcional;
- norma: representa o primeiro grau de abstração da língua e contém só aquilo que no falar concreto é repetição de modelos anteriores;
- fala: são os atos lingüísticos concretamente registrados no próprio momento de sua produção.

Percebemos na concepção de Coseriu uma interdependência entre o sistema, a norma e a fala. O sistema é um conjunto de oposições funcionais. A norma, por sua vez, é a realização coletiva do sistema e dos elementos não sistemáticos. E a fala, por fim, é a realização individual-concreta da norma em que se manifesta a criatividade dos falantes.

¹⁴ Sobre a contribuição de Saussure para a sistematização do estudo da língua, ver Saussure (1970) e Carvalho (1982).

Surge na proposta tripartida de Coseriu (1979:69) o elemento “norma”, e ele esclarece:

que não se trata de norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção (...), mas sim (...) a norma que seguimos necessariamente por sermos membros duma comunidade lingüística, e não daquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar na mesma comunidade.

No campo estruturalista, a teoria da norma social, desenvolvida por Coseriu, contrária à norma prescritiva, surge como uma das primeiras tentativas de ruptura com o tratamento anterior.

Além disso, de acordo com Mattos e Silva (1995:23), “Coseriu abriu um dos caminhos (...) para a compreensão da língua enquanto fenômeno histórico o que estava excluído da proposta abstrata da dicotomia saussureana”. Segundo Coseriu (1979:79), a distinção tripartida é importante, porque situa “o conceito de *língua* no lugar que lhe corresponde, na consideração descritiva e histórica, e não analítica e interpretativa, da linguagem”. Ele considera ainda que “o conceito corrente de língua não se estabelece com critérios exclusivamente lingüísticos, mas também com critérios culturais” (COSERIU, 1979:77).

Com base nos três aspectos da atividade lingüística propostos por Coseriu (1992) - o universal (linguagem como atividade humana da fala), o histórico (as línguas, por exemplo latim, português, alemão etc.) e o individual (ato concreto do falar ou do escrever) - Schlieben-Lange (1993:18) discute os tipos de normas a que as atividades lingüísticas obedecem, a partir da seguinte sugestão para a sistemática dessas atividades: a Fala, a Língua Histórica e o Texto.

O nível do falar, de acordo com a autora, é o que apresenta uma acepção mais genérica e corresponde a um falar com os outros sobre o mundo. Para tanto, são necessárias algumas técnicas empregáveis em todas as línguas:

- referir-se às coisas do mundo;
- alterar o discurso;
- mostrar ou indicar o que nos referimos;
- supor a existência de um saber partilhado;
- determinar objetivos ao falar.

Para a autora, é a atenção a essas técnicas que torna possível a comunicação em cada língua histórica. Dito de outro modo, “em situações históricas determinadas, falamos em

forma de textos, orientados para uma determinada finalidade.” (SCHLIEBEN-LANGE, 1993:18). Desse modo, apoiada em Coseriu (1987), apresenta o desdobramento dos níveis em:

universal	universal	universal
	histórico	histórico
		individual

Com esse desdobramento, em que podemos visualizar a passagem dos princípios gerais e básicos da comunicação para a atualização do discurso, ou seja, para o uso, passando pelo fio da história, acessamos, pelas palavras de Schlieben-lange (1993:19), uma das concepções embrionárias do que hoje denominamos e discutimos acerca das tradições discursivas:

a universalidade é preservada também no nível da língua e do texto. Sabe-se como uma língua deve ser para poder funcionar como tal. Sabe-se como os textos são constituídos. Também no nível do texto, a historicidade se faz presente na forma de tradições textuais historicamente transmitidas.

Ainda seguindo a continuidade da visão tripartida, Schlieben-lange (1993) apresenta, pautada em Coseriu (1979), parâmetros para a avaliação das atividades lingüísticas:

- para a fala: a coerência através dos atos de referência, da contextualização e o trabalho lógico coletivo;
- para a língua: a correção idiomática (considerando as variações);
- para o texto: a adequação a uma determinada finalidade.

Notamos mais uma vez que a finalidade comunicativa, em substituição ao termo propósito comunicativo, é um traço central para a ocorrência satisfatória dos discursos, pois, de um modo geral, o grau de obrigatoriedade estrutural neste nível é bastante relativo. Há textos bem ritualizados e formulaicos, como os artigos científicos, as leis, em que se evidencia uma norma prescritiva; e outros que transgridem as normas, como os literários.

No que diz respeito às normas, uma reflexão feita por Schlieben-Lange (1993) sobre “norma-de-ser” e “norma-de-dever”, ao distinguir entre o normal (a norma do que é, captado descritivamente) e o normativo (a norma do que deve ser, formulada prescritivamente), retrata, do nosso ponto de vista, uma problemática que, com muitas superações, ainda perdura nos debates atuais:

- No nível do falar – a norma da modalidade escrita desvaloriza a norma da fala.

- No nível da língua – o reconhecimento da variedade padrão origina uma norma-de-dever, que desvaloriza as demais normas.

- No nível do texto – formas-padrão de organização textual são contrapostas às usuais, que são desvalorizadas.

O que observamos é que o percurso dos estudos lingüísticos, tanto na perspectiva sincrônica como na diacrônica, demonstra que vários avanços já foram obtidos, para a nossa época, no tocante às questões mencionadas. A Análise da Conversação muito contribuiu para a superação das abordagens dicotômicas entre as modalidades oral e escrita. As pesquisas Sociolingüísticas trouxeram ao debate questões que foram fundamentais para o incremento de investigações que buscaram a superação de antigos preconceitos e de idéias equivocadas acerca da variação da língua e que consideram a heterogeneidade como a reflexão básica (LABOV, 1972; TARALLO, 1999; FARACO, 2005).

Enfim, constatamos que essas abordagens atuais visam preferencialmente as normas-de-ser. Quanto aos textos, a mudança de perspectiva da norma-de-dever para a norma-de-ser, no campo da pesquisa, parece que está ocorrendo agora, na medida em que as análises classificatórias cedem espaço para as abordagens processuais de cunho sócio-histórico.

Nesse sentido, estamos de acordo com Antos (1997:4) ao afirmar que: “A *pressuposição de tal conceito processual e dinâmica do texto, pelo ponto de vista sincrônico, exige, com relação à área diacrônica, uma aproximação correspondente, nomeadamente, uma abordagem que parte da gênese dos textos*”¹⁵. Sem dúvida, os estudos complementares nesses dois sentidos têm contribuído para uma compreensão mais ampla dos textos e da língua.

Na perspectiva diacrônica estão incluídas pesquisas como as que são desenvolvidas por Oesterreicher (1996, 1997, 1998, 2000, 2001a, 2001b, 2002) das quais retiramos noções basilares (como a de tradição discursiva, de recontextualização, de autonomização e de meio e concepção na relação fala e escrita) para a análise que pretendemos realizar. Seguindo também a visão tripartida de Coseriu (1981b:269 apud OESTERREICHER, 2001b:201): “*a linguagem é uma atividade humana universal que se realiza individualmente, mas sempre segundo técnicas historicamente determinadas*” (grifos do autor), Oesterreicher (2001a) situa a sua definição de tradição discursiva:

¹⁵ Texto traduzido do original alemão por Hans Peter Wieser, professor de latim, alemão e sociolingüística da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e aluno do Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada da mesma entidade. Seguimos a numeração das páginas da versão traduzida, pp. 1-19.

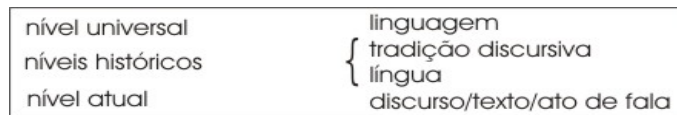
- No nível universal estão situadas todas as atividades da linguagem que utilizam estratégias comunicativas concernentes a referenciação, predicação, contextualização, argumentação, narração, orientação espaço-temporal, entre outros tipos de universais da linguagem (COSERIU, 1987).

- No nível histórico, o autor distingue dois domínios: as tradições discursivas e as línguas históricas. Nestas estão incluídas todas as variedades orais e escritas com as suas regras fonéticas, fonológicas, morfossintáticas e lexicais resultantes da história particular de cada língua. Já as tradições discursivas englobam os tipos de texto, os gêneros (literários e não literários), os estilos etc. Para Oesterreicher (2002:359):

as tradições discursivas funcionam em virtude de situações comunicativas determinadas historicamente. Todo discurso individual guiado por determinados modelos discursivos – os gêneros ou as tradições – se constitui no marco de uma série de constelações comunicativas que controlam os traços específicos de cada discurso e as possíveis modalidades de sua produção e recepção.

- No nível individual inserem-se as atualizações de discursos, seja falado ou escrito, produzidos por um sujeito ou uma instituição dentro de uma comunidade. O esquema abaixo sintetiza os três níveis

Figura 1: Os três níveis da língua na perspectiva coseriana



Ao nosso ver, essa dupla historicidade que emerge do nível histórico propõe que “*junto à historicidade da língua haveria que ter em conta a historicidade das tradições discursivas*”¹⁶ (KABATEK, 2001:99) e coloca em cena a noção de tradição discursiva, muito proveitosa para a teoria da mudança lingüística, por aproximar a evolução da lingüística pragmática com a história da língua, na medida em que permite ver “*as continuidades e descontinuidades da evolução textual, e talvez de uma possível evolução lingüística paralela*”¹⁷ (KABATEK, 2001:100).

Com outras palavras, mas assumindo o mesmo ponto de vista, Frank e Hartmann (1993:32) asseveram que, com o estabelecimento de tradições de textos fixados nos contextos espaço-temporal e comunicativo estáveis, é possível tomar conhecimento de escritos anteriores e ter lugar, no interior dos diferentes gêneros, uma evolução da língua vulgar

¹⁶ Tradução nossa do original: “*junto a la historicidad de la lengua habría que tener en cuenta la historicidade de las tradiciones discursivas*”.

¹⁷ Tradução nossa do original: “*las continuidades y discontinuidades de la evolución textual y tal vez de una posible evolución lingüística paralela*”.

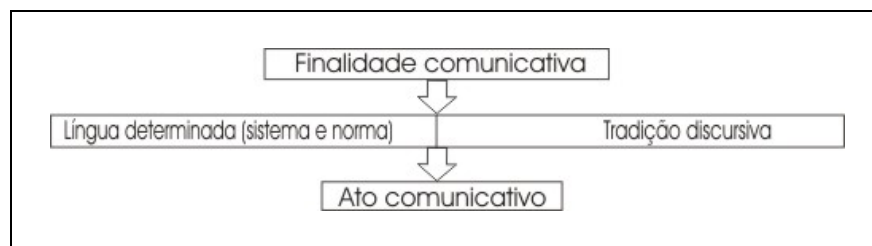
escrita¹⁸. Este é um dos pressupostos básicos para quem, como nós, pretende estudar a historicidade da língua e do texto.

De acordo com Kabatek (2003:3-4):

Na hora de falar ou de escrever um texto, os que falam ou escrevem não só têm que fazer passar sua finalidade comunicativa através do filtro da gramática e o léxico de uma língua determinada na que querem concretizar este fim: como é sabido, o realizam também segundo uma norma que se refere ao já dito na sociedade; e o modelam de acordo com tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, maneiras tradicionais de dizer ou de escrever. (...) Chamamos, de acordo com outros autores, a estes modelos *tradições discursivas*. (grifo do autor)

Essa idéia do autor pode ser visualizada no esquema abaixo, em que ele explicita sucintamente a dupla ação que os usuários da língua executam em seus atos comunicativos, ou seja, eles intentam uma finalidade comunicativa e acionam o conhecimento acerca da língua e as tradições textuais de que dispõem em seu grupo social para realizar suas ações sociais.

Figura 2: A dupla ação do ato comunicativo



Nesse esquema percebemos a total imbricação entre língua e tradições discursivas, a ponto de a adoção de uma nova tradição discursiva, conseqüentemente, receber e provocar atitudes criativas produzidas por inovações próprias de cada língua, de cada cultura, de cada sociedade, de cada época, tanto no ato da produção quanto da compreensão, pois o saber das tradições é um saber compartilhado pelos interlocutores. Pelas palavras de Jungbluth (1998:341): “*escrever é seguir os costumes dos antecessores. Junto com a sucessiva ontogênese da capacidade de escrever se aprendem os moldes tradicionais dos diferentes gêneros de texto*”. É bom destacar que os moldes não se referem exclusivamente à forma, mas também ao funcionamento do texto.

Percebe-se, então, que uma produção discursiva qualquer exige que o produtor coordene a sua finalidade comunicativa, a escolha da tradição discursiva e as regras da língua escolhida. Em outras palavras, Oesterreicher (1996:319) comenta que “*as diferentes*

¹⁸ Recorte e tradução nossa do original: “*avec l’établissement de traditions de textes enracinées dans des contextes spatio-temporels et communicatifs stables, que devient possible une prise en compte de expériences de mise par écrit antérieures et que peut avoir lieu, à l’intérieur des différents genres, une évolution de langue vulgaire écrite*”.

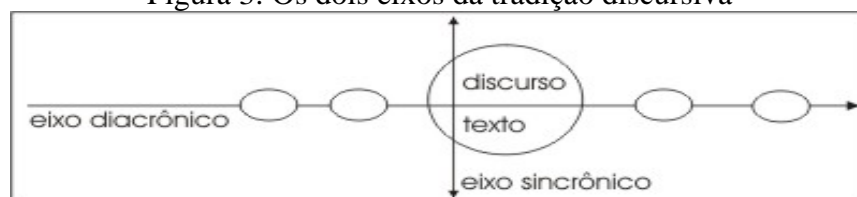
*condições de comunicação conservam certas estratégias discursivas como, por exemplo, graus de planificação, de elaboração sintática, diversos tipos de progressão semântica etc., e implicam determinadas regulações pragmáticas do discurso*¹⁹. Daí a importância, que ressaltamos, mais uma vez, de estudar as mudanças da língua em paralelo com as modificações das tradições discursivas.

Para a escolha da tradição discursiva adequada à finalidade comunicativa desejada, os interlocutores dispõem de um contínuo comunicativo com textos produzidos no meio fônico ou gráfico (meio de produção) que variam no contínuo concepcional da oralidade em proximidade comunicativa, como uma conversação espontânea, à escrita em distância comunicativa, como os textos legais (LUDWIG SÖLL, 1983-1985 apud OESTERREICHER 2001a; KOCH/OESTERREICHER 1985-1990 apud OESTERREICHER 2001a; MARCUSCHI 2001; OESTERREICHER 2002; PESSOA 2003).

Com base nesse contínuo, Selig (1993a), pautada em KOCH/OESTERREICHER, discute os três aspectos da relação entre o oral e o escrito na passagem à escrita das línguas românicas: o aspecto medial, o concepcional e o sociocultural. O primeiro remete ao canal de produção (fônico ou gráfico); o segundo consiste no modo de concepção comunicativa (oral ou escrito); o terceiro implica no fato de a escrita postular uma situação de oralidade primeira como ponto de partida para a evolução românica, o que se verifica nos muitos resíduos de oralidade encontrados nas primeiras demonstrações de uso escrito de uma língua.

Tomando proveito dessa idéia do contínuo discursivo, em termos metodológicos, o estudo da história da língua em relação com a história dos textos requer que o texto seja situado e estudado tanto na série sincrônica como na série diacrônica. Jungbluth (2004, pautada em HABLER, 2001) descreve esse processo como uma dupla recontextualização dos discursos. Na perspectiva sincrônica ocorre a contextualização no mundo discursivo e na diacrônica o texto é situado na seriação das tradições discursivas, como demonstra o esquema abaixo:

Figura 3: Os dois eixos da tradição discursiva



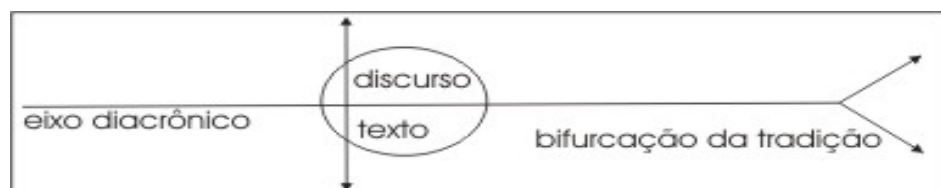
¹⁹ Tradução nossa do original: “*Las diferentes condiciones de comunicación conllevan ciertas estrategias discursivas como, por ejemplo, grados de planificación, de elaboración sintáctica, diversos tipos de progresión semántica, etc., e implican determinadas regulaciones pragmáticas del discurso*”.

No eixo vertical são reconstruídas as relações com outros textos contemporâneos. Já no eixo horizontal busca-se reconstruir a relação com outros textos, antecessores e sucessores de um mesmo conjunto de gêneros, que representam as tradições discursivas. Essa dupla recontextualização fornece pressupostos basilares para a interpretação dos dados.

A recontextualização é um termo encontrado em Oesterreicher (2002)²⁰ para designar o processo de reconstrução das diversas relações semióticas do texto antigo por parte do observador, ou seja, é uma reconstrução da performance do texto. Schmidt-Riese (2002a:21) considera que a recontextualização representa a superação do desencontro entre história e presente, pois “*uma análise do discurso histórico deveria ter em conta, claro está, as características de produção próprias da época considerada, como por exemplo, o manejo da relação emissor-receptor por parte do emissor*”. A contraparte deste conceito é o processo de “independência do texto”, que recebe o nome de autonomização. Neste caso, o texto conserva seus próprios recursos, tipos discursivos e modalidades semânticas para possibilitar a reconstrução dos múltiplos modos semióticos.

Esse aspecto processual e móvel das tradições discursivas pode ser atribuído a duas propriedades expostas por Oesterreicher (2001a e 2001b): a variabilidade e o dinamismo. A primeira remete para o caráter heterogêneo dos textos sob o ponto de vista de sua concepção. Uma entrevista com um político não é homogênea em todas as situações interativas semelhantes, como também não há homogeneidade nos editoriais que serão aqui analisados, sem que eles deixem de pertencer ao mesmo grupo de textos. A segunda diz respeito à historicidade essencial das tradições discursivas concretas, que passa pela criação, fixação, expansão, transformação, perda de importância social e desaparecimento completo das formas discursivas. Esse processo de mudança dos textos é representado pelo esquema da bifurcação (JUNGBLUTH, 2004), no qual uma só tradição discursiva se desdobra em duas tradições distintas e assim sucessivamente.

Figura 4: Esquema da bifurcação da tradição discursiva



²⁰ Versão revisada de Oesterreicher, 1998.

Em síntese, Oesterreicher (1998) apresenta algumas questões relevantes para a metodologia da lingüística diacrônica em geral, que vale a pena rever. São elas:

- o objeto de investigação lingüística deve ser visto sempre em relação a um espaço comunicativo determinado, resultado de processos históricos e em co-variação com os interesses da lingüística;
- o espaço comunicativo tem a forma de um contínuo entre a proximidade comunicativa e a distância comunicativa;
- ao longo do contínuo antropológico-universal que se dá entre a proximidade comunicativa e a distância comunicativa estão situadas as dimensões da variação lingüística;
- o conjunto das normas descritivas ou variedades constitui o espaço variacional de uma língua histórica;
- na diacronia das línguas só estão ao nosso alcance os discursos produzidos no meio gráfico, manuscritos ou impressos.

Como ponto de partida para as análises, percebemos que, em uma lingüística histórica, precisamos contar com uma concepção ampla, interdisciplinar e funcionalista²¹ da língua/linguagem, o que revela a superação dos estudos diacrônicos nos moldes tradicionais. Desse modo, são muitos os panoramas possíveis de análise. Dentre os estudos alemães, Koch, P. (1993:39), em seu estudo sobre o início da escrita em língua vulgar, constatou que a ordem cronológica é insuficiente para classificar os documentos antigos. Para ele, “*se nós tentamos pois uma classificação dos mais antigos documentos romanos, isso custa em geral estabelecer uma **tipologia explicativa**, tipologia que revele as condições de produção e de recepção dos textos. Evidentemente, uma tipologia assim pode se basear nos mais diversos critérios*”²².

Sendo assim, as abordagens históricas envolvendo a história interna e externa se diversificam e é relevante destacar que vários pesquisadores pautam seus estudos nessa perspectiva de análise. Oesterreicher (1997 e 2000), por exemplo, desenvolveu pesquisas sobre o colóquio de Cajamarca (1532), diálogo entre o inca Atahualpa e o Frei Vicente de Valverde, no episódio da Conquista do Peru. A análise utiliza estratégias de investigação interdisciplinar que combina enfoques semiótico-comunicativos e lingüístico-textuais, com investigações psicológicas, sócio-biográficas, históricas e jurídicas, ou seja, reúne diferentes

²¹ O que o funcionalismo defende é “*uma perspectiva integrativa na qual todas as unidades e os padrões da língua seriam compreendidos em termos de funções*” (NEVES, 1997:42; NEVES, 2002).

²² Tradução do original: “*Si nous tentons d’oc un classement des plus anciens documents romans, cela revient en general à établir une **typologie explicative**, typologie qui revele les conditions de production et de réception de ces textes. Evidemment, une telle typologie peut se baer sur des critères très divers.*”

orientações e não se reduz a uma investigação exclusivamente lingüística. Há outras investigações mais recentes, como:

- Eberenz (2001), que analisou os tratados médicos medievais, os Regimentos de peste que se proliferaram nos séculos XIV e XV. Dentre os comentários do autor encontram-se o propósito do texto, os interlocutores envolvidos (quem escreve e quem lê), as estruturas básicas dos textos, análise lingüística (marcas morfológicas e lexicais) e o estilo.

- Kabatek (2001), que tem como objeto de estudo textos jurídicos escritos em Castilha nos séculos XII e XIII e procura nesta investigação ver as continuidades e discontinuidades da evolução textual e de uma possível evolução lingüística paralela.

- Kaiser (2004:1-2), que faz uma pesquisa comparativa do discurso científico (monografia, ensaio e artigo científico) desde o princípio do século XX aos dias de hoje. Ela utiliza como critérios: os temas, as funções do texto, os aspectos formais (macroestrutura), a situação comunicativa e as atitudes do autor (pessoal ou impessoal). Trabalho semelhante está sendo desenvolvido na Argentina por Ciapuscio (2005) ao investigar as tradições discursivas acadêmicas das primeiras décadas do século XX, sob os critérios da estrutura retórica, da organização argumentativa, dos recursos lingüísticos empregados e das mudanças culturais.

- Jungbluth (2005), que continua a desenvolver uma pesquisa iniciada em 1996 sobre a tradição discursiva dos livros de família na România Velha e Nova. A autora procura observar a contextualização sócio-histórica, a macroestrutura ao nível do texto e os aspectos gramaticais (grafia, fonologia, morfossintaxe, léxico e pragmática).

No Brasil, dão continuidade a essas perspectivas de trabalho as pesquisas desenvolvidas no Projeto História do Português Brasileiro na área temática de *Corpora* diacrônicos: tradições discursivas entre oralidade e escrita e tipologia textual, como, por exemplo, as peças de teatro (LOPES, 2005); os anúncios (BRANDÃO, 2005) e textos manuscritos e impressos jornalísticos (PESSOA, 2002 e 2005). Embora essas pesquisas apresentem procedimentos metodológicos bem variados, o que merece uma atenção especial para manter a coerência com a perspectiva teórica, todos apresentam proximidade no que tange às questões que abordam.

Neste campo, ainda muito recente, da pragmática histórica, dentre as diversas abordagens, Jucker (2000) distingue duas perspectivas: a pragmafilologia, ou filologia pragmática, quando são estudados textos históricos particulares, tendo como foco um particular estágio da língua; e a pragmática diacrônica que estuda as mudanças do gênero e da língua com a delimitação do lugar e do tempo. Neste caso, o início da investigação pode ser

de uma forma lingüística particular (form-to-function) ou de uma função particular (function-to-form).

Nesse sentido, Jucker (2000:102-103) analisa receitas culinárias de língua inglesa do século XVII ao século XX. Para isso, o autor sugere a seguinte descrição diacrônica de gêneros²³:

1º passo: a descrição individual dos gêneros em diferentes épocas na história de uma língua;

2º passo: a comparação de um gênero específico em dois diferentes pontos na história da língua;

3º passo: a análise da evolução de uma espécie de gênero específica ao longo do tempo.

Além de tomarmos como referência essa descrição diacrônica, baseamo-nos também nas dimensões de análise postuladas por Jucker (2000:103), a saber:

- os traços externos do gênero (quando e onde as receitas foram publicadas);
- os traços sociais (o tipo de linguagem usada; quem escreveu);
- os traços lingüísticos (as formas lingüísticas usadas, verbos imperativos, sentenças abreviadas);
- a macroestrutura do gênero (a organização das partes individuais da receita).

Como esta investigação faz parte do Projeto para a História do Português Brasileiro e situa-se no âmbito dos estudos acerca das tradições discursivas entre oralidade e escrita, são abordados aspectos históricos da língua, considerando também os dados históricos das tradições discursivas. Para tanto, são levados em conta, na análise, aspectos estruturais, lingüísticos e pragmáticos, cujo escopo é remeter certas estruturas e certas formas lingüístico-discursivas à sua utilização (BRANDÃO, 1997). Baseamo-nos nas propostas de análise de Jucker (2000), Eberenz (2001), Kabatek (2001), Kaiser (2004), Jungbluth (2005) e de pesquisadores brasileiros para estudar os editoriais jornalísticos em Pernambuco, no século XIX. Procuraremos observar os traços de mudança e de permanência ocorridos nesta tradição discursiva no âmbito textual e lingüístico. Desse modo, faremos a nossa análise de acordo com as seguintes dimensões²⁴ e seus respectivos traços:

²³ Tradução livre do original: "A diachronic description of genres must necessarily start with the description of individual genres at different times in the history of a language.(...) The next step is the comparison of a specific genre at two different points in the history of the language. (...) The last and most difficult step in the history of genres is the analysis of the evolution of specific specimens across time.

²⁴ Apesar de não pretendermos fazer no momento uma análise ideológica e crítica do discurso editorialístico, encontramos em Fairclough (1989:26) três aspectos de observação que apresentam correlação com as dimensões analíticas que adotamos, a saber:

- a dimensão estrutural (diagramação: localização no suporte; organização retórica; titulação);
- a dimensão lingüístico-discursiva (elementos constitutivos da argumentação; marcas de proximidade comunicativa; traços característicos do português do Brasil).

2.2 A dimensão estrutural

No capítulo anterior expressamos a nossa compreensão acerca das duas perspectivas de abordagem retórica: a clássica e a nova. A primeira busca sistematizar como se produz a persuasão e a segunda centra-se na organização estrutural do texto, ou seja, a organização discursiva com base nos tipos discursivos (narração, descrição, argumentação, etc.). Apesar do reconhecimento das especificidades de cada uma, em cada momento histórico, consideramos que são complementares em nossas discussões, pois compreendemos que esta é a continuidade renovada daquela no que diz respeito à construção do sentido do texto com as mais diversas finalidades comunicativas.

Assim como os demais textos, o editorial é constituído por uma complexidade de estruturas: a microestrutura, que compreende a linearidade do texto (as palavras, as frases e as seqüências de frases); a macroestrutura temática, que resulta no conteúdo do texto, no sentido mais global, e a superestrutura esquemática, que compreende as possibilidades de ordenação baseadas em regras de formação específicas para cada gênero (VAN DIJK, 1992; GUIMARÃES D., 1992). Do mesmo modo que tema e esquema estão associados, macroestrutura e superestrutura estão intimamente relacionadas (VAN DIJK, 1992) e têm em comum o fato de se definirem em relação ao conjunto do texto (GUIMARÃES E., 2004).

Quando abordamos o editorial em termos estruturais, não podemos excluir o projeto gráfico, pois pensamos na estrutura externa e interna ao texto. Ao nosso ver, todas as ocorrências que provocaram as mudanças no formato do jornal interferiram na sua constituição interna. Nesse sentido, consideramos em nossa análise os aspectos formais referentes à diagramação; o aspecto superestrutural, referente às repercussões na organização retórica do texto; e o aspecto macroestrutural concernente ao emprego da titulação na constituição da tradição editorialística.

-a descrição: concerne às propriedades formais do texto;
 -a interpretação: diz respeito ao relacionamento entre texto e interação, sendo o texto produto de um processo de produção, e um recurso no processo de interpretação;
 -a explanação: consiste na relação entre interação e contexto social.

Sob o ponto de vista formal, o editorial jornalístico é uma tradição discursiva que apresenta “*estruturas fixas ou institucionalmente marcadas*” (MARCUSCHI, 2000a:63). Atualmente essas marcas estruturais são mais recorrentes. Alguns textos seguem mesmo um padrão de organização, que fixa a quantidade e a extensão dos parágrafos. Mas nem sempre houve tanto rigor com a disposição do texto no suporte. Nessa tradição discursiva, como nas demais, a forma adotada tem finalidade comunicativa e funciona como um enquadre interpretativo que auxilia o leitor na construção do sentido do texto. De acordo com Mouillaud (2002a:26), “*a produção do sentido começa com a diagramação*”. São informações constantes nas colunas, nas seções, nos títulos, nas cores, no formato e tamanho da letra, na localização do texto no suporte textual como o jornal etc., que dão pistas ao leitor a respeito da finalidade comunicativa. Desse modo, são bastante visíveis as modificações, em termos de diagramação, que a história do editorial pode mostrar.

Antos (1997:4) acresce a esses conhecidos aspectos formais “*o canal, o gênero, a variedade e o estilo, ainda a distribuição, proporção e segmentação das informações. A seleção, acumulação e estruturação de conhecimento redundam em problemas globais de formulação*”. Assim, é possível perceber que as escolhas formais para a composição do texto podem ser mais pontuais ou mais gerais.

Comentar a questão da diagramação implica em tomar de empréstimo termos da literatura da comunicação. Segundo Mouillaud (2002e:85), “*o dispositivo²⁵ não é o suporte inerte do enunciado, mas um local onde o enunciado toma forma*.”. A área da página do jornal é uma representação aproximada desse dispositivo de enquadramento. De acordo com Mouillaud (2002c:43), o conceito de enquadramento descreve o processo de visibilidade, proveniente da fotografia e do cinema. Desse modo, a nossa concepção de jornal, como um exemplar de suporte, coincide com a denominação do jornal como hiper-gênero, por ser um gênero constituído por outros (BONINI, 2005:65). Este é um ponto de grande relevância nas nossas reflexões, tendo em vista os traços de mudança que ocorreram na localização e disposição do editorial dentro do suporte, como também a idéia de que o suporte não é neutro nem o gênero é indiferente a ele (MARCUSCHI, 2003b).

Considerando a intensionalidade na localização do texto no suporte, a distribuição de uma matéria no jornal, de acordo com Lage (2004:6-7), ocorre em três níveis:

²⁵ “*Os dispositivos são lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem os textos. (...) Os dispositivos se encaixam uns nos outros. O jornal se inscreve no dispositivo geral da informação e contém, ele próprio, dispositivos que lhe são subordinados (o sistema de títulos, por exemplo)*” (MOUILLAUD, 2002b:34-35).

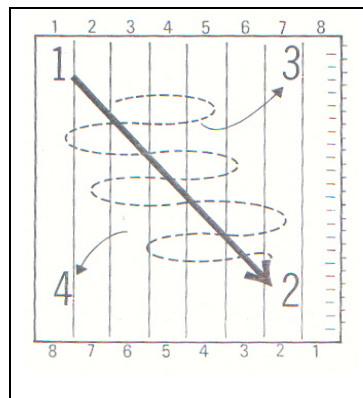
a) o projeto gráfico – é o sistema que estabelece as divisões e a combinação dos textos, traços e ilustrações.

b) os sistemas analógicos – são fotografias, ilustrações, *charges*, *cartoons*, que fixam e comentam momentos e, por isso, são unidades semânticas autônomas de grande valor referencial.

c) o sistema lingüístico – corresponde a manchetes, títulos, textos, legendas, que representam o componente digital da comunicação.

O objetivo da diagramação é prezar pela legibilidade, pela beleza plástica, pelo estilo e pelo valor informativo. Cada lugar na página tem um valor específico relacionado à facilidade ou não com que o leitor acessa a matéria. Com base na movimentação dos olhos nas páginas escritas ou impressas, Edmund Arnold (apud BAHIA, 1990:119-120) expõe o princípio da zona visual primária. A figura seguinte representa uma página de jornal onde são pontuadas quatro zonas visuais.

Figura5: As quatro zonas visuais



1) Zona óptica primária: área superior esquerda, que retém, em primeiro lugar, a atenção do leitor.

2) Zona terminal: área inferior direita, para onde se move o olhar numa leitura diagonal.

3 e 4) Zonas mortas: os dois cantos restantes, que requerem matéria que desperte o interesse.

A partir dessas zonas, os textos são situados de acordo com os propósitos do jornal. Tomamos essa forma de organização gráfica apenas como um exemplo possível de

diagramação, tendo em vista que há outras possibilidades, inclusive para surpreender e quebrar expectativas. A questão que, de fato, nos interessa é acompanhar as transformações de diagramação que se deram do início da imprensa aos nossos dias, com repercussões na organização retórica dos textos e no processo de leitura.

Como foi apresentada no primeiro capítulo, a noção de unidade estrutural já estava presente na Arte Retórica proposta por Aristóteles nas partes do discurso: exórdio, narração, demonstração e peroração. Posteriormente a idéia de organização textual foi retomada com novos enfoques e novas terminologias, como Van Dijk (1992), com as noções de microestrutura, superestrutura e macroestrutura, e Swales (1990), com a noção de organização retórica, que foi discutida no primeiro capítulo. Reconhecemos as convergências entre as duas últimas abordagens da organização esquemática do texto e, por isso, adotamos de Van Dijk as terminologias que representam as nossas dimensões de análise, ou seja, a dimensão da organização estrutural, que compreende a macroestrutura e a superestrutura, e a dimensão da organização lingüístico-discursiva, que tem relação com a microestrutura do texto. De Swales recorreremos ao procedimento metodológico para a apreensão da organização retórica do texto²⁶.

Para isso, partimos de um esquema de organização retórica de editoriais proposto por Sousa (2004) a partir de Swales (1990), que representa um “padrão” de regularidades que emergiu da análise de seu *corpus*, constituído de editoriais atuais.

Figura 6: A organização retórica de editoriais jornalísticos

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema	
Subunidade 1.1 – Apresentando uma informação introdutória	e/ou
Subunidade 1.2 – Esclarecendo uma informação	
(e)	
Unidade retórica 2 – argumentação sobre a tese	
Subunidade 2.1 – Argumentando convergentemente	e/ou
Subunidade 2.2 – Argumentando divergentemente	
(e/ou)	
Unidade retórica 3 – Indicação da posição do jornal	

Numa perspectiva diacrônica dos editoriais, as questões que levantamos são: será possível encontrar o mesmo padrão de regularidades nos editoriais do passado? Que outras possibilidades de organização podem ocorrer? De um modo geral, a permanência ou a mudança na forma de organizar o editorial pode revelar diferentes estratégias argumentativas.

²⁶ Apesar de utilizarmos este recorte teórico, não demos um enfoque cognitivo aos dados da maneira que pode ser encontrado em Bonini (2002).

Também contam na constituição desse texto argumentativo as aberturas e fechamentos e os títulos adotados.

A abertura e o fechamento são o início e o fim que se comprometem mutuamente na seqüencialização do texto (GUIMARÃES E., 2004). Na verdade, a forma como o texto é organizado procura atender a uma dada finalidade comunicativa; no caso do editorial, persuadir²⁷ os leitores. Nesse sentido, partindo das noções aristotélicas de exórdio (introdução) e peroração ou epílogo (conclusão), discutiremos as formas de abertura e fechamento adotadas na construção do editorial no seu percurso no século XIX, com repercussões nos séculos XX e XXI. Para isso, adotamos, a princípio, as características listadas por Citelli (2005) de que o exórdio, de acordo com a nossa denominação abertura, pode ser uma indicação de assunto, um conselho, um elogio, uma censura, a depender do gênero do texto; e o epílogo, para nós, fechamento, em um texto persuasivo é a oportunidade para indispor o leitor/ouvinte com o adversário, ampliar ou atenuar o que foi dito, exercitar as paixões, proceder a uma recapitulação.

Já os títulos cumprem uma dupla função: sintetizar o tema central e atrair a atenção do leitor (KAUFMAN e RODRIGUEZ, 1995). Ao assumir esse papel estratégico na articulação do texto, os títulos expressam a macroestrutura e facilitam a retenção do conteúdo, papel análogo desempenhado pelos subtítulos (GUIMARÃES E., 2004).

Eles estão situados nas categorias textuais perspectivas, juntamente com o início do texto e o autor. Há também a categoria dos contextualizadores, que engloba a assinatura, a localização, a data e os elementos gráficos (MARCUSCHI, 1986). Com o papel de nomear o texto, despertar o interesse do leitor, acionando conhecimentos prévios, e organizar o texto (TRAVASSOS, 2003a-b), os títulos subdividem-se em temáticos e não-temáticos. Os primeiros se encaixam na base do conteúdo do texto e os últimos, não (MARCUSCHI, 1986). De acordo com Mouillaud (2002d:78), *“o título está para o artigo como a ponta de uma pirâmide cuja base está cada vez mais expandida no tempo”*.

Em síntese, esta dimensão relaciona-se tanto com a globalidade do texto e sua localização no suporte quanto com as relações internas que asseguram a organização retórica e lingüístico-discursiva, justamente porque os níveis superestrutural, macroestrutural e microestrutural interligam-se na construção do sentido do texto.

²⁷ Segundo Citelli (2005: 14), *“quem persuade leva o outro a aceitar determinada idéia, valor, preceito. É aquele irônico conselho que está embutido na própria etimologia da palavra: per + suadere = aconselhar”*.

2.3 A dimensão lingüístico-discursiva

Muitos estudos já constataram que o português do Brasil emergiu do entrecruzamento da língua de negros e índios, dos portugueses e de outras que aqui chegaram (MELLO, H., 2002). O que se busca compreender ultimamente, e esta pesquisa intenta contribuir, são os processos sócio-históricos e lingüísticos que interagiram na constituição do português brasileiro conjugando os fatores do passado e do presente (MATTOS E SILVA, 1998; 2004).

Nos séculos XVI e XVII, durante a colonização e a evangelização jesuítica, as línguas indígenas foram cedendo espaço para as línguas gerais indígenas²⁸ utilizadas na comunicação entre brancos, negros e índios. No Nordeste, segundo Houaiss (1985), a língua geral que se proliferou foi a Cariri.

Do século XVI ao XIX o papel das línguas africanas na história da diversidade do português do Brasil pode ser observada na distribuição da população do Brasil e pode ser vista na distribuição da população de falantes das diversas línguas africanas por diferentes localidades para que eles não se aglutinassem étnica, cultural e lingüisticamente (HOUAISS, 1985). Apesar disso não há como negar as influências africanas em diversos níveis do português do Brasil²⁹.

Nesse período, de acordo com Mariani (2001), havia uma situação de conflito entre línguas indígenas x língua geral x língua portuguesa x português-brasileiro, que eram utilizadas por nobres portugueses, nobres brasileiros, brasileiros pobres, índios e jesuítas, negros, mulheres e crianças. Todo esse conflito lingüístico levou o diretório pombalino, na segunda metade do século XVIII, a intervir no processo de construção da identidade lingüística brasileira, a determinar o português como língua da colônia, a obrigar o seu uso na documentação oficial e, com a expulsão dos jesuítas, a implantar o ensino leigo no Brasil (MATTOS E SILVA, 2004). Este, entre outros fatores sócio-históricos, impediram o uso majoritário da língua indígena e africana nas concentrações urbanas porque os nativos africanos e indígenas foram impelidos para as comunidades rurais situadas no interior do país.

Se o século XVIII retrata um período de conflitos lingüísticos, o século XIX, conforme Silva, M. (2001:140), “*é um espaço-tempo fundamental para se compreender essa trajetória em que se dá a inserção do sujeito na cultura letrada*”. Nesse momento histórico, o sujeito é conduzido ao processo de leitura e de escrita de forma mais constante, o que,

²⁸ Sobre a complexidade da situação lingüística brasileira nos séculos XVI a XIX ver “As instituições de línguas gerais no Brasil” (BORGES, 2001).

²⁹ Sobre as influências africanas ver “Africanismos no Português do Brasil” (PETER, 2001).

evidentemente, acarreta unificação e deslocamentos lingüísticos e alterações na produção de sentidos nos textos que circulavam na época, especialmente os jornalísticos.

O século XIX, que foi o cenário para as lutas políticas e deu início à urbanização no Brasil, testemunhou a chegada dos emigrantes, principalmente para o Sul e Sudeste. Esse fato contribui para a heterogeneidade do português do Brasil e, com a escolarização, fez avançar a norma padrão em detrimento das demais. É o período das práticas descolonizadoras no Brasil. Surge reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escrita e por instituições capazes de garantir a prática da cidadania (ORLANDI, 2001). É importante ressaltar que a heterogeneidade sempre marcou o funcionamento do português, principalmente ao longo da colonização (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001).

É nesse século, com o advento da imprensa, que a elite brasileira começa a dar ênfase ao rigor gramatical³⁰ e ao português culto introduzido pelo processo de escolarização e civilizatório iniciado na segunda metade do século XVIII (VITRAL, 2001; MATTOS E SILVA, 2001; RIBEIRO, I., 2002). Esse episódio é considerado por Mattos e Silva (2004) um traço sociolingüístico significativo na história do português brasileiro urbano.

Das tradições discursivas que do século XIX chegaram aos nossos dias, o editorial está entre aquelas que eram produzidas e lidas predominantemente pela elite letrada³¹. Em vista disso, carrega marcas desse traço sociolingüístico. Efetivamente começam a se delinear as características do português brasileiro não-padrão e do português brasileiro padrão. O primeiro consiste nos dialetos falados pela grande parte da população que pouco ou nenhum acesso teve à formação escolar e o segundo é utilizado nos contextos de interação formal por um pequeno número de pessoas que tiveram acesso à educação formal e estão familiarizadas com o texto escrito³². Não há uma ruptura entre os dois, e sim gradações de marcas lingüísticas que os caracterizam (MELLO, 2002). No entanto, o segundo gozava e goza de maior prestígio social e passou a ser o ideal de língua codificado nas gramáticas normativas (BAGNO, 2002).

As novas construções de sentido, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, envolvendo o mundo não-letrado e o mundo letrado, o português de Portugal e o

³⁰ Fato semelhante ocorreu na Itália do século XIX, quando “*a questione della lingua tornou-se um problema de imposição da uniformidade da fala para transformar o que havia sido uma miscelânea de povos em uma comunidade nacional* (STEINBERG, 1997: 242). Evidentemente isso envolve questões lingüísticas e políticas.

³¹ O que não representa um número significativo de leitores, pois, segundo Mattos e Silva (2004: 40) “...até o século XVII houve apenas 0,5% de letrados, taxa que aumenta para 20% a 30% ao longo do século XIX até 1920...”.

³² O português brasileiro culto se sustentou na tradição escrita e o português popular brasileiro na tradição oral (MATTOS E SILVA(2002:443).

português-brasileiro geraram algumas polêmicas entre brasileiros e portugueses, durante o processo de gramatização³³ (PFEIFFER, 2001).

Os gramáticos dessa época desenvolviam métodos logicistas e não se ocupavam com o falar do Brasil. O que soava diferente era pejorativamente chamado de brasileirismo (FÁVERO, 1999). Merece destaque a obra de Jerônimo Soares Barboza (1871)³⁴, publicada em 1822, que se sobrepôs às demais (FÁVERO, 1996) e apresenta-se composta de duas partes: a mecânica, subdividida em ortoepia e ortografia, e a lógica, subdividida em etimologia e sintaxe (FÁVERO, 2001).

Nesse contexto havia a interação no mesmo espaço de falantes de variedades socioculturais e de variedades geográficas da mesma língua como também o contato entre falantes cultos e falantes analfabetos de uma mesma variedade geográfica. São esses contatos que Castilho (2001) considera “o gatilho discursivo da mudança”. Desse modo o português brasileiro nasceu e vive em meio às diversidades diatópicas (geográficas), diastráticas (sociais) e diafásicas (situacionais). É por tudo isso que o século XIX é um período histórico da língua que guarda muitas revelações acerca das práticas comunicativas, por meio das diversas tradições discursivas da época e dos usos lingüísticos que mudaram ou permaneceram.

Desse modo, ao longo do trabalho, as nossas considerações acerca das variedades e mudanças lingüísticas espelham-se nos conceitos postulados por Schmidt-Riese (2002c), nos quais as variedades são definidas como combinações prototípicas de traços fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais utilizados pelos falantes. Elas são determinadas historicamente e correspondem às determinações comunicativas dos diferentes contextos pragmáticos, seja geográfico, social ou situacional. Já a mudança lingüística, para o autor, não se limita à realidade de uma língua, a um sistema único, homogêneo e autônomo e se apresenta como um conjunto de processos de inovação e difusão motivados e controlados pelas variedades.

Nosso interesse em acompanhar o trajeto feito pelas realidades lingüísticas do editorial até chegar à atual está fincado no pressuposto de que “*em sua linguagem mista, versátil, de diversas tonalidades, com variados fins e direcionada a diferentes segmentos da sociedade, o jornal reúne textos capazes de documentar um momento da história da língua*” (CAMARGO,

³³ O processo de gramatização brasileiro se dá a partir dos anos 80 do século XIX, momento em que as gramáticas e dicionários se fazem tendo em vista a questão das línguas do Brasil (GUIMARÃES, 1994, 1997, apud PFEIFFER, 2001). Esse processo não é o mesmo que gamaticalização, que consiste no “*processo por meio do qual uma palavra vai lentamente mudando de classe gramatical*” (BAGNO, 2002:44).

³⁴ Reprodução da gramática de 1803 (PESSOA, 1997)

2004:66). Nesse sentido, a autora apresenta alguns empregos lingüísticos atuais que expressam a “dupla personalidade lingüística” (BAGNO, 2002), ou seja, o desafio de o redator seguir as prescrições conservadoras dos manuais de redação e estilo das empresas jornalísticas e, ao mesmo tempo, atender ao uso momentâneo da língua:

- o emprego de pronomes oblíquos, de preferência em posição proclítica, e rejeição à mesóclise;
- a estabilidade da norma ortográfica;
- o uso de palavras não dicionarizadas;
- a tendência à substantivação;
- a incorporação de neologismos representativos na fala da população;
- a imposição da sintaxe da língua falada;
- a primazia pela simplicidade e objetividade;
- a tendência à omissão dos artigos;
- as construções elípticas impostas pela falta de espaço;
- o policiamento das locuções gerundivas;
- a transposição de construções típicas da linguagem falada, etc.

Dos recursos lingüístico-discursivos que retomaremos o percurso histórico na constituição do editorial, numa perspectiva microestrutural, alguns foram retirados desse levantamento, outros emergiram do próprio *corpus* ou foram extraídos de pesquisas anteriores, como Pessoa (2003), entre outros autores, e uma grande quantidade de recursos aguarda uma nova investida no tempo.

Por enquanto, entram em discussão aspectos microestruturais como: a concordância verbal e nominal, o emprego dos verbos *ter* e *haver*; a voz passiva, o uso do gerúndio, a partícula negativa entre o verbo e o clítico e os aspectos ortográficos; serão abordados também alguns elementos constitutivos da argumentação (o ponto de vista discursivo, a modalização, a citação, as perguntas retóricas e a repetição de efeito enfático) e a transposição da linguagem falada para o texto escrito, numa combinação a que está sujeita a linguagem jornalística entre o registro coloquial e o formal (LAGE, 2004:38), percebida por meio da simulação de diálogo, da referência direta aos interlocutores, da pontuação e recursos gráficos convencionais, da interjeição e de expressões referenciais e lexicais. Em síntese, neste tópico discutimos teoricamente os itens que serão analisados no sexto capítulo.

2.3.1 Aspectos microestruturais

Dentre as questões microestruturais de ordem gramatical, discutiremos, entre outras, a simplificação da flexão verbal e nominal, que, segundo Camacho (2001:59):

uma variante, como presença de marca de plural no sintagma nominal, é conhecida como detentora de prestígio social entre os membros da comunidade, sendo por isso chamada variante padrão ou de prestígio. Já sua alternativa, a ausência de marca plural, é conhecida como variante não-padrão ou estigmatizada. É óbvio que a distribuição de valores sociais se torna institucionalizada pela elevação de uma variedade de prestígio à condição de língua padrão que, como tal, passa a ser veiculada no sistema escolar, nos meios de comunicação, na linguagem oficial do Estado etc.

A simplificação foi atestada nas imitações da fala dos negros em Gil Vicente nos séculos XV e XVI (GÄRTNER, 2002), e muitos outros trabalhos têm acompanhado essa ocorrência lingüística nos séculos posteriores em diferentes tradições discursivas.

Pelo alto índice do emprego da voz passiva sintética para indicar a indeterminação do sujeito, tanto na fala quanto na escrita, esse também tem sido um objeto de observação dos que acompanham a história do português brasileiro. Bagno (2000), por exemplo, considera o termo passiva sintética inadequado e acresce o prefixo pseudo ao fenômeno gramatical que o autor passa a designar como pseudopassiva sintética. Em nosso comentário, apesar de concordarmos com as reflexões do autor sobre esta questão, adotamos a terminologia mais corrente.

O fato é que a passagem do emprego da passiva à indeterminação tem levado o falante a não mais fazer a concordância (BECHARA, 1999:178) “*vendem-se casas* (= ‘casas são vendidas’) – *vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) – *vende-se casas*”. Este tem sido o uso mais corrente, que leva os pesquisadores a mapear a trajetória dessa ocorrência em diferentes textos e em diversos períodos do português brasileiro.

Em nossa análise consideramos também alguns aspectos da ortografia na constituição do editorial, mas o seu processo de mudança não está relacionado às mudanças gramaticais, visto que resulta de convenções sociais e que se trata de uma fixação legal de uma maneira unificada de escrever (MORAIS, A., 1999; BAGNO, 2001).

O Brasil tardou em fixar suas normas ortográficas. Enquanto o espanhol e o francês fixaram suas ortografias antes do século XIX, o português só o fez na 1ª metade do século XX (MORAIS, A., 1999). Antes da fixação ortográfica, não havia uniformidade, e nota-se isso observando escritos de épocas diferentes ou da mesma época. Para compreender a história da ortografia, Nunes (1960) distinguiu dois períodos: o fonético, que consiste na representação,

pelas letras, dos sons que elas representavam, e o pseudo-etimológico, representação do idioma da maneira como se escrevia há séculos remotos, em harmonia com a pronúncia.

Segundo o autor, estudos filológicos mostraram que muitas grafias não tinham razão de ser e manifestaram uma tendência para a correção de umas e simplificação de outras. Essa ação resultou, em 1911, em Portugal, na nomeação de uma comissão que propusesse a ortografia oficial. Em virtude da questão da escolaridade, da difusão do livro e do avanço da imprensa, até 1931 havia no Brasil uma certa elasticidade e liberdade na grafia de várias palavras. Nesse ano foi adotado um sistema rígido baseado no que estava em vigor em Portugal desde 1912 (CAMARA JR., 2003).

Houaiss (1991) sistematiza essas passagens da ortografia portuguesa em três fases: a fonética (do século XII ao XVI, período arcaico); a pseudo-etimológica (do século XVI até 1904); a simplificada (de 1904 até nossos dias). Essas são as fases adotadas para nortear os comentários acerca do aspecto ortográfico na composição do editorial.

2.3.2 Aspectos argumentativos

No que diz respeito à argumentação (tipo discursivo predominante no editorial), notamos que alguns autores procuram estabelecer certas distinções para que não haja confusão com outras ações comunicativas. Perelman e Olbrechtstyteca (1996) postulam que quando a argumentação visa a incrementar a adesão dos espíritos, caracteriza-se como um ato de persuasão, pois o ato de convencer se dirige unicamente à razão. Dessa forma, os autores querem mostrar que a argumentação persuade pelo viés emocional e convence pelo racional. Garcia (1996), por sua vez, comenta que a diferença entre dissertação e argumentação está no propósito de expor, explicar ou interpretar da primeira e de convencer, persuadir ou influenciar da segunda. Na dissertação é possível expor, sem combater; já na argumentação a tentativa de convencimento e de adesão às teses defendidas (FIORIN & SAVIOLI, 1997) ocorre em face da apresentação de evidências, fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos, testemunhos.

Segundo Garcia (1996), não raro, na imprensa a argumentação se descaracteriza quando declina para o insulto, o xingamento, a ironia, o sarcasmo (*argumento ad hominem*) ou para a exposição ao ridículo, a execração pública (*argumento ad populum*), em vez de se legitimar de forma construtiva, cooperativa e útil. A adjetivação, como um dos recursos mais presentes na organização argumentativa, foi comumente usada no início da imprensa para aquele fim, principalmente na tendência político-panfletária, que será comentada no capítulo

seguinte. Com relação aos editoriais, essas formas podem ser encontradas e exemplificam um dos aspectos de transformação desta tradição discursiva. Isso demonstra que a organização argumentativa depende totalmente das considerações feitas sobre as condições de produção (OSAKABE, 1999), que envolvem os interlocutores e as circunstâncias.

Na análise dos editoriais da campanha eleitoral de 1989 em São Paulo, Mauro (1997) identificou duas estruturas argumentativas: uma empírica e outra coercitiva. A primeira está fundamentada na experiência observada e vivida e na confrontação das realidades, como, por exemplo, a confrontação entre a pessoa e seu ato, com a finalidade de desqualificar o adversário (argumento *ad personam*). A segunda estrutura argumentativa é a coercitiva que gira em torno dos valores, dos lugares-comuns e das perguntas dialéticas ou retóricas. Como a temática política foi bastante recorrente no século XIX, essas duas estruturas também fizeram parte da constituição do editorial dessa época, como também é possível detectar: o ponto de vista discursivo; a modalização; a adjetivação; a citação; a pergunta retórica e a repetição de efeito enfático.

O ponto de vista discursivo, nas primeiras versões do editorial, é marcado pelo uso do pronome “nós”. Como uma das expressões dêiticas, semelhante a eu, ele, aqui, agora, etc., pode, dependendo do local em que ele é empregado, obter referentes diferenciados. A essa instabilidade referencial dos dêiticos no contexto argumentativo, Ducrot (1987:90) denomina “*a instanciação das variáveis argumentativas*”. Nesse sentido, considerando os procedimentos argumentativos que, especialmente no início da imprensa, emergem dos editoriais, a primeira pessoa do plural tanto pode referir-se à instituição jornalística, quanto pode referir-se ao coletivo da sociedade. Isso consiste num duplo exercício do emprego do “nós” para designar uma soma de indivíduos, ou seja, um eu expandido para além da pessoa estrita (BENVENISTE, 1988).

Outro constituinte da argumentação é a modalização, que consiste na indicação da modalidade (negação, confirmação, dúvida, intensificação, etc.) sob a qual o conteúdo proposicional deve ser interpretado. Exerce, portanto, um importante papel no processo argumentativo. Para isso, são utilizados os indicadores modais ou índices de modalidade, também chamados modalizadores (KOCH, I. 1995:47), que são elementos “*importantes na construção do sentido do discurso e na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito*”.

A autora também apresenta algumas formas de expressão da modalidade: *expressões cristalizadas* do tipo “é + adjetivo” (é necessário, é possível); *certos advérbios ou locuções adverbiais* (talvez, provavelmente, certamente, possivelmente, etc.); *verbos auxiliares modais* (poder, dever, etc.); *construções de auxiliar + infinitivo* [ter de + infinitivo, precisar

(necessitar) + infinitivo; dever + infinitivo, etc.]; *orações modalizadoras* (tenho certeza de que..., não há dúvida de que ... etc.)

Desses modalizadores nos deteremos tão-somente nos advérbios e locuções adverbiais, pois o nosso propósito é espalhar o olhar por outros componentes da argumentação também. Os advérbios tomados como exemplo expressam a opinião do emissor (BOMFIM, 1988) e, portanto, assumem a função de marcadores discursivos (MARTELOTTA & LEITÃO, 2002). Esses autores, apoiados em Traugott (1995) têm observado que os advérbios modalizadores portugueses (certamente, praticamente, realmente, com certeza, de fato, entre outros) passam por um processo de gramaticalização que os leva gradualmente à liberdade sintática. A trajetória de mudança seguiu do *advérbio interno à cláusula > advérbio sentencial > marcador discursivo*. Por essa função, é possível observar também o seu papel como marcador argumentativo.

No que diz respeito ao sistema de citações na constituição do texto jornalístico, Mouillaud (2002i) comenta que há variantes, a saber: a mimese, correspondente ao discurso direto, e a paráfrase, referente à transformação do enunciado de origem. Isso ocorre porque a significação, no jornal, provém da pluralidade da enunciação, condicionada pelo “discurso do outro”. É isso que favorece o aparecimento dessas instâncias de legitimação (TÉTU, 2002).

Nos textos de opinião, dentre eles o editorial, o escritor expõe o seu ponto de vista pautando-se em outros textos lidos ou ouvidos, o que remete à polifonia de Bakhtin (1992b) e à intertextualidade da Lingüística de Texto (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981; COSTA VAL, 1991). Situada entre as práticas intertextuais, a citação pode assumir diferentes papéis na linearidade do texto. Pode funcionar como ilustração, epígrafe e conclusão (GUIMARÃES E., 2004), como demonstram, especialmente, as primeiras versões dos editoriais.

Ademais, a citação foi de grande importância para os primeiros documentos de línguas românicas. Numa situação lingüística complexa, em que os textos refletiam a situação lingüística medieval estabelecida entre passagens romanas e passagens latinas nos textos plurilíngües, a citação era utilizada a fim de facilitar a aparição do vernáculo em representação gráfica (SELIG, 1993b).

Outro emprego bastante evidente dentre os elementos constitutivos da argumentação são as perguntas retóricas. Assim como os demais enunciados interrogativos, elas dependem do contexto para que sua força ilocucional seja identificada (PERINI, 1989). Marcuschi (2000b) destaca outras funções pragmáticas das formulações interrogativas, como: a ordem, o convite, a exortação e a pergunta propriamente dita. São enunciações que dependem do uso que no momento o falante faz da língua (CÂMARA JR., 1989). No caso das perguntas

retóricas, a sua função é persuasiva e, sendo assim, consiste num mecanismo argumentativo, cujo intuito é persuadir o interlocutor. Geralmente ocorre quando há defesa de pontos de vista (GOMES, 1999).

Além da pergunta retórica, a repetição apresenta-se como um recurso formalmente diversificado, com expressividades de grande alcance estético e persuasivo, e requer um uso funcionalmente equilibrado e discursivamente propositado (ANTUNES, 1996). Trata-se, neste caso, da repetição de efeito enfático, que se distingue em termos funcionais de outras ocorrências de repetição, a saber: a que marca contraste; a que marca a continuidade do tema que está em foco; a que arremata o texto; a que ocorre parcialmente por meio da derivação e a não funcional (ANTUNES, 2005).

As repetições lexicais não foram observadas a primeira vez pela Linguística de Texto, remontando sua função persuasiva no discurso à Retórica Clássica. Mas foi por meio dos estudos do texto mais recentes que suas funções foram mais bem definidas, como a distinção entre uma repetição coesiva e acidental. A primeira ocorre em função da continuidade e unidade textual. De acordo com Beaugrande & Dressler (1981) é o mais óbvio dentre os recursos que asseguram a coesão lexical do texto. Já a repetição acidental não tem um propósito determinado e contribui para a baixa informatividade do texto (ANTUNES, 1996). Esse é o tipo de repetição que é combatido pelos manuais de redação, que sugerem outras possibilidades de articulação, como a sinonímia, a hiponímia, a hiperonímia, a nominalização e outras (GUIMARÃES E., 2004).

Tanto na fala quanto na escrita a recorrência de unidades lexicais ou de composições sintagmáticas é comum; o que remete à integração do oral com o escrito (KATO, 1986). No caso dos editoriais em análise, apenas nos deteremos na observação da repetição de efeito enfático e seu papel como componente argumentativo em diferentes momentos do percurso desses textos.

Como a força dos argumentos está relacionada ao grau de convicção que ele pode proporcionar (PERELMAN, 1996), o uso de provérbios soa como a voz da sabedoria popular, o que, mesmo que para alguns seja senso comum, resulta num reforço argumentativo incontestável (NASCIMENTO, K., 1999). A utilização dos provérbios nos editoriais faz alusão exatamente à penetração da tradição oral nas produções escritas.

2.3.3 Aspectos da integração do oral ao escrito

De acordo com Obelkevich (1997:43), para quem se dedica à história social da linguagem, “*ouvir a voz por trás do texto invocando a oralidade que está além da alfabetização, essa é uma de nossas principais tarefas*”. Vemos, com isso, como é relevante nesse tipo de pesquisa não perder de vista a imbricada relação que se estabelece entre oralidade e escrita, especialmente no período inicial de aquisição e aperfeiçoamento da segunda. Em vista disso, uma geração de acadêmicos subsequente ao século XIX voltou o interesse para o contexto social em que a tradição oral ocorre (CRUIKSHANK, 2002). Dentre as manifestações mais evidentes e recorrentes da tradição oral estão os provérbios, ou ditos populares.

Os provérbios são definidos por sua função externa, expressiva, persuasiva, moral ou didática, quando são usados para dizer que atitude tomar em relação a uma determinada situação (OBELKEVICH, 1997). O seu emprego “*tanto pode provocar a atenção quanto empobrecer o texto. (...) Não obstante isso, o texto jornalístico não é arredo totalmente ao uso de provérbios*” (ANDRADE & MEDEIROS, 2000: 96). Sua função nos editoriais, por exemplo, é constituir argumentos lógicos, mas amenizar a abordagem de uma questão, buscando uma aproximação com o leitor.

Ao comentar a produção jornalística do século XIX, Freyre (1990:219-220) ressalta que “*foram os anúncios de jornal, aparecidos na imprensa da época brasileira aqui considerada, expressões brasileiras, em seu maior número – e o mesmo é certo de avisos e apedidos – de um português oral, vivo e espontâneo, que às vezes contrastava com o erudito, acadêmico, até mesmo artificial, dos editoriais*”. A nossa suposição é a de que, apesar dessas características dos editoriais, a imposição da oralidade era tão forte na época que não é difícil que as suas primeiras versões expressem também um pouco da vivacidade e da espontaneidade da fala.

Esse século representa de forma mais explícita a transição de uma comunicação oral para uma comunicação escrita. Nos textos escritos algumas marcas de oralidade podem ser detectadas, como a simulação de diálogos, a referência direta aos interlocutores por meio de vocativos e o emprego da segunda pessoa do plural e a intensa variedade estilística que oscilava entre os registros formal e coloquial da língua³⁵.

Da forma como entendemos, essas entre outras marcas, no início da imprensa,

³⁵ Sobre os níveis da fala ver Preti (2000:39).

correspondem à competência escrita de cunho oral (OESTERREICHER, 2002). Apesar de os editoriais não representarem a escrita dos *semicultos* (que buscam escrever de maneira adequada, mas não têm habilidade para isso (FONSECA M., 2005), pois as primeiras versões eram redigidas por homens letrados, advogados e estudantes de direito, esses textos não deixam de carregar os traços de transição da oralidade para escrita. A existência desse traço pode ser atribuída a uma tentativa de fazer um escrito assemelhar-se ao oral para atingir um público pouco habilitado à leitura de textos (PESSOA, 2001), resultando numa passagem de uma das combinações possíveis entre *medium* e concepção (SCHLIEBEN-LANGE, 1995 apud PESSOA, 2001).

A ocorrência das interjeições, nos primeiros editoriais, é um exemplo disso. Fato que reproduz tomadas de posição com um teor mais pessoal e informal e indica um clima de maior naturalidade e espontaneidade para envolver o interlocutor. Por ser a interjeição inversamente proporcional ao aumento da formalidade (MARCUSCHI, 1993), é natural que os editoriais atuais, pelo distanciamento da oralidade, apresentem mudança nesse aspecto.

As interjeições são conceituadas predominantemente pelos gramáticos sob o ponto de vista emotivo: “*é a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos*” (BECHARA, 1999); definição semelhante ao que postulava Barbosa (1871) ao relacionar a interjeição à expressão de dor ou de alegria. Além desse conceito comum, há também a constante discussão acerca da inclusão ou não das interjeições entre as classes gramaticais e a sua participação ou não das relações sintáticas. Carone (1995), por exemplo, não reconhece estrutura mórfica ou sintática nas interjeições, mas ressalta a sua capacidade de exprimir as modalidades interrogativa (hem?); exclamativa (epa!); negativa (hum-hum) etc.

No momento não entraremos no mérito da classificação das interjeições, porque, para a nossa pesquisa, tem mais valia considerar a sua função comunicativa, uma vez que são universalmente reconhecidas como existentes em todas as línguas (VASCONCELLOZ, 1900). Nesse sentido, em consonância com a definição adotada por Marcuschi (1993:226, apoiado em Trabant, 1983), entendemos que “*as interjeições são um fenômeno lingüístico universal, seja do ponto de vista de sua materialidade, seja do ponto de vista de sua funcionalidade comunicativa*”.

Os sinais gráficos também exemplificam essa transição do oral para o escrito. Nesse sentido, a pontuação, por sua relação com o *medium* gráfico no processo da escrita e com o *medium* fônico usado na oralidade, promove exatamente a integração entre o fônico e o gráfico, própria da leitura em voz alta que alcançou o século XIX.

É possível que parta dessa integração a limitação de grande parte das gramáticas, que, mesmo no século XX, mantiveram os preceitos unicamente prosódicos, ao recomendarem o emprego de certos sinais gráficos na indicação de pausas e mudança de tonalidade, apenas. Nascente (1960:38), por exemplo, dá uma explicação prosódica ao emprego da pontuação - “*a indicação do ritmo e da entoação do período é dada, na escrita, pelos sinais de pontuação*” - e atribui valor a cada sinal. A vírgula indica pequena pausa; o ponto e vírgula indica pausa maior que a vírgula; o ponto final exige repouso completo; o ponto de exclamação exige elevação da voz; as palavras entre parênteses devem ser pronunciadas com uma entoação diferente das outras. Enfim, para o autor, “*a voz precisa ter as inflexões adequadas; deve ser expressiva*”. Said Ali (1964) também orienta o emprego da vírgula e dos dois pontos pelo critério da pausa, mas o ponto final, para ele, serve para terminar proposições. Nota-se nessa explicação um misto de orientação prosódica e sintática.

Isso ocorre, segundo Rocha (1997), porque é possível supor dois tipos de pontuação: a prosódica, preferencialmente falada (considerando pausa, ritmo, altura, acento), e a gramatical, preferencialmente escrita (levando em conta a sintaxe e a semântica). De acordo com a autora, durante boa parte do século XIX os sinais de pontuação visavam a entonação da fala em detrimento, muitas vezes, das normas gramaticais e da articulação textual.

Dentre as recomendações atuais a respeito da linguagem jornalística estão as que se reportam ao uso da pontuação e dos destaques gráficos, tais como: o uso de aspas para citações textuais; a escrita com letras em versal (maiúsculas) do nome do órgão impresso, das siglas; o sublinhado em redondo (tom mais claro) ou grifo, se a composição for em negrito; em redondo ou negrito, se a composição for em grifo; o emprego da vírgula para indicar divisão decimal, para diferenciar explicação e restrição, para substituir verbos ocultos por elipse; o uso dos dois pontos para indicar relação de causalidade e consequência, etc (LAGE, 2004).

Subjacentes a essas recomendações formais e estruturais estão as condições de leitura e de produção. De acordo com Braga (2002:328), “*para o jornalista as condições de leitura que ele pressupõe para o seu artigo fazem parte de suas condições de produção*”. Nesse sentido, o texto escrito pode apresentar sinais gráficos diferenciados se, no processo de produção, o produtor tem em mente que os textos serão lidos em voz alta e coletivamente ou serão lidos em silêncio e individualmente. Este é um fator de mudança entre os textos do passado e os atuais.

Numa e noutra situação, os sinais de pontuação, considerados parte integrante da prosódia por Beaugrande (1993 apud NEVES, 1997:42), e os sinais gráficos convencionais

(itálico, negrito, versal) sinalizam estratégias de leitura que indicam o fluxo melódico do texto (NEVES, 1997), como também funcionam como articuladores textuais (CÔRREA, 1994, apud SILVA & BRANDÃO, 1999). Ao nosso ver, o que o percurso do editorial pode demonstrar em termos do emprego da pontuação e dos destaques gráficos é a passagem de um enfoque predominantemente prosódico para um uso desses recursos visando à articulação textual e contemplando os aspectos prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Ressaltamos nas relações das dimensões estrutural e lingüístico-discursiva na constituição do editorial o pensamento de Charolles (1978, apud ANTUNES, 1996), ao afirmar que o princípio fundamental do texto é fazer sentido em cada um dos seus segmentos, ou seja, contenha uma macroestrutura microestuturalmente organizada. Nesse sentido, com o apoio das reflexões realizadas, desde os estudos retóricos iniciais até as recentes investigações da pragmática histórica, esperamos contribuir para a continuidade dos debates sobre as transformações e a variação da língua e do texto ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais. Podemos principiar esta tarefa fazendo a recontextualização do editorial jornalístico, assunto que compõe o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO EDITORIAL JORNALÍSTICO

A partir deste capítulo, e nos seguintes, iniciamos a busca pela reconstrução da performance (OESTERREICHER, 2002) do editorial jornalístico. Para tanto, faremos uma breve incursão pela história da imprensa, passando pelos desafios do domínio do jornalismo impresso e chegando à tradição editorialística no Estado de Pernambuco. O nosso propósito é acompanhar a configuração das práticas comunicativas, culturais, econômicas, tecnológicas e políticas em desenvolvimento, como também refletir acerca das condições lingüísticas e extralingüísticas necessárias para a identificação do editorial no decorrer de sua circulação.

Com a intenção de relacionar as alterações lingüísticas com a sucessão de momentos históricos no Brasil, Pessoa (2003:17-18) enumera os seguintes acontecimentos:

- a) divisão do país em capitanias hereditárias (século XVI) – ocupação com a transferência de colonos, a escravização do índio e o tráfico de escravos africanos;
- b) descoberta do ouro nas Minas Gerais e modernização do Estado português com as reformas pombalinas (século XVIII) – formação de quadros para o novo Estado através da educação;
- c) transferência da família real e urbanização da sociedade brasileira (século XIX) – **criação de uma imprensa**³⁶, da biblioteca nacional e de escolas. O desenvolvimento das cidades costeiras amplia o acesso à palavra escrita e a novos pontos de contato social (destaque nosso);
- d) fim do tráfico de escravos (século XIX) – constituição de uma nova parcela de mão-de-obra urbana que contribui para a complexificação da língua portuguesa no processo de urbanização;
- e) fim do predomínio das oligarquias e surto de industrialização (século XX) – advento da industrialização, o fim da República Velha com a Revolução de 1930 e agitos culturais, como o movimento modernista brasileiro.

Das várias passagens históricas que influenciaram lingüisticamente a constituição da nação brasileira nos centraremos na criação do jornalismo impresso. O Brasil apresenta no bojo das atividades culturais, educativas, informativas e opinativas jornais que colaboraram

³⁶ O termo imprensa será retomado ao longo do trabalho no sentido de jornalismo impresso.

para a feitura da história brasileira, para a performance comunicativa de diferentes tradições discursivas e para a consolidação do português brasileiro. Assim, partimos da concepção de que o desenvolvimento lingüístico observado na composição do jornal impresso é condicionado por fatores históricos, sociais e culturais.

3.1 Contextualização sócio-histórica da imprensa

No século XIX, a influência da Europa no território brasileiro ocorria em vários setores da sociedade: no comércio, na política, na religião, nas artes, nas comunicações. Assim, os acontecimentos do Brasil eram em grande parte reflexos do que acontecera no continente europeu. De acordo com Pessoa (2002a:202):

Parece que o Brasil do século XIX é uma reprodução em parte do que acontecera na Europa no século XVIII. Se o romance surge no XVIII europeu, ele surge no XIX no Brasil; se a carta se populariza na Europa no XVIII, ela se populariza no Brasil no XIX; se o jornal cresce na Europa do XVIII, no Brasil isto se dá no século XIX.

Um dos fatores que facilitaram a ponte entre a Europa e o Brasil foi a fixação da família real em solo brasileiro. Sem dúvida, esse episódio provocou o desenvolvimento da pátria, com o surgimento de indústrias, de universidades e da imprensa. Em meio a tantas transformações, Lustosa (2003:13) comenta que “*A forma que Hipólito achou para trabalhar pela mudança foi a palavra impressa e livre de censuras, tal como ele via ser a pátria no país que o acolhera.*”. Por isso, boa parte dos seus textos, mesmo escritos na Inglaterra, eram dedicados a críticas e comentários acerca das autoridades portuguesas e dos enganos administrativos cometidos no Brasil. Por conta do teor crítico dos seus textos, Morel & Barros (2003:17) consideram que “*Hipólito, desde 1808, tornou-se um dos criadores e expoentes do Reino da Opinião.*”.

Hipólito da Costa foi o responsável pela publicação, em Londres, do primeiro jornal brasileiro, o “*Correio Braziliense*”, em 1º de junho de 1808. De acordo com Rizzini (1946: 229) “*periódicos, não teve o Brasil antes do Correio Braziliense*”. Apesar da entrada clandestina no país e da edição mensal, a motivação para a publicação do primeiro número desse jornal, que circulou até 1822, foi a vinda de D. João VI, com toda a Corte para o Brasil, fugido do poderio napoleônico que tomara toda a Europa.

Daí em diante, a palavra impressa, sem dúvida, teve grande participação nas mudanças ocorridas no país; e não tardou o surgimento do primeiro jornal impresso em terra genuinamente brasileira³⁷. De acordo com Lustosa (2003:20):

O primeiro jornal impresso no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro. Lançada em 10 de setembro de 1808, seguindo os moldes de sua irmã, a Gazeta de Lisboa, era uma espécie de folha oficial onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados com a família real.

Os propósitos do *Correio* e da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram bem distintos. O primeiro era mais doutrinário e menos informativo. O segundo, o contrário, por se tratar de um exemplar da imprensa régia, áulica. O que observamos nessas duas versões iniciais do jornalismo impresso é o princípio da configuração editorial dos dois jornais. A postura editorial assumida pelos jornais nos anos seguintes tornou-se mais explícita com a utilização de epígrafes no cabeçalho, situadas abaixo do nome dos jornais, como ocorreu com os jornais *O Carapuceiro* e *A Quotidiana Fidedigna* na década de 30 do século XIX.

Ex.1:

O Carapuceiro
Periódico sempre moral e só per accidens político

A Quotidiana Fidedigna
Periódico político, moral, literário e noticioso

Essas epígrafes anunciavam a linha editorial predominante nos jornais. Mas no final do século XIX já não tinham a mesma frequência. Hoje a epígrafe que o *Diario de Pernambuco* veicula é a de ser “*O jornal mais antigo em circulação na América Latina*” (*Diario de Pernambuco* nº 279, 06/10/2003 – texto 97). Se essas epígrafes, no passado, pretendiam promover o periódico, no presente a sua utilização promocional parece verdadeiramente superar a mera indicação da linha editorial.

No contexto efervescente dos primórdios da imprensa, Sodré (1999b) traz à tona um outro impresso que marca o início da imprensa brasileira. Segundo ele, é o **Preciso**, documento político produzido pelos rebelados de 1817, em Recife, a 28 de março, um periódico com a peculiaridade de se distinguir da imprensa régia. Com o fim do movimento revolucionário, a oficina tipográfica foi fechada e enviada à corte. Desse modo, o autor postula que Pernambuco conheceu a imprensa desde 1817; fato que coloca Pernambuco entre

³⁷ Do primeiro jornal brasileiro para o primeiro quotidiano a circular diariamente na Europa, o *Leipziger Zeitung* (1660), alemão, houve uma distância de 112 anos (AMARAL, 1997).

os expoentes das primeiras produções de textos jornalísticos na História Social, Política e Lingüística do Brasil.

Na primeira metade do século XIX, a imprensa era artesanal, ou seja, não empresarial, e tinha uma roupagem política bastante acentuada. O período da Independência do Brasil, por exemplo, “*foi o contexto em que política e imprensa se confundiram da forma mais radical*” (LUSTOSA, 2003:59). Nessa fase incipiente da imprensa, a separação entre informação e opinião seria muito difícil, pois para os jornais desse século as matérias políticas afluíam sem necessidade de grandes investigações: os conflitos internos, a independência, a abolição, a república, entre outros, compunham esse cenário.

Após a independência do país, a classe média colocou-se mais em cena e despontaram diferentes formas de difusão cultural “empregando realmente as letras brasileiras”, seja na tribuna, no livro (ainda precário) ou na imprensa. Nessa época a cidade do Recife era um pequeno povoado, um número limitado de construções, as pessoas viviam em apertados e magros sobrados em ruas estreitíssimas e descalçadas. Nas proximidades do porto havia estabelecimentos de comércio atacadista, agência de vapores, escritórios de representantes comerciais estrangeiros e armazéns de mercadoria (JAMBO, 1975). Ainda não havia telégrafo e os transmissores das notícias nacionais e internacionais eram os navios que atracavam no porto.

As inovações tecnológicas registradas no século XIX facilitaram a circulação da informação, inclusive aparecem agências especializadas no envio e recebimento de mensagens, com valor de troca, o que permitiu o acesso dos leitores aos acontecimentos que extrapolavam os limites de sua região. Desse modo, o jornal passa a retratar com mais facilidade os fatos desencadeados no âmbito local, nacional e internacional.

Em Pernambuco, o primeiro periódico palaciano a circular em Recife foi o *Aurora Pernambucana*, em 27 de março de 1821. Abriram-se novas tipografias e o primeiro jornal a ser publicado diariamente foi o *Diario de Pernambuco*, em 7 de novembro de 1825, consagrado o mais antigo em circulação na América Latina (NASCIMENTO, 1962), título que passou a utilizar como epígrafe nas edições atuais, como demonstramos anteriormente. Conforme Jambo (1975:37), “*é o DIARIO DE PERNAMBUCO o mais velho dos jornais do mundo publicado em língua portuguesa.*”³⁸. Nisso reside a sua importância documental,

³⁸ É provável que o autor esteja se referindo ao mais velho jornal ainda em circulação. Como a publicação de jornais em Portugal é anterior às publicações brasileiras não é possível considerar o *Diario de Pernambuco* como o mais velho jornal do mundo em língua portuguesa.

como fonte rica para a compreensão dos processos de evolução dos textos e do português brasileiro.

O registro desses periódicos em Pernambuco e em outras províncias não significa que eles foram as primeiras impressões. No Brasil, segundo Melo, J. (1985:118), houve algumas tentativas infrutíferas de implantação da tipografia como em:

1642 – Recife (holandeses) – esforço de Nassau para conseguir uma tipografia, sem sucesso;

1700 – Paraná (jesuítas espanhóis) – tipografia instalada para fins de catequese;

1706 – Recife (impressor anônimo) - impressões de letras de câmbio e orações;

1749 – Rio de Janeiro (Antônio Isidoro da Fonseca) – atendimento a um desejo literário do governo local;

1770 – Bahia (fábrica de cartas de jogar) – produção de cartas de jogar;

1807 – Minas Gerais (padre Viegas de Menezes) – tentativa sem prosseguimento por falta de investimento.

Para Melo, J. (1985: 117), não houve evolução da imprensa no período colonial “*porque carecia de função explícita a desempenhar no contexto da nossa sociedade*”. Esta é uma tese bastante plausível, na medida em que levamos em conta que a situação social, política e econômica não era favorável por causa do predomínio do analfabetismo, a falta de urbanização, a insuficiência da burocracia estatal e as precárias atividades comerciais e industriais. Extraímos também desta ponderação a idéia de que o surgimento, a continuidade e o desaparecimento de uma tradição discursiva, ao longo da história, estão diretamente vinculados à função social que venham a desempenhar ou que deixem de desempenhar na sociedade.

No que concerne a esses impressos do período colonial, existem controvérsias entre alguns estudiosos da História da Imprensa com relação à localização e à data do primeiro documento impresso em terras brasileiras. Oliveira (1986) é um dos defensores de que os primeiros impressos brasileiros são de Pernambuco. O autor faz menção a documentos impressos em 1647 e 1706 e argumenta que a pequena quantidade de documentos oriundos dessas tipografias não anula a sua existência. Segundo ele:

Não vemos porque retirar de qualquer cogitação a hipótese de haver existido, nos últimos anos da ocupação neerlandesa em Pernambuco, prelo tipográfico, pela razão de o fato haver escapado ao registro de historiadores e pesquisadores, por mais ilustres e afamados que sejam (p.28).

Melo, J. (1985:119), apesar de registrar a iniciativa holandesa para o estabelecimento de uma tipografia em Recife, alega que “*investigações posteriores realizadas nos arquivos holandeses demonstraram a sua inexistência*”. Já Rizzini (1968) registra que, após tentativas falhas de implantação da tipografia por Nassau no Recife, surge a primeira tipografia da Colônia, nesta cidade, cujo único registro é a carta de 8 de junho de 1706 mandando suspender as letras impressas. O fato é que há opiniões divergentes nesse sentido³⁹. Apesar de dizer respeito à introdução da tipografia em Pernambuco, não nos deteremos nesta discussão, mas algum pesquisador pode ter interesse em revê-la. O que para nós é consensual é o estabelecimento definitivo da imprensa no Brasil, com a transferência da Corte Portuguesa, e a implantação da imprensa régia para atender aos serviços burocráticos e aos interesses culturais da corte.

A superação dessa imprensa palaciana ganhou força com a conquista da liberdade de imprensa. Foi a Revolução Francesa (1789) que colocou em ação os princípios da liberdade de imprensa utilizados por jornalistas do mundo todo durante o século XIX. Albert & Terrou (1990:21) consideram que o artigo XI da Declaração dos Direitos do Homem de 26 de agosto de 1789 é o mais significativo para o princípio da liberdade e transcrevem o seguinte trecho:

A livre comunicação do pensamento e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: todo cidadão, portanto, pode falar, escrever e imprimir livremente, respondendo pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei.

³⁹ Silva, K. (1979:17-18) pontua outros exemplos dessa controvérsia: “*segundo Antônio Joaquim de Melo, existiu em Recife por volta de 1706 uma tipografia, entretanto Melo de Moraes nenhuma referência a ela fez.*

Em 1900, José Veríssimo, elaborando um trabalho “Instrução de Imprensa” para o livro do centenário, refere-se à tipografia de 1706, procurando minimizar a sua importância, para justificar a afirmativa de que Antônio Isidoro da Fonseca seria o patriarca da imprensa, com sua tipografia instalada no Rio de Janeiro em 1747. Cunha Barbosa analisa o fato da existência ou não da oficina recifense, com maior equilíbrio, no seu livro Origem e Desenvolvimento da Imprensa Colonial Brasileira, afirmando que cada Estado quer para si a prioridade da introdução da imprensa no País e cita o que disseram sobre o assunto A. J. de Melo e Pereira da Costa. Alfredo de Carvalho afirma que esta tipografia tinha por finalidade imprimir letras de câmbio e breves orações devotas, baseando-se numa possível Ordem Régia de 8 de junho de 1706, e não porque tivesse da tipografia um impresso qualquer.

Wilson Martins, no seu livro A Palavra Escrita, nega a existência da tipografia, baseado no fato de ser desconhecida a ordem régia de 8 de junho de 1706. Sobre a existência desta ordem régia se pronuncia Wilson Martins, afirmando que Edson Nery da Fonseca, ao pesquisar sobre o assunto a seu pedido, declarou não ter encontrado nenhuma ordem ou Carta Régia com aquela data que tratasse de assuntos referentes à tipografia no Brasil. Mesmo assim, afirma Renato Berbert de Castro, era preciso consultar historiadores pernambucanos sobre o assunto, tendo José Antônio Gonçalves de Melo, eminente pesquisador e conhecedor dos documentos relativos à história do seu Estado, confessado não ter encontrado em suas pesquisas tal ordem, ou Carta Régia.

Coube, portanto, a Antônio Isidoro da Fonseca o privilégio de ser o primeiro a possuir uma tipografia, criada em 1º de abril de 1747, no Rio de Janeiro.

Félix Pacheco afirma que esta tipografia teve duração efêmera e limitadíssima foi a sua produção. Portanto, concluímos que a Imprensa Régia foi a primeira Imprensa Oficial do Brasil e a segunda a ser instalada.”

Com atraso, o rei D. João VI suspendeu provisoriamente, em 2 de março de 1821, a censura prévia para a imprensa brasileira. A partir desse episódio, a liberdade de imprensa foi instituída no Brasil, mas só foi assegurada na Constituição de 1824 (RIBEIRO, L., 2001).

Essa abertura para a imprensa parece que causou certa polêmica entre os jornais da época e o público leitor, ocasionada pela falta de conhecimento da lei ou pelo excesso de liberdade que os jornais pudessem ter. Demonstrando interesse pela questão, o *Diario de Pernambuco* nº 111, de 25 de maio de 1827, publicou a lei introduzida pelo seguinte texto de comentário:

Ex. 2: Como todos fallem em liberdade de Imprensa, e poucos se lembrem, que há sobre ella huma ley, e mui poucos, que a tenhaõ lido, persuadindo-se huns, que nada se pode imprimir tudo quanto lhes parece, ainda obscenidades, e libellos famosos, tomamos o trabalho de fazer publicar pelo nosso Diario essa Ley, para que o Publico (cuja atençaõ, e reflexaõ reclamamos altamente) lendo-a, possa fazer idéia dessa Liberdade, que tantos reclamaõ, tantos infringem, tantos desconhecem, e alguns aborrecem.

Esse trecho revela o quanto repercutiu na sociedade a lei que postula a liberdade de imprensa. A partir dela ocorreram mudanças bastante significativas para o cenário social, como a passagem das leituras coletivas para as leituras privadas de textos mais livres da censura. Isso, indubitavelmente, fortaleceu a formação da opinião pública. É o que retrata Morel & Barros (2003:24-25):

É nesse momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como gazeta, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta, entre outras formas) para um espaço público onde se consolidavam debates por meio da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões.

Dentre as mudanças ocorridas do século XIX aos nossos dias, Mouillaud (2002h) ressalta a passagem de uma única voz, ou de uma voz dominante, a uma sala de ecos, o jornal, onde se cruzam vozes. Hoje, mais que ontem, o jornal revela vozes que contribuem implícita ou explicitamente para as diferentes somas de opiniões.

Com a eliminação da censura prévia no século XIX, surgiram as tipografias e os pequenos jornais em Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais. Predominou o pasquim, folheto de linguagem livre, anárquica, de periodicidade incerta e teor ardoroso de ataques pessoais. É uma continuidade do “*panfleto periódico com publicação irregular, inteiramente escrito por um único homem*” (ALBERT & TERROU, 1990:22) da imprensa francesa de 1789. Dentre os pasquins políticos da época, em Pernambuco, destacam-se *As Sentinelas da*

Liberdade (1823-1835), de Cipriano Barata, e o *Typhis Pernambucano* (1823-1824), de Frei Caneca. Apesar de ser uma imprensa ainda incipiente, era utilizada como ferramenta de luta e as discussões propagavam-se com textos predominantemente opinativos (GUERRA, 1984; PAIM, 2000).

O advento da imprensa representou um espaço para a conquista da cidadania brasileira e da língua brasileira, já que foi por meio da linguagem que o homem foi chamado a participar de todos os processos de mudança da história humana. Por ser exatamente o veículo dessas mensagens, a imprensa foi, por longo tempo, impedida de entrar em território brasileiro.

Tão logo entrou, encontrou vultos como Cipriano Barata, que exerceu importante função na Revolução Pernambucana de 1817⁴⁰. Na sua passagem por Pernambuco, fez do jornalismo militância política e foi preso várias vezes. No período em que ficou detido na Fortaleza do Brum, escreveu a “*Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*” (Campos, 2005). Vale a pena mencionar que foi no *Sentinela da Liberdade*, em 1823, que as mulheres encontraram espaço para reivindicar participação na vida pública e direitos de cidadania, por meio de manifestos assinados.

Deu continuidade à atividade panfletária de Cipriano, Frei Caneca, padre, jornalista e mártir (CAMPOS, 2005), um dos grandes pensadores que fizeram da linguagem o seu instrumento de luta por um estado federativo brasileiro, como revela o fragmento de um dos seus textos:

Ex. 3: Quando a nau da pátria se acha combatida por ventos embravecidos; quando, pelo furor das ondas, ela ora se sobe às nuvens, ora se submerge nos abismos; quando, levada do furor dos euripos, feita o ludíbrio dos mares, ela ameaça naufrágio e morte, todo cidadão é marinheiro.
(Frei Caneca, *Typhis Pernambucano* nº 1, 25 de dezembro de 1823, apud FONSECA, S., 2004:46)

O material que circulava nessa época em Pernambuco tinha repercussão internacional. De acordo com Campos (2005:7), “*O Constitucional*”, da França, dizia que “*Pernambuco tem apresentado uma oposição máscula e vigorosa dos planos do despotismo*”. Sobre essas turbulências políticas no Brasil, Hipólito da Costa, de Londres, em seus artigos, mostrou que tinha conhecimento das ocorrências e sempre expôs a sua posição, como retrata o comentário abaixo:

⁴⁰ A Revolução Pernambucana foi ocasionada pelo descontentamento dos pernambucanos com os privilégios concedidos aos portugueses. Em março de 1817 foi implantado no Recife, pelos revolucionários, um governo republicano provisório, derrotado em maio de 1817 (PAULA, 2001).

Ex. 4: Prevalece enfim o sistema constitucional; e Rego, o despótico Rego, o mesmo Rego grão executor da alta justiça pelo antigo despotismo, quer aparecer no mundo como constitucional; que fenômeno! Assumindo este caráter, já não podia perseguir os pernambucanos pelo pretexto de serem amigos da liberdade; mas para continuar o vexame, vai desenterrar o grito vago de independência (de 1817) e persegue os liberais como réus de *independência*. Com esta trama se conseguiam dois fins: um, dar cabo de seus oponentes; outro, o fazer serviços aos sistema atual, para apagar seus despotismos antigos, pretendendo que vigora o sistema constitucional, perseguindo os pernambucanos que desejam ser independentes de Portugal. (Hipólito da Costa, *Correio Braziliense*, nº 162, vol. XXVII, novembro de 1821, pp. 435-347, apud PAULA, 2001:264)

Os pernambucanos sempre lutaram pela independência. De modo que antes do 7 de setembro de 1822 já se sentiam praticamente independentes, em decorrência da luta contra os portugueses em 1817 e da expulsão de Luiz do Rego em 1821 (GUERRA, 1984). A última nota violenta da história de Pernambuco no século XIX foi a Revolução Praieira (1848)⁴¹. Este é o cenário de agitações políticas e sociais que retrata o espírito aguerrido dos pernambucanos e que ficou como registro histórico nas páginas dos folhetos, panfletos, pasquins e jornais.

Ex. 5: Diversos combustíveis acumulados pro-duzirão a explosão revolucionaria de 1848, que hasteou o estandarte das reformas: os esquadrões pretorianos fizeram-no ba-quear banhado em jorro do mais puro sangue pernambucano; mas as idéas não morrem; e aquella que acabava de passar pelo baptismo de sangue, devia salvar-se através dos reductos do terror com que foi circumvalada. Assim foi que a tribuna universal, na phrase de Lamartine, apoderando-se della, como do gládio invencivel de um conquistador, hia successivamente ganhando triumphos, até que a idea das reformas se achou rodeada de sympathias em todos os pontos do Imperio. (O Liberal Pernambucano nº 548, 09/08/1854 – texto 36)

De acordo com Rüdiger (1993:11), “os primeiros jornais, quando não foram lançados por sua própria iniciativa, nasceram sob patrocínio ou subvenção do Estado”. Foi o governador Luiz do Rego Barreto o fundador do primeiro jornal de Pernambuco e o terceiro publicado no Brasil: *A Aurora Pernambucana*. Antes dele surgiram *A Gazeta do Rio de Janeiro* (setembro de 1808) e *a Idade do Ouro no Brasil*, publicado na Bahia (maio de 1811). Segundo Nascimento, L. (1969), o nº 1 da *Aurora* circulou no dia 27 de março de 1821, em formato de 25 x 17 cm, com quatro páginas. O redator do jornal, Rodrigo da Fonseca Magalhães, era genro e secretário do governo de Luiz do Rego, ambos portugueses. Como um exemplo de jornalismo áulico, o seu propósito era conter o republicanismo e atender aos interesses do governo (RIZZINI, 1946).

Esse também foi o artifício utilizado por Napoleão na França. Para ele, as gazetas equivalem a um exército de 300 mil homens e fez uso do *Le Moniteur*, jornal oficial a partir

⁴¹ A Revolução Praieira foi um movimento em prol de um ajustamento social disputado por dois grupos políticos: os conservadores de espírito aristocrático (guabirus) e os liberais, modestos intelectuais (praieiros) (GUERRA, 1984). Recebiam este nome porque a redação do jornal, que era um órgão do partido, ficava na Rua da Praia, Recife (NETO, 2001).

de 1799, para, além de divulgar informações gerais, fazer propaganda do seu governo (ALBERT & TERROU, 1990).

Dentre os jornais que guardam a história da imprensa na província pernambucana está o *Diario de Pernambuco*, com uma proposta básica de exibir notícias e anúncios, optando por não seguir uma vertente predominantemente doutrinária como ocorreu com o *Typhis*, o *Correio Braziliense*, a *Sentinela da Liberdade* e outros, embora isso não signifique uma atuação jornalística neutra. O *Diario* sempre movimentou polêmicas e tomou posições em seus editoriais, apesar do caráter moderado e conservador.

Deve-se isso, em parte, ao fato de a polêmica sempre ter acompanhado o jornalismo pernambucano. Aníbal Fernandes (1982:152), ao descrever a prática jornalística do seu tempo, comenta que “o jornalismo polêmico e o jornalismo de opinião de tal maneira eram uma tradição pernambucana”. A polêmica, que caracterizou os combates políticos, começou com os pasquins, percorreu todo o século XIX e se estendeu até o século XX. Dentre os jornais campeões em polêmica, Nascimento, L. (1962) destaca: o *Diario de Pernambuco*, *A Provincia* e o *Jornal do Recife*; já no século XX: o *Pernambuco*, *A República*, *A Lucta*, *A Ordem*, *O Estado de Pernambuco*, o *Leão do Norte*, *O Tempo*, *A Noite*, *O Diario da Manhã* e o *Da Tarde*, *O Combate* e *O Libertador*.

Um bom exemplo para os debates travados na imprensa ocorreu entre profissionais liberais e governo, por meio dos jornais *A Provincia* e *Jornal do Recife*, respectivamente, a respeito do arrendamento da Usina Frei Caneca, em 1904. De acordo com Maia, N. (1985:80-88), a polêmica girou em torno das seguintes temáticas:

- A existência de oligarquias dominando a vida econômica, social e política da região.
- O protesto dos profissionais liberais contra o arrendamento da Usina Frei Caneca.
- O surgimento do Estado como máquina burocrático-administrativa.

Como demonstra esse exemplo, a polêmica não foi uma característica exclusiva da imprensa panfletária, prolongou-se também no século XX.

Em paralelo aos embates ideológicos, melhoramentos urbanos são registrados em Recife na segunda metade do século XIX: o Teatro de Santa Isabel (1850), o Gabinete Português de Leitura (1851), o Cemitério Público de Santo Amaro (1851), o início da Estrada de Ferro Recife - São Francisco, com a inauguração do primeiro trecho ligando esta cidade com a Vila do Cabo (1858), a construção da Casa de Detenção (1856), a transferência da Faculdade de Direito de Olinda para Recife (1853), a iluminação das ruas centrais a gás carbônico (1859) (SILVA, L., 1985). Nesse ano também é publicada em periódicos, como o *Diario de Pernambuco*, o *Liberal Pernambucano* e o *Monitor das Famílias*, a visita do

Imperador Pedro II a Pernambuco. Todo esse processo de urbanização implicou em alterações de hábitos sociais e culturais que compreendem a educação e a comunicação, englobando, com isso, toda dinamicidade de configuração textual e lingüística registrada nos jornais da época, como a inauguração do Teatro de Santa Isabel.

Ex.6: Com estas occupações, com estes pensa-|mentos se entreteve durante o dia popula-|ção desta capital, e apenas desceu a noite | sobre a terra acudio ella presurosa ao theatro de Santa Isabel, por cuja abertura este-|ve anciosa. Também concorreremos nós, não | na simples qualidade de amadores de sce-|na, sim como desejosos e entusiastas de | testemunhar a inauguração do novo thea-|tro, desse padrão que serve a attentar o pro-|gresso de nossa civilização, que serve a me-|morar o pensamento de nosso engrandeci-|mento, tentativa do patriotico barão da | Bôa-Vista, não menos nobre que feliz, que | pôde atravessando tantos tempos, vencendo | tantas vontades malevolas, superior aos | desatinos de alguns dos nossos presidentes, | chegar té á administração do *Exceletíssimo Senhor* con-|selheiro, que com louvavel e esforçado em-|penho completou esse pensamento util, creando-nos este beneficio, de que tanto | carecíamos. ||
(Diario de Pernambuco nº 115, 22/05/1850 – texto 31)

Cresce também o consumo interno, fruto exatamente da introdução de novas técnicas que encurtaram as distâncias no país: técnicas de transporte, com navio a vapor e a ferrovia (1854); técnicas de comunicação, como o telégrafo (1857); o cabo submarino (1872) e o telefone (1876); a instalação da primeira agência de notícias, a Reuter Havas (1874); técnicas urbanas, como as que afetaram a iluminação; a literatura ganha espaço nos jornais em continuidade à tradição discursiva dos folhetins franceses (SODRÉ, 1988; AMARAL, 1997; FERRARI, 2004). As melhorias são largamente divulgadas nos periódicos, como os benefícios gerados pelo transporte ferroviário.

Ex. 7: O Brasil, ainda que se ache na infancia da sua | vida industrial, experimenta cada dia os benefícios | resultados d'esse prodigiosos [sic] invento da mechanica. | As linhas ferraes actualmente decretadas e em | serviço de transporte transformam as florestas do imperio em povoados que parecem surgir da noite | para o dia, e concorrem para a solução do grande | problema industrial – baratear os productos com o | augmento de lucro para o productor. ||
(Diario de Pernambuco nº 128, 06/06/1864 – texto 43)

Essas mudanças econômicas da área rural para a área urbana são registradas em 1860 por Sodré (1979). Politicamente, isso representa uma ameaça para a classe dominante dos senhores de terras e escravos. Por outro lado, a passagem da origem rural para um centro urbano, a mobilização cultural, a vantagem de ser cidade portuária favorecem o dinamismo econômico e o contato lingüístico e fazem do Recife um dos pilares da formação identitária brasileira.

Apesar das melhorias em 1870 o índice de analfabetismo era altíssimo em Pernambuco. O editorial publicado na *Provincia* nº 55, de 21 de março de 1873 discute essa problemática e sugere a criação de um imposto das escolas.

Ex. 8: Aos cuidados de *Sua Excelência* esta confia-|da uma provincia de cerda de um mi-|lhão e trezentos mil almas. Acredi-|tamos que ao contemplar essa immen-|sa e esparsa população, ao seu espirito | esclarecido não teria escapado a idea | de que nove de suas decimas partes vi-|vem nas trevas da ignorancia.
 E é natural, que, pensando em dar | pasto a esse sentimento da moda, procurasse indagar os meios de crear es-|colas e dar instrucção ao povo. || (...)
 Esse meio é a criação do imposto | das escolas. Desde que não temos | terras productivas, com que dotemos á instrucção primaria, formando dellas | o seu patrimonio, recorramos ao im-|posto com applicação especial. || (...)
 Creada essa taxa ella augmentará | com a riqueza da localidade; ella será | proporcional ás necessidades locaes, e | levará a instrucção primaria á porta | de cada um. ||
 (A Provincia nº 55, 21/03/1873 – texto 57)

A partir dessa década, as campanhas abolicionistas e republicanas predominaram no ideário do homem culto brasileiro (BOSI, 1991). Certamente esses ideais contribuíram para as tendências românticas expressas pelo jornalismo e pela literatura. A imprensa recifense recebia os influxos dos novos ideais de liberdade. Mesmo os jornais mais conservadores, como o *Diario de Pernambuco*, *O Jornal do Recife* e *A Provincia*, propagavam os ideais abolicionistas (BARROS, 1972).

Na década de 1880 foram intensificadas as questões abolicionistas. Os posicionamentos antiescravistas eram encontrados nos diferentes gêneros no corpo do jornal: nas publicações a Pedido⁴², nos editoriais. De acordo com Jambo (1975: 201), “a notícia do decreto de abolição chegou ao Recife logo depois da aprovação pela Câmara, por telegrama recebido às 13 h 30 min, pelo que o DIARIO fez divulgar em boletim”. Em edições seguintes e nos demais jornais houve comemoração calorosa, como demonstra o editorial abaixo.

Ex. 9: Nunca mais ouviremos os gritos lanci-|nantes dos escravos expirando no meio de | torturas, com os olhos voltados para o céu. | A maneira dos martyres christãos, numa | supplica muda suprema ao Deus de bon-|dade e justiça, de cuja misericordia não | encontravam o minimo signal em seus al-|gozes. O trabalho forçado, a senzala, esse | objecto antro de uma promiscuidade sexual | que a propria natureza repelle, esse fôco | de miasmas moralmente deleterios que in-|feccionavam por inteiro o nosso organismo | social, tudo isso desapareceu, como aos | risos da alvorada os terriveis pesadelo de | uma longa noite de remorsos. ||
 (A Provincia nº 111, 17/06/1888 – texto 68)

A crise na imprensa que se instalou na passagem do século também abalou o *Diario de Pernambuco*. Os problemas financeiros eram notórios e o jornal mal conseguia cobrir acontecimentos históricos como Canudos, por exemplo. No raiar do século XX, o *Diario* revigora-se e passa a ser o jornal do governo, dirigido por Rosa e Silva Júnior, cujo pai, Francisco de Assis Rosa e Silva, fora eleito vice-presidente da República no governo de

⁴² As publicações a pedido fazem parte das seções ineditoriais ou pagas, pelas quais se manifestou a palavra do público, como também ocorreu nos anúncios e nos avisos. (FREYRE, 1990). De acordo com Nascimento, L. (1962), os “a pedido” são armas para que o povo vindicasse sua honra e seu direito; para Bahia (1990), as cartas à redação ou cartas dos leitores são espaços livres para o exercício da crítica e da idéias. Vemos, então, nas publicações a pedido, uma denominação anterior correspondente às cartas dos leitores.

Campos Sales, de acordo com o editorial publicado no *Diario de Pernambuco*, louvando a escolha para o cargo.

Ex. 10: Por telegrama de antohontem sabe-se | que a convenção do partido federal gover-|nista que devia naquelle dia deliberar so-|bre a escolha dos candidatos a presidencia | da Republica, elegeu o Dr. Campos Salles | para o cargo do presidente, e ao Dr. Fran-|cisco de Assis Rosa e Silva para o de vice-|presidente. || (...)

A escolha para o lugar de vice-presi-|dente devia recahir, pela sua importância, | em um cidadão, cujas qualidades proemi-|nentes fossem um penhor seguro de que, | sob sua guarda, ficariam garantidos a | somma de interesses publicos legados á ad-|ministração do estado, á felicidade e ao em-|grandecimento da nação; pois é vice-pre-|sidente o destinado a exercer o governo | nos impedimentos do presidente. ||

O Conselheiro Francisco de Assis Rosa e | Silva por diversas ordens de considerações | era o predestinado para este cargo. ||

(Diario de Pernambuco nº 228, 12/12/1897 – texto 79)

Em oposição à oligarquia Rosa e Silva estavam *A Provincia* e o *Correio do Recife*. Na década de 1910, registra-se a queda de oligarquias que pareciam inabaláveis. A redação do *Diario de Pernambuco* foi baleada, edições foram queimadas e os amigos dos Rosa e Silva tiveram de emigrar (SODRÉ, 1999b).

Já na segunda década do século XX, o *Diario* recuperou-se e situou-se entre os jornais mais credenciados, juntamente com: *A Provincia*, *Jornal do Recife*, *A Noite*, *A Rua*, *A Notícia*, *Jornal Pequeno*, *Diário do Estado*, *O Intransigente*, *Jornal do Comércio*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde* e *A Tribuna*. Nesta década, em comemoração ao centenário do *Diario de Pernambuco* (1825-1925), fato único na América Latina, Gilberto Freyre publicou *O Livro do Nordeste*, com ilustração de Manoel Bandeira, em que fez um balanço dos fatos socioculturais e econômicos da época (BARROS, 1972). Freyre sempre foi um defensor da utilização do jornal como fonte de pesquisa para historiadores, sociólogos, antropólogos e lingüistas.

Vários aspectos das transformações sociais podem ser recuperados nas páginas dos jornais. Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a imprensa começa a servir como instrumento de comunicação também para a classe trabalhadora. Este é um fator de mudança bastante significativo no transcurso da imprensa e da constituição da sociedade, tendo em vista que ela deixa de ser exclusividade da classe dominante. Dentre os fatores que contribuíram para isso estão um comércio mais dinâmico, a indústria em progressão, o expansionismo urbano, o crescimento das escolas públicas, entre outros.

A partir de 1930 houve uma modernização das empresas jornalísticas. Para se firmar nesse período de reformulação, a imprensa subordina-se ao estado e ao capital estrangeiro, com empréstimos, isenções fiscais, perdão de dívidas, etc. De acordo com Beltrão (1976:40), “*industrializado, o jornalismo cederá às pressões políticas e econômicas dos seus grupos mantenedores e extinguirá praticamente a opinião e o panfleto, tornando-se informativo-*

superficial e sensacionalista”. Este é um fator notório de mudança no curso do jornal impresso. Aos poucos a opinião foi cedendo lugar a gêneros textuais mais informativos e publicitários e ocupando um lugar no suporte, embora nobre, mais restrito. A imprensa tornou-se menos politizante e mais comercializada e, conseqüentemente, ocorrem alterações nas relações com os leitores.

É preciso lembrar que os anúncios sempre fizeram parte da composição do jornal. No início da imprensa apresentavam-se de forma narrativa; já no final do século XIX e início do século XX passaram a adotar caracteres visuais e a se estabelecer como fator fundamental de manutenção para o jornal. Chateaubriand⁴³ aproveitou imediatamente a propaganda para modificar a feição do seu jornal e possibilitar o deslocamento dos repórteres em busca de novas matérias (AMARAL, 1996).

Nessa década a mídia teve grande influência nos acontecimentos político-eleitorais. De acordo com Miguel (2000:04), “*na deflagração da Revolução de 30, por exemplo, Assis Chateaubriand desempenhou um papel destacado (...) criando o clima de opinião favorável ao movimento revolucionário*”. Por outro lado, foi um período de grande repressão com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão responsável pela legitimação e estabilidade do Estado Novo (1937), pelo fechamento de jornais integralistas e pela limitação das informações políticas (SILVA & CARNEIRO, 1998).

O que conhecemos do DIP, como um órgão de censura do Brasil, pode ser identificado como um traço de continuidade do que ocorreu na Europa durante a grande guerra (1914-1918): na Inglaterra a ação do *Press Bureau*; na Alemanha, o *Kriegs Presseamt*; na França, o *Bureau de Presse*. Segundo Albert & Terrou (1990:74), o procedimento era o seguinte:

Os jornais enviavam aos órgãos de censura uma *morasse*, ou seja, uma prova das páginas de seus jornais; os censores, de acordo com as instruções gerais ou particulares diárias, assinalavam os textos proibidos, que eram impressos então nas formas de composição, deixando espaços em branco nas folhas. Se os jornais não respeitassem as ordens dos censores, expunham-se a apreensões, e até a processos e suspensões.

Esse era o procedimento também utilizado no Brasil. Em Pernambuco, sob o ponto de vista político, havia também um outro tipo de censor, de acordo com Pontual (2001): era a burguesia açucareira que dominava o aparelho do Estado até 1937.

Em termos urbanísticos, uma das intervenções principais do Estado Novo em Pernambuco foi o combate aos mocambos, que haviam sido registrados no Recife depois de

⁴³ Assis Chateaubriand foi um magnata da imprensa, idealizador dos Diários Associados em 1920 (MORAIS, 1994). Em Pernambuco, o Jornal do Comércio, do Recife, fez parte da cadeia dos Diários Associados (SODRÉ, 1999b).

1920. De 1932 a 1943 ocorrem alterações no mapa da cidade, com aterros nas áreas de mangue, ocupação dos morros e expansão urbana (PONTUAL, 2001). Nota-se nesse quadro que a modernização da imprensa seguia em paralelo com a modernização da cidade.

Já nos anos 50 do século XX, os jornais começaram a perder a batalha para a televisão, que veiculava notícias com antecedência, com movimento e cor. Para não desaparecerem, tiveram de guiar a informação por outro rumo. De acordo com Silva, T. (2001:289), “*toda uma série de mudanças na imprensa escrita no Brasil, posteriormente à televisão, vão se dar, no sentido de uma concorrência com a televisão*”.

Antes da televisão outras revoluções ocorreram na comunicação, desde a instalação de tipos numa impressora primitiva por Gutemberg (1450), a passagem da caricatura para a fotografia e o envio de mensagens, em segundos, por cabos submarinos. Hoje presenciamos outra revolução tão ou mais surpreendente que as anteriores: o computador, que superou a máquina de escrever, que superou a pena (CHAGAS, 2002). Nessa seqüência de invenções tecnológicas, Noblat (2003) sintetiza que a morte rondou os jornais diários, pelo menos, por quatro vezes: a invenção do rádio, da televisão, o surgimento da Internet e a junção em um sistema da escrita, do som e da imagem.

Essa revolução industrial deu grande impulso à imprensa e uma ocorrência similar foi acompanhada pela revolução eletrônica (MELO, 1998). O jornalismo digital⁴⁴ realmente ultrapassou os elementos tradicionalmente utilizados na cobertura impressa – textos, fotos e gráficos. Na nova composição são adicionadas seqüências de vídeo, áudio e ilustrações animadas (FERRARI, 2004).

Em vista desses acontecimentos, pode-se perceber um marco divisório na história da imprensa no Brasil: a fase artesanal (político-partidária) e a fase industrial (informativa) (SODRÉ, 1999a). Essa passagem, segundo Rüdiger (1993:43), foi intermediada pelo jornalismo literário independente.

Assim, no curso do jornalismo impresso muitos jornais consagrados não conseguiram acompanhar essa passagem nem competir com o ritmo dessas revoluções e sucumbiram (CARRATO, 2002). Em sua maioria eram geridos romanticamente, mantinham uma editoração rígida e recusavam-se a adotar uma postura mercadológica. Desse modo, estavam fadados à morte mesmo, como ocorreu com o *Correio do Povo*, jornal gaúcho centenário, em 1984.

⁴⁴ O jornalismo digital possibilitou a interlocução em rede; o que era unidirecional passou a ser reticular. (SILVA, L., 2002)

O ressurgimento desse jornal, em 1986, só ocorreu porque houve modificações em termos editoriais, gráficos, administrativos e de adequação às exigências do mercado. Esse é um fator de mudança na história da imprensa, pois a vontade do editor, tão imperiosa em outros tempos, é diluída pela vontade do mercado (WAINBERG, 2002). Na verdade, ocorre uma passagem do jornalismo político-panfletário para outro informativo e auto-sustentável, que parte em busca de um público mais heterogêneo. Esta é exatamente a tese de Sodré (1999b: X), ao afirmar que “*a imprensa (...) nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento*”.

Em termos antropológicos, nas décadas de 1970 e 1980, podemos mencionar um exemplo da imprensa servindo para a consolidação da imagem do índio no contexto político nacional. É muito interessante observar como os índios reconhecem o poder que a imprensa desempenha na sociedade e como começam a se apropriar deste recurso para veicular os seus discursos e fazer as suas reivindicações, como revela o exemplo extraído de Matos (2001:91):

Mas como nós fazemos reunião, nós mesmos que tem que falar, nós estamos gravando, **os jornalistas que está aqui, ele está tomando nota, ele está gravando. Mais tarde, depois da reunião, ele vai esparramar todo canto da cidade. Todo mundo vai ler da reunião que nós estamos falando.** Não adianta falar só uma palavra e depois sentar. Tem que pensar bem, para soltar tudo que você está sentindo, que você está sofrendo, que você está faltando alguma coisa, faltando farmácia, faltando escola, faltando, relaxando também a nossa cultura que não faz mais (Cacique Aniceto, Xavante) (destaque do autor).

Deparamo-nos aqui com o duplo papel da imprensa. Se, por um lado, propaga os anseios da sociedade, por outro, o poder de influência da imprensa hoje é bastante questionado, na medida em que pode servir como um instrumento de manipulação. Sodré (1999b) já alertava para uma ruptura entre a imprensa inicial e a atual. Os jornais atuais deformam ou escondem a realidade, o que coloca em xeque a credibilidade das mensagens propagadas.

No entanto, de um modo geral, exemplos como os que foram mostrados aqui confirmam que a consolidação da imprensa foi, sem dúvida, uma das mais relevantes conquistas e que ela exerce ainda hoje um papel importante entre os meios de comunicação. Pernambuco, como vimos, serviu de palco para um dos mais intensos e belos espetáculos de luta para essa conquista. Por meio dela, em consonância com o contínuo dos acontecimentos que marcaram a formação do povo brasileiro, uma imensa população pôde contatar com a cultura letrada, por meio da audição ou da leitura, houve uma ampliação das relações comunicativas e comerciais e a formação de uma opinião pública necessária para a mobilização social.

3.2 Tendências, práticas e estratégias do jornalismo impresso

Apesar de em alguns momentos neste trabalho utilizarmos indistintamente os termos jornalismo e imprensa, como uma forma reduzida de referência à expressão “jornalismo impresso”, é preciso não confundir os dois. Para compreendermos melhor essa distinção, vejamos em Rüdiger (1993:7) a seguinte definição de jornalismo:

uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão.

Nesse sentido, compreendemos que a imprensa ganha expressão através de uma concepção gráfica e de um meio gráfico (KOCH, P. 1993; OESTERREICHER, 2001a) de comunicação que gera a prática social do jornalismo. O jornalismo impresso lida, como vemos, com motivações sociológicas, culturais e lingüísticas para retratar a realidade. É nessa perspectiva que inserimos o nosso estudo.

Seguindo os passos dados por Rüdiger (1993), também estamos procurando compreender os conceitos, a rotina, os agentes, os suportes, a linguagem e a tecnologia do jornalismo impresso, com o propósito específico de entender a transformação histórica da tradição discursiva editorial, a partir da gênese do jornalismo impresso.

As mudanças nas tendências, nas práticas e nas estratégias do jornalismo impresso, que acompanharemos neste capítulo, ocorreram porque o modelo anterior envelheceu, surgiram outros meios de comunicação, o modo de vida das pessoas mudou e a modernidade pressionou a demarcação do espaço de atuação dos diferentes domínios sociais.

a) As tendências

Marcado por várias fases vinculadas às concepções que partem do contexto histórico, social, tecnológico e cultural, o jornalismo apresenta diferentes tendências. Autores como Sodré (1999b), Rüdiger (1993), Pessoa (2002b) e Morel e Barros (2003) as descrevem sob diversas perspectivas. Optamos aqui pela sistematização de três tendências amplas que parecem consensuais. Essa escolha tem essencialmente uma motivação estilística, em virtude das marcas lingüísticas que explicitam cada tendência.

Como as tradições discursivas apresentam especificidades de acordo com a função a que se destinam, há textos com maior e outros com menor flexibilidade para o estilo individual. Os textos literários, por exemplo, enquadram-se no primeiro grupo, já os

documentos e formulários oficiais, que seguem um modelo padronizado, estão no segundo grupo. Em um ou em outro caso, “*a definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 1992a:283).

O editorial, por exemplo, apresenta flexibilidade para o estilo individual, apesar de seguir certas orientações na sua organização retórica. No entanto, não centramos o nosso olhar no estilo adotado pelos diversos editorialistas individualmente, e sim nas tendências estilísticas gerais que influenciaram a produção do editorial em épocas distintas e que caracterizam os três estilos predominantes nas fases do jornalismo: o político-panfletário, o literário-independente e o telegráfico-informativo.

- **Tendência político-panfletária**— parte da concepção de que a função do jornal é essencialmente opinativa. É a fase que retrata o início do jornalismo e de uma mutação política no Brasil, em meio a um elevadíssimo analfabetismo. Os discursos eram ora áulicos e pomposos, ora pasquineiros, com injúrias e grosserias que entremeavam uma prosa extremamente clássica e beletrista. É marcada por intensas polêmicas pessoais e violência física e verbal. “*Até a primeira metade do século XIX não havia preocupação por parte do editor e do leitor, com equilíbrio e imparcialidade*” (AMARAL, 1996:25).

O estilo político-panfletário predominou no início da imprensa. Os discursos eram inflamados e a linguagem era usada com veemência, a exemplo dos argumentos *ad hominem* e *ad populum* definidos por Garcia (1996) e comentados na página 67 deste trabalho. Segundo Morel e Barros (2003:49):

O estilo panfletário, pasquineiro, dava a tônica, independentemente da coloração política. Por tudo isso, a imprensa da primeira metade do século XIX no Brasil privilegiava o doutrinário, o propagandístico, em detrimento do factual e descritivo.

Os dois exemplos abaixo exemplificam essa tendência, que apresentava uma linguagem vibrante expressa por vocativos, imperativos, repetições, interjeição, um forte subjetivismo, adjetivações e pontuação enfática.

Ex.11: Ó meus filhos, deixai de fazer-vos tão funesta guerra: cessai de lacear as entranhas da vossa Pátria, e de empregar as vossas forças em a destruir. Se a graõ custo conquistamos Liberdade, não queiramos perder por nossa imprudência, e capriço. Atentemos para o bem geral, sacrificando no Altar da Pátria os vossos ódios, as vossas intrigas, as vossas paixões particulares, e dominados do verdadeiro Patriotismo sejamos unanimes em sustentar a Independência, a cosntituição, e ao Snr. D. Pedro 2º.
(Diario de Pernambuco nº 167, 07/09/1835 – texto 15)

Ex.12: Nós vimos a esse pertido Duque de Bragança a principio fingir-se todo Brasileiro a fim de empolgar o throno do Brasil, nós lemos admirados seus manifestos patrióticos, suas Proclamações, que deponitavaõ de livres para demagogicas.
(A Quotidiana Fidedigna nº 132, 07/04/1834 – texto 11)

• **Tendência literário- independente** – surgiu na segunda metade do século XIX, no momento em que a sociedade civil começa a se organizar em termos intelectuais e culturais e os níveis de alfabetização começam a aumentar. Tinha como parâmetro a conquista do público leitor por meio de temáticas culturais e científicas. Foi a época da conjunção entre os homens das letras e a imprensa. As notícias do exterior ainda dependiam dos vapores e das cartas. Os acontecimentos locais, como corridas de cavalos e saraus eram espalhados em folhetins, que também propagavam romances, como os de José de Alencar no Diário do Rio de Janeiro: O Guarani, em 1857, e a Viuvinha, em 1860. As crônicas também são frequentes e sinalizam o jornalismo cultural⁴⁵. Nessa fase o jornalismo noticioso⁴⁶ supera o panfletário, o que a caracteriza como transitória para a tendência telegráfico-informativa.

O fragmento abaixo ilustra bem essa tendência literária rica em detalhes descritivos, figuras de linguagem e poeticidade, mesmo na abordagem de uma temática política. Daí a semelhança vista entre os primeiros editoriais e os ensaios literários.

Ex.13: O agricultor amanha o terreno, rega-o com | o suor de seu rosto, entrega-lhe a semente e | espera a sua fecundação. O mesmo faz o pes-|cador. Prepara sua rede; toma-lhe as malhas; | enlaça-lhe os fios, e, arremessando-a sobre o | lago dos peixes aguarda a sua colheita. São | actos successivos, é verdade; mas há sempre | um respiro, um intervallo de cessação. ||
Os partidos políticos vivem sob as mesmas | condições.
(O Paiz nº 2, 04/02/1856 – texto 38)

Nesse mesmo jornal encontra-se o registro da fase de sensibilização e de mobilização com a finalidade de estimular a mudança de tendência em virtude da saturação dos combates. Percebe-se, então, a crítica dirigida à tendência anterior.

⁴⁵ “Aqui, porém, cabe lembrar o papel da crônica na história do jornalismo cultural brasileiro. Se a tradição local em jornalismo literário – reportagens mais longas e interpretativas, perfis etc. – é pequena, o gosto nacional pelas crônicas, até certo ponto, sempre foi uma forma de atrair a literatura para o jornalismo, praticada por jornalistas, escritores e sobretudo por híbridos de jornalista e escritor. De Machado de Assis a Carlos Heitor Cony, passando por João do Rio, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Ivan Lessa e outros, a crônica sempre teve espaço fixo nas seções culturais de jornais e revistas brasileiros e, portanto, é uma modalidade inegável do jornalismo cultural brasileiro. (PIZA, 2003:33). A propósito, a primeira revista literária brasileira foi *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812). Publicada na Bahia, na Tipografia de Manuel Antônio da Silva, o nº 1 compreende 30 págs. e os números 2 e 3 continham, reunidos, 67, com artigos políticos, históricos, morais, anedotas etc. (VIANNA, 1945: 9-11).

⁴⁶ Verifica-se neste período a complexificação do conceito de jornalista, que deixou de ser aplicado exclusivamente ao proprietário de periódicos e passou a designar também quem confecciona a notícia (RÜDIGER, 1993).

Ex.14: Os nossos proprios | adversários, pondo de parte algumas manifestações de odio pessoal que lá uma ou outra vez | surgem em seus periódicos, revelam sem du-|vida muita tendência a repudiarem esse gênero | de combate, com impróprio de cavalleiros | que disputam o futuro; parece mesmo que se | vão envergonhando desses transbordamentos ir-|racionais, que, alem de contratarem com a | indole e caracter deste gande povo, são ver-|dadeiros anachronismos.
(O Paiz nº 2, 04/02/1856 – texto 38)

- **Tendência telegráfico-informativa** – Nesta fase o serviço telegráfico torna-se a base das seções noticiosas e a informação objetiva⁴⁷, que atende às necessidades do leitor moderno, supera a opinião. Percebe-se, então, uma “despolitização” do jornal, com a redução do espaço para os artigos políticos. Os jornais passam por uma modernização tecnológica, gráfica e editorial, influenciada pelo telégrafo, pelo rádio e pela televisão, que teve início no final do século XIX e se estende até os dias atuais, com a influência da Internet. Esta fase faz ver a passagem do estilo detalhista literário para o estilo simplista, telegrafês; a passagem do jornalismo de crônica para o jornalismo de reportagem; a passagem de uma imprensa romântica para uma imprensa mercadológica; enfim, uma passagem para a funcionalidade, com a inserção do *lead* (resumo que inicia a notícia) e do *copy-desk*⁴⁸ (redator encarregado de acabar com a literalice), ambos vindos dos Estados Unidos.

Pela novidade de passar as informações por telegrama, os textos passaram por adaptações para se enquadrar em um novo sistema de comunicação. Como assevera Pessoa (2002b:6), “o telégrafo impunha a necessidade de maior concisão por causa das taxas, levando muitas vezes à eliminação de opiniões e textos de natureza literária”. Esse estilo foi, aos poucos, dando corpo ao texto de notícia, com ênfase informativa, que difere do texto editorial, com ênfase opinativa. Os editoriais que seguem esta tendência são concisos, objetivos e, em muitos casos, o tópico introdutório é a opinião assumida pelo jornal, como fez o *Diario de Pernambuco* nº 257, de 14/09/2003 (texto 95).

Ex.15: Está certo o atual Governo da República em tirar | o proveito que lhe for possível, na conjuntura por | que passamos, a fim de estimular o Congresso | Nacional a votar agora e, não, depois, as refor-|mas estruturais do país, dentre elas a da Previdên-|cia e a Tributária.

O editorial contemporâneo, em síntese, apresenta os seguintes atributos: a topicalidade, expressão precisa de um tema cuja opinião a respeito está em formação; a condensalidade, caracterizada por uma linguagem direta, com mais afirmações que

⁴⁷ A noção de objetividade começou a ser incorporada a partir de meados do século XIX com a discussão dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como fatores determinantes da ética profissional de coleta e transmissão de notícias (AMARAL, 1996:25).

⁴⁸ Amaral (1996:75) comenta que alguns escritores reagiram contrariamente à busca pela objetividade. Por exemplo, “Nelson Rodrigues (...) passou a considerar os *copy-desk* os idiotas da objetividade (...) Se o *copy-desk* já existisse naquele tempo – dizia – os Dez Mandamentos teriam sido reduzidos a cinco”.

demonstrações e com repetições reguladas; e a plasticidade, que confere flexibilidade ao caráter persuasivo do texto. Essas características denotam visíveis mudanças ao serem comparadas com o *Diario de Pernambuco* nº 263, de 19/11/1889 (texto 70).

Ex.16: Se alguns espiritos menos desilludidos ou | mais crentes, por ventura ainda se aninhavam fa-|gueiras e linsongei-|ras esperanças n'uma reacção | monarchica, que á nós, desde os primeiros passos | da revolução democrática, se nos afigurou mais | que problematica, irrealisavel por impossivel no actual momento historico; se em algum de taes | espiritos optimistas ainda restam algumas scen-|telhas dessa chamma divina chamada esperan-|ça, ultimo apego do coração humano ás terreni-|dades sempre cruciantes; que esse alguem, que | esses espiritos bonacheirões tirem a venda dos | olhos, e vejam, sem as nevoas da illusão, taes | quaes se estão passando, os precipites aconteci-|mentos que trazem agitada a alma da patria. ||

Para uma melhor compreensão dos traços característicos de cada tendência, foram dispostos no quadro abaixo alguns atributos que se referem às três tendências mencionadas.

Quadro1: Síntese das tendências do jornalismo impresso

TENDÊNCIAS	CARACTERÍSTICAS
Político-panfletária	<ul style="list-style-type: none"> - contexto inicial da imprensa, com elevadíssimo analfabetismo; - função essencialmente opinativa; - discurso pomposo e veemente; - fase de polêmicas pessoais e violência física e verbal; - linguagem marcada por vocativos, imperativos, repetições, interjeições, subjetivismo, adjetivação e pontuação enfática.
Literário- independente	<ul style="list-style-type: none"> - contexto de organização intelectual e aumento do nível de alfabetização; - temáticas culturais e científicas; - junção entre os homens das letras e a imprensa; - propagação de acontecimentos sociais; - linguagem composta de detalhes, figuras e poeticidade.
Telegráfico-informativa	<ul style="list-style-type: none"> - contexto de modernização tecnológica; - superação da opinião pela informação objetiva; - passagem de uma imprensa romântica para uma imprensa mercadológica; - substituição do estilo detalhista literário pelo estilo simplista telegráfos; - linguagem direta, com mais afirmações que demonstrações e com repetições reguladas.

Observando a sucessão desses estilos pode-se perceber que realmente a forma como as pessoas escrevem hoje os diferentes textos é fruto de uma tradição que apresenta mudanças e permanências.

b) As práticas

Na estrutura de trabalho do jornal contemporâneo, a passagem de um acontecimento para as páginas do jornal passa pelo crivo polissêmico do verbo “caber”: primeiro, se cabe no espaço a ocupar na página e segundo se cabe (no sentido de ser compatível) na ideologia do jornal, na aprovação do anunciante e na apreciação do leitor (BERGER, 2002). Esse é o

primeiro mito de neutralidade jornalística que pode ser eliminado, na medida em que recebe a influência da transição artesanal para a mercadológica.

Essa percepção crítica acerca da sujeição do jornalismo ao poder econômico e ao poder ideológico que ele também exerce, os Manuais de Redação tentam superar através das esferas normativas da prática jornalística, que compreendem: uma esfera ético-política (agindo sobre a profissão do jornalista, em sua atuação na sociedade); uma esfera dita estilística (agindo sobre o texto jornalístico); e a esfera gramatical (como norma geral da língua) (SILVA, T., 2001). Em síntese, essas esferas remetem exatamente às concepções de jornal como isento, responsável, independente, objetivo e claro. Entretanto, não dá para aceitar uma isenção total, pois a imparcialidade é uma tentativa, ao nosso ver, vã, de retirar o homem da semântica da comunicação no jornalismo (MELO, 2005). De acordo com Berger (2002), o jornal pode tomar posição implicitamente por meio da legenda de uma foto, de uma palavra que designe o acontecimento, da edição da página, entre outros.

Do seu início à prática atual, a atividade da imprensa pautou-se em diferentes concepções existentes no mundo e, evidentemente, foi influenciada por diversos aspectos ideológicos. Amaral (1997:13-19) apresenta quatro dessas concepções:

- a concepção capitalista de imprensa – corresponde à formação de empresas com os grupos de divulgação, fazendo do público um mercado, da notícia uma mercadoria e do leitor um cliente. Esta é a concepção própria do Regime norte-americano.

- a concepção política – entende que a imprensa é um meio de organização da coletividade. Está vinculada ao Regime soviético.

- a concepção instrumental – os meios de informação servem exclusivamente a uma causa, a um regime, sem qualquer iniciativa de oposição. É o tipo característico dos Regimes nazista e fascista.

- a concepção estatal – é a que determina um controle estatal para que a imprensa periódica não atinja os princípios fundamentais do Estado. Como exemplo, o Regime espanhol.

De acordo com o nosso ponto de vista sobre a história da imprensa no Brasil, verificamos que a prática do jornalismo impresso brasileiro teve como fundamento, em diferentes momentos, as quatro concepções mencionadas. A concepção política foi a inicial, a que fez despertar na imprensa artesanal o grito das lutas internas em diversas províncias, estimuladas pelos panfletos que circulavam. A concepção estatal tem grande representação na imprensa áulica, a que partia dos governos para abrandar o espírito revolucionário, preservar o *status quo* e divulgar os feitos governistas. A concepção instrumental serviu ao Estado Novo,

período no qual a imprensa ou comungava com os interesses do governo ou era obrigada a calar-se. Podemos dizer que a concepção capitalista é a que mantém a prática jornalística de hoje, pois as empresas de jornais buscam conservar a fidelidade dos leitores, por meio de adaptações para atender aos interesses diversos, ao pragmatismo e ao dinamismo modernos, como também reservam um grande espaço publicitário em suas páginas, ambos responsáveis pelo retorno financeiro que sustenta essas empresas.

Durante toda a existência do jornalismo impresso, desde o seu início, suscitam-se críticas e elogios de filósofos e literatos, por exemplo. Berger (2002:275) cita um fragmento do diário de Soren Kierkegaard, em 1848, que diz o seguinte:

De fato, se a imprensa diária, tal como acontece com outros grupos profissionais, tivesse de pendurar um letreiro, seus dizeres deveriam ser os seguintes: aqui homens são desmoralizados com a maior rapidez possível, na maior escala possível ao preço mais baixo possível.

Nascimento, L. (1962:16), por outro lado, menciona uma lista de definições favoráveis a respeito da imprensa. Dentre elas encontra-se o pensamento de Castro Alves:

A Imprensa é um topo. Os sacerdotes fazem dela um altar: os carrascos, um pelourinho. O Sinai e a rocha Tarpeia são gêmeos e diferem apenas em que ali tendes o profeta, aqui o algoz; dali rolam relâmpagos e verdades, daqui sangue e cabeças decepadas” (*A Luz*, 1866, “Introdução”).

Apesar das divergências, o que de fato define a prática da imprensa é a sua inserção num determinado espaço/tempo histórico e o seu propósito interativo por meio da “produção e recepção” de textos vários num processo dialógico entre os sujeitos históricos. Assim, é natural, como vimos, que diferentes interesses estejam em jogo nessa prática social.

Nesse caso, o jornal é mais um operador sócio-simbólico, porque tem o sentido construído a partir do momento em que os leitores acionam o seu campo mental em correlação com o ambiente cultural (MOUILLAUD, 2002a:51).

Voltando ao século XIX, a inovação tecnológica das redes de informação, com função de troca e não de uso, provocou uma mudança no sistema de circulação da mensagem com rupturas na enunciação e na organização retórica da informação. Dentre as conseqüências estão as alterações nos dois níveis de enunciação e na elaboração do texto. A origem dessa mudança está na mobilidade da unidade comunicativa efetuada nos despachos das agências de informação. Nesse caso, de acordo com Mouillaud (2002 a:58), o ato de “*expedir uma informação é desviar a fala de seu destino primeiro, onde possuía um valor de uso, para enviá-la a receptores para os quais não estava destinada*”.

O autor explica que, no nível da enunciação, a primeira transformação ocorre quando o discurso inicial entre os interlocutores é passado para o despacho da agência e veiculado como uma citação. A segunda ocorre quando a mensagem é passada dos emissores (agências) para receptores (clientes) sem que, com isso, assumam o papel de interlocutores da comunicação primeira. Nos dois casos, o resultado é a neutralidade desses despachos de agências, pois os comunicadores não são os enunciadores da comunicação inicial e os reais enunciadores⁴⁹ não são revelados.

Além disso, o envio da mensagem pelas agências modifica também a constituição textual, na medida em que a retórica é quebrada com a fragmentação do texto em unidades breves e móveis. Em termos estilísticos, essas modificações dão origem ao estilo telegráfico, como foi comentado.

Tanto o anonimato enunciativo quanto o estilo telegráfico caracterizam os textos jornalísticos do final do século XIX. O primeiro pode ser considerado como um traço de ruptura, pois já não é uma prática utilizada nos jornais contemporâneos, cuja identificação autoral é exigida. Já o segundo permanece ditando as estratégias organizacionais dos textos.

Outra prática bastante comum no século XIX era a transcrição ou a colagem de artigos. Nascimento, L. (1962:17) menciona um caso em que houve esse tipo de ocorrência:

Quase noventa anos atrás, sentenciava a *República*, do Rio de Janeiro, em artigo transcrito pelo *O Diário Liberal*, do Recife, na sua edição de 19-5-1872: “O mister da Imprensa pode ser sacerdócio ou mercancia, conforme for um homem de bem ou um bandido aquêle que exercer a nobilíssima profissão”.

Em geral essa transposição de textos ocorria com o artigo de fundo, designação correspondente ao editorial. A ocorrência nesse texto deve-se a sua essência opinativa, o que desencadeava os debates entre jornais e a colagem de fragmentos ou de textos na íntegra como um recurso argumentativo. É possível que essa tenha sido uma prática utilizada para que, indiretamente, um jornal pudesse expor a sua posição diante de um acontecimento fazendo uso da voz de outro jornal. Essa colagem de textos da forma que ocorreu, se não for inexistente, é uma prática de rara frequência hoje e isso representa mais um traço de mudança na prática jornalística. O que permanece no estilo jornalístico é a asserção feita por terceiros para demarcar um certo distanciamento do conteúdo veiculado ou para utilizar uma argumentação por autoridade (DUCROT, 1987).

⁴⁹ Ducrot (1987:142) chama “ “enunciadores” às personagens que são apresentadas pelo enunciado como autores destes atos.”.

Uma das características do jornal diário é o seu contínuo apagamento do número anterior para a reprodução do número seguinte⁵⁰; esta é a rotina de cada jornal, o que pode representar uma constante expectativa de acontecimentos. Não de acontecimentos privados, e sim de interesse abrangente (BELTRÃO, 1976).

O que faz um acontecimento virar notícia é o fato de quebrar a ordem natural das coisas. O acontecimento deve ter como qualidades, de acordo com Motta (2002), a atualidade, a proximidade, a proeminência (da pessoa envolvida), o impacto e a significância. Organizar tudo isso não é fácil. A rotina do repórter na passagem da fonte à notícia impressa apresenta dificuldades inclusive de tempo, acesso à fonte e alterações de pauta. Isso é o que mostra Adghirni (2002:464), ao discutir em seu artigo o “*processo de enfraquecimento do mito do poder do jornalista,*” mostrando como é árduo o exercício diário do jornalista para perceber, selecionar, redigir e transformar acontecimentos em notícia.

Nessa sucessão de acontecimentos, História e Atualidade tocam-se. “*A primeira enraíza os acontecimentos em uma cronologia, a segunda costura acontecimentos diversos como uma pele que envolve o planeta (uma pele que se renovaria todos os dias)*” (MOUILLAUD, 2002a:77). Assim, o passado permanece vivo como pano de fundo de cada presente⁵¹. É exatamente por essa peculiaridade do jornal que ele não se restringe a um reles maço de papel e tem servido continuamente como fonte documental da nossa história.

No caso da notícia, trata-se de eventos isolados, sem que haja preocupação de relacioná-los entre si e focados no presente, pela sua efemeridade e transitoriedade (EPSTEIN, 2004). Entretanto, os fatos não podem ser de todo isolados. A conexão do fato com o contexto é o que garante o seu status de notícia, garantindo também a relevância e a veracidade que lhe são atribuídas. Do mesmo modo, quando ocorre uma seqüência de notícias sobre o mesmo assunto, Noblat (2003:74) recomenda que “*o mínimo de memória ela deve conter, sim. Caso contrário se tornará ininteligível para o leitor de primeira vez*”. Além disso, para que o dinamismo e a atualização do jornal sejam mantidos, de um modo ou de outro, um elo entre o passado, o presente e o futuro precisa ser estabelecido. No conjunto dos textos jornalísticos, concordamos com Tétu (2002), ao afirmar que o editorial, mais que

⁵⁰ Lage (2004:8) narra um pequeno conto das *Histórias de cronópios e famas*, do escritor argentino Julio Cortázar, que ilustra bem a efemeridade do jornal moderno. Trata-se “*do caso de um homem que comprou seu matutino predileto e o folheou no banco da praça, até perceber que milagrosamente, ele se transformara em maço de papel. Deixou-o sobre o banco e, ali, tão logo um transeunte pôs-lhe os olhos em cima, o maço de papel, por milagre, voltou a ser jornal. E assim aconteceu por várias vezes, até o fim do dia, quando o último personagem da história olhou o maço de papel e, distraído, o pôs de lado, porque a metamorfose não mais ocorria e o jornal estava condenado a seu um reles maço de papel.*”

⁵¹ Para Flausino (2001:103), “*a grande fonte de informações do jornalismo é o cotidiano, o presente, temporalidade na qual o homem mantém, modifica e reconstrói sua realidade.*”

qualquer outro, transcende a apreensão dos acontecimentos atuais, tendo em vista que não só informa sobre o mundo, mas, sobretudo, procura percebê-lo.

c) As estratégias

Na verdade, as estratégias de organização dos textos jornalísticos são muito diversificadas e um bom exemplo dessa diversidade é a convivência entre jornais matutinos e vespertinos, em edições simultâneas, das primeiras décadas do século XX até 1960, aproximadamente. De acordo com Bahia (1990:76-77), os dois tipos de jornal apresentam características particulares:

- os matutinos são densos, volumosos, muito detalhados e completos, como foi o jornal de opinião do século XIX; a técnica do matutino era a pormenorização.

- os vespertinos são leves, concisos, diretos e escritos em linguagem telegráfica. O seu estilo é o flagrante e prioriza a notícia; opta pela fotografia, que vale por muitas palavras. Os vespertinos desapareceram em virtude, entre outros, da renovação dos matutinos e da popularização de notícias via rádio e tv.

Esses são dois bons exemplos de que os jornais já foram a fonte primária de informação. É ainda nessa fase áurea do jornal que aparece no Brasil, em 1950, a “pirâmide invertida”, ou seja, a fórmula jornalística de hierarquizar a informação (NOBLAT, 2003). O autor explica que eram muitos os jornalistas e poucos os operadores de telégrafo responsáveis pelo envio da matéria. Desse modo, cada jornalista poderia transmitir o parágrafo mais importante de cada matéria. Feito isso poderia enviar o segundo parágrafo, o terceiro e assim sucessivamente.

O primeiro parágrafo, o mais importante, recebe o nome de lide (lead)⁵². A fórmula diz respeito às regras canônicas do jornalismo (quem, o quê, onde, quando, como?), que são elementos do ato comunicativo. Geraldês (2001) considera irônico que depois de tanta luta para diferir da técnica literária tenha restado ao jornalista a frieza da fórmula. Noblat (2003:99) também demonstra o seu receio ao servilismo ao lead. Para ele: *“o lead é inimigo do prazer que a leitura de um texto pode proporcionar. Porque inibe a imaginação e a criatividade dos jornalistas”*.

⁵² De acordo com Pessoa (2002b: 9), o lide é um *“resumo que aparece na primeira parte da notícia, tal como se desenvolveu nos Estados Unidos por influência da 2ª Guerra Mundial. Observe-se que se trata de um procedimento de organização textual, que estabelece uma ordem para a proposição. O que predominava antes era a notícia com uma seqüência cronológica rigorosa, deixando para o fim o mais importante. Com o lide, esse princípio mudou radicalmente, pois o mais importante passou para o início do texto...”*

Na nossa opinião, de fato, para quem lê, essa padronização do texto é bastante notória, repetitiva, como também, por conseqüência, é limitadora do processo criativo dos produtores e dos leitores. Nesse caso, tanto o ato da leitura quanto o da produção passam por uma orientação formulaica e controlada, com pouco espaço para a criatividade. O acordo entre ambos se estabelece na medida em que o jornalista utiliza um grau de intencionalidade no seu texto, e o leitor, por sua vez, aceita aquelas informações como minimamente necessárias para construir o sentido do texto e tomar conhecimento dos fatos⁵³. Não descartamos a necessidade atual de delimitação do texto, provocada pela restrição do espaço dentro do suporte, no entanto, não podemos negar que estruturas formulaicas limitam o ato criativo.

Se por um lado essa padronização do texto jornalístico recebe críticas, por outro, na Web, ganha força. Para Ferrari (2004:49):

Ao escrever *on-line*, é essencial dizer ao leitor de forma rápida qual é a notícia e por que ele deve continuar lendo aquele texto – daí a importância de recorrer à velha fórmula “quem fez o quê, quando, onde e por quê”.

Tudo indica, com isso, que a Web está sendo o canal aberto para a continuidade do lead ainda por um bom tempo.

Após os embates indiretos com o rádio e a televisão, o jornal impresso hoje trava lutas com a Internet, a mídia eletrônica, para sobreviver a mais uma revolução tecnológica. Para Caldas (2002:17), tudo indica que sobreviverá mais uma vez. “*Seu maior desafio agora é mudar, preservando seus valores e principais características*”. Provavelmente isso será possível já que são diferentes as motivações dos leitores de jornais e dos usuários da Internet. Os primeiros buscam uma prática jornalística original, interpretativa e analítica; vêm da tradição de outros hábitos culturais, como ler o jornal enquanto se toma o café da manhã sentado à mesa, ler o jornal em diferentes locais de lazer, como praia, clube e parque. Os últimos procuram informações rápidas, específicas e curtas, exceto em casos de pesquisa, em que são acessados vários links, ou seja, blocos de informações intercoradas que formam um hipertexto (FERRARI, 2004; XAVIER, 2004). No segundo caso, para fazer valer a tradição, é necessário transportar um certo aparato tecnológico, o que nem sempre é possível.

Sem dúvida, os interesses são diferentes, os propósitos comunicativos dos dois meios

⁵³ Nesse caso, pode-se dizer que se estabelece um pacto cooperativo entre produtores e leitores (GRICE, 1975; REBOUL & MOESCHLER, 1998). Os fatores pragmáticos da textualidade correspondentes a esses protagonistas são exatamente a intencionalidade e a aceitabilidade (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981; COSTA VAL, 1991).

também são distintos, acarretando, evidentemente, práticas e técnicas diversas. Toda essa diversidade implicará o desenvolvimento de novas habilidades lingüísticas e não-lingüísticas, para que os produtores de textos jornalísticos tenham a versatilidade necessária e se apropriem de novas estratégias organizacionais para atuar nos dois meios. Os leitores, por sua vez, precisam acompanhar todas essas alterações e, como co-participantes da construção de sentido do texto, atualizar as suas estratégias de leitura e manuseio dos textos, competência adquirida e desenvolvida nas práticas de letramento⁵⁴. Pelo menos, por enquanto, é assim que vemos este quadro se delinear.

A acessibilidade da classe emergente ao jornal, “*ao socializar informações, antes restritas ao domínio privado de uma aristocracia*” (MARQUES, 2002:327), provoca a democratização da imprensa, a democratização da linguagem, o que representa um marcante fator de mudança na prática jornalística, que requer da sociedade modificações no tratamento pedagógico da linguagem materializada nesses textos em circulação.

Nesse sentido, o jornalista faz o papel de ponte, tornando o conhecimento mais complexo acessível às pessoas comuns. No entanto, os primórdios da prática jornalística não parecem servir de bom exemplo para o jornalismo como mediador da sociedade como um todo. Na época prevaleceu um padrão estilístico de composição que restringiu às pessoas de elevada formação cultural e com recursos econômicos o acesso ao jornal. Não se pode dizer que nesse período o jornal assumiu a função de ponte para o cidadão comum, pois poucos sabiam ler. Nesse caso, percebe-se que houve uma mudança na noção de público imaginada pelas diferentes vertentes da prática jornalística para ampliar o seu raio de alcance.

Ao longo do tempo, as modificações observadas nas estratégias jornalísticas, de um modo geral, revelam um processo natural. Esse fato pode ser observado, por exemplo, na delimitação das fronteiras entre jornalismo e literatura, jornalismo e publicidade; na autonomia das tradições discursivas; e nas reflexões acerca de qual é o papel do jornalista e quais as características que identificam o gênero jornalístico, o discurso midiático⁵⁵. A modernidade foi responsável por essa busca pela autonomia que foi se estabelecendo em diferentes esferas da sociedade.

É nesse sentido que Rodrigues (2002: 224-227) explica que a função especular do discurso midiático, ou seja, de refletir a vida coletiva, é indispensável para a homogeneização

⁵⁴ A noção de letramento que adotamos inclui o letramento digital, cuja viabilização reside na inserção do professor-aluno em práticas digitais letradas (para busca do conhecimento, comunicação à distância, diversão, fruição etc.) efetivas e significativas, com base em gêneros de circulação na mídia digital (ROJO, BARBOSA & COLLINS, 2005:156)

⁵⁵ O discurso midiático diz respeito às diversas mídias: jornal, revista, TV, rádio e internet.

das sociedades. Sendo assim, o discurso jornalístico inserido no discurso midiático constitui-se de seis estratégias, a saber:

- As estratégias de naturalização – O discurso midiático apropria-se da dimensão expressiva de outras instituições, com a tendência de naturalizar as pretensões legítimas construídas historicamente pelos membros autorizados dessas instituições.

- As estratégias de reforço – Reforçam a legitimidade das outras instituições, garantindo a sua permeabilidade por todo o tecido social.

- As estratégias de compatibilização – Elaboram uma retórica destinada a esvaziar os discursos em confronto das formulações mais polêmicas. Os editoriais desempenham papel similar mantendo a instituição abrigada das posições conflitantes.

- As estratégias de exarcebação dos diferendos – Em oposição à estratégia anterior, nesta, o discurso midiático exacerba as diferenças, agravando os diferendos. Papel que o editorial também pode desempenhar.

- As estratégias de visibilidade – Dão visibilidade pública às outras instituições.

- As estratégias dos regimes de funcionamento – Alteram o regime de funcionamento das instituições, acelerando ou desacelerando o ritmo; por exemplo, o aquecimento da inflação.

Essas estratégias estão presentes tanto em textos opinativos quanto informativos, o que torna ainda mais opaca a tênue linha que separa opinião e informação, mas é preciso respeitá-la. Segundo Noblat (2003:112), *“lugar de opinião é em artigo, que o jornalista também pode assinar. Ou nos editoriais que expressam a opinião do dono do jornal”*. Esse também é o pensamento de Caldas (2003), ao afirmar que o editorial é o espaço específico destinado à finalidade opinativa. Nos outros espaços o ideal seria informar sem manipular ou tomar partido, o que, na nossa opinião, não ocorre nas notícias atuais, sob a visão dos leitores mais atentos.

Levando em conta o que foi exposto no tópico anterior, concordamos com Bahia (1990:68), ao comentar que a origem do jornal é política e, portanto, concentrava uma função opinativa e doutrinária. Para o autor, *“com o desenvolvimento social essa função recebe o acréscimo da notícia, que cria o seu próprio conceito de objetividade, remetendo a plano secundário a concepção opinativa”*. No Estado de Pernambuco, a história nos mostra que a gênese do jornalismo impresso é política e opinativa. Em termos nacionais, Rüdiger (1993:12) assevera que *“o jornalismo brasileiro se formou dentro desse movimento político (...) as forças políticas descobriram o emprego da imprensa na formação da opinião e os políticos ligaram suas carreiras às atividades jornalísticas”*. O mesmo autor comenta que o

nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul está ligado ao processo político que desencadeou a Revolução Farroupilha (1835-1845). Sendo assim, nesse contexto, não dá para negar o gene opinativo dos textos jornalísticos.

Concordamos em parte com o posicionamento de Melo, J. (1985:148), ao afirmar que “*a fronteira entre informação e opinião (...) nunca existiu entre nós*”. O que queremos dizer é que se levarmos em conta a finalidade comunicativa dos textos jornalísticos, ao longo do tempo, a linha entre opinião e informação ficou menos turva com a autonomia adquirida pelos textos e com a disposição deles no suporte. Olhando por esse prisma, consideramos aceitável que, com o surgimento e as transformações das tradições discursivas que foram ganhando autonomia, essa fronteira tenha ficado um pouco mais nítida que nos primórdios da imprensa. É o caso, por exemplo, que Pessoa (2002b) apresenta sobre a separação da notícia de outros textos, o que lhe garantiu autonomia⁵⁶.

Do nosso ponto de vista, na fase inicial da imprensa, pela pouca definição da função das tradições discursivas que compunham o jornal, a opinião e a informação estavam num estágio de imbricação muito mais intenso do que quando as tradições discursivas foram definindo as suas especificidades. Os textos que hoje compõem o jornal impresso apresentam-se de forma muito mais clara, tanto em termos funcionais quanto formais, em comparação com suas versões originárias.

Se hoje ocorrem as dissimulações de conotações ideológicas, neste aspecto, sim, concordamos com o autor que o traço de “mineiridade”⁵⁷, próprio da imprensa brasileira, realmente impede o estabelecimento rígido dessa fronteira. É o que ocorre quando, por exemplo, mesmo não havendo juízo de valor manifesto, a própria seleção e apresentação dos acontecimentos implicam uma opinião. A posição tomada por Noblat (2003:120) é a de que “*jornal jamais é neutro, nem mesmo quando tenta fingir que é. O ato de publicar uma notícia e de desprezar outra é tudo menos um ato neutro*”. O autor também faz menção aos títulos como portadores de juízo de valor.

Dentre os muitos aspectos importantes na história da imprensa, Sodré (1999b:7) considera que merecem detalhamento “*as mudanças na paginação, acompanhando o destaque primitivo do editorial político, às vezes matéria única do jornal, até a preponderância da parte informativa sobre a opinativa, e a estreita relação entre elas*”.

⁵⁶ Autonomia que corresponde à autonomização definida por Oesterreicher (2002:360-367) como a contraparte da recontextualização. Ambas discutidas no Capítulo 1.

⁵⁷ Expressão utilizada por Melo, J. (1985).

Nessa passagem, o autor faz menção ao destaque de que gozava o editorial no início e a posterior superação da informação sobre a opinião.

Além da luta entre a informação e a opinião, logo depois surgiu a luta entre a opinião e a publicidade, informação e publicidade, como revela o editorial do *Diario de Pernambuco* nº 31, 01/02/1998 – texto 89.

Ex.17: *A imprensa como instituição / fundamental para o exercício da / democracia, está caindo numa / perigosa armadilha do marke-/ting. Imprensa informa, marke-/ting promove.*

Segundo Sodré (1999b), havia uma resistência dos profissionais da imprensa com relação ao espaço que os anúncios vinham tomando. No princípio, largos anúncios eram acomodados em coluna única e com tipos pequenos para que as colunas não fossem quebradas e a leitura seguisse corrente (mesmo procedimento utilizado com os editoriais). O conteúdo normalmente era de anúncios de estabelecimentos. Nos fins do século XIX, mudanças são vislumbradas, os anúncios começam a ganhar uma apresentação gráfica destacada e o conteúdo volta-se para mercadorias isoladas, com direito a ilustrações e cores. Sodré (1999b) comenta que nesse momento as agências de publicidade começam a ascender sobre a imprensa.

Como as agências de notícias, especializadas em colher e distribuir informações, as agências de publicidade, especializadas em colher e distribuir anúncios, cedo se entrosaram na estrutura da economia de monopólio, gerada pelo desenvolvimento capitalista nos fins do século XIX.

Mais do que reforçar uma fase de conflitos em busca de uma ascendência, fica o registro de uma época em que as instituições, especificamente as instituições jornalísticas, buscavam determinar o seu espaço como práticas sociais. Nesse processo, Ribeiro (2001:69) levanta a hipótese de que há uma linha de continuidade das práticas de comunicação que as impede de se dispersarem em outros setores institucionais da prática social: “*há algo que unifica e confere especificidade interna às práticas de comunicação, que as qualifica como um espaço particular ou, mais genericamente, como uma estrutura sui generis*”. No nosso ponto de vista, um dos fatores de manutenção do espaço institucional da imprensa é a sua função, preservada historicamente, de expandir e estabelecer o elo comunicativo dentro de um determinado grupo, por meio da veiculação das informações e das opiniões que fizeram a imprensa e que a imprensa ajudou a fazer.

O editorial por ser a via principal para a veiculação da opinião jornalística apresenta uma tradição que tem sua gênese antes mesmo do início da imprensa. Em seu percurso o editorial passou por contínuas transformações que lhe conferiram diferentes classificações,

mas que, sobretudo, revelam as ramificações de um texto no seu processo de mudança e de permanência, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

A TRADIÇÃO EDITORIALÍSTICA

De acordo com Beltrão (1980:19-21), três tipos de categorias opinativas são veiculadas pelo jornalismo impresso:

- 1- A opinião do editor: corresponde à política editorial. Fundamenta-se nas convicções filosóficas do grupo; nas informações e relações que envolvem o tema proposto; nas pesquisas realizadas na área de circulação do veículo; na experiência jornalística dos chefes de redação, que compõem os conselhos editoriais; e nos interesses econômicos da empresa. Esse tipo de opinião é expresso pelos *editoriais* e pela *linha* do jornal, perceptíveis pela seleção das informações, pela ênfase dada a algumas matérias, pelos títulos, fotografias etc. (destaques do autor)
- 2- A opinião do jornalista: diz respeito ao juízo que ele faz acerca dos problemas que, ao mesmo tempo, informa e comenta em seções e matérias sob sua responsabilidade. Há casos em que o editor permite divergências entre a opinião do jornalista e a sua, na grande maioria dos casos, elas são coincidentes.
- 3- A opinião do leitor: expressa o posicionamento assumido pelo leitor frente ao que lhe é transmitido pelo editor e/ou pelo jornalista. Manifesta-se nas entrevistas concedidas, em pronunciamentos oficiais de grupos, em cartas que escreve à redação, nas atitudes que viram notícia e, até mesmo, no aumento ou na redução da circulação do periódico.

Das três categorias, o nosso estudo centra-se na primeira por refletir exatamente os fundamentos que embasam a produção do editorial. Desses fundamentos, alguns fazem parte da constituição do editorial do século XIX, como as convicções filosóficas, a princípio individuais e depois coletivas, e a seleção das informações e das relações ao tema abordado; esses traços naturalmente permaneceram. Por outro lado, a profissionalização dos redatores⁵⁸, as pesquisas de circulação e os interesses empresariais são fatores extralingüísticos, mas que provocaram mudanças na elaboração do texto e que foram inseridos na terceira fase do

⁵⁸ A profissionalização do redator possibilitou a distinção entre o papel do redator e do editor, junção que perdurou na imprensa brasileira da independência e da monarquia. A evolução empresarial provocou exatamente a passagem do proprietário jornalista-editor ao grupo familiar e, posteriormente, ao consórcio, constituído por sociedades anônimas (BELTRÃO, 1980). No caso do Diário de Pernambuco sempre houve um redator principal, que é conhecido atualmente como editorialista (JAMBO, 1975).

jornalismo, a telegráfico-informativa. Considerando essas mudanças e permanências, discutiremos a tradição editorialística em termos das suas classificações e ramificações.

4.1 As classificações

Segundo Guimarães, D. (1992: 19), “*a classificação dos gêneros jornalísticos foi feita, no início do séc. XVIII, quando Samuel Buckley decidiu separar, no jornal “Daily Courant”, “news” de “comments”, distinguindo, respectivamente, os fatos de suas opiniões*”. Assim, o jornalismo contemporâneo é dividido em dois blocos: o opinativo e o informativo, divisão também motivada pela modernização dos anos 50 e 60 do século XX. Partindo dessas duas legendas, Melo, J. (1994:62-66) propôs o seu modelo de classificação com base em dois critérios: o agrupamento dos textos pela intencionalidade determinante dos relatos e pela natureza estrutural dos relatos. Assim ficou a proposta:

a) Jornalismo informativo

1. Nota
2. Notícia
3. Reportagem
4. Entrevista

b) Jornalismo opinativo

5. Editorial
6. Comentário
7. Artigo
8. Resenha
9. Coluna
10. Crônica
11. Caricatura
12. Carta

O modelo de classificação apresentado por González Reyna (1991:20) traz uma concepção discursiva da prática jornalística, na medida em que se relacionam a dimensão social e a dimensão lingüística.

A comunicação é um processo que manifesta a relação dos homens entre si e com seu contexto social. Esta relação se dá sempre com uma intencionalidade: modificar a conduta dos outros e mudar também o entorno social. Em consequência, a comunicação jornalística constitui um processo de inter-relação de indivíduos e grupos sociais, cuja forma concreta é a mensagem⁵⁹.

Nesta proposta, os textos são agrupados segundo as formas do discurso, ou seja, de acordo com a terminologia que estamos adotando, segundo os tipos discursivos (narração, descrição, argumentação). Para González Reyna (1991:6), os dois grupos são:

1- Gêneros informativos. Estão constituídos por mensagens que transmitem informação acerca dos fatos. Esta informação permite ao indivíduo conhecer o que outras pessoas fazem ou dizem, aquilo que acontece em seu entorno próximo ou distante, e do qual se inteira por intermediação do jornalista. As formas discursivas que se empregam principalmente nestes gêneros são a exposição, a descrição e a narração.

2- Gêneros opinativos. Nestes se incluem as mensagens que transmitem idéias. Seu embasamento são os fatos, mas sua finalidade é a opinião, o questionamento, o juízo do jornalista. A forma discursiva que se usa fundamentalmente nestes gêneros é a argumentação, mas também aceitam, em alguns casos, as outras formas discursivas⁶⁰.

De acordo com a autora, no primeiro grupo encontram-se a nota, a entrevista, a crônica e a reportagem. No segundo, o editorial, o artigo de fundo, a coluna e o ensaio. É curioso observar que em apenas dois exemplos de classificação ocorram divergências, como a localização da crônica no jornalismo opinativo, segundo Melo, J. (1994) e sua localização entre os gêneros informativos, de acordo com Gonzalez Reyna (1991).

Após a observação da classificação de Melo, J. (1994) e de González Reyna (1991), a que adotamos fica no intermédio das duas. Tomamos de González Reyna (1991) a concepção discursiva da prática jornalística, com que ela definiu as duas legendas e agrupou os textos, e tomamos de Melo, J. (1994) a diversidade e a localização dos textos mencionados nas duas legendas.

⁵⁹ Tradução nossa. No original: “La comunicación es un proceso que pone de manifiesto la relación de los hombres entre sí y con su contexto social. Esta relación se da siempre con una intencionalidad: modificar la conducta de los otros y cambiar asimismo el entorno social. En consecuencia, la comunicación periodística constituye un proceso de interrelación de individuos y grupos sociales, cuya forma concreta es el *mensaje*”. (grifo da autora).

⁶⁰ Tradução nossa. No original: “1- Géneros informativos. Están constituídos por mensajes que transmiten información acerca de hechos. Esta información permite al individuo conocer lo que otras personas hacen o dicen, aquello que sucede em su entorno próximo o lejano, y de lo cual se entera por intermediación del periodista. Las formas discursivas que se emplean principalmente en estos géneros son la exposición, la descripción y la narración.

2- Géneros opinativos. Em éstos se incluyen los mensajes que transmiten ideas. Su basamento son los hechos, pero su finalidad es la opinión, el cuestionamiento, el juicio del periodista. La forma discursiva que se usa fundamentalmente em estos géneros es la argumentación, aunque también aceptan, en algunos casos, las otras formas discursivas”.

Estreitando ainda mais os níveis de classificação dos editoriais, Beltrão (1980: 55-58) apresenta as seguintes categorias:

- 1- Quanto à morfologia⁶¹: há o **artigo de fundo**, protótipo do editorial; o **suelto**, comentário mais reduzido sobre um fato da atualidade; a **nota**, registro crítico e ligeiro de uma ocorrência.
- 2- Quanto à topicalidade: podem ser **preventivos**, quando se antecipam à realidade; **de ação**, quando acompanham uma ocorrência a fim de esclarecer o público; **de consequência**, quando resultam do exame do fato.
- 3- Quanto ao conteúdo: apresentam teor **informativo**, destinados a esclarecer o leitor; **normativo**, buscam convencer o leitor; **ilustrativo**, despertam o interesse do leitor para a questão.
- 4- Quanto ao estilo: seguem um perfil **intelectual**, quando são escritos visando ao intelecto do leitor e o apelo, neste caso, é racional; **emocional**, quando procuram atingir a sensibilidade do leitor, despertando-lhe sentimentos.
- 5- Quanto à natureza: tomam a aparência **promocional**, quando acompanham regularmente os eventos e idéias atuais, definindo uma posição; **circunstancial**, quando surgem eventualmente para fixar ou apreciar um movimento de opinião; **polêmico**, quando têm por fim reforçar suas convicções e enfraquecer o adversário.

Esses cinco itens que o autor elencou, juntamente com as três classificações anteriores, demonstram o quanto é possível classificar um dado texto sob diferentes perspectivas, o que é bastante significativo para o seu estudo e reconhecimento. Não desconsideramos tudo isso, apenas o que trazemos à discussão diz respeito ao pensamento de muitos pesquisadores hoje e com os quais concordamos: as possibilidades de classificação de um texto são necessárias dentro do seu processo analítico, entretanto não são definitivas e nem correspondem ao fim de uma abordagem.

Apenas para efeito ilustrativo, com base em nosso *corpus*, vejamos mais uma classificação por finalidade dos editoriais, apresentada por González Reyna (1991:58-59), pautada em diversos autores:

⁶¹ De acordo com Melo, J. (1972:100), “A morfologia de um jornal pode ser definida através da comparação entre os elementos utilizados na sua composição gráfica, ou seja, títulos, ilustrações e texto.”.

- 1- **Editorial informativo** - também chamado de editorial expositivo, cita os fatos já mencionados na seção informativa, mas expressa o ponto de vista institucional.

Ex.1: Já estão todos cientes desde sabhado, | que o Governo Central houve por bem subs-|tituir na Presidencia desta provincia os *Excelentíssimo Senhor* Francisco de Paula Cavalcanti | de Albuquerque, e *Excelentíssimo Senhor* Vicente | Thomás Pires de Figueiredo Camargo. | Muitos pretendem attribuir este passo do | Governo Central, á huma medida de po-|litica; e outros conceitos huma satis-|fação pessoal ao *Senhor* Ministro da Fazenda: | quanto a nós, como não gostamos de in-|volver o misterioso em materias de pouca | entidade não vemos na determinação do | Governo, mais do q[] e huma tacti[]a roti-|neira.
(Diario de Pernambuco nº 25, 31/01/1837 – texto 16)

- 2- **Editorial explicativo** - explica um acontecimento quando só a informação não é suficiente e assemelha-se ao expositivo.

Ex.2: Havendo examinado a divida em suas pro-|priedades e posição para com a prosperidade | publica, diremos agora alguma couza a cerca | do seu manejo; e examainaremos [sic] em resumo | a importante questão.||
“So he mais vantajoso um emprestimo em | capital nominal com menor juro; ou em | capital real, com juro maior.” ||
Para dar uma solução Arithemetica a esta | proposição, apresentaremos o problema da | maneira seguinte: ||
Dois paizes, com igual credito, precisão | um empréstimo de 80 milhões. Um contrac-|ta em capital norminal 100 milhões, a juro de | 4 por cento para receber 80: o outro cantrac-|ta [sic]em capital real e recebe esta mesma som-|ma 5 por cento. ||
Desta forma, ambos ficão obrigados a um | juro annual de 4 milhões e ambos recebem | effectivamente 80: mas o segundo tem sobre | o primeiro a vantagem de reunir a sua divida | em menos tempo porque ella he de 80, e a do | outro he de 100. ||
(Diario de Pernambuco nº 64, 22/03/1842 – texto 24)

- 3- **Editorial interpretativo** - necessita apresentar uma interpretação; requer que o jornalista seja justo; não exige conclusão e permite que o leitor tire suas conclusões.

Ex.3: O que entenderão esses homens que | é uma *these*? Que pensamento occul-|to e reservado descobrem elles nesta ex-|pressão que querem fazer substituir por | *necessidade indeclinavel*? *Theses* sem-|pre ouvimos dizer, que era uma proposi-|ção que se subsmettia [sic] á discussão e cu-|ja verdade nos propomos a deffender; | sendo que, quando se trata da luta da | intelligencia, não ha verdade alguma de | qualquer ordem, que não seja uma *these*: a existencia de Deos, que é a verdade | mais incontestavel, é uma *these* no cam-|po da philosophia e da moral; o qua-|drado da hypotherusa póde dizer-se | uma *these* no campo da mathematica; | os dogmas mais incontrastaveis da nossa | religião são *these* no campo disputa | theologica; e porque então a *Constitu-|inte* não seria uma *these* no campo da | nossa discussão política? Se a idéa da *Constituente* é uma verdade, e em meio | indeclinavel de realisar as reformas que | almejamos, quem, senão a nação, ha de | ser o juiz desta verdade, e desta inde-|clinabilidade? E como poderemos nós | solicitar o juizo, a opinião do paiz, senão | convertendo a idéa em uma *these* e sob-|mettendo-a ao justo apreçamento dos | homens intelligentes? (O Liberal Pernambucano nº 2, 09/09/1852 – texto 34)

- 4- **Editorial polêmico** - busca convencer o leitor sobre o ponto de vista proposto por meio de argumentos a favor ou contra um fato ou uma situação.

Ex.4: Queremos um remédio radical para os ma-|lês que ha 27 anos soffremos, soffremos, visto como | provadp [sic] está exuberantemente que nossas | instituições teem defeitos graves, e que d'el-|las, e não dos homens somente provém o | nosso atraso e empeioramento de todos os | dias. Não chamamos por mudança de forma | do governo, não estabelecemos bases, não | queremos pear o pensamento, não: o paiz se | organise como julgar conveniente, seja o que | for, e o que quizer ser; mas a organização | seja obra sua, expressão dos seus votos, de | seus sentimentos, e nunca a imposição de um | principe, ou de um dictador. || (O Argos Pernambucano nº16, 06/03/1851 – texto 33)

- 5- **Editorial exortativo** - denominado editorial de luta, apresenta ataques a determinadas situações e exige condutas específicas e espera a reação do público.

Ex.5: O Imperador! O Imperador!... He esse o unico meio de arredar-mos as mãos | assassinas da demagogia, da ambição, do | libertinismo, que rancorosos por não po-|der dominar-nos, nos procuraõ dloquear [sic] | para conseguimento do plano de suas ra-|pinas. Se conseguimos baldar as insidias | dos republicueiros em 1838, seraõ sana-|dos muitos males que nos arrojou o anno | preterito; o braço livre do Pernambuca-|no verdadeiro constitucional, irá esmagar | na ultima grota dos montes da Bahia, a | cabeça da hydra revolucionaria. Pernam-|bucanos! União, e confiança no Gover-|no. (Diario de Pernambuco nº 1, 02/01/1838 – texto 17)

- 6- **Editorial de campanha** - também conhecido como editorial de ação, denuncia as políticas locais corruptas que necessitem de correção.

Ex.6: Não póde existir hum Paiz sem ter for-|ça para sustentar sua segurança interna, | e tambem externa (dados os elementos fe-|deraes que abraçamos) para haver esta for-|ça são necessarias despezas, e para as fa-|zer he necessario dinheiro. Julgamos que | nos não falta dinheiro sendo melhor arre-|cadado, e melhor administrado. Ao Po-|der Legilativo cumpre inspeccionar todas | estas cousas, e nisto está todo o segredo | de beneficiar sem ser pezado, ou de não | extorquir o ultimo pedaço de pão da boca | dos productores para fazer mimo a quem | pouco utilize, queçá, a quem tem pou-|co escrupulos de consciencia entre nego-|cios publicos. (Diario de Pernambuco nº 48, 02/03/1838 – texto 18)

- 7- **Editorial persuasivo** - convence sutilmente com o uso de argumentos, posto que não pedem nem exortam.

Ex.7: que é verdadeiro patriota não o sacer-|dote intolerante, e perseguidor, que, es-|quecendo os [ilegível] de Christo, e a mis-|são do seus Apostolos, constitue o seu prin-|cipal dever na intolerancia da fragelidade, | e na perseguição do peccador, mas o que | com o exemplo, e com a palavra ensina ao | povo uma moral pura, e digna da Religião | de páz, e de misericordia, que professa-|mos que é verdadeiro patriota não o mi-|llitar, que, para coadjuvar a anarchia, | desembanha a espada, com que o mimo-|seou a nação só para defeza sua, mas o | que quer antes ser uma maquina de fazer | fogo, como dizia Frederico, do que cons-|tituir-se politico, como Cromwel: que é | verdadeiro patriota não o escriptor publi-|co, que, dando ensanchas ao odio, e á intriga, reduz a imprensa a veiculo de | injurias, e ataques pessoaes, mas o que | conhece, que á liberdade da imprensa se | deve a perfeição das sciencias, e o conhe-|cimento da verdade, tão necessaria para a | felicidade dos povos. (Diario de Pernambuco nº 3, 04/01/1839 – texto 19)

- 8- **Editorial de interesse humano** - informa e diverte ao mesmo tempo; não se escreve com o propósito de convencer, mas de entreter. Distingue-se dos demais por ser mais pessoal que institucional.

Ex.8: Um dos objetivos do que o Diario de Pernambuco se occupara sempre com vivo interesse, sera de qualquer ramo de industria recente que entre nós appareça, para melhorar a condição de nossos compatriotas e nos fazer sentir todas as vantagens de que a civilização he susceptivel. Ora, o estabelecimento, de que hoje daremos conta, reúne em si o duplicado proveito de tornar a existencia muito mais agradável sob o clima ardente em que nos achamos, e de desenvolver poderosamente a acção da medicina e hygiene publica. ||

A barca dos banhos salgados que hoje possui o Recife sobre o rio, acha-se effectivamente aberta desde 24 de junho do anno passado, depois de muitas difficuldades que teve de vencer o seu proprietario, o *Senhor* José da Maya, para a pôr no estado de segurança e asseio em que ella se acha. Por muitas vezes a temos visitado, e havemos sido testemunha de ordem e decencia que ahi se conserva no serviço.

(Diario de Pernambuco nº 230, 15/10/1845 – texto 27)

Com o levantamento histórico que fizemos, podemos acrescentar a essa classificação o **editorial de apresentação**, também conhecido como **prospecto** e **introdução**, cuja finalidade é fazer a abertura dos primeiros números dos jornais e introduzir as edições de diferentes periódicos, apresentando a proposta editorial.

Ex.9: Tão pequenino, e com prospecto! Prospecto, sim senhores, este periodico assim mesmo pequenino como he, tem seu prospecto. E que querião *Vossa Mercês*? Pois porque hum homem he de pequena estatura deixaria de trajar tal ou tal peça de vestuario? Não enverga como hum grande a casaca, o colete, a gravata, a camisa, as calças, as sirolas, as meias, as botas? Tal pigmeo há por ahi, que não dispensa nem as suissas e até huma bengala muito grande e muito grossa, o que alias não deixa de ter sua ponta de ridiculo. Por tanto lá vai o prospecto, que será em miniatura como o periodico, porque a parte deve parecer-se com o todo. E para não sahir deste proposito encurtaremos rasões e diremos o nosso recado. A CARRANCA ha de tratar da vida alheia; não a vida domestica, aquella que se passa entre as paredes do domicilio, entre os membros da familia, mas a que cahe no domínio d [sic] publico; por outra a CARRANCA há de censurar, criticar, ridicularisar de feitos e vícios, e também atacar maldades e crimes, como entender, e Deos a ajudar nesta obra de misericórdia. Talvez fosse isto bastante; mas como há gente que quer que tudo se lhe diga tintim por tintim, acrescentaremos que a CARRANCA he periodico da ordem, da opposição, e ha de quanto em nós couber ser rasoavel, justo, sincero, franco, e até confiado, e mesmo affouto, quando for preciso. Ora sus que não que boquejar, está dito tudo; está acabado o prospecto.

(A Carranca nº 1, 10/05/1845 – texto 25)

Percebe-se, então, que esse é mais um agrupamento inacabado, com a possibilidade de sucessivas inserções. Apesar de essa listagem corresponder à produção jornalística mexicana, ela reúne muitos tipos editoriais que circulam em periódicos brasileiros, mas certamente outros tantos editoriais apresentam peculiaridades distintas das que foram elencadas nessa lista. Os editoriais de algumas revistas, que são portadores de um forte teor de *merchandising*, são exemplos dessa ocorrência. Nesse caso, em particular, é comum que esses textos recebam a designação de “cartas do editor”, como uma forma de se distinguir do protótipo do editorial

jornalístico, que é predominantemente opinativo. (MELO, J., 1994). Levando em conta as múltiplas finalidades apresentadas, não vemos razão para excluir o gênero carta do editor do núcleo familiar dos editoriais.

Mesmo com a exposição de editoriais com propósitos comunicativos tão variados, é possível abstrair dessa diversidade as finalidades que são mais recorrentes tanto na classificação apresentada quanto no *corpus* que analisamos, a saber: convencer, denunciar, interpretar e comentar. Apenas para visualizar um dos aspectos no percurso do editorial, podemos observar que os dois primeiros itens foram a tendência seguida pelas primeiras versões editorialísticas e os dois últimos marcam a tendência dos editoriais atuais, conforme percebe-se na seqüência cronológica em que estão dispostos os editoriais nos anexos. Na visão de Melo (1994), os editoriais atuais pouco revelam reivindicações da coletividade e procuram coagir o Estado em defesa dos interesses empresariais. É bem certo que nesse contínuo a finalidade de fundo é orientar a opinião do leitor com mais ou menos explicitude.

De um modo geral, reconhecemos que a classificação é necessária e a concebemos como um subsídio para a identificação dos textos e de seus pares, mediante a observação de diferentes aspectos, como demonstraram as classificações mencionadas acima. No entanto, é preciso admitir que elas não são definitivas e acabadas e não comportam toda plasticidade dos textos. Este é o pensamento de Bazerman (1994), de Bronckart (1999) e Marcuschi (2005:18), este último ao afirmar que “*parece impossível estabelecer taxonomias e classificações duradouras, a menos que nos entreguemos a um formalismo reducionista*”.

Aprisionar o texto em categorias estanques é negar as possíveis mutações motivadas pelas ações culturais e sociais; é negar a dinamicidade e a plasticidade dos textos; é negar a existência das ocorrências aqui exemplificadas como o registro da história de uma tradição discursiva. Em vez de seguirmos o caminho de uma classificação pura das minúcias distintivas dos editoriais, optamos por buscar no curso desta tradição discursiva elementos que pudessem demonstrar processualmente como é possível a ocorrência da diversidade sem que haja desvinculação do tronco comum que a originou, o que designamos como as ramificações.

4.2 As ramificações

Como esta pesquisa limitou-se à análise do editorial jornalístico em PE, com ênfase no século XIX, seria interessante verificar as mesmas questões em outros periódicos e em outros

locais⁶². Mas como o jornal foi o primeiro periódico a circular, podemos fazer, ao longo da discussão, algumas inferências. Uma delas diz respeito ao caráter plástico do editorial desde os primórdios da imprensa. A plasticidade é percebida na versatilidade com que os editoriais eram veiculados sem perder a prototipicidade opinativa, ora apresentando-se sem qualquer rigor organizacional, ora com total rigidez esquemática.

Quanto à redação, ao longo do tempo, apresenta diversas orientações formais, estilísticas e contedísticas. Superada a fase das ofensas e das agressões próprias dos primórdios da imprensa, o editorialista atém-se mais aos recursos da correção, da clareza, da concisão e da argumentação.

Mesmo reconhecendo essa plasticidade, percebemos que há uma estratégia organizacional bastante recorrente, inclusive nas versões iniciais do editorial jornalístico, a saber:

- o título: síntese da idéia desenvolvida no texto; a princípio com ocorrência irregular;
- a introdução: formulação da idéia que originou a matéria;
- a discussão: apresentação de argumentos e contra-argumentos acerca da questão em debate;
- a conclusão: direcionamento da opinião dos leitores por meio de exortações, apelos, constatações etc.

Apesar de o editorial não estar inserido entre os textos jornalísticos mais lidos na atualidade, está entre os mais utilizados no contexto escolar, exatamente por levar os alunos a desenvolverem a competência dissertativa, a partir exatamente deste esquema: apresentação de uma idéia, argumentação e conclusão. Nem todos os textos que compõem a constelação dos editoriais em sua fase inicial apresentam sucinta e claramente este esquema, o que lhes garante um caráter mais ensaísta do que editorial.

Uma outra constatação feita a partir do levantamento dos editoriais do século XIX foi a indefinição de autoria dos textos opinativos distribuídos nos jornais. Fizemos o reconhecimento com base na inscrição do nome “redatores” no final de alguns textos e/ou por meio de pistas lingüísticas que atribuíssem aquele discurso ao próprio veículo. Hoje os artigos de opinião que dividem a página com o editorial têm a autoria expressa; este, por sua vez, dispensa assinatura por ser o porta-voz da instituição. A referência tradicional desta prática é fornecida por Amaral (1996:34), ao afirmar que *“desde o início, o artigo de fundo vem sem assinatura justamente para enfatizar o seu caráter institucional”*.

⁶² Tomamos conhecimento de uma pesquisa sobre editoriais, desenvolvida pela doutoranda Áurea Suely Zavan, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará.

A assinatura nos artigos de opinião foi um fator de mudança na sistematização das convenções de uso do suporte jornalístico, já que era comum a circulação de artigos anônimos no início do jornalismo impresso. Parece uma mudança sem importância. No entanto, quando passamos pela experiência, como leitores comuns ou como pesquisadores, de folhear, ler e identificar textos em jornais do passado, logo percebemos que foram essas pequenas alterações que ajudaram a configurar a autonomia dos textos e, conseqüentemente, provocaram modificações nos processos de produção e de leitura dos textos jornalísticos.

Nesse conjunto de textos, a mensagem opinativa pode ser passada por diversas vias. Os comentários menores são veiculados em notas e tópicos (várias e sueltos) e o ponto de vista principal é emitido pelo editorial. Ele fala em nome do veículo e essa é a sua identidade. Segundo Amaral (1997:77), “*embora de raiz latina, o termo editorial chegou às redações, como muitos outros, através do inglês. Suas fontes são os acontecimentos do dia a dia no campo nacional e internacional*”⁶³.

No princípio o termo editorial exercia uma função adjetiva na composição do nome “artigo editorial”. Com a queda do primeiro termo, o segundo foi substantivado e passou a ser usado com predominância para designar o texto.

Diferentemente do que afirma Callado (2002:46), que por volta de 1877 “*surge então o artigo editorial – mais tarde denominado apenas editorial – apontando para uma separação entre informação e opinião*”, encontramos, na década de 30 do século XIX uma referência ao termo **editorial** vinculado a um texto que foi distribuído por várias publicações do *Diario de Pernambuco*, cuja fonte é o *Mensageiro Nietheroyense* (Mensageiro Niteroiense – redigido por Abreu e Lima (SODRÉ, 1999b)). Isso leva a crer que, mesmo não havendo ainda uma clara separação entre informação e opinião, nem uma denominação estabelecida, o espaço para os textos opinativos já estava garantido.

Mediante essas colocações, emergiram algumas questões: teria o editorial assumido a sua autonomia genérica a partir da nítida separação entre informação e opinião? Se o editorial surgiu em 1877, de qual tradição discursiva partiu? Pelas investigações feitas até o momento, verificamos que desde o período artesanal da imprensa, no qual informação e opinião

⁶³ A raiz latina está na palavra editor do latim –edere- dar à luz. Explica-se assim a utilização da expressão veio à luz para indicar o início de circulação de um periódico, como ocorre com o **editorial de apresentação**. Numa tradução livre do inglês, *editorial*; *leading article* poderia ser artigo principal, da frente, guia. *Leading* vem do verbo *lead* que significa guiar, liderar. De acordo com essa designação etimológica, podemos considerar que esta seja uma possível explicação para compreendermos melhor a denominação de editorial atribuída a textos cuja função seja introduzir, guiar, iniciar a leitura de um dado periódico. Por outro lado, reconhecemos também como editorial os textos opinativos canônicos que lideram os demais artigos por expressarem o ponto de vista da empresa. Sendo assim, estão nomeados pertinentemente os textos que desempenham as duas funções, mantendo, com isso, a identidade de porta-voz do veículo, por uma via ou por outra.

apareciam quase indistintamente, circulavam textos opinativos a partir dos panfletos, com todos os requisitos que hoje reconhecemos como próprios do editorial. Alguns eram de autoria do proprietário do jornal (artigo de fundo), outros eram de autoria do redator do jornal (cartas do redator) e muitos outros não tinham identificação, mas portavam a voz opinativa da instituição jornalística (artigo editorial ou simplesmente editorial), assim como também faziam os dois primeiros.

Sendo assim, não podemos atribuir ao ano de 1877 o surgimento do editorial ou do seu nome, pois em Sodré (1999b) são encontrados inúmeros exemplos de editoriais anteriores a esse ano. O 1º jornal de Campinas-SP, a *Aurora Campineira* (1858), é um exemplo: “*sua preocupação com os grandes problemas nacionais pode ser exemplificada pelo editorial do número de 13 de agosto de 1859, que tratava da questão bancária, combatendo as emissões como causadoras da inflação*” (SODRÉ, 1999b:199).

Para nós não há dúvida de que a circulação do editorial vem desde a imprensa artesanal e panfletária, que descendeu da tradição da imprensa européia e norte-americana do século XVIII (EMERY, 1965; PESSOA, 2002c). Não se pode negar, por exemplo, a influência que a imprensa brasileira recebeu do jornalismo áulico exercido por Napoleão, da liberdade de imprensa iniciada na Revolução Francesa e a implantação de órgãos de censura, com registro não só na França como também na Inglaterra e na Alemanha. Do mesmo modo, a imprensa brasileira passou por transformações com a invenção norte-americana do telégrafo, por F. B. Morse em 1844, o que acarretou mudança em todo o fazer jornalístico impresso.

Os editoriais, além do teor opinativo, também são utilizados pelas instituições periodísticas como textos de apresentação dos conteúdos e propósitos de um jornal ou de uma revista, como foi mencionado anteriormente. Desse modo, são utilizados para introduzir um periódico no mercado, quando, no primeiro número a ser publicado, os redatores fazem uma auto-apresentação do jornal. Sem perder a essência opinativa que pode estar implícita, expõem a sua linha editorialística. Foi o que aconteceu com *A Carranca* nº 1, de 10/05/1845, com o texto cujo título é **Prospecto** (texto 25), e com o *Diario de Pernambuco* nº 1, de 07/11/1825, com o texto de abertura intitulado **Introdução** (texto 1), cuja referência é feita por Beltrão (1980:34) como **Artigo de Apresentação**, e Jambo (1975: 80) o denominou **Apresentação Editorial**.

EX.10:

INTRODUÇÃO

Faltando nesta cidade assaz populosa um Diário de Annuncios, por meio do qual se facilitassem as transacções, e se communicassem ao publico noticias, que a cada um em particular podem interessar...
(Diario de Pernambuco nº 1, 07/11/1825 – texto 1)

Nos dois casos, os textos são os primeiros, localizam-se na primeira página e carregam títulos apropriadíssimos para a finalidade comunicativa a que se destinam. Outro bom exemplo encontra-se no primeiro jornal de estudantes do país, *O Olindense* (texto 101), publicado pelos alunos da Faculdade de Direito de Olinda. Dizia-se um jornal político e literário e, segundo Vianna (1945:45):

No nº inicial, aparecido a 3 de maio de 1831, depois do costumeiro elogio à imprensa e votos de bons propósitos, no **editorial de apresentação**, seguem-se prognósticos não menos otimistas para a sessão legislativa a ser aberta no mesmo dia.

Menos cor de rosa, por evocar críticas a um passado político ainda recente, foi o artigo dedicado à situação do país – aspecto que se manteve no segundo número do *Olindense*, no qual fêz sua aparição a apaixonada política interna de Pernambuco. (destaque nosso)

Nota-se que Viana reporta-se ao texto de abertura como **editorial de apresentação** e o título que encabeça e denomina o texto é **prospecto**, que reforça a forte correlação entre as duas designações; mesmo que os autores dêem nomes de hoje a textos cuja referência encontra-se no passado. A denominação⁶⁴ retrata o que se revela explicitamente no texto, ou seja, um misto de crítica, tomada de posição e exposição de propósitos, que, aos poucos, se sedimenta como uma das especificidades do editorial.

O retorno do *Correio do Povo* em 1986, com a assertiva de que vinha “*ocupar o seu lugar que lhe cabe por legado de cinco gerações de rio-grandenses*” (WAINBERG, 2002:401), traz como texto reintrodutório um **editorial de relançamento**. Essa é mais uma ocorrência desse tipo de editorial que teve ampla circulação principalmente no período de efervescência inicial da imprensa, que fez surgir, desaparecer e ressurgir jornais com muita rapidez. Podemos notar que este tipo de editorial teve uma incidência significativa no curso desta tradição discursiva.

Se a alguém causa estranheza denominar de editorial um texto de abertura em um catálogo telefônico (texto 102), que aparentemente poderia distanciar-se do editorial jornalístico, só uma apreciação sócio-histórica do texto, como a que estamos fazendo, poderia revelar a **tradição discursiva Prospecto e Introdução**, da primeira metade do século XIX, como antecessora do editorial do catálogo. Desse modo, quem sabe, podemos pensar em substituir a estranheza que há entre alguns parentescos genéricos pela aceitação da plasticidade e da dinamicidade dos gêneros. Podemos notar, também, que essa tradição discursiva não passa por uma mudança paulatina. Portanto, de acordo com a noção de

⁶⁴ Stoll (1998), ao ter em conta as transformações históricas no século XVI, considerou surpreendente que na historiografia se pudesse distinguir dois gêneros textuais, a crônica ou história e a relação, e que o estudo tenha demonstrado que a denominação dos gêneros é muito coerente inclusive para os semicultos.

recorrência de Miller (1984), o editorial tem a garantia do seu contínuo reconhecimento social e do seu pertencimento a uma mesma árvore genealógica.

De Sodré (1999b:287) extraímos mais um exemplo de ocorrência desse editorial de abertura, publicado no lançamento do *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1901:

No artigo de apresentação ficava marcada a linha participante e combativa do jornal: “A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. (...) Nesse editorial estava impressa a marca de Edmundo Bittencourt. (grifos nossos)

Os dois termos em destaque foram adotados como sinônimos pelo autor, o que comprova a nossa tese de que os textos introdutórios, com maior ou menor teor opinativo, estão na gênese da imprensa pernambucana, com toda variação designativa, e se estenderam aos séculos seguintes.

Os textos com predominância opinativa também tiveram designações várias. Observar as estratégias organizacionais e funcionais do *Diario da Bahia* (1856), permitirá que façamos uma breve correlação entre as transformações ocorridas na tradição editorialística em um periódico de outro estado. Esse olhar ampliado tem validade no momento em que buscamos ver que determinadas ocorrências não foram específicas do jornalismo pernambucano, mas próprias do gênero. Dentre as características similares que configuram o curso da tradição editorialística centramo-nos, no momento, na questão da denominação indefinida. Silva, K. (1979:45), ao descrever a apresentação das colunas do *Diario da Bahia* em 1856, expressa uma clara demonstração dessa alternância designativa:

Apresenta-se o jornal então com 21 colunas, sendo que aproximadamente 9 são ocupadas pela seção “**Diário da Bahia**” (o artigo de fundo) e “Noticiário”, contendo notícias locais, nacionais, estrangeiras, 4 colunas contendo a “Parte Oficial”. Consistem elas em:

Diário da Bahia – editorial

Noticiário – notícias locais, nacionais e estrangeiras

Parte Oficial – notícias oficiais do governo do Estado, projetos, Tesouro do Estado.

A Pedidos – publicações pagas, constituindo na opinião do leitor, anúncios de profissões, livros, entre outras notícias.

Editaes –

Declarações – Comunicados de Irmandades, Liceus.

Parte Marítima – navios que chegam e que saem.

Leilões – freqüentemente são mencionados de Manuel Gramacho e Rodrigo Gesteira.

Anúncios – que consistem na metade do jornal, 2 páginas. (grifos nossos)

Essa seqüência também representa a estrutura predominante em jornais pernambucanos. Mas o que queremos chamar a atenção neste momento da discussão é a dupla denominação para os textos que ocupam a seção “Diario da Bahia”: ora são denominados **artigo de fundo**, ora **editorial**, numa justa interpretação de que as duas designações correspondem a uma só tradição discursiva: o artigo de opinião sob a responsabilidade do periódico. A confirmação que procurávamos de que são duas denominações para o mesmo texto é fornecida por Silva, K. (1979), quando inclui o editorial/artigo de fundo entre as seções sempre constantes do jornal, juntamente com as Correspondências do Diário e a Parte Oficial, textos freqüentes desde o lançamento do periódico em 1856. A autora ainda define os dois termos como sendo registros da posição do grupo dirigente do jornal. Até a obtenção de uma denominação definida, essas designações faziam referência a textos com a mesma função social, portanto designavam uma só tradição discursiva.

Essa mesma localização do editorial/artigo de fundo ocorre no *Diario de Pernambuco*, como também há equivalência na extensão dos textos dos dois jornais. Alguns textos chegavam a ocupar 9 colunas corridas, como relatou Silva, K. (1979). No nosso levantamento encontramos longos textos, semelhantes a ensaios. É curioso observar que esta era a seção que ocupava o maior número de colunas com um só texto, logo notamos que o espaço de que gozava a opinião era bastante significativo.

Não são poucos autores que elegem o artigo de fundo como sendo a versão inicial do editorial. Este é o pensamento de Amaral (1996) e de Bahia (1990: 97-98), ao afirmar que “*o artigo de fundo evolui para o editorial com a multiplicidade e a atualização de funções do jornalismo*”. Para o autor a distinção reside no processo de redação. O artigo de fundo era redigido pelo proprietário do veículo e o editorial expressava a opinião do dono, mas era redigido pelo editorialista. Do nosso ponto de vista, essa distinção não significa a passagem de uma tradição discursiva a outra, não se trata de duas tradições discursivas, e sim uma mesma tradição discursiva passando por etapas de transformação.

Em síntese, podemos observar que, no que tange ao nome do editorial, havia um conjunto de designações para um mesmo texto. Posteriormente, uma delas, talvez a mais recorrente, foi eleita pelos membros do domínio jornalístico como a denominação predominante e, conseqüentemente, foi validada pela sociedade. É possível que a passagem terminológica do **artigo de fundo** para **artigo editorial** e, posteriormente, para **editorial**, como designação predominante, esteja vinculada à progressiva autonomia do gênero, à intensificação dos processos de editorialização e ao importante papel exercido pelo editor na confecção do jornal. Segundo Bahia (1990:103-104), “*o editorial teve de se adaptar à*

mudança e de se renovar em relação ao artigo de fundo, mas o seu espírito crítico permanece imutável”.

Estão entre os textos opinativos do início da imprensa os que eram atribuídos aos redatores ou à redação dos jornais. Se tomarmos as cartas como o gênero-mãe, as Cartas de Redator, como podem ser denominados esses textos, também compõem a base genética do editorial. O que nos intriga é que, na mesma época, havia uma infinidade de textos com a mesma finalidade comunicativa, sem remissão explícita aos redatores, e, na grande maioria das vezes, sem identificação. Essa identificação certamente parecia óbvia, na época, em virtude do suporte material que veiculava o texto e das pistas lingüísticas que se encarregavam de referir a autoria ao veículo.

Numa leitura retrospectiva, como a que fizemos, deparamo-nos exatamente com a instabilidade não só do nome, mas também da localização do texto no suporte. Do *Diario de Pernambuco* Aníbal Fernandes (1982: 154-155) nos fornece mais um exemplo da funcionalidade do editorial, apesar da mobilidade da denominação e da localização no suporte:

De sorte que, em geral, as Várias eram simplesmente uma secção de Várias Notícias; e intercalado vinha o editorial, quando o seu diretor julgava de bom alvitre fazê-lo. (...) A verdade é que as “Várias” do Diario de então eram geralmente o “prato do dia”, e não faltava quem dissesse, como nos tempos da Monarquia com as “Várias” do Jornal do Commercio (Rio), que eram capazes de mudar o curso das coisas.

Percebemos, então, que os editoriais também poderiam ser publicados na seção de Várias, intercalado com as notícias. Esse procedimento dá indícios do que já tratamos antes acerca da tênue fronteira entre os textos noticiosos e os textos opinativos, a começar pela localização no suporte. Posteriormente, entre as mudanças, houve o desmembramento definitivo dos dois textos, passando as Várias a compor comentários opinativos menores em notas de colunas e o editorial a assumir o seu lugar como ponto de vista principal da empresa (AMARAL, 1997). Nessa passagem notamos também a forte influência que os textos exerciam não só na formação da opinião, mas também nas atitudes dos leitores. Segundo Guimarães (1992:27):

Nessa evolução do artigo de fundo para o editorial, a natureza de ambos basicamente não se alterou, no que se refere à contestação, à combatividade e à altivez. A mudança aconteceu em termos do uso da linguagem, ou seja, a opinião crítica tornou-se mais equilibrada, apresentando um novo estilo e uma nova linguagem mais adequados aos leitores.

Essa passagem é interessante porque nos leva a retomar um comentário rápido que fizemos anteriormente e refletir um pouco mais acerca dos dois processos de mudança que, ao nosso ver, podem ocorrer no curso de uma tradição discursiva. O primeiro ocorre quando as transformações de uma tradição discursiva ocasionam o surgimento de uma tradição discursiva distinta; o segundo movimento se dá quando uma mesma tradição discursiva vai sofrendo alterações na sua trajetória; ambos são motivados por fatores lingüísticos e extralingüísticos.

Consideramos pertinente esclarecer um pouco mais este ponto. Se nós partirmos novamente da idéia da carta como gênero mãe (PESSOA, 2002a) e acompanharmos todos os seus desmembramentos, inclusive o surgimento do jornal, com sua diversidade de textos, neste caso, teremos a passagem da tradição discursiva carta para a tradição discursiva notícia ou editorial ou anúncio etc. Portanto, temos uma tradição discursiva que gerou outras tradições discursivas com finalidades comunicativas distintas.

Por outro lado, dos primórdios da imprensa no Brasil e em Pernambuco especificamente, temos traços que mudaram (denominação, estilo, estrutura, linguagem etc.) e outros que permaneceram (o ponto de vista discursivo, o teor opinativo, o status como gênero jornalístico nobre etc) no curso de uma única tradição discursiva – o editorial - cuja finalidade comunicativa foi mantida. Essa é a diferença que percebemos, esse é o nosso entendimento do processo e é também a idéia que defendemos, pelo menos até o momento.

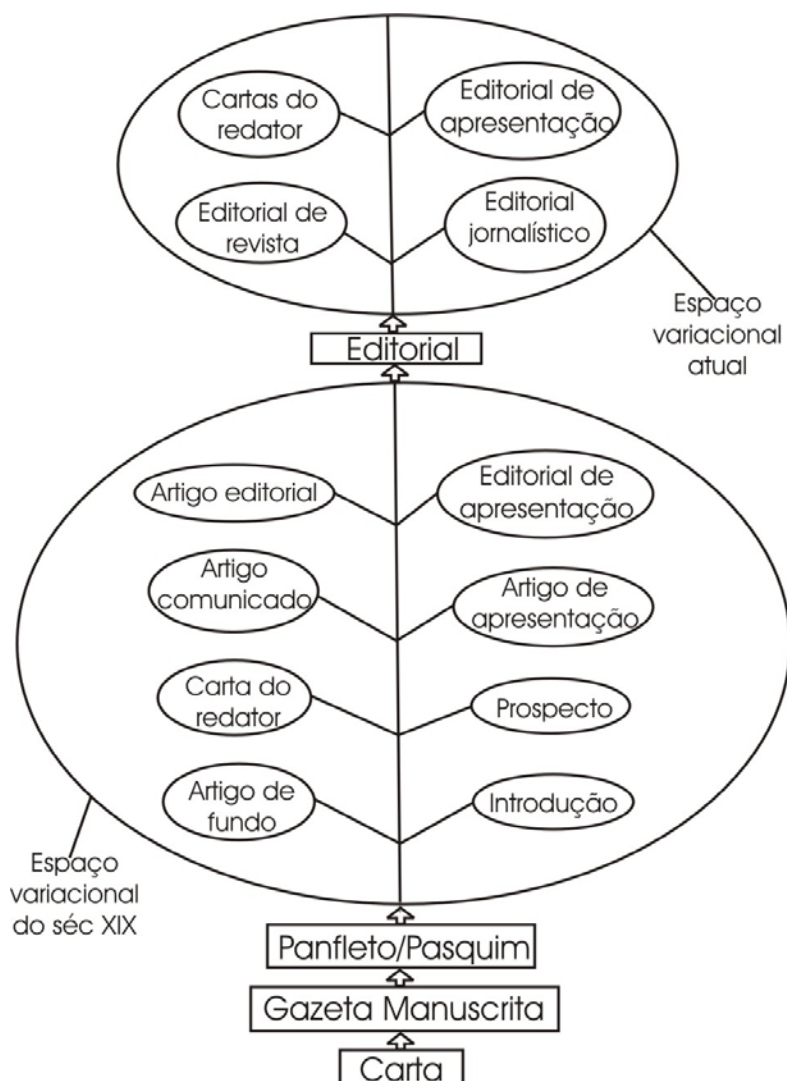
Assumimos esse posicionamento porque não nos convence a idéia de que o editorial tenha partido unicamente do artigo de fundo ou da carta de redator. Optamos por nos guiar pela idéia de que na raiz do editorial, a partir das cartas e dos panfletos, há um espaço variacional (artigo editorial, artigo de fundo, cartas do redator, prospectos), que deu continuidade ao espaço variacional do editorial (editorial jornalístico, editorial de apresentação, cartas do redator publicadas nas páginas iniciais de revistas), de que temos conhecimento hoje, como procuramos retratar na figura 1.

Esta figura representa a síntese das ocorrências do editorial do princípio da imprensa aos dias de hoje. Abaixo do nome **EDITORIAL** encontra-se o espaço variacional diacrônico, onde estão reunidos os antecessores textuais do editorial. Do lado direito foram listadas as designações correspondentes ao editorial de apresentação e do lado esquerdo foram elencadas as denominações correspondentes ao texto opinativo propriamente dito, sob a autoria do jornal. Acima do nome **EDITORIAL** encontra-se o espaço variacional sincrônico, onde estão dispostas algumas ocorrências de textos que pertencem à linhagem do editorial, apesar das

especificidades que apresentem em virtude da finalidade comunicativa e do suporte que os veicula.

A carta, concebida como gênero mãe, foi o ponto de partida para traçar as ramificações do editorial, pois, de acordo com Rizzini (1968), as cartas ocupavam o lugar dos jornais⁶⁵ e com um forte teor opinativo, como foi exposto anteriormente. Os panfletos originários da imprensa francesa de 1789 (ALBERT & TERROU, 1980) tiveram continuidade no Brasil com os textos de Cipriano Barata e de Frei Caneca. Na seqüência, apresentamos as variáveis do editorial, já comentadas neste capítulo, a fim de visualizar o percurso deste gênero e perceber que realmente trata-se de variáveis de uma tradição discursiva.

Figura 1: As ramificações da tradição editorialística



⁶⁵ Na Itália “folhetos com notícias eram impressos: desde os avvisi da Roma, no século XVI, que assumiam a forma de cartas, até a primeira gazzete, no século XVII, com um formato mais próximo ao de um jornal moderno” (BURKE, 1997:37-38).

Parece que hoje presenciamos uma inversão terminológica. Passamos de várias nomeações para um só texto a uma designação predominante para textos com características variadas. Há hoje uma utilização majoritária do termo **editorial** para designar textos com várias estratégias organizacionais a depender do suporte que os veicula. Por exemplo, recebem a mesma designação o texto opinativo assumido pela empresa jornalística (texto 100), o texto de abertura da edição de uma revista, inclusive com fotos (texto 103), e o texto de apresentação de uma lista telefônica (texto 102).

Hermans e Basi-Rodrigues (2005), com base na atualização do pensamento de Swales (1990), comentam que o mesmo evento comunicativo pode ser identificado com mais de um nome; do mesmo modo, enquanto os nomes dos gêneros se mantêm, as atividades associadas com os gêneros mudam. Em nossa pesquisa constatamos procedimentos semelhantes a esses com relação à terminologia do editorial. Procuramos demonstrar essa ocorrência na figura 1. No espaço variacional do século XIX encontramos vários nomes para a tradição editorialística; enquanto no espaço variacional atual são encontrados textos com especificidades organizacionais e que recebem o nome de **editorial**.

Sem ter como negar as variações que estão no passado e na contemporaneidade do editorial, o que procuramos explicitar nessa figura foi que uma tradição discursiva, seja no eixo diacrônico ou no sincrônico (JUNGBLUTH, 2004), pode dispor de um mesmo espaço variacional de que goza uma língua histórica (OESTERREICHER, 1998), pois assim como a língua varia, os gêneros também renovam-se (MARCUSCHI, 2005). Já que pleiteamos abordagens textuais com menos fixações classificatórias e uma concepção mais dinâmica e criativa da língua (COSERIU, 1983; JUNGBLUTH 2005b), essas idéias, ao nosso ver, caminham nesse sentido.

Esse é o nosso propósito aqui. Para irmos mais longe serão necessárias mais investigações que englobem outras tradições discursivas, mas do pouco que pudemos observar na história do editorial emergiu a hipótese de que um texto que tenha a sua gênese em uma raiz plural mantém uma existência plural, portanto são dinâmicos e maleáveis, ao passo que os textos que partem de uma gênese de base singular apresentam mais traços de permanência e de uniformidade no seu curso, são, portanto, formulaicos. De acordo com Marcuschi (2005:31), *“os gêneros minimalistas que circulam no dia-a-dia das pessoas são relativamente rígidos, rotineiros, recorrentes e formulaicos. Não têm uma autoria característica nem variação de estilo. São de boa medida gêneros poderosos como os documentos que são altamente usados e nunca produzidos por quem os usa”*. Esta é uma questão a ser vista, mas não agora.

Exatamente pela existência dessa raiz plural, não resta dúvida de que uma denominação específica para um texto contribui para a sua autonomia dentro da diversidade de tradições discursivas disponíveis na sociedade. Mas não é ela a única nem a principal responsável por sua autonomia, como também não é suficiente para o reconhecimento da gênese de um texto no seio de um grupo social. O fato de o editorial apresentar-se com denominações várias não impediu a sua funcionalidade social na época, o seu reconhecimento e utilização pelos sujeitos do mesmo espaço/tempo, nem o seu percurso até a maneira como é reconhecido e utilizado nos jornais da atualidade. As tradições discursivas mudam mantendo a sua identidade funcional com inovação organizacional (MARCUSCHI, 2005).

Exemplos dessa pluralidade são apresentados por Nascimento, L. (1994), que compilou em quatorze volumes todos os periódicos, entre jornais e revistas, que foram publicados em Pernambuco. É, portanto, uma obra indispensável para quem procura conhecer um pouco da história da imprensa em Pernambuco. Nesses volumes são inúmeros os registros de editoriais publicados nos diversos periódicos com finalidades, estilos e conteúdos diferentes. Dessas ocorrências, retiramos os seguintes exemplos:

- Boletim da Cidade e do Porto do Recife – Revista editada pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, da Prefeitura do Recife. O primeiro número circulou em setembro de 1941. “No artigo de apresentação, o prefeito Antônio de Novais Filho, aludindo ao reatamento da circulação do Boletim do Porto do Recife, antes editado pela Diretoria de Docas e Obras do Porto” (NASCIMENTO, L., 1994:36, vol. X) (grifo nosso).

- A Pátria – Periódico quinzenal de Política e Literatura que foi veiculado na cidade de Afogados da Ingazeira. O nº 1, ano II, foi publicado, manuscrito, em 01/01/1891, em uma folha de papel pautado. “Abriu a edição bem lançado editorial em torno do assalto feito á tipografia d’A Tribuna, órgão republicano do Rio de Janeiro, verberando a atitude dos responsáveis pela violência e solicitando providências a quem de direito.” (NASCIMENTO, L., 1994:41-42, vol. XI) (grifo nosso).

- O Escadense – Periódico político do município de Escada. O nº 1 foi lançado no dia 17 de julho de 1863. “O ‘Prospecto’ de apresentação historiou a situação de Pernambuco, que vivia, desde 1849, ‘debaixo da mais atroz tirania’, vivendo ‘catorze anos do mais terrível despotismo’” (NASCIMENTO, L., 1994: 25, vol. XII) (grifo nosso).

No primeiro exemplo chamou-nos a atenção mais uma denominação utilizada pelo autor para designar o editorial de abertura (a expressão grifada) e também o fato de ele ser veiculado em um boletim de instituição pública. Essa ocorrência denota que aos poucos o editorial foi se estendendo a outros suportes, além do jornal e da revista. Por conseguinte, a

sua finalidade comunicativa e a sua constituição passaram a atender aos propósitos específicos dos suportes em que estão inseridos. Assim é natural que os editoriais ao longo do tempo apresentem as diferentes nuances com as quais nos deparamos nos jornais, revistas e outros suportes, pois consistem em diferentes condições de comunicação (OESTERREICHER, 1996). O texto 102 é um editorial de abertura da Listel Lista Telefônica (maio 2004 a abril de 2005) e retrata exatamente essa adequação do editorial ao suporte.

No segundo exemplo, encontramos o editorial correspondendo a um texto de abertura, sedimentando o uso dessa denominação para os textos que ocupam essa posição e exercem essa função. Outra observação interessante é o fato de ser esse periódico manuscrito. Segundo o autor, a caligrafia era caprichada e ele circulava regularmente nos dias 1 e 15 de cada mês. É um caso típico de continuidade da técnica dos primeiros folhetos, volantes e panfletos.

No último exemplo, assim como em alguns dos textos que compõem o nosso *corpus*, o editorial de apresentação é denominado prospecto e pela linha política do periódico, o conteúdo não poderia seguir outro direcionamento.

O editorial sempre apresentou preponderantemente conteúdos de ordem política e econômica. Deve-se isso ao fato de essas duas temáticas serem, entre outras motivações, as responsáveis pelo aparecimento dos jornais: a primeira com a Revolução Francesa e a segunda com a cotação das bolsas nos países mais avançados no século XIX. Era grande o interesse por essas questões e, segundo Amaral (1997:73), “*em muitos lares norte-americanos, o jornal favorito só cedia lugar à Bíblia. Mais ainda: liam-se em voz alta os editoriais*”.

Com relação a esse alcance que o editorial conseguia no passado, há hoje em dia uma redução considerável do interesse da grande maioria dos leitores por esses assuntos e também pelo texto. Do ponto de vista histórico, o editorial apresentou-se com diversas abordagens temáticas, com a predominância de questões políticas, econômicas e sociais, mas não com exclusividade delas. Desse modo, a abordagem política e econômica do editorial não pode ser considerada como um fator suficiente para caracterizar essa tradição discursiva na medida em que no seu percurso há maleabilidade, e não rigidez em termos de conteúdo e estilo.

A demonstração da ocorrência de editoriais em um suplemento literário vem demonstrar a plasticidade dessa tradição discursiva também em termos contedutísticos. Werneck (2002), ao comentar os suplementos literários nos jornais parisienses, apresenta duas características acerca dos editoriais veiculados pelo *Le Figaro Littéraire* (suplemento inserido na parte central do *Le Figaro* – 1846), cujo primeiro número saiu em março de 1946. A primeira atribui ao chefe de redação a responsabilidade pela produção do editorial, cuja

abordagem centra-se nos acontecimentos do dia-a-dia de cunho literário; o que não era exclusividade deste jornal. A segunda identifica o local ocupado pelo editorial no corpo deste suplemento, ou seja, localiza-se na terceira página com dois ou três artigos. A sua diagramação corresponde à época de circulação, o que revela exatamente um período de definições de espaços no corpo do periódico.

Se no passado foram encontrados editoriais semelhantes a ensaios literários, mais recentemente eles circulam em cadernos, revistas e suplementos adicionais e específicos; o que nos leva a crer que o espaço reservado ao editorial no corpo no jornal é ocupado predominantemente por assuntos políticos e econômicos. Isso não impede que textos que não atendam diretamente a este padrão de conteúdo estejam descartados da tradição editorialística. Para tanto, basta centrarmos o nosso olhar sobre os textos na perspectiva processual, e não na do produto para considerarmos graus de parentesco mais próximos e mais distantes entre os textos que germinam da mesma raiz do editorial, mesmo com caracteres variados.

Tétu (2002) considera que o papel do editorial ultrapassa as linhas da informação porque visa prioritariamente a percepção do mundo. O autor complementa que essa percepção dava-se, no passado, por meio de debates, nos quais o jornal fazia escutar a sua voz. Atualmente, o propósito de instigar os debates permanece, entretanto, com uma dosagem maior da voz alheia. Isso não significa que o posicionamento ideológico da instituição jornalística não possa ser percebido nos editoriais, mas essa mudança da forma de representação da voz do jornal pode ser observada na composição lingüística, como veremos no último capítulo. Apesar das mudanças observadas com a inserção de um conselho de redação, em que diretores e editorialistas discutem os rumos do editorial, a influência do dono permanece como uma tradição mantida. Só que hoje por motivações mais mercantilistas que políticas.

É exatamente pela percepção que fornece do mundo que o editorial é, dentre as tradições discursivas que compõem os jornais, o texto mais utilizado como fonte de referência para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais. Freyre (1990), por exemplo, pautou muitos dos seus comentários nos editoriais de diversos jornais. Por meio deles a história pode ser contada a partir das divergências e convergências políticas. Prova disso são os comentários feitos pelo pesquisador acerca das implicações da República no país e no mundo.

A Gazeta da Tarde, do Rio de Janeiro, por exemplo, em editorial de 16 de novembro de 1889, escreveu: “A nova forma de governo pode-se dizer que foi aceita quase unanimemente, pois nos últimos anos da Monarquia os que lhe pareciam mais dedicados mostraram preferir a pátria a tudo”.

Em muitas outras passagens nessa obra, Freyre fundamenta seus argumentos nos editoriais publicados na época.

Além do que discutimos aqui acerca das classificações do editorial, das diferentes designações que obteve na sua gênese e dos conteúdos variados, há outros fatores que, juntos, se encarregam de estabelecer a recontextualização e a autonomização (OESTERREICHER, 2002) dos textos, como, por exemplo, as condições de êxito postuladas por Maingueneau (2001)⁶⁶: uma finalidade reconhecida; parceiros legítimos; lugar e momento legítimos; suporte material; organização textual. Sem que sejam consideradas “o modelo a ser seguido”, essas condições combinadas auxiliam na identificação de uma tradição discursiva, possibilitando, inclusive, o reconhecimento dos traços de continuidade e de ruptura na evolução textual, paralelamente à evolução lingüística (KABATEK, 2001) e no estabelecimento de fronteiras ora mais ora menos nítidas entre uma tradição e outra, respeitando, evidentemente, as naturais variações.

Portanto, para os propósitos do nosso estudo, esta é uma proposta de identificação dos componentes lingüísticos e extralingüísticos, pois fundamenta-se na concepção das tradições discursivas como atividades sociais e possibilita uma abordagem transitória, situada e dinâmica como a que estamos fazendo. Nesse sentido, continuaremos a seguir o percurso histórico do editorial em diferentes épocas, nos capítulos seguintes, partindo das dimensões de análise que estabelecemos: a estrutural e a lingüístico-discursiva.

⁶⁶ As condições de êxito de Maingueneau (2001) foram definidas no Capítulo I.

CAPÍTULO 5

TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA NA DIMENSÃO ESTRUTURAL

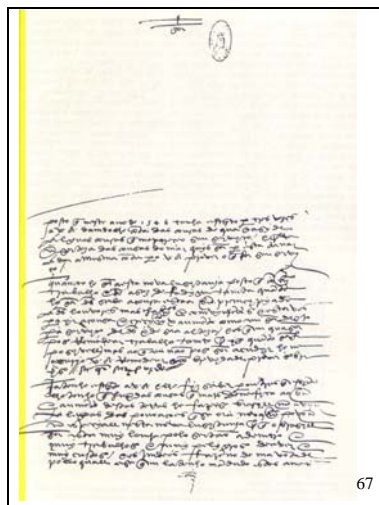
A nossa incursão pela dimensão estrutural do editorial passa pelo primeiro e pelo último níveis apresentados por Lage (2004), ou seja, o projeto gráfico e o sistema lingüístico. No primeiro, a dimensão estrutural do editorial é vista em seu aspecto amplo, considerando a localização do texto no suporte e os processos de mudança e/ou de permanência em termos de diagramação. Já no último nível, levando em conta o sistema lingüístico, o editorial é abordado sob o ponto de vista da sua superestrutura e macroestrutura, estritamente no que diz respeito à organização retórica, incluindo as formas de abertura e fechamento, e à titulação.

5.1 Diagramação: localização no suporte

Tomando como ponto de referência a figura que representa as ramificações da tradição editorialística (capítulo anterior), são muitas as nuances gráficas observadas no percurso que partiu das cartas ao editorial contemporâneo, passando pelos textos manuscritos ou impressos, pela presença ou não de adornos, entre outros. Nesse sentido, apresentamos alguns exemplares que compõem o contínuo da tradição editorialística, a fim de termos uma idéia da modificação do seu projeto gráfico vinculado às diversas finalidades comunicativas correspondentes às diferentes fases do jornalismo epistolar, áulico, político-panfletário e telegráfico-informativo.

Entre os textos selecionados para esta amostra estão: a carta de Duarte Coelho ao Rei Dom João III, em 20/12/1546, como exemplo de carta-informativa; o *Folheto de Lisboa* nº 1, de 02/01/1740, exemplar da gazeta manuscrita; o *Correio Braziliense* vol. 1, de 01/06/1808, impresso político-panfletário; a *Aurora Pernambucana* nº 1, de 27/03/1821, representante da imprensa áulica; *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* nº 47, 13/09/1823; *Diario de Pernambuco* nº 1, de 07/11/1825; o *Diario de Pernambuco* nº 148, de 14/07/1829, exemplares da fase político-panfletária; o *Diario de Pernambuco* nº 263, de 19/11/1889; o *Diario de Pernambuco* nº 8, de 10/01/1953 e o *Diario de Pernambuco* nº 250, de 07/09/2003, exemplos da imprensa telegráfico-informativa.

Figura 1 – A carta de Duarte Coelho



Fonte: Acioli (2003:260-279)

No século XVI, sem sedimentação opinativa, germinava a carta-de-notícias, que antecedeu o periódico manuscrito e sucedeu a carta-narrativa. A escrita desse século é a mais eclética possível, com lindas formas gráficas ou degenerescências que dificultavam a leitura (ACIOLI, 2003). Esse tipo de carta atendia aos interesses de governantes, estabelecimentos comerciais e personagens de relevo acerca de atividades políticas, mercantis e os descobrimentos marítimos. Destinada a um leitor específico, tinha por fim ficar encerrada em suas gavetas.

A carta de Pêro Vaz de Caminha, de 01/05/1500, informando ao Rei de Portugal a descoberta do Brasil é um importante exemplar da epistolografia portuguesa e das cartas-de-relação (RIZZINI,1968), numa época em que as cartas eram o único meio de registrar e comunicar os fatos e as coisas. Com requinte literário, por meio do método informativo, o seu

⁶⁷ Transcrição:

Senhor

Posto que neste ano de 1546 tenha escrito por tres vezes/ 2 a Vossa Alteza, damdo lhe conta das cousas de qua, e asi de/ 3 algumas cousas que me pareço seu serviço, e pella/ 4 enserteza das cousas do mar, quis, Senhor, por esta tornar/ 5 a dar a mesma conta, para Vossa Alteza prover o que for seu servi-/ 6 ço.

Quanto he, Senhor, a esta Nova Lusitânia, posto que com muito/ 8 trabalho e com asaz de fadiga, tamta quanta/ 9 ho Senhor Deus sabe, a cousa estaa bem prencipiada/ 10 a Deus louvores, mas ha muitos encomvinientes e estorvos/ 11 para ir a cousa em crescimento e aumento, como eu, Senhor, desejo/ 12 para serviço de Deus e de Sua Alteza. E os que eu qua, Senhor/ 13 poso remedear, trabalho tamto por isso quanto, Senhor, he/ 14 posivell, ao que eu não poso, Senhor, acudir, he ne-/ 15 cesario Vossa Alteza remedear e com brevidade prover sobre/ 16 iso. Se quer ser servido.

Já tenho escrito a Vossa Alteza e lhe fiz saber por outras que escrito/ 18 lhe tenho que huma das cousas que mais denefica ao bem/ 19 e aumento destas terras he fazer se brasill nem a vim-/ 20 te legoas das povoações que se ora novamente povoam/ 21 em especiall nesta Nova Lusitania, porque o brasill/ 22 Senhor, esta mui lomje pólo sertão a demtro e/ 23 mui trabalhoso e mui peligroso de aver, e/ 24 mui custoso, e os imdeos fazem no de ma vontade/ 25. Pollo quall esse que eu la tenho mandado estes anos (ACIOLI, 2003: 260)

enredo é minuciosamente construído com narrações épicas e descrições da gente e da terra estranhas.

Com características semelhantes à carta de Caminha, encontra-se a carta de Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, a El Rei Dom João III, escrita em Olinda no dia 20 de dezembro de 1546. A carta deixa o Rei a par dos acontecimentos da nova colônia, especialmente sobre a preocupante exploração do Pau Brasil. Escrita com uma forma gráfica que dificulta a leitura, apresenta um estilo formal, solene e destina-se a um só leitor, mencionado várias vezes ao longo do texto por expressões de tratamento como Vossa Alteza e Senhor. Não adota a abertura comum das cartas, com as informações contextuais no cabeçalho; curiosamente o local e a data de emissão encontram-se no penúltimo parágrafo.

Figura 2 – O Folheto de Lisboa



Fonte: Rizzini (1968: 97-98)

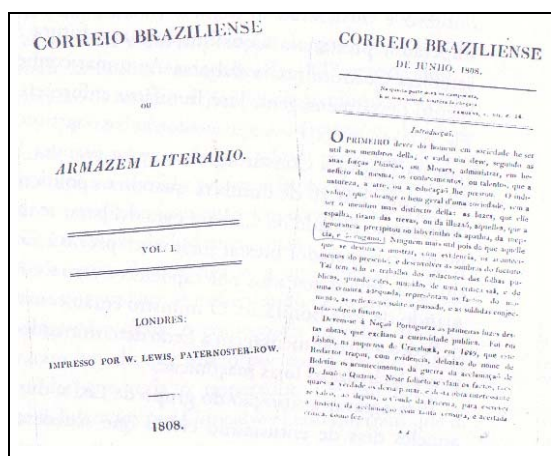
Como um outro exemplo do jornalismo epistolar, as gazetas manuscritas eram, em termos formais, praticamente um decalque das cartas, mas diferiam em alguns aspectos: tinham periodicidade regular, abordavam assuntos diversos e se destinavam a assinantes. Dependendo do número de assinantes, havia copistas para fazer as transcrições e portadores para fazer a distribuição. Posteriormente foi usada a gravura⁶⁸, em vez do traslado, e o buril, em vez da pena, o que proporcionou um texto mais legível e uma produção maior com igualdade de caracteres (RIZZINI, 1968).

O *Folheto de Lisboa* é um exemplo de semanário arrojado, que divulgava notícias, boatos, escândalos etc., redigido por um único redator, o padre Luís Montez Matoso; saía aos sábados com 8 a 18 páginas, contendo na primeira página cabeçalho, com o nome da gazeta, a data e título no primeiro texto. Os textos eram seqüenciados um abaixo do outro, o que

⁶⁸ De acordo com Rizzini (1968), a xilogravura apresenta três fases: a das tábuas inteiras só de figuras, a de figuras e texto, ambas gravadas, e a de letras soltas.

também lhe atribuía semelhança de uma carta ou de um livro. Durou de janeiro de 1740 a dezembro de 1743, retomado até fins de 1745 pelo *Mercúrio de Lisboa* (RIZZINI, 1968).

Figura 3 – O Correio Braziliense

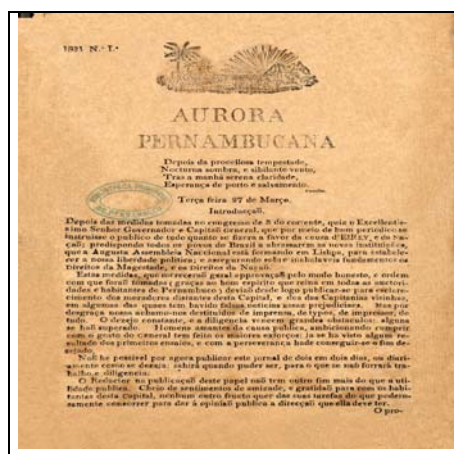


Fonte: Lustosa (2003:37)

O *Correio Braziliense* foi um mensário escrito em Londres, de junho de 1808 a dezembro de 1822, por um único redator, Hipólito da Costa. Sua finalidade era convencer os leitores das suas justas causas, por meio de textos analíticos; era o noticiário mais completo que chegava ao Brasil porque o jornalista coletava informações de gazetas internacionais.

Nessa época os escritos jornalísticos tentavam suprir a ausência de livros e, por isso, adquiriam a sua forma e o seu tamanho com longos e densos artigos, que se prolongavam por vários números. O *Correio Braziliense*, por exemplo, tinha de 96 a 150 páginas, divididas nas seguintes seções: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânea e correspondência (LUSTOSA, 2003). A capa ou folha de rosto que envolve o periódico contribui com a sua aparência de livro. A primeira página contém um cabeçalho, seguido dos versos de Camões “*Na quarta parte nova os campos ara/ E se mais mundo houvera lá chegara*”, e um texto opinativo.

Figura 4 – A Aurora Pernambucana

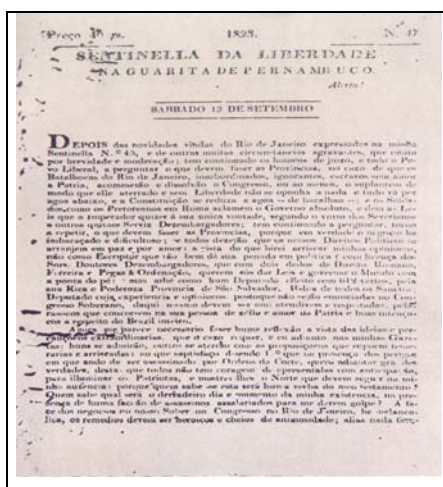


Fonte: Setor de microfilmagem da FUNDAJ

A *Aurora Pernambucana*, fundada pelo governador Luís do Rego e redigida por Rodrigo da Fonseca Magalhães, só chegou ao exemplar nº 30; circulou de 27/03/1821 a 10/09/1821 (SODRÉ, 1999b). Periódico destinado a instruir os leitores sobre as causas do rei, era composto de quatro páginas do tamanho aproximado da metade de uma folha A4. Sua impressão era feita artesanalmente em prensa de madeira manual.

Na primeira página encontram-se: um adorno, desenho inspirado numa paisagem tropical; o nome do jornal em destaque versal; uma epígrafe de Camões: “*Depois da procellosa tempestade, nocturna sombra, e sibilante vento, tras a manhã serena claridade, esperança de porto e salvamento*”, a exemplo do *Correio Braziliense*; a data da publicação; e a introdução, que se estende até a segunda página. O texto de abertura é seguido de outros textos com as seguintes rubricas: Pernambuco 27 (texto noticioso do dia); Decreto; e Correspondência. Todos dispostos em coluna única, um abaixo do outro.

Figura 5 – A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco



Fonte: Vianna (1945: 459-466)

A *Sentinela da Liberdade* era um panfleto político que defendia a autonomia da Província. Redigido por Cipriano José Barata de Almeida, o primeiro número foi lançado em 09/04/1823, com saídas às quartas e aos sábados, e a circulação foi interrompida no nº 66 em 19/11/1823. Foi reativada pelo padre, poeta e revolucionário João Batista da Fonseca, de 14/02/1824 a 13/03/1824 (VIANNA, 1945).

A primeira página é composta de cabeçalho e texto. No cabeçalho estão os dados contextuais, nome do pasquim e data, o número do volume e o valor a ser vendido. O texto encontra-se sem título, apresenta-se como um bloco inteiro, apenas com as marcações dos

longos parágrafos, sem segmentação de assuntos por seção; é uma forma primitiva de destaque do editorial, constando como matéria única.

Figura 6 – O Diário de Pernambuco nº 1

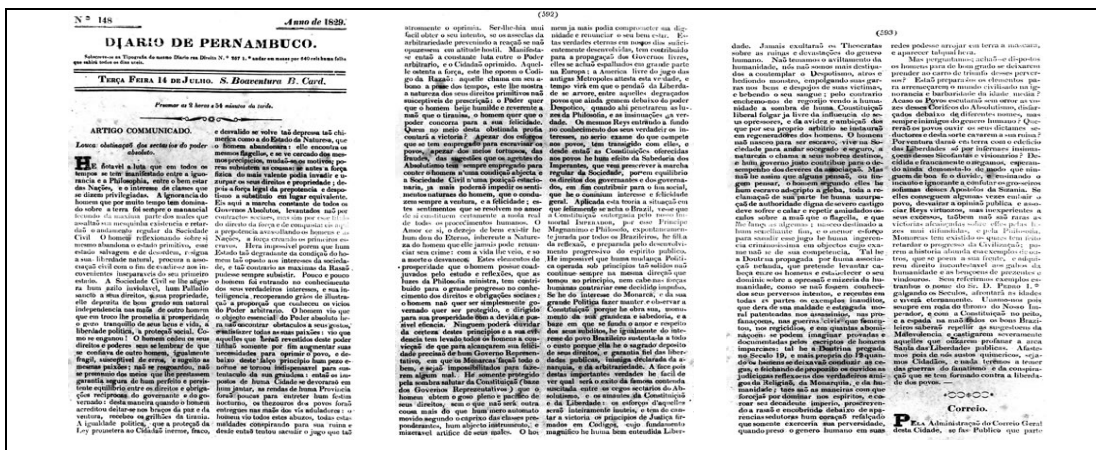


Fonte: setor de microfilmagem da FUNDAJ

O *Diário de Pernambuco* foi o primeiro periódico de circulação diária, criado pelo tipógrafo Antonio José de Miranda Falcão em 07/11/1825, que evitou segurar bandeira partidária. Em sua introdução, o editorial de apresentação, a orientação é informativa e comercial, mas depois evoluiu pelos debates políticos. Os destinatários iniciais eram pessoas ligadas ao comércio (JAMBO, 1975).

Em termos gráficos, o texto é composto de caracteres redondos, em caixa alta e baixa; a alta para o logotipo da folha, o cabeçalho, os títulos, nomes próprios e início da oração. Impresso no mesmo prelo manual da *Aurora Pernambucana*, tinha a mesma dimensão, 24 1/2 x 19 centímetros, mais ou menos a metade de uma folha A4, com apenas duas colunas verticais. O primeiro texto da primeira página é o editorial de abertura, local que posteriormente foi utilizado para situar textos de comentário, seguido de outras seções voltadas para o comércio: compras e vendas.

Figura 7 – O Diário de Pernambuco nº 148



Fonte: Setor de microfilmagem da FUNDAJ

Passados quatro anos, o *Diario de Pernambuco*, além de servir ao comércio, começa a polemizar e agitar os recifenses nos entrecosques com outras folhas (JAMBO, 1975), como revela o Artigo Comunicado do nº 148, de 14/07/1829 (texto 9). Texto impresso também em prelo de madeira manual guarda uma diagramação semelhante ao primeiro exemplar.

Esse número é composto de quatro páginas, com duas colunas cada, das quais três páginas são ocupadas pelo Artigo Comunicado, o que demonstra o espaço gráfico que o texto de opinião começava a adquirir neste jornal e na imprensa de um modo geral. O restante da folha era dividido entre as seções: Correio; Avisos particulares; Viagens; Notícias marítimas, Entradas e Saiadas.

Na primeira página encontram-se os dados contextuais do jornal (número do periódico, ano, nome, expediente, a data, acompanhada do Santo do dia, e ainda a hora e os minutos do momento da redação) e o texto de opinião, com a indicação da seção “Artigo Comunicado” e título “Louca obstinação dos sectarios do poder absoluto”. Os efeitos gráficos limitam-se à variação do tamanho dos caracteres.

Figura 8 – O Diario de Pernambuco nº 263



Fonte: Setor de microfilmagem da FUNDAJ

Do *Diario de Pernambuco* nº 263, de 19/11/1889 (texto 70), para as primeiras versões há uma grande mudança de diagramação. Esse número, por exemplo, é composto de oito páginas, com seis colunas verticais cada, o que já aumenta o tamanho da folha em, no mínimo, oito vezes. O editorial está situado no centro da primeira página, ocupa a segunda e a terceira colunas, cuja seção é assinalada pelo nome do jornal, local que não era permanente porque havia uma grande mobilidade do editorial dentro do suporte. Esse texto compartilha a primeira página com seções diversas: Telegramas, Instrução popular, Parte oficial e Exterior. Essa miscelânea denota a ausência de organização por assuntos semelhantes.

A partir de 1830, os textos que apresentavam o gérmen do editorial vinham abaixo da repetição do nome do jornal. Isso ocorria da seguinte forma: o nome do jornal vinha na primeira página, no centro da folha e com letras grandes, como ocorre ainda hoje; numa coluna, que poderia estar na 1ª, 2ª ou 3ª página, o nome do jornal reaparecia com letras menores, mas em caixa alta, com um texto abaixo, ora com título, ora sem título, às vezes atribuído aos redatores, como o *Diario de Pernambuco* nº 167, de 07/09/1835 (texto 14), e muitas vezes sem identificação, mas com a nítida atribuição da palavra ao jornal. Por outro lado, nem todos os textos localizados nesse espaço apresentavam características de editorial, o que, certamente, revela todo um movimento lingüístico e sócio-histórico no processo de convenção desta tradição discursiva, a partir inclusive de uma localização específica dentro do suporte.

Há nessa fase, como revela a figura 8, sinais de valorização tipográfica (dimensão e espessura dos caracteres e sublinhamento) que sinalizam as transformações em termos de técnicas de diagramação na segunda metade do século XIX, numa década em que já se fazia uso do prelo mecânico. Por outro lado, a forma contínua como os textos são dispostos em algumas páginas, em longas e uniformes colunas, numa perspectiva panorâmica da página, percebe-se o todo como uma grande mancha cinza entrecortada pelo sublinhamento em negrito dos títulos das seções. Essa disposição gráfica não dá sinais de cuidados estéticos que dessem dinamicidade e leveza à página.

Figura 9 – O Diário de Pernambuco nº 8



Fonte: Setor de microfilmagem da FUNDAJ

Como representante do século XX, esse número do jornal apresenta semelhanças com os formatos do final do século XIX, mas as mudanças em termos de localização do editorial são mais notórias. O jornal tem ao todo doze páginas compostas de seis a oito colunas verticais que variam na largura. A forma contínua como os textos são dispostos na página e a utilização de caracteres muito pequenos mantêm a densidade e o visual pouco atrativo vistos no número anterior.

Quanto à localização do editorial no suporte, o texto divide a página quatro com outros textos opinativos e não opinativos; situado no canto superior esquerdo, o editorial passa a ocupar um lugar privilegiado e fixo no jornal. O texto opinativo do jornal fica abaixo do nome, do expediente e da data, elementos contextuais importantes que, pela recorrência, ajudam a distinguir o editorial dos demais textos antes mesmo do ato da leitura.

Figura 10 – O Diário de Pernambuco nº 250



Fonte: Setor de microfilmagem da FUNDAJ

Nesse exemplo, o leitor identifica o editorial facilmente porque ele vem bem explicitado no suporte. Há informações contextuais na parte superior esquerda, a cidade e a data; a rubrica com a indicação da seção Editorial, com destaque gráfico em redondo e versal; e os expedientes do jornal ao lado do nome da seção. Essa forma de apresentação e localização do editorial teve início por volta de 1999. O traço de mudança, neste caso, é que para a imprensa atual importa comunicar bem e ser atraente, seja pelo acréscimo de ilustrações (fotografia, desenhos, gráficos) ou pela subtração do texto verbal para competir com os veículos audiovisuais.

Percebemos também que os textos são dispostos numa ordem decrescente de densidade e extensão. Inicia-se com o editorial, passa pela crônica, pelas cartas dos leitores até chegar às frases da semana. Essa estratificação e hierarquização da leitura é o primeiro modo de persuasão do jornal (TÉTU, 2002). A intencionalidade incide exatamente sobre a distribuição dos textos nas quatro zonas visuais da página (BAHIA, 1990) a fim de manter viva a atenção do leitor.

Na zona ótica primária (canto superior esquerdo) encontra-se o editorial, em local de destaque, pela inclinação normal da leitura da esquerda para a direita. Um texto com seis parágrafos, ou seja, um texto enxuto, distribuído em duas colunas, portando título com destaque em negrito. Essa forma como o editorial se apresenta confirma a observação de Melo, J. (1994:102) de que “os editoriais hoje gozam de melhor posição na superfície

impressa, sendo mais legíveis e menos massudos". Na página, ele compartilha o espaço com outros textos opinativos.

Na zona terminal (canto inferior direito) estão as frases da semana, textos atrativos por serem curtos, expressarem um teor polêmico e emitidos por figuras publicamente conhecidas, identificadas, inclusive, por suas fotos. Nas zonas mortas (canto superior direito e canto inferior esquerdo), para despertar o interesse do leitor por esses cantos menos atrativos, foram utilizadas a charge e as cartas dos leitores, respectivamente. Na charge a imagem fala mais que as palavras, mantendo o caráter crítico da página, com o acréscimo do humor. As cartas dos leitores também são textos opinativos, acrescidos de fotos e atrativos por se tratar da expressão não de quem produz, mas de quem lê o jornal. Na base, local de menor relevância da página, estão dispostos horizontalmente os expedientes completos do jornal. Portanto, ao nosso ver, fica notória a preocupação em dispor os textos de forma esteticamente atraente e viva com o propósito de manter a atenção do leitor, exigindo deste re-elaborações nos modos de leitura (DIONISIO, 2005).

Outro traço de mudança observado é a aparência emoldurada dos textos dispostos na página, marcada por distanciamentos de um texto a outro (brancos) ou por linhas verticais e horizontais. A moldura realiza simultaneamente um corte e uma focalização (MOUILLAUD, 2002d), que resulta numa clara distinção entre a diagramação de hoje e do passado. Ademais há uma disposição não linear dos textos, o que provoca a substituição da leitura contínua do passado por multimodos de olhar, escolher e ler.

A princípio o editorial ocupava colunas seguidas, às vezes páginas seguidas com um só texto, o que levava o leitor a fazer uma leitura contínua e ininterrupta, percorrendo de cima para baixo quase um metro de páginas cinza e monótonas (MOUILLAUD, 2002j), coluna a coluna, página a página. Com a predominância da informação, inevitavelmente, as mudanças não só foram de ordem interna do discurso, mas de ordem gráfica também, com aplicação de cor, textos curtos e gravuras. Houve uma passagem das páginas uniformes para uma reunião complexa de textos. Desse modo, a disposição dos textos no suporte não comandou apenas a ordem dos enunciados, mas também a postura do leitor, pois a leitura necessita de contínuas re-elaborações.

A atenção especial à disposição dos textos no suporte fez com que a retórica do discurso desse lugar à retórica de formas (MOUILLAUD, 2002g). Na prática jornalística atual percebemos uma preocupação em articular as duas retóricas na composição do texto, o que é pertinente e necessário hoje, pois *“todos os recursos utilizados na construção dos gêneros textuais exercem uma função retórica na construção de sentidos dos textos. Cada vez mais se*

observa a combinação de material visual com a escrita; vivemos, sem dúvida, numa sociedade cada vez mais visual” (DIONÍSIO, 2005: 159). Prova disso são os editoriais de revistas, que contam, alguns, atualmente com o auxílio do fotojornalismo⁶⁹, conforme o texto 103 dos anexos.

Hoje o reconhecimento de um editorial jornalístico, considerando os aspectos formais do texto, está mais fácil. Isso ocorre porque os leitores têm mais dados para auxiliar o enquadramento interpretativo do texto, ou seja, os elementos que formam o seu contexto estão mais explícitos, sistematizados e constantes, a começar pela própria localização do editorial no corpo do jornal. A estabilidade das formas colocou um pouco de ordem e facilitou o reconhecimento dos textos no jornal e do próprio jornal de um número a outro. De acordo com Mouillaud (2002e:88), “a diagramação, entre outros meios, assegura a identidade do jornal através da variedade incessante de seus números”, pois facilita a ligação entre a informação e a referência.

Nos dois jornais de maior circulação em Pernambuco na atualidade, por exemplo, os editoriais são facilmente identificados porque estão localizados numa página específica. No *Jornal do Commercio*⁷⁰, a página é Opinião e o editorial, entre outros textos opinativos, é o texto que não traz assinatura, e a veiculação dos pontos de vista fica sob a responsabilidade da redação do jornal. No *Diario de Pernambuco*, há a página Editorial, na qual o texto de comentário do jornal vem publicado.

Mas, como vimos, nem sempre foi assim. Para chegar a esta precisão na identificação dos editoriais, o que contribui imensamente para o seu reconhecimento, o *Diario de Pernambuco* (único jornal do *corpus* que chegou aos dias atuais) passou por diversas mudanças.

Silva, K. (1979) faz dois comentários relacionados ao *Diario da Bahia*, que coincidem com as transformações observadas nos editoriais pernambucanos. Em 1880, os artigos de fundo são apresentados com títulos e, em 1889, volta o editorial a ocupar a 1ª coluna. Esses comentários fazem menção exatamente a dois traços de mudança bem nítidos no percurso do editorial: a passagem de publicações com ou sem títulos para a importância que os títulos

⁶⁹ De acordo com Bentes (2001: 184), “segundo uma tendência da imprensa ocidental, a revista ilustrada abriu espaço para o nascimento do fotojornalismo brasileiro. Seu nascimento teve como marco inicial o lançamento da revista *O Cruzeiro*, em 10 de novembro de 1928. (...) o maior projeto editorial implementado por Assis Chateaubriand”.

⁷⁰ Este jornal não faz parte do *corpus* porque foi lançado em 1919 e, no momento, a pesquisa enfoca os jornais do século XIX.

adquiriram na constituição desta tradição; e a busca de uma localização específica para o editorial, o que denota a tentativa de superação do caráter itinerante do texto no suporte.

De um modo geral, as imposições mercadológicas, as mudanças tecnológicas, o avanço nas técnicas da imprensa e as repercussões na diagramação do jornal interferiram diretamente na organização retórica do editorial.

5.2 Organização retórica

Uma das mudanças mais visíveis dos editoriais do século XIX para os editoriais do século XXI reside na composição. Os textos passaram por reduções e não são encontrados com a mesma extensão do passado, conseqüentemente estão mais enxutos e objetivos. Desse modo, é natural que a sua organização retórica apresente-se de forma mais explícita e sistemática. Não que inexistisse no passado, mas hoje é mais regular, deixando para trás uma organização mais flexível. Para observar esta ocorrência, centraremos o nosso olhar apenas no protótipo do editorial jornalístico: o de opinião.

Para acompanharmos o que houve de modificação e de permanência neste processo, tomamos como “acessório para a análise” (HEMAIS e BIASI-RODRIGUES, 2005) o modelo CARS (Creat a Research Space) de Swales (1990), conforme figura abaixo, análise que na teoria de Van Dijk (1992) assemelha-se à investigação da organização superestrutural, que organiza a macroestrutura temática.

Figura 11: A organização retórica de editoriais jornalísticos

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema	
Subunidade 1.1 – Apresentando uma informação introdutória	e/ou
Subunidade 1.2 – Esclarecendo uma informação	
(e)	
Unidade retórica 2 – argumentação sobre a tese	
Subunidade 2.1 – Argumentando convergentemente	e/ou
Subunidade 2.2 – Argumentando divergentemente	
(e/ou)	
Unidade retórica 3 – Indicação da posição do jornal	

Fonte: Sousa (2004:68)

Como esse quadro retrata de forma mais evidente as estratégias organizacionais dos editoriais atuais, em virtude, como veremos, da concisão e da localização compartimentada das unidades retóricas que apresentam, partiremos deles em direção às versões iniciais. Seguiremos um trajeto retrospectivo em busca dos movimentos retóricos regulares e das adaptações do modelo em consonância com a finalidade comunicativa do editorial.

Iniciamos, então, pela estratégia organizacional do *Diario de Pernambuco* nº 229, de 17/08/2003 (texto 92), editorial intitulado “Medalhas e louros”, em que encontramos as seguintes unidades retóricas:

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema

Subunidade 1.1 – a informação introdutória foi o aumento do número de medalhas do Brasil nos Jogos Pan-americanos em Santo Domingo (1º parágrafo);

Subunidade 1.2 – a informação é ampliada e esclarecida com os dados dos jogos anteriores no Canadá (1º parágrafo)

Unidade retórica 2 – Argumentação sobre a tese

Neste item houve uma intercalação entre as subunidades 2.1 e 2.2 com relação à seguinte tese: o Brasil precisa investir mais na formação e desenvolvimento dos seus atletas.

Subunidade 2.1 – Dentre os argumentos favoráveis estão: a contribuição de atletas pernambucanos (1º parágrafo); a promessa do dirigente do comitê de jogos de melhorar os esportes amadores (2º parágrafo); o trabalho conjunto de autoridades esportivas e pedagógicas (5º parágrafo).

Subunidade 2.2 – Dentre os argumentos contrários, cuja função é reforçar a tese estão: os exemplos bem sucedidos de investimentos no atletismo em outros países (2º e 3º parágrafos); perguntas retóricas acerca dos procedimentos tomados pelo Brasil (4º parágrafo).

Unidade retórica 3 – indicação da posição do jornal

A posição do jornal, além de estar distribuída ao longo do texto, pode ser percebida nitidamente no 6º parágrafo, que reforça a necessidade de investimentos no atletismo de base para formar jovens sadios e melhorar o desempenho do país em jogos internacionais.

Com uma estratégia organizacional muito semelhante ao anterior, o editorial divulgado no *Diario de Pernambuco* nº 257, de 14/09/2003 (texto 95), intitulado “Participação indevida”, mostra-se de forma mais incisiva, pois logo na abertura do texto, no primeiro período, já está clara a posição tomada pelo jornal, opinião que também pode ser conferida no título.

Ex.1: Está certo o atual Governo da República em tirar o proveito que lhe for possível, na conjuntura por que passamos, a fim de estimular o Congresso Nacional a votar agora e, não, depois, as reformas estruturais do país...

Deparamo-nos, assim, com uma das adaptações do modelo: a antecipação da tomada de posição do jornal. Neste caso, a opinião inicia o texto e é esclarecida e reforçada no decorrer da composição textual.

Na segunda metade do século XX são encontrados editoriais com regularidade na organização formal e retórica bem próxima dos textos do século XXI. O editorial do *Diário de Pernambuco* nº 8, de 10/01/1967 (texto 87), intitulado “A hora agônica do cooperativismo” é um deles e foi organizado retoricamente do seguinte modo:

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema

Subunidade 1.1 – a informação e também a antecipação da opinião favorável a respeito do encontro de cooperativismo a se realizar no Recife (1º parágrafo).

Subunidade 1.2 – a informação e a opinião são esclarecidas e justificadas pelo momento de “agonia” por que passa o cooperativismo (2º parágrafo).

Unidade retórica 2 – Argumentação sobre a tese

Houve a intercalação entre as subunidades 2.1 e 2.2 a respeito da tese: o cooperativismo necessita de reformulações legislativas para a sua sobrevivência.

Subunidade 2.1 – dentre os argumentos favoráveis estão: a inovação legislativa exclui o cooperativismo (3º parágrafo); a tentativa de correção do governo matou o cooperativismo (4º parágrafo); outros exemplos de ações mal sucedidas do governo envolvendo a imprensa, o direito, as leis, a gramática (4º parágrafo); medidas governamentais que prejudicaram o crédito urbano e o rural (4º parágrafo); medida de financiamento inviável por meio do Banco Nacional de Crédito (5º parágrafo).

Subunidade 2.2 – o único argumento contrário utilizado em reforço à tese foi a corrupção que envolvia o cooperativismo e que exigia uma reformulação legislativa (4º parágrafo).

Unidade retórica 3 – Indicação da posição do jornal

Reforço à opinião favorável ao encontro do Recife, sugerindo que as cooperativas iniciem uma ajuda mútua na luta pela sobrevivência (6º parágrafo).

São poucas as alterações perceptíveis nos editoriais atuais em termos de organização retórica. Há uma redução formal na composição do texto, que limita a sua estrutura a 6 ou 8 parágrafos. As variações se restringem às alternâncias redacionais das aberturas e fechamentos (ora informativo, ora opinativo, ora sugestivo, ora apelativo etc.) Houve, sem dúvida, uma limitação da maleabilidade criativa dos produtores que hoje têm de ser criativos e convincentes num espaço mínimo, em comparação ao espaço e à liberdade de que dispunham os editorialistas no início da imprensa.

Na contramão dos textos extensos que predominaram durante todo o século XIX, o editorial publicado no *Jornal do Recife* nº 147, de 01/07/1880 (texto 61), intitulado “As eleições de vereadores e juizes de paz”, segue uma estratégia organizacional muito

semelhante ao editorial publicado no *Diário de Pernambuco* nº 229, de 17/08/2003 (texto 92), cuja seqüência básica é: a informação, a opinião e a persuasão, pautada na argumentação, ou convocação não só da opinião, mas da iniciativa pública.

Esse texto apresenta uma nítida delimitação entre informação e opinião. Os três primeiros parágrafos são informativos, tratam do início do processo eleitoral (correspondendo às subunidades 1.1 e 1.2 da contextualização do tema); os três parágrafos seguintes destinam-se aos argumentos favoráveis ao afastamento dos militares do processo eleitoral (referente à subunidade 2.1 da argumentação sobre a tese); e o último corresponde à convocação do povo para participar de tão nobre momento de expressão da cidadania (concernente à indicação da posição do jornal). Temos neste exemplo o seguimento regular do modelo apresentado na figura 11.

Dentre os editoriais comentados neste tópico, um exemplar bem característico da organização retórica do século XIX é o editorial do jornal *O Paiz* nº 2, de 04/02/1856 (texto 38), intitulado “Os partidos políticos”. Ao todo são quatorze parágrafos desenvolvidos com uma riqueza descritiva e informativa que chega a turvar a identificação do propósito específico do jornal, que é justificar o seu afastamento dos embates políticos que envolviam os partidos e os periódicos.

É um texto metafórico, extenso, labiríntico, permeado por divagações e portador da seguinte organização retórica:

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema

Subunidade 1.1 e 1.2 – referência ao sétimo dia da criação do mundo (1º parágrafo); com remissão ao trabalho do pescador e do agricultor (2º parágrafo); fazendo uma analogia com os partidos políticos (3º parágrafo); abordagem dos mistérios do espírito humano (4º e 5º parágrafos); e esclarecimento sobre o silêncio do jornal em virtude das circunstâncias conflitantes da província (6º parágrafo).

Unidade retórica 2 – Argumentação sobre a tese

Subunidade 2.1 – não há argumentos contrários e os argumentos convergentes estão distribuídos do sétimo ao décimo primeiro parágrafos, a saber: a ocorrência de discussões políticas permeadas de injúria, sarcasmo e calúnia (7º parágrafo); o pensamento de restituição da calma que surgia em algumas regiões políticas (8º parágrafo); adoção de uma postura moderada pelo jornal a fim de que os fatos e a reflexão dobrassem os instintos (9º parágrafo); as tentativas do jornal de superar as animosidades (10º e 11º parágrafos).

Unidade retórica 3 – Indicação da posição do jornal

Apesar de ser de pequeno porte, o jornal expõe a sua posição tomando a iniciativa de superar as velhas usanças e levar as questões políticas para o seu campo próprio, para isso conta com a colaboração de outros jornais (12º, 13º e 14º parágrafos).

Nesse caso, temos a presença das unidades retóricas, mas com uma constituição bastante distinta das versões atuais de editoriais.

Um outro exemplo bastante interessante dessa mesma década é o editorial publicado no *Diario de Pernambuco* nº 19, de 24/01/1857 (texto 40), sem título. Esse texto não apresenta um fechamento ou uma conclusão, a parte do discurso na qual se espera encontrar o reforço da posição do jornal, que, neste caso, aparece diluída no texto como um todo. Com isso, a sensação que se tem é de texto inacabado, pois não há um arremate do tema abordado. Essa era uma prática recorrente no século XIX, tendo em vista que alguns textos tinham continuidade nos números seguintes do jornal e que os leitores acompanhavam essa seriação. Há pistas neste texto que assinalam essa sucessão, como, por exemplo, a abertura “*Continuamos hoje a estatística dos insultos*” e a ausência de fechamento. Sendo assim, a organização retórica apresenta-se com:

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema

Subunidade 1.1 – a informação introdutória é a continuidade da lista de pessoas insultadas pelo *Liberal Pernambucano* (1º parágrafo).

Subunidade 1.2 – esclarecimento acerca da quantidade de pessoas insultadas no número anterior e atual do jornal (2º parágrafo); o espaço de tempo em que foi feito o apanhado dos insultos (3º parágrafo); especificação dos segmentos que não estão compreendidos entre os insultados (4º parágrafo).

Unidade retórica 2 – argumentação sobre a tese

Subunidade 2.1 – demonstração matemática das provocações feitas pelo *Liberal* para que o povo julgue (5º parágrafo); relação com o número de pessoas insultadas por dia (do 6º ao 20º parágrafo).

Apesar da adaptação do modelo, a finalidade comunicativa do editorial é mantida, uma vez que o posicionamento contrário do jornal aos procedimentos do adversário está explícito e defendido nas duas unidades retóricas presentes. No entanto, não se pode negar que esse texto não segue à risca os movimentos retóricos regulares identificados nos editoriais contemporâneos.

Retrocedendo um pouco mais, trazemos à tona um outro exemplar bastante curioso de uma fase de total imbricação entre opinião e informação no jornalismo impresso. Trata-se de

um texto publicado no *Diario de Pernambuco* nº 29, de 06/02/1829 (texto 7), sem título e sob a rubrica **Interior**, coluna destinada aos assuntos do interior da Província. É um texto que expressa a opinião do jornal e é composto de um único parágrafo em que se concretiza a seguinte organização retórica:

Unidade retórica 1 – Contextualização do tema

Subunidade 1.1 – a informação introdutória foi a de que havia rumores de instalação de um governo popular na Vila de Santo Antão (1º período).

Subunidade 1.2 – a informação é esclarecida com o nome dos envolvidos na revolução, o dia da saída da marcha e o detalhamento da trama para a nomeação de um governo naquela Vila (do 2º ao 6º período).

Unidade retórica 2 – Argumentação sobre a tese

Subunidade 2.1 – argumentos convergentes são elencados para sustentar a tese de que são desnecessárias e irresponsáveis as iniciativas revolucionárias que ecoavam na Província, entre eles estão: o fato de pessoas desprezíveis perturbarem a Província; em Pernambuco não basta só ter cabeça, é preciso coração e posses para aprovar uma revolução; incitação do povo à execração dos militantes da revolução, com expressão do tipo: “*que a espada da Justiça seja vibrada com vigor sobre as suas cabeças*”; o desconhecimento do verdadeiro sentido de Liberdade; menção feita a Rousseau a respeito da matéria democrática; seqüência de insultos aos líderes do movimento, tais como: vadios, ociosos, mentirosos, impostores, ambiciosos etc.; citação em francês de Rousseau, com tradução, a respeito da liberdade; mais uma citação literal do autor com base no Contrato Social. Todos esses recursos argumentativos estão dispostos do 7º ao 23º período.

Unidade retórica 3 – Indicação da posição do jornal

A posição do jornal é reforçada num fechamento em tom apelativo, deixando claro que não há reais interesses em fazer de Pernambuco um Estado Republicano (24º e 25º períodos).

Como este texto é formado por um parágrafo único, a identificação das unidades retóricas pautou-se nos períodos. É interessante observar como esse exemplar do início da imprensa em Pernambuco, respeitando as especificidades de cada momento histórico, conserva os mesmos dados retóricos identitários encontrados nos editoriais atuais.

A totalidade do *corpus* e os textos mencionados como exemplo neste tópico nos levam a crer que as unidades retóricas do editorial e o seu cerne argumentativo são os traços de permanência e de identificação para a tradição editorialística mais sólidos e resistentes ao tempo.

O que dizer, então, das mudanças e variações observadas? Podemos dizer que as unidades retóricas são recorrentes, constantemente reproduzidas e ritualizadas, obtendo os mesmos efeitos em situações similares (MILLER, 1984). Assim fica garantida a função social da tradição discursiva, a sua finalidade comunicativa (KABATEK, 2003), uma finalidade reconhecida (MAINGUENEAU, 2001). O que muda, em alguns casos, são as estratégias organizacionais dos componentes retóricos. Neste caso, de um modo geral, no dizer de Bakhtin (1992 a), o relativamente estável está na constituição e na organização das unidades, no tipo de linguagem empregado, no aspecto formal, incluindo a paragrafação, nas estratégias argumentativas e sua intercessão com outros tipos discursivos (descritivo, narrativo, expositivo), entre outros.

Nesse processo de estruturação do texto é interessante observar também as mudanças e variações nas aberturas e fechamentos, termos correlatos ao exórdio e ao epílogo da retórica grega, que participam da moldura discursiva (ANDRADE, 2001). Talvez o fator de maior mudança neste aspecto tenha sido a publicação de partes de um editorial em diferentes números do jornal desconsiderando a função das duas partes mencionadas.

<p>Ex.2: (Continuado do N° antecedente)</p> <p>Em quanto ao 2. Ponto – Isto he, em quanto aos abuzos da liberdade da imprensa, com que se provoca desobediencia ao governo, farei primeiro certas observações. </p> <p style="text-align: center;">(...)</p> <p>Da mesma sorte o “li- beralista” se aproveitará da obscuri- dade e do indefinido da ley, para vo- mitar sátiras amargas, injurias viru- lentas, e calumnias atrozes por meio de “innuendos” e de alluzões que muitas vezes importão o mesmo como as palavras directas.</p> <p style="text-align: center;">(Continuar-se-ha)</p> <p>(Diario de Pernambuco nº 34, 13/02/1827 – texto 3)</p>
--

Havia um contexto aceitável para esse tipo de prática. Os produtores do editorial contavam com o acompanhamento que os leitores faziam dos sucessivos números do jornal e deixavam a cargo destes o reconhecimento das pistas de seqüenciação de cada texto, como as informações entre parênteses: (Continuando o N° anterior) e (Continuar-se-ha). No intermédio dessas duas pistas, no exemplo acima, encontra-se apenas parte da discussão argumentativa, que se inicia com “*Em quanto ao 2. Ponto...*”, ficando, certamente, o primeiro ponto da discussão e a contextualização do tema nos números anteriores do jornal e o fechamento para os posteriores. Este exemplo levar a crer que ocorria uma extensão da organização retórica de um só texto para vários números de um periódico. Essa prática desapareceu por completo e os editoriais produzidos hoje apresentam uma organização retórica encerrada em cada texto.

As aberturas, do início da imprensa aos nossos dias, ocorrem com formas bem variadas, dentre as quais identificamos:

- aberturas contextualizadoras diretas

Ex.3: Tendo nós demonstrado, de moda a não deixar | duvida, no nosso ultimo artigo, que a retardação | indefinida dos concursos synodaes constitue uma | violação flagrante da disciplina canonica e ao | mesmo tempo a nullificação mais acintosa dos | direitos e prerrogativas do Supremo Padroeiro, | que indubitavelmente deve intervir como Poder | Soberano na distribuição dos benefícios ecclesias-|ticos: passaremos a demonstrar também, que | essa nova theoria adóptada pela curia episcopal | e evidentemente attentatoria da inamovibilidade | dos parochos, que são de sua natureza *perpetuos*, | segundo o disposto nos sagrados canones.||
(Diario de Pernambuco nº 31, 08/02/1860 – texto 42)

- aberturas contextualizadoras vagas

Ex.4: Salve! Salve! Salve! Três vezes salve, | oh dia feliz 18 de maio. Cansada a popula-|ção desta bella cidade com 8 dias copio-|as chuva, parecia condemnada a ao mais | ver o sol que a furto se mostrava; despon-|tou esse dia, e com elle surgio o seu astro | luminoso e brilhante, desenrolando todas | as suas galas | e derramando pelas nossas | praças e ruas luz, e chamando a vida aos | nossos corpos.||
(Diario de Pernambuco nº 115, 22/05/1850 – texto 31)

- aberturas em resposta ao título

Ex.5: Quais são os anarchistas da provincia?
Eis a pergunta, que naturalmente hoje se faz | por toda aparte, e a que nenhuma outra respos-|ta se pode dar, se não que os anarchistas são os | mulambos, esses homens, que, dominados so-|mente da avidez do mundo, assentão que devem | fazer correr o sangue unicamente para se susten-|tarem no poder, e conservarem a influencia legi-|tima que se hão arrogado.||
(O Capibaribe nº 7, 05/08/1848 – texto 29)

- aberturas opinativas

Ex.6: O systema monarchico constitu-|cional representativo é uma bella forma de governo; porem de difficil pra-|tica, como dissemos no artigo anterior. Para que o systema seja uma | realidade é mister – *energia da parte do | povo e lealdade no monarcha.* ||
(A Provincia, 03/12/1872 – texto 54)

- aberturas polêmicas entre periódicos

Ex.7: Póde a Provincia prosseguir na sua faina in-|gloria de molestar-nos com dicterios e pi-|cardias: o que não conseguirá, porem, é fazer-nos perder essa “piedosa” calma para cuja oblite-|ração tantas e tão renhidas campanhas nos tem | offerecido.||
(Diario de Pernambuco nº 81, 09/04/1895 – texto 77)

- aberturas informativas

Ex.8: Exacerba-se a discussão em torno do plantio de sementes transgênicas, sobretudo sementes de soja. Há alguns anos, países como a França vêm debatendo o problema criado pelo avanço da engenharia genética sobre os trigais europeus. Nos Estados Unidos, tem sido menor a inquietude daqueles que lidam com a defesa ambiental-ecológica. No poderoso país do norte, a força dos grandes fazendeiros em consórcio com os laboratórios de ponta parece haver obtido o silêncio contrafeito das campanhas condenatórias da transgenia.
(Diario de Pernambuco, nº 270, 27/09/2003 – texto 96)

Do mesmo modo que as aberturas, os fechamentos apresentam variações em termos de conteúdo (ilustrativo, normativo, opinativo); de estilo (intelectual, emocional); de topicalidade (preventivo, de ação, de consequência), como por exemplo:

- fechamentos com frases de efeito

Ex.9: A verdade a todos e para todos.
(A Provincia nº 8, 01/10/1872)

- fechamentos apelativos

Ex.10: Fazemos aqui um apelo acloroso ás | duas classes para que entrem num em-tendimento amistoso e em nome de | todas a coletividade pernambucana | concitamos daqui ao Governo, para | que diga quais as suas disposições pe-rante um conflito de consequências | tão serias.
(Diario de Pernambuco nº 1, 01/01/1932 – texto 84)

- fechamentos sugestivos

Ex.11: He pois de absoluta necessidade crear | hum systema onde os meios possaõ desem-|penhar os fins; que haja meios de fiscali-|sação e responsabilidade, responsabilida-|de, responsabilidade!... Quanto a nós | esta paçavra diz tudo quanto nos falta.
(Diario de Pernambuco nº 48, 02/03/1838 – (texto 18)

- fechamentos exortativos

Ex.12: Quantos males nos tem infligido esse nefando gabinete | que quer a fôrça e em nome do Monarcha reduzir o | Brasil a dous acampamentos de inimigos estranhos, e | implacaveis! O que era esta bella provincia sob a influ-|encia da politica decahida e o que he hoje, minada pelo | espirito revolucionario, agitada, estremecida continua-|mente, retalhada por odios profundos e entranhados, | dividida em opressores, e opprimidos, estacionada em | sua industria, em seus melhoramentos materiaes, do-|minada pelos desordeiros! Neste estado calamitoso e | apurado he força erguer a voz em prol da Pátria,| bradar contra os opressores, que nos esbulharam de | todas as garantias civis e politicas.
(Diario de Pernambuco, nº 182, 19/08/1845 (texto 26)

- fechamentos opinativos

Ex.13: O sigilo do voto parlamentar não robustece a democracia. A dubiedade não valoriza o eleitor confiante. A conveniência dos que temem o roçagar da própria sombra não dignifica a prática parlamentar. Já o voto em aberto ilumina as consci-~encias como os clarões da natureza iluminam a paisagem.
(Diario de Penambuco nº 291, 18/10/2003 – texto 99)

- fechamentos com referência ao título

Ex.14: Desassombrados
(...)
Pois bem: continuem informados assim, ou | mesmo *assombrados*, como se dizem, que | nós, os republicanos sinceros e desinteressa-|dos, continuaremos sempre *desassombrados*.
(Jornal do Recife nº 50, 03/03/1892 – texto 75)

A delimitação do texto no suporte pode ser identificada por outras marcas de abertura e de fechamento do texto. O nome do jornal desempenha essa função determinante. Segundo Mouillaud (2002e:92), “*o nome-de-jornal não pertence somente ao conjunto dos títulos, mas também ao conjunto dos nomes que aparecem no jornal no alto e embaixo dos artigos: as assinaturas. A assinatura é interna e externa ao texto que ela assina: faz fechamento*”.

Nos jornais pesquisados, encontramos predominantemente o nome dos jornais na abertura dos artigos editoriais, como por exemplo *A Carranca* nº 1, de 10/05/1845 (texto 25). Para o fechamento outras marcas foram utilizadas, como o termo “Redactores”, com função de assinatura, prática amplamente vista nas cartas manuscritas. Daí uma das possíveis motivações para designar esses textos como cartas do redator, como exemplifica o *Diario de Pernambuco* nº 167, de 07/09/1835 (texto 15). Quanto aos títulos, outro componente da estrutura do texto, serão abordados em destaque no tópico seguinte, em virtude dos poucos estudos a respeito.

Apesar da diversidade de organização retórica que os editoriais contemporâneos timidamente possam apresentar, podemos perceber que ela já foi muito mais flexível. O nosso desafio aqui consistiu exatamente em verificar a organização retórica das primeiras versões dos editoriais, pois estes apresentavam estratégias organizacionais bem diferentes das atuais. Por isso, torna-se interessante observar como essas estratégias foram variando, mudando e/ou permanecendo ao longo do tempo.

5.3 Titulação

A titulação sempre acompanhou a composição do editorial, mas não tinha regularidade. Na história dessa tradição discursiva percebemos que a prática de dar nomes aos textos não tinha a frequência que tem hoje. Nos jornais em circulação no início da imprensa em Pernambuco, era muito comum a publicação de textos sem títulos, como ocorreu com o *Diario de Pernambuco* nº 167, de 01/09/1835 (texto 15). Sem a informação introdutória dos títulos, eram lançados para o interior do próprio texto os processos de relações textuais e extratextuais e as expectativas dos leitores.

Também era comum, na nomeação dos editoriais, a atribuição de títulos invariáveis, ou seja, aqueles títulos-assuntos que correspondiam ao nome do gênero ou à coluna na qual o texto freqüentemente era publicado (MOUILLAUD, 2002f). No primeiro caso, comumente os termos **introdução** e **prospecto** intitavam os editoriais. No segundo caso, normalmente era

a repetição do nome do jornal que demarcava a coluna em que o editorial era publicado e também nomeava o texto.

No que diz respeito ao editorial, a freqüente ocorrência do nome do jornal que determinava a coluna reservada à voz do jornal também funcionava como a assinatura que identificava a autoria do texto. O nome do jornal não é um enunciado isolado e autônomo, mas um enunciado que aparece no jornal em locais bem determinados (MOUILLAUD, 2002e).

Na falta de um título específico, como demonstra o *Diario de Pernambuco* nº 19, de 24/01/1857 (texto 40), os jornais limitavam-se aos títulos fixos ou rubricas (MELO, J., 1994). Atualmente é título-assunto invariável no *Diario de Pernambuco* o nome EDITORIAL, para definir a localização do texto, que traz títulos variáveis, temáticos e não-temáticos, de acordo com o conteúdo veiculado. Portanto, tanto o nome do jornal quanto o nome do gênero exerciam e exercem a função de elementos contextualizadores.

Os títulos variáveis são renovados ao longo do tempo. O *Diario de Pernambuco* nº 230, de 15/10/1845 (texto 27), por exemplo, comenta a importância d' A barca dos banhos, um espaço de lazer para a sociedade recifense da época. Só o título já demonstra aspectos culturais de um determinado contexto, o que revela a atualização dos títulos no tempo. Com base no estudo proposto por Travassos (2003a-b), o título é concebido como um elemento da macroestrutura textual composta por um conjunto de macroproposições (VAN DIJK, 1992). Uma forma de titulação comum no século XIX era a utilização de datas representativas que correspondiam aos acontecimentos marcantes da nossa história.

Ex.15:

(Texto 15)

Diario de Pernambuco-PE nº 167, p.1
07 de setembro de 1835

DIA 7 DE SEPTEMBRO

O Dia, em que hum Povo opprimido por largos | annos, saccode o pesado jugo, e proclama a sua In- | dependencia, he a epocha mais gloriosa desse Povo, | porque sem a Emancipação Politica raramente ha- | verá felicidade publica. O Brazil, colônia Portu- | gueza por mais de 3 seculos, o Brazil sujeito ao syste- | ma oppressor d'antiga Metropole, e reduzido a patri- | monio quase exclusivo dos nascidos em Portugal, não | podia por mais tempo suportar a ignominiosa isto- | ria; e neste Dia sempre inemoravel declarou solem- | nemente a seus oppressores, e a todas as Nações, que | era tempo de seqüestrar-se á vergonhosa tutella, e di- | rigir per si mesmo os seus negocios, tornando se in- | dependente. ||

Mil obstáculos se nos poseraõ por diante, a política | portugueza grandemente irritada envidou todos os | seus recursos, todas as suas forças; embusteu, in- | trigou, declarou-nos a guerra; mas tudo foi baldado; | por que o Brasil superou todas as difficuldades, e fi- | cou sobre si. No meio de tantos perigos, que de to- | das as partes nos acometião, empenhados em huma | causa, que tinha de decidir da nossa vida, honra e | Liberdade, a nossa união nos tornava fortes, respei- | taveis, e terríveis aos nossos inimigos; mas conse- | guido o bem, obtida a Victoria, a seguridade disper- | tou as paixões odiosas, que jazião adormeniadas á vis- | ta do perigo, e os nossos animos começarão a repar- | tir-se. ||

Regnum in se divisum disse a (Summe Verdade) | *dessolabitur*: e tal he o desgraçado estado, em que | nos achamos. As parcialidades pululão de todas as | partes, e sob o pretexto de bem publico está se cavã- | do a ruina da patria. O espirito de partido he a pai- | xão mais cega, e brutal, que pode afligir a huma So- | ciedade. D'aqui os baldões, injurias, e doestos, que | mutua, e rancorosamente se assacão; por que a tacti- | ca das parcialidades he deprimir os individuos de opi- | nião diversa para dest' arte desconceituar a mesma o- | pinião. E o que he, que se pode esperar desse recõ- | tro de paixões violentas, dessa luta de amor proprio | irritado, se não desaharmonia, desamparo do bem pu- | blico, e huma desordem geral? ||

Nós confessamos, que a Opposição ás malversações | do Governo he a aura vital, (por assim dizermos) do | Regimen Representativo: mas huma opposição sizu- | da, grave, e bem fundamentada não he o mesmo, que | huma raiva de [] assisada, que parece, que só se ende- | ressa a desapreciar o Poder, e soltar as rédeas mos- | tro d'anarquia. D'anarquia sim, que he quasi sem- | pre o fatal paradeiro desses odios exaltados, dessa so- | brepujança de discordias entre os Cidadãos de qual- | quer paiz. E haverá objeto mais horrível para as | sociedades, do que a anarquia? He esta a crize assus- | tadora, em que o homem em vez de ser livre com as | leis , segundo a energica expressão de Montesquieu, | quer ser livre contra ellas; estado medonho, em | que o que era regra chama-se constrangimento, o que | era crime denomina-se virtude, em que a força não he | outra cousa mais, do que o poder d'alguns individu- | los, e a desenvoltura o poder de todos, estado final- | mente, em que os restos de Liberdade tornão-se in- | suportaveis, e o povo passando quase sempre ao jugo | de hum tyranuo, perde até as vantagens da sua cor- | rupção. E em verdade (diz o profundo Thyera) n'arquia he, que se preparão os elementos de esca- | vidão, e quanto mais completa for aquelle, mais pro- | funda sera esta, quando se lhe seguir. ||

Sobre maneira magoados no fundo d'alma por ver, | como os proprios Brasileiro estugão o passo para a | desgraça commum, e estão dest' arte negociando a | ruina de todos, nós desejaremos possuir a eloquen- | cia viril de hum Demosthenes, ou a graça insinuat- | va de um Cicero para neste Dia de tanta gloria, nes- | te Dia de tão linsogeiras recordações, chamar a todos | á concordia, e ao grêmio da Grande Familia Brasi- | leira: nós exclamaríamos então como Anchises e | Enéas.

“Ne pueri, ne tanta animis assuescita bellas

“Neu patria validas in viscera vertile vires”

Ó meus filhos, deixai de fazer-vos tão funesta guer- | ra: cessai de lacerar as entranhas da vossa Patria, e | de empregar as vossas forças em a destruir. Se a | grão custo conquistamos Liberdade, não a queira- | mos perder por nossa imprudencia, e caprixo. Aten- | temos para o bem geral, sacrificando no Altar da Pa- | tria os vossos odios, as vossas intrigas, as vossas pai- | xões particulares, e dominados do verdadeiro Patri- | otismo sejamos unanimes em sustentar a Independen- | cia, a Constituição, e ao *Senhor Dom Pedro 2º*. Estes de- | vem ser os três Idolos de todo o Brasileiro honrado, e | verdadeiro Patriotas e taes são os sentimentos dos

Redactores.

São títulos temáticos, pois o conteúdo normalmente está direcionado ao desdobramento dos episódios em questão. Desse modo, a estreita relação que se estabelece entre o título e o texto, o que confere o valor perspectivo do primeiro, pode ser observada em passos consecutivos, de acordo, por exemplo, com as seguintes macroproposições abaixo:

- Macroproposição 1: A motivação para o Brasil lutar pela Independência. (parágrafo 1)
- Macroproposição 2: A superação das dificuldades e a união na luta pela Independência. (parágrafo 2)

- Macroproposição 3: A crítica à atual desarmonia provocada pelas paixões partidárias que diferem da causa comum que uniu o povo em prol da independência. (parágrafo 3)
- Macroproposição 4: A ameaça da anarquia fruto dos movimentos populares.(parágrafo 4)
- Macroproposição 5: A expressão do desejo dos redatores em promover a concórdia em consideração às recordações deste dia de glória: o “DIA 7 DE SETEMBRO”. (parágrafo 5)
- Macroproposição 6: a exortação do povo para sustentar a Independência, a Constituição e o Regente. (parágrafo 6)

É assim que podemos perceber a pertinência do título como um antecipador de expectativas e também como uma síntese que reforça o propósito do texto. Neste caso, o propósito é abrandar a insatisfação popular e de alguns órgãos partidários em memória do momento em que houve um interesse comum em prol da independência. Trata-se de um editorial produzido doze anos após a Independência por um jornal que estava assumindo um posicionamento favorável ao Monarca. Portanto, podemos perceber que o *frame*⁷¹ que foi antecipado e ativado no título (DIA 7 DE SETEMBRO = DIA DA INDEPENDÊNCIA) foi confirmado ao longo do texto.

Também são encontrados em editoriais do século XIX títulos não-temáticos, mas eles são mais raros que os temáticos. A necessidade de um ajustamento de *frame* no caso dos títulos não-temáticos pode justificar a preferência por títulos cujo processamento seja mais imediato. A sucessão de macroproposições do texto abaixo demonstra o teor irônico do título, que pode ser identificado e ajustado ao longo do processo de leitura e compreensão.

⁷¹ “Frames são unidades de conhecimento, organizadas segundo um certo conceito” (VAN DIJK, 1992)

Ex.16:

(Texto 72)
A Provincia nº 150, p.1
10 de julho de 1891

A PROVINCIA
OS PEIORES CEGOS...

Houve tempo em que os republicanos his-toricos, os inventados pelo movimento revo-lucionario de 15 de novembro affirmavam | ao Presidente da Republica que os actos do | Governo Provisorio eram os mais louvaveis | e acertados. ||

Pelo prisma porque viam as cousas, o Bra-sil nadava em mar de rosas e a confiança, | fóra do paiz, implantava-se no animo de | todas as nações com uma força irresistível, | tudo era feliz e esperançoso. ||

Então, o apoio franco e leal do valoroso | soldado, que teve o prestigio necessario para | derrocar as velhas instituições e fazer brotar | sobre os processos monarchicos a forma re-publicana, o governo opposto completamen-te diverso em sua essencia do que existia, | era divinizado, reconhecido como imprescin-divível á consolidação dos principios democra-ticos á transformação definitiva e perfeita do | paiz. ||

Mas o que é certo e está na consciencia | nacional, constituindo uma verdade incon-testavel no animo das nações amigas, e não | póde deixar de sel-o, porque a verdade é | vida, é que, pondo-se de parte as reformas | radicaes decretadas antecipadamente, deu-se | sob o dominio do primeiro ministerio da re-volução a inversão completa das praticas ra-cionaes que servem de normas invariaveis á | direção democratica dos paises mais adian-tados na gestão de certos ramos dos pu-blicos negocios. ||

Dir-se-hia que, a par da inversão constitu-cional do paiz, pretendida pela revolução, | procurava-se tambem virar de baixo para | cima os elementos de governo e com elles os | principios consagrados no direito publico, a | orientação das normas administrativas. ||

O que foram as pastas da Fazenda e da Agri-cultura nas mãos dos secretarios provisorios, | [ilegível] todos. ||

Nunca reinou maior confusão nos negocios | a elles referentes, e em certos assumptos re-gistraram-se factos comprometedores do | credito nacional e que tiveram a mais triste | repercursão no paiz e no estrangeiro. ||

Deixando o terreno politico, que so teve | uberdade para os germens de uma selecção | repugnante e abjecta, de intuição de perse-guição e terror, semeada pelos ministros re-cordemos ligeiramente a sorte da maior par-te dos Estados, alguns dos quaes foram en-tregues á senha de verdugos d povo e sof-feram a mais hedionda oppressão. ||

Não podia o denodado factor da Republica | sellar, com a sua responsabilidade, esse pacto | tremendo , no qual pseudos-historicos e re-publicanos de alluvião queriam dirigir a | nação, isolando-a, dispensando-a e promovendo pelos processos mais irracionaes e | ante-patrioticos o seu aviltamento. ||

Retirada a suspeição da nação e chamados | ao poder homens da sua confiança – porque | só assim era possivel republicanisar os ele-mentos monarchicos existentes, fazendo com|vencel-a de que a Republica era nacional e | não *historica* – todos aquellos que cavaram | profundo abysmo para n'elle afundar a pa-tria, mudaram de ponto de vista e começa-ram a ver tudo por um prisma diverso, tro-caram o optimismo pelo pessimismo. ||

Hoje, no dominio da mais stricta economia | dos dinheiros publicos, deante da legalidade | constitucional dentro do paiz e da recon-strucção do credito brasileiro no estrangeiro, | o Ministerio salvador da honra nacional, pro-cura sacrificar o Brasil e o benemerito Deo-doro é o responsavel por tão grandes males | de má fé phantasiados. ||

Virarão o governo, a politica e a justiça | pelo avesso, e vendo-a agora perfeita, radi-ante, infundindo a confiança em todos os | espiritos e soerguendo a patria brasileira do | abatimento em que a prostaram, voltão o | rosto e fingem ver em suas imagens os | mesmos aleijões por elles creados. ||

São estes os peiores cegos e os maiores | inimigos da patria e da Republica.

- Macroproposição 1: Visão positiva dos republicanos históricos acerca dos atos do governo provisório. (parágrafo 1)
- Macroproposição 2: Expansão da visão positiva para fora do país. (parágrafo 2)
- Macroproposição 3: A implantação da República sobre a Monarquia. (parágrafo 3)
- Macroproposição 4: Crítica às reformas radicais decretadas antecipadamente e que atingiram certos ramos dos negócios públicos. (parágrafo 4)
- Macroproposição 5: A inversão constitucional e as conseqüências para as normas administrativas. (parágrafo 5)
- Macroproposição 6: Questionamento sobre as pastas da Fazenda e da Agricultura sob o comando dos secretários provisórios. (parágrafo 6)

- Macroproposição 7: Triste repercussão da confusão nos negócios. (parágrafo 7)
- Macroproposição 8: A opressão sofrida pelos Estados, semeada pelos ministros. (parágrafo 8)
- Macroproposição 9: Crítica do jornal à forma de dirigir a nação, isolando-a. (parágrafo 9)
- Macroproposição 10: Mudança de visão dos republicanos históricos. (parágrafo 10)
- Macroproposição 11: Atribuição dos grandes males fantasiados ao Marechal Deodoro. (parágrafo 11)
- Macroproposição 12: Insistência dos republicanos iniciais em uma imagem avessa ao soerguimento da pátria. (parágrafo 12)
- Macroproposição 13: Os piores cegos são os que não querem ver as melhorias do país. (parágrafo 13).

A utilização do título “Os peiores cegos” está relacionada com o dito popular “o pior cego é o que não quer ver”, associação possível a partir do conhecimento de mundo do leitor. Neste caso, não se trata de uma cegueira real, ou seja, de uma deficiência visual, mas de uma maneira metafórica encontrada pelo jornal para criticar e ironizar a falta de reconhecimento dos republicanos históricos de que houve mudanças administrativas no país que superaram as suas. Só no fechamento do texto os leitores encontram uma referência explícita ao título que o justifica e reforça. São títulos como esses que revelam a carga opinativa que eles podem veicular.

A predominância de títulos temáticos com relação aos não-temáticos é um traço de continuidade do editorial, tendo em vista a ausência de exemplos destes nos séculos XX e XXI, no nosso *corpus*.

Passando a observar os títulos sob o ponto de vista lingüístico-discursivo, o quadro abaixo, baseado na tipologia proposta por Travassos (2003b) nos dá uma idéia das mudanças e permanências em termos de titulação do editorial.

Quadro nº 1: A titulação no percurso do editorial

Títulos	Tipos	Década/ano - Século
Interior	nominal	20 – XIX
Leis	“	“
Louca obstinação dos sectarios do poder absoluto	adjetival	“
Balla ao Cruzeiro: Soberania	nominal	“
O dia sete d’ abril	nominal	30 - XIX
Dia 7 de setembro	“	“
Considerações sobre o anno de 1837	“	“

As folhas do entrudo A barca dos banhos Novas cousas – novos nomes Quais são os anarquistas da província? Perfídia das perfídias	nominal “ adjetival oracional nominal	40 – XIX “ “ “ “
O dia 18 do corrente O ano de 1851 A Constituinte como these O partido republicano e a revolução de novembro Qual será o sorte do Brasil? O paiz Os partidos políticos	nominal “ “ “ oracional nominal “	50 – XIX “ “ “ “ “ “
Clama, ne cesse Clama, ne cesse	oracional “	60 – XIX “
A questão do Oriente Hospicio de alienados Guerra do Oriente	nominal “ “	70 – XIX “ “
As eleições de vereadores e juizes de paz A lei da abolição Reforma eleitoral Retrospecto político do anno de 1883 A confusão das línguas O nosso aniversario Luiz de Castro 13 de maio Consummatum est Consummatum!...	nominal “ “ “ “ “ “ “ “ oracional “	80 – XIX “ “ “ “ “ “ “ “ “ “
A opposição e as urnas Os peiores cegos Triste desillusão... A’s urnas Desassombrados Absolutamente injustificavel Expliquemo-nos Revisão constitucional Escolha de candidatos Calçamentos	nominal adjetival “ preposicional adjetival adverbial oracional nominal “ “	90 – XIX “ “ “ “ “ “ “ “ “
O carnaval A situação atual As contas de 45 Os rios, as pontes e os largos do Recife A hora agônica do cooperativismo Código tributário Imprensa e marketing O futuro chegou	nominal “ “ “ “ “ “ “ oracional	1902 – XX 1912 – XX 1947 – XX 1953 – XX 1967 – XX 1989 – XX 1998 – XX 1999 – XX
Medalhas e louros Participação indevida A herança do século XX Perdas evitáveis O apagão O sucedâneo do “Provão” Os transgênicos Direitos de todos Sigilo parlamentar Os cuidados com as pontes	nominal adjetival nominal adjetival nominal “ “ “ “ “	2003 – XXI “ “ “ “ “ “ “ “ “

Até chegar à titulação dos editoriais como encontramos hoje, o percurso dessa tradição discursiva revela diversas variações nesse sentido, que vão desde a inexistência de título à sua indispensável presença como um fator de organização de expectativas.

O quadro revela a progressão da utilização dos títulos ao longo dos três séculos. O século XIX representa o período de maior instabilidade, pois as décadas iniciais apresentam um número menor de textos intitulados, ao passo que nas décadas finais esse número aumenta e se mantém constante nos dois séculos seguintes.

Dos cem editoriais analisados encontram-se no quadro apenas os títulos específicos dos textos (os temáticos e os não-temáticos); os textos iniciados apenas pelos títulos-assunto, os títulos fixos, as rubricas e os contextualizadores não foram mencionados no quadro, porque não correspondem a títulos específicos para o texto, o que justifica a redução de ocorrência de títulos nas décadas em que predominava a utilização destes elementos. É o caso, por exemplo, da segunda e terceira décadas do século XIX.

Nesse elenco de títulos predominam as construções nominais, visto que a sua função é, sobretudo, informar sobre o conteúdo do texto. Como o título também é responsável pela motivação do leitor, alguns apelam para recursos chamativos como a exclamação e a interrogação, próprios dos títulos oracionais, como também apelam para os recursos gráficos, a exemplo do emprego do negrito. Por tratar-se de editoriais, o teor opinativo dos textos em alguns casos já ganha expressão nos títulos adjetivais. Ao que tudo indica, esses são os três tipos mais recorrentes no percurso dos editoriais.

Ademais, eram comuns textos que traziam como título uma data significativa como “Dia 7 de semptembro”, do *Diario de Pernambuco* nº 167, de 07/09/1835 (texto 15), e “13 de maio”, do jornal *A Provincia* Nº 111, de 17/05/1888 (texto 68). Também eram comuns títulos com a data do dia de circulação do editorial, abordando questões polêmicas do dia ou temas diversos, como demonstram *O Progressista* nº 10, de 22/07/1868 (texto 47), e *A Provincia* nº 52, de 11/03/1873 (texto 55).

No conjunto dos títulos temáticos e não-temáticos encontram-se títulos em latim, fazendo uso da eloquência e do argumento de autoridade, como fez o *Diario de Pernambuco* nº 263, de 19/11/1889 (texto 70); títulos com ênfase informativa, como o *Jornal do Recife* nº 146, de 01/07/1880 (texto 61); títulos com expressão opinativa, como o *Diario de Pernambuco* nº 257, de 14/09/2003 (texto 95).

Uma ocorrência mais rara é a utilização de antetítulo, título e subtítulo. Conforme Amaral (1997:54), “o antetítulo prepara o leitor para o título; o título é o anúncio propriamente dito da matéria; o subtítulo é o complemento do título”. *O Diario de*

Pernambuco n° 127, de 15/06/1829 (texto 10), retrata este caso, no qual o termo “Artigo Comunicado”, que designa a rubrica, faz a vez do antetítulo; a expressão “Balla ao Cruzeiro” é o título, e “Soberania” faz o papel do subtítulo. O autor ainda comenta o intertítulo que é usado dentro do próprio texto, separando assunto e promovendo pequenas pausas que facilitam a leitura; este tipo de ocorrência não foi encontrado nos editoriais analisados.

Na segunda década do século XIX, a identificação do editorial muitas vezes ocorria com base exclusivamente no conteúdo do texto, pois as pistas contextualizadoras, que normalmente aparecem no início do texto, como a indicação do gênero, nem sempre estavam presentes, como ocorreu com o *Diario de Pernambuco* n° 69, 30/03/1827 (texto 6). A informação contextual que este texto traz é o nome do jornal entre parênteses, no final do texto (O Portuguez de Lisboa), que funciona como uma assinatura indicando a autoria do texto. Era uma prática constante nesse século um jornal publicar textos opinativos de outros jornais.

Na década de trinta está entre os textos analisados o *Diario de Pernambuco* n° 162, 01/09/1835 (texto 14), sem dados contextualizadores do gênero, no início ou no final, e sem elementos perspectivistas; há simplesmente um texto assentado no suporte, cujo teor opinativo predominante mescla-se com o informativo, ficando totalmente a cargo dos leitores o reconhecimento do texto como editorial ou não, como a voz opinativa do jornal ou não. Em nossa leitura consideramos que nele a função editorialística é predominante.

Uma outra prática também encontrada na década de vinte que interferia na estrutura era a segmentação de um editorial publicado em diferentes edições do jornal, como já mencionamos. A cada número do jornal, um fragmento do texto era publicado, como ocorria com os romances da década de cinquenta. Nos dois casos, conta-se com a cooperação dos leitores no acompanhamento da seqüência para que o sentido do texto seja construído em sua totalidade. As marcas que indicavam essa seqüência de um mesmo texto eram situadas no início e no final dos editoriais, entre parênteses, indicando que se tratava de uma continuação de um texto anterior e que haveria continuidade no número seguinte. Esses editoriais não traziam títulos específicos, como exemplificam os textos 2, 3, 4 e 5 dos anexos. Funcionavam como um título anafórico (MOUILLAUD, 2002e), pois procuravam vencer o intervalo entre um número e outro.

Ex.17:

(Continuando do N° antecedente)

Como o destino pois de chegar so-|bre cada hum destes pontos a conclusões exactas (...)

Os fins que se propoem a Ley, | quando castiga semelhantes acções são | dous: 1. reparaçãõ da injuria; 2. pre-| vençãõ para o futuro.

(Continuar-se-há)

(Diario de Peranmbuco n° 28, 06/02/1827 – texto 2) (grifo nosso)

Essas formas de apresentação estrutural dos editoriais não foram encontradas nas décadas seguintes no nosso *corpus*, o que revela um traço de mudança em busca de outras possibilidades de organização.

Dentre essas possibilidades estão os editoriais que, apesar de alguns não apresentarem títulos em sua estrutura, eram identificados pelo nome do gênero, que se situava no local do título e possivelmente assumia o seu papel. Essa identificação continuamente passou a designar não o gênero, mas uma rubrica específica dentro do corpo do jornal para situar o gênero, assumindo a função de um elemento contextualizador, com destaque gráfico em redondo (cor em tom mais claro), com letras grandes e situado na parte superior da página, distinguindo-se por completo da função do título no texto, como ocorria no passado. Essa forma de apresentação estrutural do texto foi observada no final do século XX, no *Diário de Pernambuco* nº 366, 01/01/1999 (texto 90) e se mantém até o momento, passando por uma pequena alteração.

Ex.18:	Editorial DIARIO DE PERNAMBUCO Recife, sexta-feira, 1 de janeiro de 1999 O futuro chegou
--------	---

Semelhantemente ao que ocorreu com o nome do gênero aconteceu com o nome do jornal, ao funcionar como um elemento contextualizador delimitando no corpo do jornal o espaço reservado ao editorial. A partir da década de trinta do século XIX há casos, entre os textos analisados, em que os editoriais, nesse espaço situados, ora apareciam sem título ora com título. Essa forma de delimitação do editorial dentro do suporte perdurou até o século XX. Um traço diferenciador nesse percurso do editorial entre o primeiro e o segundo século mencionado consiste na progressiva utilização sistemática da titulação.

A partir da década de sessenta do século XIX, tornou-se prática comum o acréscimo de mais um elemento contextualizador ao editorial. Trata-se do local e da data da redação ou da publicação do jornal. Situado na área normalmente destinada ao título, essa informação poderia fazer parte da apresentação estrutural do texto das seguintes formas:

- acompanhando o nome do jornal e sem título específico

Ex.19:	A PROVINCIA Recife, 5 de novembro de 1872
Se há verdade que esteja fora de constestação [sic] séria, é certamente a que indicamos no precedente artigo a as- ber [sic]- que a monarchia, que faz parte elementar do nosso governo, não é uma monarchia legitima e sim representa- tiva. (...)	
(A Provincia nº 18, 05/11/1872 – texto 53)	

Nesse caso, constatamos que o título não foi uma constante no percurso do editorial. Sem ele o leitor não tinha como antecipar expectativas a respeito do conteúdo do texto, pois os conteúdos eram bem variados, podendo ser um assunto em evidência no dia ou temas recorrentes, como a questão da monarquia, abordada no texto acima. No entanto, o fato é que a história do editorial revela uma constituição processual na qual a ausência ou a presença do título, indispensável nos editoriais do momento, não descaracterizou a sua finalidade comunicativa nem a sua função social. O título foi acrescido ao texto como um elemento a mais na sua macroestrutura, mas no caso dos editoriais não é condição para a sua utilização nas práticas sociais. O emprego sistemático dos títulos nos editoriais é realmente um ganho do final do século XIX.

A utilização do local e da data no “cabeçalho” do editorial remete à raiz epistolar do editorial que, entre outras marcas, como a autoria de alguns textos assumida pelos redatores, confere ao texto a possibilidade de ser designado, também, como **carta do redator** ou **do editor**, como encontramos em alguns periódicos da atualidade, inclusive com a assinatura do editor ou diretor da empresa.

- acompanhando o nome do jornal e com título específico

Ex.20:

Diario de Pernambuco
Sábado, 10 de janeiro de 1953
O rio, as pontes e os largos do Recife

Das duas uma: ou a Prefeitura se decide a rever, num elevado | sentido urbanístico, a localização de bombas de gasolina e postos de | lavagem de automóvel e refúgios destinados á venda de refrigerantes, | bombons e outras bugingangas, ou o Recife, dentro em pouco, estará | completamente descaracterizado. || (...)
(Diario de Pernambuco nº 8, 10/01/1953 – texto 86)

Nos textos em análise, o primeiro registro desse tipo de estruturação pré-textual encontra-se na década de setenta e, em ocorrência simultânea com outras apresentações estruturais, chegou ao século XX. Isso revela que à medida que os gêneros foram assumindo autonomia e complexidade houve uma natural necessidade de sistematizar, em sua estrutura, os componentes próprios de cada gênero.

O editorial, até que se chegasse a uma titulação sistemática, passou por diferentes tipos de composição de títulos. Na medida em que a função do gênero foi sendo definida e que houve uma centração temática mais evidente em cada texto, o título foi adquirindo importância discursiva e visto não só como um mero ornamento para o texto.

Por fim, a observação da estrutura do editorial tanto em termos superestrutural quanto macroestrutural revela que essa tradição discursiva passou por mudanças constantes, mas

permaneceu com traços que o fizeram perdurar e ser reconhecido no contínuo da sua história. Portanto, todas as modificações organizacionais aqui pontuadas revelam os processos de adaptação da tradição discursiva a sucessivos contextos sócio-históricos, sem provocar, com isso, a interrupção do seu percurso.

CAPÍTULO 6

TRAÇOS DE MUDANÇA E DE PERMANÊNCIA NA DIMENSÃO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA

Uma das características marcantes do editorial jornalístico durante todo o século XIX, como já dissemos em capítulos anteriores, é a contundência dos textos. É interessante observar o quanto os textos de 1820, 1830 e das demais décadas diferem dos editoriais produzidos nos séculos XX e XXI. Os jornais do século XIX apresentavam tendências bem diferentes, seja pela opção política, pelos assuntos de maior enfoque como economia e política, pela organização esquemática ou lingüístico-discursiva.

Essa diversidade, evidentemente, acarreta formulações diferentes, com estilos diferentes, mas com um traço comum na época: a veemência da linguagem utilizada e a extensão dos textos. No caso dos editoriais coletados, foram encontrados textos, considerados como os primeiros modelos de editorial, com dezoito parágrafos, como o *Diario de Pernambuco* nº 19, 24/01/1857 – texto 40, e *O Paiz* nº 2, 04/02/1856 - texto 38, com quatorze parágrafos bem extensos, com uma pontuação pouco definida e dispostos em colunas corridas, como vimos no capítulo anterior.

Além da pontuação, neste capítulo, discutiremos a continuidade ou a ruptura de alguns componentes da microestrutura do texto que refletem na sua macroestrutura. São três aspectos observados com alguns dos seus respectivos traços constitutivos, a saber: a argumentação, a proximidade comunicativa e as características do português brasileiro.

6.1 Elementos constitutivos da argumentação

O editorial é considerado um texto argumentativo porque a sua estrutura dominante é argumentativa, mas isso não significa que se constitua deste único tipo discursivo. É possível, como vimos, que se mescle com outros tipos (narração, descrição, exposição), desde que a argumentação seja dominante. Isso significa dizer que, para que um texto constitua o ato de argumentar, ele deve revelar em sua totalidade marcas desse ato. Essa totalidade é formada de partes menores do discurso que também contribuem para revelar esse ato. Pelo critério da presença em evidência nos textos em análise, serão abordados dentre os elementos

constitutivos da argumentação os seguintes: o ponto de vista discursivo; a modalização; a adjetivação; a citação; a pergunta retórica; e a repetição de efeito enfático.

6.1.1 Ponto de vista discursivo

Um dos critérios para a seleção dos textos que apresentavam o gérmen do editorial jornalístico no século XIX foi o ponto de vista discursivo, ou seja, a quem atribuir as palavras do texto. O editorial é a expressão de um ponto de vista assumido pelo jornal acerca dos mais diversos assuntos. Esse é um traço distintivo dos editoriais com relação às notícias.

Mesmo na época em que informação e opinião não estavam totalmente demarcadas nos textos jornalísticos, é possível encontrar alguns textos exclusivamente informativos, como os avisos de entrada e saída dos navios no Porto do Recife e os anúncios de fuga de escravos, e encontrar textos com uma tomada de posição, com sustentação de tese e apresentação de argumentos para justificá-la.

No segundo caso, marcas lingüísticas, como a adjetivação, a modalização e o uso constante da primeira pessoa do plural, evidenciam o ponto de vista discursivo. Os fragmentos abaixo ilustram bem essa ocorrência.

Ex. 1: ... manifestamos no nosso primeiro artigo o desgosto profundo que nos tem produzido a maneira Libia, irregular e ante-canônica, porque vai sendo regido [[regido]] um dos bispados mais importantes do imperio.
(Diário de Pernambuco nº 26, 01/02/1860 – texto 41)

Ex. 2: Entretanto, confessamos, nunca usamos | dessa faculdade invidável e necessaria sys-
|tematicamente, afastando-nos dos princípios | da verdade e da justiça – que devem servir | de norma
invariável ao jornalismo...
(A provincia nº 147, 07/07/1891 – texto 71)

Nos dois exemplos o emprego da primeira pessoa do plural refere-se à instituição jornalística; no primeiro caso, expressa uma tomada de posição e no segundo uma autopromoção. Outro uso bastante freqüente da primeira pessoa do plural é o que inclui a pessoa que fala e os possíveis leitores como membros de um mesmo grupo. No caso do editorial a referência é feita à nação, ao povo, aos cidadãos etc. Nesse contexto, a primeira pessoa do plural representa um elevado grau de envolvimento, colocando em um só patamar o que fala e os que lêem/ouvem. Este tipo de recurso lingüístico permaneceu com evidência nos editoriais atuais. Deve-se essa variável argumentativa à versatilidade dêitica do pronome “nós” (DUCROT, 1987) e sua expansão para além da pessoa restrita (BENVENISTE, 1988).

Ex. 3: Porem se nos lembrar-mos de | organizar hum partido ao nosso Presidente, se elle tiver o descuido de acceitar, .. talvez as cauzas não marchem também, | como nós desejamos, e do que he | digno o *Excelentíssimo Senhor Camargo*.
(Diario de Pernambuco nº 25, 31/01/1837 – texto 16)

Ex. 4: Estamos todos lembrados do go-|verno Cordeiro de Farias e dos dias an-|gustiantes aqui vividos.
(Diario de Pernambuco nº 9, 10/01/1989 – texto 88)

De acordo com Lopes (2002), a partir do século XIX tem início o uso efetivo do *a gente*⁷² como pronome, cujo referente é “todo mundo (todas as pessoas), inclusive ‘o eu’”, é uma expressão correspondente a “nós”. Para isso, segundo a autora, houve um processo de pronominalização do substantivo *a gente* (o povo, as pessoas), com o emprego mais representativo no século XIX, configurando este período como uma transição nesse processo de gramaticalização.

É curioso observar que nos editoriais analisados não houve registro das duas formas de *a gente*, o que sugere que não havia um uso generalizado nas tradições discursivas. O editorial, como um exemplar do português escrito culto e formal do Brasil, não acusa esse tipo de ocorrência. Nesses textos, os termos correlatos ao substantivo *a gente* são *o povo*, *a nação*, *os cidadãos* etc; e ao *a gente* pronominal é o “nós”.

Ex. 5: Aproxima-se o entrudo; e ainda teremos | de ver as loucuras, e barbaridades desses | dias, em que parece, que o povo perde de | todo o juizo, e o pudor.
(Diario de Pernambuco nº 27, 04/02/1842 – texto 23) (grifo nosso)

Um fator que pode motivar o emprego do *a gente* pronominal é a variação de estilo ou de registro das tradições discursivas; nas mais coloquiais, como as peças teatrais e as crônicas, ele ocorre; nas mais formais, como os editoriais, a preferência é do pronome

“nós”. Já do século XX até os nossos dias, aumenta o prestígio do pronome “se”, com um emprego quase absoluto, em detrimento do “nós” e “ele” (CAVALCANTE, 2002).

Temos, então, a utilização predominante, no século XIX, da primeira pessoa do plural e a predominância, hoje, da terceira pessoa do singular, fato que corresponde a um dos fatores visíveis de mudança no tocante ao ponto de vista discursivo. Essa alteração notadamente reduziu a contundência do texto, tornando-o mais impessoal e objetivo, mas manteve a autoria do discurso. O que mudou, ao que tudo indica, foi a forma canônica do jornal contemporâneo: não é mais |eu digo isto|, mas |X disse isto| (TÉTU, 2002).

⁷² “Antes disso mais precisamente entre o século XVI e a primeira metade do XIX, há exemplos esporádicos em que *a gente* apresenta ambigüidade interpretativa, ou seja, tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas” quanto variante de nós” (LOPES, 2001:141).

6.1.2 Modalização

Além dos pronomes, por meio da adjetivação, da modalização e da repetição, entre outros recursos, tecem-se no editorial os argumentos que fomentam as opiniões. Segundo Dubois et al (1973:414), a modalização ocorre quando “*a adesão do falante a seu discurso é sentida pelo interlocutor ora como sublinhada, ora como evidente, ora em baixa*”. Ela representa um elemento de permanência dessa tradição discursiva e merece ser observada tanto pelo aspecto argumentativo, com modalizadores pontuais, quanto pelo aspecto mais geral, como modalidade discursiva, na qual podem ser percebidos o ponto de vista discursivo e o grau de envolvimento com as opiniões contidas no texto.

Assim, há nos editoriais do século XIX e também nos atuais pistas lingüísticas que revelam o jogo argumentativo e o posicionamento do jornal por meio dos modalizadores. No exemplo abaixo está nítido o posicionamento assumido pelo jornal acerca do assunto em questão, tendo em vista a presença do modalizador “no nosso entender” e as demais pistas lingüísticas que sinalizam essa interpretação.

Ex. 6: ...nos ocuparemos hoje da apreciação de um facto, que mais clamores tem excitado, e que no nosso entender importa uma violação flagrante dos canones do Concilio de Trento, e das leis que regulam as attribuições dos dous poderes no estabelecimento de officios e beneficios ecclesiasticos.
(Diario de Pernambuco nº 26, 01/02/1860 –texto 41) (grifo nosso)

Nesse exemplo há a evidência de um ponto de vista assumido por meio da expressão modalizadora (KOCH, I., 1995) “no nosso entender”, do mesmo modo que ocorreu no fragmento abaixo com a oração “Não há, pois, nenhuma dúvida”, sinalizando a continuidade desse recurso, de forma ainda mais enfática por iniciar o enunciado.

Ex. 7: Não há, pois, nenhuma dúvida de que o momentum de ambas as reformas é exatamente este. O governo tem razão de sobra em acelerar o passo do Parlamento e os próprios passos na diligente carreira para reformar alguma coisa que vinha torto já de inúmeros anos.
(Diario de Pernambuco nº 257, 14/09/2003- texto 95) (grifo nosso)

Para Camara Jr. (1989), os modos verbais que assinalam o “modo” de entender o que se comunica (certeza, dúvida, suposição, descrença, repulsa, simpatia, anelo, etc.) tende a simplificar-se dentro da cultura moderna. O modo passa a ser expresso por advérbios (talvez, neste caso, por certo etc.).

Ex. 8: Ha factos, que dispensam commentarios, e um delles é, por certo, aquelle acto de inqualificavel attentado contra a liberdade da imprensa!
(Provincia nº 52, 11/03/1873 – texto 55) (grifo nosso)

Ex. 9: O que, talvez, consiga, mas numa | vitória que será de Pirro, porque o pro-|jeto do novo Código Tributário já se en-|contra, violentamente, contestado por | segmentos dos mais importantes de | nossa sociedade.
(Diário de Pernambuco nº 9, 10/01/1989 – texto 88) (grifos nossos)

Nesses casos, nos dois primeiros, com o uso de orações modalizadoras, e nos dois últimos, com o uso de um advérbio ou locução adverbial, está explícito o propósito comunicativo: expor uma opinião. Esse traço característico do editorial é um fator de permanência que denota uma entre várias estratégias argumentativas.

De acordo com os postulados de Ilari et al. (1990), os advérbios modalizadores são aplicados às sentenças inteiras, atribuindo-lhes qualificação, portanto, fazem parte dos advérbios predicativos, fundamentais nas ações argumentativas. Considerando em nossa análise o marcador discursivo como um marcador argumentativo, percebemos que esta função do advérbio já havia se estabelecido nos editoriais do século XIX e continua nos atuais.

Ex. 10: Não se pode com tudo duvidar que | a imprensa he hum instrumento pecu-|liarmente adoptado para commentar | todas a casta de injuria e de calummia | contra a reputação dos individuos...
(Diário de Pernambuco nº 28, 06/02/1827 – texto 2) (grifo nosso)

Ex. 11: ... o Bra-|sil, que soube triunfar da traiçao' de Dom Pe-|dro, quando ainda poderoso, e ladeado dos | seus Janisaros, não' deixará certamente que | elle reempolgue a preza, e venha saciar-se a | si de vinganças, e a nós de approbrios, e | desgraças.
(A Quotidiana Fidedigna nº 132, 07/04/1834 – texto 11) (grifo nosso)

6.1.3 Adjetivação

A extensão e a contundência dos textos podem ser atribuídas, por exemplo, à incidência de adjetivação, à repetição enfática, ao detalhamento informativo e descritivo, à inserção de citações, inclusive em língua estrangeira, entre outros.

A adjetivação é uma das marcas dos textos opinativos. Entretanto, o que chama a atenção é a incidência desse recurso nos textos do século XIX, com relação aos editoriais veiculados hoje. O elevado emprego dos adjetivos chega ao ponto de sair uma publicação com uma seqüência de insultos⁷³ divulgada diariamente no *Liberal Pernambucano* durante vários dias.

Ex. 12: Dia 11 de dezembro – Foram insultadas 3 pessoas pelos seus próprios nomes e uma por allusaõ, os epithetos injuriosos mais usados foram de covarde indigno, cão hydrophobico, charlatão, miserável, mão leprosa, baixo instrumento, vil escravo, energumeno, bebado, intrigante, insolente, o lugar do negro he na

⁷³ “Os insultos podem chocar; podem entreter ou divertir. Perenes como indicadores e produtos do conflito humano, eles estão presentes em todas as culturas e línguas...” (GARRIOCH, 1997: 121). De acordo com o autor, a sua função social adapta-se à estrutura social e às condições de uma sociedade específica em uma dada época.

cosinha, ou no topo da escada, vendido, roubador do estado, carrasco. Foram igualmente injuriados os membros do partido conservador com os epithetos de aventureiros desordeiros, fraudulentos, sicarios, bandidos, espoletas, escravos.”.
(Diario de Pernambuco n° 19, 24/01/1857 – texto 40)

Para Amaral (1997:79), “*injúrias, ofensas e agressões pertencem ao panfleto. O pior defeito do editorial é o ataque pessoal e se conhece logo o mau editorialista quando procura esse caminho fácil. O editorialista deve ser um bom argumenador*”. Não servindo apenas aos insultos, aos argumentos *ad hominem* e *ad populum* (GARCIA, 1996), a adjetivação, associada a outros recursos, também é utilizada nos textos do século XIX como um dos fatores de emissão de opinião mais expressivos. É comum a presença de substantivos acompanhados de mais de um adjetivo, muitas vezes antepostos como mostram os trechos abaixo:

Ex. 13: ...ficação aniquiladas as matracadas luciferinas do monotono Cruzeiro...
(Diario de Pernambuco n° 127, 15/06/1829 – texto 10)

Ex. 14: Deixemos, porem, o velho e decahido imperador seguir o seu destino e cuidemos do patria. É tempo de todos nos acercarmos da sua effigie de rodeal-a de affagos e carinhos, de cercal-a de cuidados e desvelos, de amal-a emfim, com mais estranhado amor, sacrificando no seu altar ódios e despeitos, preconceitos e ambições [sic], pezares e desgostos, em uma palavra, todos os mãos sentimentos, todos os vícios e todos os defeitos.
(Diário de Pernambuco n° 263, 19/11/1889 – texto 70) (grifos nossos)

No caso acima fica notório o caráter incisivo da linguagem, na medida em que outros recursos lingüísticos, além da adjetivação, localizada na primeira linha, entram em cena. É o caso da seqüência gradativa dos verbos *rodeal-a*, *cercal-a* e *amal-a*; da redundância dos pares dicotômicos *odios e despeitos*, *preconceitos e ambições*, *pezares e desgostos* e da repetição enfática de termos correlatos semanticamente: *todos os mãos sentimentos*, *todos os vícios* e *todos os defeitos*. Se houve mudanças nesses aspectos é porque elas cederam à finalidade comunicativa (SCIMIDT-RIESE, 2002b) dos tempos modernos.

Não podemos deixar de ressaltar que faziam parte da constituição extensa dos primeiros editoriais longos e detalhados trechos informativos e descritivos que funcionavam como suporte para os comentários e opiniões acerca do assunto principal. O fragmento abaixo é um bom exemplo dessa peculiaridade.

Ex. 15: A barca dos banhos salgados que hoje possui o Recife sobre o rio, acha-se effectivamente aberta desde 24 de junho do anno passado, depois de muitas difficuldades que teve de vencer o seu proprietário, o Sr. José da Maya, para a pôr no estado de segurança e asseio em que ella se acha. Por muitas vezes a temos visitado, e havendo sido testemunha da ordem e decência que ahi se conserva no serviço. Oito banheiros,

com capacidade para famílias de seis a oito pessoas, metade dos quaes destinados exclusivamente para as senhoras e por tal arte construidos todos que não he possivel vêr-se de um quem n'outro se banha, guarnecem commodamente toada a barca. A agoa sobe á altura de 5 palmos em todos os banheiros, e achão-se elles circulados de varinhas de ferro, por cujos intervallos passa livremente a agoa com a corrente de maré e com a imensa rapidez que todos conhecem em semelhante lugar, o que torna a agoa sempre batida e limpida nos banheiros.

(Diario de Pernambuco nº 230, 15/10/1845 – texto 27)

Nesse texto, o jornal posiciona-se favoravelmente ao empreendimento denominado A BARCA DOS BANHOS, cujo proprietário é o Sr. José da Maya. Para fortalecer a argumentação, são inseridas narrações e descrições detalhadas do espaço destinado ao lazer, que fundamentam a posição tomada, mas, por outro lado, estendem o texto. O que esse exemplo revela é a ampla utilização dos adjetivos no estilo jornalístico inicial; já nas versões atuais, a recomendação é usá-los com cautela (NOBLAT, 2003).

6.1.4 Citação

A inserção de citações também é outro vetor de argumentação dos textos do século XIX. Não era difícil encontrar nos textos alusões a célebres personalidades com citações em português ou latim e francês⁷⁴, para dar mais requinte ao texto e, por que não dizer, demonstrar a erudição acadêmica do produtor, como retrata o exemplo seguinte:

Ex. 16: ...nós exclamariamos então como Anchises e Eneas.

“Ne pueri, ne tanta animis assuescita bellas

“Neu patria validas in viscera vertite vires”

(Diário de Pernambuco nº 167, 07/09/1835 – texto 15)

Algumas citações vinham seguidas da tradução em português, situada no corpo do texto.

Ex. 17: ... Rousseau fallando ao remexidos Polo|nezes – La liberte est um aliment de bom | sue, mais de fort digestion; il faut des es-|tomacs bien sains pour le supportes. Je ris | de ces peuples avilis que se laissant a menter | par de ligeurs osont parler de liberte dès esclaves, s'imaginent que pour ètre libres il suffit d'être de mutins. | “A liberdade he alimento substancioso, | mas difícil de digerir-se; só estomagos ro-|bustos podem com elle. Rio-me desses po-|vos envelecidos, que, dando ouvidos a al-|guns revolucionários atrevem-se a falar de Liberdade, sem saber o que ella seja; e, tendo em seos corações os vícios da escura-|vidaõ, persuadem-se que para serem livres | basta sò amotinarem-se.

(Diário de Pernambuco nº 29, 06/02/1829 – texto 7)

⁷⁴ Na Europa, no século XV, o latim era usado na lírica e na épica, na poesia e na prosa, na ficção e na não-ficção. Na França, a fundação do *Journal de Savants*, entre outros periódicos, no final do século XVII, contribuiu para o estabelecimento do francês como a nova língua da comunidade de cultura, mas as obras de erudição continuaram sendo escritas em latim, como, por exemplo, já no século XIX, a tese suplementar para o doutorado (BURKE, 1995: 61-63). No Brasil, no início da República, Português, Latim e Francês eram as línguas que o brasileiro culto precisava saber bem (FREYRE, 1990:168).

A citação é um procedimento tipificado para a representação da intertextualidade (BAZERMAN, 2003). O seu emprego é comum nos gêneros de pesquisa e sua presença nos editoriais contribui para a constituição da aparência acadêmica das primeiras versões desse texto jornalístico; sua manifestação mais comum é em forma de discurso direto. O recurso ao discurso do outro é utilizado pelo jornalista para, além de “fazer-saber”; “fazer-criar”, pois os locutores estão investidos da autoridade de um poder dizer (MOUILLAUD, 2002i).

Normalmente as citações eram utilizadas com propósitos argumentativos, mas davam também uma aparência mais literária e científica e menos jornalística às primeiras versões dos editoriais. Se essas citações ocorriam é porque os autores sabiam a que tipo de leitor o texto estava sendo direcionado, pois, segundo Sousa (2004: 64), “*a argumentação em editoriais alimenta-se da dimensão interacional da linguagem na medida em que o texto é produzido estrategicamente a partir de um jogo de imagens que o editorialista tem de seus interlocutores*”.

Como o editorial é um exemplar de texto formal, os leitores imediatos fazem parte da elite letrada. Partindo dessa imagem dos seus interlocutores, os editorialistas não poupavam demonstrações de erudição que servissem para enriquecer a argumentação, por meio dos argumentos de autoridade, como também para preservar a imagem do jornal. Inevitavelmente, as citações em língua estrangeira, entre outros símbolos de *status* lingüístico, sujeitaram-se às mudanças ocorridas ao longo do tempo (BURKE, 1995).

6.1.5 Pergunta retórica

Além da citação, um outro recurso retórico que foi utilizado com muita frequência e que também remete a um traço de permanência nesta tradição discursiva são as perguntas retóricas. Esse tipo de pergunta tem a função persuasiva, não se destina a ter resposta e consiste em um dos mais eficazes recursos argumentativos (GOMES, 1999).

Em certos casos, esse tipo de construção apresenta um tom de ironia, sátira e sarcasmo que reforça o tom crítico dos textos. Das muitas ocorrências, foram selecionadas duas, uma do século XIX e a outra do século XXI.

<p>Ex. 18: E como não será assim, se no Brazil todos entendem por legalidade o seu interesse, como outr’ora cada hum tomava a liberdade politica por a execução dos seus caprixos? (Diario de Pernambuco nº 162, 01/09/1835 – texto 14)</p>

A segunda ocorrência tomada como exemplo representa a permanência desse recurso argumentativo no percurso do editorial.

Ex. 19: Qual o esquema brasileiro? De que dispositivo dispõe o nosso país, no sentido de ir descobrindo e treinando os jovens dotados de aptidão atlética?
(Diário de Pernambuco nº 229, 17/08/2003 – texto 92)

Esses fatores de composição do editorial do século XIX sofreram reduções e não são encontrados nos editoriais de hoje com a mesma intensidade, conseqüentemente os textos são mais enxutos e objetivos.

6.1.6 Repetição

O nosso olhar acerca da repetição tem em foco as unidades lexicais e as composições sintagmáticas. Não nos deteremos na observação da repetição coesiva, que, dentre os outros meios de coesão e continuidade textual, exerce um papel essencial na composição dos textos (ANTUNES, 1996). Nem nos ocuparemos da sua ocorrência acidental, para a qual se voltam as prescrições e as sugestões de utilização de elementos substitutivos como: sinônimos, pronomes anafóricos, omissão da palavra, construção adequada da frase (CAMARA JR., 2003); usos alternativos adquiridos com o desenvolvimento da competência escrita.

Dentre os tipos de repetição centraremos a nossa atenção nos casos de repetição reiterativa de efeito enfático, situada no interior da retórica (ANTUNES, 1996; ANTUNES, 2005), cuja função é “*insistir teimosamente para convencer e suggestionar*” (CAMARA JR., 2003:145).

Ex.20: ... dirá com sigo mesmo “os aulicos fizeraõ a-|bominavel o rosto de meu avô, os auli-|cos expelirão meu pae do paiz, que elle havia | salvado, os aulicos p [sic] enganarão, os aulicos | o perderão emfim...
(Diário de Pernambuco nº 79, 07/04/1840 – texto 21) (grifos nossos)

É possível encontrar esse tipo de repetição principalmente na primeira metade do século XIX, na qual o emprego repetitivo de um item lexical tinha como propósito retratar a ênfase própria dos discursos acalorados. Já na segunda metade desse século e nos seguintes há uma redução tão significativa que não temos exemplos a apresentar no nosso *corpus*, exceto, evidentemente, as repetições que promovem a coesão e a continuidade do texto.

Em termos sintáticos, representa recorrência de partes de uma estrutura que pode favorecer a argumentação, o envolvimento do leitor ou mesmo a opção por uma construção sintática e semântica mais enfática. A finalidade desse tipo de repetição é a intensificação,

pois “quanto maior a quantidade de linguagem igual – em posição igual – maior volume de informação” (FÁVERO, ANDRADE & AQUINO, 2002:62).

É provável que o que a tornou rarefeita nos séculos seguintes foi a simplificação sintática e o enxugamento (redução do tamanho) dos editoriais, motivado pela redução do espaço gráfico que culminou na economia lingüística. Sua freqüência na primeira metade do século XIX era tão alta que um só texto poderia apresentar em sua constituição dois ou três casos da repetição enfática, como ocorreu com *O Capibaribe* nº 52, de 16/12/1848 (texto 30). Os fragmentos retirados do mesmo texto são os seguintes:

Ex.21: E na verdade um partido politico, que se diz | taõ poderoso, um partido politico, que alardêa de ter em seo seio a província toda: um partido politico, que se proclama Nacional, não tem ne-|cessidade de recorrer a esses mecos para apresen-|tar um movimento qualquer. (grifos nossos)

Ex.22: Conhecemos perfeitamente o caracter per-|nambucano: nenhum povo tem mais amor e de-|dicação á liberdade, nenhum povo é capaz de | maiores sacrificios em prol della, quando ella re-|almente é atacada; mas nenhum povo tambem | tem um espirito de ordem tão desenvolvido, ne-|nhum povo é mais obediente ao governo legiti-|mo, nenhum povo é mais fiel (grifos nossos)

Nos dois casos a repetição de composições sintagmáticas na posição de sujeito pode tornar a unidade de sentido menos complexa, reforçar a argumentação, mas deixa o período mais longo. A repetição de “um partido politico”, no primeiro caso, e de “nenhum povo”, no segundo, revela a opção pelo desdobramento dos sintagmas em orações subordinadas ou coordenadas. Se nos editoriais do século XIX a veemência da linguagem e a aproximação com a oralidade davam margem a essas construções sintáticas, nos séculos XX e XXI, a tendência é apresentar os sintagmas nominais na posição de sujeito de um lado e os sintagmas verbais do outro, o que possibilita a veiculação de uma quantidade maior de informação concentrada numa unidade de idéia menor.

Ex.23: A Prefeitura tem ou não tem uma Diretoria de Obras? Tem ou | não tem uma repartição dita de censura estetica? E se tem uma | cousa e outra, como é que permitem atentados de tal natureza? (Diario de Pernambuco nº 8, 10/01/1953 – texto 86) (grifo nosso)

Esse fragmento revela que a repetição enfática, com função argumentativa passou por um processo de redução. O sintagma nominal “A Prefeitura” aparece uma única vez nesta unidade de idéia e é retomada elipticamente nos dois períodos seguintes, evitando, com isso, a sua repetição. Segundo Noblat (2003), são características dos jornais atuais a ordem direta, a simplicidade, as frases curtas, a concisão e a clareza. Sendo assim, os fragmentos de 1848 poderiam assumir hoje estas possíveis feições:

“E na verdade um partido político, que se diz tão poderoso, alardeia ter em seu seio a província toda e se proclama Nacional, não tem necessidade de recorrer a esses meios para apresentar um movimento qualquer”.

Nessa versão o sintagma nominal, na posição de sujeito, “um partido político” só ocorre uma vez, tem o sentido complementado pelo sintagma verbal da oração principal “não tem necessidade...” e é retomado pelo pronome relativo “que” nas orações subordinadas adjetivas, que estão intercaladas entre os dois sintagmas e coordenadas entre si. Vejamos como ficaria a outra versão.

“Conhecemos perfeitamente o caráter pernambucano: nenhum povo tem mais amor e dedicação à liberdade, é capaz de maiores sacrifícios em prol dela, quando ela realmente é atacada; mas nenhum povo também tem um espírito de ordem tão desenvolvido, é mais obediente ao governo legítimo e mais fiel”

As cinco ocorrências do sintagma “nenhum povo” foram reduzidas a duas. A primeira encabeça a coordenação de sintagmas verbais referentes à luta pela liberdade e a segunda introduz uma oposição marcada pelo conectivo “mas”, cujos sintagmas verbais coordenados expressam que, apesar da luta pela liberdade, a ordem e a obediência são mantidas. Esses fragmentos foram simulações da linguagem jornalística utilizada nos editoriais atuais, mas o exemplo abaixo confirma a redução da repetição de componentes sintáticos em um editorial mais recente.

Ex.24: O poder isola, dificulta contatos e afasta ami-|gos.
(Diário de Pernambuco nº 366, 01/01/1999 – texto 90) (grifo nosso)

Nesse caso dá para visualizar bem a tendência atual dos textos jornalísticos em apresentar o sintagma nominal de um lado e os sintagmas verbais, coordenados entre si, do outro. Percebemos também nesse processo paulatino de enxugamento dos textos, a construção de unidades de idéia, parágrafos, menores e de períodos mais curtos. Se houve ganhos em termos de redução do texto, houve também perdas em termos dos efeitos retóricos e criativos. Essa é, portanto, a preocupação que Preti (2000) demonstra ao comentar a influência que os meios de comunicação têm sobre os usuários da língua, no sentido de *“restringir-lhes as maneiras de dizer e diminuir as possibilidades criativas na linguagem”*.

Há muitos outros recursos neste plano que merecem comentários. No entanto, pela limitação do capítulo e pelo caráter da pesquisa, foram selecionados esses poucos itens para que fosse possível espalhar o olhar por outros aspectos que também possam revelar as marcas

de permanência e de mudança, ou seja, os caracteres que se encarregam de manter esta tradição discursiva.

6.2 Marcas de proximidade comunicativa

Apesar de o editorial apresentar uma concepção escrita, ser veiculado por meio escrito e localizar-se entre os textos situados na distância comunicativa (escrita) (OESTERREICHER, 2001a), não deixa de trazer, principalmente nas suas versões iniciais, motivadas por diversos fatores, marcas da oralidade. Tais ocorrências assinalam que “*algumas competências escritas restritas levam à incorporação de traços da fala na elaboração textual, o que não é controlado pelos autores*” (SCHIMIDT-RIESE, 2002c: 249), ou, no dizer de Oesterreicher (1996), ocorre a competência escrita de cunho falado, ou seja, uma interação entre a fala e a escrita. Não se trata aqui dos elementos orais presentes em textos de autores *semicultos* (STOLL, 1996), pois os editoriais eram escritos pela camada letrada da sociedade, mas isso não impede que, voluntária ou involuntariamente, traços da oralidade fizessem parte da constituição do texto escrito.

Nessas versões iniciais do editorial é natural que isso ocorra em virtude do contexto semi-oral no qual os textos circulavam, pois a comunicação acontecia ao largo das letras (AGUIAR, 2004). Mesmo com todas as características de formalidade que constituem os editoriais, são encontradas estratégias que visam envolver e estreitar o contato com os leitores, que buscam diluir o tom hermético do texto e que, conseqüentemente, mesclam a formalidade com as ocorrências de coloquialidade.

A partir do que foi discutido acerca dos anúncios como intermediação da oralidade, por Pessoa (2003), passamos a observar se nos editoriais da mesma época algo semelhante ocorria, o que corresponderia a uma característica da produção textual da época e não de cada gênero específico. O que constatamos foi muito interessante porque revelou que o editorial em seu percurso também foi passando paulatinamente a se constituir como um material verdadeiramente escrito. É evidente que entre os anúncios e os editoriais há claras especificidades tanto na composição lingüística e estrutural quanto na função, mas há em comum entre eles uma tradição textual que revela a formação de uma variedade urbana num contexto de semi-oralidade, ou seja, de transição da oralidade para uma competência escrita (SELIG, 1993a).

Dentre os muitos aspectos que caracterizam a linguagem evidenciada nos editoriais que circularam do acalorado século XIX aos dias de hoje, selecionamos alguns fenômenos típicos da proximidade comunicativa entre a oralidade e a escrita que, ao longo do tempo, desapareceram, foram substituídos ou permaneceram. São eles:

6.2.1 Simulação de diálogo

Para parecer um texto oral, os textos narrativos são marcados pelos diálogos em sua concepção e realizados no *medium* gráfico (PESSOA, 2001). Do mesmo modo, na tentativa de simular as situações de debate político que ocorriam nas ruas, nas praças, nos pontos de encontro, os jornais utilizavam diversos recursos. Em nossas análises, identificamos que um desses recursos é a simulação do diálogo. Além de funcionarem como uma excelente estratégia argumentativa, por se constituírem de um desmembramento das perguntas retóricas, diferenciando-se pelo estabelecimento de um jogo de perguntas e respostas, essas simulações provocavam quebras na seqüência hermética da erudição editorialística e funcionavam como vias de aproximação e, conseqüentemente, de envolvimento interativo com o público leitor.

Ex.25: Ora nestas Sociedades assim efeitua-|das, aonde, ou em que residia a Soberani-|a?... Não era nas mesmas Sociedades?... Que cousa era, ou poderia ser esta Soberani-|a?... Respondo: Nenhuma outra coisa poderia ser se não – A Vontade de Todos.
(Diario de Pernambuco nº 127, 15/06/1829 – texto 10)

Nesse exemplo encontra-se o que estamos considerando como desdobramento das perguntas retóricas. Essas perguntas necessariamente não requerem respostas para suscitar a reflexão desejada. No entanto, a seqüência de três perguntas, interrompida por uma voz (a voz do jornal, representada pela primeira pessoa do redator, posteriormente substituída, no texto, pela primeira pessoa do plural) que emite um “Respondo”, ultrapassa o propósito primeiro de servir à argumentação e, ao nosso ver, procura retratar um contexto de debates orais intensos dentro dos limites do texto.

Em outros casos, as simulações ocorrem também por meio de um jogo dialético entre perguntas e respostas que reforçam a argumentação.

Ex.26: Como por quem foi a abolição | dos escravos? ||
É inútil investigar. Ella foi feita pelo | povo brasileiro, pela collectividade, como | todas as grandes cousas, que não pere-|cem na humanidade.||
O que forma a avalanche, que de | cima das montanhas? Os flocos de neve, | que se accumulam.||
Quem fez as grandes cathedraes go-|thicas e as pyramides, que se elevam nas | planícies vastas e desertas do Egypto? O povo, que não tem nome. É esta a | história da abolição no Brazil.
(Jornal do Recife nº 111, 17/05/1888 – texto 67)

As simulações extrapolam os limites do texto, fazendo referência externa aos possíveis interlocutores, resultando numa espécie de provocação, o que não deixa de ser uma forma de envolvê-los nas discussões.

Ex.27: ... longe de querer-se huma reforma se | pretende acabar como todo o pacto social, eliminan-|do a forma do governo, e levando de rojo, todo o sis-|tema político da Nação Brasileira. He isto o que | determina o art. 174? Respondão os Deputados Françaes.
(Diario de Pernambuco nº 113, 01/07/1835 – texto 13)

A maior incidência deste recurso textual ocorreu na primeira metade do século XIX e a segunda metade deste século testemunhou o seu arrefecimento, chegando à década de 90 sem casos a registrar no *corpus* que analisamos. As perguntas retóricas permanecem nos dois séculos seguintes como um recurso argumentativo e interativo, mas o caráter de simulação dialógica desapareceu.

Dentre os elementos lingüístico-discursivos que compõem essas simulações, alguns podem ser percebidos por meio dos vocativos, dos verbos no imperativo e da utilização da segunda pessoa do plural, elementos estes que já remetem a um outro traço de envolvimento: a referência direta aos interlocutores.

6.2.2 Referência direta aos interlocutores

Se nas cartas dos leitores do século XIX a expressão “Sr. Redator” era considerada o alvo retórico para, de fato, alcançar a sociedade de forma mais abrangente (FRAGA, 2005), nos editoriais da mesma época, em determinadas circunstâncias, ocorre o inverso. Por meio deles os jornais se dirigem aos possíveis leitores, um público amplo, heterogêneo e indeterminado. No entanto, alguns jornais aproveitavam o seu alcance coletivo para fazer referências a alvos específicos como personalidades políticas, outros jornais e os próprios leitores, numa atitude ora de provocação, ora de exortação, mas acima de tudo de envolvimento.

Ex.28: Taes são, Illustres Senhores Deputados, | os tópicos, que, por hora podemos a-|presentar á vossa sabedoria, o patriotismo,| para delles poderdes tirar os resultados,| que forem úteis a Província, que vos ele-|geo, e que tem pregadas em vós todas as suas esperanças: estas não serão frustra-|das; estamos convencidos disto, tanto mais porque confiamos no vosso patriotis-|mo.
(Diario de Pernambuco nº 50, 01/03/1839 – texto 20) (grifos nossos)

Nesse exemplo percebemos que, por meio do uso do vocativo e dos pronomes de segunda pessoa do plural⁷⁵ para incrementar os acalorados debates, não bastava expor um comentário, mas também se dirigir diretamente ao alvo do comentário. Esse é um traço dos primeiros editoriais que ficou no passado de sua composição, como também ficou a exortação aos leitores.

Ex.29: Cidadãos: absterdes-vos de votar hoje, é | um acto de indiferença pelo vosso futuro e | pelo futuro de vossos filhos, pela vossa sorte | e de vossa família, que não se desculpa nem se | justifica; é um crime de leso-patriotismo que | nenhuma consideração pode attenuar.
Reagi contra isso!
(Jornal do Recife nº 42, 21/02/1892 – texto 74) (grifos nossos)

Ex.30: Teremos re-|petidas ocasiões de voltar a este as-|sumpto nas folhas d'este periodico, e | pedimos aos leitores nos não julguem | já sobre a opiniaõ que aqui emitimos.
(Diario de Pernambuco nº 15, 27/02/1827 – texto 5)

Essa forma de contato com o público leitor que tanto se aproxima de um contato face a face, provavelmente tornou mais acessível este gênero para a população pouco letrada da época. Ocorre nesse caso a utilização da função fática⁷⁶, no exercício pleno da manutenção do contato com o público. Este traço de interação com os leitores, tão marcante na textualidade do editorial de todo o século XIX, repercute no estilo literário, como revelam os textos machadianos⁷⁷. Chegando ao século XX, o estilo do jornal sedimenta a sua influência sobre a literatura (BAHIA, 1990).

Até a última década do século XIX, esse tipo de recurso interativo foi utilizado, mas desapareceu por completo nos dois séculos seguintes e deu lugar à crítica comedida e às referências sutis e indiretas, sem uma menção direta ao alvo, como o uso da segunda pessoa ou do verbo no imperativo, mas discorrendo sobre o alvo como se vê no emprego da terceira pessoa.

Ex.31: A indiferença do Governo, | o alheamento deante de um caso de | tão excepcional gravidade, vem pre-|ocupando seriamente o espírito pu-|blico, e agora mesmo se anuncia a paralisação da moagem, a ser decre-|tada, segundo informaram hontem | alguns jornais, pelo Centro dos Forne-|cedores de Cana.
(Diário de Pernambuco nº 1, 01/01/1932 – texto 84)

⁷⁵ Em Portugal a partir do século XV surgiram, ao lado de nós, diversas formas nominais para se referirem ao rei, depois aos fidalgos e, por fim, às pessoas comuns. No Brasil para o lugar de vós a partir do século XIX, apresentaram-se dentre as formas nominais Vossa Mercê > vosmecê > você, que levaram o verbo para a terceira pessoa, num acelerado processo de gramaticalização (LOPES, 2002).

⁷⁶ Sobre a função fática e as demais funções, consultar Jakobson (1969), Vanoye (1996) e Andrade e Medeiros (2000).

⁷⁷ “*Senhores vivos, não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados.* (MACHADO DE ASSIS, 1997:55). Trecho retirado do livro Memórias Póstumas de Brás Cubas, divulgado na Revista Brasileira a partir de 1880. Nele o autor utiliza um vocativo que remete aos possíveis leitores “Senhores vivos”; uma das marcas do seu estilo literário, que inseria o humor na abordagem dos seus temas.

6.2.3 Pontuação e recursos gráficos convencionais

Muitos autores têm ressaltado o cuidado dos meios de comunicação de massa em situar o discurso midiático no intermédio do padrão da língua escrita e da coloquialidade conversacional. Preti (2000:62), por exemplo, comenta que:

Os meios de comunicação de massa tentam, hoje, uma aproximação entre a linguagem falada e a escrita, e, por isso, a imprensa, o rádio, a tevê e o cinema servem-se, quase sempre, de uma norma comum intermediária que satisfaz ao receptor, aproximando-se de sua linguagem falada, mas que, por outro lado, não choca as tradições escritas com obediência à ortografia oficial etc.

O que a análise dos editoriais do século XIX tem mostrado é que essa aproximação não é de hoje, e sim diz respeito à continuidade de uma prática muito mais intensa no princípio do jornalismo impresso, quando, então, escrever era, em grande parte, registrar as interações como se davam na oralidade. Dentre as outras ocorrências aqui discutidas, os fenômenos prosódicos representam bem essa aproximação entre a oralidade e a escrita, marcada pelos elementos supra-segmentais (PRETI, 2000). De acordo com Silva, Beserra e Gomes (2003:108) esses elementos “*são representados na escrita por meio de sinais de pontuação, para indicar uma dada entoação; recursos gráficos convencionais, tais como negrito, itálico, caixa alta, aspas, parênteses etc. também podem ser utilizados para sugerir uma ênfase, sinalizar um acento mais forte, destacar informações importantes*”.

Nesse sentido, a pontuação, embora empregada de forma irregular e não convencional em algumas passagens dos primeiros editoriais do século XIX, e, com isso, interferindo na articulação textual, exerce um papel fundamental, especialmente nos textos que expressam o discurso panfletário e dialético da época. O uso das exclamações, das vírgulas e das interrogações, entre outros, estabelecem um ritmo e uma entoação no texto que envolvem o leitor/ouvinte, de acordo com o propósito pretendido: ao que parece, apresentar uma mensagem que provocasse impacto.

Apesar de serem considerados o protótipo do texto jornalístico, os editoriais do século XIX não deixaram de apresentar um emprego arbitrário dos sinais de pontuação, a exemplo do que foi constatado por Pessoa (2003) nos anúncios e por Fonseca M. (2005b) nas cartas oficiais da Paraíba do mesmo período. Sendo assim, tudo indica que os editoriais passaram de uma orientação predominantemente prosódica e rítmica nas suas versões iniciais para uma orientação que englobasse os aspectos prosódicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos nas suas versões atuais; o que, de certo modo, revela o desenvolvimento da cultura escrita e a sofisticação do sistema de pontuação ao longo do tempo.

No exemplo que segue é possível ter uma clara noção do caráter rítmico da pontuação no início da imprensa, cuja entoação e cadência do texto são fornecidas mais pelo ato da leitura (em voz alta ou baixa) e menos pelas pistas dadas pelos sinais de pontuação. Nesse caso, parece haver uma exigência maior da cooperação dos leitores (pelo menos dos contemporâneos) na articulação e construção do sentido do texto, provocada pela forma truncada como os constituintes do enunciado aparecem. Deve-se isso à arbitrariedade no uso da pontuação tanto em termos de quantidade, ora com mais sinais do que o necessário, ora com menos, quanto em termos da indefinição de função de cada sinal, ocasionada pela associação com a cultura oral da época.

Ex.32: Pelo que temos expendido sobre princípios de direito natural e a vista do nosso mesmo exemplo, ficaõ aniquiladas as matracadas luciferinas do monótono Cruzeiro, com que nos aturde diariamente, pondo todo o beneficio da parte do Imperante, e toda a obrigação da parte da Nação; confundindo as palavras offerecer, e outorgar = S.M.I. do Brazil offereceo; e a Portugas outorgou: Sr. Cruzeiro nisto á grande differença; não confunda ideas, destruindo dest'arte o equilibrio, e garantias da Constituiçãõ (Tit. 3º art, 9) Fica confundida a rinchada do seu Correspondente = Amigo de Todos = quando disse, que S.M.I. era Chefe dos Brasileiros ainda antes da sua Independência: se o Brazil fazia então parte da Monarchia Portugueza, se obedecia a El Rei D. João 6º, como podia ter outro Chefe alem d'Elle?... A Legitimidade começa no Brazil na Pessoa do Sr. D. Pedro Iº para sua Decendencia Legitima (const. Tit. Iº art. 4.: Cap. 4 art. 117) Dice Sr. Cruzeiro, Sr. amigo-taes cabeças taes sentenças.
(Diario de Pernambuco nº 127, 15/06/1829 – texto 10)

Esse é um caso de uso “abusivo” dos sinais de pontuação, que marcou de forma mais intensa os editoriais das décadas de 20, 30 e 40 do século XIX. A vírgula é o sinal mais usado, inclusive em situações que eram aprovadas pelas regras gramaticais da época, mas que foram abolidas das gramáticas atuais, como a vírgula antes da conjunção *e* na separação de apenas dois termos enumerativos: “*confundindo as palavras offerecer, e outorgar*”. Também ocorriam casos de transgressão das orientações gramaticais da mesma época, como a vírgula antes do *que* no início de uma oração: “*quando disse, que Sua majestade Imperial era Chefe dos Brasileiros*”. Barboza (1871) desaconselha a colocação de pontuação entre palavras que estabeleçam entre si uma relação de modificação, concordância ou regência, no entanto, a separação de orações subordinadas objetivas diretas é bastante freqüente.

O ponto final, também nos editoriais, é o que apresenta menor ocorrência. Sua presença mais expressiva é no fechamento dos parágrafos, exercendo a função de ponto-parágrafo ou, no dizer de Nascente (1960), “*um repouso completo*”. Dentro dessas unidades de sentido, em determinadas passagens em que o emprego do ponto era esperado, é substituído por outros sinais de pontuação, como ocorreu com o ponto e vírgula neste trecho: “*...e toda obrigação da parte da Nação; confundindo as palavras offerecer, e outorgar = Sua Majestade Imperial ao Brazil offereceo*”. Uma provável explicação para isso pode estar

também na relação com a oralidade, na medida em que, ao que parece, o ponto final poderia representar uma pausa maior que corresponderia a uma mudança de tópico conversacional⁷⁸; enquanto as pausas menores, dentro do mesmo tópico de discussão, receberiam as demais sinalizações. Os dois pontos, em muitas passagens, exercem função semelhante à vírgula e ao ponto e vírgula, extrapolando, com isso, o seu papel mais corrente na apresentação de enumerações e esclarecimentos.

Chamam a atenção também os sinais de pontuação que desapareceram por completo, como o sinal de igualdade presente no exemplo acima. Pela função que ele está exercendo no texto, assemelha-se ao papel do travessão, que, segundo Bechara (1999:612), “*pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, para assinalar uma expressão intercalada*”. Neste caso, o sinal de igualdade foi excluído dessa função e o travessão permaneceu.

Ex.33: O efeito de Santo Domingo nos diz que precisamos ser | mais olímpicos como os gregos e mais romanos em de-|fender o grande ideário que foi – e é pelos tempos afora - | fazer gerações de almas sadias em corpos são e robustos.
(Diário de Pernambuco nº 229, 17/08/2003 – texto 92)

Também não teve continuidade o expediente do espanhol de marcar a interrogação no início da oração com o sinal invertido. Alguns redatores de jornais pernambucanos empregaram esse procedimento, mas não teve sustentação no português do Brasil.

Ex.34: ¿ He possível que homens de letras, que Juris-|consultos abalizados assim vão de encontro aos prin-|cípios mais triviaes do direito cosntitucional, e que | ignorem que a unica garantia para a Liberdade poli-|tica consiste no equilibrio e harmonia dos Poderes | politicos?
(Diário de Pernambuco nº 113, 01/07/1835 – texto 13)

Na segunda metade do século XIX, algumas poucas mudanças já podem ser notadas em termos do emprego da pontuação nos editoriais. Os períodos continuam longos, com algumas exceções; a oscilação entre o excesso e a escassez de pontuação permanece; ainda ocorrem as trocas de função entre os sinais; mas, por outro lado, há acenos de moderação, de uma sistematização incipiente e de presença de pontos finais no interior dos parágrafos, reduzindo, vez por outra, o tamanho dos períodos e denotando uma reformulação articulatória no texto.

⁷⁸ De acordo com Castilho (2004:24-25), “*A cada Tópico Conversacional corresponde uma unidade discursiva que é sua manifestação formal. O núcleo da unidade discursiva é ocupado por segmentos anacolíticos ou por uma ou mais sentenças centradas em determinado assunto, reconhecíveis pelos interlocutores.* O autor emprega sinonimicamente os termos “assunto” e “tópico conversacional” e considera que a unidade discursiva está para a língua falada como o parágrafo está para a escrita.

Ex.35: Mas atenção!... Lançai, se vos aprouver, uma vista retro-|spectiva sobre o passado, que havemos de-|corrido; pondo o Brasil em paralelo com | outros países seus coetâneos, e sereis for-|çados a confessar que, á proporção que | estes progredem, vamos nos retrogradan-|do de dia em dia em illustração, em mo-|ralidade, em tudo.
(O Liberal Pernambucano nº 548, 09/08/1854 – texto 36)

Já na primeira década do século XX podem ser encontrados exemplares de como a pontuação passou a ser empregada visando preferencialmente a integração prosódica, sintática, semântica e pragmática na construção do sentido do texto.

Ex.36: O imperio tinha soluções para estas crises: o olhar calmo e penetrante do Imperador depunha, á sombra da lei, as situações esgotadas.
(Diário de Pernambuco nº 5, 21/01/1912 – texto 82)

Sendo assim, as mudanças, não só auditivas, mas também visuais e funcionais, foram ocorrendo: períodos e parágrafos tornaram-se mais curtos e as funções dos sinais de pontuação, mais definidas e sistemáticas.

Considerando que as especificidades dos gêneros estão incluídas entre os fatores determinantes das estratégias de pontuação (MENDONÇA, M., 2001), merece atenção especial o emprego dos pontos de interrogação e de exclamação na tradição editorialística, pela representação supra-segmental. O primeiro é usado no fim de qualquer interrogação direta, mesmo que não exija resposta; e o segundo expressa espanto, surpresa, alegria, entusiasmo, cólera, dor, súplica, etc. (CUNHA, 1994), ingredientes indispensáveis na composição de qualquer editorial, especialmente das primeiras versões. Nelas eram retratados os debates acirrados, com simulação de diálogo, perguntas retóricas e uma argumentação de cunho fortemente emotivo, conseqüentemente o emprego dos dois sinais era exacerbado.

Ex.37: Quando a nação constitue | uma classe tão distincta, e nobre, qual a | dos deffensores da pátria, por ventura é pa-|ra que estes assassinem as suas instituições?! Queixamo-nos do regulamento do Conde de Lipe. Mas quão liberal não é elle a vista do | que hoje se pratica!
(Diário de Pernambuco nº 282, 30/12/1840 – texto 22)

Apesar da constância desses dois sinais durante todo o percurso do editorial, em contextos de reflexões retóricas ou de ênfase argumentativa que marcaram a essência dessa tradição, no século XXI, houve uma considerável queda de frequência em virtude, evidentemente, da mudança de estilo do texto, que se tornou menos panfletário e mais objetivo. Mas foi mantido o importante papel de realce prosódico, com conotação pragmática.

Ex.38: No toma-lá-dá-cá deslustroso em que coisas simplesmen-|te inverossímeis se tornam factíveis, as bancadas nordestinas | deveriam ter gritado não! Aí, no Fundo de Desenvolvimen-|to Regional, ninguém bole. Mas, ao contrário, deixaram pas-|sar a intrusão da opulência nas carências da pobreza.
(Diário de Pernambuco nº 257, 14/09/2003 – texto 95) (grifos nossos)

Nesse fragmento há a inserção da linguagem falada no texto escrito por meio das expressões coloquiais e regionais “toma-lá-dá-cá” e “ninguém bole” e da pista prosódica fornecida pelo particípio “gritado” e pelo sinal de exclamação após o advérbio de negação “não”; ambos são responsáveis pela sugestão do autor e pelo reconhecimento do leitor de que, naquele momento, ocorreu mais do que uma simples elevação de tom. Esse conjunto de pistas funciona como uma representação do posicionamento enérgico e contrário que os deputados nordestinos deveriam ter tomado na discussão referente ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse exemplo sintetiza bem a imbricada relação entre a oralidade e a escrita, como também a integração entre prosódia, sintaxe, semântica e pragmática nas estratégias de pontuação.

Outros sinais de pontuação, como as aspas, os parênteses e os colchetes, e as representações gráficas, como itálico, negrito, caixa alta ou versal, não são meros ornamentos textuais, pois notabilizam um isolamento sintático e semântico mais completo dentro do enunciado e estabelecem maior intimidade entre o autor e o seu leitor (BECHARA, 2004).

Ex.39: Não | pode haver uma conversação política, que | fraternise todos os homens (dizemos nós, | e parece-nos que com alguma exacção) quando existem constitucionalmente tantas ensanchas ao crime!
(Diário de Pernambuco nº 1, 02/01/1838 – texto 17)

O produtor do texto, ao utilizar essas marcas, quer comunicar algo ao seu interlocutor. Para isso, sugere uma ênfase, sinaliza um acento mais forte, destaca informações relevantes, que, no ato da leitura, são assinalados por uma entonação especial.

Com os poucos recursos tecnológicos do início da imprensa, esses eram os elementos de realce de que dispunham os redatores e que foram amplamente utilizados com diferentes funções.

Ex.40: *Só a Lei he a autoridade, e a Liberdade; fora da Lei não se acha, se não a usurpação, e a revolta.*
(Pagès, Droit Politique)
(Da Aurora Fluminense)
(Diário de Pernambuco nº 60, 16/03/1829 – texto 8)

Nesse exemplo, o itálico foi utilizado no enunciado de fechamento do editorial, com a finalidade comunicativa de ressaltar a idéia central do texto. Para isso foi utilizada uma frase de efeito. Provavelmente o autor, ao optar por essa construção, esperava que, no momento da leitura, o leitor imprimisse uma entoação diferenciada, enfática e que auxiliasse a fixação da idéia. Há outras funções do itálico, também exercidas pelo negrito e pelo versal, como:

- inserir citações e destacar trechos em língua estrangeira:

Ex.41: Já Dante havia dito: *Ai regi qui son / molti e buon son rari*, são muitos os | reis e raros são os bons.
(A provincia nº 26, 03/12/1872 – texto 54)

- sublinhar títulos (função também exercida pelo negrito e o versal⁷⁹):

Ex.42: *Louca obstinação dos sectarios do poder absoluto*
Diario de Pernambuco nº 148, 14/07/1829 – texto 9)

- ressaltar o nome do jornal juntamente com o título (negrito e versal):

Ex.43: **O CAPIBARIBE**
PERFIDIA DAS PERFIDIAS
(O Capibaribe nº 52, 16/12/1848 – texto 30)

Quanto ao emprego dos parênteses no Ex.40, eles sinalizam uma espécie de assinatura para o editorial, pois colocam em evidência uma prática comum no início do jornalismo impresso: a colagem de textos. No espaço reservado para o editorial do jornal em circulação, colava-se o editorial de um outro jornal, normalmente de outro estado, cuja fonte era apresentada entre parênteses e no final do texto. O uso dos parênteses para este fim tornou-se convencional, mas desapareceu dos editoriais atuais juntamente com esse tipo de colagem de textos.

Era por meio desses sinais, especialmente o versal (caixa alta), representação gráfica de ênfase na língua falada (RODRIGUES, A., 1995; MARCUSCHI, 2000b), que a vibração que pairava nas ruas era trazida para dentro do texto escrito, em seguida, retornava às ruas e novamente inflamava os leitores/ouvintes, por meio:

- dos insultos:

Ex.44: He FOVEIRA a facção que | procura solapar o Throno do Brasil,(| e fazer dominar a canalha; são FOVEIROS os que vão levando a nossa | bella província ás bordas do abysmo | da anarchia...
(A Carranca nº 69, 15/03/1846 – texto 28)

- dos vocativos:

Ex.45: LEGISLADORES!!! Contemplai na vossa situa-|ção difficil em meio dos combates da Demagogia, que | conspira por todas as partes contra o sistema legal, ...
(Diario de Pernambuco nº 113, 01/07/1835 – texto 13)

- dos brados eufóricos:

Ex.46: Haja uniaõ entre nós, haja a devida prudência e sobre tudo respeitemos, e | obedeçamos á Lei, que triunfaremos de viz | restauradores, de salteadores cabanos, e se-|remos dignos de nome de Brasileiros,
VIVA A HEROICA REVOLUÇÃO' DE 7 DE ABRIL.
(A Quotidiana Fidedigna nº 132, 07/04/1834 – texto 11)

Com o tempo, esses sinais ficaram escassos, principalmente nos séculos XX e XXI. Há raríssimas ocorrências, predominantemente com a utilização de aspas para:

⁷⁹ Garcia (1996: 415-416) ressalta os empregos mais comuns do itálico, do negrito e do versal.

- destacar a inserção da fala de pessoas mencionadas no texto, o caso do discurso direto, como uma forma de eximir o jornal da responsabilidade do conteúdo enunciado:

Ex.47: É ainda o conselheiro Luiz Ce-|dro quem afirma que:
 “alguns desses prefeitos, que | receberam o auxílio do Estado | para aquelas realizações, ainda | não prestaram as suas contas.”
 Diaríio de Pernambuco nº 1, 01/01/1947 – texto 85)

- ressaltar palavras, expressões e orações:

Ex.48: Voltando ao caso das conseqüências dos desastres naturais, os participantes do seminário a que nos referimos foram unânimes em afirmar que “as autoridades brasileiras não estão preparadas para lidar com tais eventos”.
 Diaríio de Pernambuco nº 222, 10/08/2003 – texto 91)

Houve, sem dúvida, mudanças no emprego dos sinais de pontuação e dos recursos gráficos. Alguns usos aqui mostrados permaneceram, outros mudaram, mas é inegável que o tom vibrante que se aproximava da oralidade, lá no início da imprensa, ficou realmente no passado.

6.2.4 Interjeição

O forte teor de expressão oral das interjeições não as impediu de estarem presentes nos editoriais, o que revela, mais uma vez, a relação imbricada entre fala e escrita nesta tradição discursiva, como comprovam os casos encontrados em todas as décadas do século XIX. De acordo com Marcuschi (1993:221), “*a interjeição é o único fenômeno lingüístico **exclusivo** da língua falada. Assim mesmo quando ocorre na escrita, geralmente em contexto de diálogo, representa uma situação de fala*”⁸⁰ (destaque do autor). Segundo ele, a localização prototípica da interjeição é no início de um sintagma ou oração e raramente no interior, podendo ocorrer, às vezes, no final.

Ex.49: **Ó** meus filhos, deixai de fazer-vos tão funesta guerra: cessai de lacerar as entranhas da vossa Pátria, e de empregar as vossas forças em a destruir.
 (Diaríio de Pernambuco nº 167, 07/09/1835 – texto15) (grifo nosso)

Nota-se nesse exemplo a ênfase apelativa que é dada ao texto, cuja presença da interjeição contribui para o envolvimento do leitor/ouvinte pelo viés emotivo. O exemplo seguinte demonstra que até a última década do século XIX as expressões emotivas ficavam

⁸⁰ Em trabalhos posteriores, o autor comenta, dentre outros fatores, as hesitações como próprias da oralidade (MARCUSCHI, 2000 e 2001).

mais explícitas, ao contrário dos dois séculos posteriores, nos quais elas passaram por um total apagamento.

Ex.50: Ah! Mas aqui nos atalham para dizer-nos: | queremos que se proceda á eleição presiden-|cial!
(Jornal do Recife nº 86, 17/04/1892 – texto 76) (grifo nosso)

O que surpreende nos editoriais do século XIX é a forma como eles transitam de um pólo a outro, na interface entre fala e escrita, ou seja, da proximidade à distância, tendo como parâmetro de observação os elementos lingüístico-discursivos que os constituem. Esse é um traço forte de mudança no percurso do editorial, pois o mesmo não ocorre nos séculos XX e XXI, fase em que fica mais notória a distância comunicativa, com mais características da cultura escrita que da cultura oral. A comparação entre os textos escritos do passado e de hoje revela que houve mudança na forma de organização, atribuídas a um certo afastamento da intermediação da oralidade na sua produção (PESSOA, 2001).

6.2.5 Expressões referenciais e lexicais

O espaço de estreita intimidade que se estabelecia entre o autor e o leitor, de um número a outro dos jornais, ficava bem notória nas primeiras versões dos editoriais. Nos textos em análise, os produtores dão a entender que se dirigem a destinatários específicos pela forma como são compartilhados conhecimentos referentes a lugares, tempo, pessoas, cuja explicitação no texto tornava-se, na visão do produtor, desnecessária naquele contexto de circulação.

Ex.51: Este novo Codgo | para Salvar a liberdade entregou a sua vida | política nas mãos... Nós hem sabemos de quem!
(Diario de Pernambuco nº 79 07/04/1840 – texto 21) (grifo nosso)

Para os leitores da época, a informação grifada poderia ser suficiente para garantir a completude do sentido do texto. No entanto, para os leitores contemporâneos, são necessárias algumas informações situacionais para que o sentido do texto seja recuperado, o que nem sempre é possível.

Nos editoriais atuais, os produtores também contam com os conhecimentos de mundo ou previamente veiculados pelo jornal que podem compartilhar com os possíveis leitores. Entretanto, o pressuposto de que estão se dirigindo a um público amplo e heterogêneo e de que o texto escrito requer uma condição de construção e de reconstrução de sentido diferenciada do falado exige mais explicitude dos referentes situacionais, em comparação com

os editoriais do passado, cuja influência da oralidade situava os textos no intermédio entre a fala e a escrita.

Nesse sentido, os produtores dos textos, além de contarem com a cooperação dos leitores na identificação dessas referências situacionais, também procuravam estabelecer um contato mais próximo com os leitores a fim de quebrar um pouco a peculiar formalidade dos editoriais. Para isso utilizavam um vocabulário que continha:

- expressões de uso coloquial

Ex.52: Pernambuco. Domingo Iº do corrente | começou nesta cidade | a correr o boato, de que se premeditava fazer instalar hum go-|verno popular na Villa de S. Antão para os | fins, que os interessados nisso lá sabiaõ.
(Diario de Pernambuco nº 29, 06/02/1829 – texto7) (grifo nosso)

A expressão “correr o boato”⁸¹ usada no trecho acima assinala bem a função do jornal de estender as informações que passavam de boca em boca dos mais longínquos lugares até chegarem a capital e, com a mesma imprecisão de dados com que passavam de uma pessoa a outra, chegavam à redação dos jornais e eram veiculadas. Além disso, é uma expressão de uso coloquial, como tantas outras que compuseram o editorial do passado e compõem o do presente visando uma aproximação maior com o leitor.

Ex.53: Quando, faz pouco tempo, aconteceu o apagão numa parte populosa e rica do país, foi um Deus-nos-acuda.
(Diario de Pernambuco nº 235, 23/08/2003 – texto 93) (grifo nosso)

- ditos populares (provérbios)

Ex.54: Pelo prisma porque viam as cousas, o Bra-|sil nadava em mar de rosas e a confiança, | fora do paiz implanta-se no animo de | todas as nações...
(A Provincia nº 150, 10/07/1891 texto 72) (grifo nosso)

Próprios da linguagem mais informal, coloquial, pelo seu desprestígio, no conceito das camadas instruídas da sociedade, e com um forte teor conotativo, os ditos populares, ao serem empregados nos editoriais, atenuavam a formalidade quase de ensaio científico que revestia os textos do século XIX com a informalidade da linguagem coloquial, provocando, inclusive, um certo tom de ironia e humor. A sua ocorrência também assegurava valores comuns ao

⁸¹ “Os boatos nascem em situações de tensão social e quando os canais de informação regulares deixam de ser confiáveis. Portanto, o boato é uma espécie de notícia que só importa por sua atualidade e não porque registre fatos do passado. Não obstante, com o transcorrer do tempo, alguns boatos podem converter-se ou dar lugar a tradições orais” (REYZÁBAL, 1999:264). No início da imprensa, os boatos surgiam não só pela falta de confiabilidade nos canais de informação, mas também pela sua precariedade e pela censura.

estabelecer ou restaurar uma relação social e reforçar a solidariedade de um grupo de iguais (OBELKEVICH, 1997).

Se emitido oralmente, é marcado por uma mudança entoacional para sinalizar que aquelas palavras não são do falante, são anônimas, tradicionais, pertencem ao senso comum. No exemplo que segue, o fragmento grifado remete ao conhecido provérbio “pôr lenha na fogueira”, escrito, evidentemente, nos moldes do século XIX, cuja interpretação consiste em tornar uma situação mais agitada, mais inflamada.

Ex.55: Supõe a Revolução de Novembro, | que com a sua tática de espertezas pó-|dera pôr-nos em apuros, e obrigar-nos | á carregar lenha para o seu premeditado incêndio da monarquia.
(O Liberal Pernambucano nº 4, 11/09/1852 – texto 35) (grifo nosso)

A sua continuidade nos editoriais dos séculos XX e XXI ocorreu com menor frequência, é claro, a exemplo, provavelmente, do seu percurso na Inglaterra⁸², mas manteve a mesma finalidade comunicativa.

Ex.56: Mas, quanto ao | parecer do *senhor* Luiz Cedro, o me-|lhor é meter a viola no saco, se | não querem destacar mais um | elemento que os poderia levar á | barra dos tribunais.
(Diário de Pernambuco nº 1, 01/01/1947 – texto 85) (grifo nosso)

Trata-se também de uma forma de envolver o leitor buscando aproximar-se do seu modo de falar, sem chocar as tradições escritas, como comentou Preti (2000), já que são antigos, amplamente usados e foram registrados em compilações impressas inglesas desde o século XVI (OBELKEVICH, 1997).

6.3 Traços característicos do português do Brasil

A análise qualitativa dos traços característicos do português do Brasil está centrada em alguns aspectos morfossintáticos e ortográficos, previamente abordados por Pessoa (2003), nos anúncios de jornais pernambucanos, e por Fonseca, M. (2005), nas cartas oficiais da Paraíba, entre outros autores que se dedicam ao estudo sócio-histórico de nossa língua. O propósito é observar como elementos comuns na composição de várias tradições discursivas se comportam nos editoriais e, com isso, ampliar as discussões acerca dos usos do português brasileiro no século XIX.

⁸² “Na Inglaterra do século XVI, as pessoas educadas estudavam, usavam e valorizavam os provérbios; no início do século XX, elas há muito já os haviam rejeitado. Na história desse declínio – interrompido apenas por uma revitalização temporária no século XIX – encontra-se tanto a transformação da cultura das elites quanto o rompimento de seus laços com a cultura do povo” (OBELKEVICH, 1997).

6.3.1 Concordância verbal e nominal

Nos textos analisados predomina o emprego da concordância verbal de acordo com a norma padrão da língua escrita. É interessante observar que, apesar de, com frequência, alguns enunciados apresentarem uma feição labiríntica⁸³, havia uma primazia pela concordância gramatical.

Ex.57: ... a nulidade do commercio interior que | he a mais segura fonte da prosperida-|de publica, que he aquelle que maior | numero de cidadãos enriquece, o que | mais espalha e equilibra as fortunas | publicas.
(Diario de Pernambuco nº 15, 27/02/1827 – texto 5) (grifo nosso)

No trecho grifado, apesar da sobrecarga do período, está estabelecida a concordância do verbo “enriquece” com o termo antecedente “commercio interior”, mesmo com todos os elementos intercalados: o pronome relativo “que”, com função de sujeito, e o demonstrativo “aquelle”, ambos fazendo referência ao termo “commercio”. Há também nesse exemplo a anteposição do complemento do verbo, o que poderia levar um escritor desatento ou com menos habilidade com a escrita a estabelecer a concordância do verbo enriquecer com o termo antecedente mais próximo “cidadãos”. Esse certamente não foi e nem é o tipo de redator dos editoriais jornalísticos. No exemplo em questão, a orientação adotada foi a de que em caso de o sujeito ser o pronome relativo que o verbo concordará com o termo que o pronome substitui (NICOLA E INFANTE, 1990).

Por outro lado, não deixa de ocorrer a falta de concordância gramatical, mas é em número bem menor.

Ex.58:... nós chamamos bem de to-|dos aquelles, que se encontra em todas as | classes da sociedade, qualquer que seja a condição dellas.
(O Argos Pernambucano nº 16, 06/03/1851 – texto 33) (grifo nosso)

Se considerarmos a regra de concordância verbal que determina que o verbo deve concordar com o pronome demonstrativo “aquelles” que antecede o sujeito que em terceira pessoa, temos acima um caso de transgressão da regra: o verbo “encontra” não concorda com o pronome “aquelles”. De outro modo, se considerarmos que houve, em vez de um descumprimento da regra de concordância verbal, uma desatenção à regra de concordância nominal, percebemos que o pronome “aquelles” não concorda em número com o termo referente “bem”. Não queremos colocar em evidência o cumprimento ou não da regra gramatical pura e descontextualizada, mas o fato de que o sentido, para um leitor

⁸³ As frases labirínticas apresentam uma interminável série de orações subordinadas ou coordenadas que resultam em períodos sobrecarregados, prolixos e cansativos (GARCIA, 1996).

contemporâneo (e quem sabe para leitores da época), ficou prejudicado com esse tipo de construção. Tal desencontro ocorre porque um dos fatores necessários para uma produção escrita compreensível é que se jogue com a ordem, a associação e a concordância entre os vocábulos primando pelo sentido construído.

São raríssimos os casos mais notórios de ausência de concordância de sujeito simples plural com o verbo, o que caracteriza uma variável marcante da língua não padrão, mas acontece nos editoriais esporadicamente, sem negar, com isso, a consonância com a norma culta na sua constituição como um todo. O caso mostrado abaixo é realmente exceção ao longo do percurso do editorial, o que faz dessa tradição discursiva um exemplo do emprego do português padrão.

Ex.59:... é preciso que as forças particulares vá ao encontro dos interesses públicos...
(Diário de Pernambuco nº 84, 10/04/1924 – texto 83) (grifo nosso)

Os casos mais constantes de falta de concordância verbal ocorrem em situações de uso com os verbos *ter*, *vir*, *pôr* e seus derivados, muitas vezes provocados mais por uma questão ortográfica que repercute na sintaxe.

Ex.60: ... a estagnação, que da-|hi provêm...
(Diário de Pernambuco nº 15, 27/02/1827 – texto 5) (grifos nossos)

Ex.61: ... o | direito de receber a sua sustentação | que teem os ecclesiasticos...
(Diário de Pernambuco nº 69, 30/03/1827 – texto 6) (grifo nosso)

Ex.62:... das sugestões que os agentes do | Absolutismo tem sempre empregado...
(Diário de Pernambuco nº 148, 14/07/1829 – texto 8) (grifo nosso)

Ex.63:... os negócios públicos têm | sido dirigidos por mãos ineptas...
(Jornal do Recife nº 50, 03/03/1892 – texto 75) (grifo nosso)

Ex.64:... todos clamão, todos se queixão, e | põe os olhos em nossa Respeitável Assembleia Provincial...
(Diário de Pernambuco nº 70, 02/05/1835 – texto 12) (grifos nossos)

Nos exemplos de 60 a 63 há uma variação no emprego dos verbos, sobretudo, pela busca de uma sistematização gráfica representada pelo emprego irregular do acento, o que era comum na época. No caso do verbo “*ter*”, o exemplo 63 corresponde ao emprego adotado hoje pela norma padrão. As demais variáveis dos exemplos 61 e 62 ocorriam simultaneamente e com mais frequência no século XIX. O exemplo 61 ilustra bem a variação gráfica com a duplicação do “*e*” para marcar o plural.

Já o exemplo 64 a nasalização provocada pelo ditongo nasal “õe” a exemplo do “ão” fazia a marcação número pessoal do verbo; uso que passou por mudança com o acréscimo da desinência número pessoal “m” aos verbos, uso que passou a ser mais sistemático a partir da década de 60 do século XIX. Além disso, nessa mesma década começou a ficar mais clara a distinção temporal entre futuro do presente e o pretérito perfeito nas desinências verbais da terceira pessoa do plural, sem a dependência total do contexto.

Ex.65: ... a seguridade disper-|tou as paixões odiosas, que jazião adormeniadas à vis-|ta do perigo, e os nossos ânimos começarão a repar-|tir-se.
(Diário de Pernambuco nº 167, 07/09/1835 – texto 15) (grifos nossos)

Ex.66: ... nunca serão louvados os capitães que não cuidaram...
(A Província nº 8, 01/10/1872 – texto 51) (grifos nossos)

No que diz respeito à concordância nominal também ocorre o uso predominante da língua padrão, vista na concordância verbal. Os editoriais eram e são redigidos de acordo com a variante culta do português, valorizada pela classe dominante. Mesmo assim, pudemos constatar que nas versões iniciais dos editoriais há mais casos a registrar de ausência de concordância nominal, de gênero⁸⁴ ou de número, do que nos textos dos dois séculos seguintes que compõem o nosso *corpus*.

Ex.67: ... a discussão das necessidade publicas e para sa-|tisfazer a utilidade de nossos leitores.
(O Paiz nº 1, 01/01/1856 – texto 37) (grifo nosso)

Ex.68: As conservadores, que não podem vi-|ver senão abrigados á sombra do absolutismo...
(O Liberal nº 92, 20/08/1868 – texto 48)

Tanto a marca de plural quanto a ausência são variações disponíveis à seleção do falante. No caso do editorial, pelo seu estilo formal, é máximo o grau de reflexão sobre as formas lingüísticas (CAMACHO, 2001), o que justifica o predomínio da concordância, diferentemente do que é possível encontrar em outros textos que circulavam nos jornais da mesma época, como por exemplo os anúncios.

⁸⁴ De acordo com Camara Jr. (1989: 125), “em relação ao gênero dos nomes, só há nas línguas românicas o masculino e o feminino, o alemão ainda conserva um terceiro gênero NEUTRO, tal como havia em sânscrito, grego e latim”.

6.3.2 Emprego dos verbos TER e HAVER

Há ao longo de todo o século XIX o predomínio do uso do verbo haver, em relação ao uso do verbo ter. Num contexto de intensa disputa entre os dois, o verbo haver desempenhava diferentes funções:

- uso impessoal no singular⁸⁵

Ex.69: ... porque em quanto houver abuzos n'um governo...
(Diário de Pernambuco nº 34, 13/02/1827 – texto 3) (grifo nosso)

- uso com flexão número-pessoal

Ex.70: ... tarde, ou nunca virá socorrer nos, co-|mo tanto havemos mister...
(Diário de Pernambuco nº 70, 02/05/1835 – texto 12) (grifo nosso)

- uso do haver como auxiliar dos tempos compostos

Ex.71: ... os altos cargos que já ha-|via exercido...
(Diário de Pernambuco nº 228, 12/10/1897 – texto 79) (grifo nosso)

Ex.72: ... os elementos, que hão de terminar a campanha...
(O Liberal nº 92, 20/08/1868 – texto 48) (grifo nosso)

Quanto ao verbo ter, o seu emprego existencial ou impessoal, por exemplo, é considerado por Castilho (1992) como característico do português do Brasil. Apesar da aceitação dos escritores brasileiros modernos e do uso soberano nas conversações atuais, as construções existenciais com o verbo ter não foram encontradas nos editoriais dos séculos XIX, XX e XXI que compõem o nosso *corpus*. Segundo Callou e Avelar (2002), é possível que, já em meados do século XVI, o contexto existencial seja o principal mantenedor do verbo haver. Diferentemente dos anúncios do século XIX, que, de certa forma, retratam o uso coloquial, e nos quais foram encontrados casos do emprego impessoal do verbo ter (CALLOU e AVELAR, 2002; PESSOA, 2003), os editoriais conservam a supremacia do haver em construções existenciais.

Ex.73: ...”na casa tem muito commodo” (SP/ 1879)
(Fragmento de um anúncio do século XIX extraído de Callou e Avelar (2002:48)

⁸⁵ No nosso *corpus* não foi encontrado o emprego do verbo haver impessoal no plural, uso que tem ocorrido no português brasileiro contemporâneo.

Ex.74:... pela lei que regula o | descanso para a imprensa, não have-|rá hoje trabalho em nossas oficinas gráficas.
(Diário de Pernambuco nº 1, 01/01/1932 – texto 84) (grifo nosso)

Bechara (2005) atribui este uso do verbo ter a dois fatores na história da língua: a) a mudança na formulação de orações como A biblioteca tem bons livros, ao lado de Na biblioteca há bons livros; b) a progressiva vitória do ter sobre o haver como no caso da auxiliaridade dos tempos compostos.

Ex.75:... pelos triunfos que as armas | da aliança tem conquistado no | Paraguay...
(O Liberal nº 92, 20/08/1868 – texto 48) (grifo nosso)

Ex.76: O caso teria tramitado, já, na Comissão de Constituição e Justiça.
(Diário de Pernambuco nº 291, 18/10/2003 – texto 99)

Nas perífrases, as nuances aspectuais⁸⁶ variam conforme o tempo verbal (CAMARA JR., 1978) como demonstram os exemplos acima. Este é um fator visível de mudança no português brasileiro, pois, antes mesmo do século XIX e nos dois séculos seguintes gradativamente houve uma inversão de papéis entre os dois verbos e o uso do ter superou o uso do haver.

6.3.3 Voz passiva

Nos textos analisados encontramos a ocorrência tanto da voz passiva analítica quanto da sintética, com o predomínio da segunda.

Ex.77: Primeiramente as condições sob | que foi negociado o empréstimo, com o banco do Brasil foram tão mal concebidas...
(A Província nº 10, 08/10/1872 – texto 52) (grifo nosso)

Ex.78: Refirimo-nos ao projeto que atualmente se dis-|cute, com um decidido patriotismo...
(Diário de Pernambuco nº 128, 06/06/1864 – texto 43) (grifos nossos)

Como o uso da voz passiva enfoca o apagamento do agente e promove um certo distanciamento entre os interlocutores (FONSECA, M., 2005), observamos que a tendência é que os editoriais atuais apresentem uma frequência maior desse recurso lingüístico, na medida em que se distanciaram paulatinamente do subjetivismo que marcou o início da imprensa, e o emprego da primeira pessoa foi cedendo lugar ao emprego da terceira pessoa.

⁸⁶ Sobre os aspectos verbais ver Bechara (1999), Travaglia (1981) e Camara Jr. (1989).

Ex. 79: “(...) onde se vende igualmente bilhetes de Loteria (...)”
(Trecho de um anúncio do século XIX extraído de Pessoa (2003:276))

Ex.80:... em cujas casas se recebam | igualmente assignaturas e se | vende este Diario pelo preço de | 10 rs.
cada folha.
(Diario de Pernambuco nº 1, 07/11/1825 – texto 1) (grifos nossos)

Ex.81:...é porém intima con-|vicção nossa que a não se mudar radical-|mente o systema actual, as
modificações | que se propuzerem para o aperfeioar, nenhum resultado proficuo darão.
(O Progressista nº 3, 13/06/1868 – texto 46)

No caso dos editoriais, diferentemente do que foi constatado por Pessoa (2003) nos anúncios do século XIX, o emprego dos verbos na terceira pessoa do singular ou do plural acompanhados de “se” ocorrem em concordância com os termos que recebem a ação. Assim sendo, este elemento lingüístico não parece se manifestar de forma semelhante nas duas tradições discursivas no início da imprensa. Se, por um lado, os anúncios transportam para as páginas dos jornais a língua coloquial por meio da superposição entre a construção passiva e a indeterminação (PESSOA, 2003), por outro lado, os editoriais seguem mais à risca a concordância entre o sujeito paciente e o verbo nas construções passivas, mantendo os traços da distância comunicativa (OESTERREICHER, 2001) próprios desta tradição discursiva e conservados até hoje. Tal procedimento reflete o cuidado dos redatores em preservar a inteligibilidade do texto, evitando a “pseudopassiva sintética” e optando por outras estratégias de indeterminação do sujeito (BAGNO, 2001).

Ex.82:O governo não póde determinar que se | subvertam princípios naturais para | impor medidas...
(Diario de Pernambuco nº 1, 01/01/1932 – texto 84) (grifo nosso)

Ex.83: Advirtam-se disto as autoridades brasileiras do setor energético.
(Diario de Pernambuco nº 235, 23/08/2003 – texto 93) (grifos nossos)

Essa variação do emprego da voz passiva nos anúncios e nos editoriais da mesma época demonstra que o uso dos recursos lingüísticos está intimamente vinculado às especificidades das tradições discursivas. De fato, são coincidentes os resultados obtidos em Pernambuco e no Rio de Janeiro, pois os textos da imprensa mais formal nos séculos XIX e XX privilegiaram a construção passiva em detrimento da construção de indeterminação, o que revela um padrão mais condizente com as prescrições da gramática normativa e um movimento das elites em manter, neste aspecto, a distância entre o português brasileiro falado e o escrito (CAVALCANTE, 2001; CAVALCANTE, 2002; LAMOGLIA DUARTE, 2002).

6.3.4 Uso do gerúndio

Até a quarta década do século XIX a função predominante do gerúndio nos textos estudados era a adverbial indicadora de circunstância.

Ex.84: He crível que | pretendendo ser tidos em foro de homens ci-|vilizados continuemos todavia a praticar ta-|les immoralidades?
(Diario de Pernambuco nº 27, 04/02/1842 – texto 23) (grifo nosso)

A grande maioria dos casos ocorria no interior do texto, mas também houve o uso do gerúndio no início dos editoriais, fazendo a abertura do texto e exercendo a mesma função adverbial, tal qual as cartas oficiais paraibanas do século XIX investigadas por Fonseca, M. (2005).

Ex.85: Tendo muito prazer em prestar os meus quase | enuteis serviços à Nação...
(Fragmento de carta oficial do século XIX extraído de Fonseca M. (2005))

Ex.86: Faltando nesta cidade assaz | populosa um Diario de Annun-|cios, por meio do qual se faci-|litassem as transações...
(Diario de Pernambuco nº 1, 07/11/1825 – texto 1) (grifo nosso)

Ex.87: Tomando nova face o nosso Periódico, refundin-|do-se com o Diario da Administração, não entenda | alguns que desandaremos a carreira...
(Diario de Pernambuco nº 70, 02/05/1835 – texto 12)

Esse traço de semelhança na abertura das duas tradições discursivas reforça o fato de que várias características dos textos de administração foram transportadas para o texto jornalístico, já que muitos dos profissionais envolvidos no processo de confecção dos jornais eram advogados ou estudantes de direito. Essa é uma provável explicação para os pontos de contato entre as tradições pertencentes aos dois domínios, o jurídico e o jornalístico.

Uma outra aplicação que se tornou mais freqüente, ainda no século XIX, a partir da década de 50, foi a junção dos verbos auxiliares ao gerúndio, especialmente o verbo estar.

Ex.88:... a maneira tibia, | irregular, e ante-canônica, porque vai sendo regido [[regido]] um dos bispados mais importantes | do imperio.
(Diario de Pernambuco nº 26, 01/02/1860 – texto 41) (grifo nosso)

Ex.89... quando | o simples bom senso está indicando que pre-|cisamos de calma e reflexão ...
(Jornal do Recife nº 86, 17/04/1892 – texto 76) (grifo nosso)

Ex.90:... a base da ponte de concreto apresenta desgaste que está provocando falhas na pista de trânsito.
(Diario de Pernambuco nº 300, 27/11/2003 – texto 100) (grifo nosso)

Maler (1972 apud MATTOS E SILVA, 2004), ao analisar textos poéticos e teatrais de Camões e Gil Vicente (mais próximos da oralidade), verificou que o estar + gerúndio surge como uma variação do estar + infinitivo desde o século XVI, mas só se instala no português europeu literário a partir do século XIX.

Considerado como uma permanência no português brasileiro, esse emprego do gerúndio representa uma ação prolongada, ou seja, um aspecto durativo (CAMARA JR., 1989). Pela frequência do seu uso, também em contextos de comunicação oral, tornou-se, inclusive, uma marca lingüística que compõe o estereótipo dos operadores de telemarketing em programas humorísticos e, conseqüentemente, tem sido condenado pelos falantes que se consideram mais cultos ou mais conhecedores das regras gramaticais (CAMARGO, 2004).

6.3.5 Partícula negativa entre o verbo e o clítico

As observações feitas por Alkmim, M. (2002) em anúncios de jornais do século XIX e por Fonseca, M. (2005b) nas cartas oficiais do mesmo século a respeito do emprego de uma partícula negativa entre o verbo e o clítico coincidem com o que detectamos nos editoriais. Isso nos leva a crer que este uso lingüístico era a norma predominante da época e não de um texto em particular

Ex.91: Julgamos que | nos não falta dinheiro sendo melhor arre-|cadado, e melhor administrado.
(Diário de Pernambuco nº 48, 02/03/1838 – texto 18) (grifo nosso)

Ex.92:... a final lhe não havião assegurado uma Victoria tão com-|pleta como aspirava...
(Diário de Pernambuco nº 182, 19/08/1845 – texto 26) (grifo nosso)

Após o desaparecimento da interpolação dos sistemas da língua no século XVII, permaneceu o emprego de alguns advérbios como não, nunca, jamais (SAID ALI, 1956). Na primeira metade do século XIX, há raros casos de não intercalação da partícula negativa. Só a partir da década 70 esse uso tornou-se mais escasso e começou a haver uma variação mais nítida entre o emprego intercalado e o não intercalado da partícula negativa.

Ex.93: O apostolado da imprensa liberal | não se limita, nem pode limitar-se a | apontar os males do presente e decli-|nas as aspirações do futuro.
(A Provincia nº 8, 01/10/1872 – texto 51) (grifo nosso)

Ex.94:... vio-se que seu sem-|blante apresentava a mesma tranqüilidade que o | não desamparou durante a vida.
(Diário de Pernambuco nº 27, 01/02/1884 – texto 76) (grifo nosso)

Ex.95: Não nos parece aceitavel que se batam | pela eleição presidencial que se nos mostra | abroquelado com a idéa de resuscitar o gover-|no do presidente resignatario ...
(Jornal do Recife nº 86, 17/04/1892 – texto 76) (grifo nosso)

No século XX ainda foi registrado um caso de partícula negativa entre o verbo e o clítico, mas no século XXI predomina absoluto o emprego sem a interpolação da partícula negativa. Tal fato faz alusão a uma mudança que representa uma nítida distinção entre o português brasileiro do século XIX e o atual (ALKMIM, M., 2002).

Ex. 96: Isso é que chama sabe-|Doria que se não improvisa...
(Diario de Pernambuco nº 1, 01/01/1932 – texto 84) (grifo nosso)

Ex.97: Mas não se pode trocar a | pressa idônea pelas tropelias e o alvoroço...
(Diario de Pernambuco nº 257, 14/09/2003 – texto 95)

6.3.6 Aspectos ortográficos

Um outro traço que revela mudanças lingüísticas bem visíveis no curso das tradições discursivas é a grafia das palavras. É bom lembrar que as mudanças se restringem ao aspecto gráfico, visto que “*a alteração da ortografia não provoca alteração nas estruturas gramaticais da língua*” (BAGNO, 2001:30). Assim, o quadro abaixo possibilita, apenas, a visualização de algumas mudanças gráficas observadas nos editoriais analisados:

Quadro1: Ocorrências gráficas nos editoriais do século XIX

Ocorrências gráficas	Exemplos	Período
Dupla consoante	annuncios, illimitada	1820 - 1890
Consoantes mudas	Transacções, assignados, actual, Desaffectedos	1820 – 1890
Grafia erudita: ph, th, ch (som de k)	typographia, esphera, hypotheses, monarchia	1820 – 1880
Plural de palavras terminadas em l	taes, iguaes, especiaes	1820 – 1890
Acentuação gráfica irregular	generos, noticias	1820 – 1890
Desinência verbal “ ão” na indicação de futuro e passado	se publicarão vierão	1820 – 1840
Grafia inconstante	deffensor, deffençor	1820 – 1850
Contração ou aglutinação com apóstrofo	d’uma, outr’ora	1820 – 1880
Desinência da 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito em “o”	recebeo, offereceo	1820 – 1820

Troca do z/s e vice-versa	Brazil, cazo, dezejós, particularisada	1820 – 1890
Presença do h mudo	ahi, sahir, sahida, recahir, he (é)	1830 – 1890
Redução de palavras	mui = muito, mor = maior	1840 – 1840
Uso do y em substituição ao i	typographia, systema	1820 – 1890
Separação do pronome “lo”	regeneral-o, fazel-o	1860 – 1890
Uso do acento diferencial	côrte, fôrças, presa	1870 – 1890

Esse levantamento ortográfico, mesmo sucinto, permite a percepção das fases da ortografia portuguesa elencadas por Houaiss (1991:11), quais sejam:

a) Fase da ortografia fonética – Do século XIII ao século XVI, período arcaico, no qual os copistas escreviam pautados na pronúncia. No final desse período, a influência latina fez a escrita afastar-se da pronúncia. Exemplos: nocte (por noite), fructo (por fruto).

É interessante perceber que nos textos do século XIX ainda foram encontradas algumas ocorrências de consoantes mudas, como no *Diario de Pernambuco* nº 1, de 07/11/1825 (texto 1), as palavras “ transacções” e “ “assignados”, e no *Diario de Pernambuco* nº 228, de 12/10/1897 (texto 79), as palavras “actual” e “desaffectos”, o que representa uma herança ainda do período arcaico nos textos do século XIX.

b) Fase pseudo-etimológica – Do século XVI até 1904. Tem como característica a influência greco-latina. A escrita portuguesa toma como modelo a escrita latina e adota costumes gráficos clássicos e eruditos como: rh, th, ph e ch (com som de k).

Nos editoriais do século XIX foram encontrados diversos casos de grafia dessa natureza, dos quais foram tomadas como exemplo, do *Diario de Pernambuco* nº 1 de 07/11/1825 (texto 1), a palavra “typographia”, e do *Diario de Pernambuco* nº 263, de 19/11/1889 (texto 70), as palavras “monarchia” e “hypotheses”.

c) Fase simplificada – De 1904 até nossos dias. Esta fase, baseada no livro de Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, publicado em 1904 e oficializado pelo governo português, procurou:

- eliminar símbolos de etimologia grega (th, ph, ch (som de k) e y (estyló – estilo);
- suprimir as consoantes duplas, com exceção de rr e ss;
- excluir as consoantes mudas;
- regularizar a acentuação gráfica.

Os três primeiros itens eliminados em 1904 são amplamente encontrados nos editoriais do século XIX, mas já nos textos do século XX estão realmente em desuso. No entanto, a regularização da acentuação gráfica, por exemplo, no *Diario de Pernambuco* nº 8, de

10/01/1953 (texto 86), ainda não estava estabelecida. De acordo com Houaiss (1991:12), “a ortografia brasileira seguiu de perto a de Portugal, mas principalmente na década de 30, verificou-se grande número de discussões e propostas ortográficas. A que está em vigor até hoje foi estabelecida em 1943 pela Academia Brasileira de Letras e sofreu pequenas alterações em 1971”.

Como se vê, os aspectos lingüístico-discursivos aqui abordados são evidências dos processos de mudança pelos quais passou essa tradição discursiva, delineando não só a historicidade do texto, mas também a historicidade da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escasso conhecimento acerca da origem da maioria das tradições discursivas que circulam na sociedade motivou a investigação histórica do editorial, a fim de identificar as mudanças e permanências no seu percurso e no uso da língua no contexto do século XIX. Além disso, em sentido estrito, procuramos com este trabalho, reconstruir a constelação de textos na qual o editorial está inserido, ampliar o acervo documental do século XIX e verificar a tendência para a ruptura ou continuidade em dois planos de observação, o estrutural e o lingüístico-discursivo.

A ampliação do acervo documental nos levou a analisar cem textos, número que consideramos necessário para sustentar, o quanto possível, as nossas afirmações sobre diferentes aspectos, que vão da forma ao sentido do texto. Para fundamentar esse olhar espreado acerca dos editoriais, assumimos uma postura teórica interdisciplinar, que envolveu a teoria dos gêneros, da comunicação, a história social da linguagem e a filologia pragmática alemã. Nesse sentido, foram discutidos alguns pontos convergentes e divergentes nas diferentes perspectivas suficientes para embasar a nossa análise.

De início, a incursão pela tradição retórica revelou que há um contínuo entre as abordagens de gênero na antiguidade e as abordagens atuais. As estratégias retóricas gregas para a organização de um discurso, identificando as suas partes constitutivas, são até hoje retomadas, com as devidas adaptações, para analisar a organização argumentativa do editorial, como fizemos, por exemplo, com a utilização do modelo CARS (SWALES, 1990) da nova retórica, perspectiva que apontou para os novos rumos da retórica no século XX.

Na antiguidade romana encontram-se os primeiros registros de propagação de notícias, com a circulação das Atas Diurnas, comunicações manuscritas com características de jornal. Na Idade Média imperava a força da oralidade e as informações eram passadas e repassadas por meio dos trovadores e jograis (RIZZINI, 1968). Tudo isso antes da invenção de Gutemberg em 1453. A partir da imprensa, teve início a circulação de folhas volantes com forte teor opinativo. Dessas práticas sociais advêm os jornais, advêm os editoriais, numa recorrência (MILLER, 1984) marcada por modificações gráficas, lingüísticas e extralingüísticas, que compõem a história das tradições discursivas.

Essas modificações e recorrências espelham o caráter processual, que revela e que é revelado na historicidade da língua e dos textos. Nesse sentido, os estudos que consideram a

variabilidade e o dinamismo da língua e das tradições discursivas requerem uma aproximação entre sincronia e diacronia (OESTERREICHER, 2001a e 2001b; KABATEK, 2003; JUNGBLUTH, 2005a e 2005b).

Em vista disso, esta pesquisa, ao abordar a história do editorial e do português do Brasil no contexto do século XIX, correlacionou a história social e o desenvolvimento lingüístico, o que possibilitou o contato entre a teoria de gêneros (retóricos e discursivos), a história social da linguagem e a filologia pragmática alemã, da qual foi extraído o conceito de tradições discursivas adotado nesta pesquisa.

O século XIX, período da História do Brasil em que houve uma grande miscelânea de línguas, melhoramentos urbanos, embates políticos ferrenhos e a inserção do sujeito na cultura letrada, detém muitas revelações acerca das práticas comunicativas que carecem de investigação. A nossa contribuição nesse sentido centrou-se no estudo do editorial em Pernambuco, norteador pelo aspectos externos (onde e quando o texto foi utilizado); sociais (tipo de linguagem e sujeitos envolvidos); estruturais (superestrutura e macroestrutura); e lingüísticos (marcas do português brasileiro).

Para isso, iniciamos as reflexões pela recontextualização (OESTERREICHER, 2002), ou seja, pela reconstrução da performance do editorial, tomando por base a história da imprensa e os desafios do jornalismo impresso, que revelaram muitos traços de mudança e de permanência no percurso da tradição editorialística.

De antemão, o que a história fez conhecer foi que a imprensa do século XIX no Brasil é um reflexo da imprensa do século XVIII na Europa. A imprensa áulica, que partia em defesa do governo e tentava inibir as mobilizações populares, como fez a *Aurora Pernambucana*, fundada pelo governador Luiz do Rego Barreto, provavelmente é uma herança do que fez Napoleão na França com o *Le Moniteur*. A conquista da liberdade de imprensa ativada na Revolução Francesa (1789) foi assegurada no Brasil na Constituição de 1824. A produção de pasquins por vultos como Cipriano Barata e Frei Caneca também é uma herança dos panfletos políticos franceses. Já no século XX, a implantação de órgãos de censura, como o DIP (1937), dá continuidade a uma prática adotada na Europa no período de 1914-1918.

No percurso do século XIX ao XXI também são observadas mudanças e permanências internas no jornalismo impresso brasileiro. A passagem das tendências político-partidárias para literário-independentes e, em seguida, para telegráfico-informativas retrata exatamente um marco divisório entre a fase artesanal e industrial da imprensa. O estilo telegráfico-informativo permanece até o momento, caracterizado pela redução do espaço destinado à

opinião, tornando-se, assim, mais informativo e publicitário e orientando-se por um estilo objetivo e, em alguns casos, supostamente imparcial.

Além dessas, outras mudanças são constatadas a exemplo da imprensa a serviço da classe trabalhadora, no início do século XX, deixando de ser exclusividade da classe dominante. Na elaboração dos textos, são apagados procedimentos como a colagem de editoriais na íntegra de um jornal em outro e o anonimato enunciativo provocado pelo envio de mensagens pelas agências de notícia e pelos textos anônimos muitas vezes veiculados. Hoje a identificação autoral é uma exigência. A autonomia que os gêneros textuais foram adquirindo no jornal contribuiu para tornar menos tênue a fronteira entre opinião e informação.

Em meio a essas ocorrências, a tradição editorialística também passou por alterações na organização micro e macroestrutural, mas manteve uma linha de continuidade assegurada por sua função socialmente reconhecida. O editorial, na fase artesanal, primeira metade do século XIX, já estava em plena circulação, mas não tinha uma nomeação nem uma localização definidas, o que dificultava o seu reconhecimento no corpo do jornal. A identificação só ocorria por meio das pistas lingüísticas, que restabeleciam a sua identidade por meio do ponto de vista discursivo.

Posteriormente houve mudanças nesse sentido. O editorial passou a ocupar um lugar específico na página e das várias nomeações para um só texto (prospecto, introdução, artigo de fundo, artigo comunicado, artigo editorial). Há hoje a utilização predominante do termo **editorial** para textos com diferentes nuances, a depender do suporte que o veicula: jornal, revista, lista telefônica etc. Em termos lingüísticos, foi superada uma fase de insultos e ofensas e estabelecida uma fase de clareza e concisão.

O que procuramos ressaltar em nossa análise foi o fato de que a plasticidade do editorial não alterou a prototipicidade opinativa. Em outras palavras, são percebidos traços de mudança na denominação, no estilo, na estrutura, na linguagem; e de permanência do ponto de vista discursivo, do teor opinativo, do status como gênero jornalístico nobre e, sobretudo, da finalidade comunicativa. Do nosso ponto de vista, isso significa dizer que, assim como as línguas, as tradições discursivas dispõem de espaços para variação e para a mudança nos eixos sincrônico e diacrônico, sem perder o tronco comum que determina o seu pertencimento a uma dada linhagem de textos.

Podemos perceber também, com base nas informações de que dispomos até o momento e da análise feita, que há dois estágios no processo de mudança das tradições discursivas. O primeiro refere-se às alterações por que passa a mesma tradição discursiva em

sucessivas bifurcações (JUNGBLUTH, 2004). Nesse caso, a finalidade comunicativa permanece, como observamos no percurso do editorial. O outro estágio de mudança corresponde à passagem de uma tradição discursiva a outra. Nesse caso, a finalidade comunicativa se distingue, a exemplo da passagem da carta para os gêneros jornalísticos, incluindo o editorial. Nos dois casos, as mudanças não são bruscas, são paulatinas e acompanham o contínuo das práticas sociais.

Outra idéia que emergiu de nossas reflexões acerca da história do editorial e de sua raiz plural diz respeito à opção por uma abordagem que supere o reducionismo das análises classificatórias. Essa opção poderia pautar-se, e esta é a nossa sugestão, nas ramificações dos textos. Ao nosso ver, isso significa considerar o que há de processual, relativamente estável (BAKHTIN, 1992a) e histórico nos textos. Em vista disso, não nos detemos na classificação pura e simples dos editoriais. Optamos, sim, por buscar, no percurso desta tradição discursiva, elementos que pudessem demonstrar processualmente como é possível a ocorrência da diversidade sem que haja desvinculação do tronco comum que a originou.

Seguindo as ramificações do editorial, acompanhamos o percurso da forma ao sentido na passagem da carta, como gênero-mãe, para as gazetas manuscritas, os panfletos político-partidários, jornais em formato de livro, jornais com longas páginas compostas de seqüências ininterruptas de textos diversos, entre os quais se situava o editorial, e jornais com projetos gráficos e estéticos que ressaltam a autonomia dos gêneros e tornam a leitura mais agradável e dinâmica, pelo menos para o leitor contemporâneo.

Dentre as muitas alterações, a leitura contínua cedeu lugar aos multimodos de olhar, escolher e ler; conseqüência imediata da substituição de uma página uniforme para uma reunião de textos verbais e não-verbais. Diferentemente da diagramação do passado, em que o editorial dividia o espaço da página com os mais diversos gêneros (telegramas, instruções populares etc.), hoje ele compartilha a página com outros textos também opinativos. Essa medida também denotou uma progressiva sistematização dos textos no jornal, com implicações sensíveis nos procedimentos de leitura.

No que diz respeito à organização retórica, os editoriais atuais apresentam uma rigidez maior com relação à seqüência: contextualização do tema, argumentação sobre a tese e indicação da posição do jornal; há também nesses textos uma estrutura limitada a seis ou oito parágrafos, fruto, evidentemente, da limitação do espaço gráfico. A flexibilidade na organização das primeiras versões do editorial é facilmente percebida nos textos metafóricos, extensos e labirínticos, que se prolongavam de um número a outro do jornal, a exemplo da conhecida prática dos folhetins do século XIX.

Em termos estruturais, apesar da importância dos títulos na articulação da macroestrutura textual, eles não ocorriam com frequência nos editoriais da primeira metade do século XIX, em oposição aos editoriais atuais, cuja presença dos títulos é indispensável. A análise do *corpus* evidenciou a preferência por títulos temáticos em detrimento dos não-temáticos e a recorrência dos títulos nominais, oracionais e adjetivais, alguns com forte carga opinativa. Predominavam, na fase inicial, os elementos contextualizadores, como o nome do jornal, do gênero, as rubricas, as datas, enquanto os títulos adquiriam paulatinamente a sua sistematização. Esse fato revelou que a ausência de título não interferiu na finalidade comunicativa nem na função social do texto.

Dentre os recursos argumentativos utilizados na construção de sentido do editorial tem continuidade o emprego da primeira pessoa do plural, não como um marcador da voz do jornal, mas correspondendo ao eu que escreve mais o outro que lê, como uma referência ao grupo, à nação, aos cidadãos de um modo geral. Também permanecem estratégias argumentativas que utilizam as modalizações e as perguntas retóricas.

Por outro lado, são eliminados do processo o uso excessivo da adjetivação e as longas citações em língua estrangeira, acompanhadas da tradução; a opção pelo emprego da terceira pessoa, com destaque para o pronome “se”, substitui o pronome “nós” como marcador do ponto de vista discursivo. Essas mudanças se encarregaram da passagem de uma argumentação emotiva para uma mais racional e da aquisição do aspecto enxuto e impessoal dos editoriais atuais.

Um dos registros lingüístico-discursivos de maior relevância no percurso do editorial é a influência da oralidade. Mesmo sendo uma tradição discursiva de concepção e meio escritos (OESTERREICHER, 2001a) e sendo produzida por sujeitos letrados, voluntária ou involuntariamente, marcas da transição da fala para a competência escrita, no contexto do século XIX, são amplamente percebidas nos textos da época.

A simulação de diálogo, com o intuito de aproximar, envolver e provocar os leitores, está entre as marcas que ficaram no passado. As referências diretas aos leitores e as interjeições que transportavam para os editoriais os acalorados debates das ruas sofreram um total apagamento e cederam lugar às referências sutis. A pontuação empregada de forma assistemática e com uma forte orientação prosódica, com o desenvolvimento da competência escrita, tornou-se mais sistemática e norteadas por fatores prosódicos adicionados aos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Se hoje o texto jornalístico é situado no intermédio entre a língua padrão formal e a coloquialidade, podemos constatar nos editoriais analisados que

esta é uma prática de longa data, haja vista a ocorrência de expressões coloquiais e provérbios que continuam a quebrar a rigidez formal, própria desta tradição discursiva.

Os traços característicos do português do Brasil no século XIX apontam o editorial como um gênero que se apresenta com o máximo grau de reflexão das formas lingüísticas, a exemplo do predomínio da concordância verbal e nominal, entre outros usos que foram verificados nos resultados coincidentes entre esta investigação dos editoriais produzidos em Pernambuco e uma pesquisa com o mesmo gênero, realizada por Cavalcante (2002) no Rio de Janeiro. Alguns recursos lingüístico-dicursivos vinculam-se às especificidades desse gênero. O emprego da voz passiva com apagamento do agente promove um certo distanciamento e, por isso, tem ganhado evidência principalmente nos editoriais da fase telegráfico-informativa.

Outras ocorrências sinalizam pontos de contato entre domínios discursivos distintos, como o jurídico e o jornalístico. O emprego do verbo no gerúndio na abertura do primeiro parágrafo era comum no estilo redacional das cartas oficiais paraibanas (FONSECA, M., 2005); forma de abertura semelhante também foi encontrada em alguns editoriais do *corpus*. Ao nosso ver, essa marca lingüístico-discursiva de iniciação dos textos denota uma aproximação dos dois domínios, justificada, inclusive, pelo livre trânsito dos produtores textuais (políticos, escritores e advogados) de um domínio a outro. Isso, sem dúvida, facilitava a permuta de traços genéricos entre os domínios. Os primeiros editoriais, por exemplo, guardam muitas características de textos literários, acadêmicos e jurídicos.

De um modo geral, em resposta às três hipóteses levantadas no início da pesquisa, a análise do *corpus* evidenciou as seguintes proposições:

- a confirmação de que os editoriais passaram por transformações lingüísticas, organizacionais e funcionais, de acordo com as necessidades da sociedade e do suporte que os veicula, o que gerou modificações em sua constituição, mas manteve a finalidade comunicativa;

- a constatação de que, na fase inicial da imprensa, antes mesmo de possuir uma nomeação fixa e de adquirir autonomia entre as outras tradições discursivas por meio de uma demarcação mais nítida entre informação e opinião, os editoriais circulavam plenamente nos panfletos e jornais da época e preservaram a identidade que reconhecemos nos periódicos contemporâneos;

- a verificação de que, na historicidade da língua e do editorial, há itens, nas duas dimensões analisadas, que apresentam maior tendência para a mudança e outros para a permanência. Tudo indica que o cerne argumentativo, o ponto de vista discursivo e a

finalidade comunicativa revelam-se como os traços essenciais para a identificação desse texto, em virtude da recorrência ao longo do percurso histórico do editorial.

Por fim, esperamos que as reflexões que emergiram desta pesquisa contribuam para uma abordagem menos classificatória e mais processual dos textos; que as discussões sobre os usos do português brasileiro no século XIX sejam ampliadas com as observações de alguns elementos lingüístico-discursivos utilizados na composição do editorial em correlação com outros gêneros do mesmo período; e que o estudo interdisciplinar aqui proposto aponte para novas perspectivas teóricas e práticas que aproximem ciências afins na busca pela compreensão e orientação das práticas sociais, sobretudo, no que se refere à competência comunicativa dos sujeitos.

As palavras aqui expressas não são as últimas por dois grandes motivos: o primeiro, é óbvio, o trabalho aqui apresentado trata-se de uma pequena contribuição em meio a tantas questões que ficaram sem resposta e que carecem de investigação; e o segundo é o que nos move no meio científico, ou seja, não há ponto de chegada, nem fim. Portanto, este é mais o início do que o fim de inúmeras reflexões que pretendemos fazer no profícuo campo da linguagem. Até onde chegamos na nossa investigação muito já passamos a conhecer acerca da história da língua e da tradição editorialística, mas há um longo caminho a seguir. Para isso, contamos com as valiosas sugestões, correções e contribuições que os leitores possam nos dar e antecipadamente agradecemos a colaboração de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. 2003. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

ADGHIRNI, Zélia Leal. 2002. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 449-468.

AGUIAR, Vera Teixeira. 2004. Leitura e cidadania. In: HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro Ed. Europa, pp. 34-52.

ALBERT, P. & TERROU, F. 1990. *História da imprensa*. 1 ed. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes.

ALKMIM, Mônica G. R. de. 2002. Estruturas negativas em anúncios de jornais do séc. XIX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 177-195.

ALKMIM, Tânia Maria. 2001. Sociolinguística parte I. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). 2ed. São Paulo: Cortez, pp. 21-47.

_____(org.). 2002. *Para a história do português brasileiro*. Vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas.

AMARAL, Luiz. 1996. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto.

_____. 1997. *Jornalismo: matéria de primeira página*. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. 2004. *História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900*. Rio de Janeiro: Elsevier.

ANDRADE, Maria Lúcia. 2001. *Relevância e contexto: o uso de digressões na língua falada*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/ USP : Fapesp.

ANDRADE, Maria Margarida de & MEDEIROS, João Bosco. 2000. *Comunicação em língua portuguesa: para os cursos de jornalismo, propaganda e letras*. 2 ed. São Paulo: Atlas.

ANTOS, Gerd. 1997. Os textos como formas constitutivas do saber. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da lingüística de texto à base de uma teoria evolucionária. In: ANTOS, Gerd / HEIKE, Tietz (eds.) *O futuro da lingüística de texto*. Tadições, transformações, tendências. Tübingen: Niemeyer, pp. 43-65.

ANTUNES, Maria Irandé Costa Moraes. 1993. A insuficiência dos elementos lingüísticos do texto: um desafio para os interlocutores. In: *Investigações* vol. 3,dez., pp. 41-52.

_____. 1996. *Aspectos da coesão do texto: uma análise em editoriais jornalísticos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

_____. 2005. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola.

BAGNO, Marcos. 2000. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola.

- _____. 2001. *Português ou brasileiro?* um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola.
- _____; GAGNÉ, Gilles & STUBBS, Michael. 2002 *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola.
- BAHIA, Juarez. 1990. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4 ed. São Paulo: Ática.
- BAKHTIN, Mikhail. 1992a. *Estética da criação verbal*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes
- _____. 1992b. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec.
- BARBOZA, Jeronymo Soares. 1871. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa, ou princípios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 5 ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- BARROS, Souza. 1972. *A década de 20 em Pernambuco (uma interpretação)*. Rio de Janeiro.
- BAZERMAN, Charles. 1994. Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions. In: FREEDMAN, Aviva & MEDWAY, Peter (eds.). *Genre and the new rhetoric*. London/Bristol, Taylor & Francis, pp. 79-101.
- _____. 2003. *Formas sociais como habitats para ação*. In: Investigações: Lingüística e Teoria Lieterária. Vol. 16, número 2, jun/2003. pp.123-141.
- _____. 2005. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Organização: Angela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de & DRESSLER, Wolfgang. 1981. *Introduction to text linguistics*. London: Longman.
- BECHARA, Evanildo. 1999. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- _____. 2004. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Lucerna
- _____. 2005. *Lições de português pela análise sintática*. 17 ed. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BELTRÃO, Luiz. 1976. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina.
- _____. 1980. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- BENTES, Duda. 2001. Fotojornalismo: a fotografia como expressão tecno-imaginária. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. 1 ed. São Paulo: Eideel; Brasília: UniCEUB. pp. 177-197.
- BENVENISTE, Émile. 1988. *Problemas de lingüística geral I*. 2 ed. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes.
- BERGER, Christa. 2002. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 273-284.
- BHATIA, Vijay K. 1997. *Análise de gêneros hoje*. Tradução Benedito Gomes Bezerra. Reveu Beige de Philologie et d'Histoire, Bruxelles.
- BOMFIM, Eneida. 1988. *Advérbios*. São Paulo: Ática.

BONINI, Adair. 2002. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: insular.

_____. 2005. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kaygangue, pp. 61-77.

BORGES, Luiz C. 2001. A instituição de línguas gerais no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 199-222.

BOSI, Alfredo. 1991. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.

BRAGA, José Luiz. 2002. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Tradução: Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 321-334.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. 1997. Pragmática lingüística: delimitação e objetivos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/ FFLCH/USP, pp. 161-182.

_____. 2001. *Estudos sobre o discurso*. Texto apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para Concurso de Professor Livre Docente.

_____. 2005. Discurso e tradição em anúncios da imprensa brasileira: da informação à sedução-imagens do cotidiano. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee e LOPES, Célia (eds.) *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Frankfurt a.M. (Vervuert).

BRONCKART, Jean-Paul et al. 1985. *Le fonctionnement des discours*. Paris: Delachaux & Niestlé.

BRONCKART, Jean-Paul. 1999. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.

BURKE, Peter. 1995. *A arte da conversação*. Trad. de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

_____. 1997. Os usos da alfabetização no início da Itália moderna. In: BURKE, Peter & PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

CAAMAÑO, Antonio Vilarnovo. 1993. *Lógica y lenguaje em Eugenio Coseriu*. Madrir: Editorial Gredos.

CALDAS, Álvaro. 2002. *O desafio do velho jornal é preservar seus valores*. In: CALDAS, Álvaro (org.). *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, pp. 17-40.

CALLADO, Ana Arruda. 2002. *O texto em veículos impressos*. In: CALDAS, Álvaro (org.). *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, pp. 41-58.

CALLOU, Dinah & AVELAR, Juanito. 2002. Estrutura com ter e haver em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 47-67.

CAMACHO, Roberto Gomes. 2001. Sociolinguística parte II. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs.). 2ed. Vol. 1. São Paulo: Cortez, pp. 49-75.

CAMARA JR., Joaquim Matoso. 1978. *Dicionário de lingüística e gramática*. 8 ed. Petrópolis: Vozes.

_____. 1989. *Princípios de lingüística geral: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora.

_____. 2003. *Manual de expressão oral e escrita*. 22 ed. Petrópolis: Vozes.

CAMARGO, Thaís Nicoleti de. 2004. Língua padrão e cidadania. In: HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro Ed. Europa, pp. 63-74.

CAMPOS, Theresa Catharina de Góes. 2005. *Jornalistas nas lutas políticas brasileira*. Disponível em: < www.google.com > Acesso em 30 jul. 2005.

CARONE, Flávia de Barros. 1995. *Morfossintaxe*. 5 ed. São Paulo: Ática.

CARRATO, Ângela. 2002. Imprensa mineira, um monopólio próximo ao fim. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 469-481.

CARVALHO, Castelar de. 1982. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio.

CASTILHO, Ataliba T. de. 1992. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo: Ática.

_____. 1998. Projeto de história do português de São Paulo. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 61-76.

_____. 2001. Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, pp. 337-369.

_____. 2004. Reflexões sobre o português falado e o exercício da cidadania. In: HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro Ed. Europa, pp. 15-33.

CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. 2001. O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, pp. 233-249.

_____. 2002. Formas de indeterminação na imprensa carioca dos séculos XIX e XX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 197-219.

CHAGAS, Carlos. 2002. A desconstrução do acontecimento e a domesticação do caos: um depoimento e algumas idéias. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 335-348.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena. Tradiciones discursivas y variación diacrónica de los géneros académicos: el artículo de investigación en la filología y la lingüística de la Argentina. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee e LOPES, Célia (eds.) *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Frankfurt a.M. (Vervuert).

CITELLI, Adilson. 2005. *Linguagem e persuasão*. 16 ed. São Paulo: Ática.

COSERIU, Eugeniu. 1973. *Sincronía, diacronía e historia: el problema del cambio lingüístico*. Madrid: Editorial Gredos.

_____ 1979. *Teoria da linguagem e Lingüística geral*. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença Edições.

_____ 1983. *Linguistic change does not exist*. In: *Lingüística nuova ed antica*. Rivista di lingüística clássica mediovale e moderna. 51-63.

_____ 1987. *Gramática, semântica, universales: estudios de Lingüística Funcional*. Madrid: Editorial Gredos.

_____ 1992. *Competencia lingüística*. Madrid: Editorial Gredos.

COSTA VAL, Maria da Graça. 1991. *Redação e textualidade*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes.

CRUIKSHANK, Julie. 2002. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, cap. 11.

CUNHA, Celso Ferreira da. 1994. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12 ed. Brasília: FAE.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. 2002. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: Angela Paiva Dionisio, Anna Rachel Machado & Maria Auxiliadora Bezerra (orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna. pp. 166-179.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. 2002. Apresentação. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 9-10.

DIONISIO, Ângela Paiva. 2005. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kaygangue, pp. 159-173.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. 2002. Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 155-176.

DUBOIS, Jean et all. 1973. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix.

DUCROT, Oswald. 1987. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes.

EBERENZ, Rodolf. 2001. Los regimientos de peste a fines de la Edad Media: configuración de un nuevo género textual. In: JACOB, Daniel / KABATEK, Johannes (eds.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas em la Península Ibérica: Descripción gramatical- pragmática histórica – metodología*. Vervuert: Iberoamericana, pp. 79-96.

ELIZAINCÍN, Adolfo. 1998. Estadoa ctual del proyecto historia del español de América y Canarias. In: CASTILHO, Ataliba de (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, pp. 53-60.

EMERY, Edwin. 1965. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Lidador LTDA.

EPSTEIN, Isaac. 2004. Quando um fato se torna notícia no jornalismo e na ciência. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, pp. 237-254.

FAIRCLOUGH, Norman. 1989. *language and power*. London and New York: Longman.

FARACO, Carlos Alberto. 1991. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática.

_____. 2003. *Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições.

_____. 2005. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história da línguas*. São Paulo: Parábola.

FÁVERO, Leonor Lopes. 1996. *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

_____. 1999. O saber da língua: gramáticas do século XIX. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt na Main: TFM, pp. 231-241.

_____. 2001. Gramática é a arte... In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 59-70.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. 2002. *Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino da língua materna*. 3 ed. São Paulo: Cortez.

FERNANDES, Aníbal. 1982. *Estudos pernambucanos; prefácio de Laurêncio Lima*. 2. ed. rev. Recife: Editora Massangana.

FERRARI, Pollyana. 2004. *Jornalismo digital*. 2 ed. São Paulo: Contexto.

FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. 1997. *Para entender o texto: leitura e redação*. 13 ed. São Paulo: Ática.

FISHMAN, Joshua. 1979. *Sociologia del lenguaje*. Madrid: Ediciones Cátedra S.A.

FLAUSINO, Márcia Coelho. 2001. Notícia: condunzino a compreensão da realidade – cotidiano, imaginário e representações sociais. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. 1 ed. São Paulo: Eideel; Brasília: UniCEUB. pp. 103-118.

FONSECA, Ísis Borges B. da. 1997. A retórica na Grécia antiga. In: Lineide do Lago Salvador Mosca (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, pp. 99-117.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. 2005a. Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos Séc. XVIII e XIX. In: PESSOA, Marlos de Barros (org.). *Língua, textos e história:*

manuscritos e impressos na história do português brasileiro. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, pp. 27-62.

_____. 2005b. *A escrita oficial: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. 2004. *A idéia da República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. 2002. *A ordem do discurso*. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola

FRAGA, Rose Mary. 2005. O envolvimento na linguagem jornalística do século XIX- cartas de leitores. In: PESSOA, Marlos de Barros (org.) *Língua, textos e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro*. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 63-86.

FRANK, Bárbara & HARTMANN, Jörg. 1993. L' "inventaire systematique des premiers documents des langues romanes". In: SELIG, Maria; FRANK, Barbara & HARTMANN, Jörg. *Le passage à l'écrit des langues romanes*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 31-37.

FREYRE, Gilberto. 1990. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república*. 4 ed. Rio de Janeiro.

GARCIA, Othon Moacyr. 1996. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

GARRIOCH, David. 1997. Insultos verbais na Paris do século XVIII. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Tradução Alvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, pp. 121-140.

GÄRTNER, Eberhard. 2002. Tentativa de explicação diacrônica de alguns fenômenos morfossintáticos do português brasileiro. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro* São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 293-328.

GERALDES, Elen Cristina. 2001. Narrativas jornalísticas: porque o real é complexo. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. 1 ed. São Paulo: Eideel; Brasília: UniCEUB. pp. 147-152.

GOMES, Valéria Severina. 1998. *Concepções de língua e implicações para o ensino: análise da palavra de professores de Português e de alunos de Letras*. Dissertação de Mestrado – UFPE.

_____. 1999. As funções pragmáticas das formulações interrogativas. *Travessia* Ano 1, nº 1. Olinda: Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, pp. 45-51.

_____. 2005. História do editorial jornalístico em Pernambuco: aspectos formais e lingüísticos desta tradição discursiva. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee e LOPES, Célia (eds.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Frankfurt a.M. (Vervuert).

GONZÁLEZ REYNA, Susana. 1991. *Gêneros periodísticos 1: periodismo de opinión y discurso*. México: Trilhas.

GRICE, H. P. 1975. Logic and conversation, syntax and semantics. Vol. 3. In: Peter Cole & Jerry L. Morgan (eds.). Academic Press.

- GUEDES, Marymarcia & BERLINK, Rosane de Andrade (orgs.). 2000. *E os preços eram commodos...Anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas.
- GUERRA, Flávio. 1984. *História de Pernambuco*. 3 ed. Recife: Editora Raiz LTDA.
- GUIMARÃES, Doroti Maroldi. 1992. *Um estudo da organização textual de editoriais de jornais paulistanos*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GUIMARÃES, Elisa. 1997. Figuras de retórica e argumentação. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora, pp. 145-160.
- _____. 2004. *A articulação do texto*. 9 ed. São Paulo: Ática.
- GUMPERZ, John J. 1998. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (orgs.) *Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre, AGE, pp. 98-119.
- HEMAIS, Bárbara & BIASI-RODRIGUES, Berandete. 2005. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, pp. 108-129.
- HOUAISS, Antônio. 1985. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO. Instituto Sócio-Ambiental (org.) 2000. *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: I. S. A.
- _____. 1991. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.
- ILARI, Rodolfo et al. 1990. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, v.1, pp. 63-142.
- JAMBO, Arnaldo. 1975. *Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas*. Edição comemorativa do sesquicentenário. Recife: Diário de Pernambuco S.A.
- JAKOBSON, Roman. 1969. *Linguística e comunicação*. Trad. De Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.
- JUCKER, Andreas H. 2000. *History of english and english historical linguistics*. Stuttgart: Ernst Klett Verlag.
- JUNGBLUTH, Konstanze. 1998. *El carácter de los textos semiorales y el junctor que*. In: OESTERREICHER, W. (ed.). *Competencia escrita, tradicion discursiva y variedades lingüísticas*. El español em los siglos XVI y XVII. Tübingen: Narr, pp. 339-358.
- _____. 2004. *Corpus – corpora: o método da seriação e outros aspectos*. Colóquio Internacional (Argentina – Brasil – Alemanha), Freudesntadt, 8-10/07/2004.
- _____. 2005a. *A tradição discursiva dos livros de família na România Velha e Nova*. Conferência na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 04/03/2005.
- _____. 2005b. *Convergências e divergências na história das línguas românicas: contribuições para uma teoria da mudança lingüística*. Minicurso ministrado no IV Congresso Internacional da ABRALIN. Brasília, 21-25/02/2005.
- KABATEK, Johannes. 2001. Como investigar lãs tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: Daniel Jacob e Johannes Kabatek (eds.) *Lengua medieval y*

tradiciones discursivas en la Península Ibérica: Descripción gramatical - pragmática histórica – metodología. Vervuert: Iberoamericana, pp. 97-132.

_____. 2003. *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico.* Fundación Duques de Soria. Seminário de História da língua espanhola “El cambio lingüístico na historia española. Nuevas perspectivas. Soria, Del 7 al 11 de Julio de 2003.

KAISER, Dorothee. 2004. *Ensayo o artículo científico?* Diferencias discursivas entre lingüística y literatura desde los principios del siglo XX. Colóquio Internacional (Argentina – Brasil – Alemanha), Freudesntadt, 8-10/07/2004.

KATO, Mary A. 1986. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística.* São Paulo: Ática.

KAUFMAN, Ana Maria & RODRÍGUEZ, Maria Elena. 1995. *Escola, leitura e produção de textos.* Tradução Inaja Rodrigues. Porto alegre: Artes Médicas.

KLINKENBERG, Jean-marie. 1997. Prefácio. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje.* São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, pp. 11-15.

KOCH, Ingedore G. Villaça. 1993. *A atividade de produção textual.* Caderno de Estudos Lingüísticos (24) JAN/JUN. Campinas: UNICAMP, pp. 65-73.

_____. 1995. *A inter-ação pela linguagem.* 2 ed. São Paulo: Contexto.

KOCH, Peter. 1993. Pour une typologie conceptionnelle et mediale des plus anciens documents/monuments des langues romanes. In: Maria Selig, Barbara Frank et Jörg Hartmann (eds.). *Le passage à l'écrit des langues romanes.* Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 39-81.

KRISTEVA, Julia. 1969. *História da linguagem.* Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70.

LABOV, William. 1972. The study of language in its sócio-cultural context. In: PRIDE, J.B. & HOLMES, Janet (eds.). *Sociolinguistics.* 1972/1976. Harmondsworth: Penguin, pp. 181-202.

LAGE, Nilson. 2004. *Linguagem jornalística.* São Paulo: Ática.

LAMOGLIA DUARTE, Maria Eugênia. 2002. Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro.* São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 155-176.

LOPES, Célia Regina dos Santos. 2001. O percurso de a gente em tempo real de longa duração. In: Mattos e Silva, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro.* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 127-148.

_____. 2002. De gente para a gente: o século XIX como fase de transição. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 25-48.

_____. 2005. Correlações histórico-sociais e lingüístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee e LOPES, Célia (eds.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica.* Frankfurt a.M. (Vervuert).

LUSTOSA, Isabel. 2003. *O nascimento da imprensa brasileira.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

MACHADO DE ASSIS. 1997. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. 23 ed. São Paulo: Ática. Série Bom Livro.

MAIA, Clarinda de Azevedo. 1999. Periodização na história da língua portuguesa: *status quaestionis* e perspectivas de investigação futura. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt na Main: TFM, pp. 21-39.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. 1985. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco 1874-1904*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches - FASA.

MAINGUENEAU, Dominique. 2001. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1986. *O texto no ensino da língua: sugestões teóricas e práticas*. Recife: UFPE, (Mimeo).

_____. 1993. Notas sobre a interjeição. *Investigações*. Recife: vol.3, dezembro, pp. 221-236.

_____. 2000a. *Gêneros textuais: o que são como se classificam?* Recife: UFPE (Mimeo).

_____. 2000b. *Análise da conversação*. 5 ed. São Paulo: Ática.

_____. 2001. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2 ed. São Paulo: Cortez.

_____. 2002. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Angela Paiva Dionísio, Anna Rachel machado e Maria auxiliadora Bezerra (orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna. pp. 19-36

_____. 2003a. *Co-texto e contexto no processo de textualização*. Recife: UFPE. (Mimeo)

_____. 2003b. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, lingüística e literatura*. João Pessoa, v.1, n. 1, p 9-40.

_____. 2004a. *Tendências II: Tradição clássica versus escola norte-americana*. Recife, PG em Letras – UFPE. (Mimeo)

_____. 2004b. *Tendências: visão de Carolyn Miller e a Escola Americana da Nova Retórica*. Recife, PG em Letras – UFPE. (Mimeo)

_____. 2004c. *Conceitualização e tomada de posição: problemas com a questão da classificação e categorização dos gêneros; noção de tipo textual; gênero textual; seqüências e domínios*. Recife, PG em Letras – UFPE. (Mimeo)

_____. 2004d. Contribuições da lingüística contemporânea ao estudo das relações entre língua e conhecimento. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar & SIMÕES, Darcilia (orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de janeiro: Ed. Europa, pp.255-272.

_____. 2005. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê. pp. 17-33.

MARIANI, Bethania. 2001. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel da Academias Literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni P.

(org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 99-124.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. 2002. O processo de televisamento do texto jornalístico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp.525-539.

MARTELOTTA, Mário Eduardo & LEITÃO, Márcio Martins. 2002. A posição de adversários qualitativos, intensificadores e locativos em anúncios do século XIX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 127-153.

MATOS, Maria Helena Ortolan. 2001. O índio na imprensa: de “outro” exótico a “outro” ator político. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. 1 ed. São Paulo: Eideel; Brasília: UniCEUB. pp. 87-102.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 1995. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

_____. 1998. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 21-52.

_____. 2001. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.) *Para a história do português brasileiro* Vol. II: Primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, pp. 275-301.

_____. 2002. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 443-464.

_____. 2004. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

MAURO, Maria Adélia Ferreira. 1997. Argumentação e discurso. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/ FFLCH/USP, pp. 183-200.

MELLO, Heliana Ribeiro de. 2002. Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato lingüístico. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 341-358.

MELO, Gladstone Chaves de. 1974. *Origem, formação e aspectos da cultura brasileira*. Lisboa: Centro do livro brasileiro.

MELO, José Marques de. 1972. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

_____. 1979. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. 4 ed. Petrópolis: Vozes.

_____. 1985. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas.

_____. 1994. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2 ed. Petrópolis: Vozes.

_____. 1998. *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes.

_____. 2001. Identidade do campo da comunicação: estratégias para sair do gueto acadêmico. In: Barros, Antonio; Duarte, Jorge & Martinez, Regina (orgs.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. 1 ed. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, pp. 55-66.

MELO, Sandra Helena Dias de. 2005. *Identidade, ética e linguagem: uma análise pragmática das práticas discursivas na imprensa (ou como fazer uma “bom” jornalismo com palavras)*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP. Campinas, SP.

MENDOÇA, Márcia Rodrigues de Souza. 2001. Pontuação e sentido: em busca da parceria. In: DIONISIO, Ângela Paiva & BEZERRA, Auxiliadora (orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 113-125.

MIGUEL, Luís Felipe. 2000. *Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil*. Revista Brasileira de História vol. 20 n. 39, São Paulo. Disponível em: <www. Scielo.br> Acesso em 21 jul. 2005.

MILLER, Carolyn R. 1984. Genre as social action. In: Aviva Freedman & Peter Medway (eds.) *Genre and the new rhetoric*. Londo: Taylor & Francis, pp. 23-42.

_____. 1994. Rhetorical Community: cultural basis of genre. In: FREEDMAN, Aviva & MEDWAY, Peter (eds.) *Genre and tennew rhetoric*. Londo/Bristol, Taylor & Francis, pp67-78.

MIRA MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês Silva & FARIA, Isabel Hub. 1983. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.

MORAIS, Artur Gomes de. 1999. Ortografia: este peculiar objeto de conhecimento. In: MORAIS, Artur Gomes de (org.). *O aprendizado da ortografia*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 7-19.

MORAIS, Fernando. 1994. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

MORAIS, Maria aparecida C. R. Torres. 2002. Rastreando aspectos gramaticais e sociohistóricos do português brasileiro em anúncios de jornais do século XIX. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 69-125.

MOREL, Marco & BARROS, Marina Monteiro de. 2003. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do séc. XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. 1997. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, pp. 17-54.

MOTTA-ROTH, Désirée. 2005. Questões de metodologia em análise de gêneros. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue. pp. 179-202.

MOTTA, Luiz Gonzaga. 2002. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 305-319.

MOUILLAUD, Maurice. 2002a. Preliminares. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 25-28.

_____. 2002b. Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 29-35.

_____. 2002c. A informação ou parte da sombra. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 37-47.

_____. 2002d. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 49-83.

_____. 2002e. O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 85-98.

_____. 2002f. O título e os títulos. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 99-116.

_____. 2002g. Posturas do leitor. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 173-190.

_____. 2002h. Le Monde e Libération em perspectiva: uma tendência: Libération. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 203-213.

_____. 2002i. O sistema de citações. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 117-144.

NASCENTE, Antenor. 1960. *O idioma nacional*. 3 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

NASCIMENTO, Karina Chrysóstomo de Sousa. 1999. *A macroestrutura argumentativa de editoriais do Jornal do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa apresentada ao Conselho dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Luiz do. 1962. *O jornal por dentro e por fora*. Recife: Arquivo Público- Imprensa Oficial.

_____. 1966. *História da imprensa de Pernambuco*. Vol. II *Diários do Recife*. Recife: UFPE. (1821-1954).

_____. 1969. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1924)*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Vol. IV.

_____. 1994. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Ed.Universitária da UFPE. Vol. XI.

_____. 1994. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Ed.Universitária da UFPE. Vol. XII.

_____. 1994. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Vol. X.

NASCIMENTO, Rose Mary Fraga do. 2001. *Cartas de leitores em jornais do século XIX: marcas de envolvimento*. Dissertação de Mestrado/UFPE.

NEF, Frédéric. 1995. *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Tadução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NETO, João Lourenço da Silva. 2001. *Revoltas coloniais e imperiais – Brasil*. Disponível em: <www.google.com> Acesso em 26 jul. 2005.

- NEVES, Maria Helena de Moura. 1997. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2002. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP.
- NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. 1990. *Gramática contemporânea da Língua Portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Scipione.
- NOBLAT, Ricardo. 2003. *A arte de fazer um jornal diário*. 4 ed. São Paulo: Contexto.
- NUNES, José Joaquim. 1960. *Compendio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica.
- OBELKEVICH, James. 1997. Provérbios e história social. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Tradução Alvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, pp. 43-81.
- OESTERREICHER, Wulf. 1996. *Lo hablado en el escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipología*. In: KOTSCHI, T. / OESTERREICHER, W. / Zimmermann, K. (eds.). *El español hablado y la cultura oral em Espana y Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: iberoamericana, pp. 317-340.
- _____. 1997. Cajamarca 1532 – diálogo y violencia. Los cronistas y la elaboración de una historia andina. *Lexis* vol. XXI (2): pp.211-271.
- _____. 1998. Bloqueos epistémicos en la lexicología histórica o el miedo a la variación. Considerando el español em América (siglo XVI). In: Wulf Oesterreicher et al. (eds.) *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr. pp. 37-142.
- _____. 2000. Aspectos teóricos y metodológicos del análisis del discurso desde una perspectiva histórica: el coloquio de Cajamarca 1532. In: José Jesús de Bustos Tovar et al. (eds.) *Lengua, discurso, texto*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid / Visor, pp. 159-199.
- _____. 2001a. Langage parlé et langage écrit. *Lexicon der romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, vol. 1,2, s.v. 62. Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache, pp. 584-627.
- _____. 2001b. La ‘recontextualización’ de los géneros medievales como tarea hermenêutica. In: JACOB, Daniel / KABATEK, Johanes (eds.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: Iberoamericana, pp. 199-231.
- _____. 2002. Autonomización del texto e recontextualización. Dos problemas fundamentales en las ciencias del texto. In: Eduardo Hopkins Rodríguez (ed.) *Homenaje Luis Jaime Cisneros*. Lima, Pontificia Universidad Católica del peru, vol. I, pp. 343-387.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. 2004. O gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar e SIMÕES, Darcilia (orgs.). *Língua e cidadania: nos perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, pp. 183-193.
- OLIVEIRA, J. Gonçalves de. 1986. *Subsídios à história da imprensa oficial em Pernambuco*. Recife: (CEPE).
- ORLANDI, Eni P. 2001. Apresentação. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 7-20.

_____. & GUIMARÃES, Eduardo. 2001. Formação de um espaço de produção lingüística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 21-38.

OSAKABE, Haquira. 1999. *Argumentação e discurso político*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

PAIM, Antônio. 2000. *Momentos decisivos da história do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes.

PAULA, Sergio Góes de. (org.). 2001. *Hipólito José da Costa*. 1 ed. São Paulo: Ed. 34.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTSTYTECA, L. 1996. *Tratado de argumentação*. São Paulo: Martins Fontes.

PERINI, Mário A. 1989. *Para uma nova gramática do português*. 4 ed. São Paulo: Ática.

PESSOA, Marlos de Barros. 1997. *Formação de uma variedade urbana e semioralidade na primeira metade do século XIX. O caso do Recife, Brasil*. Tübingen. Dissertation.

_____. 1999. Periodização do português brasileiro: o problema dos critérios. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt na Main: TFM, pp. 145-151.

_____. 2001. *Oralidade concepcional na imprensa do Recife no século XIX*. In: Mattos e Silva, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: FAPESP, pp 25-38.

_____. 2002a. Da carta a outros gêneros textuais. In: LAMOGLIA, Maria Eugênia & CALLOU, Dinah et. al. (orgs.). *Para a história do Português brasileiro*. Notícias de corpora e outros estudos – vol. IV. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 197-205.

_____. 2002b. *O gênero notícia no Brasil: notas para uma história*. Trabalho apresentado no V Seminário do Projeto “Para a história do Português brasileiro”, Ouro Preto, 17 a 21 de setembro.

_____. 2002c. *História do jornal e história da língua*. Texto apresentado no V Seminário do projeto Para a história do português brasileiro, realizado em Ouro Preto – Minas Gerais, nos dias 15 a 17/10/2002.

_____. 2003. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

_____. 2005. O primeiro número do Diário de Pernambuco: tradições discursivas e gramática. In: CIAPUSCIO, Guiomar; JUNGBLUTH, Konstanze; KAISER, Dorothee e LOPES, Célia (eds.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica*. Frankfurt a.M. (Vervuert).

PETERLINI, Ariovaldo. 1997. A retórica na tradição latina. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, pp. 119-144.

PETTER, Margarida M. Taddoni. Africanismos no português do Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 223-234.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. 2001. A língua nacional no espaço da polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 167-183.

PIZA, Daniel. 2003. *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto.

PONTUAL, Virgínia. 2001. *Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas*. Revista Brasileira de História vol. 21 nº 42, São Paulo. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em 21 jul. 2005.

PRETI, Dino. 2000. *Sociolinguística: os níveis da fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 9 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

RAMOS, Jânia. 1998. Um plano para a sintaxe diacrônica do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 79-87.

REBOUL, Anne & MOESCHLER, Jacques. 1998. *La pragmatique aujourd'hui: une nouvelle science de la communication*. Éditions du Seuil.

REBOUL, Olivier. 2000. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes.

REYZÁBAL, Maria Victoria. 1999. *A comunicação oral e sua didática*. Trad. de Waldo Mermelstein. Bauru; SP: EDUSC.

RIBEIRO, Ilza. 2002. Quais as faces do português culto brasileiro? In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 359-381.

RIBEIRO, Lavina Madeira. 2001. *O processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs.). *Comunicação: discursos, práticas e tendências*. 1 ed. São Paulo: Eideel; Brasília: UniCEUB. pp. 67-86.

RIBEIRO, Renato Janine. 1997. Apresentação. In: BURKE, Peter & PORTES, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Tradução Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. pp. 7-13.

RIZZINI, Carlos. 1946. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil 1500-1822 – com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora.

_____. 1968. *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. 1997. *O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva*. In: D.E.L.T.^a, vol. 13 nº 1, fev. São Paulo: EDUC.

RODRIGUES, Adriano Duarte. 2002. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Tradução: Sérgio Grossi Porto. Brasília: Editora Universidade de Brasília pp. 217-233.

RODRIGUES, Ângela Cecília Souza. 1995. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, pp. 13-32.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline Peixoto & COLLINS, Heloisa. 2005. Letramento digital: um trabalho a partir dos gêneros do discurso. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz & BRITO, Karim Siebeneicher (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória: Kayganguê, pp. 123-157.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. 1993. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: ED. Universidade/UFRGS.

SAUSSURE, Ferdinand de. 1970. *Curso de lingüística geral*. 2 ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

SCHILIEBEN-LANGE, Brigitte. 1993. *História do falar e história da lingüística*. Trad. Fernando Tarallo et. al. Campinas: Editora da UNICAMP.

SCHMIDT-RIESE, Roland. 2002. Glosando las confesiones de los hermanos Ávila. Discurso e identidad en la Nueva Espana a finales del siglo XVI. In: *Revista de Lingüística y Literatura*. Vol. XXVI, Nº 1. Departamento de Humanidades – Pontificia Universidad Católica Del Peru, pp. 3-78.

_____. 2002b. *Periodização e português brasileiro*. In: DUARTE, M. E. L. e CALLOU, D. (org.). *Para a história do português brasileiro – Notícias de corpora e outros estudos – vol. IV*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/FAPERJ.

_____. 2002c. Sobre mudança e variedades no espanhol quinhentista: o caso das construções com se. In: ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, pp. 247-278.

SAID ALI, Manol. 1956. *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

_____. 1964. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SELIG, Maria. 1993a. Le passage a l'écrit dès langues romanes – etat de la question. In: SELIG, Maria; FRANK, Barbara & HARTMANN, Jörg. *Le passage à l'écrit des langues romanes*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 9-29.

_____. 1993b. Parodie et protocole – L'importance de la "citation" pour les premiers documents des langues romanes. In: SELIG, Maria; FRANK, Barbara & HARTMANN, Jörg. *Le passage à l'écrit des langues romanes*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, pp. 91-108.

SILVA, Cinara Santana da & BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. 1999. Reflexões sobre o ensino e a aprendizagem da pontuação. In: MORAIS, Artur Gomes de (org.). *O aprendizado da ortografia*. Belo Horizonte: Autêntica, pp 121-139.

SILVA, Hélio & CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. 1998. *História da República brasileira: o Estado Novo 1937-1938*. São Paulo: Editora Três LTDA.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. 1979. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

SILVA, Leonardo Dantas. (Pref.) 1985. *O Monitor das Famílias: periódico de instrução e recreio*. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais.

SILVA, Luis Martins da. 2002. Imprensa, discurso e interatividade. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 253-271.

SILVA, Mariza Vieira da. 2001. Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, pp. 139-153.

SILVA, Mozeiner Maciel Nascimento; BESERRA, Normanda da Silva & GOMES, Valéria Severina. 2003. Marcas interativas em produções textuais escolares escritas. *Investigações*. Recife, v. 16 n. 2, pp. 169-179.

SILVA, Telma Domingues da. 2001. *Os manuais da imprensa no Brasil: da redação à circulação pública*. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua*. Campinas, SP: Pontes, pp. 273-307.

SODRÉ, Nelson Weneck. 1979. *Formação histórica do Brasil*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.

_____. 1988. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A.

_____. 1999a. *Síntese de história da cultura brasileira*. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. 1999b. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. 2004. *Estudo da organização textual argumentativa em editoriais de jornais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará.

STAINBERG, Jonathan. 1997. O historiador e a *questione della lingua*. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Tradução Alvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, pp. 235-248.

STOLL, Eva. 1996. Competência escrita de impronta oral em la crônica soldadesca de Pedro Pizarro. In: Kotschi, Thomas, OESTERREICHER wulf & ZIMMERMANN (eds.). *El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamericana.

_____. 1998. Gêneros em la historiografia indiana: modelos y transformaciones. In: OESTERREICHER, Wulf et al. (eds.). *Competência escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano em los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr.

SUASSUNA, Livia. 1995. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. Campinas: Papyrus.

SWALES, John M. 1990. *Genre analysis*. English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1992. *Re-thinking genre: another look at discourse community effects*. Paper no Rethinking Genre Colloquium. Carleton University, Ottawa. (Mimeo)

TARALLO, Fernando. 1999. *A pesquisa sociolingüística*. 6 ed. São Paulo: Ática.

TÉTU, Jean-François. 2002. *Le Monde e Libération em perspectiva: referências e significação: Le Monde*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 191-201.

TODOROV, Tzvetan. 1980. *Os gêneros do discurso*. Trad. de Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Martins Fontes.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. 1981. *O aspecto verbal do português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

_____. 2004. Tipologia textual, ensino de gramática e o livro didático. In: HENRIQUES, Cláudio Cezar (org.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, pp. 114-138.

TRAVASSOS, Tarcísia. 2003a. Títulos, para que os quero? In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BESERRA, Normanda da Silva (orgs.) Rio de Janeiro: Lucerna.

_____. 2003b. Atividades com títulos em livros didáticos de português. *Investigações*. Recife, v. 16 n. 2, p. 169-179.

VAN DIJK, Teun Adrianus. 1992. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto.

VANOYE, Francis. 1996. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Trad. de Clarice Madureira Sabóia et al. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes.

VASCONCELLOZ, Antonio G. Ribeiro de. 1900. *Grammatica historica da lingua portuguesa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

VIANNA, Helio. 1945. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional.

VIDOS, Benedek Elemér. 1996. *Manual de lingüística românica*. Trad. de José Pereira da Silva, com revisão técnica de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Eduerj.

VITRAL, Lorenzo. 2001. Língua geral versus língua portuguesa: a influência do “processo civilizatório”. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, pp. 303-315.

WAINBERG, Jacques A. 2002. *A morte de jornais centenários e o caso do Rio Grande do Sul*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 387-410.

WEINREICH, U. LABOV, W. & HERZOG, M. 1968. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, pp. 97-195.

WERNECK, Leny. 2002. *Os suplementos literários nos jornais parisienses: uma análise de discurso*. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 145-171.

WIDDOWSON, H. G. 1991. *O ensino de línguas para a comunicação*. Tradução de José Carlos P. de Almeida Filho. Campinas, SP: Pontes.

XAVIER, Antônio Carlos. 2004. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio & XAVIER, Antônio Carlos dos Santos (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna.

ANEXOS

(Texto 1)
Diario de Pernambuco – PE nº 1, p.1
7 de novembro de 1825

INTRODUCCÃO

Faltando nesta cidade assaz | populosa um Diário de Annun-|cios, por meio do qual se faci-|litassem as transacções, e se | communicassem ao publico no-|ticias, que a cada um em parti-|cular podem interessar, o ad-|ministrador da Typographia de | Miranda e Companhia se pro-|poz a publicar todos os dias da | semana excepto os Domingos | somente o presente Diário, no | qual debaixo dos títulos de |Compras–Vendas–Leilões–Alu-|gueis–Arrendamentos–Afora-|mento–Roubos–Perdas–Acha-|dos–Fugidas

e Apprehensões de | escravos – Viagens–Afrentamen-|tos–Amas de leite etc, tudo | quanto disser respeito a taes | artigos; para o que tem convi-|dado a todas as pessoas, que | houverem de fazer estes ou ou-|tros quaesquer annuncios, aos | levarem a mesma Typographia | quelhe serão impressos grátis, | devendo ir assignados. ||

Também se publicarão todos | os dias as entradas e sahidas | das embarcações do dia antece-|dente, portos de onde vierão, | dias de viagem, passageiros, | cargas, e noticias, que trouxe-|rão. Além disto todas as sema-|nas se darão os preços corren-|tes dos gêneros de importação | e exportação com um attestado | de dois negociantes desta praça. ||

E porque para muitas pessoas | seria incommudo dirigir-se a | Typographia, para entregarem | os seus annuncios, se tem pré-|venido este inconveniente rece-|bendo se no Recife no Bote-|quim da Praça em *Santo Antonio* | na Loja da Gazeta rua de Rosa-|rio, e na Boa Vista na Banca de | João Ferreira da Cunha Do | largo da Matriz taes annuncios, | em cujas casas se recebam | igualmente assignaturas e se | vende este Diário pelo preço de | 10 rs. cada folha.

(Texto 2)
Diario de Pernambuco-PE nº 28, pp. 109-110
06 de fevereiro de 1827

(Continuando do Nº antecedente)

Com o destino pois de chegar so-|bre cada hum destes pontos a conclu-|zões exactas, me servirei de principi-|os de huma reconhecida certeza, esta-|belecendo concluzões com aquelle pre-|cização logica de que eu for capaz. ||

Quaes são os [[a]]ctos commetidos | pela imprensa, que convem proibir | []specificamente debaixo de certas pe-|nas? Eis aqui a primeira pregubra: | E a resposta he: que apenas haverá | acto do governo, em cuja rezistencia, | e apenas haverá direito individual, em | cuja violação se não possa empregar | a imprensa, como instrumento. Com-|prehender porem a todos estes actos | na Ley da liberdade da imprensa fôra | o mesmo que fazer hum código penal | por inteiro. ||

Não se pode com tudo duvidar que | a imprensa he hum instrumento pecu-|liarmente adoptado para commetter | toda a casta de injuria e de calummia | contra a reputação dos individuos, e | toda a casta de provocação a fim de | perturbar as operações de hum gover-|no. Nestes dous cazos pois he que a | liberdade de imprensa carece de limi-|tes. ||

Quaes são por tanto os actos que | a Ley da Liberdade da Imprensa deve | punir em quanto a reputação dos per-|ticulares e quaes são os que deve | punir em quanto ao governo? Exa-|minaremos estes dous pontos com vagar. ||

Em quanto ao 1.º - nenhum acto | se pode dizer offença de hum indivi-|duo, sem involve em si a violação de | hum direito, que este individuo pos-|sua: e como, no que respeita ao credito, e a reputação he certo que todo | o homem tem direito ao character que | merece, e a que se diga delle o que | suas ações requerem que se diga-a | violação neste cazo consiste em pala-|vras, que imputem acções, as quaes | se não praticaram, ou que imputem | huma propensão a praticalas, sem ha-|ver prova de semelhabnte propensão. ||

Quaes sejaõ as palavras, que com-|preheñdaõ taes imputações he matéria | de facto, e não compete a ley, a qual | so define quaes são as acções, que não | podem ser imputadas sem injuria d'a-|quele, a quem se imputaõ. A impor-|tancia pois das palavras, de que o in-|juriado se queixa, e o grão de prova | que ellas envolvem he a matéria sobre | que se deve exercer a sagacidade e a | sabedoria de quem julga. ||

As acções desta especie que a Ley | da liberdade de imprensa deve prohi-|brir são todas aquellas a que as leys do | código penal impõem penas, ou a-|quelles as quaes o publico annexa | discredito, e labéo. Não pode haver | difficuldade em definir as primeiras; | isto he, em declarar que não he per-|mitido imputar o assacinio, o rapto, | o furto, o incesto, o adulterio &c. - | Em quanto as segundas tambem não | será difficil o definilas pelo seu nome, | e com sufficiente exactiudaõ. ||

Agora em quanto á pena. ||

Os fins que se propoem a Ley, | quando castiga semelhantes acções são | dous: 1. reparação da injuria; 2. pre-|venção para o futuro.

(Continuar-se-ha)

(Texto 3)

Diario de Pernambuco – PE nº 34, pp. 134-135
13 de fevereiro de 1827

(Continuado do Nº antecedente)

Em quanto ao 2.º Ponto – Isto he, | em quanto aos abusos da liberdade da | imprensa, com que se provoca a deso-
bediência ao governo, farei primeiro | certas observações. ||

Eu nunca serei o advogado da obe-|diência passiva: convenho que ha ca-|zoz, em que ha direito a resisitir. Mas |
tome conta o liberalista quando provo-|car a esta resistencia: porque o cazo | unico, em que ella he direito he o da | oppressão
extrema, e esta oppressão | extrema nunca se verifica, se não | quando todos soffrem, e todos se deter-|minação a resisitir. Por
tanto, se a pro-|vocaçãõ não for o orgãõ verdadeiro de | hum sentimento universal, por conta | fique do “liberalista,” que se fez
or-|gaõ sem o ser; porque incorre no mes-|mo risco do insurgente, que sendo se-|guido por todos, he hum heroe, e sen-|do
abandonado “he reo de alta trai-|çaõ” que merece em vez de palma o | patibulo; a sociedade não deve ser | perturbada por
commoções, que o to-|do, ou a maioria dos seus membros não aprova. ||

Quando porem as exhortações pro-|vocativas da imprensa forem dirigidas | a resistir a huma operação do governo |
em detalhe, então constituem indis-|tinctamente hum delicto, que deve ser | punido. O governo nunca poderia | ser protector,
se a qualquer individuo | fosse licito excitar os outros a dezobe-|diencia. ||

Todos estes actos de parcial dezo-|bediencia podem ser definidos com e-|xactidão. Para os punir será necessa-|rio
examinar pelo geral os motivos, que os produzirão, a fim de descobrir | nas penas motivos de huma opposta | tendencia, com
tanto que nem hum a-|torno de castigo sirva os fins de parti-|cular vingança, circumstancia esta | que na ley se deve ter muito
em conta; | porque em quanto houver abusos, n’um governo, e homens que se apro-|veitem d’esses abusos, os homens haõ /
de pôr todos os meios para multiplica-|rem a lista das offensas contra o go-|verno, e applicar-lhe castigos na mai-|or
severidade. Veremos então v.g. | apenas impostas conta a indecência, e | falta de respeito, ou ao tribunal, ao | magistrado, ou
ao funcionario, e nes-|te ambito caberia tudo quanto se quizer | que caiba; porque tudo se qualificará | como tal, em ordem a
proteger toda a | casta de abuzo. ||

A duas classes se podem reduzir as | exhortações desta especie, de que hum | “liberalista” pode ser culpado, humas |
[ilegível] exhortações claras, e em termos | expressos: outras disfarçadas, e em | termos constructivos. Quaes são os | que
constituem delicto? ||

Todos os que lucraõ com os abu-|zoz do governo, e mais especialmente | aquelles que nos governos defectivos, |
manejão algum dos poderes publicos, | tem utilidade em que esta matéria fi-|que obscura, indefinida; porque o seo | ponto he
evitar que o povo se queixe, | ou eu não saiba o de que se deve | queixar, visto que só entãõ he que el-|les podem folgar nos
prazeres do des-|governo, e se entãõ he que não have-|rá limite no grão, em que os poucos | podem fazer os seus interesses a
custa | dos muitos. Da mesma sorte o “li-|beralista” se aproveitará da obscuri-|dade e do indefinido da ley, para vo-|mitar
satiras amargas, injurias viru-|lentas, e calumnias atrozes por meio | de “innuendos” e de alluzões que | muitas vezes importaõ
o mesmo como | as palavras directas.

(Continuar-se-ha)

(Texto 4)

Diario de Pernambuco – PE nº 35, pp. 137-138
14 de fevereiro de 1827

(continuado do nº antecedente)

Quando se não definirem estas ex-|hortações da imprensa contra os actos | de hum governo segue-se, que tudo |
quando se imprime contra o sythema | de governar, ou contra a conducto dos | funcionarios agentes do governo, se-|rá tido
como obstrução as operações | d’este governo, e por isso punivel; | muito mais, sendo certo, que tudo | quanto se escreve
neste sentido pro-|duz no seo tanto ódio e desprezo, se pode dizer calculado a produzir dezo-|bediencia. A decepção he neste
cazo | muito facil. Mesmo em Inglaterra, | onde a liberdade de fallar e de escre-|ver está identificada com hum senti-|mento
nacional, que provêm de hum | habito, e de hum costume extensivo a | todas as classes, mesmo em Inglaterra | acontecem
cazos, em que o poder dos | ministros prevalece com a integridade dos juizes, e do “jury” para fazer | declarar como crime de
libello o que | menos parece aos olhos do bom sen-|so. Quem, diria, por exemplo, que | huma critica sobre hum rey defunto se
| havia de julgar libello contra o rey | actual? Quem diria que hum “attor | rey – general” da Irlanda havia de accusar o editor
de hum papel por des-|crever o character de hum antigo “vi-|ce –rey” da Irlanda, tormando isto co-|mo hum libello contra o
veice-|rey ac-|tual: he portanto extremamente ne-|cessario que a ley distingua o que he | censura e o que he delicto, estabele-
|cendo huma vizivel demarcação entre | huma, e outra conza. ||

Primeiramente; o governo pode | ser censurado em quanto ao seo systhe-|ma em geral, quando a lingoagem for |
temperada e não vehemente; aobre tu-|do quando não houver alluzões mali-|ciosas a intenções perversas, e a desig-|nios
sinistros. Fora disto tudo o mais | he permitido como censura; nem ha | outro meio de mostrar os vicios de hu-|ma
administração, que sacrifica aos | poucos os interesses dos muitos; pelo menos não ha outro meio, que seja a-|dequado a este
fim. ||

Em segundo lugar; n’um governo | constitucional, em que o bom exito | do []shema depende “intotum” da | boa
escolha dos representantes, he | taõbem impossivel haver esta boa es-|colha, se não houver liberdade de cen-|sura. O

verdadeiro fundamento de | uma boa escolha conhecer a quem. | E como pode o leitor sem a censura | e o exame da liberdade da imprensa | conhecer os caracteres de quem se a-|presenta com as qualificações ostensi-|vas de representante? Como pode fa-|zer-se conhecida a conducta dos que | foraõ eletios? ||

He uma verdade confirmada pela | mais constante experiencia, que onde | quer que um corpo de individuos ma-|nejar o poder, se o publico não tiver | meio de conhecer como elles o mane-|jaõ, teraõ elles sempre meio seguro de | se aproveitarem da sua situaçaõ, e de | a converterem so em seo beneficio. | Por tanto sem huma exacta indagaçaõ | do que faz cada representante no seo | posto, sem os seus discursos serem | transcriptos, os seus votos, e as suas | moções patentes aos olhos do publico, | em vaõ se espera, que forme hum jui-|zo erato. ||

Alem d'isto, não se pense que a | censura da imprensa haja de restrin-|gir-se a mera narraçaõ de hum facto; | seraõ permitido taõbem formar juízo | sobre a utilidade, justiça, e moralida-|de d'esse facto; he necessario que o | constituinte forme hum juizo correcto | sobre a “gestaõ de negocio,” que fez | o seo procurador, sem que por isso se | julguem transgredido os limites de | huma temperada censura – Tudo se | reduz ao exame das consequencias, | que se podem seguir do que propõs, | e do que adoptou a legislatura, ou de | se não propor o que se devia propor. | Certo he que neste exame não pode | haver signaes ou características inerra-|veis, que façaõ conhecer a sabedoria, | e a integridade da medida, ou “da não | medida,” e ninguem tem o privilegio | de dizer-lhe esta. – Para chegar | pois ao acerto her preciso a discussaõ da | imprensa; he preciso que todos dêem o | seo contingente, já que a ninguem | compete o privilegio da infalibilidade. ||

Contra todas estas vantagens da | censura publica dizem os “apagado-|res:” Que a censura he muitas vezes | mais injusta e mais erronea, do que a | materia, ou o objeto censurado; con-|venho. Mas se a censura consite u-|nicamente na liberdade de dizer cada | hum francamente a sua opiniaõ, faz | apparecer a verdade no meio do con-|traste, sem degradar, nem insultar a | authority do legislador, ou do ma-|gistrado. A todos fica competindo a | facultade de escolher e de comprar; | e em não havendo hum motivo de in-|teresse, que prenda o homem ao erro, | he muito natural que se não afaste do | trilho da verdade aquelle que sincera-|mente a procura: sendo alem d'isso permitido a todos o trilhar a mesma | verdade, pode-se apostar cem contra | hum, que poucas vezes se errará em | chegar a huma concluzaõ exacta, e verdadeira.

(Continuar-se –há)

(Texto 5)

Diario de Pernambuco –Pe n.º 15, pp. 177-178
27 de fevereiro de 1827

(Continuação do n.º 44, pag. 175)

A nossa agricultura está em mise-|ravel estado; mas não toda porque a | [[a]] dos vinhos não vai ainda taõ decahi-|da como a dos cereaes. E essa mes-|ma tem, com quanto lentamente, me-|lhorado muito do triste estado em que | a achou a lei de 1821. ||

Os vinhos são o nosso primeiro ge-|nero de cultura e exportação. Que | tem feito a administração para o ani-|mar? Quantos tractados de commer-|cio poderiaõ fazer com as potencias | cujos generos nos importamos, ou podemos importar. ||

A cultura das arvores para madei-|ra he huma cusa abandonada inteira-|mente entre nós, e todavia quase não | haverá genero algum de arvore que | em nosso clima se não dê perfeitemen-|te. Resta-nos o pinhal de Leiria, na-|tiga plantaçaõ daquelle rei *Dom Diniz* | que a historia e a posteridade desig-|naraõ com o mais honroso e glorioso | titulo que ainda a rei se deu, o de | lavrador. ||

Não fallaremos da exploração das | minas, que muitas temos; não men-|cionaremos as fabricas, das quais mui-|tas ja floreceraõ tanto, muitas facili-|mamente podem florecer; isso exige | longo, pauzado espaço para se tratar | nós so podemos por ora tocar os capi-|tulos das cousas. N'na porêm nos | demoraremos um momento mais, que | he a mais certa e poderosa causa de | nossa pobreza; queremos fallar da | falta de communicação em que as pro-|vincias do reino estaõ umas com ou-|tras, estaõ ainda entre si as terras de | uma mesma província. Este estado | de isolamento produz dous males terri-|veis que um do outro se gerão, I. .º | a nulidade do commercio interior que | he a mais segura fonte da prosperida-|de publica, que he aquelle que maior | numero de cidadãos enriquece, o que | mais espalha e equilibra as fortunas | publicas: 2.º a estagnaçaõ, que da-|hi provêm, dos grandes capitães nas | terras principaes do reino, que por | não terem canal por onde se derivam | para ir fertilizar o interior do paiz, | ou apodrecem as nas burras dos enormes | capitalistas, ou refluem para mais in-|dustriosos paizes. ||

E sem fallar as estradas, cujas ad-|ministraçaõ tem sido sempre a mais | absurda; quantos ribeiros ha em Por-|tugal que podem formar excellentes | canaes para a chamada-navegação de terra? – quantos rios que seriaõ nave-|gaveis se taõ somente removeassem os | obstaculos que a sensualidade e a cubiça dos grandes proprietarios ecclesias-|ticos e seculares lhe tem pôsto com | suas açudes, pesqueiros &c; | quantos que sem muitas despeza o seriaõ? ||

Quando em hum paiz há tantas | fontes de prosperidade e riqueza, por | muito que lhas tenham entupido, nun-|ca esse paiz pode deixar de ser rico | logo que seus administradores o quei-|rão. ||

A muitas causas se pode attribuir | o estado de despolaçaõ do reino. | Não somos nós da opiniaõ dos que | pensaõ que a povoação de Portugal | tenha progressivamente diminuido; | antes cuidamos bem que desde a [[a]] do-|minação romana nunca ella foi muito | maior do que hoje he. Porem essa | questão nem he d'este lugar nem de | primeira importancia para o nosso ca | [ilegível]. Seja podem o que for, o que | não temos duvida de sutentar como | [[t]] tese he que suas causas primordiaes são emigração e o celibato. Estas | duas tem um só principio, o - erro- ou – insufficiencia - da legislaçaõ. | Não ha grandes emigrações d'um paiz | fertil se as leis protegem a industria, | ou pelo menos a não vexaõ; ainda a | historia dos povos não deve um so e-|xemplo d'essa maravilha. Entre nós | ha quatro especies de celibato, o - | legitimo – o – quasi-legitimo, - o da | -necessidade -e o da - devassidaõ: | - o primeiro, que he o religioso, não | he hoje tam funesto como ja foi e co-|mo muita gente pensa. Teremos re-|petidas occasiões de voltar a este as-|sumpto nas folhas d'estes periodico, e | pedimos aos leitores

nos não julguem | ja sobre a opiniaõ que aqui emitimos. | O quasi legitimo, que he o militar, | he peor e mais danoso ainda: e fra-|co remedio tem; mas pode ser que de | algum paliativo fosse susceptível. O | celibato da necessidade desaparece-|ra logo que cesse a escassez das sub-|sistencias que o produz; o da devas-|sidaõ emendam-no as leis, não pelo | errado methodo das multas sobre os | celibatarios ou penas aos mal morige-|rados, mas com os privilegios contem-|plações, e concideraçãõ e pri-|vilegios que deve dar, e de que nossa antiga legislação deu bom exemplo.

(Continuar-se-ha)

(Texto 6)

Diario de Pernambuco –PE n.º 69, p. 275
30 de março de 1827

Ventilando-se em Sessão de 8 de | Janeiro na Camera dos Deputados em | Lisboa se os Ecclesiasticos elevados a | Conselheiros de Estado deviaõ ou não \ servir aquelle honroso cargo gratuita-|mente, como qualquer outro Cidadãõ | todas as vezes que os seus rendimentos | ecclesiasticos chegassem a quantia de | Rs. 3:200\$ 00 ordenado estipulado | para aquelle emprego, disse o Senhor Cae-|tano Alberto (Presbytero Secular. Ca-|monista, Deputado pela Ilha da Madeira.) ||

“Levanto-me para combater a | opiniaõ do *Senhor* Pedro Paulo da Cunha | em quanto aquelles conselheiros de | estado que forem beneficiados eclesi-|asticos. ||

Ninguem pode definir melhor a es-|sencia e natureza da igreja e por conseguinte o que forma a sua proprieda-|de do que seu fundador Jesu Chris-|to - Regnum meum non est de hoc | mundo (*) –O reino de Christo he a | igreja fundada por elle: logo que cons-|titue a propriedade da igreja sua es-|sencia e natureza não he d’este mundo | quero dizer he todo o que for espiritu-|al, as graças sobrenaturaes, os sacra-|mentos a instrucção evangélica e a-|moral Christã; porem o que os ecclesi-|asticos recebem para exercer as suas funcções espirituas não he espiritual, | e por conseguinte não constitue a pro-|priedade da igreja: os beneficiados não | querem receber os fructos dos benefi-|cios em espirito mas sim em corpo, e bom corpo.||

Devemos além d’isto distinguir o | direito de receber a sua sustentação | que teem os ecclesiásticos, e a mesma | sustentação; esta he temporal , he cor-|porea, e os bens d’onde ella he tirada | são bens do Estado. Em vez da sus-|tentação primeira que os ecclesiasticos | recebiãõ nos primeiros seculos dos Christãos em particular, o Estado lhes / assigna sustentação certa; recebendo | elles pois bens do Estado para servir | n’este devem servir os empregos para | que forem chamados como cidadãos que | são, sem que o Estado lhes dê mais do | que o preciso para satisfazer as nes-|sidades verdadeiras, não as de luxo d’estes cidadãos ecclesiasticos, por tanto sustento o artigo.

(O Portuguez de Lisboa)

* O meu Reino não he neste mundo. -

(Texto 7)

Diario de Pernambuco – PE n.º 29, pp. 113-114
06 de fevereiro de 1829

INTERIOR

Pernambuco. Domingo I.º do corrente | começou nesta Cidade | a correr o boato, de que se permeditava fazer installar hum go-|verno popular na Villa de Santo Antão para os | fins, que os interessados nisso lá sabiaõ. Deraõ-se logo como envolvidos nessa faça-|nhosa revolução estes e aquelles homens, | que sò cuidaõ em viver em paz no seio de | suas famílias, tratando dos seus interesses. | Na segunda feira o boato vulgarizou-se com | a sahiba de alguma gente armada dos Afo-|lgados e arrebaldes. Cada hum foi apontan-|do o chefe, o sustentador, o colaborador | &c.&c. os intrigantes não se esquecerãõ | da caluniar a esmo, e o pequeno numero | de pobres de espirito foraõ taõbem encai-|xado a sua mentira, conforme seus de-|zijos. A marcha de humã força sahida desta | na noite de terça para quarta feira por or-|dem do Governo, verificou em parte esses | boatos, e muita gente se persuadio haver | com effeito humã revolução tramada por | quem quer fosse, e ramificada por diver-|sos pontos do interior de Província: mas o | dia quarta feira explicou tudo isto: ja todos | sabem que hum pugilo de saltiadores tendo-|se reunido desde os Afogados até Santo Antão, | roubando pelo caminho o que lhes offereceu | a occasiãõ, chegarãõ aquella Villa na segun-|da feira á noite, e tendo-se apossado de al-|gumas armas, soltado os presos, e posto a | Villa em attitude hostil, petenderãõ reunir | a Camara na terça feira de manhã para a no-|meação de hum Governo, para o qual em | fim não acharãõ hum homem. Eis o que | sabemos desta desaforada quixotada a testa | de cujos negócios se apontaõ, si vera est fama, | O Pai da patria Nobre Manoel Firmino | Mello, o atravessado Luiz Roma, e o Ne-|gro marchante Luiz de Barros. Que sucia de Mellos e Mellados! e a sem cerimonia | com que essa canallia pretende ensovalhar | esta Provincia, e comprometter alguns nes-|cios que podiaõ ser despachados para a | Barataria! Em Pernambuco já não he bas-|tante ter só a cabeça ievada de juizo, he ne-|cessario ter de mais coração e posses de Catilina para figurar, servir ou aprovar | humã revolução qualquer: a ella já se não | pode aplicar o verso do Poeta – Feliz quem | faciunt a liena pericula cautin - exemplos | huns sobre outros a tem assaz escarmentado | em si mesmo para cometer a temeridade | de levantar essa offuscada bandeira, que | sempre lhe tem sido luctuosa mortalha de | Saladino à meio pao. Fallamos assim a res-|peito de revoluções e o que diremos sobre | estes novos malunguinhos mesclados? Odio | e execração sobre esses malvados, e que a | espada da Justiça seja vibrada com virgor | sobre as suas cabeças! O mesmo nome de | Liberdade que esses profanos della tomaõ | nos impuros labios he-lhes desconhecido | ao seu genuino sentido; rezenhemos a con-|ducta desses corifeos de Santo Antão e ouça-|mos ao proprio Rousseau, a esse Politico | Cidadãõ da Republica de Genebra, Repu-|blicano por educação e principios juiz op-|timo e

imparcial sobre materias Democra-|ticas, (palavra que esses anarchistas nem | pronunciar sabem): ociosos, vadios, men-|tiroso, impostores, ambiciosos, rios de policia, ladrões, e junto com tudo isto, ou | com parte ignorantões de chapa princi-|piando huma cousa, a que elles quereraõ cha-|mar – revolução – pelos actos dos Saltea-|dores, mentindo e enredando impu-|jentissi-|mamente, he o que se pode achar nessas | Barros e burros. Mellor e m[]llados: ago-|ra Rousseau fallando aos remexidos Polo-|nezes – La liberté est un aliment de bom | sue, mais de forte digestion; il faut des es-|tomacs bien sains pour le supporter. Je ris | de ces peuples avilis que se laissant a menter | par de ligeurs osont parler de liberte suns | même en avoir l'idée, et le coeur plein de | tous les vices des esclaves, s'imaginent que pour être libres il suffit d'être de mutins. | “A liberdade he alimento substancioso, | mas dificil de digerir-se; só estomagos ro-|bustos podem com elle. Rio-me desses po-|vos envejecidos, que, dando ouvidos a al-|guns revolucionarios atravem-se a falar de Liberdade,sem saber o que ella seja; e, tendo em seos Corações os vicios da escri-|vidaõ, persuadem-se que para serem livres | basta sò amotinarem-se.” - No seu con-|tracto social – Il n'a pas existé de veritable | démocratie, et il n'existira jamais. Il est | controle l'ordre naturel que le grand nombre | gouverne, et le petit soit gouverné.” Não existio ainda verdadeira democracia, e nun-|ca o existira. He contra a ordem da nature-|za, que o grande numero governe, e seja | governado o pequeno. – Sil y avait um pe-|ople de Dieux il se gouverneroit démocrati-|ment. Un gouvernement si perf et ne | convenient pas a des hommes “Si houves-|se um povo de Deoses, seria esse o gover-|nado democraticamente. Um tão perfeito | governo não he para homens.” – La Mo-|marchie ne convenient donc qu'aux nations | opulentes; la Democratie aux etats petits | et paupes.” As Nações opulentas convem | a Monarchia, aos estados pequenos e po-|bres quadra a Democracia.”- Quereraõ os | nossos sucios de Santo Antão fazer de Pernambuco hum pequeno Estado Republicano? | Não: elles princi-|piaraõ roubando, querem | roubar, saõ salteadores; naõ confundamos | as cousas: mas elles podiaõ, e acertavaõ melhor, ter hido para o Catucá ajuntar-se | aos seus collegas.

(Texto 8)

Diario de Pernambuco –PE N.º 60, P. 237

16 de março de 1829

LEIS

As Leis estabecem a authoridade; for-|tificaõ o poder; saõ a força do Principe; bastaõ ao Estado; bastaõ a si mesmas; | clamão ao seu dever os desvairados; refor-|maõ os viciosos; interessaõ a sociedade na | puniçaõ dos maos. A força que desenvol-|vem, he a acçaõ da authoridade, naõ a vio-|lencia audaz da tyrania, ou o vexame op-|pressivo do poder absoluto. Nascidas da | razaõ, e da ordem das cousas, tiraõ dahi | toda a potencia: formaõ a moral publica | do Povo, e o laço indissolúvel, que o pren-|de ao Governo: saõ a egide tutelar, que | põe o Principe, e os subditos a abrigo de | tentativos reciprocas. A sua attitude sobre | a Naçaõ he tranquilla, lenta e firme; a | sua acçaõ sobre os culpados he prompta, | justa, e severa: o Cidadão, que as obser-|va, he protegido por todos os cidadãos; o | que as quebranta, acha-se sem refugio, no | meio de hum Povo de inimigos. Os subdi-|tos acostumados a confundir o Príncipe | com a justica, que distribue, confundem | taõbem o seu amor pelas Leis com o seu a-|mor pela Monarchia, unem-os, e ligaõ as-|sim a sorte de todo o Estado a sorte da sua | Pêssoa sagrada. Se elle surri, eleva se | hum grito de alegria; se padece, lagrimas | geraes correm; se morre, a desesperaçãõ | esquece que elle deixa successores, e exclama que tudo está perdido. ||

O Povo he taõ naturalmente inclinado | a amar os seus Reis; custa taõ pouco aos | Reis alcançarem o amor do Povo, que | quando naõ saõ amados, pode se affimar | que o naõ querem ser. O amor dos Povos | pelos principes tem por base o *bem estar*, que procuraõ *Leis justas, executadas com jus-tiça*; he independente dos efeitos pessoaes | do Monarcha. ||

A unica maneira, porque o Principe | pode perder o amor do Povo, e o poder le-|gitimo, he quando se eleva a par, ou acima | da Lei; quando a força excede os limites, | que lhe impoz a vontade: ha entaõ despo-|tismo. Este Governo horroroso se engran-|dece de hum modo tanto mais terrivel, por | isso que naõ sò usurpa a soberania mas com-|bate-a, degrada-a, e a destroe; he menos | usurpaçaõ do que guerra, *direito* de conquis-|ta do que *direito* do mais forte, cada acto | usurpador em fim apresenta o contraste si-|nistro da tyrania, que se eleva sobre a | Lei que abate e da escravidãõ que se es-|tende sobre a Liberdade, a quem suffoca. ||

Alguns authors querem que nos casos | extremos o Governo possa com legitimidade – usurpar momentaneamente o imperio do | Soberano, e mesmo os direitos da Naçaõ | reunida, porque tudo deve ceder a Lei da | *salvaçaõ da Pátria*. Com tudo naõ dizem | quem será o juiz desta necessidade, do grau, e duraçaõ da usurpaçaõ: ha por acca-|so hum só momento, em que a Lei naõ pos-|sa salvar o Estado? Se isso podesse occur-|rer, signal era de ser mà, ou insufficiente; | conviria derrogal-a, mudal-a, e nunca dar | ao homem o imperio da Lei. ||

Só a Lei he a authoridade; fora da Lei não se acha, se não a usurpaçaõ, e a revolta.

(Pagés, Droit Politique)

(Da Aurora Fluminense)

(Texto 9)
Diário de Pernambuco—PE n.º 148, pp. 591-592-593
14 de junho de 1829

ARTIGO COMUNICADO

Louca obstinação dos sectarios do poder absoluto

He notavel a luta que em todos os tempos se tem manifestado entre a ignorancia e a Philosophia, entre o bem estar das Nações, e o interesse de classes que se dizem privilegiadas. A ignorancia do homem que por muito tempo tem dominado sobre a terra foi sempre o manancial fecundo da maxima parte dos males que assaltaõ sua mesquinha existência e retardão do andamento regular da Sociedade Civil. O homem reflexionando sobre si mesmo abandona o estado primitivo, esse estado selvagem e de desordem, resigna a sua liberdade natural, procura a associação civil com o fim de evadir-se aos inconvenientes inseparáveis do seu primeiro estado. A Sociedade Civil se lhe afigura hum azilo inviolavel, hum Palladio sancto a seus direitos, a sua propriedade, elle depozita de bom grado sua natural independencia nas mãos de outro homem que em troco lhe prometia a prosperidade o gozo tranquillo de seus bens e vida, a liberdade politica, a protecção social. Como se enganou! O homem cedeu os seus direitos e poderes sem se lembrar de que se confiava de outro homem, igualmente fragil, susceptível de erros, e sujeito as mesmas paixões: não se resgoardou, não se premunio dos meios que lhe prestassem garantia segura de hum perfeito e persistente equilibrio entre os direitos e obrigações reciprocas do governante e do governado: desta maneira quando o homem acreditou deitar-se nos braços da paz e da ventura, recebeu os grilhões da tirania. A igualdade politica, que a protecção da Ley prometera ao Cidadão inerte, fraco, e desvalido se volve taõ depressa taõ chi-merica como a do Estado Natureza, que o homem abandonara: elle encontra os mesmos flagellos, e se ve cercado dos mesmos precipicios, muda-se os motivos; porrem subsistem as cousas: se antes a força fisica do mais valente podia invadir e usurpar o seus direitos e propriedade; depois a força legal da prepotencia e despotismo a substituiu em lugar equivalente. Eis aqui a marcha constante de todos os Governos Absolutos, levantados não por contractos sociaes, mas sim por esse titulo do direito da força e de conquista: eis aqui a prepotencia avassalando os homens e as Nações, a força creando os primeiros escravidões. Hera impossivel porem que hum Estado taõ oposto aos interesses da sociedade, e taõ contrario as máximas da razão pudesse sempre subsistir. Pouco e pouco o homem foi entrando no conhecimento dos seus verdadeiros interesses, e sua intelligencia recuperando grãos de illustração a proporção que conheceu os vícios do Poder arbitrario. O homem vio que o objecto essencial do Poder absoluto he não encontrar obstaculos a seus gostos, satisfazer todas as suas paixões: vio que aqueles que herão revestidos deste poder tinham somente por fim augmentar suas necessidades para opprimir o povo, e de baixo deste falso principio hum pezo enorme se tornou indispensavel para sustentaculo da sua grandesa: entãõ os impostos de huma Cidade se desverberarãõ em hum jantar, as rendas de huma Província farãõ poucas para entreter hum festim nocturno, os thezouros dos povos foraõ entregues nas mãos dos vis adutores: o homem vio todos estes abusos, todas estas maldades conspirando para sua ruina e desde entãõ tentou sacudir o jugo que taõ atrosamente o opprimia. Ser-lhe-hia mui facil obter o seu intento, se os assechas da arbitrariedade prevenindo a reacção se não opuzessem em attitude hostile. Manifesta-se entãõ a constante luta entre o Poder arbitrario, e o Cidadão opprimido. Aquelle ostente a força este lhe opoem o Codigo da Razaõ: aquelle chama em seu al-bano a posse dos tempos, este lhe mostra a natureza dos seus direitos primitivos não susceptiveis de prescriçãõ: o Poder quer que o homem beija humilde e reverente a mãõ que o tiranisa, o homem quer que o poder concorra para a sua felicidade. Quem no meio desta obstinada proficua contará a victoria? Apezar dos esforços que se tem empregado para escravizar os povos, apezar dos meios tortuosos, das fraudes, das sugestões que os agentes do Absolutismo tem sempre empregado para conter o homem n'uma condiçãõ abjecta e a Sociedade Civil n'uma posiçãõ estacionaria ja mais poderaõ impedir os sentimentos naturaes do homem, que o conduzem sempre a ventura, e a felicidade; estes sentimentos que si constituem certamente a mola real de todos os procedimentos humanos. O amor a si, desejo de bem existir he hum dom do Eterno, inherente a natureza do homem que elle jamais pode renunciar sem crime; com a vida lhe veio, e so a morte o desvanecese. Estes elementos de prosperidade que o homem possui coadjuvados pelo estudo e reflexões que as luzes a Philosophia ministra, tem contribuido para o grande progresso no conhecimento dos direitos e obrigações sociaes: o homem não quer ser simplesmente governado quer ser protegido, e dirigido para sua prosperidade com a devida e possivel eficacia. Ninguem poderã duvidar da certeza destes principios e a sua evidencia tem levado todos os homens a convicção de que para alcançarem sua felicidade precisaõ de um governo Representativo, em que os Monarcas façam todo o bem, e seja impossibilitados para fazerem algum mal. He somente protegido pela sombra salutar da Constituiçãõ (base dos Governos Representativos) que o homem obtem o gosto pleno e pacifico de seus direitos, sem o que não será outra cousa mais do que hum mero autómato movido segundo o capricho das classes preponderantes, hum objeto instrumento, e miseravel artifice de seus males. O homem ja mais podia comprometer sua dignidade e renunciar o seu bem estar. Estas verdades eternas em nossos dias suficientemente desenvolvidas, tem contribuido para a propagação dos Governos livres, elles se achãõ espalhados em grande parte na Europa; a America livre do jugo das antigas Metropoles attesta esta verdade, e tempo vira em que o predação da Liberdade se arvore entre aquelles desgraçados povos que ainda gemem debaixo do poder Despotico, quando ahi penetrarem as luzes da Philosophia, e as insinuações da verdade. Os mesmos Reys entrando a fundo no conhecimento dos seus verdadeiros interesses, no serio exame do que compete aos povos, tem transigido com elles, e desde entãõ as Constituições oferecidas aos povos he hum efeito da Sabedoria dos Imperantes, que vem prescrever a marcha regular da Sociedade, por equilibrio os direitos dos governantes e dos governados, em fim contribuir para o fim social, que he o commum interesse e felicidade geral. Aplicada esta teoria a situaçãõ em que felizmente se acha. O Brazil, ve-se que a Constituiçãõ outorgada pelo nosso Immortal Imperador, por esse Príncipe magnanimo e Philosopho, espontaneamente jurada por todos os Brasileiros, he filha da reflexão, e preparada pelo desenvolvimiento progressivo do

espírito publico. | He impossível que huma mudança Politi-|ca operada sob principios taõ solidos não continue sempre na mesma direção que | tomou ao principio, nem cabe nas forças | humanas contrariar esse decidido impulso. | Se he interesse do Monarca, e da sua | grande Política fazer manter e observsr | a Constituição porque he obra sua, monu-|mento da sua grandeza e sabedoria, e a baze em que se funda o amor e respeito | dos seus subditos, he igualmente do inte-|resse do povo Brasileiro sustenta-la a todo | o custo porque ella he o sagrado deposito | de seus direitos, e garantia fiel das liber-|dades publicas, inimiga declarada da a-| marquia e da arbitrariedade. A face pois | destas importantes verdades he facil de | ver qual será o exito da famosa contenda | suscitada entre os cegos sectarios do Ab-|solutismo, e os amantes da Constituição e da Liberdade: os esforços d'aquelles seraõ inteiramente inuteis, e tem de can-|tar a victoria os principios de Justiça fir-|mados em codigos, cujo fundamento | magnifico he huma bem entendida Liber-|dade. Jamais exaltaraõ os Theocratas | sobre as ruinas e devastações do genero | humano. Não temamos o aviltamente da | humanidade, nós não somos mais destina-|dos a contemplar o Despotismo, atros e hediondo monstro, empolgando suas gar-|ras nos bens e despojos de suas victimas, | e bebendo o seu sangue; pelo contrario | enchemo-nos de regozijo vendo a huma-|nidade a sombra de huma Constituição | liberal folgar ja livre da influencia de se-|lus opressores, e da avidez e ambição dos | que por seu proprio arbitrio se instauraõ | em regeneradores dos homens. O homem | não nasceo para ser escravo, vive na So-|ciedade para andar socegado e seguro, a | natureza o chama a seus nobres destinos, | e hum governo justo contribue para o de-|sempenho dos deveres da associaçãõ. Mas | não he assim que alguns pensaõ, ou fin-|gem pensar, o homem segundo elles he | hum escravo adscripto a gleba, toda a re-|clamação de sua parte huma usurpa-|ção de authoridade digna de severo castigo | deve sofrer e calar e repetir amiudados os-|culos sobre a mão que o flagella, e que | lhe lança as algemas; nasceo destinado a | hum semelhante fim, e o menor esforço | para sacudir esse jugo he huma ingeren-|cia criminosissima em objetos cujo exame não he de sua competencia. Tal he a Doutrina propagada por huma associa-|ção nefanda, que pretende levantar ca-|beça entre os homens e estabelecer o seu | dominio sobre a opressão e miseria da hu-|manidade, como se não fosse conhecido dos seus perversos intentos, e recentes em | todas as partes os exemplos inauditos, | que dera de sua maldade e estragada mo-|ral patenteadas nos assassinios, nas pro-|fanaçoens, nas guerras civis que fomen-|tou, nos regicidios, e em quantas abomi-|naçoens se podem imaginar provadas e | documentadas pelos escriptos de homens | imparciaes: tal he a Doutrina pregada | no seculo 19, e mais propria do 12 quan-|do os homens se deixavaõ conduzir as ce-|lgas, e feichando de propozito os ouvidos as | judiciosas reflexoens dos verdadeiros ami-|gos da Religiãõ, da Monarquia, e da hu-|manidade; taes saõ as maneiras com que | forcejaõ por dominar nos espiritos, e co-|rroar seu decadente imperio, proscreven-|do a rasaõ e encobriendo debaixo de apa-|rencias sedutoras hum coraçãõ refalçado | que somente exerceria sua perversidade, | quando preso o genero humano em suas | redes podesse arrojor em terra a mascara, | e apparecer talqual hera. ||

Mas perguntamos: achaõ-se dispostos | os homens para de bom grado se deixarem | prender ao carro de triunfo desses perver-|sos? Estaõ preparados os elementos pa-|ra arremeçarem o mundo civilisado na ig-|norancia e barbaridade da idade media? | Acaso os povos escutaraõ sem error as vo-|zes desses corifeos do Absolutismo, disfar-|çados debaixo de diferentes nomes, mas | sempre inimigos do genero humano? Que-|reraõ os povos ouvir os seus dictames se-|ductores e desta sorte cavarem a sua ruina? | Por ventura daraõ em terra com o edificio | das Liberdades só por infernaes insinua-|çoens desses Sicofantas e visionarios? De-|cida e francamente o negamos, esperan-|do ainda demonstra-lo de modo que nin-|guem de boa fe o duvide, e ensinando o | incauto e ignorante a confutar os grosseiros | sofismas desses Apostolos da Sizania. Se | elles conseguem algumas vezes embair o | povo, desvairar a opiniaõ publica e asso-|ciar Reys virtuosos, mas inexperientes a | seus excessos, taõbem não saõ raras as | victorias alcançadas sobre elles pelas lu-|zes mui difundidas, e pela Filosofia. | Monarcas tem existido os quaes tem feito | retardar o progresso da Civilizaçãõ; po-|rem a historia abunda em exemplos de ou-|tros, que se poem a sua frente, e adqui-|rem direito incontestavel aos gabos da | humanidade e as bençoens de presentes e | vindouros. Sem referirmos exemplos es-|tranhos o nome do *Senhor Dom Pedro 1º*. | galdando os Seculos, afrontará as idades | e viverá eternamente. Unamo-nos pois | sempre em roda do throno do Nosso Im-|perador, e com a Constituição no peito, | e a espada na maõ todos os bons Brazi-|leiros saberaõ repellar as sugestoens da | malevolencia e castigarem severamente | aquelles que ouzarem profanar a arca | Santa das Liberdades publicas. Afaste-|mos pois de nós sustos quimericos, seja-|mos Cidadãos, e nada teremos a temer | das guerras do fanatismo e da conspira-|ção que se tem formado contra a liberda-|de dos povos. –

(Texto 10)

Diario de Pernambuco- PE nº 127, p.1
15 de junho de 1829

Artigo Comunicado
Balla ao Cruzeiro
Soberania

Ou as Sociedades saõ taõ antigas como | o mundo, (disse hum sábio Escriptor) ou | appareceõ sobre a facce da terra o primei-|ro par de espécie humana, posto pela mão | d'hum Deos seu Author, e Criador. Em | qualquer das duas pypoteses poderia eu | desenvolver a mesma doutrina; porem como | esta ultima è a mais obvia e a recebida na | Santa Igreja Romana, eu a tomarei por base. ||

Em virtude desta disposiçãõ do Supre-|mo Ser, multiplicados os homens, por isso | que todos eraõ iguaes, com iguaes direitos, | e iguaes poderes, tinhaõ a facultade de | procurarrem e escolherem todos os meios | da sua subsistência; por instinto intrínseco | da natureza procuraraõ viver em socieda-|des. Ora nestas Sociedades assim effeitua-|das, aonde, ou em quem residia a Soberani-|a?... Não era nas mesmas Sociedades?... | Que cousa era, ou poderia ser esta Soberani-|a?... Respondo: Nenhuma outra cousa po-|deria ser se não - A Vontade de Todos - E | todos querendo huma, e a mesma cousa, | quem poderia disputar-lha?... Eis o que | eu chamo verdadeira Soberania: É a supre- | vontade d'hum Naçaõ inteira: É a soma, | e reuniaõ de todos os poderes individuaes. | Logo se na Naçaõ existe a vontade supre-|ma, e o poder supremo; é nella que reside | a Soberania Absoluta. Ora se na Naçaõ | existe esta Soberania, pela reuniaõ da | VONTADE e do PODER

supremo, Ella | pode escolher a forma de governo, que me-|lhor lhe convier; e podia aceitar huma for-|ma de Governo, que lhe fosse offerecida, se | nella visse a sua melhor conveniência, o-|brando nisso mesmo Soberanamente. Exemplo. ||

A Nação Brasileira achou-se na sua | virilidade; espinhada pela oppressão Por-|tugueza, e achando em si todos os recursos, | e capacidade dos grandes Povos, tocou o | momento da sua Emancipação; para huma | revolução de tanto peso, era mister hum | Chefe, e hum Deffensor: as virtudes, phi-|lantropia, e heróico denodo do Magnânimo | *Senhor Dom Pedro* preencherão seus dezejões. | Ella O Elegeo seu Deffensor Perpetuo, e | simultaneamente seu Imperador Constituci-|onal. Conhecida pela experienciã as incon-|venientes delongas d'uma Constituição or-|ganizada por Representantes dissidentes, | e a facção que desas dissdencias se origi-|nou, o Augusto Defensor cumprindo com | o que a nação Lhe tinha confiado, - a sua | Conservação – dissolveo a primeira Assem-|blea, offerecendo a Nação hum Projeto de | Constituição, que ella discutisse, aprovas-|se, ou reporvasse. Note se, que *Sua Majestade Imperial* | não teria a soberania nacional; Elle der-|rubou essa Assembleia por faciosa ficando | em vigor as leis, que ella já tinha promul-|gado; cumprio fiel com o que a Nação Lhe | confiou. ||

A Nação brasileira recebeu o Projecto, | e achando nelle todas as bases da sua pros-|peridade, todas as garantias, | e vantagens para hum Governo estável, e justo; a Na-|ção Brasileira livremente adoptou, e jurou | o Projecto offerecido, ficando como Consti-|tuição do Império: e puramente salva a | sua soberania. (Tit. 3º art. 12) ||

E verdade que a Nação reconhece, e | agradece a *Sua Majestade Imperial* o desempenho exacto | da confiança que Nelle pôz: e Dellegando-|Lhe dias partes sublimes da Soberania, e a | Sancção: pagou sua egregia munificência | depositando em suas mãos a chave da sua | existencia política. *Sua Majestade Imperial* reconhece | igualmente a fiel confiança, que a Na-|ção Brasileira recebeu o seu Projecto; a | confiança illimitada e justa que Nelle tem. ||

Pelo que temos expellido sobre prin-|cípios de direito natural e a vista do nosso | mesmo exemplo, ficão aniquiladas as ma-|tracadas luciferinas do monótono Cruzeiro, | com que nos aturde diariamente, pondo to-|do o beneficio da parte do Imperante, e to-|da a obrigação da parte da Nação; confun-|dindo as palavras offerecer, e outorgar = | *Sua Majestade Imperial* ao Brazil offereceo; e a Por-|tugas outorgou: *Senhor* Cruzeiro nisto á gran-|de differença; não confunda ideas, des-|truindo dest' arte o equilibrio, e garantias da | Constituição (Tit. 3º art, 9) Fica confun-|dida a rinchada do seu Correspondente = | Amigo de Todos = quando disse, que *Sua Majestade Imperial* era Chefe dos Brasileiros ainda | antes da sua Independência: se o Brazil fa-|zia então parte da Monarchia Portuguesa, | se obedecia a El Rei *Dom* João 6º, como | podia ter outro Chefe alem d'Elle?... A Legitimidade começa no Brazil na Pessoa | do *Senhor Dom Pedro 1º* para sua Decendencia | Legitima (const. Tit. 1º art. 4.: Cap. 4 art. 117) Dice *Senhor* Cruzeiro, *Senhor* amigo-|taes cabeças taes sentenças.

(Texto 11)

A Quotidiana Fidedigna nº 132, p.1

7 de abril de 1834

O DIA SETE D'ABRIL

O Brazil não deve contar em seus Faus-|tos hum dia mais glorioso, que o dia 7 de ABRIL. A Independencia, a Constitui-|ção saõ Epochas sem duvida memoraveis: | mas o 7 de ABRIL foi o complemento da nos-|las Emancipação, e Liberdade. Sem elle a | Independencia seria hum nome pomposo | sim, mas illusorio, e a Constituição apenas hum fantasma para os Povos, e na realidade | huma arma traiçoeira, e segura nas mãos do | Despota. ||

Em quanto entre nós existisse esse *Dom* Pe-|dro, como pedra angular do nosso edificio | social, nós seriamos independentes, e Bra-|zileiros em palavras; mas em realidade esca-|vos, e Luzitanos. Nós vimos a esse perdido | Duque de Bragança a principio fingir-se todo | Brasileiro a fim de empolgar o throno do | Brazil, nós lemos admirados seus manifestos | patrioticos, suas Proclamações, que depon-|tavaõ de livres para demagogicas; nós o co-|nhecemos accendendo, e soprando o faixo | da discordia entre Brasileiros e europeos | e immediatamente que se julgou seguro, trocar as maos, crear huma caballa denomina-|da columbia, composta pela mór parte de fi-|lhos de Portugal, e de Brasileiros, taõ estu-|pidos, ou taõ desbriosos, e sevandijas, que | se não pejavaõ de servir de escabello á pre-|ponderancia Luzitana a troco de titulos irri-|sorios de huma fitinha, e outras impostu-|ras, e palhaçarias vergonhosas. ||

Mas graças ao brio dos nossos Liberaes, | graças á honrosissima oppozição que os fac-|ciosos escravos encontraraõ por todas as Pro-|vincias. Os infames disacorcaraõ, treme-|raõ, fogirao espavoridos, e o Despota, de-|pois de vãs bravatas, vendo malogrados os | seus intentos, abdicou raivoso, e deixou-nos, coberto de maldições, execrado da Na-|ção, e apenas carpido por alguns imposto-|res, e velhacos. Entaõ descerrou-se o negro | véo que escondia os mysterios do antro do | [ilegível], ou Gabinete secreto, cahirao' as | *Notabilidades* escravas, desassombrou-se o | Nacionalismo, e pela primeira vez ficamos | Independentes. ||

Embora a demasiada banomia da nossa | Administração actual haja animado aos esca-|vos, que certos na impunidade ousáreo' le-|vantar o torpe estandarte da restauração: | embora miseraveis salteadores, amestrados | pelos intervenideiros do Duque de Bragança, | illudidos por suas vãs promessas, tenham' de-|vastado os nossos campos, e derramado á | larga mao' por esses matos todos os crimes, | e horrores, ensaios da reenthronização' de | *Dom* Pedro: inuteis esforços! Ultimos arrancos | do monstro! A Liberdade não' torna atraz; e o Brazil, que pode sacudir do seu seio o Lu-|zitano Despota, que o acabrunhava, o Bra-|zil, que soube triunfar da traição' de *Dom* Pe-|dro, quando ainda poderoso, e ladeado dos | seus Janisaros, nao' deixará certamente, que | elle reempolgue a preza, e venha saciar-se a | si de vinganças, e a nós de appobrios, e | desgraças. ||

Viva pois sempre gloriosa, e prospera a | Nobre Revolução' de 7 de ABRIL. Ella foi a que verdadeiramente nos Emancipou: ella | foi a que nos outorgou hum Imperador, qual | nos convem, hum Filho do Brazil, em Quem | temos colocado doces, e venturosas espe-|ranças. Haja união entre nós, haja a devi-|da prudencia e sobre tudo respeitemos, e | obedeçamos á

Lei, que triunfaremos de viz | restauradores, de salteadores cabanos, e se-|remos dignos de nome de Brasileiros, VIVA A HEROICA REVOLUCAO DE 7 DE ABRIL.

(Texto 12)

Diario de Pernambuco-PE nº 70
02 de maio de 1835

INTRODUCCAO

Tomando nova face o nosso Periodico, refundin-|do-se com o Diario da Administracão, não entenda | alguns que desandaremos a carreira [ilegível], isto | porque teremos outros fins, e consequentemente ou-|tra linguagem. Sempre pozemos a mira na felicidade | geral, e esta será a nossa bussola. Não abraçamos | partido algum, nem advogamos, se não o que nos pa-|rece honesto, e conformes aos eternos principios da | justica; e certos com Pagés, que só a Lei he authori-|dade, e liberdade que fora da lei não se encontra, se | não usurpação, e revolta, defenderemos sempre a cau-|sa da Legibilidade, sem todavia apadrinharmos as mal-|versações do Poder. ||

Huma causa he censurar os actos illegaes da Au-|thoridade que transpõe as balizas da sua jurisdicção, e | outra causa he concitar os povos a desobediencia, e a | revolta, tirando a força moral do Governo, e conse-|guimento abrindo os diques a anarquia, e a toda a | sua terrível cometiva. O primeiro procedimento he | proprio das almas livres, e caracteristico do verdadei-|ro Patriota; o segundo he a [ilegível] usual e já sedicã | dos demagogos, e pertu[]badores, aos quaes não ha, | nem pode haver Governo que compraza; por que | Governo he synonymo de força; a força só se mantem | com [[com]] a ordem, e os anarquistas somente aspirão á desordem. ||

Não somos pois creaturas, nem parazytas do Gover-|no; pelo que reprovaremos aquelles de seus actos, que | forem de encontro á Lei, elogiaremos aquelles, que | julgarmos conformes á utilidade publica, e ás disposi-|çoes legaes; por que se a censura judicisosa, e de-|cente serve para corrigir o vicio; o louvor das boas | seções he hum incentivo para a virtude, e hum pode-|roso estimulo para a imitação. ||

Não rejeitaremos por isso as Correspondencias, e | Communicados de nossos Assignantes, que conti-|verem censuras, e accusações contra qualquer Empre-|gado Publico, huma vez que taes escriptos sejam con-|cebidos em termos decorosos, e com os requisitos le-|gaes. Finalmente o nosso novo Periodico servirá | quando estiver em nossas forcas para edificar, ou reparar, e não para desmoronar, e destruir.

O

A questão da moeda de cobre he hoje o objeto da | diaria conversação do Povo Pernambucano, que tem | chegado a este respeito ao ultimo apuro do sofrimento. | O commercio acha-se quazi paralyzado: a pobreza | geme, o jornalista desatina, a rejeição da moeda he | geral, e absoluta, todos chamão, todos se queixão, e | põe os olhos em a nossa Respeitavel Assembleia Provin-|cial, donde tem libradas as esperanças de algum alivio | á tão horrivel, e universal flagello. ||

Nós muito louvamos os escrupulos d'aquelles dos / *Senhores* Deputados, que temem de ferir a Constituição | do Imperio: mas trata-se de accodir a huma calami-|dade publica, e o recurso legal acha-se em tão grande | distancia, que tarde, ou nunca virá soccorrer nos, co-|mo tanto havemos mister. E deixar-nos hemos de-|golar huns aos outros, consetiremos, que Pernambuco | se abysme á espera, que do Rio de Janeiro nos acu-|dão? Nunca o *Salus populi suprema lex* teve huma applicação tão exacta, como ao apuro de circumstanci-|las, em que nos achamos: e não temão os nossos Legis-|ladores Provinciaes de ser taxados de injustos, e ino-|vadores. Quem authorisou o Povo do Rio de Janei-|ro para pegar em armas, e fazer, que abdicasse a Coroa | o Duque de Bragança mui legitimo Imperador do | Brasil? Essa revolução em nenhum outro motivo se | podia estribar, que não fosse em a necessidade publi-|ca: *Salus populi suprema lex*. Todas as Provin-|cias anuirão, e a approvarão a nobre resolução da Cort-|te, e então ella se tornou da vontade geral, e legiti-|mou se. Porque não diremos pouco mais, ou menos | o mesmo da terrível colizão, em que nos achamos? | Porque a nossa Assembleia Provincial, instituida para | occorrer as necessidades peculiares da Provincia, não | lançará mão de uma medida extraordinaria para sal-|varmos a todos, suscitando-a a approvação, ou repro-|vação d'Assemblea Geral da Nação? ||

Temos visto varios Projectos dos Ilustres *Senhores* | Deputados relativamente á moeda de cobre: todos el-|les em nosso entender [trecho ilegível] | Lei; e consequentemente a nossa Assembleia ou ha de | cerrar os ouvidos aos clamores, olhar com indifferenca | para a fome, a pobreza, e miseria de huma Provin-|cia inteira, deixando apathica, e imperterrita que | rompa de todas as partes a guerra civil, ou procuran-|do remediar tantos males, de forca tem de ferir a | Lei. Portanto ou nenhuma Providencia , e pereça-|mos todos na varagem da fome, da penúria, e da | guerra civil, ou a querer-se salvar a Provincia, he | preciso tomar huma medida radical, e decisiva. ||

A reduccão da moeda á metade do valor nominal | que ora tem, não nos preserva da invasão de moeda | falsa, que nos traz o Estrangeiro: tudo quanto não for | chegar o valor nominal da moeda ao seu valor intrin-|seco, não he capaz de somar os nossos males. Illus-|tres Cidadãos. Representantes da Provincia, attendei | á nossa miseria, á nossa desgraça, compadecei-vos da | pobreza, acodi-nos ja, e salvai-nos.

(Texto 13)
Diário de Pernambuco – PE nº 113, pp. 137-1,2 e 3
01 de julho de 1835

EDITORIAL

Conforme ao que prometemos no nosso Extraor-|dinario do dia 23, vamos a denunciar ao Corpo Le-|gislativo (a quem compete receber esta denuncia ou queixa, segundo o art. 77 do Codigo do Processo) | hum Crime inaudito, de terriveis resultados, e ainda | que não tenha tido efeito por circun[] tancias indepen-|dentes da vontade do Delinquente; e competente-|mente authorisados pelo art. 74 do mesmo Codigo no| seo § 3.º, por ser hum d´aquelles crimes que por sua | natureza habilita a qualquer do Povo á intentar a | queixa e á prosseguir nos termos ultteriores do pro-|cesso. ||

A nossa queixa se dirige contra o *Doutor Antonio Fer-|reira França*. Deputado pela Providencia da Bahia, por | perjuro, aleivoso e traidor á pessoa da Imperador e | as das Princezas de Imperial Familia; e por haver | tentado destruir Constituiçãõ monarchica do Brasil, | substituindo-lhe outra forma de governo, depondo o | Imperador Menor, e declarando extincta a Dinastia | Imperante na pessoa do *Senhor Dom Pedro 2.º*; como | se prova pelo Projecto escripto assignado por aquelle | Deputado, e apresentado na Sessão de 16 do Corrente | mez e anno. ||

A tentativa deste enorme Crime, manifestada por | um acto exterior, como o projeto escrito, he tanto | mais agravante quãto porq` foi feita com conhecimen-|to do mal, e intençãõ deliberada de o praticar e abusan-|do escandalosamente da confiança nelle posta a-|tacando “as bases fundamentaetas da Constituiçãõ e tentando” directamente e por “hum facto” destronisor | o Imperador, e a prival-o em todo de sua autoridade | constitucional. ||

E não se diga que art. 76 do citado Codigo do | Processo não admite queixas nem denuncias contra os | membros das duas Camaras Legislativas pelos dis-|cursos nellas proferidos; porque nós não denuncia-|mos hum discurso, isto he, “palavras com que se ex-|prime o discurso mental, o segundo a força e genuino | sentido do termo; mas sim hum facto, que he men-|cionado projeto escrito e assinado” que ninguem | chamara discurso – Alem de que existe o PERJURIO, | crime atroz contra as leis de Deus e dos homens, e | contra toda a moralidade dos Povos civil[] ado, que | admitem a Santidade do jurando como regra im-|prescriptivel da vida Social. O crime he evidente | comparando os arts. 2.º e 3.º do Projeto com a formu-|la do juramento prestado pelos Deputados no acto de | tomar [ilegivel] na Camara; cuja evidencia foi sentida pelo Illustre Deputado Odorico Mendes, o qual pedio | se lesse em voz alta para fazer notar a enormidade do | PERJURIO, que consiste em obrar o contrario do que | se prometeo com juramento. ||

Tam pouco he applicavel ao caso em questão o art. | 26 da Constituiçãõ que torna inviolaveis os membros | de cada Camara “pelas opiniões que proferirem” no | exercicio das suas funções Precedendo a todo acto | deliberativo o juramento, que deve regular a conuc-|ta do Deputado, vista que o prestado na occasião de to-|mar assento, supõe se que elle não o que elle não o violará perju-|rando, isto he, obrando o contrario do que tinha ju-|rado – He pois conformando se com o teor, do jura-|mento que Representante he inviolavel; de outra | forma a lei sancionaria hum Crime, ou o juramento | seria escusado – Deste raciocinio se deduz que a invi-|abilidade das opiniões” não comprehende o “preju-|rio, e muito menos a subversãõ da Ordem, pela des-|truição da Constituiçãõ, que he a unica garantia dos | mesmos Deputados – São em verdade inviolaveis pelas | “opiniões que proferirem no exercicio de suas | funções;” porem estando estas funções ligadas a hum | juramento anterior, segue-se que faltando a elle, ha | hum abuso do “dever” e por tanto cessa desde logo o | “direito.” Isto he, cessa a inviolabilidade no momen-|to em que se abusa do dever de conter-se nos limites | que lhe prescreve a lei – Circuncrito o Deputado a | “observar” a Constituiçãõ, e a “ser fiel ao Imperador;” | no instante em que conspira contra huma ou contra | o outro, deixou de ser inviolavel porque elle mesmo | rasgou a lei que lhe servia de broquel. ||

A inviolabilidade consiste em não poder ser respon-|savel pelas opiniões que emitir contrarias a interesses | individuaes ou ainda mesmo aos interesses de classes | para fazer desta arte mais respeitavel o poder da opi-|nião, e garantir a liberdade do pensamento – Atacar o | abuso do Poder, ainda quando este nasça da propria | pessoa do Monarca; opor-se a hum crecido subsidio | para o imperador ou familia imperial; entrar no ex-|ame da administração; sustentar a necessidade da re-|forma de “algum art. da Constituiçãõ, ainda que fi-|ra os limentes ou atribuições do Poder Executivo; ata-|car os abusos e regalias da Corte; chamar a respon-|sabilidade os agentes do Poder; coarctar as exigencias | de hum partido; diminuir a influencia da Nobreza ou | do Clero, etc. etc., com tanto que as bases da Constitu-|içãõ para sejam respeitadas; eis ahi para que serve a invi-|olabilidade de hum Deputado. Porem destruir a | Carta em seos fundamentos, propôr a destituição do | Imperador ainda Menor, mudar a forma do governo | e tudo isto em hum momento tão critico, como o em | que nos achamos, he o maior dos crime[], he hum a-|tentado inaudito, he huam conspiraçãõ declarada, he | finalmente hum escandalo para a Camara dos Deputa-|dos, e para a Provincia que o elegeo. ||

A forma do governo he a que distingue o predi-|cado do Pacto Scoial, isto he, se o Chefe da Socieda-|de he “vitali[]o e hereditario, a Constituiçãõ que o es-|tabelece chama-se Monarquia; si pelo contrario a-|quelle he temporal e electivo, então esta cham-se Re-|publicana – Neste caso a nossa Carta tem o caracter de monarchica, sobre cujas bases se fundãõ todas as ga-|rantias que ella oferece – Nunca se vio passar repenti-|namente de huma forma de govono para outra sem | hum forte reacção, sem subversãõ da ordem existen-|te, sem hum transtorno da moral, sem huma revo-|lucãõ de principios;” ultimamente sem “destruir” para edificar de novo – Como pretende o Deputado | França, que o Brasil amanheça huma Monarquia, e a-|noiteça huma Republica democratica com hum fe elec-|tivo e de curta duraçãõ? Será possivel que aquella ca-|beca original podesse conceber tamanha monstrosi-|dade, ou sera huma de tantas chocarrices, com que | se tem constituido o “Caturra” da Camara dos De-|putados? ||

Sem embargo, tomemos o negocio debaixo do | ponto de vista mais serio, e vejamos si he possivel que | a “inviolabilidade” de hum Representante seja “ilimi-|tado,” ou se deve haver um termo, que tocado elle | lhe servia de freio para contel-o na raia dos seos deve-|res; si faltando a estes deveres, pode o Deputado ser | acuzado segundo a Lei commum; ou si deve haver | huma Lei especial para os abuzos da tribuna; si fal-|tando por espirito de corporaçãõ huma medida pre-|ventiva, que contenha outro escaldalo semelhante, o | Povo não será provocado á medidas tumultuarias e | de propria

autoridade para reprimir a insolencia de | hum Orador ou de hum “Projectista,” como succede | em Inglaterra, em França, nos Estados Unidos, e em | todas as outras Republicas Americanas – Ultimamente | si se admi[[t]te ou não a “omnipotencia parlamentar,” tão | corajosamente combatida por Mirabeau, que foi o | raio da Tribuna na Convenção Franceza, e por Bentham, o maior Jurisconsulto do seo seculo. ||

Huma assemblea constituinte pode dividir-se em | opiniões porque trata-se antes de tudo de ficar a for-|ma do Governo. ‘Ha livre opinar por esta ou por a-|quella, para poder se preferir a melhor, e sobre ella | fundar o pacto social; porem quando existe huma Cös-|tituição, que marca os limentes dos Poderes politicos; | quando em virtude desta Constituição e Corpo Legis-|lativo marcha a par dos outros Corpos, como peça da | mesma máquina, pôde hum Deputado romper a Car-|ta, e chamar-se a inviolabilidade? Quem a torna in-|violavel? A constituição. – E com que fim? Para que | vele na sua conservação, para manter ileisa a dingida-|de do [[do]] Povo que o elegeo, tornando-o assim inde-|pendente da acção dos partidos. – Logo o Deputado que não só não cumpre com as condições do seu man-|dado, se não que obra de modo oposto, destruindo a | Contituição, perdeo por isso mesmo o direito | á sua protecção, por que se colocou a si proprio fora do seu dominio. – ||

Todos os Escriptores do direito constitucional, | Constant, Fritot, Bonnin, Collu, De Larme, Beutham, Blackstone, etc. etc., todos convem em que o | equilibrio dos Poderes Politicos e o Paladino da Li-|berdade; este equilibrio tão sinceramente elogiado por | Montesquieu na Constituição Inglesa, é quasi sempre | confiado á hum dos trez Poderes nas Republicas, e nas | Monarquias ao mesmo monarca, debaixo uma nova | delegação chamada Poder Real como em Inglaterra, Poder Neutro como lhe chama Tra[|y, ou Poder Mo-|derador como admite a nossa Constituição; é por isso que a Pessoa do Monarca he, alem de inviolavel, “sa-|grada,” e que o Ministro, que referenda os actos des-|te Poder, he irresponsavel como aquelle que o exerce|[ce]]. Attentar pois contra o Imperador, contra o 1.º | Representante da Nação, destruir de hum golpe a ar-|monia dos Poderes po[|iticos, e colocar o Legislativo | sobre a cupula do edificio para tornal-o “om-|nipotente” he attentar contra a Nação, que elegeo a-|quella forma de governo; he assassinar a liberdade, | garantia pela divisão daquelles Poderes; he legali-|sar a anarquia; he finalmente entregar nos huma to-|tal dissolução. ||

Ainda he muito mais incoherente, porque he falsa | e absurda a asserção do deputado Cornelio França, | filho do autor do Projeto; he huma verdadeira anti-|nomia – He falsa porque diz que o Projecto he uni-|camente propondo a reforma de hum dos artigos da | Constituição; he absurda e contradictoria, porque es-|tabelece o principio de que a “Constituição pode ser | reformada em toda a sua extenção, e que até se podia | fazer do nosso governo huma perfeita Republica ou | hum Governo absoluto. – Tão extravagante paradoxo | prova huma de duas cousas; ou hum cerebro deliran-|te e irritado, ou muita ignorancia das noções mais tri-|viaes do direito constitucional. – Porem si provarmos | que na emissão deste enunciado não pôde haver igno-|rancia, resultará que houve má fe; que houve mal-|dade isto he que houve animo deliberado de obrar | mal. ||

Diz o art. 174 da Constituição – Se passados 4 | annos..... se conhecer que a algum dos seus arti-|gos merece reforma, se fará a proposição por es-|crito etc. Art. 176. Admitida a discussão, e ven-|cida a “necessidade” da reforma “do artigo Cons-|titucional etc.” –Do que se deduz: 1.º que so-|mente “algum” dos artigos pode ser reformado, e | não toda a Constituição, como pretende o Deputado | Cornelio; 2.º que a proposição não poderá conter | outra cousa senão a necessidade da reforma, de tal ou | qual artigo; 3.º que este artigo deve ser e[|pecifica-|cado para poder conhecer-se a conveniencia de reformal-o; 4.º que todos estes precedentes salvão as bazas da Constituiçã, que são imutaveis segundo | o theor do seo art. 116 – isto he, que será sem-|pre monarchica, visto “que o *Senhor Dom* Pedro I im-|perará sempre no Brasil,” o que se entende por si | e por sua decendencia na forma do art. 117 – Cre-|mos que não haverá hum ente tão torpe e tão estu-|pido que não perceba clara e distintamente este ra-|ciocinio – Ora bem, o que se pertende no Proje-|cto em questão? Longe de propôr que se reforme | tal artigo, estabelece hum presuposto que envolve | muitos artigos, e destroe de hum golpe as bases da | Constituição: longe de querer-se huma reforma se | pertende acabar com todo o pacto social, eliminan-|do a forma do goveno, e levando de rojo, todo o sis-|tema politico da Nação Brasileira. He isto o que | determina o art. 174? Respondaõ os Deputados Françaes. ||

Que a Constituição pode ser reformada em toda | a sua extinção e até que se pode fazer do no[|so | governo huma perfeita Repluca, ou hum “go-|verno absoluto, “(no que se trabalha sem cessar, e | Deus permita que nos enganemos,) he isto, huma | verdade eterna; porem desejamos saber, quem po-|de propôr a mudança da Constituição, ou quera es-|tá authorizado para fazer do nosso governo monar-|quico constitucional outro republicano ou “absoluto”-Parece que o *Senhor* Cornelio, sustentando | o Projecto de seu Pai, deu á entender que era a Ca-|mara dos Deputados; e nós disemos que aquelle *Senhor* não estava em seu juizo quando avansou semelhante | paradoxo – Tornamos a dizer que os artigos 174 e | 176 só trataõ da reforma de “algum” artigo cons-|titucional; he pois de “hum”artigo, e não da | Constituição em “toda a sua extenção,” que uni-|camente pode occupar-se a Camara para propol-o á | discussão; e como isto he tão claro que não pode | involver ignorancia, segue-se que os Deputados Fran-|ças, peccarão por erro de vontade, e não por erro de | entendimento, isto he, obraraõ com malicia, que he | o conhecimento do mal que se pertende causar. ||

¿ He possivel que homens de letras, que Juris-|consultos abalizados assim vaõ de encontro aos prin-|cipios mais triviaes do direito cosntitucional, e que | ignorem que a unica garantia para a Liberdade poli-|tica consiste no equilibrio e harmonia dos Poderes | politicos? Ignoraõ acaso que a Soberania reside es-|sencialmente na Nação, e que o seu exercicio está | distribuido entre aquelles Poderes por sua especial | delegação? Que não havendo Soberania ilimitada, | tão pouco ser ilimitado o poder que a exerceu? | Que sendo a Camara dos Deputados hum dos 3 ramos | do Poder Legislativo, não poderia exercer só por/ | si a vontade geral, que he a suprema lei? Que a mudança da Constituição he hum acto que só pode | emanar da vontade do Povo, como diz Bounin, e | que esta não pode ser manifestada senão por huma Assembléa que represente directamente a Soberania | nacional? Que huma legislatura ordinaria he poder | constituido, e não pode destruir o poder que a cons-|tituiu? Não; não he possivel que isto seja só igno-|rancia; he mister desconfiar, de tanta necessidade, de | tanta estupidez. - ||

Montesquieu pertende que a Soberania do Povo | he hum “principio” de Liberdade, e nós susten-|tamos que he huma “verdadeira garantia;” ella | está destinada á impedir que hum ou “muitos indi-|viduos” se apoderem hum dia da suprema autori-|dade sem delegação alguma. Porém esta Sobrenia | não he ilimitada, por que si o fosse, ella seria tão | prejudicial em mãos de hum como de muitos. Des-|de o instante em que a vontade geral pode tudo, os | representantes desta mesma vontade saõ tão temi-|veis, quanto que saõ o instrumento d’aquella pre-|tensa autoridade; elles ligitimaõ muitas vezes pela | extenção sem limites da Soberania popular, o que | nenhum despota se atreveria a executar em seo pro-|prio nome: “o Povo que tudo

póde” diz Cons-/tant, “he taõ perigozo, e ainda mais que hum ti-/rano.” Somente os partidários do despotismo re-/conhecem a Soberania como ilimitada, para tirar a | consequencia da legitimidade do “governo absolu-/to [ilegível] pois necessario dividir o poder por meio | de combinações [trecho ilegível] e equilibrio as | suas diferentes partes. ||

He opiniaõ geral de todos os Publicistas, que he | mister estabelecer BASES nas instituições politicas, | sobre que se fundem os interesses dos diversos depo-/sitarios do Poder; de tal sorte que a sua mais esta-/vel garantia seja o estarem “circunscritos nos limi-/tes de suas respectivas atribuições.” He pois ver-/dadeira e possivel a limitação da Soberania pela dis-/trituição e balança dos Poderes politicos. De tudo | quanto temos dito se deduz, que si a Soberania do Povo naõ he limitada, taõ pouco o pode ser o poder | de nenhuma de suas delegações, ou individuos repre-/sentes desta Soberania em exercicio de qualquer função legislativa, executiva ou judicial. Como per-/tence pois o Deputado Cornelio, que a Camara ele-/ctiva destrua a Constituição, em virtude da qual | ella exerce huma pequena porção de Soberania? Quem a investio do poder de mudar a forma do go-/verno? Como he mesmo possivel imaginar-se que vivamos constantemente de reforma em reforma, de | mudança em mudança, sem lembrar-nos que esta | mesma Consituição já foi reformada o anno passado? Onde está o artigo, que mande propôr reformas to-/dos os annos, ainda quando aqui se tratasse de huma | “reforma?” Porem naõ; naõ he huma reforma | simplesmente, a que se propõe; he huma mudan-/ça; hum transtorno de “principios” he tudo quan-/to pode const[|]uir hum Povo em revolução; e a isto | he que se dá o nome de “reforma?” ||

“Representantes da Nação Brasileira!! Vós i-/des sofrer agora huma prova difficil de soste á sangue | frio. Vós ides á passar pelo cadinho do criterio pu-/blico toda a vossa moralidade, dando hum exemplo | ao Povo, que vos observa, da religiosidade com | que respeitaes a Santidade do juramento. “He mis-/ter que a Nação sa[|]ba, si hum “perjuro”, si hum | “perfido”, si hum “aleivoso”, tem seguro asi-/lo debaixo da vossa Egide: si o Crime se torna vir-/tude, só porque se cometeo dentro do recinto da Ca-/mara; si hum Representante do Povo póde agredir | a Constituição e a “liberdade” impunemente; si | um Deputado que sem rubor avançar a criminosa | propozição de que o nosso governo “pode tornar-se absoluto.” Si tanto chega a “omnipotencia | parlamentar.” Poderia algum propôr que tornas-/semos á ser Colonia dos Portuguezes? Reflecti que | aquella escandalosa opiniaõ pode desvirtuar o nosso | caracter nacional, pode causar huma ferida moral | na moral do Povo, que ainda respeito sem distinc-/ção as opiniões dos seos Delegados. A moral, Se-/nhores, naõ deve jamais separar-se da politica, nem | esta d’aquella, diz o celebre Mably; porque o ho-/mem naõ he hum ser sem relações, e da politica huma medida em razão, incerta e caprichosa. - ||

E com effeito, que seraõ para o homem todos | os deveres, si estes naõ lhe tocassem senaõ isolada-/mente? Que seria para a Sociedade hum estabeleci-/mento, que naõ tivesse outros principios senaõ a | sorte dos acontecimentos, o imperio das circuntan-/cias, a vontade das paixões, e a arbitrariedade do Poder? A politica naõ he propriamente falando senaõ | a moral applicada entre o homem, como Cida-/dão, e o Corpo social. Si a moral naõ forma base da nossa legislação, podemos assegurar que ha | interesse em perpetuar a ignorancia do Povo, dando | lhe falsa idéa dos seus deveres e direitos. At-/tendei que a melhor garantia do sistema represen-/tativo he a opiniaõ publica, e que esta se tem decla-/rado de uma maneira assombrosa contra a pessoa do | Deputado França; he nelle que os amigos da Mo-/narquia tem fitos os olhos para ver o momento do | “osculo” e da “entrega.” –Desgraçados de nós | si o “Gallo” canta duas vezes antes que possamos | salvar-nos das garras d’aquelle falso Apostolo. ||

Todavia, si o citado Projeto causa justa indigna-/ção, revolta muito mais o discurso do Deputado Hen-/rique de Resende, em que depois de avançar que a | “Constituição manda que de quatro em quarto annos | se possaõ reformar os seus artigos,” conclue decla-/rando que a “proposta naõ era anti-constituicio-/nal.” Ninguem ainda deo semelhante latitude ao | artigo 174, fonte de todos os nossos males, e sepul-/cro de regimem consitucional. – A reforma he u-/nicamente autorizada por huma vez, por que se mar-/ca positivamente o periodo para verifical-a, isto he, | á annos depois de jurada a Constituição; nem era | possivel entender-se de outro a letra do citado arti-/go. – Quem vio jamais huma Consituição á reta-/lhos, mutilada, e remendada a cada passo? A Cons-/tituição politica de hum Estado, que he a ley das leys, | cujo caracter he o de ser permanente, pode estar su-/geita a repetinas mudanças, á vicissitudes e altera-/ções interiores, e da exaltação dos par-/tidos? Que garantias poderia ella oferecer á Nação, | si cada facção dominante podesse imprimir o cunho | das suas afecções na ley suprema do Estado? A u-/nica Consituição que menos durou em seu primi-/tivo ser, foi a que deo Luis 18 á França, e sem em-/bargo durou 15 annos; assim mesmo quanto san-/gue naõ correu para a sua reforma? Naõ falemos nas 3 Consituições da Republica Francesa, por que | foraõ todas ellas effeito de governos | de transição. O mesmo succede com as Republicas Americanas, on-/de cada partido improvisa huma Consituição, e por fim vivem todas em hum constante interregno da li-/berdade. ||

Os Americanos do Norte ainda naõ tocaraõ na | sua lei fundamental de 1787, ainda que tinha o ca-/racter de provisoria; elles tinhaõ já a lição da sua | primeira Acta federativa. – Os inglezes depois de | 6 seculos da sUa Carta Magna, e de perto de 2 e | meio da sua chamAda Consituição, estaõ marcan-/do o passo para fazer pequenas alterações, que re-/clama o SEculo presente; e sem embargo a parte | sensata do paiz treme cada vez que se propõe huma | reforma. As duas unicas Republicas americanas, a-/lém dos Estados Unidos, que tem conservado em | paz, saõ aquellas que tem respeitado o seu primei-/ro pacto social; as de mais como México, Gua-/temala, Colombia, Perú. Chili, e Buenos Aires a-/penas contaõ hum momento de liberdade entre an-/nos de depotismo. – He acaso este o exemplo q’ | devemos imitar? Saõ estas as lições que nos trouxe o | Padre Resende das praias de Vera-Cruz? Pertende | por ventura que tenhamos entre nós hum Santana | ou hum Rozas? – ||

Em verdade, quando vemos ao homem mais es-/túpido que existe na Camara dos Deputados, sem ta-/mentos, sem saber, sem nenhuma virtude que o faça | recomendavel, ao mesmo tempo ambicioso de nome | e de fama, e pretendendo, como aquelle insigne | malvado que queimou o tempo | de Diana em Efeso, fazer-se celebre por suas opiniões exoticas, e por | huma serie de actos indignos de hum Brasileiro; | quando o vemos propondo em 1833 o banimento | do ex Imperador; em 1834 que declarasse que | a Rainha de Portugal havia perdido o titulo de Prin-/ceza do Graõ Pará, e o corrente anno principiando | por outra moção sobre a Duqueza de Goyaz, e final-/mente sustentar que o Projecto do Doutor França | naõ he anti-consitucional; nos enchemos de huma | justa indignação e quase que convimos de todo co-/ração em que o Povo Brasileiro naõ está chmado ain-/da á gozar das regalias e vantagens de hum Governo | Representativo. –Trabalha-se para huma Deta-/dura, trabalha-se em exasperar o Povo para abra-/çar o primeiro partido que o intrigante mais audaz | proponha;

trabalha-se em desviar dos negocios pu-blicos á todo homem sensato, á todo verdadeiro pa-|triotas, empenhando na luta algum “imbecil” ou “malavado” de profissãõ, que se preste aos manejos | da intriga e da cabala, e sofreremos nós que assim | nos levem pela Corda ao patibulo? ||

Sem embargo, faltariamos ao mais rigoroso de-|ver, si não fizesse-mos devida menção da honrosa | conducta do *Senhor* Araujo Lima. Cheio de dignidade | e de decóro rechaçou com indignação a proposta, e | recusou presental-á á votação – Hum acoborado de-|bate se suscitou pró e contra, e apesar da exigencia | de hum partido, elle insistio na sua resolução, e te-|ve o gosto de vel-a aprovada por 44 votos contra 33. ||

- Com tudo o mal estava feito, porque a propos-|ta tinha sido lida, por hum grande defeito do Regi-|mento da Casa; ella surpreheo ao mesmo tempo | a Camara e os espectadores. Em França as propos-|ta são feitas com antecedencia e depositadas, sobre a | Mesa do Presidente; em Inglaterra, não somente de-|vem ser feitas com muita anticipação, senão que o | Deputado que tem de fazer huma proposta na Cama-|ra, previne por huma carta ao Ministro da Reparti-|ção, a que toca o assunto que vae propor, para que | este se prepare, ou para impugnal-a, ou para dar | esclarecimentos caso lh’os peçaõ. -Então ha ocasi-|ão de evitar hum escandalo como este, sem que o | Povo se aprecheba de que houve hum Representante, | que atacou de frente e com descaro a pessoa do Mo-|narca; em França, em Inglaterra sobre tudo, o De-|putado França não teria ousado cometer hum aten-|tado desta classe; o facto pois depõe muito contra a | nossa moralidade – ali não se perjura impunemente. ||

Tambem faremos huma confissãõ, que nos ar-|rança a decorosa opposição que mostraraõ os Senho-|res Honório Herme[] o, Rodrigues Torres e Odorico | Mendes –Pertecendo á credo diverso, não tinha-|mos a melhor opiniaõ das suas consciencias politicas; / porem hoje he mister confessar que todos elles nos | merecem outro conceito mui distincto. O *Senhor* Her-|meto borrou grande impressãõ desfavoravel, | que a sua passada administraçaõ tinha causado no a-|nimo deste Povo, e o *Senhor* Torres adquirio a nossos | olhos hum justo titulo á todas as honras com que | tinha sido galardoado pelo seu partido – O *Senhor* Odo-|rico Mendes mostrou igualmente que em todos os | partidos pode haver honra e decoro, ainda mesmo | entre os mais exaltados e caprichosos –Quem cre-|rá que o partido moderado foi o que mais combateo | a proposição do Deputado França? Quem diria que | do partido Caramuru havia de sair a procriaçãõ da | Monarquia e do Monarcha, da mesma boca que anno | antes chamava escandalo (com bastante razão) o ba-|nimento do Duque de Bragança? Será isto hum so-|lho, ou huma realidade assombrosa, hum aconteci-|mento inaudito, huma prova mais da instabilidade | das cousas humanas? Será crível, que pertenda | proscrever o Monarca Brasileiro aquelle mesmo ho-|mem, que estava resolvido abrir a sua porta ao Re-|gente de Portugal? Sim, he crível, porque o esta-|mos vendo pelos nossos proprios olhos. ||

Sobre a inconcebivel variedade deste pasmos ca-|racter, tem havido opinioes acerca do grao de capa-|cidade intelectual do *Doutor* França; huns o creem im-|becil de entendimento, e falto de criterio pela conduc-|ta que em todos os dias da sua vida tem observado, | fazendo-se o objecto das risadas de quantos o conhe-|cem; outros o conceptuaõ “demente, fatuo ou caduco” por efeito da sua avançada idade, ou debili-|dade organica; seja o que for, nós não concordamos | com nenhuma destas opinioes; achamos, em tudo a-|quillo hum certo que de malicia, que não se casa com | a falta da razão, ou com a simplicidade de hum velho | enfraquecido pelos annos. Não he só o projecto o que | demonstra a pravidade do Deputado, o seo discurso, | sustenta aquella doutrina, e prova um fundo de “maldade”, que não se tinha descubierto até hoje, nem i-|maginado se quer senão pela Matraca – Este rasgo de | ferocidade selvagem he comentado pela “Aurora” | do modo seguinte – –“Foi nesta discussãõ que o *Senhor* “A.F. França, pertendendo fundamentar a doutri-|na do seo Projecto e responder a hum *Senhor* Deputado, o qual com razão dissera - ser até falta de | generosidade semelhante proposta, feita na mino-|ridade do Imperador – –Trôxe “indecorosan [ilegível]” | a fabula da “vibora enregelada, aquecida ao seo e | que depois mordeo o seo bemfeitor; a comparaçãõ | ODIOSISSIMA, que não devera ter sahido da boca de | hum Varão sisudo, e que se respeita.” ||

Não admitimos a demencia do Deputado França, | porque seria mister convir igualmente em que seos | filhos participãõ do mesmo grão de loucura, em que cujo | caso cremos mui pouco aparente para casa de loucos | a Camara dos Deputados – – Por muito menos do que | pode avaliar-se este escandaloso facto, se aconselhou | o anno passado dentro da mesma Camara para hum | Ilustre e Respeitavel Membro, a Santa Casa da Miseri-|cordia, lugar destinado para os que sofrem alienaçãõ | mental. Em nenhum paiz civilisado os loucos vagãõ | pelas ruas, e muito menos são destinados a funcções | publicas; ninguém confiaria huma espada a hum fu-|rioso, sem participar da cumprecidade dos crimes que | elle cometesse. Assim he que rechaçamos toda a idea | de “demencia” para salvar da Camara dos Deputados | do terrivel compromisso, em que se acharia, conser-|vando em seo seo hum hydrophobo rematado. Nin-|guem o pode relevar da pena, que huma Camara il-|lustrada deve fazer recahir sobre semelhante desaca-|to. ||

Confessamos por outra parte com toda a ingenui-|dade que, quando vimos a votação classificada de 44 | membros unicamente, conta 33 (numero simbólico | e de mau agouro), o sangue se gelou em nossas veias, | e não podemos conter a natural ansiedade que nos | causou huma divisãõ, que nos pode ser muito funes-|ta; por isso mesmo que “alguns simplices ou igno-|rantes da marcha das deliberações parlamentares | acreditariãõ que 33 membros da Camara tinhãõ a-|poiado a proposição do *Senhor* A.F. França.” Porem | logo que soubemos, que o Redactor da Aurora era hum | dos que tinhãõ votado contra a nobre, leal e decorosa | conducta do Ilustre Presidente da Camara dedusi-|mos que a decisãõ não podia conter outra cousa senão | huma questão de ordem, sem que se tratasse de ven-|tilar a natureza da “imprudente ou dannosa propor-|sição”, como a denomina o mesmo Redactor; visto | que á pesar da inconstancia de seos principios, e do | mais ou menos grão de ascendencia, que elle tenha | querido exercer sobre os partidos, com mingua do seu | credito, devemos declarar que em casos semelhantes | sempre o temos visto postado nas fileiras do Trono. ||

Provada a inconstitucionalidade do Projecto, e to-|do o horror que causa huma tentativa manifesta con-|tra a pessoa do Jovem Monarca Brasileiro; provado | igualmente que o Deputado França abusou da confi-|ança nelle posta como Representante da Nação, para | despedaçar a Constituiçãõ, para destituir o IMPERA-|DOR e acabar com a Dinastia Imperante; resulta que | a inviolabilidade cessou no momento do abuso, por-|que ella he garantida unicamente no exercicio “cons-|titucional” de suas funcções. Sem embargo, convem | estabelecer hum precedente, e vem a ser: quem po-|de declarar que o Deputado faltou á seos deveres? Em virtude de que ley deve ser julgado? Existe ley a es-|te respeito? E si não existe, qual deverã ser a con-|ducta da Camara? Será conveniente faser huma ley | especial para os abusos da tribuna? Nós sustenta-|mos a necessidade de hum exemplo; e sustentamos i-|gualmente que o Deputado pelo seo insolito procedi-|mento se fez reo de hum | delicto atroz, e deitou hum | borrão sobre a nossa historia parlamentar. ||

¿ Converia pois que hum tal Representante conti-nuasse ainda á pertencer ao gremio dos escolhidos do | povo? E si a Camara não se julga com o direito de | excluillo do seo seio, deverá ou não apelar para a o-|pinião publica, para afastar de si a odiosidade de se-|melhante escandalo? Eis ahi o que em tal caso, se-|gundo o nosso modo de pensar, deveria faser-se - | Muitos exemplos nos offerece a historia de medidas vi-|olentas em paizes constitucioaes para repelir a igno-|minia, que hum só membro acarreta sobre o á | que pertence. Em França o Abade Gregoire foi jul-|gado *indigno* de tomar assento na Camara dos Repre-|sentantes em 1819, por haver aprovado a sentença | de morte contra Luiz 16 pela Convenção, ainda que | elle se achasse ausente n'aquella ocasião – Em 1823 o Deputado Manuel, foi excluido igualmente, e arran-|cado dos bancos da mesma Camara pela “Gendar-|meria,” só por haver dito que a familia dos Bourbons tinha vinda á França trasida pelas Bayonetas Estran-|geiras, e não pelo voto nacional. ||

Em Inglaterra o Parlamento exerce huma influ-|encia absoluta sobre os seus membros, e os julga, não | por ley expressa, senão por precedentes, ainda dos | tempos de agitaçoens politicas antes da sua acta cons-|titucional. Em 1628 forão parar á Torre de Londres e outras prizões, varios membros do Parlamento, que | em seos debates atacam a Religião do Estado. Em | tempo do Ministerio Pitt, o famoso Sheridam foi con-|demnado á pedir perdão ao Parlamento de joelhos | por ter insultado o partido ministerial; deste facto | resultou huma picante anedocta do mesmo Sheridam; depois de haver cumprido com a sentença, levantou-|se alimpando o joelho sujo de pó, e exclamando ao | mesmo tempo; “oh! Deus, que porca he esta Cama-|ra!!!” Lord Cockrane, que todos conhecemos, e-|legido 5 vezes Representante, outras tantas foi regei-|tado pela Camara dos Comuns, só porque estava as-|sinalado com o dedo da opinião publica, por haver | concorrido para huma especulação fraudulenta - ||

Nos Estados Unidos he o povo quem exerce hu-|ma influencia directa sobre os seos Representantes; | ali nenhum se atreveria a atacar a ley suprema do Estado. ||

Mr. Clay, Presidente por espaço de 14 annos con-|secutivos da Camara dos Deputados, foi julgado e quei-|mado em estatua em 2 Estados do Sul, só por haver | inclinado a votação do Presidente da União em Feve-|reiro de 1825 á favor de Mr. Adams: n'aquella oca-|sião elle recebeu varias cartas de desafio; e tendo si-|do nomeado Secretario de Estado pelo novo Presiden-|te, o Senado opoz-se á esta nomeação; e cedeo unica-|mente depois que aquelle illustre personagem fez a | sua profissão de fé politica. Em Mexico hum Depu-|tado de Campeche, que fallou contra a Constituição | federal, recomendando a concentração de Republica, | esteve omisso 5 dias dentro da mesma Camara, e foi | suspenso do exercicio de suas funções durante toda | aquella Sessão. -- ||

Em Colombia hum Senador atacou no Senado a | Religião do Estado, e ocupando-se a Camara de jul-|gal-o, o Arcebispo Caracas, Senador também, | contra quem forão dirigidas algumas invectivas, o es-|perou á porta, e deo-lhe huma tremenda bofetada: o | juizo foi então dirigido contra o Arcebispo, que foi | excluido para sempre do lugar de Senador, contem-|plando se expurgado da culpa aquelle que tinha re-|cebido a injuria fisica, como castigo bastante da sua falta – Os Deputados á Convenção de Ocanha Martim | Tovar, e Mariano Echezuria, tendo-se declarado pela | federação contras as instrucçoens, que tinham recebido | dos Colegios Eleitoraes de Venezuela, forão espulso | do paiz logo que a Convenção se dissolveo -- No Perú | o Deputado Luna Pizarro foi excluido e desterrado por | haver sustentado na Assembléa o partido, que ao de-|pois entregou o paiz á dissolução e á guerra civil. -- ||

Em Portugal todos sabem o que occorreo com hu-|ma parte dos Representantes, que em 1823 se pronun-|ciarão á favor da Rainha, quando esta se negou ao ju-|ramento da Carta; com difficuldade escaparão a vin-|gança publica evitando o furor do povo -- Finalmen-|te em todos os paizes civilizados o crime de atentar | contra a ley fundamental, conta a Religião do Esta-|do (onde existe huma preferida), contra a liberdade | politica, ou contra a pessoa do Monarcha inviolavel e | sagrada, nunca ficou impune, porque semelhante | impunidade traria horrorosas consequencias, estabe-|lecendo hum precedente funesto para todo genero de | violaççoens, de ataques e de agreçoens parciaes – Se-|remos nós outros os unicos que atacaremos semelhan-|te principio? Que !! a liberdade individual contra | a liberdade politica, a sanção do perjuro contra a in-|violabilidade da fé publica, a licença contra a Ordem, a anarchia conta a estabilidade, e o crime contra a virtude? Não, não, disemos todos. ||

LEGISLADORES!!! Contemplai na vossa situa-|ção difficil em meio dos combates da Demagogia, que | conspira por todas as partes contra o sistema legal, | que as necessidades publicas tem confirmado: con-|templai na posição em que se excluem mutuamente, | para dar-nos garantias eficazes, que desassombrem o | paiz dos temores que o agirão: attendei os justos | clamores de hum Povo generoso, á cuja boa fé foi | confiada a custodia do Infante Monarca, para não dei-|xar impune o “aleivoso”, que ousou tentar contra | aquelle deposito sagrado. Escutai os gemidos do “or-|fão, do desvalido, do inocente,” que repousa ao a-|brigo do seio nacional; e quando houverdes contem-|plado na debilidade daquelle que sentado no cimo do | poder, he apenas fragil depositario dos enfeitos da re-|alesa, esperamos que se ouvirá no santuario da ley | ressoar com o accento da indignação mais profunda a | sentença do “perjuro e do aleivoso – A Soberanis do | “Povo Brasileiro lega a execração do gênero humano | a memoria do ex-Deputado Antonio Ferreira França –

(Do Mensageiro Nictheroyense).

(Texto 14)

Diario de Pernambuco-PE nº162, p.1

01 de setembro de 1835

Chegou no Parque do Norte com 85 dias de viagem, | e do Pará não pode nada augmentar sobre o seu estado: são de igual dacta as pessos do Vinagre, que trans-|creve o Ecco do Norte, e os documentos Officiaes que | vamos publicando. Tudo ali continuava no mesmo | pé; o Vinagre na Capital, o sentro sem o reconhe-|cer; e as embarcações de guerra em hum ancoradou-|ro fora da cidade. A expedição do Rio tinha levado | à seu bordo 110 praças de caçadores do Maranhão e | esses mesmos muito a custo, porque os padrinhos do | Vinagre tinham assoalhado huma revolta da escrava-|tura, da qual se não fallo mais depois da sahida da ex-|pedição!

Vinagre nos seus proclamas já não invocca a liber-|dade; já não he a tirannia o pretexto de seus sacrifi-|cios a prol da humanidade: despotismo, escravidão, | recolonização, restauração &c. &c. tudo isto são cou-|sas velhas, são *bixas que já não pegão*; e o Ecco | do Norte diz: Exercito da Legalidade, Deffensor da | Legalidade, Ordem e Legalidade, he o que escrevem | e falam os gazeteiros, a Regência e o Vinagre!... | E como não será assim, se no Brazil todos entendem | por legalidade o seu interesse, como outr'ora cada | hum tomava a liberdade politica por a execução dos | seus caprixos? O cazo he que, por meio da Legali-|dade nos vemos na mesma confuzão que no tempo em | que a liberdade era o Santo do dia das rugas. Quan-|do a civilização discipará as artimanhas das facções | deparando-nos huma tranquillidade permanente?

(Texto 15)

Diario de Pernambuco-PE nº 167, p.1
07 de setembro de 1835

DIA 7 DE SEPTEMBRO

O Dia, em que hum Povo opprimido por largos | annos, saccode o pesado jugo, e proclama a sua In-|dependencia, he a epocha mais gloriosa desse Povo, | porque sem a Emancipação Politica raramente ha-|verá felicidade publica. O Brazil, colônia Portu-|guezza por mais de 3 seculos, o Brazil sujeito ao syste-|ma oppressor d'antiga Metropole, e reduzido a patri-|monio quase exclusivo dos nascidos em Portugal, não | podia por mais tempo suportar a ignominiosa isto-|ria; e neste Dia sempre inemoravel declarou solem-|nemente a seus oppressores, e a todas as Nações, que | era tempo de seqüestrar-se á vergonhosa tutella, e di-|rigir per si mesmo os seus negocios, tornando se in-|dependente. ||

Mil obstáculos se nos poseraõ por diante, a política | portugueza grandemente irritada envidou todos os | seus recursos, todas as suas forças; embusteu, in-|trigou, declarou-nos a guerra; mas tudo foi baldado; | por que o Brasil superou todas as difficuldades, e fi-|cou sobre si. No meio de tantos perigos, que de to-|das as partes nos acomettião, empenhados em huma | causa, que tinha de decidir da nossa vida, honra e | Liberdade, a nossa união nos tornava fortes, respei-|taveis, e terríveis aos nossos inimigos; mas conse-|guido o bem, obtida a Victoria, a seguridade disper-|tou as paixões odiosas, que jazião adorneniadas á vis-|ta do perigo, e os nossos animos começãõ a repar-|tir-se. ||

Regnum in se divisum disse a (Summe Verdade) | *desollabitur*: e tal he o desgraçado estado, em que | nos achamos. As parcialidades pululão de todas as | partes, e sob o pretexto de bem publico está se cavã-|do a ruina da patria. O espirito de partido he a pai-|xão mais cega, e brutal, que pode afligir a huma So-|ciedade. D'aqui os baldões, injurias, e doestos, que | mutua, e rancorosamente se assacão; por que a tacti-|ca das parcialidades he deprimir os individuos de opi-|nião diversa para dest' arte desconceiturar a mesma o-|pinião. E o que he, que se pode esperar desse recõ-|tro de paixões violentas, dessa luta de amor proprio | irritado, se não desaharmonia, desamparo do bem pu-|blico, e huma desordem geral? ||

Nós confessamos, que a Opposição ás malversações | do Governo he a aura vital, (por assim dizermos) do | Regimen Representativo: mas huma opposição sizu-|da, grave, e bem fundamentada não he o mesmo, que | huma raiva de [Jassizada, que parece, que só se ende-|ressa a desprezear o Poder, e soltar as rédeas mos-|tro d'anarquia. D'anarquia sim, que he quasi sem-|pre o fatal paradeiro desses odios exaltados, dessa so-|brepujança de discordias entre os Cidadãos de qual-|quer paiz. E haverá objeto mais horrível para as | sociedades, do que a anarquia? He esta a crise assus-|tadora, em que o homem em vez de ser livre com as | leis, segundo a energica expressão de Montesquieu, | quer ser livre contra ellas; estado medonho, em | que o que era regra chama-se constrangimento, o que | era crime denomina-se virtude, em que a força não he | outra cousa mais, do que o poder d'alguns individu-|os, e a desenvoltura o poder de todos, estado final-|mente, em que os restos de Liberdade tornão-se in-|suportaveis, e o povo passando quase sempre ao jugo | de hum tyranuo, perde até as vantagens da sua cor-|rupção. E em verdade (diz o profundo Thyera) n'ar-|quia he, que se preparão os elementos de esca-|vidão, e quanto mais completa for aquelle, mais pro-|funda sera esta, quando se lhe seguir. ||

Sobre maneira magoados no fundo d'alma por ver, | como os proprios Brasileiro estugão o passo para a | desgraça commum, e estão dest' arte negociando a | ruina de todos, nós desejaremos possuir a eloquen-|cia viril de hum Demosthenes, ou a graça insinuat-|iva de um Cicero para neste Dia de tanta gloria, nes-|te Dia de tão linsogeiras recordações, chamar a todos | á concordia, e ao grêmio da Grande Familia Brasi-|leira: nós exclamaríamos então como Anchises e | Enéas.

“Ne pueri, ne tanta animis assuescita bellas

“Neu patria validas in viscera vertile vires”

Ó meus filhos, deixai de fazer-vos tão funesta guer-|ra: cessai de lacerar as entranhas da vossa Patria, e | de empregar as vossas forças em a destruir. Se a | grão custo conquistamos Liberdade, não a queira-|mos perder por nossa imprudencia, e caprixo. Aten-|temos para o bem geral, sacrificando no Altar da Pa-|tria os vossos odios, as vossas intrigas, as vossas pai-|xões particulares, e dominados do verdadeiro Patri-|otismo sejamos unanimes em sustentar a Independen-|cia, a Constituição, e ao *Senhor Dom Pedro 2º*. Estes de-|vem ser os três Idolos de todo o Brasileiro honrado, e | verdadeiro Patriotas e taes são os sentimentos dos

Redactores.

(Texto 16)

Diario de Pernambuco – PE nº 25
31 de janeiro de 1837

DIARIO DE PERNAMBUCO

Chegã á da cta de 18 de dezembro as | gazetas, que havemos recebido da Corte; | e da Bahia até 12 do corrente. A tranqui-|lidade interna não tem sido alterada nestas Provincias, e segundo as participações of-|ficiaes dos Presidentes de Minas (d'onde | também recebemos periodicos, que nisso | são concordes) de Saõ Paulo, Goyás, Ma-|to Grosso, Espírito Santo e Santa Ca-|tharina, se deprehende igual estado de |cousas. ||

Já estaõ todos cientes desde sabhado, | que o Governo Central houve por bem subs-|tituir na Presidencia desta provincia os *Excelentíssimo Senhor* Francisco de Paula Cavalcanti | de Albuquerque, e *Excelentíssimo Senhor* Vicente | Thomás Pires de Figueiredo Camargo. | Muitos pretendem attribuir este passo do | Governo Central, á huma medida de po-|litica; e outros conceitos huma satis-|fação pessoal ao *Senhor* Ministro da Fazenda: | quanto a nós, como não gostamos de in-|volver o misterioso em materias de pouca | entidade não vemos na determinação do | Governo, mais do q[] e huma tacti[] a roti-|neira. Absolutamente a Provincia não tem |de que recentir-se, suposto que muito | perdeu na pessoa do *Excelentíssimo Senhor* Cavalcanti, attentas as bellas, e urbaníssimas qua-|lidades do *Senhor* Camargo, todos assas | conhecidas. Se *Sua Excelencia* houver de en-|contrar alguns entraves no começo da sua | administração, elles serão unicamente | provenientes do emperro da opposição ao | pessoal do Governo, que finalisa. Ella ja | não preside aos destinos de Província, e | esses que fantaziavaõ o exercicio de gigan-|tes, de enganados, de que a submissã de | Pernambuco as ordens legaes do Governo | Imperial foi exactissima, convenção-se tão | bem, de que a opposição do Governo, | que espira, sobre a execução de ordens do | Ministro da Fazenda a respeito de alguns | Empregados respectivos; foi proveniente | de convicção das regalias presidenciaes, | e jamais filha do despeito, e da insurrei-|ção, como o indicavaõ os escriptores da | opposição Provincial. Eis hum momen-|to precioso, que seria bom não esperdi-|çar para a fuzaõ de todos os partidos de | Pernambuco! Aquelles que eraõ amigos do | Governo do *Excelentíssimo Senhor* Cavalcanti, por | que conheciaõ a precisaõ de o vigorar pa-|ra manutenção da ordem, (foi ainda pou-|co o vigor) aquelles que lhe fasiaõ oppo-|sição temerosos da preponderância de sua | familia, devem todos de comum acordo | auxiliar, e secundar os esforços do *Excelentíssimo Senhor* Camargo, que não tem influencia de | familia, e precisa (como todos os gover-|nantes precisaõ) de encontrar nos gover-|nados confiança, boas intenções, e uni-|aõ. Se assim obrar-mos, teremos de ver | sanados muitos inconvenientes, que a Ad-|ministração, que acaba não pôde extir-|par... Porem se nos lembrar-mos de | organizar hum partido ao nosso Preziden-|te, se elle tiver o descuido de o acceitar,... talvez as causas não marchem também, | como todos nós desejamos, e do que he | digno o *Excelentíssimo Senhor* Camargo. Porém seu | espirito illuminado saberia marcar bem, | e conduzir a salvamento a barca provin-|cial. Saõ estes os nossos votos: nosso cõ-|tingente para sustentação da ordem he des-|de já posto a desposição de Sua *Excelencia*. ||

Rio de Janeiro. O dia 2 de dezem-|bro, segundo lemos no Paquete do Rio, e Sete de Abril foi solemnemente celebrado, | fazendo realçar ainda mais a pompa, e re-|gozijo nacional a assistencia de *Sua Alteza* Real o principe Guilherme Frederico Henri-|ques, que no Rio estava de passagem pa-|ra a India, a bordo da Fragata Hollande-|za Bellona antes de extractar-mos o Paquete do Rio sobre o cortejo do dia 2: co-|piamos a seguinte maxima das sagradas | Letras, que felismente o Sete de Abril in-|troduzio em seu elogio ao Dia Imperial. - | “ Ai daquelles, cujo Rei he menino! “| O Brasil verifica a sentença Augusta. ||

O Governo Imperial acordou finalmen-|te do seu lethargo a respeito das receitas es-|candalosas e offensivas á Religião, e a mo-|ral; não de balde nos enchemos de indig-|nação, ao ler os extractos, que os pe-|riodicos davão de taes arenas: declamemos | contra tão pernicioso abuso, e o seguinte | Aviso do Ministerio da Justiça nos justifi-|ca, para aquelles que se nos mostrarão des-|denhosas, não comprehendendo bem a | valia de tal redução.

(Texto 17)

Diario de Pernambuco - PE nº 1, p. 3
02 de janeiro de 1838

DIARIO DE PERNAMBUCO
Considerações sobre o anno de 1837

Principiamos o anno de 1838, não ex-|citemos a exceptação publica sobre o seo | horizonte politico: voltemos o pensamento | e reflexionemos a vista do quadro do an-|no que finalizou. ||

As difficuldades em que o Imperio se a-|chou collocado no ultimo trimestre de | 1837 apresentaõ ponderosissimas conse-|quencias para sua conservação primordial. | Chegamos á nossa grande crise politica, | depois de 15 anos de uma marcha livre | e constitucional, fomos repellidos e nos | achamos no primeiro ponto de partida de-|pendendo para conservar ou perder tudo, dos successos faliveis das armas! A In-|dependencia, a constituição, a Integri-|dade, o Throno, o Nacionalismo, tudo | o que nos he mais precisos, tudo pelo que trabalhamos, pelo que sacrificuemos ha-|veres o sangue, tudo se nos arrefrata tu-|do como que se nos escapa das mãos! He preciso empunhar a espada, he preciso | matar e destruir, para reunir o que de | propriedade já nos pertencia incontestavelmente! Tal he a obra das sedições á muito profetizada, e que se verifica! Cumpre notar, e isto sirva sempre de | texto á todas as considerações Brasileiras; | des da erecção de hum Governo de-|masiadamente fraco por suas attribuições | e seus meios, preexistiraõ conjuntamente | os elementos da subversaõ: cla-|mem os verdadeiros, que por princi-|pio se justificaõ suas reacções: he preciso | não só os conhecer, he preciso não estar no farto de sua | [ilegível] revolucionaria pa-|ra os julgar favoravelmente. Elles mes-|mos tem se descripto, elles mesmos re-|solveraõ hum problema cujo resultado | lhe he contrario. – “Não pode haver | huma revolução moral, que coordene a |

sociedade (escrevem elleos na Bahia) quan-|do existe hum poder corruptor. – Naõ | pode haver huma conversaçã politica, que | fraternise todos os homens (dizemos nós, | e parece-nos que com alguma exacçãõ) | quando existem constitucionalmente tan-|tas ensanchas ao crime! Deveriamos as-|signalar aqui huma dessas mãos, que tan-|tas vezeses marcaõ sentenças bem triviais: | mas nós, fалlemos ao coração dos homens sensatos. ||

A demagogia e a liberdade, a Religião | e a impiedade, a monarchia e o republi-|canismo disputando-se entre si a victo-|ria em campo já bastante ensangüentado; | tal he o legado do anno de 1837! No em | tanto Deos e a Pátria, saõ de continuo in-|vocados no meio das sedições: mas entre elles só apparece de Deos o braço vinga-|dor, e a Patria so lhe offerece tumulos humidos de sangue, incognitos e despresiveis. Mão fado do Brasil! No fim de | 1836 pareceo que a experiencia dos erros | cometidos desde 1835 fariaõ os homens | mais prudentes, mais sentimentaes ás in-|felicidades do Paiz, que não saõ outra | cousa, que a somma das infelicidades in-|dividuaes. Vamos notar todos os collori-|dos do quadro melancolico de 1837, qua-|dro que já viera esboçado de 1836. ||

A causa publica luctou quase nove me-|zes entre o partido, o resentimento, a [ilegível], e a inhabilidade: levada a hum apuro de morte, tratada sempre como | hum meio, e não como o fim de toda a | marcha politico-administrativa tratada | de resto quando emparelhava o interesse | pessoal, se por ventura alcançou hum tri-|unfo, se obteve firmar-se em mais polli-|da base, e deo de si mais lisongeiras es-|peranças ao Brasileiro imparcial e fiel a-|migo das instituições que nos regem no | 10 Setembro, todo bem depreça foi a-|guado, tudo se perturbou com os aconte-|cimentos de 7 de novembro. A causa pu-|blica foi de novo calcada, e o partido re-|publicano que tudo tem transtornado no | Brasil, a Religião a liberdade, a mo-|narchia, a união, o socego das familias, | o commercio, as letras, finalmente tudo; | desenvolve todas as suas forças para al-|cancar o triumpho, para derramar o san-|gue de irmãos, para fazer prevalecer di-|versos nomes das mesmas cousas, para | empoleirar quatro macacos, para saciar-se de vinganças, para substituir o ceptro | da monarchia, pelo bastaõ da ditadura. | Os ricos vivem assustados; os pobres | cheios de fome e de mudez; os da classe | media divididos, descontentes, e quase | inertes; o partido e naõ a causa publica, | o interesse pessoal e naõ a constituição, | confundem, transformaõ, assassinaõ to-|das as esperanças Brasileiras: chegamos | neste estado ao anno de 1838, e nesta | idea he mui resoavel reflectir sobre qual | será mais funesto ao Brasil, se o anno que | finda, ou o que principia? Talvez não | seja muito impossivel apontar a conjec-|tura que deve prevalecer. Depois de es-|trangularem a liberdade e o territorio Bra-|sileiro, depois que a terrivel anarchia dos | principios e das cartas devorar hum a hum | todos os seus incendiarios, depois que fi-|zerem arder mais terreno Brasileiro, e ul-|timo punhado victima das illusões demo-|craticas virã curvar a cerviz aos pés do | throno. Já se vê que o que tem de ha-|ver demanda maiores [ilegível], maiores o-|corrências, e que por tanto o porvir he | sem duvida mais temivel do que o passa-|do. Mas teraõ os republicanos em sua re-|tirada a coragem de invocar a Pátria que | elles apunharaõ? Invocaçãõ a Constitui-|çãõ, que elles prescreveraõ? Esperaraõ | graças do Imperador que elles odeiaõ de | morte! Os perjuros não tem vergonha | nem honra. ||

A vista destas conciderações que temos | traçado mui ligeiramente, huma questão | essencialmente Pernambucana se apre-|senta como em collarario. Terã Pernam-|buco de passar pelos sustos, incommo-|dos, horrores e vilipendio por que tem | passado a Bahia, o Rio Grande do Sul, | e o Pará? Certamente, se o partido ma-|ximo de Pernambuco, se o partido da Le-|galidade se descuidar, se tiver hum mo-|mento de divisãõ, se consentirem entre | si, e com meios, esses que arteiramente | espalhaõ e adornaõ as noticias da Bahia e | do R. G., esse que publicamente em suas | conversações se arreaiaõ de republicanos, | que invocaçãõ a democracia como unico re-|gimem capaz de felicitar o Brasil, como | unico [ilegível] a famosa [ilegível] da causa Americana. Se em tal phrase nos | querem dar idea de alguma cousa, a tal causa Americana exceptuando os Estados | Unidos, he a causa da anarchia: he a-anarchia o que vemos imperar desde Texas | até Brueno Aires, desde Venezuela até Li-|ma; a Lei da Causa Americana está na | ponta das espadas de Santa Cruz e de P[|]i-|eto; de Rosas e de Sana Anna: se isto | nos apraz, não deixaremos de ter nossos | Gonçalves, Netos, Vellosos, Sabinos e Carneiros. (*) Mas se os Pernambucanos | desejam como he facto ver crescer a pros-|peridade publica, as instituições Monar-|chicas liberaes; se desejam o desenvolvi-|mento do espirito religioso, unico (e bas-|tante!!) que fez a felicidade e o caracte-|ristico de nossos maiores, devem primei-|ro respeitar e fazer respeitar a santidade | do juramento; cumprindo-o, temos for-|te o que he bastante para coadjuvar o Go-|verno, e preservar-nos dos horrores da guerra civil. ||

O Imperador! O Imperador!... He esse o unico meio de arredar-mos as mãos | assassinas da demagogia, da ambição, do | libertinismo, que rancorosos por não po-|der dominar-nos, nos procuraõ dloquear | para conseguimento do plano de suas ra-|pinas. Se conseguimos baldar as insidias | dos republicueiros em 1838, seraõ sana-|dos muitos males que nos arrojou o anno | preterito; o braço livre do Pernambuca-|no verdadeiro constitucional, irá esmagar | na ultima grota dos montes da Bahia, a | cabeça da hydra revolucionaria. Pernam-|bucanos! União, e confiança no Gover-|no.

(Texto 18)

Diario de Pernambuco nº 48 p.2
02 de março de 1838

DIARIO DE PERNAMBUCO

Vai principiar a quarta Sessão Legislati-|va da Assembleia Pernambucana. Quaes seraõ d'entre as necessidades publicas no | circulo de suas attribuições, aquellas que | obterãõ o empenho dos Legisladores para | seu melhoramento, ou conclusaõ? Diffi-|cil e muito difficil seria o assignal-as. | Quanto a nós, ainda não tendo visto o | Relatório do Governo quando lançamos | estas linhas, julgamos de summo interes-|se tudo quanto nelle vira esboçado, mas | sendo impossivel curar-se de tantas cou-|sas, seria bom conselho pôr a parte tudo | o que não pode ser senaõ formular, e se | empregasse verdadeiro zello em dar anda-|mento e consistencia ao mais util; em | dar meios de execuçãõ áquilo mesmo que | já se tem feito. Se outra Sessão como a | passada se desperdiça em reconstrucções | de Freguezias, se todos os annos se em-|prender dar nova face á organizaçãõ da | Guarda Nacional, e sobre tudo se vamos | alargar a escalla das imposições no apuro | da

miseira Publica, e consumil-as no or-denado de empregados, deixando o povo | gemer com fome causada mais pelo syste-
ma de policia, do que pelo desarranjo das | Estações; se se exige dinheiro para o es-|coar em proveito de afeiçoados,
deixando | o Publico sempre encommodado por falta | de obras publicas, apresentando-as uni-|camente em projectos que não
se podem | realizar, ou quando realizados, consen-|tir nas porcarias que se observaõ, aonde | se consome immenso cabidal,
que nunca | pode ter outra applicação senão nos inter-|minaveis consertos das obras novas; se | nos deixaõ este anno sem
hospital para re-|colher essa meia duzia de pobres, ou se | consentem que huma Lei fique burlada pe-|los mesmos, que a
Decretaraõ; a conclusaõ de tudo será desacreditarem o Acto | Additional; aquelles mesmos que mais so-|licitos devem ser nas
vantagens que por | meio d'elle se prometteraõ aos Povos. Fe-|lizmente contamos bastante capacidades | no meio da nossa
Assemblea, que patrioti-|mente comprehendem a veracidade do | exposto, que faraõ esforços para que a es-|pectativa de
Pernambuco não seja penali-|sada pelo desleixo sobre as precisões da | Provincia: capazes de repellir e baldar o o sacrificio do
bem Publico no altar das af-|feições pessoases. ||

O anno passado tivemos a honra de | lembrar aos nossos dignos Representantes | algumas medidas que faltavaõ
concluir, | incetar, e que nos pareciaõ de mor in-|teresse: muito pouco tivemos de ver at-|tendido nossa reclamação: este anno
não | divagaremos; hiremos á grande ferida pu-|blica, ao objeto que ninguém ignora, | fallaremos nas finanças. Na sessão pas-
sada a Relatorio nos deixou ver hum não | pequeno deficit, este anno provavel he, | que elle tenha incremento attento á penu-
ria da epocha, em que as Rendas geraes | foraõ diminuidas, e provavel he que te-|nhaõ tambem sido as Provincias, bem | que
estas não se remettaõ ao publico men-|salmente como aquellas. ||

Não póde existir hum Paiz sem ter for-|ça para sustentar sua segurança interna, | e tambem externa (dados os
elementos fe-|deraes que abraçamos) para haver esta for-|ça saõ necessarias despezas, e para as fa-|zer he necessario dinheiro.
Julgamos que | nos não falta dinheiro sendo melhor arre-|cadado, e melhor administrado. Ao Po-|der Legislativo cumpre
inspeccionar todas | estas cousas, e nisto está todo o segredo | de beneficiar sem ser pezado, ou de não | extorquir o ultimo
pedaço de pão da boca \ dos productores para fazer mimo a quem | pouco utilize, queçá, a quem tem pou-|co escrupulos de
consciencia entre nego-|cios publicos. Todo o impulso deve par-|tir da Assembleia e do Governo; ninguem dirá que o nosso
Governo se não desvella | pelo bem, pela boa ordem da sua Patria; | ninguem dirá, que elle se esquece do mal-|barato dos
dinheiros publicos, ahi está a | suspensaõ da estacionaria e consumidora | Estrada nova do Pao d' alho, em compro-|vação do
que levamos dito; mas os outros | meios de economia dependem dos actos | Legislativos. A boa Administração de-|pende dos
meios, estes meios quem os po-|de proporcionar, ampliar, limitar, etc. | he o Poder Legislativo: o governo tem de | zellar, e
Oxalá que elle se não achasse | muitas vezes impossibilitado de o fazer! ||

He pois de absoluta necessidade crear | hum systema onde os meios possaõ desem-|penhar os fins; que haja meios de
fiscali-|sação e responsabilidade, responsabilidad-|de, responsabilidade!... Quanto a nós | esta palavra diz tudo quanto nos falta.

(Texto 19)

Diario de Pernambuco nº 3, p.2

04 de janeiro de 1839

DIARIO DE PERNAMBUCO

Principia o sol a sua nova carreira neste | anno de 1839 da era Christãa, e décimo | oitavo da feliz amancipação dos
Brasileiros | e principiamos nós também no curso de | n[]ssos trabalhos, que viraõ a ser muito | mais proveitosos aos que nos
lerem, por | que, amantes do bem publico, e inteira-|mente votados ao proveito de nosos As-|signantes, temos procurado
pessoas, que, coadjuvando-nos, possaõ enriquecer-nos | este Periodico com artigos interessantes, por isto que, proveitosos à
pureza dos cos-|tumes, e persuasivos das instituições ver-|dadeiramente liberaes, estaraõ elles sempre | em harmonia com as
luzes do seculo, e [ilegível] em tudo quanto por ventura nos | posa retardar a marcha, que nos ha mar-|cado a dedo no
Destino. ||

Seremos, como até hoje, pontuaes em | publicar, das differentes folhas, que re-|cebermos, as noticias as mais
interessan-|tes de todas as nações, e principalmente | das que tiverem em contacto com este | Imperio. Da resenha dos factos
aconteci-|dos entre os differentes povos do mundo | poderaõ os nosso Leitores tirar por illação | que a felicidade de qualquer
Nação está na | rasaõ da felicidade dos individuos, que a | compõe, e que a felicidade dos individuos | provém das boas leis, e
da sua fiel execu|ção. Conheceraõ, que é verdadeiro pa-|triotas, não o Legislador, que desperdiça | o tempo em divertimentos, e
em fazer a | corte aos grandes, de quem espera rendo-|sos beneficios para si, e para os seos; mas | o que emprega em adquirir
um grande | cabedal de conhecimentos, para cujo fim | necessario é continuo estudo, e assidua ap-|plicação: que é verdadeiro
patriota, não | o ministro, que julga a sua vontade como | unica lei, e que em vez de adorar a Tha-|lis, so rende sacrificios no
altar de sua | conveniencia, mas o que, igual aos juizes | do Areopago, sentences, sem ouvir a | eloquencia das paixões; e, no
meio da ob-|scuridade, que lhe occulta tudo quanto | possa perturbar-lhe a attenção, é outro | M Dugas, que prefere a [ilegível]
do pão, | que faz a felicidade do povo ao valor de | 200 luizes, que pode augmentar a sua: (*) que é verdadeiro patriota não o
sacer-|dote intolerante, e perseguidor, que, es-|quecendo os [ilegível] de Christo, e a mis-|são do seus Apostolos, constitue o
seu prin-|cipal dever na intolerancia da fragelidade, | e na perseguição do peccador, mas o que | com o exemplo, e com a
palavra ensina ao | povo uma moral pura, e digna da Religião | de páz, e de misericordia, que professa-|mos que é verdadeiro
patriota não o mi-|litar, que, para coadjuvar a anarchia, | desembanha a espada, com que o mimo-|seou a nação só para defeza
sua, mas o | que quer antes ser uma maquina de fazer | fogo, como dizia Frederico, do que cons-|tituir-se politico, como
Cromwel: que é | verdadeiro patriota não o escriptor publi-|co, que, dando ensanchas ao odio, e á intriga, reduz a imprensa a
veiculo de | injurias, e ataques pessoases, mas o que | conhece, que á liberdade da imprensa se | deve a perfeição das sciencias,
e o conhe-|cimento da verdade, tão necessaria para a | felicidade dos povos. Enfim pela leitura | do que entre outras Nacões
ocasiona o | bem, e produz o mal aprende-se por ex-|periencia alhea a fugir d' este, e a abraçar | aquelle. ||

Daremos semanalmente em artigo sobre | o commercio, e sobre o interior da Pro-|vincia. Continuaremos a dar o mappa da | Importação, e da Exportação da Provin-|cia, sendo o da Importação do anno finan-|ceiro, que acabou, apresentando já no | mez findo.

(Texto nº 20)
Diario de Pernambuco nº 50, p.1
01 de março de 1839

DIARIO DE PERNAMBUCO

O dia primeiro de Março é para Pernam-|bucu um de seus dias fastos, pois nelle se | dá principio aos patrioticos trabalhos da | Assembléa Provincial; essa sagrada reu-|nião de sabios, e virtuosos Eleitos, que, na presença immediata de seus constituin-|tes, e longe dos “afagos” da ponposa | Corte, pode muito melhor attender ás ne-|cessidades do povo, que eleva para ali os | seos cançados olhos, como para a logar, | donde lhe pode emanar o desejado santel-|mo. ||

Mas terá o povo Pernambucano experi-|mentado todo o bem, que esperar podia | das quatro sessões passadas? Não tem elle | visto com magoa gastar se tantas vezes o | tempo precioso em questões innuteis, e | mesmo dictadas pelo espirito de partido? | Não tem elle sentido o gravame de novas | contribuições? Não tem elle conhecido a | inutilidade da multidão de Leis, das quaes | muitas nem executadas tem sido? ||

Nós desejaríamos (e esperamos, que as-ssim succeda) que os nossos Legisladores se vejaõ [ilegível] daquella pecha, que contra | este Corpo assaca o immortal Benjamim de Conatant quando diz: “A multiplicidade | das leis lisongea nos legisladores duas incli-|nações naturaes, a necessidade de obrar, | o prazer de se fazerem necessários. ... | Os legisladores dividem entre si a existen-|cia humana, por direito de conquista, co-|mo o generaes de Alexandre repartião o mundo.” ||

Todos os políticos consideraõ a multipli-|cidade das leis, como uma enfermidade, | propria dos governos representativos, as-|sim como é proprio dos absolutos a necessi-|dade dellas; importa pois aos nossos Le-|gisladores, o curar nos desta enfermida-|de que já nos vai sendo epidemica. ||

É dahi, que esperamos tambem o reme-|dio, que faça cessar o excessivo augmento | das despezas Provinciaes. E por amor del-|las, que estamos sobrecarregados de im-|postos; e estes, como diz Smith, sempre tem uma influencia mais ou menos desa-|gradavel, seja qual for a sua especie. Na | verdade, que satisfação trará o cidadão de | ver lindos passarios, soberbos edificios, as | noites desputando a claridade do dia, se a | sua cara estiver escura e os seus vestidos ro-|tos, a sua família sem pão, e o suor do | seu rosto, quasi todo applicado para as despezas publicas, e por ventura para lo-|cupletar a alguns zangões?”

“Todo o imposto inutil, ou excessivo; | diz um escriptor, deve numerar-se entre as acções commetidas contra a proprieda-|de; e o que excede ás necessidades [ilegível] de ser legitimo, diz Benjamim. Bem | que o imposto, continua elle, seja um | mal necessario, com tudo é por esta mes-|ma razão, que os legi-|ladores devem com | elles obrar, como se obra com todos os ma-|les desta natureza; fazendo-o o mais leve, | que ser possa.”

São tantas; e tão urgentes as necessida-|des, que agora se nos entolhão, que pe-|queno seria o espaço de nossas colunas | para fazermos o seu esboço; por tanto [ilegível] | fazermos o seu esboço; por tanto con-|tinuaremos a chamar a prol da felicidade | publica, todas as vezes, em que se nos offere-|cer occasiao; contentando-nos por hora com | rogar aos nossos Illustres Deputados, lan-|cem as vistas sobre a immoralidade da ma-|jior da maior parte da Provincia, pondo uma barrei-|ra á essa torrente de assassinios, que se | commettem á toda hora, e em todo o lo-|gar: não é uma policia ambulenta quem | deve arrancar da mão do assassino o pu-|nhal homicida; outras providencias são | necessarias. Talvez se encontre o remedio, | que reclamamos, no moral, e não no | physico. O malvado sabe da prisão, a-|inda mais sequioso de commetter novos at-|tentados: para elle a cadeia é um magnifi-|co palacio, porque a sua casa é peor, que | ella. Que aproveita, que a Policia pren-|da este, ou aquelle desordeiro? É melhor | prevenir o mal, que castigal-o. E mesmo | como pode uma policia ambulante prevê-|nir, que os cidadãos possuão trazer armas | curtas? ||

Tambem a moralidade, e a humanidade | clamão por nossa boca o meio, por que | possuão ser conservados sempre em um axilo | os doudos incuraveis. Se elles, por seu | estado de alienação, não accommettem as | pessoas, que encontraõ, até as proprias | creanças; ao menos a sua nudez escandali-|za; pois alguns trazem despidas aquellas | mesmas partes, que a decencia manda oc-|cultar. ||

Outros males nos affligem, a nos affli-|gem muit; e é um delles o “mofo,” que | a trez annos tem dannificado o algodão, | com mui concideravel prejuizo do agricul-|tores, e por consequencia com grande di-|minuição das rendas publicas. Este obje-|cto é sem contradicção, credor das mais | serias attenções dos nossos Illustres Legis-|ladores; e, como o não suppomos irre-|mediavel, lembra-nos, que um premio,| proposto áquelle, que descobrir o modo de | evitar tão grande danno, seria o meio, de | que se poderia lançar mão, o quanto an-|tes. ||

Taes são, Illustres Senhores Deputados, | os topicos, que, por hora, podemos a-|presentar á vossa sabedoria, o patriotismo, | para delles poderdes tirar os resultados, | que forem uteis a Provincia, que vos ele-|geo, e que tem pregadas em vós todas as | suas esperanças: estas não serão frustra-|das; estamos convencidos disto, tanto | mais porque confiamos no vosso patriotis-|mos. ||

É á porta dessa caza respeitavel, que | vós ides (como convem, e esperamos) de-|por todo o espirito de partido, de patrona-|to de interesse, e de inimizades. Se nos | fosse concedido o parafrasear, diriamos, | que, quando o Evangelho nos diz, que | Jesus Christo não accitava na sala aquel-|les, que não vinhaõ ornados dos vestidos | nupciaes, queria dizer, que se não deve-|riaõ accuitar na sala das sessões aquelles Se-|nhores Deputados, que não estiverem | vestidos com as candidas vestes do mais de-|cidido patriotismo. É á parte dessa casa, | por onde deveria correr o Lethes, a fim | de que todos os Illustres Senhores Depu-|tados, bebendo suas agoas, se esqueces-|sem de seus parentes, de seus amigos, e | até de si mesmo.

(Texto 21)

Diario de Pernambuco nº 79, p. 2
07 de abril de 1840

DIARIO DE PERNAMBUCO

Sempre q'lançamos mão da penapara renu-|merar os acontecimento do dia 7 de abril, |ficamos perplexos sem saber, se falamos des-|ta memoravel epocha com dor, ou com ale-|gria: se ella é digna de odes, ou de elogios: | se as lagrimas, que devem correr pelas faces | dos Brasileiros, devem ser pranto de dor, ou lagrimas de contentamento. ||

Pedro Iº o aneloro da nossa indepen-|cia, que com a sua influencia, e seus pres-|tigios poupou tanto sangue aos Brasileiros | que tinha feito guerra a sua patria natural | por amor da pátria adoptiva, vé-se obriga-|do a deixal-a para sempre, e ir lançar-se, | qual o filho pródigo, nos braços de sua que-|rida mãe. Que exemplo para seu filho, que | lição para todos os soberanos! Levado pelos | nocivos conselhos de alguns auxilios immoraes, | elle cahio de erro até que, não podendo | mais com suas mãos vacilantes sustentar as redeas de hum governo, ainda novo, e es-|pantadiço, foi necessario curvar-se as impe-|riosas circumstancias, e depositar o governo | nas tenras e inocentes mãos do *Senhor Dom Pedro* | II. ||

Como se mudarão as cousas! Como se in-|dendeo o art. 9º da Constituição! O Imperador | responsabilisou-se pelas faltas, commetidas | na guarda e conservação da Constituição, e os | culpados pela mesma Constituição ficarão tri-|umphantes, e poderosos; a pessoa do Imper-|rador deixou de ser sagrada, e irresponsavel | as pessoas de alguns de seus aulicos forão ir-|responsaveis, e sagradas. Este novo Codgo | para Salvar a liberdade entregou a sua vida | politica nas mãos... Nós hem sabemos de | quem! E ganharia o Brasil com a retirada do | seu primeiro Imperador! Que herdarão os | Brasileiros com sua morte [ilegível]? A guerra | civil em muitas de suas Provincias, e por | consequencia atraso em seus interesses, perdas em suas horas, aniquilações em suas | grandesas, mortes, roubos, em fim tudo (quanto pode fazer infelicidade de um povo. | Não tememos faltar mais [ilegível] por-|que não podendo a nossa voz atravessar o im-|menso espaço, que nos separa da habitação | dos mortos, não pode chegar aos ouvidos de | Pedro Iº e poristo não podemos ser taxados | de aduladores viz, baixos, e abjectos esca-|ivos. É sempre depois da morte dos Sobera-|nos, que a verdade assoma despida dos ata-|lvios da adulação, ou do ódio. Quantos Bra-|zileiros temos visto, que outr'ora pulavão | de contentes, com a retirada de Pedro Iº, que montados sobre a revolução de 7 de A-|bril, vião ao longe a terra da promissão, | mas como semelhantes ao legislador dos isra-|elitas sobre o monte Neho, não tem podido | gosar da terra prometida, lasem hoje a apo-|logia de Pedro Iº maldisendo dos aulicos, | que os desviarão da estada da sua [ilegível] na nossa felicidade! Prova exuberante de que | essa alegria de momento foi a pregoeira de nossos males presentes. ||

Mas serão estes males irremediáveis? Te-|rá o Brasil de viver sempre, como Tantalo, | sequioso pela liberdade legal? De certo que | não, pois o *Senhor Dom Pedro* II é o garante des-|ta Liberdade. Brasileiro-nato creado no leito | da experiencia educados por mestres sabios | e virtuosos, vendo em cada canto do seu pa-|lacio pintada a historia de seu pae, e de seu | Avô, como o chefe dos Troianos via pinta-|da sobre o palacio de Dido as desgraças de \ sua patria, e a ruina de seus assidentes, dirá com sigo mesmo "Os aulicos fizerão a-|bominavel o rosto de meu Avô, os auli-|cos expelirão meu pae do paiz, que elle havia | salvado, os aulicos o enganarão, os aulicos | o perderão emfim: é necessario para sal-|var a mim e ao Brasil, tapar os ouvidos | a voz encantadora dessas politicas. Eu | deixarei as salas do meu paco, onde o bafo | da lisonja nos faz muitas veses perder os sentidos e irei ouvir pessoalmente as a-|margas queixas do meu povo, ver com os | meus olhos o retracto da miseria, irritar-|me com a injustica que lhe cauzarem os | magnatas, auxiliar os pobres, os pequenos, conversar com elles, sentir com elles, cho-|rar com elles. Só assim serei Imperador; so assim o Brasil será Imperio.

(Texto 22)

Diario de Pernambuco nº 282, p.1
30 de dezembro de 1840

DIARIO DE PERNAMBUCO

Quando o anno passado encerramos, co-|mo hoje os nossos trabalhos typographicos, lisonjeiras esperanças nos animavão de que | o decimo nono anno da nossa independencia | seria mais feliz do que o decimo oitavo, em | que então fallavamos; mas quanto nos en-|ganamos! Os nossos negocios politicos tem | conservado o mesmo aspecto; para dizermos | melhor, novos males nos tem aparecido, | sem que vejamos curado nenhum daquelles, | que então lamentavamos. Maranhão ainda se | não acha de todo quieto; o Rio-Grande ain-|da luta, e lutará (queirão os Ceos, que erremos) na ensanguentada arena; o Cea-|rá, que o anno passado se contentava de fa-|zer contra o Presidente guerra de palavras, hoje já vê os partidos lançarem mão das ar-|mas para se destruirem; e assim a Constituição vacila no meio dos embates da ambição e | do odio, a pezar da felicidade, que conta-|mos por ter *Sua Majestade Imperial* assumido as redeas do | governo deste imperio: mas essas duas ini-|migas de nossa publica tranquillidade, iguaes | a negras, e apanhadas nuvens nos encobrem | os raios, que nos offerece a aurora desse dia | feliz. ||

Parece que acintemente se pretende, que | baquei o nosso edificio politico, pois se aluem | os seus mais fortes esteios. As Eleições tem | sido, quase em todas as freguesias desta, e | d'outras Provincias, de que temos noticias, | disturbadas, se não illegaes e mullas; che-|gando o poder da cababa a tanto, que se-|gundo nos consta a mesa d'uma das fregue-|zias desta provincia passou os dephomas ad | libitum por se ter roubado a urna. ||

Por toda a parte temos visto as armas que tem | parte o cidadão, e não o soldado. A líber-|dade tão necessaria em taes actos, com o es-|trondo das armas, tem fugidoa accultar-se | no ceio do Eterno, d'onde ella nos foi dada. | Quando a lei manda, que os cidadãos se a-|presentem nestas assembléas sem armas é quando as nossas tropas marchão para ellas | em forma, como para assistir ao funeral de | nossa liberdade. Quando a nação constitue | uma classe tão distincta, e nobre, qual a

| dos deffensores da patria, por ventura é pa-|ra que estes assassinem as suas instituições? | Quexamo-nos do regulamento do Conde de | Lipe. Mas quão liberal não é elle a vista do | que hoje se pratica! Ali não se encontra ar-|tigo algum, onde se ordene, que o superior | castigue ao soldado, por não querer votar | pela lista de seu commandante. O quererem | os senhores militares ter toda a influencia nas | Eleições é um erro, que vem ferir de morte | as nossas liberdades. Deixem os nobres mi-|litares esse partidos, essas cabalas para o | povo, pois entre elle se não faz ella tão peri-|gosa, porque o povo lança mão de meios pa-|cíficos, da amizade, da persuazão, das ro-|gativas, e tudo isto tem um resultado incer-|to; mas quem se não curvará ao aspecto da tropa armada (como em algumas freguezias) | ou ainda mesmo desarmada? A força é a | primeira lei nos paizes onde não existe li-|berdade, ou se existe é uma liberdade chi-|merica. As tropas forão creadas para man-|ter, mas não para perturbar a paz, e a | tranqüillidade publica. ||

A vista pois de Scenas tão revoltantes pode-|mos lamentar a não realidade de nossas espe-|ranças, e mesmo temer um porvir ainda | mais medonho, e pavoroso se nos não u-|nirmos, se todos nós não tivermos um fim | unico, ‘a liberdade’ esse bem apreciavel, que só poderemos alcançar por meio da ex-|cução das leis. Que vale termos uma cons-|tituição, se não observarmos seus artigos? Que aproveita termos leis escriptas, se a lei | é a vontade do mais experto, ou do mais po-|deroso? Que podemos novamente esperar | daquelles, que houverem de ser eleitos de-|putados contra a desposição da lei? Nada | de bom certamente; e assim iremos cami-|nhando de erro em erro, até que, segundo | a natureza das cousas, venha uma nova re-|volução pôr fim a tantos males então ai da-|quelles que forem julgados reos! ||

Mas ainda estamos em tempo de remediar | tantos males; sacrificuemos os nossos inte-|resses particulares sobre o altar da patria; os empregos sublimes de deputado não são pa-|trimonio de ninguem, elles só devem caber em partilha aos sabios e virtuosos, e destes | com preferencia áquelles que menos pres-|surosos se mostrarem em procural-os. Te-|mos ouvido a alguns homens dizer, que não | tem natureza para a agricultura, a outros, | que lhes falta o talento para a musica, ou | para qualquer arte liberal: ha homens, que se conhecem incapazes d’aprender as scien-|cias; mas para ser deputado, quem se não o ‘achará digno? ||

É dahi, sim é dessa ambiciosa presump-|ção, que, conta de sua nascente, nos de-|correm tantos, e tão desastrados males, que | desejamos ver acabados para felicidade de to-|dos os Brasileiros a quem desejamos uma | perenne fruição de bens, e prosperidades.

(Texto 23)

Diario de Pernambuco – PE nº 27, p. 1
04 de fevereiro de 1842

DIARIO DE PERNAMBUCO

AS FOLHAS DO ENTRUDO

Aproxina-se o entrudo; e ainda teremos | de ver as loucuras e barbaridades desses | dias, em que parece, que o povo perde de | todo o juizo, e o pudor. Das festas Bacha-|naes dos Gregos e Romanos parece que vierão até nós essas orgias do entrudo. Em | o Poema de Catullo sobre as nupcias de Thalís | e Peleo pode-se ver o que era huma Bachanal, | assim como no umdecimo livro dos Annaes de | Tacito a que celebram a celebre Mussalina: |e assás de analogia se encontra entre essas | festanças do Paganismo, e o nosso immoral, e | detestavel entrudo. ||

Parece incrível que homens, que se dizem | civilizados, e o que mais he, Christãos se | entreguem a tão ridiculos, a tão indecorosos, | a tão barbaros divertimentos. Nesses dias de | verdadeira vertigem até o bello sexo se de-|grada, perde s seus foros de pudor, de | gravidade, e delicadeza para se entregar aos | furores, e expor-se as grosserias, a até as | porquidades do entrudo. Esta jovem cheia de | encantos, que a pouco vos atrahia pela sua | modestia, por suas maneiras doces, mas, | graves, e reportadas, por certo acanhamen-|to pudibundo, e por isso mais gracioso, a-|gora a vereis desgranhada, como como huma Ba-|chante, destemida como huma furia, enso-|pada em cantaros d’agora, salpicada de lama, | investindo a todos, e arcando com homens i-|gualmente desassisados, e loucos. ||

Esta proximidade dos dous sexos, as ou-|sadias que se temão em taes circumstancias | não podem deixar de ser occasionadas a innu-|meras indecencias e a acções que offendão | o pudor do sexo mais fraco, que para seu pro-|prio bem ha mister de maior recato, de mais | respeito, e attenções. E que enfermidades | não tem produzido essa folias do entrudo! | Uns dão-se as comezainas e aos regabales, as bebidas espirituosas, e são accometidos | de estupores, de apoplexia atc.: outros | tranpirando, ou adoentados levão molha-|dellas d’agora fria, e d’ahi se lhe originão | constipações terriveis, pulmonias intermi-|tentes, thísticas, inumeras enfermidades, e a porpria morte. Que desgraçado prazer! Que salvajaria! ||

Nesses dias de inexplicavel demencia não | se pode transitar pelas ruas da Cidade; por | que parece que esta se tem convertido em | um hospital de loucos furioso. As nossos | bons camponezes que nos trazem ao merca-|do os productos da sua agricultura, e que | vem faser o seu negocio são furiosamente ac-|commettidos até por escrevos, que os molhão | que os enxuvhão de tintas, de lama, etc. | etc no meio de vaias, de apuros e vozerias | de homens sem que se trate de embarcar | taes insultos. ||

Pessoas destituidas dos bens da fortuna fa-|zem sacrificios pecuniarios para comprarem | centanares de limos de cheiro embora passa-|da a bachana! Não tenham com que mandar ao | assougue! E que prejuizo que sofrem os | proprietarios, ou moradoresdas cazas com | o quebramento das vidraças! Por toda a par-|te se estabelece um tiroteio dessas limas, or-|dinariamente arremeçadas com tanta força, e | de tal distancia que podem muito bem va-|zar um olho ou molestal-o gravemente, como por muitas vezes tem acontecido. ||

São incalculaveis as desconfianças, os odios, as rixas, e até os homicidios que se tem ori-|ginado dos chamados brinquedos do entrudo. | E podemos chamar divertimento agradável, | licito, e honesto a taes orgias? He possivel | que ainda pratiquemos essas loucuras, que nos ligarão nossos maiores? He crível que | pretendendo ser tidos em foro de homens ci-|vilisados continuemos todavia a praticar ta-|es immoralidade? Que se passem os tres dias de entrudo em folgares pacíficos e

ho-|nestos, em serenatas, em bailes, etc, | não ha que re condemne: mas as molha-|dellas, as porcarias, os excessos que se prati-|ção nessas folias, que praser, que graça | tem? ||

Nós não desesperamos sobre a nossa emenda | a tal respeito. A mão do tempo ajudada da il-|lustração, e do bom gosto que tem o seu fun-|damento na recta rasão, irá manso e manso | delindo esses e outros devaneios e a geração | futura custará a acreditar que seos maiores | forão desassisados e immoraes, que an-|nualmente por tres dias parecião perder de todo o juiso, e pudor, e cometião toda a | laia de desvario. Então as nossas folias do | entrudo apenas serão contadas, como argu-|mento de nossa pouca ou nenhuma civilisa-|ção e pessimo gosto. A jovem delicada, e | cheia de graças não poderá crer que sua mãe | nos furibundos dias de entrudo convertia-se | em descomedida bachante: que em taes brin-|cos hoemens e senhores andavão as mãos, co-|lmo furiosos, molhando-se reciprocamente, | enlameando-se e chafurdados na mais sor-|dida procaria! Derrame-se a instrução que | este e outros muitos prejuisos irão de cahi-|da até desaparecerem do meio nós.

(Texto 24)

Diario de Pernambuco – PE nº 64, p. 2

22 de março de 1842

DIARIO DE PERNAMBUCO

Continuação do N.º 60

Havendo examinado a divida em suas pro-|priedades e posição para com a prosperidade | publica, diremos agora alguma couza a cerca | do seu manejo; e examainaremos em resumo | a importante questão.||

“So he mais vantajoso um emprestimo em | capital nominal com menor juro; ou em | capital real, com juro maior.”

Para dar uma solução Arithemetica a esta | proposição, apresentaremos o problema da | maneira seguinte: ||

Dois paizes, com igual credito, precisão | um empréstimo de 80 milhões. Um contrac-|ta em capital nominal 100 milhões, a juro de | 4 por cento para receber 80: o outro cantrac-|ta em capital real e recebe esta mesma som-|ma 5 por cento. ||

Desta forma, ambos ficão obrigados a um | juro annual de 4 milhões e ambos recebem | effectivamente 80: mas o segundo tem sobre | o primeiro a vantagem de reunir a sua divida | em menos tempo porque ella he de 80, e a do | outro he de 100. ||

Com tudo não he por este lado que a questão | se deve apresentar porque he facto reconhe-|cido, que empréstimos em capital nominal: | conforme o sytema de Pitt, sempre se obtem | por menor juro do que em capital real, ou | em que se recebe toda a quantia emprestada: | os quaes ordinariamente vencem 5 por cento | quando os outros não passão de 5, e por isso | no caso em questão, a redução do premio | deve ser conforme a igualdade do credito dos | dois paizes – por tanto he de crer que o paiz | que tomasse os 100 milhões capital nominal, | os conseguisse a preço tal que recebesse 88, | ou 90 milhões, em lugar de 80 que acima | dissennos: redusindo assim o juro a 4 e 3,4 | ou a 4 e 1/2 por cento (da somma recebida), ao mesmo tempo que o tomador em capital | real, está sugeito aos 5 por cento: economi-|sando por tanto o primeiro 1/4 ou 1/2 por cen-|to annualmente, que empregado em fundo | para amortisação, resgataria o principal em | um tempo fixo; o que he uma prova arith-|metica da vantagem que osbre os empresti-|mos contrahidos em capital real, tem os de | capital nominal. ||

Comparativamente falando, um empres-|tímo – –capital nominal – –, he mais vantagio-|so a quem o toma, do que um em – – capital | real – –; porque aquelle sobe mais facilmente | ao – par – do que este vai acima delle; e por | que quando o preço do 1 ao -- par --, | o fundo de amortisação cessa em suas regula-|res funções, e o domador do emprestimo | resgata por - - cem - - os mesmos fundos que | no mercado tem maior valor : (*) e eis uma | das razões porque melhores termos se podem | offerecer a quem empresta em - - capital no-|minal- - . ||

O systema da fundação de uma divida pu-|blica não chegou ainda ao cume da perfeição | por ex.: ainda não se estabeleceu um princi-|pio pelo qual se regule o “melhor periodo de | seu resgate.” Não falta quem diga, que o | menor praso he sempre o melhor; he isto | porem um erro manifesto; porque he evi-|dente que os mais valentes alicerces de tal | systema são, 1. a redução do capital a forma | de “mera renda”; 2. a maneira menos sen-|sível de amortisar. He fora de duvida, que | quanto menor he o prazo da amortização, | tanto menores são os beneficios, e maiores os | riscos de inconvenientes. Seria pois de mui | grande utilidade o estabelecer um principio | de extinção ou redução baseado na natureza da | propria divida. ||

Outro defeito he a falta de um methodo fi-|xo pelo qual possa ella sem inconveniencia, augmer tar ou diminuir. Geralmente se su-|põe, que uma divida publica pode, sem | transtorno, e com facilidade elevar-se, ou | reduzir-se, já em sua importancia, já no prazo do resgate, repentinamente e no mo-|mento que assim se queira fazer. Não he as-|sim, e carece observar-se, que tão fatla po-|de ser ao paiz um repentino e grande augmen-|to de capital em circumstancias de momenta-|neas difficuldades, como uma grande redu-|ção em mais prospera occasião. Muito en-|ganados estamos nós, se não he verdade que | na natureza do systema de fundação, existe | uma “especie de poder regulador” que dirige | os interessados em qualquer das mencionadas | circumstancias. ||

Terceiro defeito he sem duvida, que os | Governos olhão um empréstimo como um mal | inevitavel um tempos decirse; quando pelo | contrario nós estamos intimamente persuadi-|dos, e temos deligenciado provar que elle he, | os mais vezes, “um elemento benefico e | vantajoso á civilização, e desenvolvimento | dos meios do paiz.” ||

O quarto defeito consiste na falta de um | principio para bem combinar a divida, com as imposições; porque segundo nossa já ma-|nifestada opinião, não pode haver um justo e | equitativo methodo no lançamento de impos-|tos, sem que seja combinado com aquella par-|te da divida contrahida para execução de em-|prezas de que resultem beneficios aos contri-|buintes. ||

Por tanto, o principio geral para o resgate, | deve ser, estender o praso por tanto tempo | quanto preciso for para colher vantagens no | objecto que deu cauza a contrahir-se a divi-|da, ou que com ella tenha intima relação: | e desta forma parece

que algumas dividas que | emprehendas fossem para objectos de per-|mamente utilidade, nunca “legalmente” de-|verião ser remidas; posto que razões de eco-|nomia aconselhem sua progressiva amor-|tização.

(Continuar-se-ha.)

(Texto 25)

A Carranca-PE nº 1, p. 1 e 2
10 de maio de 1845

A Carranca,
Periodico politico-moral-satyrico-comico
Prospecto

Tão pequenino, e com prospecto! Prospecto, sim | senhores, este periodico assim mesmo pequenino como | he, tem seu prospecto. E que querião *Vossa Mercês*? Pois porque hum homem he de pequena estatura dei-|xa de trajar tal ou tal peça de vestuario? Não enverga | como hum grande a casaca, o colete, a gravata, a | camisa, as calças, as sirolas, as meias, as botas? | Tal pigmeo há por ahi, que não dispensa nem as | suissas e até huma bengala muito grande e muito | grossa, o que alias não deixa de ter sua ponta de | ridiculo. Por tanto lá vai o prospecto, que será em | miniatura como o periodico, porque a parte deve | parecer-se com o todo. E para não sahir deste pro-|posito encurtaremos rasões e diremos o nosso re-|cado. A CARRANCA ha de tratar da vida alheia; não | a vida domestica, aquella que se passa entre as | paredes do domicilio, entre os membros da familia, | mas a que cahe no domínio d publico; por outra a | CARRANCA há de censurar, criticar, ridicularisar de-|feitos e vícios, e também attacar maldades e cri-|mes, como entender, e Deos a ajudar nesta obra de | misericórdia. Talvez fosse isto bastante; mas como | há gente que quer que tudo se lhe diga tintim por | tintim, acrescentaremos que a CARRANCA he perio-|dico da ordem, da opposição, e ha de quanto em nós | couber ser rasoavel, justo, sincero, franco, e até | confiado, e mesmo affouto, quando for preciso. Ora | sus que não que boquejar, está dito tudo; está | acabado o prospecto.

(Texto 26)

Diario de Pernambuco nº 182, p.2
19 de agosto de 1845

DIARIO DE PERNAMBUCO

[Primeiro parágrafo ilegível]

[Parte do segundo parágrafo ilegível] os traba-|lhos de honra em que se achão empenhados, embora | não nos caiba a mesma gloria, nem sejamos os primei-|ros a montar a trincheira do inimigo. A longa carrei-|ra, que o *Diario* tem seguido com mais, ou menos | gloria, e onde por muitas vezes tem luctado com fero-|zes inimigos, o releva da tarefa de justificar o seu pro-|cedimento. Para darmos uma especie de introducção | aos nossos labores passaremos uma rapida vista d'olhos | a administração desta provincia. ||

Havia um anno, que o partido desorganizador; o | partido praieiro havia cantado uma victoria, que proce-|dera de circunstancias por elle mesmo imprevistas, ines-|peradas: em julho de 44 a provincia havia sido posta a | sua disposição, e os homens da origem esperarão resig-|nados e quase impassiveis os resultados da ambição in-|frene, da sede de vingança, que ralavão os seus adver-|sarios. Apresentou-se o primeiro presidente do gabi-|nete de 2 de fevereiro, e o começo da sua administra-|ção não dava lugar a esperanças de que Pernambuco | fôsse mais feliz do que as provincias visinhas: algumas | comarcas fôrão quase inteiramente resolvidas na parte | policial: mas tantas fôrão as pretenções, tão exigentes | se mostrarão os dominadores, que esse cidadão honesto | posto que delegado de um ministerio infame entendeu, | que era de sua honra não levar a cabo a obra vergo-|nhosa, que começara: esse partido, que só se satisfazia | com a aniquilação, com o exterminio dos seus adversa-|rios, cujo sangue e exílio tantas vezes elle havia pedi-|do, não podia ficar satisfeito com meias inversões, que | a final lhe não havião assegurado uma Victoria tão com-|pleta como aspirava, e assim os mais vis e infames mane-|ljos, a clumnia e a intriga se pozerão em acção para | conseguir-se a demissão desse delegado, que não se | prestava aos plano sanguinolentos, e atrozes desse par-|tido desorganizador, e as suas exigencias exorbitantes. ||

Em consequencia novo delegado enviou o ministe-|rio sempre prompto a prestar-se a todas as exigencias | dos amigos que as circunstancias lhe havião imposto; | mas este agradou ainda menos, não porque em cousa | alguma nos favorecesse particularmente; mas só porque | entendia que não devia abaixar-se a ser commissario de | um partido, nem favonear pretenções exageradas, nem | a final executar uma inversão geral sem tom nem som: | todas as nomeações que as circunstancias ordinarias | derão lugar recahirão em membros do partido desorga-|nisador; mas as circunstancias ordinarias não aconce-|cião a medida do desejo, não affluirão de pancada; para que tudo de pancada lhe fosse ter as mãos, e o segundo com o primeito delegado foi ludibriado, insul-|tado, calumniado por esses ministerialistas de nova | especie. ||

Então o ministerio assentando que era tempo de le-|var esta provincia a ultima degradação e a desordem, | entregou a sua administração a um inepto, capaz de se | deixar guiar a feição do seu partido, e essa tão desejada | inversão geral começou com vigor, e continuou sem re-|missão durante 36 dias. Não era possível, e nós o dis-|semos, que o *Senhor* Manoel de Souza podesse administrar | justiça; os seus actos o provarão! Que justiça se pôde | esperar de um governo que se apoia em um partido ex-|terminador, e obra pelos seus dictames? Um governo | que esta em guerra com a sociedade? Foi essa a jus-|tica do *Senhor* Manoel de Souza. ||

A vinda de *Sua Excelência* o *Senhor* Chichorro, que muita | gente acreditou com sobrada razão que nunca se | effectuaria, verificou-se no fim dos 36 dias de infame | recordação. Todos os homens do partido da ordem es-|perarão não favor de *Sua Excelência*, que favores do governo não | precisa, nem quer uma opposição de principios, de | convicções, porém imparcialidade e justiça; e esta | esperança procedia de duas razões: a primeira não ter | *Sua Excelência* compromisso com o partido dominador; a | segunda ter estado *Sua Excelência* fora da scena politica por muitos annos, e não dever ter por eszão, nem odios a | satisfazer, nem vingança a praticar. Que foi feito | porem dessa illusoria esperança? *Sua Excelência* ligou-se com | o seu antecessor, que o cercou da sua gente, a quem só ouve, acreditou e recebeo como provadas todas as | calumnias que um partido por longo habito não podia | deixar de lançar sobre o outro; irritou-se com as cen-|curas, talvez acres, mas desculpáveis, que a opposição | lhe fez, quando vio que elle proseguia na carreira ence-|tada pelo inepto vice-presidente, e cada vez mais lhe | segue as pegadas, o que também cada vez mais irrita | a opposição; e deste modo já não he possível que os | actos de *Sua Excelência* facil a irritar-se devam [ilegível] de parcialidade. ||

Nisto tudo o que ha de mais deplorável he que as | novas autoridades confiadas em que *Sua Excelência* lhes | provará tudo, e só verá justiça e razão do seu lado, vão commettendo perseguições de todo o genero, al-|gumas das quaes terão infalivelmente chegado ao co-|nhecimento de *Sua Excelência* talvez desfiguradas e justifica-|das com aleivosas e falsas insinuações, que ninguem | contesta e deste modo se verifica o pretendido exter-|minio de um partido, como se de conquistados e con-|quistadores se compozesse esta provincia. ||

E tal he o quilate da amizade que esses homens que | se communicão com *Sua Excelência* lhe tributão, que alguns | delles ousão dizer nas suas estonteadas jactancias que te-|lhão de commeter taes e taes attentados, taes e taes crimes, por que isso messo quer *Sua Excelência* e tudo aprova, e tudo | apoia. Esses homens são os que mais mal fazem a *Sua* | *Excelência* que não os conhece, e que talvez algum dia se ar-|rependa de lhes dar tanta cabida; se he que elle como | nós acreditamos erra por inexperiencias, por illusão, e | não por maldade. ||

Quantos males nos tem infligido esse nefando gabinete | que quer a fôrça e em nome do Monarcha reduzir o | Brasil a dous acampamentos de inimigos estranhos, e | implacaveis! O que era esta bella provincia sob a influ-|encia da politica decahida e o eu he hoje, minada pelo | espirito revolucionario, agitada, estremecida continua-|mente, retalhada por odios profundos e entranhados, | dividida em oppressores, e opprimidos, estacionada em | sua industria, em seus melhoramentos materiaes, do-|minada pelos desordeiros! Neste estado calamitoso e | apurado he força erguer a voz em prol da Patria, | bradar contra os oppressores, que nos esbulharão de | todas as garantias civies e politicas.

(texto 27)

Diario de Pernambuco-PE, nº 230 p.2
15 de outubro de 1845

Diario de Pernambuco
A BARCA DOS BANHOS

Um dos objetivos do que o Diario de Pernambuco se | occupara sempre com vivo interesse, sera de qualquer ra-|mo de industria recente que entre nós appareça, para | melhorar a condição de nossos compatriotas e nos fazer | sentir todas as vantagens de que a civilização he suscep-|tivel. Ora, o estabelecimento, de que hoje daremos | conta, reúne em si o duplicado proveito de tornar a exis-|tencia muito mais agradável sob o clima ardente em que | nos achamos, e de desenvolver poderosamente a acção | da medicina e hygiene publica. ||

A barca dos banhos salgados que hoje possui o Re-|cife sobre o rio, acha-se effectivamente aberta desde | 24 de junho do anno passado, depois de muitas diffi-|culdades que teve de vencer o seu proprietario, o *Senhor* José da Maya, para a pôr no estado de segurança e as-|seio em que ella se acha. Por muitas vezes a temos vi-|sitado, e havemos sido testemunha de ordem e decen-|cia que ahi se conserva no serviço. Oito banheiros, | com capacidade para familias de seis a oito pessoas, me-|tade dos quaes destinados exclusivamente para as se-|nhoras e por tal arte construidos todos que não he pos-|sível vêr-se de um quem noutro se banha, guarnecem | commodamente toda a barca. A agoa sobe á altura de | 5 palmos em todos os banheiros, e achão-se elles circu-|lados de varinhas de ferro, por cujos intervalos passa | livremente a agoa com a corrente da maré e com a immensa rapidez que todos conhecem em semelhante lu-|lgar, o que torna a agoa sempre batida e limpida nos | banheiros. O centro da barca offerece uma sala onde | podem commodamente descançar as famílias, antes e | depois do banho, ou as pessoas que só vão visitar o es-|tabelecimento; e até já ahi notamos um núcleo de ca-|fé, que desejamos vêr ornado e completo á oriental, | como uma necessidade reconhecida para depois do ba-|nho. Queremos mesmo lisonger-nos de que na noute | de S. João que vem, que he o anniversario da abertu-|ra da barca, já o *Senhor* José da Maya terá sufficientes re-|cursos para offerecer nessa sala um excellente *comfortable* ás familias respeitaveis que ahi forem por tom pas-|sar a noute, e renovar sobre o rio as ceremonias do des-|tino, a que a nossa poesia nacional se presta, tão fa-|gueira e tão alegre. ||

Sabemos que logo ao principio fôra a barca mui fre-|quentada, mas que, passada a primeira aura de curiosi-|dade, também a concorrência fôra indo a menor, a pon-|to de mui pouco haver produzido este anno ao seu pro-|prietario; todavia, também he certo que, quando o pu-|blico se penetrar das vantagens de semelhante estabe-|lecimento, será o *Senhor* José da Maya compensado como | deve da apathia em que por ora permanece o seu ca-|pital. ||

Nós não precisamos que no Brasil se introduzão os ba-|nhos recendentes e apparatusos do Turco ocioso, nem os | do moderno elegante da rica Surrate: - os rios que | banhão a mór parte das nossas capitaes, e os que regão | no interior grande parte do território, fornecem à po-|pulação excelentes banhos d'agoa doce, tão necessarios | e tão commodos; mas o que precisamos de mais, he | que se adopte e se introduza em nossas cidades o pode-|roso tônico dos banhos salgados, como um remedio se-|guido hoje com tanta fortuna para a cura de graves pa-|decimentos que em nosso clima se dão; muitos dos quaes | hão sido já curados com os banhos da barca, desde o | pouco tempo que ella offerece este meio therapeutico | aos habitantes de Pernambuco. Tomados mesmo os ba-|nhos salgados como simples habito hygienico, elles of-|ferecem ao publico uma modicidade de preço, que não | guarda proporção alguma com os banhos desta especie | na Europa. Em Londres, um banho commum d'agoa | salgada sobre o Tamisa o qualquer outro rio de Inglaterra custa um schelling; e em Pariz um franco, so-|bre o Sena, ou qualquer outro rio de França: a primeira | destas moedas corresponde hoje entre nos a 500rs., e a | segunda a 400rs.; em Pernambuco um banho d'agoa | salgada sobre o Capibaribe custa 160rs., e por assig-|natura 80rs.! Em qualquer cidade, ou villa populosa | da Europa, ou da América Septentrional, semelhante | inferioridade de preço attrahiria a barca tal affluencia | de banhos que dentro em pouco teria esta industria a | fortuna do proprietario; em pernambuco vê-se elle por | ora desanimado, sem poder dar ao seu plano toda a | extensão que elle traçara! Será isto fado das nossas | cousas, para as melhores tentativas que entre nós se a-|levantão?! Suppomos que não; antes queremos per-|suadir-nos que, quando a autoridade medica juntar os | seus aos nossos accentos para demonstrar como o asseio, | a saude e a longevidade lucrão com semelhante estabe-|lecimento, Vera então o *Senhor* José da Maya coroadas as | suas fadigas. ||

Consta-nos que o seu projecto envolve o ensaio de | uma escola de natação em um grande banheiro geral, | que pretende construir; seria este um immenso servi-|ço prestado á nossa mocidade, de que se poderião apro-|veitar todas as nossas casas de educação, que se não a-|chão assentes sob condição alguma das que um gymna-|sio requer, para exercitar os tenros renovos que tem de | succeder-nos. ||

Em quanto, porém, todos os votos do *Senhor* José da | Maya não são satisfeitos, elle tem já colhido uma gran-|de recompensa,- a gloria de uma empreza útil, e as | bênçãos dos homens illustrados.

(Texto 28)

Diario de Pernambuco – PE nº 69, p. 1-2
15 de março de 1846

NOVAS COUSAS – NOVOS NOMES

Chamou-se a facção que domina | Pernambuco, e o reduz sem tirar nem | pôr a hum estadozinho desses que nos | limites do Brasil são povoados de ho-|mens que disputão todos os dias, vai | por mais de trinta annos, o direito de | se degolarem e se destruirem; cha-|mour-se a essa facção do passa-mão, | que subjuga a maioria da provincia, | nome do chefe da nação, cujo po-|der, e gloria, e prestígio ella solapa, | mas na verdade, como se foramos | hum povo sem rei nem roque, sem | lei nem grei. o faz por sua propria | conta; chamou-se a essa facção, di-|zemos nós, *praieira*, e esse baptismo | tinha certas analogias, que fizerão dar | voga ao nome. Mas hoje tudo está | mudado, e esse nome só conserva hu-|ma significação, que não tem influen-|cia em huma facção; he preciso dar-|lhe hum nome expressivo, e este no-|me he quase sempre tornando do chefe | da facção, nome que vem a ser tanto | mais adequado quanto he decidido o | dominio desse chefe sobre a pandilha, | quanto mais ostensivo he o seu pode-|rio sobre os sócios. Ora quem he | hoje esse chefe da facção que se deno-|minava *praieira* em seu começo? O-|lhai para a casa donde partem os de-|cretados decretos da pandilha, e o que | vedes? La entrão differentes grupos, | aos quatro, os seis entrão | e saem como formigas, e se tocão, e | voltão, e tornão avir; mas há hum | formigão que não anda nesse corru-|pio; que vai la, e la passa horas per-|didadas, mas só, esse he que influe di-|rectamente, e esse he o chefe. Volvei | os olhos para outra casa, onde actu-|almente a facção vai mostrar a desço-|berto para quanto presta; não obser-|vastes nessas mesmas poucas reuni-|ões, como o tal chefe se ostenta so-|branceiro; como se enfada se não se | mareha segundo os seus accenos; co-|mo reparte os pinicões com a inso-|lencia que lhe innata, qual gallo de | posse de hum terreiro, aquelles a | quem elle outorga o direito de partici-|pação nas decisões? Pois esse he o | chefe; e chefe extensivo, e chefe ab-|soluto, e chefe cioso do seu dominio, | chefe respeitado pelos da pandilha. | A vista disto fique abolido o nome de | *praieiro* e passe a ter somente a sua | accepção geral; os membros da fac-|ção dominante chamam-se FOVEIROS | do nome do seu chefe, do seu senhor | natural. He FOVEIRA a facção que | procura solapar o Throno do Brasil, | e fazer dominar a canalha; são FOVEIROS os que vão levando a nossa | bella provincia ás bordas do abysmo | da amarchia, tudo *legalmente*, e essa | mesma legalidade desnaturada, pros-|tituida. Chame-se *legalidade foveira*; | e esse mesmo esfarrapadamente fingi-|do respeito á monarchia, que a fac-|ção entende dever ainda conservar, | chame-se *monarchismo foveiro*. E as-|sim do mais.

(Texto 29)

O Capibaribe nº 7, p.1
Periodico Politico
05 de agosto de 1848

O CAPIBARIBE

Quaes são os anachistas da provincia?

Eis a pergunta, que naturalmente hoje se faz | por toda aparte, e a que nenhuma outra respos-|ta se pode dar, se não que os anarchistas são os | mulambos, esses homens, que, dominados so-|mente da avidez do mundo, assentão que devem | fazer correr o sangue unicamente para se susten-|tarem no poder, e conservarem a influencia legi-|tíma que se hao arrogado. ||

E com effeito que outra resposta se pode dar | em presença dos factos, que todos temos visto? | Acaso podem haver maiores provas de um espiri-|to desordeiro, do que as tem dado a mulambada | essa facção immoral, que, sem a mira em um só | princípio, que sem promover a realisação de um | só pensamento político, tem envidado todas as | forças, para que arvore na provincia o estan-|darte da anarchia, e seja ella ensanguentada? ||

Que esses homens tem conspirado, e conti-|nuão a conspirar contra a ordem publica, e já | hoje indubitavel; mas quando se inquire o mo-|tivo; porque o tem feito, quando se indagação as | rasões, porque tem anarchisado a provincia, quan-|do se procura o que tem elles querido destruir, e | o que querem construir, apenas se chega á este | resultado; - que querem sustentar por todos os | meios os mandos, unicamente porque entendem | que elle lhes pertence de jura, e que por conse-|quencia nenhum governo tem o direito de priva-|los delle!!! ||

E o que é isto se não ser anarchista, e muito | anarchista? O que é isto, se não promover a de-|sordem, unicamente para impor no governo, ne-|lgar-lhe a acção, e subordina-lo ás paixões, e ca-|prichos de partido? ||

Tem-se visto prepararem-se revoluções, ou | para expellir-se um governo, que posterga todas as leis, viola todos os direitos do povo, ou para se fa-|zer triunfar certas ideias, que se supõe serem | as mais capazes de fazer a felicidade publica: mas | por ventura tem tido os desordeiros de hoje al-|gum desses fins? Qual é o governo despota, que | quizerão expellir? O *Excelentíssimo Senhor* Pires da Mota, que durante o curto espaço de tempo em que governou, se não mostrou ligado a partido algum | que não practicou actos por onde se podesse ajuí-|zar mal de sua administração, como o mesmo *Diário Novo* confessou? O *Excelentíssimo Senhor* Domingos | Malaquias, de cuja moderação, e respeito as leis | não ha quem duvide? Cremos que ninguém ou-|sará dizer que uma sedição contra qualquer del-|les pudesse ser justificada. ||

Quaes são porem as ideias q'querião fazer tri-|unfar os senhores mulambos? Acaso tiverão al-|gum pensamento novo, cuja adopção só podesse | ser obtida por meio de uma desordem? Mas | qualquer que elle fosse, devera ser manifestado, | e cumpria que todos os soubessem. ||

Tem estado esses homens no poder uns pou-|cos de annos; tiverão todas as proporções para | proporem reformas, realisarem principios: mas | entretanto o que é que tem feito? Não se con-|tentando com o – “status quo”—e uma só lem-|brança do melhoramento lhes não foi devida; co-|mo pois agora tão de reprente lhes occorrerão | principios, que cumpre pôr logo em pratica | pela força? ||

Querirão proclamar a republica? A separa-|ção do norte? O absolutismo? Ah! Elles que-|rem tudo isto, e nada disto; porque em ultimo | resultado o que querem é governar, para ganha-|rem, e o que menos lhes importa são os princi-|pios: o que é verdade é que só lhes convem | paz, ordem, e cega obediencia ao governo, quan-|do estão no poleiro, e julgão-se seguros; | mas quando temem cohir são furiosos anarchistas.

(Texto 30)

O Capibaribe nº 52, p.2
16 de dezembro de 1848

O CAPIBARIBE PERFIDIA DAS PERFIDIAS

Quem tiver lido com a necessária attenção o | requerimento que ao *Excelentíssimo Senhor* Presidente da | provincia dirigio o capitão da Guarda Nacional | Joaquim Dias Borba; quem houver sobre elle | dividamente reflexionado, ter se ha por sem du-|vida convencido de que os homens, que atirarão | esta provincia nas voragens da guerra civil; que | não duvidarão comprometter a honra e a vida | de centenaes de individuos, offercendo-os em | holocausto a sua desemesurada ambaiação, são ca-|pazes de tudo, quanto ha de indigno, de tudo | quanto repugna aos sentimentos mais communs | de humanidade. ||

E de feito s maneira indigna, porque, como | se vê desse requerimento, tem sido illudidos a | mor parte desses pobres homens, que os per-|versos aventureiros tem conseguido pôr em | armas contra o governo, excede tudo quanto de | perfido, e traiçoeiro nos offerece a historia, e bem | se pode qualificar como a perfidia das perfidias. ||

Illudir homens incantos, peruadindo-lhes, | que a tyrannia tinha alçado o collo; enthusias-|ma-lo com o doce nome de liberdade, e arras-|ta-los assim a um fanatismo capaz diz faze-los, | arriscar a vida em deffeza de seos direitos e ga-|rantias: quando nunca a provincia se achara em | melhores circumstancias: quando os direitos e as garantia nunca forão tão respeitadas: quan-|do a liberdade nunca se achara tão bem firmada a assegurada; quando em uma palavra todas as | violencias allegadas, todos os temores incutidos | somente existião na imaginação dos promotores | da desordem, de quem não erão parte; ja era indu-|bitavelmente um procedimento sobre maneira | revoltante, um procedimento que atesta, que | ha homens tão egoistas, e ambiciosos que tudo | sacrificio ao seo interesse; mas levar a sedução | e o embuste a ponto de armar contra a lei em | nome lei, de por em campo contra o governo | em nome do mesmo governo homens, que de | outra maneira se não prestarião a favorecer os | calculos do mais cirminoso ogoismo: abuzar as-|sim pela maneira mais indigna da simplicidade e | boa fe alheia e incontestavelmente o requinte da | perversidade, de que não ha exemplo, o que esta-|va reservado para os miseraveis especuladores, | os verdadeiros salteadores politicos, que capita-|neão a facção mulambo-cabana, o que em seo desespero intendem que tudo tem direito de fa-|zer com tanto que não deixem de ser “deputados” e não percão assim a posse das vacas gor-|das, que ha tanto tempo estão mugindo.!!! ||

De há muito que os mulambos espalhavão | por toda a parte que o Candilho Joaquim Nunes Machado estava nomeado presidente desta pro-|vincia, e para dar a essa falsidade as cores da ver-|dade andarão por ahi os Gonsallos, Diogos, Felip-|pes outros “figurões” da facção preparando | festejos para receberem o improvisado presiden-|te. Essa noticia grassou pelo matto: e eis o in-|defectivel com esse perfido embuste levando a provincia ao abismo da guerra civil; ei-lo arman-|do irmãos contra irmãos, de derramando o sangue | pernambucano esse sangue que elle entende | que deve regar a sua deputação!!! ||

Entretanto se esse procedimento indigno, se essa negra perfídia patentêa o character abomina-|vel dos chefes da resolta, não revella menos a sua | fraqueza, mostrando, q' só por meios tão infames, eu só com tão perfidas extrategias, expertezas, e enganosa poderião elles realizar seos nefandos | planos conseguindo perturbar a tranqüillidade | publica. ||

E na verdade um partido politico, que se diz | tão poderoso, um partido politico, que alardêa de ter em seo seio a província toda: um partido | politico, que se proclama Nacional, não tem ne-|cessidade de recorrer a esses mecos para apresen-|tar um movimento qualquer. Basta que seos | chefes e directores o queirão para que de toda a parte surjão milhares de combatentes. Mas onde | está esta força onde a tem uma facção miseravel | e prostituida a que de maneira alguma pôde ca-|ber a honra de constituir um partido politic? ||

Conhecemos perfeitamente o character per-|nambucano: nenhum povo tem mais amor e de-|dicação á liberdade, nenhum povo é capaz de | maiores sacrificios em prol della, quando ella re-|almente é atacada; mas nenhum povo tambem | tem um espirito de ordem tão desenvolvido, ne-|nhum povo é mais obediente ao governo legiti-|mo, nenhum povo é mais fiel; e certo que se não fossem os embates, as traições, e perfidias, | de que se tem soccorrido os novos latilinas, el-|les não terião podido ensangentar o sollo da | patria. ||

Entretanto é chegada a epoca dos desengamos: | e véo da illusão se acha roto de todo, e força é | confessar que os monstros se achão completa-|mente desmascarados: quem pois os acreditará mais. ||

Homens illudidios que pela mais inqualifi-|cavel das traições tendes sido arrastrado a empu-|nhar armas fratrecidas, rebellanndo-vos contra o | governo legitivo depondo-as em quanto é tempo, | e votando a devida execração esses trahidores, q' vos predicipitarão ao abismo, q' vos sacrificarão ao | seo egoismo, apresentai-vos ao delegado do vo-|so Monarca, cuja demencia vos é conhecida.

--

(Texto 31)

Diario de Pernambuco nº 115, p.p. 1-2
22 de maio de 1850

DIARIO DE PERMANBUCO
Recife, 21 de maio de 1850

O DIA 18 DO CORRENTE

Salve! Salve! Salve! Tres vezes salve, | oh dia feliz 18 de maio. Cansada a popula-|ção desta bella cidade com 8 dias copio-|sa chuva, parecia condemnada a não mais | ver o sol que a furto se mostroava; despon-|tou esse dia, e com elle surgio o seu astro | luminoso e brilhante, desenvolvido todas | as suas galas | e derramando pelas nossas | praças e ruas luz, e chamando a vida aos | nossos cirpos. ||

Principiou o dia com as formalidades da | prestação do juramento pelo novo presiden-|te nomeado o *Excelentíssimo Senhor* José Ildefonso de Souza Ramos, que o deu nas mãos do pre-|sidente d'assembléa provincial o *Excelentíssimo Senhor* / *Doutor* Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de | Albuquerque, e da posse que ao mesmo foi | dada pelo *Excelentíssimo Senhor* conselheiro Honorio Hermeto Carneiro Leão, actos ambos estes a | que concorreu immensa cópia de cidadãos | de todas as classes, foramando lusido corte-|ljo em palacio, e apresentando multidão que | se achava apinhoada nas galarias da assem-|bléa provincial. Era para ver o sentimento | de curiosidade que nos semblates de todos | os espectadores se divisava, a avides de ter | nos traços da physionomia do novo presi-|dente as expressões do seu gênio, de para | assim estudar nelles e descobrir esperanças, | ou apprehensões. ||

Oh! Que de vivas e sérias reflexões não | suscitava no espirito do homem pensador o | espectáculo desse dia! Desacostumados já | como que estavam de vermos ser entregue | a direcção dos nossos negocios publicos a | administradores, que não olhassem como | assento de torturas a cadeira presidencial, | que não encarassem como banco de dor: | e na verdade ella o foi. Nesse dia vimos ser | transmitida pelo nosso primeiro magistra-|do a administração e direção dos destinos | desta provincia, não como presente funesto | e fatal, sim como cargo trabalhoso, he bem | verdade, mas não menos honroso e glorioso | para quem o entregava, que para aquelle a | quem, o recebendo de suas mãos, cabia a | bella e brilhante missão de, completando o | seu pensamento, satisfazer as necessidades | desta nossa terra, a sêde de paz, por que el-|la suspira, o entusiasmo pelos seus melho-|ramentos e engrandecimentos; pensamen-|tos que em outros tempos foram plantados, | e que, de ir promettendo dar furcto, fo-|crestados pelo incendio que entre nós lavrou, trazidos pelas revoluções de dinhei-|ro e de sangue. Nesse dia folgamos de ver | o *Excelentíssimo Senhor* conselheiro Honorio, conscio de | haver cumprido o seu honroso dever, jubi-|loso entregou ao seu successor esta provin-|cia inteira e completamente pacificada, sem | incertezas para o presente, sem graves appre-|hensões para o futuro. Certo que, por novo, | devia tão tocante espectáculo causar estra-|nhesa; felizmente que este sentimento se | não traduzia senão como denunciador de | pensamentos de paz para a actualidade, e de esperanças para o porvir. ||

De feito, como brilhante se nos apresen-|ta administração do *Excelentíssimo Senhor* conselheiro | Honorio; gloriosa foi a sua missão como | restaurador da paz, propugnador das leis; | mas não somemos a esta se nos ostenta a | nobre tarefa do seu successor; invejavel he | ella. Sim, que não he manos bello o titulo | de conservador, sustentando a paz, e fazen-|do crescer o espirito do melhoramento e | aperfeiçoamento da nossa terra, que ccarece | de vida. Muito paz o *Excelentíssimo* ex-|presidente, e muito deixou ainda a fazer ao seu succes-|sor, a quem fica cabendo empreza menos | dura, he verdade, mas consoladora e ani-|madora. Que elle desempenhe o seu man-|dato, que satisfaça as nossas necessidades; | e os agradecimentos das nossas populações, as benções das gerações futuras bem-dirão | seu nome como o de um benemerito. Feliz-|mente que as nossas esperanças descansam | nos honrosos precedentes da carreira ad-|ministrativa do *Exceletíssimo Senhor* Souza Ramos, e | na confiança que depositamos no governo | imperial. ||

Aqui ficamos, que não foi proposito nos-|so fazer artigo politico, e sim descrever as | occupações e folgares desse dia.

||

Com estas occupações, com estes pensa-mentos se entreteve durante o dia popula-ção desta capital, e apenas desceu a noite | sobre a terra acudio ella presurosa ao theatro de Santa Isabel, por cuja abertura este-ve anciosa. Também concorremos nós, não | na simples qualidade de amadores de sce-ina, sim como desejosos e entusiastas de | testemunhar a inauguração do novo thea-|tro, desse padrão que serve a attentar o pro-|gresso de nossa civilização, que serve a me-|morar o pensamento de nosso engrandeci-|mento, tentativa do patriotico barão da | Bôa-Vista, não menos nobre que feliz, que | pôde atravessando tantos tempos, vencendo | tantas vontades malevolas, superior aos | desatinos de alguns dos nossos presidentes, | chegar té á administração do *Exceletíssimo Senhor* con-|selheiro, que com louvavel e esforçado em-|penho completou esse pensamento util, creando-nos este beneficio, de que tanto | carecíamos. ||

Honra, pois, e gloria a estes dous admi-|nistradores benemeritos que festões de ro-|sas, mirthos e louros ornem suas frnotes, e | engrinaldem seus nomes; que a memoria | do beneficio entre nós se pertetue; que | nunca mais sejam esquecidos, e com elles | os dos cidadãos prestimosos que desinte-|ressadamente em tão justa empreza os au-|xiliaran. Taes eram os votos que formava | a populaçãp desta cidade, taes os sentimen-|tos que soavam de que soavam de bocca em bocca, nasci-|dos do coração. ||

Transportados ao theatro, ahi presenciamos immensa e alegre concurrencia da nos-|sas população, e lamentamos que não fosse | o seu amphiteatro sufficiente a dar entrada | a todos os amadores da scena. Mais de um | desapontamento houve por falta de bilhe-|tes; mais de um bello rostinho curtio nes-|sa noite raivinhas; e nós que fomos mais fe-|lizizes, nós que tínhamos o nosso assento | delle tomamos conta, nos preparando para | gozar do prazer que sentimos neste entreteni-|mento, que o cambiariamos pelo agradeci-|mento que nos desses qualquer bella, que trocariamos o seu sorriso pelo nosso bilhe-|te, pela satisfação do espectáculo. ||

Já installados no nosso posto, principiamos as nossas operações. Lançando as vistas sobre o palco, pelas galerias, vimos to-|dos os assentos occupados; e, attentando | para as chamadas torrinhos vimos cabe-|cinhas té nos cumes dessa montanha. Feita essa isnpecção, quizmos proceder a exame | na decoração; involutariamente os nossos | olhares se recusaram, demorando-se em | admirar a belleza de tantos lindos semblan-|tes, o donaire de tantos corpos graciosos e | flexiveis; e sentindo-nos por mais de uma | vez feridos, arripiamos carreira, protestan-|do no fundo de nossos corações respeitosa | homenagem ao nosso bello sexo, e passa-|mos a empregar nossa curiosidade em ou-|tros pontos menos perigosos. ||

O exame da decoração prendeu a nossa | attenção por algum momento, e não pode-|mos recusarmo-nos a confessar que he ella | do mais bello effeito possivel; quando nos | achavamos nisto entretidos, fomos dis-|trahidos pela orchestra, que rompeu a che-|gada das primeiras autoridades. Felizmen-|te ao mestre della, do mesmo modo que ao pintor, agradecimentos redemos pelo | muito que se esmeraram, um na composi-|ção da tinta e sombra delicada dellas, e ou-|tro na escolha de artistas. Basta sobre este | ponto. ||

Apenas soltou a orchestra a sua ultima | nota, levantou-se o panno do scenario, dei-|xando-nos ver o busto imperial, tendo por | guarda de honra duas linhas, em cuja com-|posição entravam doze cantores e duas | cantarinas com o *Senhor* Germano Francisco | de Oliveira como contraponto á frente. Em | nada se poupou o empregario para que esta | primeira parte fosse bem desempenhada, | foi bem succedido no que dizia respeito ao | busto, que estava decentemente ornado; | não foi menos no que lhe era pessoal; | mas desgraçadamente a escolha das canta-|rinas foi pouco feliz, que uma dellas, a se-|gunda, comprometteu com a sua voz extre-|mamente nazal, que mais parecia miado | que canto, a simples e tocante composição | do nosso vate A. Ferreira Lima que vio, com | desprazer o diremos, sacrificado o seu bello | hynno. ||

Teve também lugar a recitação de duas | peças poeticas, analogas ao dia: quem dis-|to se encarregou foi o empregario o *Senhor* / Germano que com a sua expressão facil e | natural soube conversar toda a belleza des-|sas produções. A primeira he fructo do | nosso patricio A. Ferreira Lima, que vai | mostrando gosto pelas musas: o seu elogio dramatico apresenta aqui e ali brilho e | elevação de pensamentos, e sua elegancia | de dicção; a segunda pertence ao nosso | também patricio e velho cisne o padre | Francisco Ferreira Barreto, que no occaso | da vida curvado sob o peso dos annos, op-|primido de acerbos desgostos, tem sabido | em o seu coração guardar sempre acceso | esse fogo sagrado, que somente se bebe nos | ceos; sim, que o seu pensamento foi todo | poesia, todo Alma. ||

Terminadas estas recitações, appareceu | o *Senhor* chefe de policia a dar vivas que foram | com pouco ou nenhum entusiasmo cor-|respondidos. ||

Depois destes prelúdios preparadores dos | animos dos espectadores surgio a repre-|sentação da peça – o *pajem d'Aljubarrota* – | produção do insigne artista portuguez | José da S. Mendes Leal. ||

Nós não nos conhecemos com animo para | analysar essa peça, em que descobrimos | tantos movimentos dramaticos em que tão | perfeitamente encontrado se acha e desen-|volvido o jogo das paixões, que mais do-|minam a pobre humanidade; sim, que nos | sentimos atalhados em descrever belleza | por belleza, e porisso apenas diremos que o | fundo da peça mostra que justiça he algu-|ma causa neste mundo-que he perigo esse | mal haver para bem querer-que o homem | põe e Deos dispõe – e que quase sempre do | tamanho a offensa he a sua sentença. A | tantos se reduzem os pensamentos cardiaes da peça, que em todos os seus desenvolvi-|mentos foram guardados pelo *Senhor* Mendes Leal, que soube como conhecedor dos escon-|drijos do coração humano, pintar como pou-|cos, como elle pintam, os costumes cavalhei-|rosos daquelles tempos, a que elle remon-|tou, os primeiros da monarchia portugue-|za. Isto vem já de mais, que o merecimento | da peça se acha mais que muito recommen-|dado pelo nome de seu autor, hoje classico. ||

Agora quanto a execução, diremos que o | *senhor* Germano, a quem coube as honras do | papel do *Pajem D'Aljubarrota*, o primeiro da peça, o desempenhou de uma maneira | digna do sublime dos pensamentos de que | era órgão; soube elle coelocar-se na altura | dos sentimentos, ora de amor e termura, ora | de ciúme, raiva, vingança, e também de | justiça e generosidade desse bello e esfor-|çado pagem dos antigos tempos. Nada dei-|xou elle a desejar; e apenas lhe pediríamos | que na recitação se não precipitasse tanto; | pois que isto lhe pode mal fazer. ||

Os outros personagens ficaram offusca-|dos pelo *Senhor* Germano, mas apezar disto | sempre tocaremos nelles. ||

A dama que fez o papel de Beatriz esteve | pouco animada: cabia mais algum ardor | para a situação, e o *Senhor Don Affonso* em duas ou tres partes excedeu a expetação; os | mais desempenharam assim assim os seus | papeis, e não merecem nota particular | nossa. ||

Animados nos achamos e esperançosos de | que ao *Senhor* Germano caberão as honras de | reformador do nosso theatro; empreza em | que pode ser tanto auxiliado pela popula-ção desta capital, que, carecida como está | de um entretenimento desta ordem, accu-|dirá em seu socorro. ||

Que mais temos nós a contar? Que foi o | espetaculo honrado com a presença do | *Excelentíssimo Senhor* Barão da Boa Vista, creador do | theatro, e com a do *Exceletíssimo Senhor* conselhei-|ro Honorio, que completou com tanta feli-|cidade o seu pensamento. Tambem se | achavam presentes no camarim da presidencia o *Exceletíssimo* presidente da assembléa provin-|cial o *Senhor* Pedro Cavalcanti, e o *Exceletíssimo Senhor* / Souza Ramos, em cuja posse se inaugurara | o theatro. ||

Possa este acontecimento publico servir | de annunciador de pensamento de igual | ordem da parte de *Sua excelência*: nós o cremos, | nós o esperamos. ||

Assim se passou ou antes ocorreu a noite: | Deos nos queira trazer outras igaues a esta.

(Texto 32)

O Argos Pernambucano nº 13, p.p. 1-2
18 de janeiro de 1851

O ARGOS PERMANBUCANO

O Anno de 1851

Abre-se-nos o novo anno de 1851, deixan-|do a poz si um passado cheio de aconteci-|mentos proprios a prestar ao philosoplho poli-|tico uma série de reflexões cada qual mais | grave, cada qual mais ponderosa. O futuro | que nos elle deixa entrevêr será fatal á causa | da liberdade, á causa do povo? Não; por-|que essa causa é santa, o povo caminha | sempre alargando cada vez mais a orbita de | seus direites, máo grado d'aquelles que jul-|gam poder abraçar-lhe a marcha sempre | ascendente. O Anna de 1850, que passou | assignála uma época de reação despótica; | mas essa reação terá seu limite, e então tan-|to maior terreno ganhará a liberdade quanto | maiores forem as depredações commetidas | pelo despotismo. ||

Durante o anno de 1850 o poder calcou | aos pés tudo quanto era brio e honestidade | para aniquilar d'uma vez para sempre o ele-|mento democratico; rasgou o tenue véo que | ainda cobria essa sombra prostituida de go-|verno representativo, e o systema das violen-|cias desenvolveu-se e mostrou-se em toda sua | hediondez. A câmara dos deputados, á quem | corria a obrigação de ser o palladio das líber-|dades publicas, mostrou-se digno, parto do | ventre que a gerou: filha da fraude, da im-|moralidade, da corrupção e da violência, os-|tentou-se verdadeira serva do poder. Não hou-|ve uma só lei no sentido de matar as liberda-|des patrias, que ali não achasse inteiro apoio; | um rebanho de carneiros não segue mais *es-|crupulosamente* o seu guia do que os dignos | membros da câmara de 1850 acompanharam | o poder que lhes traçava o caminho; apenas | algumas vozes, dignas da confinça da nação, | se alçaram para protestarem contra as inva-|sões da tyrannia, contra essas leis que repres-|são o regresso que o poder em sua cegeira | julgou necessarias para manietar essa poten-|cia formidavel, que os homens da governan-|ça temem, que traam com soberbo des-|dem, denominada *pôvo*. ||

Nada ha que tanto amedronte a esses apos-|tolos do despotismo do que a palavra *revolução*; sonham noite e dia com revoluções, e onde vêem o pôvo solicitando o respeito de um direito, parece-lhes ver um acto revolu-|cionario. E por isso não há lei tyrannica, que | não decretem, violencia que não empreguem, | sentimento nacional que não pisem. ||

O que é a guarda nacional? Nos gover-|nos livres um meio de manter as liberdades | publicas, o que na phrase dos tyrannos quer | dizer instrumento revolucionario, materia dis-|posta para as revoluções; cumpria reprimi-|la, cumpria escravisar a guarda nacional; e por isso vimos, como uma lei impolitica, an-|tinacional, procurou desvirtuar essa institui-|ção, que arma o cidadão para deffnder a | causar publica, não porque assim convem ao poder, mas porque a sorte d'aquelle está in-|timamente ligada ao destino desta. ||

O que é o jury? É um tribunal popular | e por consequente revolucionario, cujas attri-|buições cumpre cada vezes mais e mais coarc-|tar. Já a lei de 3 de dezembro de 1841 ti-|nha dado um grande corte nessa instuição | livre, dando os juizes de direito o absurdo | poder de appellar das decisões do jury profe-|ridas sobre o facto. Na legislatura de 1850 | novos cortes se deram nas attribuições desse | tribunal revolucionario, e o jury, hoje | se acha, em comparação do que era e do que | devia ser, está reduzido a bem pouca cousa | e á um papel bem mesquinho. ||

O sentimento nacional foi calcado aos pés, | e a briosa tropa brasileira recebeu um insulto | aviltante nesse engajamento de tropas estran-|geiras. Desgraçado do governo, que á custa | dos soures do pôvo procura manter sua for-|çada e violenta posição com soldados que só | obedecem ao tinir do outro. ||

O pôvo brasileiro pede unanimemente a | nacionalidade do commercio, e como por es-|carneo, como por uma antithese estudada, o | senador José Clemente Pireira, o homem que | as nossas tradições apresentam mais infeso | á gloria e engrandecimento do Brasil, e en-|carregado da unica missão de perpetuar o | predomínio portuguez, é nomeado presiden-|te do tribunal de commercio na corte do Rio | de Janeiro. ||

Um barbaro recrutamento talou os nossos | campos, e arrancou do seio de uas familias | milhares de cidadãos para atira-los á bala de | seus inimigos ou força-los a jogar vida con-|tra vida com seus proprios irmãos. ||

Que mais poderia praticar o governo para | atormentar esse pôvo tam digno de melhor | sorte, tam digno de ser dirigido por quem o | interesse? E pensam esses homens, sem fé, | dess'arte conseguiram matar o espirito de | liberdade que anima os peitos brasileiros? Pensam esses homens sem lealdade, que por | tal guiza conseguiram dar vida secular á seu | poderio forçado e sem base? Pensam esses | homens sem religião, que assim lograram le-|var ao desespero e do [[do]] desespêro á apa-|thia e a inercia, este pôvo livre, a quem ma-|nietam á quem oprímem por mil maneiras? Pensam esses homens traiçoeiros, que por tal | modo dum força e estabilidade ao throno de | *sua Majestade o imperador*? Não; malvados que elles são, | não veem senão o viver de alguns momentos; | e inimigos da monarchia não se pejam de a | estarem guiando ao precipicio de que a não | poderão salvar, quando chegar o dia da ira | de Deos. Então serão elles os primeiros a | abandonala; porque só procuram viver á | sombra do throno, e, falsos amigos, quando | este os não poder mais cobrir e atirar-lhes |

fructos dourados, fugirão com os despojos | para se irem rojar ao pés do novo idolo que | se alçar, quando mesmo este idolo seja o po-|vo a quem insultaram. ||

Homens cegos olhae para todos os pontos | do Brasil, e vêde, se um só desses actos de | vandalismo que haveis estupidamente prati-|cado, enfraqueceu um só instante a coragem | do Brasileiro livre: vêde, como ao contrario | do que talvez esperaveis, de todos os pontos | do imperio se levantam vozes devotadas ao | bem da nação para protestarem contra vossa | immortalidade, contra vossas infamias. ||

Sim, rojae á lama o nome brasileiro, dae | ao estrangeiro o miseravel espectaculo de | sermos cada dia por elle insultados, prepa-|rai-vos para a resistencia: mas tremei, quan-|do a nação se levantar todo como um só ho-|mem e vos pedir contas da maneira porque a tendes insultado. ||

Olhae para Frnaça, e vêde uma lição | nessa revolução de 1848, que sepultou nos | abysmos o soberbo thromo de Luiz Filippe. ||

Tambem o governo francez havia visto | na guarda nacional um exercito revoluciona-|rio, e havia aniquilado a guarda nacional. ||

Tambem o governo francez havia visto na | liberdade d'imprensa uma arma revoluciona-|ria, e a tinha esmagado por meio da fiscaliza-|ção. ||

Tambem o governo francez havia aniqui-|lado o principio de igualdade que é salva-|guarda da justiça, e tinha feito desta um ins-|trumento de viganças. ||

Também o governo francez anniquilára a | sobreania nacional, comprando á pezo d'em-|pregos as eleições de deputados. ||

Tambem o governo francez, como vós o | tendes feito, distribuia com mão larga pre-|mios immerecidos. ||

Também ali a opposição fora dizimada pe-|lo conselho d'estado; e, como se exprime um | eloquente e conciso escriptor, a corrupção | descia desde o parlamento até ao corpo elei-|toral, sendo os votos negociados, vendidos, | pagos com um privilegio, um serviço, uma graça. ||

Com aqui, tambem a politica do mi-|nisterio não era outra cousa mais de que a | organização systematica e bem combinada de | uma corrupção que se estendia do poder ao | parlamento do parlamento ao corpo eleitoral -- | tremula vacillante, minando todas as cons-|ciencias dos membros da administração. ||

No meio dessa corrupção geral, Luiz Fi-|lippe dormia o somno do descanso, suppon-|do-se assaz deffendido pelas suas fortifica-|ções, pelos seus soldados, e confiado na trai-|çoeira linguagem de seus aulicos. ||

Entre tanto poucos momentos foram bas-|tantes para todo esse edificio desmornar-se; | e o povo obteve pela força aquillo que os seus | oppressores não quizeram conceder. ||

Não desejamos esses abalos sociais; não | aconselhamos ao povo que se lance no deses-|pero e no vortice das revoluções. Mas se o | poder conhece a força dessa potencia sobera-|na, se sabe que não é possivel matar o senti-|mento de liberdade, se a historia contempo-|raneia lhe apresenta exemplos tam vivos, por-|que se não apressa a anuir as exigencias deste | pôvo, que so quer o cumprimento das pro-|messas que se lhe fizeram; que so quer que seus direitos sejam respeitados? ||

Pela nossa parte se vemos um meio, uma | taboa de salvação; que é a *Cosntituinte*. Que o monarcha brasileiro não seja surdo ás vo-|zes da nação; que consulte a opinião e a | prosperidade do paiz, e não se negue essa | *Constituinte*, que deve fazer do governo re-|presentativo uma realidade. ||

O anno de 1850 foi uma época de reac-|ção dispotica; mas o anno de 1851 nos abre | um futuro de esperanças. ||

O mundo camunha, e é loucura atravessar-|se diante da civilisação, do progresso, da li-|berdade para embargar-|lhe os passos. Des-|graçado d'aquelle que quizer fazer retroceder | o mundo em sua marcha de ascensão, que se-|rá esmagado victima de tam louca pretensão.

(Texto 33)

O Argos Pernambucano nº 16, p. 1
06 de março de 1851

O ARGOS PERMANBUCANO

O Argos Pernambuco continua a sua | tarefa sob a direcção de novos redactores, | visto que a illustrada redação, que delle se | occupava, em consequencia outros traba-|lhos, não pode continuar a redigir esta folha. ||

A nova redacção agradece em nome do paiz aos antigos redactores os importantes | serviços, que prestarão ao partido liberal, seu | amor e devoção pela causa da patria, e o de-|sinteresse louvavel com que trabalharão em | pró das idéias e dos principios, que se com-|prometterão a defender e sustentar. ||

Harmonisando inteiramente com as dou-|trinas da *Imprensa* e do *Echo Pernambucano* | por serem as unicas, que em nossa humildade | opinião podem fazer a felicidade do Brasil, | nossa cara patria, faltariamos aos mais sa-|grados de todos os deveres se, tomanho sobre | nossos debeis hombros a pesada tarefa de um | periodico, meramente politico, que tem de | prestar seu contingente para dirigir o espirito | publico, e encaminha-lo em ordem a faze-lo / abraçar a idéa grande e generosa de huma | *Constituinte*, que livre e soberana trate de or-|ganisar-nos convenientemente, não con-|gratulassemos com os collegas pelos valiosis-|simos serviços, que estão prestando a causa | dos opprimos, e a liberdade, tam maltrata-|[[ta]]da e ferida pelos dominadores da época. ||

O Argos Pernambucano reconhece na *Im-|prensa* o écho principal do partido liberal | n'esta provincia, e sua folha chefe, e pro-|mettemos seguir e acompanhar suas idéas, por isso que a *Imprensa* sob a redacção actu-|al, comprehendendo perfeitamente os inte-|resses da noção, tem-se occupado com exfor-|ço de questões momentosos, proclamando | com tino e habilidade a bandeira da *Consti-|tuinte*, mas livre e soberana, em torno da | qual girão hoje livre e desembaraçados to-|dos os grupos, todas as facções do partido | liberal de Pernambuco, seja qual for o pen-|samento da reforma. ||

Em verdade no meio da lucta terrível, em | que um poder desmoralizado e prostituído | tem lançado a nação; quando todos os inte-|resses se chocão, e a sociedade inteira se res-|sente de uma perfeita desorganisação em to-|das as molas de sua machina; quando o es-|trangeiro ameaça-nos, e o nosso *chamado go-|verno* apenas responde a um - somos fracos, | e a outro – mandei engajar soldados na Eu-|ropa; quando a legislação é letra morta, a authority publica um elemento de desor-|dem, um foco de crimes e de torpezas: quan-|do a moral e a religião são nomes vãos, só | uma *assembléa* nos pode salvar, | porque essa assembléa, sendo eleita regular-|mente, e segundo a genuina vontade do po-|vo do paiz, conhecendo suas necessidades, e | as reformas que cumpre fazer, é o unico po-|der competente para salvar-nos do abysmo, | em que a politica saquarema nos está preci-|pitando. ||

Tememos o despotismo, assim como a a-|narchia, e quizeramos que todos os brasilei-|ros se convencessem da urgente necessidade | em que estamos, de passar deste estado de | cousas para um outro, que nos offereça a li-|berdade e a paz sem que o sangue de nossos | patricios seja derramado. Mas essa tranzi-|ção, aliás tam ambicionada por todos os ho-|mens cordatos de qualquer politica, que seja, | não pode ser operada mansa e pacificamente, | se não por meio da *Constituinte*. Podemos | estar em erro, mas nossa convicção e esta, e | ella nasce do estudo que hemos feito dos ma-|les, que nos affligem desde época da nos-|sa efemera independencia da incapacidade | de nossas leis e de suas extravagancias em | relação a um paiz, como o nosso, encravado | n'America, e bafejado pelo sorpo da liberda-|de. ||

Queremos um remedio radical para os ma-|les que ha 27 anos sofremos, soffremos, visto como | provadp está exuberantemente que nossas | instituições teem defeitos graves, e que d'el-|las, e não dos homens somente provém o | nosso atraso e empeioramento de todos os | dias. Não chamamos por mudança de forma | do governo, não estabelecemos bases, não | queremos pear o pensamento, não: o paiz se | organise como julgar conveniente, seja o que | for, e o que quizer ser; mas a organização | seja obra sua, expressão dos seus votos, de | seus sentimentos, e nunca a imposição de um | principe, ou de um dictador. ||

Para nós a melhor forma de governo é a-|quella, que é obra da nação, e não feita | do poder. Convoque-se pois a *Constituinte*, ella que faça o que entender convenciente e | justo e aquelles que em seus interesses fo-|rem por ella feridos, resignem-se com a sua | sorte, porque o bem de um, ou de poucos | não pode jamais legitimamente prevalecer so-|bre o da grande maioria da nação. ||

Esta doutrina não é nossa, é de todos os | politicos, e os maiores estadistas a consignão | em suas obras, em seus escriptos, havendo a-|penas um differença que-os corcundas | chamão bem de todos os bem do rei, porque, | segundo elles, o rei vale tanto, ou mais do | que todo o paiz, e nós chamamos bem de to-|dos aquelles, que se encontra em todas as | classes da sociedade, qualquer que seja a con-|dição dellas. O rei pode viver nadando em | prazeres, quando a nação vive submergida | na miséria. A história nos offerece mil exem-|plos disto.

(Texto 34)

O Argos Pernambucano nº 02, p. 1
09 de setembro de 1852

O LIBERAL PERNAMBUCANO

A Constituinte como these

Quando uma idéa, um pensamento| qualquer se apresenta no mundo, não é | sem os maiores entraves que elle con-|quista a opinião; os inimigos se lanção | a elle encarniçadamente e não ha ca-|lumnia que lhe não assaquem e d'entre | aquelles que dizem aceita-lo surgem | tantas exagerações, tantos desvios de in-|telligencia, que o pobre pensamento ou | a pobre idéa vê-se saltiado de todos os | lados, e dá graças á Deos quando, á | força de se ostentar verdadeiro e in-|flexivel, ergue-se radiante dessa suffoca-|ção, de que pôde escapar. Igual sorte tem | tido a idéa da *Constituinte* hastiada pelos chefes do partido praieiro na revo-|lução de 1848; a questão do voto da | provincia, que o Senado Brasileiro quiz | supplantar em proveito do principio re-|accionario represetado na olygarchia | d'aquella corporação, foi discutida pelas | armas no campo da batalha; e dessa | lucta material, presidida pelo espirito da | liberdade levantou-se a bandeira da | *Constituinte*, como unico meio capaz | de chamar á seu centro essa crescen-|cia politica que tão descomedidamente destróe o equilibrio que deve constituir | o governo representativo. A revolução | foi vencida pela força bruta, mas não no | campo da intelligencia, para onde pas-|sou a idéa da *Constituinte*; porque o | pensamento só pode ser vencido pelo | pensamento, a intelligencia só pode ser | vencida pela convicção; sendo que nem | o martirio, nem a propria morte podem | aniquilar força intrinseca de uma ver-|dade, que tanto mais reage quanto mais | comprimida. ||

Collocada a *Constituinte* no campo | da intelligencia, ella tem tido a lutar com | os inimigos e com aquelles mesmos, que | se dizem amigos, uns a calumnião tor-|pemente, outros a exagerão e desnatu-|rão; porém é tal a força da verdade, | que, á despeito dos esforços de uns e de | outros, a *Constituinte* não morrerá e ca-|da dia é assignalado por um novo tri-|umpho, porque os desenganos se vão | succedendo quotidianamente, e os factos | se não encarregando de a indicarem | como o unico meio de salvar o paiz. ||

Mas, entre as diversas velleidades sus-|citadas contra a *Constituine* é por certo | a questão de ser ella ou não uma *these*; e é em verdade com admiração, senão | com enjão, que ouvimos e vemos á al-|guem dizer, que acceita a *Constituinte* | não como *these*, mas como uma *necessidade indeclinavel*, procurando tirar d'ahi | argumento contra a nossa sincera adhe-|são ao pensamento salvador. Ora pôde | dar-se maior destempêro? Quando é que | a nação se verá livre da acção sophisti-|ca desses espiritos limitados que se con-|siderão outros tantos Moisés, Solons, | Lycurgos, outros tantos sabios capazes | de dirigi-la, e cujos esforços não dão | n'outra cousa senão em illudir os incan-|tos e precitipar os acontecimentos, para | lhes colherem um futuro verde e amar-|go? Quando é que na sociedade só se | alçarão a intelligencia e a moralida-|de, para alentarem o povo no aprecea-|mento são e verdadeiro das doutrinas ca-|pazes de salva-|lo? ||

O que entenderão esses homens que | é uma *these*? Que pensamento occul-|to e reservado descobrem elles nesta ex-|pressão que querem fazer substituir por | *necessidade indeclinavel*? *Theses* sem-|pre ouvimos dizer, que era uma proposi-|ção que se subsmettia á discussão e cu-|lja verdade nos propomos a deffender; | sendo que, quando se trata da luta da | intelligencia, não ha verdade alguma de | qualquer ordem, que não seja uma *these*: a existencia de Deos, que é a verdade | mais incontestavel, é uma *these* no cam-|po da philosophia e da moral; o qua-|drado da hypothenusa póde dizer-se | uma *these* no campo da mathematica; | os dogmas mais incontrastaveis da nossa | religião são *these* no campo disputa | theologica; e porque então a *Constitu-|inte* não seria uma *these* no campo da | nossa discussão política? Se a idéa da *Constituente* é uma verdade, e em meio | indeclinavel de realisar as reformas que | almejamos, quem, senão a nação, ha de | ser o juiz desta verdade, e desta inde-|clinabilidade? E como poderemos nós | solicitar o juizo, a opinião do paiz, senão | convertendo a idéa em uma *these* e sob-|mettendo-a ao justo apreçamento dos | homens intelligentes? Pretenderão os taes amigos da *necessidade indeclinavel* em vez de *these* gosar da infallibilidade | dos concilios ecumenicos para imporem | á nação a sua idéa sob pena de exco-|munhão maior? Julgar-se-hão conquis-|tadores que possam dispôr da conscien-|cia da nação como um paiz con-|quistado? Jugar-se-hão sentados na | cadeira papal para d'ahi vibrarem os | raios do vaticano? Pretenderão a dic-|tadura do pensamento, para o comprimi-|rem com mão de ferro, e obriga-lo a do-|brar o joelho ante o seu poder de con-|cepção? Em verdade, que nos enjôão | intriguinhas tão miseraveis; e tanto mais | quanto essa expressão da mais horrivel | tyrannia parte d'aquelles que se dizem | apóstolos da liberdade e dos direitos do | homem. Ora que idéa podem ter de li-|berdade e de direitos do homem indivi-|duos, que nem essa liberdade e direitos | querem conceder no campo da intelli-|gencia? Pois bem, se taes homens se | arreceião de sobmetter a *Constituente* á | uma discussão franca e leal, e preferem | a surpresa do paiz, nós não temos este receio; estamos convencidos sincera-|mente da verdade do nosso pensamento | e convertendo-o em *these* o sobmettemos | á discussão dos homens intelligentes do | paiz. Queremos a *Constituente* acceita | pela maioria da nação, e acceita livre-|mente, espontaneamento, pela força da | convicção, com a consciencia de sua | verdade. Desenhecamos no homem | quem quer que elle seja, desconhecemos | em um partido sejam quaes forem as suas | aspirações, o direito de impôr o seu pen-|samento á nação; não queremos colher | fructos verdes e amargos, mas sim fruc-|tosos sazonados, e chegados ao seu mais | perfeito estado de madurez.

(Texto 35)

O Liberal Pernambucano n° 04, p. 1
11 de setembro de 1852

O LIBERAL PERNAMBUCANO O Partido Republicano e a Revolução de Novembro

Sempre tivemos a generosidade de | respeitar as idéas alheias, querendo para | nós o memso direito; e ainda supomos, | que a ninguem mais do que ao republi-|cano corre uma tal obrigação, porque | são os que pertence á essa partido que | se dizem os exclusivos adoradores da | liberdade, liberdade que aliás se deve | estender aos actos e sobre tudo ao pen-|samento. Ficamos porém meravi-lha-|dos, quando vemos a maneira intoleran-|te porque se tem havido entre nós aquel-|le que se diz o chefe desse partido não | poupando sarcasmos, não economizando | insultos, e mettendo a mão na consci-|encia de todos. ||

Apenas aqui chegou o redactor da | *Revolução de Novembro*, não cessa de | manejar bem mesquinhas intrigas, levan-|tando falsos testemunhos, erigindo-se em | censor e guia do partido liberal da pro-|vincia, denominando a todos de trahi-|dores e fazendo-se rediculo á força de | dar-se á espetáculo. ||

Não temos os compromissos, que jul-|ga o redactor da *Revolução de Novem-|bro*; e por isso permitir-nos-há com to-|da a bondade do seu coração, que siga-|mos a macha que jugamos mais con-|veniente ao nosso fim; siga elle também | a sua que com isso nada nos importa-|mos; mas no meio de sua dedicação ex-|trema tenha a generosidade de respei-|tar as alheias convicções, e deixa de in-|sultar á quem não teme estolidas brava-|tas. ||

A politica não é meio de descompor, | apenas no seu campo aceitaremos a | discussão; mas uma discursão urbana, | onde a consciencia de cada um seja | restrictamente respeita. ||

Se a partido monarchista liberal julgar | conveniente á seus fins explicar *Cons-|tituente* como a comprehende e como a julgar apto para leva-lo ao alvo que alme-|ja; se pensa que o enrolamento d'aquel-|le bandeira lhe é conveniente; que se | importa a *Revolução de Novembro* com | o procidimento do partido? Porque não obede-|ceremos antes ao nosso raciocinio do | que á corrupção do nosso coração? ||

Concedemos pois á *Revolução de No-|vembro* e ao *soidisant* chefe do partido | republicano, que se pretende discutir co-|mo cavalheiro, estamos promptos á | acompanhá-lo na discussão; porem se a sua missão é descompor e intrigar en-|tão dar-lhe-hemos o chamado em resposta; | porque não estamos resolvidos á entrar | em liça com quem se não sabe respeitar. ||

Suppõe a *resolução de Novembro*, | que com a sua tatica de esperpresas po-|derá pôr-nos em apuros, e obrigar-nos | á carregar lenha para o seu premeditado | incendio da monarchia; mas póde con-|vencer-se de que está completamente | enganado; não são suas artimanhas | que nos poderão arrastar para longe do | alvo que temos diante dos olhos. | Nós queremos uma monarchia democra-|tica, e por isso desde já conte o reda-|ctor da *Revolução*, que quando nos elle | supposer chegados ao ponto a que nos | quizer levar, estaremos muito distantes. | E nem consentiremos que a nossa ban-|deira de *reformas* por meio de uma *Cons-|tituente* seja trocada pela *Constituente* | como a quer aquelle que procura usurpar | no paiz e na revolução um lugar que | lhe não compete, nem nunca lhe com-|pettiu. ||

Pensem bem no ridiculo que estas | palavras encerrão: *Purem o carro ca-|minho direito certos que nós faremos de | carroiro, para com o nosso ferrão metter | no trilho os bois, que d'elle se quizerem | desviar; - e metteremos com tanto mais | facilidade, quanto mais exageradas fo-|rem as ambições do mando. É digão se | é possível dar-se mais nauseabunda pre-|tenção. ||*

É mesmo tam pouco digna a missão | que quer desempenhar a *Revolução de Novembro*, que diariamente nos attribue a mais negra ingratidão para com aquel-|les de nossos correligionarios, que hão | fallecido, attribuindo-nos esquecimento | e silencio, quando havemos sido sempre | promptos á lamentarmos a falta que | teem feito em nossas fileiras esses varões | recommendaveis. ||

Ainda não deixámos de consagrar | nossas lagrimas e nossas saudades á | quantos teem morrido pela causa da | Patria, nos dias que nos avivão essas | recordações. ||

Quando falleceu o nosso prestante | amigo Antonio Affonço Ferreira, dedi-|camos-lhe uma necrologia. ||

Apenas soubemos com certeza | da morte do esforçado heróe, o capitão | Pedro Ivo, cobrimo-nos de luto, e se | não levámos mais adiante a manifesta-|cão de nossas suspeutas, foi certamente | porque temos sua reputação á perder | e não desejamosser faceis em accusa-|ções tam melindrosas, esperando do | tempo o inteiro esclarecimento de um | mysterio que o futuro descobrirá e pro-|curando entretanto informções viridicas | que nos habelitem a fazer um juizo se-|guro. ||

As occurrencias que utilimamente se | derão forão causa de não noticiarmos | immediate o fallecimento do nos-|so amigo Manuel Paulino; mas apenas | nos desembaraçámos dessas occuren-|cias, o nosso segundo numero deu | aquella noticia. Entretanto a *Revolução* | de *Novembro* vai nos calumniando a | seu talante a procura indispor con-|tra nós os nossos amigos e aliados. Que | miséria!. ||

Vá continuando assim o chefe repu-|blicano, que hade adiantar maravilhosa-|mente a sua causa. Em verdade não | se pode duvidar, que nunguem lhe leva | vantagem em *carrear os seus bois*.

(Texto 36)

O Liberal Pernambucano nº 02, p. 1
09 de agosto de 1854

O LIBERAL PERNAMBUCANO Qual será a sorti do Brasil?

Fôra pura decepção o pensar-se, que a | humanidade permaneça apathica, ou iner-|te em uma época dada; seria isto um er-|ro semelhante ao do Philosopho que, | pondo ao lado os dictames da sua razão, | admitisse a solução de continuidade no | espirito humano. Não; ou atravesse as | ferteis planicies regadas pelo Nilo, ou siga | pelas costas orientaes do Mar-Negro até a | Syria, quer percorra a patria de Themis-|tocles, quer viaje pelas fecundas margens | do Tibre, tendo por [ilegível] um saxonio, | um franco, ou um habitante dos valles do | Missipy, o carro da civilização marchará | sempre e sempre. ||

Em vão tem pretendido os tyranos ata-|lhar-lhe o curso, collocando em seu carril | as cadeiras amontoadas de um despotismo | selvagem; de balde tem a anarchia, po-|luindo as vestes da democracia, lançado as | suas rodeiras acervos de cadaveres, sacrifi-|cados á perversa ambição; o phaetonte | do progresso seguirá sempre; porque a | sua senda se acha traçada pelo dedo da | Providencia, que opportunamente confun-|de o orgulho dos tyranos, e faz descarre-|gar os golpes da guilhotina sobre o colo | dos algozes da anarchia. ||

Mas há épocas na vida de um povo, | em que os sectarios do progresso, que fa-|zem ardentes votos pela prosperidade de | seu paiz, vêem murchar uma a uma suas | mais risonhas esperanças, já envoltas nas | trevas da ignorancia do poder, e já mirra-|dos pelo bafo impuro da corrupção. Tal é | a triste situação, em que se achar o Brasil, | que, deixando apenas as mantilhas da in-|fancia como nação, parece já um velho de-|crepito, vergado ao peso dos annos, co-|lberto de cães, e com a face toda rugada! | - cães e rugas precoces produzidas pelos | vicios, pela immoralidade e pela disso-|lução. ||

Eis um esboço bem lugubre, e que a | alguém parecerá produção de um pessi-|mista systematico em momentos de máo | humor, ou traços mal combinados dos que | vêem a actualidade pelo prisma sempre | suspeito da parcialidade. Mas attenção!... Lançai, se vos aprouver, uma vista retro-|spectiva sobre o passado, que havemos de-|corrido; pondo o Brasil em paralelo com | outros paizes seus coetaneos, e sereis for-|çados a confessar que, á proporção que | estes progridem, vamos nos retrogradan-|do de dia em dia em illustração, em mo-|ralidade, em tudo. ||

É verdade, que este fallar não agra-|da, nem póde ser entendio por aqueles | que vergão alibré do poder, sobre os | quaes derramára a fortuna a cornucopia | das graças; estes, qual outra Dame, o-|lhão para a sitação através d'uma chu-|va d'ouro, e ate vêem no *carreiro* da fa-|zenda uma especie de velocino, que novos | argonautas se propõem a tosqear. Tam-|bem não é a elles que enderessamos a | palavra; porque podem ser comparados, | na phrase do evangelho, ao pedregulho es-|téril, onde a semente da verdade apenas | póde germinar, mas a tenra planta, cres-|tada pelo ardor da avareza, na impossibi-|lidade de estender raizes, em corações em-|pedernidos pelo egoismo, e inacessiveis | ao nobre sentimento de patriotismo, em | breve murcha, definha e morre. Fallamos | áquelles, que ainda não experimentão a | mortifera paralisia do sceptismo politico, e que todavia dormem o somno da indiffe-|rença á beira do abysmo, para onde nos | arrastarão a ignorancia de uns, a cobiça de | outros, e a immoralidade do maior nu-|mero. ||

Rompendo a vergonhosa cadeia, que | duramente o ligava a uma metropole insa-|ciavel de ouro e mando, o Brasil paiz, nas-|cente que espirava elevar-se á altura da ci-|vilização moderna, precisava reformar es-|sas legislação carunchosa, que retrahia-nos, | ao estado social semibarbaro do seculo | XV, especie da anachronismo legal, in-|compativel com essa mesma illustração | acanhada das épocas coloniaes: diversas | tentativas se ha feito desde a independen-|cia até nosos dias; mas essas reformas | parciaes, sempre selladas com o cunho da | imperfeição aggravavão a situação, e erão | a prova mais incontrovertida da necessidade | de uma reforma radical, que se estendesse | a todos os ramos da arvore governativa, | respondendo aos reclamos incessantes, que | partião de todas as classes do corpo so-|cial. ||

Diversos combustiveis accumulados pro-|duzirão a explosão revolucionaria de 1848, | que hasteou o estandarte das reformas: | os esquadrões preteoriamos fizerão-no ba-|quear banhado em jorro do mais puro | sangue pernambucano; mas as idéas não | morrem; e aquella que acabava de passar | pelo baptismo de sangue, devia salvar-se | através dos reductos do terro com que | foi circumvalada. Assim foi que a tribuna | universal, na phrase de Lamartine, apo-|derando-se della, como do gladio invenci-|vel de um conquistador, hia successi-|vamente ganhando triumphos, até que a | idéa das reformas se achou

rodeada de | sympathias em todos os pontos do Impe-|rio. O raciocinio havia desbravado as sel-|vas da mentira, com que pretenderão em-|bargar-lhe o curso, e estava em vespervas | de proclamar sua mais esplendente victoria. ||

Foi então, que o governo medio o al-|cance da situação perigosa, em que se ha-|via collocado por egoísmo, ambição, e | avaresa: elle que até então reagira contra | a idéa de reformas, tecendo panegyricos á | legislação existente, como ultima palavra | da sciencia legislativa, fingio acceder | áquellas, attendendo á vigorosa opinião | creada no paiz, e por uma fraude mil ve-|zes mais odiosa que a perseguição de | 1849, encetou o seu systema de reformas, | com que a nação se acha horrorisada. | A'quelles que pedião a eleição directa, co-|mo meio mais efficaz de assegurar a legi-|timidade do voto, e evitar mystificações, | respondem-lhes com a lei da Guarda Na-|cional, que condemna o cidadão brasileiro | a ser currado com aviltante chibata, como | um servo adacripticio da Russia; aos que | chamavão pelas franquezas provinciaes re-|torquio em seu recente projecto, cercean-|do pela base a instituição do jury, que | d'hoje em diante somente julgará os cri-|mes inaffiançaveis e politicos, resultando | d'ahi que a sorte do cidadão ficará a mer-|cê de um juiz muitas vezes apaixonado, e | até prevaricador, que o poderá condem-|nar a seis annos de prisão! ||

Mas a pessimidade das leis não é só o | que constitue a situação critica do paiz. Depois de haver passado por quantas hu-|milhações lhe impoz o orgulho britannico | depois de se prestar a um expectaculo de | oppobrio e vergonha á face do mundo | civilisado, o governo fez effectiva a repres-|sãp do trafego de africanos, mas quaes forão as medidas, que adaptou para re-|mediar a falta de braços, que reanimem | nossa agricultura cadente? É esta a uni-|ca fonte de riqueza do Brasil, e o mesmo | será acaba-la, que ouvir sôar a ultima | hora para o nosso commercio, que actual-|mente se limita á troca de produções agri-|colas pelas ,anufacturas européas. ||

Mas, que importa aos da governança, que define a agricultura, e succumba o | commercio? Os clamores da miseria | em toda a sua hediondez não serão | ouvidos nos selões sumptuosos se | banquetêão os Balthazares da época; e | o écho, que há se repercutir, será abafa-|do pelas árias melodiosas dos pomposos | sarões, em que se entretêem os que diri-|gem o leme do estado. Nem mesmo é | decente, que o chorar de um desgraçado | victima de extrema penuria, venha per-|turbar a folgança dos *bons servidores* do | paiz. ||

Para supprir a falta de braços que se | dediquem ao trabalho, se permite por | incuria, ou desleixo de policia, que os | canaes da circulação se achem obstruidos | de sedulas falsas, que, para facilitarem a | obtenção avultados capitaes, teem a | mesma celeridade, que a electricidade ap-|plicada aos telegraphos. É assim, que todos os dias apparecem *riquezas electricas* o *vaporosas*, sem que a policia se incom-|mode pela natureza dos meios com que | forão adquiridos.!!! ||

Eis o estado calamitoso á que há che-|gado a melhor porção do mundo habita-|vel!! A ignorancia e a iniquidade teem | ahi de mãos dadas mystificado o systema | representativo, que vai successivamente | perdendo suas melhores garrantias; e ap-|proveitando-se de uma idéa respeitavel, | que fôra emitida do alto do throno – *a conciliação* –fazem della um verbo de | corrupção, com que preparão-lhe o ulti-|mo golpe, que o deve nullificar completa-|mente. A face de um presente tão pou-|co lisonjeiro, por mais robusta que seja | nossa fé no dogna do progresso, em tris-|tes meditações perguntamos ao futuro: - | Qual será a sorte a sorte do Brasil? -

(Texto 37)

O Paiz nº 01, p. 1
01 de fevereiro de 1856

Recife, 31 de janeiro de 1856
O PAIZ

O partido conservador desta província obri-|gado a discutir com os seus adversários, tem | cumprido este dever sustentando na imprensa | diferentes orgãos, como o *Libertador* e a *União*, | que se encarregaram de defender os principios | de ordem n'uma luta pela qual a provincia to-|mou interesse. ||

Uma das mais concludentes demonstrações | dos serviços prestados por esse partido é sem | duvida o arrefecimento dessa luta ardente e do | interesse predominante que ella até certo tem-|po inspirava. ||

A sociedade brasileira, regularmente cons-|tituida e tendo passado por todos os riscos do | periodo da organização, póde hoje curar dos | interesses que se ligam ao futuro e que devem | assegurar-lhe um lugar distincto no meio das | nações. Para nós antigos conservadores e de | certo grande triumpho podermos, já livres dos | botes da anarchia e da influencia dominadora | das paixões, consagrar a nossa atenção aos | melhoramentos politicos e a prosperidade do | paiz. ||

O gabinete do 7 de setembro e os seus dig-|nos delegados nesta provincia, hasteando no | campo da ordem e da opinião moderada a | bandeira da conciliação e dos melhoramentos. | Maes, comprehenderam as necessidades publi-|cas e determinaram o caracter que deve tomar | a politica brasileira. ||

Esta politica ordeira e conciliadora de con-|servação e de progresso moral e material, pa-|rece de hoje em diante a politica nacional do | Brasil, que tem de substituir os desregramen-|tos da opinião, as agitações e revoltas estereis e as polemicas pessoaes, tão ociosas e aviltan-|tes. E esta a politica que o *Paiz* adopta, to-|mando um lugar humilde entre os seus Illustres collegas da imprensa. ||

Se o cuidado dos negocios politicos é o de-|ver de todo cidadão assim como na phrase de | um estadista, o governo é o maior emprego | das faculdades humanas e dos homens eminen-|tes, os quaes a sociedade por interesse proprio | deve atrahir e conservar na administração dos | seus negocios, e inegavel tambem que a po-|litica não deve constituir a unica preocupação | da humanidade, e por consequente o assumpto | exclusivo da Imprensa diaria para satisfazer a | universalidade dos leitores. ||

Por este motivo o *Paiz* pretende occuopar-se | de objetivos de interesse da lavoura, da indus-|tria, do commercio e da litteratura, e abrir as | suas columnas a quaesquer avisos a publica-|ções de utilidade publico ou particular. ||

A comunicação em que vivemos com as na-ções estrangeiras, com a capital e as outras | provincias do imperio e com as comarcas desta provincia, tornando-as cada vez mais frequen-te, exprime uma das feições características da | epoca – a aproximação nacional e humanitaria. | Este movimento impõe deveres ao jornalismo, | e nós nos propomos a satisfazê-los, informan-do o publico dos acontecimentos que passarem | e das questões que se agitarem nas diversas na-ções e nas provincias deste imperio. Obriga-mo-nos também a noticiar as occurrencias das | nossas comarcas e a exprimir as suas neces-sidades e interesses por meio de breves episto-|las dos nossos correspondentes. ||

Começando uma existencia diaria, duvida-|mos poder conseguir plenamente o fim a que | nos propomos com um formato tão acanha-|do. Provalmente pois teremos de augmen-ta-lo para a melhor servir os principios que de-|fedemos, para acompanhar mais de perto | a discussão das necessidade publicas e para sa-|tisfazer a utilidade de nossos leitores.

(texto 38)

O Paiz- PE nº 2, p.1
04 de fevereiro de 1856

OS PARTIDOS POLITICOS

A lei do repouso é também uma lei de Deos; | elle foi o primeiro a pratica-la no sétimo dia. | Depois de longas fadigas, a natureza pede des-|canso. O trabalho sempre activo, sempre in-|cessante e nunca interrompido não é o mais fe-|cundo em resultados proveitosos. ||

O agricultor amanha o terreno, rega-o com | o suor de seu rosto, entrega-lhe a semente e | espera a sua fecundação. O mesmo faz o pes-|cador. Prepara sua rede; toma-lhe as malhas; | enlaça-lhe os fios, e, arremessando-a sobre o | lago dos peixes aguarda a sua colheita. São | actos successivos, é verdade; mas ha sempre | um respiro, um intervallo de cessação. ||

Os partidos politicos vivem sob as mesmas | condições. Lutam, esbravejam, triumpham, | tripudiam ao remanso da victoria, mas o can-|saço se manifesta logo em todas as suas arte-|rias. Suas legiões debandam-se, e lá vão in-|vernar em seus arraiaes. Os lidadores ainda | há pouco activos e ardentes, vê-los-heis agora | tibios e bisonhos. Surgem mesmo periodos de | verdadeira indiferença, symptomas de com-|pleto marasmo. Muitas vezes se crê que os | principios morreram de inanição; mas o seu | germen vive. Quando menos se cuida, os cam-|peões que se suppunham inválidos se levantam | dessa espécie de vertigem convencional, son-|dam a situação dos espíritos, espreitam o mo-|mento opportuno, sôa o rebate, e ei-los, como | por encanto, de morrões accesos nas amcias do | castello, em nova attitude de combate. ||

O espírito humano é bem caprichosos senão | incomprehensivel nas diversas phases de suas | manifestações! Ora electrico como a materia | inflamada que vibra nos seio da nuvem; ora | calmo e seremo como a luz benefica que sobre-|vem á tempestade! ||

Tudo em torno do homem são segredos e | mysterios. ||

O nosso silencio de algum tempo á esta par-|te, além de explicar-se pelas leis que deixa-|mos escriptas, tem também uma explicação | mui razoável e convincente nas circunstancias | especiaes da nossa provincia. ||

Acabavamos de uma luta desesperada, que | havia azedado profundamente as discussões | politicas. A injuria, o sarcasmo, e, não raro, | a calumnia voavam de um á outro campo. A | atrocidade era santa, a verdade apenas um si-|mulacro que se despedaçava nas mãos das fac-|ções. Ninguem por mais fascinado pela magia | de suas cernças deixaria de reconhecer que | esse estado de cousas era affligidor, e que se-|ria mesmo impossivel que o progresso da no-|ssa terra não mirasse ao suono abraçador que | nos estorcias. ||

Por outro lado viamos que o pensamento de | restituir a calma ás paixões, de chamar os es-|píritos á um centro senão de accordo quanto | aos principios, ao menos de moderação quanto | ás formulas do discutir, surgia nas altas re-|giões da politica do paiz. Observamos que o | supremo depositario das summas do imperio, | inspirado por esse immenso amor paternal que | consagra á seus subtidos, deixava entrever mui | claramente a necessidade de reprimir os ex-|cessos do espirito de partido por meio de uma | politica da indulgencia e de mansuctude. As-|sim uma revelavam os actos de seu governo, por | largas concessões e favores aos que se diziam vencidos. ||

Nós, que sempre nos distinguimos pela mo-|deração de nossos princípios, inclinámo-nos ao | reclamo que vinha do alto, por entendermos | que havia nesse desígnio a maior pureza e ge-|nerosidade de coração. Accordámos em tem-|perar o mais possivel as discussões da impren-|sa, e evitar assim qualquer estimula á vivaci-|dade dos espíritos, deixando que o tempo, a | experiência, os factos e a reflexão dobrassem os instictos de esperidão e de violencia que | progressivamente patenteava o jornalismo po-|lítico. ||

Procuramos dar uma nova direcção ao espi-|rito publico, lisongeando-o com as perspecti-|vas brilhantes de empresas grandiosas que sin-|ceramente temos fomentado, e cujos resulta-|dos hão de engrandecer o futuro do nosso paiz. ||

De feito, as nossas experiencias, bem que | ainda fluctuem na esphera das tentativas, pois | que os grandes melhoramentos não se fundem | de um só jacto, deixam-nos as mais gratas es-|peranças de que havemos de colher os fructos | que se nos antolharam. O que se não pode con-|testar é que a calma e a reflexão vão resurgin-|do em todos os animos. As animosidades | acham-se indubitavelmente mais modificadas | e em véspera de acabarem. Os nossos proprios | adversarios, pondo de parte algumas manifes-|tações de ódio pessoal que lá uma ou outra vez | surgem em seus periodicos, revelam sem du-|vida muita tendencia a repudiarem esse genero | de combate, com improprio de cavalleiros | que disputam o futuro; parece mesmo que se | vão envergonhando desses transbordamentos ir-|racionais, que, além de contratarem com a | indole e caracter deste grande povo, são ver-|dadeiros anachronismos. ||

Cumpre, pois, que os estimulemos a abjura-|rem por uma vez essas velhas usanças, e que | os convidemos muito ingenuamente a levar as | questões politicas ao seu campo proprio, ba-|nindo essas insolencias de linguagem, esses | pungimentos de estylo, essas investivas desal-|madas, esse aggredir desapiedado que barbari-|sam a nossa imprensa politica, desvairam as | imaginações do povo, e attacam de frente to-|das as máximas da moral christãa. ||

Nestas vistas aceitamos a collaboração do | jornal que hoje sauda á nova phase de regene-|ração em que temos entrado. É tempo de co-|nhecermos e deplorarmos os erros da nossa in-|fancia politica. A justiça de ambos os pleitos | que se debatem está julgada. É mister que fa-|çamos novas explorações e descobertas, não | nos dominios da vida privada dos individuos, | mas sim no grande campo do progresso huma-|no, e assim emparelharmos com os outros po-|vos que marcham para o seu aperfeiçoamento | moral. ||

Somos pequenos, he verdade; mas nem isso | he vergonha, nem impedirá que as grandes | nações nos respeitem se formos respeitaveis.

(Texto 39)

O Diario de Pernambuco nº 01, p. 2
02 de janeiro de 1857

O DIARIO DE PERNAMBUCO

Recife I de janeiro de 1957

Um anno que começa e outro que acaba são um | assumpto fecundo que o tempo offerrece á medita-|ção geral, uma lição para o futuro das sociedades, | e um motivo de novas esperanças. ||

Talvez que o anno que hontem se sumio no | golphão do passado não seja mais privilegiado do | que outro qualquer nas suas diversas variações de | bem ou mal, porem se delle nos queiramos com | especialidade, he porque o consideramos de mais | perto e nos successos contemporamos. ||

Por outro lado, sempre que começa um anno | novo, imaginamos que será diferente do que pre-|cedeu, e que melhores condições futuras de felici-|dade nos indenisarão das perdas passadas: he | um bello motivo para progredirmos a inspiração | do porvir, e uma ds leis supremas da historia do | genero humano. ||

Em geral, a Europa encerra todo o mundo para | nos, porque a Asia, e a Africa pouco ou quase nenhum | interesse os inspiram. Assim, se dermos balanço | aos acontecimentos mais notaveis que durante o anno | de 1856 tiveram lugar no continente europeu, | veremos que o trabalho de Europa foi o facto culmi-|nante desta época. As primeiros dias deste anno | ainda se passaram sob as palpitações de susto e a-|lgonia que causava o grande conflicto oriental, | ainda os arsenaes de guerra e de marinha da França | e da Inglaterra se occupavam com preparativos | bellicos; e o Baltico era o theatro escolhido para | continuar-se a representação do drama, cujo prolo-|go fora a tomada do colosso moscovita no Mar | Negro: mas a 30 de março o congresso reunido em | Paris proferio o acto que deu a paz a Europa, e | que parece ter resolvido a questão oriental, suspen-|sa ha muitos annos sobre o mundo, como uma | ameaça perpetua. ||

Em consequencia deste acto, he provavel que a. | Turquia ao menos por algum tempo, não tenha | o que tomar a ambição secular da Russia, pois | que o tratado levantou uma barreira, que nehu-|ma potencia poderá transpôr impunemente, assim como a Europa não receita mais nada da politica | tradicional dos czares. ||

Segundo os protestos que fez o filho Nicolao, | parece que não quer herdar as idéas que inspira-|ram os seus predecessores e assignando o instrumen-|to de paz, deve ter abjurando solenemente a tradic-|ção dos seus avós, que foi talvez ainda menos | vencida pelas armas das potencias occidentaes, do | que pelo espirito e tendencias da civilização mo-|derna. ||

As estipulações que se referem á neutralisação | do Mar negro, ao projecto de novas fronteiras en-|tre a Russia e a Turquia e a futura organização | dos principados [ilegível] de maneira que es-|capem para sempre a um protectorado estrangeiro, | são outras tantas garantias que protegerão o impe-|rrio dos suliões contra qualquer aggressão futura, | fortificarão a Turquia e consolidarão o equilibrio | da Europa. ||

A admissão do império ottomano no conceito | europeu, a garantia collectiva das grandes poten-|cias para tudo quanto diz respeito a integridade | do imperio, o seu concurso e compromissos diplo-|maticos sobre todas as questões, que se lhe referem | serão ponto de partida de um novo direito pu-|blico para a Europa e o aniquilamento formal de | qualquer preponderancia exclusiva, de qualquer | ambição pessoal de qualquer politica que se não | ligue completamente aos interesses da Europa e | da civilização. ||

Numa palavra, se o tratado de 30 de março | não comprehendeu as nacionalidades extinctas, nos | seus trinta e quatro artigos se o cadaver da Po-|llonia não recobrou a vida, se Hungria continua | a nutrir-se com as recordações gloriosas dos seus | oito séculos de existencia passada, e a Italia ainda | permanece mutilada, sob o peso cruel de despo-|tismo diferentes, ao menos, considerando sagra-|das as propriedades particulares para os bellige-|rantes, fundando-se a theoria das sociedades civilisa-|das, de que a guerra se deve fazer de estado a estado, e | não de individuo a individuo, riscou do codigo das nações o velho direito maritimo acerca do arma-|mento de corsarios, e [ilegível] a Europa a paz | que gozara por espaço de trints e tantos annos. | Verdade he que foi comprada por um preço mui | elevado, pois que só de cinco potencias occidentaes | custou sete mil milhões de cruzados: mas he pro-|vavel que a sociedade moderna dê um novo passo | e realise uma conquista sobre o futuro. ||

Outro successo importante que teve lugar no | velho continente europeu, foi a revolução operada | na Hespanha a 14 de julho; apenas a guerra do | Oriente se havia terminado, quando uma nova per-|turbação surgio naquelle desgraçado paiz, e o san-|gue correu em Madrid, Saragoça, Barcelona e em | outros muitos lugares. Espartero que o governava | a Hespanha desde julho de 1854, foi derrubado do | poder pelo marechal O'Donnell. ||

Dahi em vante começou a obra da reacção des-|potica, restaurou-se a theoria dos espingardiamen-|tos, resgaram-se as leis liberaes emanadas das cor-|tes constituintes, restituiram-se os bens á rainha | Maria Christine, que eram considerados como uma | depredação feita aos cofres publicos, a final no principio do mez de outubro, Narvaez, causa princi-|pal da revolução de 1854, foi honrado com a | confiança da corôa, organisou um ministero intei-|ramente reaccionario, e procura pôr em pratica as | suas theorias despoticas, restaurando todos os ve-|lhos principios das monarchias gothicas. Pobre | Hespanha! Em menos de trez mezes tem experi-|mentado trez homens prodigiosos e parcos que o | termo das suas dôres ainda se acha

mui longe: os | seus soffrimentos tem uma causa profunda que se | liga a natureza das couzas, as suas insituições po-|líticas, e uma simples mudança de homens não | basta para esconjura-|la. ||

Embora o tratado de 30 de março não estipu-|lasse nada acerca da Italia, com tudo, nos proto-|colos das conferencias, os plenipotenciarios, fran-|ceez, inglez e sardo, profefiram algumas palavras | sobre a sorte desse paiz. Estas palavras anima-|ram o jornalismo da França e da Inglaterra, que | começou a censurar e condenar energicamente o | regimem interno do reino de Napoles e a adminis-|tração a que estão sujeitos os estados pontificios. ||

Por outro lado, sabe-se que a Austria he senho-|ra da mais rica porção da alta Italia, que os tra-|tados de Viena lhe adjudicaram a Lombardia e a | Venecia, e que ella reina ahi despoliticamente | como el- | rei de Napoles nos seus Estados. Assim, | as reformas que se exigem para os estados do Papa | e de el-rei de Napoles devem ser igualmente ap-|plicadas as possessões austriacas. ||

As violencias dos jornais inglezes e as declama-|ções que tiveram lugar nas camaras de Turim a-|cerca da questão italiana, excitaram os animos e en-|contraram echo nas regiões superiores da polítca. ||

Os governos da França e da Inglaterra, embora | não se importassem com a Austria, dirigiram va-|rias notas a Fernando II, aconselhondo-lhe que | adoptasse uma politica mais benigna para os seus | Estados. El-|rei de Napoles repellio as ensinuações | dos gabinetes das [ilegível] de São James protes-|tou contra a intervenção da França e da Inglaterra | no governo interno dos seus Estados, e tratou de | organizar os meios de defesa para se oppor a qual-|quer aggressão estrangeira. ||

A Russia pelo órgão do principe [ilegível] pu-|blicou uma nota, em que manifestava as suas sym-|pathias em favor de Fernando II, allegando que | as duas grandes potencias accidentaes estavam em | uma flagrante contradicção, querendo intervir nos | negocios internos do reino de Nápoles - ellas que ti-|nham sido as mesmas que em 1852 se haviam op-|posto ao czar Nicoláo, sob pretexto de que não po-|dia ingerir-se nas questões domesticas do império ottomano. ||

Entretanto, segundo as ultimas noticias chega-|das da Europa, consta que os embaixadores napo-|litamos, residentes nas cortes de Paris e de Londres, | receberam ultimamente os seus passaportes e se re-|tiraram. Eis situação actual dos negócios na Ita-|lia, e se a Austria, que tem grande interesse não | se tornar medianeira na questão, he provavel que | estas desintelligencias se tornem o santo para uma | conflagração geral na peninsula indica, que se po-|de estender a todo o continente europeu. ||

Como dissemos no principio deste artigo, o tra-|tado de 30 de março foi o facto mais culminante | do anno de 1856. Todos os grandes aconteci-|mentos que tiveram lugar neste periodo, derivam | ou se explicam por via deste successo. A aliança | franco-ingleza cimentada por tanto sangue derra-|mado na Criméa e um dos acontecimentos mais | singulares da primeira metade desse seculo, que | nunca pôde ser realizado um tempo algum, esteve | em vespera de dissolver-se um consequencia da fal-|ta de cumprimento das estipulações do tratado de | Paris; a *entente cordiale* entre Frnaça e a In-|glaterra soffrem um resfriamento momentaneo, mas | parece que as occurrencias que deram causa a este | accidente se arranjarão amigavelmente, e o sobri-|nho do prisioneiro de Santa Helena continuará a ser | amigo da neta de Henrique VIII, para juntos diri-|girem os destinos do mundo. ||

Pondo de parte a inundação que desolou a Fran-|ça, e deixou a mais de 30.00 familias sem abri-|go e sem pão, e as discussões que tiveram lugar | no parlamento inglez contra as tradições e dou-|trinas de governo que já não são da nossa época | mas que ainda dominam no reino unido da Grã-|Bretanha, eis pouco mais ou menos os aconteci-|mentos que assignalaram a Europa durante o an-|no de 1856. ||

Os Estados Unidos continuaram a sua politica | de egoismo e de contradicções, sob os auspicios do *self-governement*, [ilegível] nas dobras espessas da grande felicidade. ||

Uma pequena differença suscitada entre o gover-|no de Washington e o de Londres em consequencia | do alistamento promovido no território da União | pelo encarregado de negocios da Inglaterra, durante | a guerra do Oriente, por algum tempo alterou as | relações dos dous paizes. Ao principio a occuren-|cia foi considerada como um rompimento e um ger-|mem de graves discussões entre os dous Estados; mas; depois de algumas satisfações reciprocas, a diver-|gencia se ajustou diplomaticamente e hoje prose-|guem nas boas relações de amisade. Ultimamente | teve lugar a eleição do presidente da republica, e de | ter corrido o sangue em algumas partes, obteve a | maioria dos sulfragios Mr. Buchanan, candidado do | partido democrata. ||

Se volvermos os olhos para o nosso territorio, | veremos que vamos caminhando a passos largos | para o futuro brilhante que Deos nos destinou, na | sua providencia divina, e que ja vai causando inveja | as nações do velho mundo. ||

As nossas relações externas com a Europa | como com as republicas do continente sul americano e a dos Estados Unidos, se acham nas melhores condições | condições possiveis de paz, e a este respeito todos os textos de estima e consideração da parte dos gover-|nos de algum dos estados visinhos, que salientam | cultivar relações de amisade com nosco. ||

A desintelligencia que o principio do anno passa-|do ainda presenciou entre o Brasil e o Paraguay foi, | resolvida diplomaticamente e a 14 de julho publi-|caram-se tres decretos, promulgando os tratados de | amisade, commercio e navegação entre o Brasil e a Republi-|ca do Paraguay, e a convenção com a Republica do | Paraguay acerca de limites. Este acto foi geralmen-|te applaudido, por que he considerado como um | passo seguro para o restabelecimento e harmonia | das relações de amisade entre o Brasil e aquellas | republicas. ||

A prudencia e habilidade do governo de um la-|do e do outro o bom senso do povo brasileiro e o | seu amor aos dons de civilização, ha permitido que a | ordem publica não tenha sido perturbada durante o | período do oito annos, depois da ascenção da poli-|tica que dirige os negocios internos do paiz. Posto | que a morte prematura do Marques do Paraná fos-|se uma grande perda para a nação, com[]rida esta | politica não soffreu alteração nas suas bases essencia-|les - nem ao menos uma mudança no pessoal | do gabinete de que era presidente o Illustre mar-|quez. ||

A epidemia que desolou todo o paiz, e roubou | milhares de braços á agricultura, não interropeu | a nossa prosperidade. ||

Pede a justiça que confessemos, como um tributo | á verdade, que por esta occasião o governo imperi-|al e os presidentes nas provincias, deram as pro-|vas mais evidentes do seu amor e solitude em fa-|vor das classes desvalidas da

sociedade. Os co-|fres publicos foram abertos e prodigalisados com os | infelizes privados dos meios de subsistência, e em | todos os pontos se organisaram serviços medicos | para os socorrer. Foi tal a dedicação do governo | e de muitos participantes, que a este respeito não ti-|vemos de invejar a civilização europea. ||

Durante o anno que se findou o Brasil gozou | de um credito singular em todas as praças da Eu-|ropa; ao passo que todos os fundos publicos, bai-|xaram nas bolças de Londres e de Paris, os brazi-|leiros, depois dos inglezes, eram os que tinham | maior credito, e se procuravam com prefe-|rencia. ||

Em consequencia da situação pacifica e florescente | em que se acha o paiz, o commercio de importação | augmentou com as precisões de uma população | crescente: as rendas publicas duplicaram: a rique-|za material se desenvolveu e cresceu: a associação dos capitaes, essa forma mais potente que o vapor | creou, multiplicou, e organisou emprezas de todo | o genero; e a corrente da emigração estrangeira | começou a dirigir-se expontaneamente para o nosso | territorio. Todos os dias chegaram navios car-|regados de colonos, já atrahidos pelo proprio go-|verno, já convidados pelas promessas dos particu-|lares.||

Tudo entre nós tende para uma prosperidade | invejvel. A nossa marinha de guerra, que já |contra quarenta e dous vasos, he a primeira de toda | a America do Sul, e a de cabotagem tornou inces-|santemente proporções grandiosas. A estatística | dos crimes diminuiu consideravelmente. O ex-|ercito recebeu muitas modificações, e todas as re-|partições publicas soffreram grandes reformas no | seu pessoal! e econmia. Os melhoramentos mo-|raes e matriaes que hoje constituem a grande pre-|ocupação universal do seculo, tambem não ficaram | esquecidos. ||

A segurança da vida e da propriedade do cidadão, | e o respeito as leis se vão tornando uma realidade, | graças á energia com que os delegados do governo | imperial nas provincias tem perseguido os crimino-|sos e feito sentir a sua acção justiceira as autoridades, cuja convivencia e tibieza concorriam para | a impunidade. ||

O anno que se findou vio encerrar-se-se a legislatu-|ra que tinha começado em 1852. a ultima ses-|são das camaras foi mui pallida. Não appareceu | iniciação alguma digna da atenção: os quatro | mezes do costume apenas foram consagrados a algumas questões de interesse secundário e a discus-|são das leis do orçamento e de fixação de forças. ||

A 2 de novembro fez-se em todo o imperio, a primeira experiencia do novo systema eleitoral, e a 2 de dezembro elegeram-se os deputados para le-|gislatura, que deve encetar os seus trabalhos em | maio do anno que hoje começa. Se o novo | processo não deu todos os resultados, que se aguar-|davam, se em todas as parte, a eleição não foi | uma completa realidade, ao mesmo desapareceram muitos abusos e escandalos, que eram tão communs | em todos tempos. Entretanto, fôra conveniente | que as condições de elegibilidade fossem alteradas | na eleição primeira, de sorte que o votante offereça | mais garantias de independência. He certo que todos | os membros de qualquer communhão civil tem direito | a concorrer para formação do governo do paiz, mas em quanto todos não tiverem consciencia deste | direito, e o não souberem apreciar devidamente | a razão e justiça aconselhão que se façam algumas | excepções no exercicio deste direito em bem da pro-|pria communhão civil, afim de evitar-se a anarchia| e a desordem.||

Agora digamos algumas palavras a ceca desta | porção do solo da Santa Cruz onde a providencia | permittio que nascessemos. As florescencias de um | risonho futuo indicam que Pernmabuco está desti-|nado a uma prosperidade admiravel, e que dentro | em pouco poderá representar um magnifico papel | no concerto das outras provincias do impe-|rio, especialmente se tiver a fortuna de conser-|var por alguns annos uma administração similhan-|te a do muito digno e illustrado administrador que | actualmente dirige os seus negocios, e se mantiver os habitos de paz e socego que desfruct ha mui-|tos annos. ||

Nas esferas ordinarias da actividade, esta provincia realisou alguns melhoramentos e encetou | outros no bissexto findo que devem accellar a sua | grandeza futura. ||

O Gymnasio provincial começou a funcionar | sob os cuidados e desvellos de um homem pratico | e dedicado que tem em seu favor a confiança una-|nime da provincia. Embora a epidemia não per-|mitisse que os trabalhos comessem no tempo con-|veniente, com todo o estabelecimento foi frequen-|tado por um numero consideravel de intermos ex-|ternos, tanto desta como de outras provincias do | sul e do norte do imperio: e tudo indica que a | instituição he destinada a um brilhante porvir. ||

A companhia Pernambucana continuou a suas | operações que tinham sido interrompidas pelo si-|nistro do *Marquez de Olinda*. Recebeu de Lon-|dres o *Iguarassu*, que ja tem feito duas viagens | redondas, e espera todos os dias outro vapor o *Per-|senunga* para poder estabelecer a regularidade das | que se [ilegível] deste importante melhoramento. | A companhia de vapor de roboque tambem inau-|gurou as suas operações, e o commercio está mui | satisfeito com este passo dado na carreira do por-|gresso. O Patent-|slip, esta medida de [ilegível] alcance | elevado, em breve dará a somma de bens que delle | se esperam. ||

Com a proclamação da paz a 30 de março or-|ganisou-se em Londres a companhia que se encar-|regou da construção da nossa estrada de ferro; | passaram-se todas as acções, começaram-se os tra-|balhos da primeira secção, que já se acha bas-|tante adiantada, e o conselho de direcção espera a-|bri-la ao tranzito publico até o mez de junho vin-|douro. ||

A alfandega augmentou as suas rendas n'uma | proporção magnifica, o espirito de associação te-|ve grande desinvolvimento: na esfera da segu-|rança individual e de propriedade não apparece-|ram as violações, que outras epochas eram tão | frequentes, e depunham horrivelmente contra a nos-|sa civilisação. Se o anno de 1856 não foi com-|pletamente satisfatorio para nós, nem por isso foi | um dos mais infelizes que contem os nossos an-|naes.

(texto 40)

Diario de Pernambuco-PE nº 19, p. 1
24 de janeiro de 1857

Diario de Pernambuco

Continuamos hoje a estatística dos insultos e das | pessoas insultadas pelo *Liberal Pernambucano*, des-|de as eleições de setembro. He a terceira relação | que publicamos. ||

A primeira no *Diario* de 14 do corrente, compre-hendendo os dias de 11 de setembro até 30 de outubro apresentou 82 pessoas insultadas por seus nomes. A segunda publicada no *Diario* de 17 apresentou 91 pessoas insultadas. A terceira relação que agora damos apresenta 57, e chega até o dia 31 de dezembro. ||

O numero pois das pessoas insultadas por seus proprios nomes, ou por allusões claras sobe de 210 no periodo que vai de 11 de setembro até 31 de dezembro, isto em 111 dias consecutivos compreendidos domingos e dias santos, e em 92 numeros que tantos foram publicados naquelle espaço de tempo. ||

Nossos leitores devem ter sempre em vista que nessas 230 pessoas não se comprehendem os que são insultados em massa pela corporação, repartição publica, familia, ou partido político a que pertença, menos ainda as grandes classificações de castas, como a dos pretos e pardos tratados com soberano desprezo pelos homens brancos do *Liberal*. Também nestes extratos não comprehendemos os insultos, e injurias em artigos ou communicados assignados por particulares contra outros particulares ou autoridades quer da cidade, quer das comarcas de fora, nem as perguntas insultantes em que tanto tem abundado o *Liberal*. ||

Sabemos muito bem que esta demonstração mathematica e irrefutavel de que o *Liberal* tem sido uma provocação constante á paciencia do povo Pernambucano, não obstara que aquellos sapientíssimos e profundissimos escriptores, continuem a afirmar que elles são os mantenedores únicos da moralidade da imprensa. Também não he para os convencermos, ou arrancarmos uma confissão que nós escrevemos, he para que o povo o julgue. ||

Relação das pessoas diariamente insultadas, e dos epithetos injuriosos para isto empregados pelo *Liberal Pernambucano*, depois da eleição de setembro.

Dia 11 de dezembro – Foram insultadas 3 pessoas pelos seus próprios nomes e uma por allusão, os epithetos injuriosos mais usados foram de convarde, indigno, cão hydrophobico, charlatão miserável, mão leprosa, baixo instrumento, vil escravo, energume-no, bebado, intrigante, insolente, o lugar do negro he na cosinha, ou no topo da escada, vendido, roubador do estado, carrasco. Foram igualmente injuriados os membros do partido conservador com os epithetos de aventureiros, desordeiros, fraudulentos, sicarios, bandidos, espoletas, escravos. ||

Continuaram os ápodos e sarcasmos ao *Excelentíssimo* Presidente da provincia. (...)

Dia 15 – Foram insultadas duas pessoas nomeadamente: os epithetos foram: criminoso no trafico de africanos, energumeno, detractor, cão hydrophobico, perverso, baixo e vil, mentiroso, miseravel, desleal como um [ilegível] charlatão perverso, filho do espirito das trevas. Foi minoseado o *Excelentíssimo* presidente da provincia com os epithetos de deslavado, tem perdido os sentimentos de pudor etc. etc. ||

Dia 16 – Foram insultados por allusões conhecidas 8 pessoas e mais uma por seu próprio nome; os epithetos foram os do dia 13, atheus republicanos etc., etc., e mais mentirosos, especulador, homem incapaz de corar, um escarro não pode apparecer nas paredes de uma cosinha, faz allusão a cor da pessoa insultada, miserável, espoleta traficante. Nesse dia foram também insultados os membros das familias Cavalcanti e Rego Barros. Continua a chover insultos a pessoa do presidente da provincia. ||

Dia 17 – Nesse dia foi horriavelmente injuriado e calumniado o presidente da provincia com nojentos epithetos. Foram também insultadas 2 pessoas nomeadamente, e por allusões conhecidas, sete: os epithetos foram contrabandista, chefe de aventureiros, carácter baixo, indigno instrumento de rancorosos inimigos, miseravel degradado, abdicou todo o sentimento de brio, desertor. Prodigalisaram-se aos membros do partido conservador e ao corpo eleitoral do Recife os epithetos de sicarios, servil e baixa ralé, canalha sem lei nem fé, conspiradores, perseguidores da honra, inimigos da virtude e proibida-de, assassinos, miseraveis, beberões, ganhadores, traficantes, peraltas, gatunantes. ||

Dia 18 – Nesse dia em um nauzeabundo artigo, em que se intriga infamemente a redacção deste *Diario* com o consul francez, foi injuriada por allusões uma pessoa, com os epithetos de ralado de ódio e inveja contra a sociedade que o despreza, hydro-venenosa, etc., etc. Foram ridicularizados os eleitores de Olinda e Igarassu, e alguns candidatos a deputação geral. ||

Dia 20 – Foram insultados os principaes membros da familia Cavalcanti, aos quaes se denomina de contrabandistas de africanos, etc., etc. Neste dia foi injuriado um membro da assemblea geral, occupando-se a redacção do *Liberal* com a sua vida privada, seu nascimento ou descendência; cobriam-no de baldões, e improperios, os epithetos foram os de creado de servir, intrigante, prevaricador, conquistador de raparigas, africanista, criminoso que devia fazer em uma prisão etc., etc. ||

De volta com esta pessoa foi doestado o presidente da provincia.

Dia 22 – Foram insultados nomeadamente duas pessoas com os epithetos de contrabandista de africanos, e passador de sedulas falsas. Continuaram os doestos a *Sua Excelência*.

Dia 23 – Foi nomeadamente insultada uma pessoa, e por allusões e appellidos ou alcunhas conhecidas cinco: os epithetos mais usados foram instrumentos de vinganças baixas e torpes, infame, mal ganha reputação, tranquiernista, fraudulentos, fraudistas, desordeiros, vis ganhadores, chefe de contrabandistas, socios de africanistas, descarado traficante, escravo, bestunto, barão, eleitores comprados, torpes sevandijas, venaes, prevaricadores, trahidores, bebados. Nesse choveram insultos e improperios a pessoa de *Sua Excelência* o presidente da provincia, e ao partido conservador. ||

Dia 26 – Foi insultada nomeadamente uma pessoa com os epithetos de pirata, cínico esfarrapado, torpe corruptor, reo confesso ao crime de pirataria, criminosos de redução de homens livres a escravidão, o maior dos calabares, caracter baixo, vil e corrompido, traficante, que por dinheiro he capaz de todas as infamias, infame, sevandija, ingrato, lambe prantos. ||

Em uma versalhada foram insultados os membros do partido conservador, e com elles *Sua Excelência* o presidente da provincia: os epithetos foram corrompida caterva de jumentos, baianno pelor que Locuflo corruptos cavalgadores, vil servidor, besta maldita, fingido, fallaz, perverso, traidor, tyranno, lobo as-gaz, cadino e voraz. ||

Dia 27 – Nesse dia occupou-se o *Liberal* com a vida publica e particular de um Ministro de estado, e cobrio-o de baldões, e insultos, denominou-o consertantemente de baixo instrumento, escravo, improbo, catavento, etc. etc. ||

Dia 29 – Foram insultadas por allusões conhecidas dez pessoas, os epithetos foram: atheos, republicanos, communistas, introductores de sedulas falsas, contrabandistas de africanos, falsificadores de firmas, prevaricadores

expellidos de repartições publicas, in-|trigantes, apostalos, e assassinos. Nesse dia, mais | do que nunca, choveram os mais asquerosos insultos | a pessoa do presidente da provincia.

Dia 31 – Nesse dia fez o *Liberal* um resumo de | descomposturas, e nellas envolvem o ministério, o | presidente desta provincia, os membros da assem-|blea geral, a familia Cavalcanti e o partido gua-|biru.

(texto 41)

Diario de Pernambuco-PE nº 26, p.2-3
01 de fevereiro de 1860

Diario de Pernambuco
Clama,ne cesse

Quando o escriptor publico suscita uma dis-|cussão sobre pontos improtantes ainda que não | tenha a fortuna de acertar em seu parecer, tem | sempre o merito de despertar a opinião publica, | fixando-a n'um scopo transcendente; e a verdade e utilidade que d'ahi resultarem, se não são | filhas suas, pelo menos lhe devem o primeiro sopro de vida. ||

Com este fim, ou com o generoso intuito de | chamar a attenção dos supremos poderes do paiz | sobre o que se passa na nossa diocese, manifes-|tamos no nosso primeiro artigo o desgosto pro-|fundo que nos tem produzido a maneira tibia, | irregular, e ante-canonica, porque vai sendo regido [[regido]] um dos bispados mais importantes | do imperio. ||

Despidos de toda a indisposição pessoal para | com o digno prelado, a quem sempre venera-|mos, e cujos serviços d'outr'ora sempre registra-|mos com prazer, commetemos o trabalho de re-|produzir em nossas columnas as murmurações, | e acerrimas censuras que ahi rompem de todas as boccas contra o mão systema da nossa admi-|nistração espiritual. E não permitindo a gravi-|dade desta discussão que desçamos á especifica-|ção particularisada de anedotas pouco decoro-|sas, que a cada canto repetem contra indivi-|duos que fazem parte do *consistorio* episcopal, nos ocuparemos hoje da apreciação de um facto, que mais clamores tem excitado, e que no nosso | entender importa uma violação flagrante dos ca-|nones do Concilio de Trento, e das leis que re-|gulam as attribuições dos dous poderes no esta-|belecimento de officios e beneficios eclesias-|ticos. ||

Este facto não é nada menos que a retardação | indefinida e calculada, que tem havido em pôr-|se á concurso as igrejas vagas do bispado – dis-|posição canonica que ha quasi tres annos se não | executa entre nós, com reconhecido detrimento | do bem espiritual dos povos, dos interesses da | parte do clero que quer dedicar-se a vida paro-|chial, e com infracção das regras da igreja a | quebra dos direitos dos Supremo Padroeiro, que devendo collaborar na distribuição dos beneficios | eclesiaticos, acha-se privado de sua de sua ju-|risdição *quasi espiritual*, na phrase dos cononis-|tas só porque assim o quer a curia espicopal! ||

Inquirindo o motivo desse acotecimento, tão novo na nossa diocese, houve quem nos assegu-|rasse com perfeito conhecimento de causa, que a | curia resolveu em sua sabedoria e conselhos, que não se celebrariam concursos do bispado em quanto não fosse decidida uma questão, que | suscitou-se ha tempos entre ella e o governo | imperial, a proposito da apresentação do paro-|cho da freguezia de Nazareth! ||

Pondo de lado essa questão, da qual natural-|mente termos de fallar, se nos forem administra-|dos os pormenores que se deram, pergutaremos, | se esse motivo inteiramente especial, e que ape-|nas respeita aos interesses de uma parochia, po-|de autorisar o quebrantamento de um ponto es-|sencial da disciplina da igreja? ||

Ignora o *synedrio* episcopal o quanto é expli-|cito, e terminante o Concilio Tridentino a res-|peito do provimento das igrejas vagas e não | se recorda ou não sabe do que elle estatua no cap. | 18 da sessão 24 de reformatione? Se se esque-|ceu, como cremos, nós lhe despertaremos a me-|moria. “O bispo, e o que tem direito do pa-|droado, diz o santo Synodo, dentro de dez dias | ou d'outro prazo que o bispo prescrever, nomeará alguns clerigos idoneos, que hão de ser exa-|minados para regerem a igreja, etc. *Episcopus, et qui jus patronatus Haber, intra decem dies Del aliud tempus ab episcopo praseribindum, idôneos aliquot clericos ad regendum: ecclesiam, etc.*

Vê, pois, a curia que o Concilio ligou tanto, a | maior importância ao provimento das igrejas, | que a sua primeira palavra foi marear o prazo | de dez dias; e quando elle marcando este prazo | accrescenta – ou outro que o bispo prescrever - | fica entendido que a sua mente é, que esse prazo | não seja tal, que exceda o quadruplo dos dez dias, cuja designação patenteia a urgencia com | que elle quer e determina que as igrejas vagas | sejam providas. Dar outra interpretação con-|traria a esta, é falsear todas as regras da herme-|neutica; é não comprehender o espirito e sentido | que dominam as disposições do citado capitulo. ||

A curia dirá que não há tempo marcado para | o bispo fazer os concursos e as propostas: mas | nós lhe responderemos que há o prazo de seis | mezes marcado pela lei commum, *alem do qual não devem estas vagas as igrejas*, conforme se | exprime o *Senhor* conde de Irajá no seu direito ec-|clesiastico.

Nesta mesma obra tratando elle das preroga-|tivas que cabem ao patrono ecclesiastico, e ao | patrono leigo, declara, que o primeiro, por di-|reito commum, tem o prazo de seis mezes para | fazer a apresentação do candidato, e o segundo | quatro mezes; mas conclue dizendo, que estas | disposições são applicaveis ao padroado em ge-|ral, e que não comprehendem o padroado espe-|cial da Corôa Brasileira, que é regido por outras | leis; pois que o soberano padroeiro *não está sujeito* na sua apresentação aos prazos indica-|dos. Logo, privado do direito de apresentar os | parochos, que pela nossa actual disciplina sup-|põe a proposta do bispo, é atacar as suas prero-|gativas, e elle pode soberanamente dizer: “Não | fazei pagar as cõngruas aos vossos parochos instituídos sem a minha intervenção”. ||

Reflecta, portanto, a curia nas difficuldades | de que se vai cercando, e nas serias consequen-|cias que esse seu acto de verdadeiro capricho, e | de visível arbitrio pode trazer á diocese. Alem | das tempestuosas lutas que elle pode provocar, | e da infracção que ahi vai do direito canonico, ha muito que attender ao bem espiritual dos | povos, que reclamam pastores legítimos e perpetuos, que muito differem de parochos encom-|mendados, no zelo, amor e dedicação pelo seu | rebanho, como o demonstraremos em outro ar-|tigo.

(texto 42)
Diario de Pernambuco nº 31, p.2
08 de fevereiro de 1860

DIARIO DE PERNAMBUCO

Clama ne cesses

Tendo nós demonstrado, de moda a não deixar | duvida, no nosso ultimo artigo, que a retardação | indefinida dos concursos synodales constitue uma | violação flagrante da disciplina canonica e ao | mesmo tempo a nullificação mais acintosa dos | direitos e prerogativas do Supremo Padroeiro, | que indubitavelmente deve intervir como Poder | Soberano na distribuição dos beneficios ecclesias-|ticos: passaremos a demonstrar também, que | essa nova theoria adóptada pela curia episcopal | e evidentemente attentatoria da inamovibilidade | dos parochos, que são de sua natureza *perpetuoss*, | segundo o disposto nos sagrados canones. ||

Em favor e sustentação do principio da *inamo-|viabilidade* legislaram sempre todos os concilios | geraes, desde que a instituição dos parochos en-|trou como artigo de disciplina, e de regimen pra-|tico nos estatutos da igreja; o primeiro concilio | que estatuiu as condições de *perpetuidade* dos | presbyteros, que fossem addictos ao serviço d|alguma igreja, foi o de Nicéa, celebrado no anno | de 824, ordenando que se expungisse por todos | os modos o costume, que se havia introduzido | em algumas partes contra os cânones – *praeter regulam*, de ser o bispo, o presbytero ou o dia-|como transferidos de uma cidade para outra. ||

O quarto concilio geral de Calcedonia adoptou | a ordenança de Nicéa, prohibindo formalmente | que os sacerdotes, uma vez constituidos em uma | igreja, transmigrassem de cidade em cidade. E o | de Antiochia, reunido em 211 impoz a pena de | deposição ao presbytero que, movido de interes-|se ou da ganancia desertasse de sua propria | igreja, para ligar-se á outra. *Qui propriam de-/serens parochiam, ad alteram properavit.* ||

Nos seculos posteriores, especialmente depois | da constituiçãoi dos beneficios ecclesiasticos, a *inamovibilidade* dos parochos continuou a ser sustentada pelos canones. O concilio de Trento, | conformando-se com todas as decisões dos con-|cilios geraes, e provinciaes, ordenou em varios | artigos que os clerigos fossem ligados *perpetua-|mente* as suas igrejas, e que só por *circunstan-|cias imperiosas* fossem dellas tirados. ||

A practia actual consagra todos estes princi-|pios: pois que, segundo ella, nenhum beneficia-|do, nenhum parochó é destituido, se não por cer-|tos e determinados crimes, mediante um proces-|so ordinário. Tudo isto, pois, convence e persua-|de de que a *perpetuidade* está no character e na | indole da instituição dos parochos. Esta *perpetui-|dade* supõe [a collação], a collação e idoneidade, a | supõe finalmente idoneidade e exhibição de titulos | de *sufficiencia*: o que se não pode verificar, se não | pelo preenchimento da disciplina actual, que | prescreve os *concursos synodales*. Logo a omissão | deste preceito tão determinativamente imposto | pelo concilio – Tridentino, torna irregular e anti-|canonico o estado daquellas igrejas, cujos paro-|chos são amoviveis pelo bispo *ad mutum*, como | actualmente se está praticando neste bispado! O | ministro da justiça baixa um aviso determinan-|do que nenhum parochó collado seja encommen-|dado em alguma igreja, sem primeiro resignar a | sua parochia. A curia episcopal, saltando por | cima de todos os canones, facilita immediatamen-|te essa transmigração e ei-la encomendando | em outras igrejas parochos, que, sem passarem | pelo processo canonico, rompem todos os laços | que o ligavam perpetuamente ao seu rebanho, e | o abandonam aos lobos! Pois isto não importa a | remoção do parochó? Pois o bispo pode remo-|ver um parochó, sô porque uma lei civil o or-|dena? Quem tiver uma pequena lição das | leis da igreja ignora, que o bispo não pode dar | esse passo, sem permissão da Santa-Sé, unica | que pode dispensar os canones que estabelecem | a inamovibilidade dos parochos? ||

Ha um facto mui notável, e que na especiali-|dade que nos occupa, nos pode servir de aresto | Este facto teve lugar em 1815. o bispo de [ilegível] | para poder cumprir um dos artigos da concorda-|ta de 1891, que autorisava a remoção dos paro-|chos recorreu a Santa-Sé, rogando-lhe permissão | para isso, allegando na sua rogativa, que os bis-|pos poucas vezes costumavam, e sem com | toda prudencia, usar da autoridade de transfe-|rir os parochos, em atenção á *estabilidade* do | ministério sagrado; respondeu a Sé Apostolica, que annua as supplicas do bispo, mas que essa | concessão era *ad tempus, condicionalmente, e | para certas e determinadas igrejas (as succur-|sales.)* ||

Trouxemos este facto; para corroborar a impor-|tancia que a igreja siga a fixidez dos parochos em | suas freguezias; fixides, que se não pode dar, | senão por meio da collação. É por isto que os | canonistas, quando desenvolvem o sentido moral | da parochia, dizem: *é uma instituição de sacer-|dotes fixos em diversos districtos da diocese.* Quan-|do se diz parochia se sub-intende o consoreio | espiritual, perpetuamente effectuado entre o pa-|rocho e suas ovelhas. Toda a interinidade no | exercicio destas funções é condemnada pela lei | da sua instituição: é manifestamente contraria | aos interesses dos povos.||

Os parochos amovíveis, dizem alguns, esfor-|çam-se por bem servir as suas igrejas, porque re-|ceiam que sejam postos fóra do beneficio; entre-|tanto que assim não o fazem os perpetuos, por-|que contam com a inamovibilidade: A esta ob-|jecção opporemos as opiniões doos dous bispos | mais sabios do Brasil: quem não conhece, diz o | *Senhor* arcebispo da Bahia, a summa differença que | com mui raras excepções copstuma haver entre | o proprio pastor, que olha, e que ama como pro-|prias as ovelhas, e o assalariado, ou mercenario, | que na phrase do evangelho não pode ter por | ellas o mesmo interesse, attendendo unicamente | aos lucros, e proveitos resultantes de sua tempo-|raria administração? Quem não vê que os povos | ordinariamente tem menos respeito, e confiança | em um parochó encomendado, do que no seu | legitimo pastor, que elles sabem ser obrigado a | vigiar perpetuamente sobre suas acções, e assis-|tir-lhes com todo os soccorros , que exigir o seu bem espiritual? Ninguem por certo era mais | digno de fazer ás vezes de Moyzes no governo | do povo de deos, do que o summo sacerdote | Aram: mas notam os Santos Padres, que apenas Moyzes retirou-se ao monte, a condescendencia | de seu irmão fez cahir o povo na mais funesta | idolatria! ||

“Há mais motivos, diz o *senhor* bispo monte, para | que o parochio collado sirva melhor a sua igreja, | do que o encomendado. Sim, o parochio colla-|do tem tempo de adquirir experiencia, de conhe-|cer as suas ovelhas, e saber das suas necessida-|des, para satisfaze-las da maneira mais propria-|da: e como tem de estar sempre no meio dellas- | sem que jamais possa deixa-las, tratará de attra-|hi-las a si, de contenta-las, e de zelar tudo o | que pertence a sua igreja: porque enfim zela | o que é proprio; e nada disto há de fazer pela | natureza das causas o parochio encomendado, | que somente se demora por algum tempo em uma | igreja, sem nenhuma esperança ou certeza d’ahi | permanecer. Não procura por isso conhecimen-|tos, e affeições; e, em uma palavra, exerce um | precario.” ||

Mas o que vale o testemunho destas duas gran-|des autoridades em presença do consistorio epis-|copal de Pernambuco, onde, não o direito, mas | o capricho, domina e prepondera? Que importa | que o concilio Tridentino, que as prerrogativas | do summo padroeiro exijam que as igrejas sejam | providas regularmente, dentro do tempo, canonico, | se os governadores da nossa diocese atopelam-se | com o concilio, e com o cheque da nação, o pro-|tector dos canones, e supremo mantenedor de | culto? Não ha de haver concurso, dizem elles, | em, quanto não for decidida a questão de Naza-|reth, em cuja parochia queremos que seja colla-|do o padre tal, e não o padre qual que o impe-|rador apresentou, ainda mesmo que este padre | seja idoneo, ainda mesmo que o soberano pa-|droeiro usasse de suas legitimas attribuições, a-|presentando-o! ||

Se a coroa imperial apresentasse em uma igre-|lja um padre, que não houvesse passado pelos | tramites canonicos, e que de mais a mais fosse | incapaz de exercer o ministerio pastoral, o *Senhor* | bispo estava em seu direito se lhe recusasse a | instituição, e nesse caso nós estaríamos na de-|fensiva das prerrogativas episcopaes. Mas o caso | que se dá é mui diverso. O sacerdote proposto | para Nazareth havia sido examinado, e aprovado | em concurso; *Sua Excelência Reverendíssima*, o considerou ido-|neo para as funções parochiaes e como tal o | submettem á escolha do soberano padroeiro. Este | em virtude dos amplissimos privilegios de que | goza na apresentação dos beneficios, mandou que | o sacerdote, considerado apto pelo bispo, fosse | collado na igreja de Nazareth, que de preferencia | foi por elle assignada em concurso: como, pois, | a não ser o desejo intenso de travar um conflicto | desesperado, inoportuno, resiste a curia em | sancionar o acto do imperador? ||

Mal haja quem aconselhou passo tão impru-|dente!

(texto 43)

Diario de Pernambuco nº 128, p.1
06 de junho de 1864

DIARIO DE PERNAMBUCO

Estamos habituados e erguer a nossa voz em | prol das grandes medidas do paiz e principalmen-|te quando o resultado d’essas medidas reflecte so-|bre o progresso desta provincia. ||

Não podemos, pois, conservarmos silenciosos em | presença de grande questão industrial que actual-|mente se agita no sul do império, e á qual se pren-|dem as cadeias do nosso commercial politico e moral. ||

Referimo-nos ao projeto que actualmente se dis-|cute, com um decidido patriotismo, na camara | dos senhores deputados sobre a decretação de uma | rede de estradas de ferro no imperio. ||

Quando vemos a methamorphose porque passam | os paizes novos pelo desenvolvimento que recebem | os seus meios de transporte, quando sentimos o | effeito prodigioso que em toda ordem de progresso | experimentam aquelles pela facil transmissão dos | seus productos, não podemos deixar de ligar a | maior importância á medida em questão. ||

A’s estradas de ferro, o mais poderoso ramo da | industria dos transportes, se prendem os interesses | commerciaes, politicos e moraes de qualquer paiz. Esta verdade, hoje reconhecida universalmente, | tem sido a grande cadeia com que o progresso vai | arrastando por toda a superfície do globo essas po-|derosas vias de communicacão. Hoje se aquilata | a força industrial de uma nação segundo o numero | de vias férreas que se irrândiam pelo seu territo-|rio; assim é que a Inglaterra os Estados Unidos, a França e a Bélgica hão atingido ao grão de pros-|peridade, que todos admiramos pelo grande impul-|so que todos os recebem as suas linhas. ||

O Brasil, ainda que se ache na infancia da sua | vida industrial, experimenta cada dia os beneficios | resultados d’esse prodigiosos invento da mechanica. | As linhas ferraes actualmente decretadas e em | serviço de transporte transformam as florestas do imperio em povoados que parecem surgir da noite | para o dia, e concorrem para a solução do grande | problema industrial – baratear os productos com o | augmento de lucro para o productur. ||

Para felicidade do paiz, para gloria dos seus fi-|lhos, a questão dos melhoramentos materiaes en-|tre nós nunca desceu á um arma de partido; considerada pensamento nacional, n’ella se teem | emprehado os grandes homens de todos os credos | politicos, que voz brandam –caminheiros, | abram-se as estradas, contruaram-se os caminhos de | ferro. Estas que assim procedem teem diante de | si o exemplo da França onde o atraso de cinco | annos na decretação da sua rede de caminhos de | ferro, trouxe por muito tempo o paiz na re-|taguarda do progresso industrial do seculo, e aqui-|latam devidamente que cada anno de demora para | o Brasil na realisacão desse grande melhoramento | seria um embaraço de mais que no futuro teria o paiz de vencer. ||

Ha mais de dez annos que se iniciou entre nós | a idéa da construcão ou ao menos do traçado de | uma rêde de caminhos de ferro, e os primeiros | passos se deram com a decretação das linhas de *Dom Pedro II, São Paulo, Bahia e Pernambuco*. Estas | linhas foram o sonho dos grandes homens que de | coração se empenham no progresso industrial do | paiz. ||

Não ha muito que uma intelligencia brilhante | dizia tambem na imprensa: “seria grande | meio de regularisar as concessões de estradas de | ferro e tornar mais provietosos os auxilios do es-|tado, definir desde já as grandes linhas que um | dia devem compôr nossa rêde, e recusar com | firmeza os auxilios do thesouro a todas aquellas | que não reunirem estas duas recommendações, | 1.ª ter em si mesma elementos de prosperidade, 2.ª entroncar-se facilmente em alguma das gran-|des linhas, fazendo parte do plano geral”. ||

Hoje levantam-se os poderes do estado para | realizar este grandioso pensamento, todas essas as-|pirações, e as grandes linhas vão ser estudadas e | traçadas. Entretanto qualquer que seja o pensa-|mento do governo em materia de tanta transcen-|dencia, elle não pode affasr-se magestoso fim | que determinou as linhas já começadas. Não se | acredite que a decretação dessas linhas não se li-|gasse um pensamento elevando, que agora se pa-|tenteia em toda a sua luz. A estrada de ferro de | *Dom Pedro II*, a mais admiravel construção da Amé-|rica do sul, com os seus ramaes; as estradas da | Bahia e de Pernambuco, todas tendem a um gran-|de fim - ligar a côrte as provincias de 1.^a ordem. | Estas linhas não podem deixar de ser considera-|das principaes na futura rêde de caminhos de | ferro. ||

A grande missão que lhe está reservada cons-|titue por si os elementos para que sejam ellas | troncos d'onde partidão os ramos que tem de ali-|mentar os centros populosos que d'elles se affas-|tarem.||

As tres linhas decretadas e em via de execução | dirigem-se a um só ponto, que lhes servirá de cha-|ve de união. Effectivamente a comunicação do | immenso valle do rio *São Francisco* com o lito-|ral foi o grande auxiliar que se nos offereceu para | a realização d'aquelle desideratum. ||

A importancia do rio de *São Francisco*, aos seus | immensos recursos se deve a direção d'aquellas | linhas. O *São Francisco* banha a provincia de Mi-|nas em mais de 100 leguas, atravessa a Bahia e | Pernambuco, divide Alagoas e Sergipe; tem por | si e pelos seus afluentes uma navegação livre | acima das cachoeiras em uma extensão superior á | 400 leguas, sem comunicação com o oceano. | Todos os interesses, pois, da estrada de ferro de *Dom* | *Pedro II* com os seus ramaes se ligam aos das estradas do norte. ||

D'esta arte se vê que um só pensamento deve | guair a realização d'aquellas grandes linhas que | aos interesses de uma, já pela importancia de to-|das, já pelo peso que na balança politica do im-|perio exercem de per si, não devem preferir nem | ferir os de suas imrãs. ||

Vejamos se o projeto da camara dos *Senhores* depu-|tados preenche este fim.

(Texto 44)

Diario de Pernambuco nº 133, p.1

11 de junho de 1864

DIARIO DE PERNAMBUCO

III

Procurando descobrir os fundamentos de uma | preferencia em favor da estrada de ferro de *Dom Pe-|dro II*, para que as suas obras prosigam desde já, | nós só poderíamos encontra-los no exame das di-|versas questões que enunciamos no nosso prece-|dente artigo. ||

Digamos algumas palavras sobre cada uma dellas, | e comparemos os seus resultados com os que nos | poderiam dar tambem as estradas do norte. ||

Poder-se-ha dizer que é preferivel o prologa-|mento da estrada de ferro do sul até as cabeceiras | do *São Francisco*, com o sacrificio das linhas do nor-|te? Acreditamos que não. ||

Qualquer que seja a importancia da grandiosa | empresa de *Dom Pedro II*, jamais poderia ella preen-|cher a sua missão sem que estenda um dos seus | braços ás linhas do norte, e que estas se internem | pelas provincias, para, por meio da navegação do | *São Francisco*, ligarem-se aquelle poderoso tronco: | ahi está o fim comum da união, a necessidade de | que prosigam igualmente as tres linhas. ||

Cada uma destas tem por sua parte interesses | secundarios e locaes que convém tambem satis-|fazer. ||

Se a estrada de *Dom Pedro II*, partindo da côrte do | imperio, centro do grande mercado brasileiro, es-|tende os seus carris pelo interior das ricas provin-|cias do Rio de Janeiro e Minas, desenvolvendo a | cultura dos seus immensos productos agricolas, | o augmento da riqueza mineral, animando o trabalho, | plantando a actividade em todos os ramos da in-|dustria exercida naquellas paragens; as estradas do | norte, e principalmente a desta provincia, um fim | não menos importante tem a preencher promovendo a | prosperidade dos nossos fertes sertões, onde a cul-|tura do algodão e a criação do gado por si re-|clamam melhoramentos da ordem do que proje-|tamos. ||

Se é verdade que em sua maior parte a estrada | projectada da Bahia atravessa longos e estereis | areiaes para chegar ao *São Francisco*, o mesmo se | não da com a linha de Pernambuco, que alem de | percorrer quasi que em sua total extensão terrenos | removidos pelo plantio do algodão ou que a estes | se prestam, tem um commercio consideravel no | seu alto sertão com o interior da importante pro-|vincia do Ceará. ||

Quaesquer que sejam os proficuos resultados que | a magestosa estrada de ferro de *Dom Pedro II* traga | ao paiz dirigindo-se ao *São Francisco*, elles não se-|rão de tal ordem que façam esquecer aquelle que | directamente se espera das estradas do norte “qual | os habitantes do sul e centro do Piauhy, | do sul do Maranhão dos municipios interiores de | Pernambuco, do oeste da Bahia, do norte de Minas | Geraes, do norte e centro de Goyaz.” ||

Poderemos distinguir a preferencia que enxer-|gamos no projecto na necessidade que tem a estra-|da de *Dom Pedro II* de atravessar os terrenos produc-|tores, para que offereça uma renda capaz de aliviar | as garantias do estado? ||

Devemos em tal caso dizer que aquella estrada | mais contribue para as rendas publicas, e que por-|tanto o seu direito á essa preferencia não pôde | ser contestado? Ainda aqui não assenta a excep-|ção cedida em favor daquella empresa. ||

É um facto conhecido no traçado das nossas es-|tradas de ferro, principalmente nas tres de que nos | temos occupado, que todas ellas pagam o pesado | tributo de atravessarem terrenos completamente | improductivos, e isto não por falta de estudos, não | pela inexperiencia, mas tão somente para satisfazer | uma idéa, attingir um fim, que compensa todos os | sacrificios do passado, e do qual depende todo o fu-|turo dessas empresas. Se a estrada de *Dom Pedro II* exige, como nós reconhecemos, desde já o seu | prolongamento para o interior do paiz, por que | delle e só delle virá a auferir lucros com os quaes | possa diminuir o onus dos auxílios do estado, as | estradas do norte, que esperam tudo da sua con-|clusão, que foram sacrificadas ao pensamento | grandioso do Valle do *São Francisco*, e que actual-|mente são exploradas com pesados encargos

para | o paiz, devem tambem ter a razoavel aspiração de | chegar ao seu termo, e concorrer de um lado para | essa unidade e grandeza do império, e de outro | para a cessação de garantia de juros que por | sua vez deve se estender as outras provincias ir-/mãas. ||

Melhores estudos do seu futuro prolongamento | não vem em abono da preferencia dada a estrada | de *Dom Pedro II*: por enquanto tudo e conjectura. ||

Se debaixo de todos os pontos de vista as linhas | do norte não cedem o passo a estrada do sul, se | para qualquer dellas alcançar e desenvolver a im-/mensa prosperidade a que estão destinadas é indis-/pensavel essa comunidade de interesses, qual-/quer auxilio que de preferencia receba uma dessas |linhas, em sacrificio das outras duas, e não encon-/ltre fundamento em suas condições peculiares, e um | incentivo para a desharmonia, e póde ser o esque-/cimento dos interesses de uma localidade em favor | de outra igualmente importante. ||

Queremos o prolongamento das estradas de fer-/ro de norte para o Valle do *São Francisco*, nas condi-/ções que traça o projecto da camara dos *Senhores* depu-/tados; queremos que a esse prolongamento prece-/dam, como se pretende, os mais serios estudos lo-/caes, que nelle se attenda a conveniencia da escolha, | mas que não se estabeleçam excepções que não es-/tão justificadas, que sejamos tratados todos com | igualdade; sem esta condição o fim do projecto | trará a realidade para uns e passageiras esperan-/ças para outros. ||

A idéa de uma somma fixa votada desde já para | a continuação do prolongamento das nossas actuaes | estradas de ferro encontra o serio embaraço como | observou um illustrado deputado por Minas, de es-/gotar-se o capital concedido em um ponto menos | conveniente para termo, ainda mesmo provisório, | de uma estada daquella ordem; este meio, embo-/ra não seja um mal, traz a possibilidade de com-/mettermos um erro, que seria o resultado da irre-/flexão. Cumpre estudar os prolongamentos, e quan-/to antes; habilitar o governo para realisa-/los a pro-/porção que a sua conveniencia se for manifestando, | e por meio de secções ou partes da estrada que | terminem em pontos que se prestem a formação | de centros populosos ou que já o sejam. ||

Pretendemos mostrar a necessidade do impulso | simultaneo das tres linhas ferreas que partem do | litoral e se ligam ao *São Francisco*, sem que se pen-/se que procuramos alimentar uma idéa de bair-/rismo.

(Texto 45)

Diario de Pernambuco nº 197, p. 1
27 de agosto de 1866

O DIARIO DE PERNAMBUCO

Recife, 27 de agosto de 1957

Boatos que, se não fossem ridiculos por sua ma-/teria, seriam imprudentes em sua forma, tem cir-/culado ha dias n'esta cidade, no sentido de prepa-/rar-se um movimento popular, cuja iniciação teria | hontem lugar por meio da convocação de um mee-/ting na freguezia de *São José*, para ahi ser procla-/mada a separaçã do norte, e tomarem-se outras | medidas de igual quilate. ||

Apezar dos nomes, que se declinaram como per-/tencentes aos corypheos de idéa tão extravagante, | não representaram uma força susceptivel de adhe-/sões; apezar de tudo conspirar para ver-se nisto | só unicamente uma forçada estulta, balda de | senso, e originaria de cerebros que nem o *comico* / sabe desenvolver; a população agitou-se, os ani-/mos alarmaram-se de alguma sorte, e [ilegível] de velar a autoridade na manutenção da ordem. ||

O prestante cidadão que se acha a testa do go-/verno da provincia, o *Excelentíssimo Senhor Doutor* Manoel Cle-/mentino C. da Cunha, o incansavel magistrado que | dirige a repartição da policia, o *Senhor Doutor* Eduar-/do Pindahyba de Mattos, tomaram as provi-/dencias que julgaram necessarias para abortamen-/to de qualquer tentativa no referido sentido; e es-/tas providencias foram vantajosamente secunda-/das pelos seus subordinados e outros cidadãos pres-/timosos, que com os seus conselhos ao povo refor-/çaram a acção da autoridade constituída, fazendo | n'este sentido dous juizes de paz distribuir as se-/guintes proclamações entre os seus parochianos. ||

Parochiamos da freguezia de Santo Antonio | - certos homens tresloucados procuravam-nos illudir. | Fantasiam um movimento armado com o fim de | atirarem o povo á fogueira, e pescarem nas aguas | turvas, dando com isso causa a que se obtenham | [ilegível] e commendas. Acantelai-vos deste em-/busteiros. Por ventura há algum dentre elles que | seja amigo e conhecido do povo? Qualquer movi-/mento armado, além de cirminoso, é um acto de | selvageria na época actual, em que luctamos com | o selvagem do Paraguay. Não será com semelhan-/te loucura que alcançaremos medidas em bem de | nossa patria. Confio nos parochianos da fregue-/zia de Santo Antonio, que saberão repellir com | dignidade a tramas infernaes de pessoas que só | querem ganhar com o sangue do povo. ||

“Freguezia de Santo Antonio, 25 de agosto de | 1866. O juiz de paz em exercicio, *Antonio Augus-/to da Fonseca*.

“Aos moradores do primeiro districto da fre-/guesia da Boa-Vista. Destrictanos! – Dous ou | tres individuos, levados por sentimentos menos no-/bres, procuram arrancar nos da quietação em que | vivemos, com fins sinistros, convidando vos, sob | falsos pretextos, á reunir-vos, ao que vos não de-/veis prestar. ||

“Quando o paiz lucta com difficuldades no ex-/terior, esses homens, sem idéas, procuram arras-/trar-vos á desorvem, e a isso não devem concor-/rer os homens honestos. ||

“Destrictamos! Tende confiança nas autori-/dades que velam na tranquillidade publica, e não | interrompaes vossos habitos ordinarios. ||

Boa Vista, 25 de agosto de 1866. O Juiz de | paz, *Bernardo José Martins Pereira*.”

Em presença desses boatos, porem, não foi o re-/ceio da alteração publica, que levou aquelles duas | autoridades superiores a procederem á medidas | preventivas; foi o dever de cercar a população pa-/cifica e laboriosa de garantias de vida e propriedade. ||

E fizeram-no com criterio que os honra muitissimo, pois onde poderiam apenas haver indicios | não viram uma conspiração tenebrosa, capaz de | romper os vínculos da integridade do império, e | de alterar mesmo a tranquillidade publica, e me-nos erigiram a perseguição em systema de gover-nar, como parecia aconselhar a situação que se | descrevia nos boatos em circulação. ||

Previdentes como bons administradores, não [ilegível] | com tudo a confiança no patriotismo e na | virtude de uma população cheia de brios e rica de | tradições gloriosas. ||

E o motivo dessa desconfiança derivava-se do co-nhecimento do espirito publico, avesso desde muito | a's solicitações de especuladores de qualquer espe-cie e da índole pacifica do nosso povo, que para | lição da historia propria repugna com a pratica | de violencias, e não esposa as aberrações dos meios | constitucionaes. ||

Que essa confiança, pois, foi fundada, provam-no | os factos; prova-o a permanencia da tranquilli-dade publica, á despeito de tudo. ||

E nesse impulso do coração nós acompanhamos | as autoridades superiores da provincia; nenhuma | cabida demos á possibilidade do pretendido movi-mento revolucionario, e nam ainda tivemos por | cousa seria as tentativas preconizadas como esti-mulo ou excitação do mesmo movimento; de sorte, que vivemos por ociosa a consignação até agora | em nossas paginas desses boatos ridiculos, mesmo | para fazer saliente esta sua qualidade, porque se-ria dar-lhes um valor que não tem, uma significa-ção que não podem pretender, uma expressão que | com elles repugna. ||

É possível a existencia de uma aspiração me-nos cordata n'um ou n'outro individuo; pode ha-ver este ou aquelle [ilegível], rebelde a todo o sen-timento elevado, com pretensão a colher por meio | da desordem os fructos, com que a ambição o fas-cina; mas tambem é verdade, que o espirito pu-blico não se uniformisa a esses votos isolados, não | os propria, não os sanciona imfim com o seu | assenso, legitimando-os por esta forma. ||

E, pois, a palavra imprudente não achou echo: | morreu esteril com vergonha de quem a soltou, | sem reflectir na responsabilidade moral, que tra-zia e com effeito trouxe á provincia, e presumin-do levanamente poder talvez illudir o sentimento | da população menos pensante, a qual assim procu-rava attrahir como instrumento para realisação de | seus calculos de uma mesquinha e punivel phan-tasia.

(Texto 46)

O Progressista nº 3 série II, p.1

13 de junho de 1868

O PROGRESSISTA

Recife, 13 de junho de 1868

No primeiro numero d'esta nova serie | do *Progressista* transcrevemos o discurso | da corôa: na abertura da presente sessão | Hoje chamamos a atenção dos nosso lei-tores para a grande importancia das me-didas que ella indica ao corpo legislativo. ||

Excepto o projecto de reforma, ou para | bem dizer, da instituição do recurtamento | no Brasil, nenhum outro foi ainda apre-sentado ás camaras, e vendo nós quarenta | e tanto oradores inscriptos para a discus-são do projecto de resposta á falta do thro-no, penalisa-nos o bem infundado receio | de que a actual sessão esteja ameaçada da | esterilidade chronica, que parece já mal | insanavel dos trabalhos legislativos do paiz, graças ao proposito com que a opposição | procura procrastinar a adopção das medi-das mais instantemente reclamadas. ||

Não há expressões que chegem para | anathematisar essas recriminações partida-rias, esses despeitos oriundos de infunda-dos interesses pessoaes, que ameaçam con-sumir o limitado tempo da sessão, obs-tando a que se tomem em consideração, se | discutam e se approvem leis de patente in-teresse geral, e que renovando-se, ha tan-tos annos em todas as sessões, como que | querem tornar esse mal permanente. ||

É de suppôr que a indicação d'um pro-jecto para modificar a lei eleitoral tenha | em vista pôr termo a esse escandalo, sanar | essa chaga asquerosa que vae correndo a | fortuna e a moral do paiz. ||

Si ha reforma urgente é por certo a da | lei eleitoral. Ignoramos quaes sejam as in-tenções do governo ,é porém intima con-vicção nossa que a não se mudar radical-mente o systema actual, as modificações | que se propuzerem para o aperfeiçoar, ne-nhum resultado profícuo darão. A corrup-ção romperá ufana por entre os obices que | tentarem oppôr aos effeitos do actual sys-tema. Tão profunda é nossa convicção a | esse respeito, que a não se mudar a pro-pria forma eleitoral, melhor nos pareceria | deixal-a como está e procurar remedio a | nossos males em outra ordem de medidas. | Imaginamos que as incompatibilidades ab-solutas, que não seriam mais do que a am-pliação da lei existente das incompatibili-dades relativas, com muito maior certeza | poria termo aos males que deploramos, do | que toda e qualquer modificação concedida | no intuito de conseguir com o actual sys-tema uma representação verdadeiramente | nacional. ||

Iguaes obstaculos se nos afiguram no que | diz respeito á reforma municipal. Enquanto | subsistir o artigo do acto adicional, que transferiu verdadeiramente o poder muni-cipal para as assembleas provinciaes, seria | impossivel que tenhamos autoridades reaes | no municipio. O municipio, essa base, | unica e solida de todas as nacionalidades, | esse primeiro elemento do ente colectivo | chamado nação, essa origem unica da real | e verdadeira liberdade, é absolutamente incompativel com a lei que tirou aos mu-nicipios a sua autonomia. Substituindo | essa lei, poderá sem duvida uma reforma | bem entendida melhorar a gestão dos ne-gocios secundarios dos municipios, mas | nunca dar-nos a systema municipal da Bel-gica, da Inglaterra e dos Estados Unidos, | que é o verdadeiro fundamento d'aquelles | felizes paizes. Não obsante agradeceremos | cordialmente o pouco que a promettida re-forma fizer a bem da mais importante das | instituições sociaes, que se acha reduzida | a lamentavel nullidade, e realmente agonizante. ||

Duvidamos que as paixões partidarias | deixem tempo para discussão d'estas mate-rias.

(texto 47)
O Progressista-PE nº 10, p. 1
22 de julho de 1868

O Progressista
Recife, 22 de Julho de 1868

Contra todas as naturaes espectativas, o | ultimo vapor do sul, trazendo-nos a noticia | da retiradas do gabinete Zacarias, trouxe-|nos igualmente a de haver sido chamado o | visconde de Itaborahy para organizar o novo | ministerio. ||

A noticia foi tão inesperada e explosiva | que desde o mesmo instante começámos a | beber o calix das mais acintosas e rudes | provocações de nossos adversarios, as quaes | serviram e continuam a servir ao mesmo | tempo de manifestação de seus regosijos. ||

São naturaes essas expansões desorde-|nadas e pequeninas de um partido, que ino-|pinadamente julga vêr-se erguido ao poder | de que cahira de gasto pelo máo uso que | d'elle fizera e á que nenhuma probabilidade, | não ser uma eventualidade, sinão uma | combinação especial, dava-lhe direito a es-|perar próxima ascensão. ||

Sim: si o partido conservador foi priva-|do do poder em 1863, em consequencia do | estado de incapacidade para gerir os nego-|cios publicos á que o reduziram seus gra-|ves erros, seus funestos alusos e seus he-|diondos vicios politicos, desenvolvidos e | alimentados no longo periodo de quatorze | annos de seu dominio, ninguem diria que o | curto espaço de cinco annos, em quanto | monta sua abstenção, seria sufficiente para | regenerar-o (si é certo que muito mais cus-| ta regenerar-se que corromper-se) e fa-|zel-o d'est'arte idôneo para conquistar a | confiança da corôa, quando o paiz inteiro | vê e sabe que em nem um só instante | d'esses cinco annos deixou o partido con-|servador de persistir nasmesmas erroneas | theorias e nos mesmos ruinosos e deprava-|dos systemas que motivaram sua queda. ||

Foi um recurso constitucional, de certo, | mas de difficil explicação e que apreçe não | se achar muito em harmonia com o estado | actual do paiz. ||

Dizem os jornaes que as camaras funcionavam regularmente, e que fôra demo-|rado o vapor brasileiro para trazer-nos a | definição clara de um facto que a todos nós | tem impressionado pela surpresa. ||

Esperemos pelo vapor.

(texto 48)
O Liberal nº 92 serie I, p.1
20 de agosto de 1868

O LIBERAL
Recife, 20 de agosto de 1968

Graças a Deus, Pernmabuco – Ther-|mopilas gloriosas das liberdades publicas | - levanta-se, e protesta com a costumada | energia contra a acto de 18 de julho! ||

As conservadores, que não podem vi-|ver senão abrigados á sombra do abos-|lutismo, que os move, como se movem | aquelles, que, na phrase dos seus escrip-|tores de mais nomeada, são cadaveres-|vivos, *que apodrecem antes de morrer*, em-|pallideceram diante do aspecto nobre e | grandioso da população d'esta cidade no | dia 16 do corrente! ||

Mais de duas mil pessoas, palpitando de | entusiasmo pela causa sacrosanta da li-|berdade, pelos triumphos esplendidos, que | as armas da aliança tem conquistado no | Paraguay, sahiram da nossa officina a per-|correr as ruas da capital. ||

Em poucos minutos os grupos affluam | de todos os lados, e essa multidão, cres-|cendo e augmentando como as aguas do copioso manancial, excedia a quatro mil | pessoas! ||

Em diversas ruas os democratas, que | saudavam o resultado de seus esforços nos | louros, preparados pela espada lampejante | de Osorio para ornar a frente do marquez | de Caixas, o zangão de todas as victorias | das armas brasileiras, eram obrigados a | fazer estação para ouvir os discursos do | povo, que de diferentes casas os victo-|riava!... ||

Em algumas ruas essas ovações não as | podereis descrever. Cada palavra era co-|berta de applausos; cada ovação, cada | conceito fazia irromper dos corações os | mais entusiasticos vivas á nação brazi-|leira, ás armas alliadas, aos nossos gene-|raes de terra e mar, sobretudo ao deno-|dado visconde de Herval, o illustre Ney | brasileiro, o heróe d'essa epopéa, que se | escreve no estrangeiro com as bayonetas e | o sangue preciso de nossos soldado! ||

Oh! Era bello ver como o partido liber-|ral, á cuja frente achavam se os mais dis-|tinctos talentos e elevados caracteres dos | liberaes unidos, com um só homem, fazia | justiça aos que a tem merecido n'essa luta | de honra, que pelejamos contra o feroz dic-|tador Solano Lopez. ||

Em diffrentes logares as mais respei-|taveis matronas, as mais bellas e mais vir-|tuosas senhoras, as mães, s esposas e as | filhas de tantas que se batem pela honra | nacional, tremulas de emoção o, e fremen-|tes de entusiasmo derramavam um chu-|veiro de flores sobre as cabeças dos victo-|riadores dos seus filhos, dos seus esposos, | e dos seus irmãos! ||

Póde ser-se filho de uma nação, que | assim festeja a gloria de seus naturaes. De | vez em quando do seio d'essa multidão er-|guiam-se os mais vivos brados á camara | dissolvida, aos liberaes, que preparavam | os elementos, que hão de terminar a cam-|panha sem mais sacrificios de braços exi-|gidos do paiz, aos voluntarios da patria, e | do exercito, a todos emfim, que não fize-|ram da guerra uma especulação politica | um meio de estragar a popularidade dos | contrarios. ||

Saudou-se o Imperador, *rei constitucio-|nal*, essa entidade neutra entre as lutas | partidarias, que não póde, que não deve | incluir ouvidos complacentes aos politi-|cos militantes; que deve tratar com o mes-|mo agrado e carinho os guelfos e os

gibeli-|nos, que não póde desviar-se d'essa linha | de conducta, sem deixar de ser o que qui-|zeram os sabios autores da Consuição do imperio! ||

Seria toda essa ovação um protesta con-|tra o acto de 18 de Julho. ||

Não ousamos affirmal-o. ||

Sabemos entretanto que toda essa mul-|tidão, representante de um partido cheio | de vida, tinha certeza de que sópro ce-|leste era bastante para abatel-a, e a pros-|tral-a.

(texto 49)

O Liberal nº 9 série I, p.1

22 de setembro de 1868

O LIBERAL

Recife, 22 de setembro de 1868

Acabou-se a illusão que restava ainda | em alguns homens sinceros. O gabinete | Itaborahy desceu ao nivel de um governo | rotineiro, e de expediente commum. Os | discipulos inexperientes nada mais sabem | fazer do que imitar, do que copiar as | apostillas do mestre. Conhecer n'um re-|lance d'olhos, ou mesmo depois de algum | exame, todo o alcance das difficuldades | supremas, e as resolver energeticamente com | promptidão e sabedoria, só é dado ás in-|telligencias escolhidas, aos talentos supe-|riores ou ao genio. ||

A mediocridade jactanciosa costuma | sempre rir-se e escarnecer dos trabalhos | alheios, da deliberação dos doutos. Mas se | lhe entregam a direcção que ella tanto | censura e abocanha, então vel-a-lheis ra-|chitica e esteril em suas producções. ||

Os actuaes dominadores d'estes Imperio | do Brazil, não cessavam um momento de | qualificar de *incapazes* aos homens que | compunham o gabinete de 3 de Agosto. | Retirai-vos do poder diziam elles, porque | alem dos males da guerra externa que é | obra vossa, e da pessima direcção politica | nos negocios internos, lançastes o paiz | n'um abysmo insondavel, arruinando as | suas finanças com a inundação d'essa praga | abonminavel que se chama papel-moeda. | Um tal recurso, essa fatal imessão, nenhum | estadista consummado adoptaria; e só a | vossa inexperiencia, e ignorancia dos prin-|cipios comesinhos da sciencia economica, | vos levariam a commetter tamanho erro. ||

Tal era linguagem, sem exageração a | reproduzimos, dos illustres vermelhos | quando em opposição ao ministerio tran-|sacto. ||

O que apparece na nova marcha poli-|tica dos negocios internos, todos nós o | presenciámos: reacção infrene, numa | vista, eleições conquistadas pela coacção | moral, e violencia da força armada, a a-|que aos direitos, desprezo da justiça, e | violação da lei. ||

A guerra, em nossa opinião, aproxima | se do seu termo, com os unicos recursos | e meios, com os mesmos, gerneraes que em-|pregara o gabinete Zacarias. Nada de novo | ainda fez o acutal ministerio, tão preoccu-|pado anda com a derrubada famosa, que | lhe impõe a necessidade da *harmonia dos brasileiros*.||

O que porém, encheu de pasmo e cau-|sou geral surpresa ainda mesmo aos cida-|dãos que não pertencem á politica activa, | foram as providencias e medidas finan-|ceiras. ||

Apregoando que possuíam um celebre | elixir financeiro, | com que haviam de mi-|ligar, senão extinguir as agonias do the-|souro, os novos e pretenciosos *Dulcama-|ras* nada fazem que já não tivesse sido pre-|visto e resolvido pela politica decahida. | Copião e imitam os actos dos seus ante-|cessores, revestindo-se de circumstantancias | torpes, ou indecentes que aggravam a si-|tuação economica. Os *sábios* descem ao | inglorio papel de seguirem o exemplo dos | *aprendizes*, excededonos, porém, nas cir-|cunstantancias reprovadas. ||

No dia 5 de Agosto accultamente de-|cretam a emissão do papel moeda na som-|ma importante de quarenta mil contos, e | só publicam esta grave resolução ditacto-|rial, no dia cinco de Setembro, depois de | praticados arranjos e operações vantajosas. ||

A emissão do papel-moeda virulenta-|mente atacada pelo actual ministro do Im-|perio, como supina calamidade, torna-se | recurso licito, regular e conveniente, sen-|do feita pelos actuas governadores. Para | dar-lhe maior brilho e mais prestigio, para | que conquista mais facilmente a confiança | e acquiscencia da nação, o ministerio | Itaborahy a faz preceder de uma longa | *emboscada* de trinta dias. Não admira esta | *emboscada* financeira. O gabinete é *useiro* e *viseiro* em taes meios de acção. Todo o | paiz ainda se recorda da *emboscada* politi-|ca, que o governo empregou em relação | ao cerebrino aviso que annullou a elei-|ção senatorial de Pernambuco, já começa-|da, e em meio do seu processo. O aviso de | 21 de Julho, que ordenou que os colle-|gios eleitoraes não se reunissem mais, foi | expedido occultamente para a provincia no | mesmo dia, e somente publicado na côrte | no dia 28. Aquí, atacaram-se os direitos | politicos de uma provincia: ali, com o | decreto de emissão de papel-moeda, foi o | commercio a victima da perfidia. ||

Si a missão do papel-moeda é um re-|curso financeiro reconhecido pela sciencia, | e do qual quasi todos os paizes livres tem | lançado mão, e ainda agora vós o empre-|gais: para que tanto ardor na censura hy-|pocrita que dirigieis ao governo passado, | e sua retirada do poder? Si, porém, é | uma verdadeira e extrema calamidade, que | o bom senso e moralidade de um governo | sizudo e previdente não deve adoptar, como | justificais a vossa *collectiva* sabedoria e a | vossa honradez? Confessai, e reconhecei |senão a superioridade de vossos predeces-|sores, ao menos a sua sinceridade e boa-fé, e o seu zelo em remover o máo estado | do thesouro, pelos unicos meios conheci-|dos, que a urgencia das circumstantias | imperiosas podiam comportar. ||

A vossa resolução adoptando as mesmas | medidas financeiras do gabinete passado, | confirma o acerto e patriotismo d'este ga-|binete. ||

É ridiculo que o actual ministério lance | a responsabilidade do acto sobre o proce-|dimento da camara dissolvida, quando esta | recusou-lhe peremptoriamente toda a con-|fiança. Deposse da dictadura que alegre-|mente acceitou, podia empregar outros re-|cursos, si a alta intelligencia dos dictado-|res os conhecesse e descobrisse. ||

É digno de estranheza e censura, que, na intenção formada de fazer uma tal emis-|são; precisasse o governo de fazer o com-|mercio fluminense ser victima de um jogo | indecente. Chamamos a atenção dos nos-|sos leitores para duas publicações do *Jor-|nal do Commercio*, que transcrevemos em | seguida a este artigo, uma das quaes assig-|nada pelo conselheiro Zacarias, em defeza | da camara dissolvida. ||

Quando reflectimos na facilidade com | que o ministerio actual affrontou a opinião | publica, não podemos ter mais esperanças | de que as conveniencias publicas prevale-|çam sobre o interesse particular, nem que | a moralidade predomine nos actos gover-|namentais. ||

A historia nos mostra a França passan-|do por crises financeiras, semelhantes, e | mais medonhas do que a nossa. N'uma | d'essas épocas fataes, era ali ministro o | celebre italiano, o cardeal Mazarino. Elle | geriu por tal modo as finanças da França, que por sua morte o thesouro publico de | via quatrocentos milhões, ao passo que sua | fortuna particular se elevava a cem mi-|lhões, que hoje equivaleria a tres tantos. O \ superintendente Nicoláo Fouquete dizia ao \ rei: “Senhor, não há dinheiro nos cofres | de Vossa Magestade, mas o *Senhor* cardeal | vol-o emprestará. ||

O decreto da emissão do quarenta mil | contos em papel-moeda, e o segredo de sua | existencia durante trinta dias em que se to-|maram saques, e ffzeram operações *vanta-|josas*, nos habilitam, e autorisam tambem | a dizer ao nosso monarcha: “Senhor, o | thesouro do Brasil está exaustão, mas se a | guerra continuar, os amigos do ministerio | actual vos podem emprestar dinheiro para | acaba-la. ||

Se a França naquella tempo, teve em Ma-|zarinho um pessimo ministro no interior, a | historia lhe faz a justiça de consider-lo | um grande diplomata, e não desconhece | que fora elle quem curára da educação po-|lítica de Luiz 14, durante a sua menorida-|de: educação que concorreu poderosa-|mente para esse rei absolutio, se illus-|trasse por tantos feitos gloriosos, e tantas | açções meritorias, que não só ligou seu | nome ao seu seculo, como fez esquecer | pelo esplendor de seu reinado, os seus er-|ros e crimes deploraveis. ||

No Brasil, que compensação nos dará o | ministério Itaborahy? Nossa historia o dirá. ||

Eis os dois artigos publicados no *jornal do commercio*, de que acima fallamos:

(texto 50)

O Liberal nº 29 série II, p.1
02 de dezembro de 1868

O LIBERAL

Recife, 01 de dezembro de 1868

Amanhã, dous de Dezenbro, é o anni-|versario do nascimento do *Senhor Dom Pedro II*. | Os povos que adoptaram para o seu go-|verno o systema monarchico-hereditario, | costumam congratular-se com os anni-|versarios do nascimento de seus principes, | porque n'elles consideram, ou vêm a pro-|longação de uma causa, ou fonte de bens | para o paiz. As condições de estabilidade, | caracteristico das sociedades civilizadas em | contraste com o estado selvagem e no-|made, e o movimento e agitação conti-|nuas de governos irregulares e ephemeros, | fazem com que, aos olhos dos povos, cer-|tos nomes consagrados pelo habito do | respeito, se apresentem sempre cercados | e revestidos de immenso prestigio. ||

Si este prestigio cerca o berço dos prin-|cipes ou reis de uma aureola mystica, que | os attribua a uma origem divina na anti-|guidade, que mostrava Numa inspirado | pela nymphá Egeria, Lycurgo pelos ora-|culos. Solon pela Sibylla de Delphos, hoje | não perde semelhante prestigio seu bri-|lho com as novas origens, ou concepções | da realza, em virtude das quaes o rei ap-|parece como a lei viva, a personificação | mesma do Estado, e o que é um progresso | da mesma idéa, até como a imagem do | povo soberano. ||

Todos os povos teem visto no soberano | a lei viva mas a idéa de consideral-o um | *delegado, um representante da soberania do | povo*, é uma idéa romana. A theoria da monarchia imperial, foi pelos legistas ap-|plicada á monarchia franceza, e d'ahi re-|petida por muitos publicistas, que procla-|maram este principio: que a soberania do | povo, d'onde emana a realza, póde reti-|rar-lhe os poderes que lhe deu, e destruir | os máos principes. ||

Qualquer que seja a orgiem, haja here-|ditariedade, ou eleição (unanime accla-|mação dos povos, diz a nossa constitui-|ção) há alguma cousa acima de tudo, re-|petem os realistas mais severos como Gui-|zot, é a necessidade de um poder assaz | forte para proteger a sociedade contra o | conflicto das forças discordantes, e ao qual | a unidade é indispensavel para se fazer | obedecer com promptidão e segurança. ||

Quando a monarchia presta este ser-|viço, *quando ella faz melhor do que | forma*, sua legitimidade está fora de du-|vida. Que ha de mais legitimo que um | poder, *protector necessario* e depositario | da ordem publica da justiça geral, do interesse commum, que uma grande ma-|gistratura centro e laço da sociedade? Ora, são estes os traços sob os quaes “a | realza moderna se ha mostrado aos olhos | dos povos” e pelos quaes “ella se ha ap-|ropriado de sua força obtendo a sua ad-|hesão”. ||

Do rapido esboço que temos feito de | principios predominantes sobre a fórma | monarchica, a qual nos rege, resulta clara | e evidentemente, sob, qual sentido, e com | que condições, póde apparecer a alegria | popular pelo anniversario do nascimento | dos principes. ||

É sempre com a condição de serem | elles uma necessidade para a realzação do | bem nacional, da prosperidade de todos, | de não atacarem a soberania popular, de | obterem pelo contrario a sua adhesão, | constituindo-se um protector necessario, | depositario da ordem publica, da justiça | geral, do interesse commum, centro e laço | de toda a sociedade. ||

Os povos, diz Mauricio Block, buscam | na monarchia a *defesa* contra a anarchia, ou oppressão que entrega o fraco ao forte. O fim da monarchia é permitir o assegu-|rar o *desenvolvimento livre* de todas as ac-|tividades uteis e conter nos mais estreitos | limites *a parte do mal* sem golper ou at-|tentar contra essa liberdade legitima e fe-|cunda. ||

Cumpra que a liberdade e a igualdade | sejam sagradas que o pacto social não | posssa ser violado, que a soberania do povo | não seja jmais desconhecida, e que a | nação não seja nunca forçada a readqui-|rir seu poder, e vingar *sua magestade ul-|trajada*. A realza não é mais que um sim-|ples meio do bem publico. ||

Em face de tão san doutrina, de consi-|derações tão assizadas, que estão na ca-|beça e coração de todos os politicos de | boa fé, não podemos ter motivo de regosijo | com o dia de amanhã, 2 de Dezembro, por ser o anniversario do nasimento do nosso | Monarcha. Não podemos alegrar-nos apre-|ciando os ultimos acontecimentos politicos | do nosso paiz, de que foi origem immediata | e exclusiva o poder moderador exercido | *privativamente* pelo *Senhor Dom Pedro II*. ||

Queremos garantias á liberdade, res-|trições ao poder discricionario. Quere-|mos o regimen constitucional representa-|tivo em toda a sua pureza. Queremos a | realza como ella de ha muito tempo foi | concebida na Inglaterra, e existe flore-|cendo á sombra e influxo de opinião pu-|blica, sujeita á lei, e sem vultumbre al-|gum de arbitrio. ||

Um escriptor modernissimo, Ednardo | Fischel, na sua obra –A constituição da Inglaterra, escreve o seguinte:

“Segundo a these dos doutores do di-|reito inglez, depois dos Plantagenetos, o rei é limitado em seus actos *pela lei* e os *órgãos d’esta* Bracton diz: “é preceso | o que rei seja submettido a lei, porque é a | lei que faz o rei. Cumpra que este resti-|tua a lei lhe dá, isto é, o do-|minio e a autoridade, proque não ha rei | onde reina o *arbitrio* e não a lei. O rei, | como servidor de Deus, só pôde fazer o | que lhe compete segundo a lei. O rei, | como servidor de Deus, só pode fazer o | que lhe compete segundo a lei. Elle ac-|crecenta “si o rei existisse sem freio, isto é, sem lei, seria necessario pôr-lhe a brida.” ||

Como são sensatas as palavras do *Doutor* / Bracton, citadas por Fischel! Tanto faz | não existir lei, e portanto arbitrio da parte/ do rei, como existir ella, e o rei não a ob-|servar, e ter por norma sempre o arbitrio. | Em ambos os casos é necessario, absolu-|tamente indispensavel, bridar o rei. ||

No Brasil, imitando o *Doutor* Bracton, po-|demos dizer, guardado o devido respeito, | que o *Senhor Dom Pedro II* carece receber bri-|da, se permanece nas suas tendencias para | o governo absoluto, de que nos falla o *Senhor* / conselheiro Nabuco de Araújo no seu ul-|timo discurso no senado, se continua essa | serie de arbitrios, praticados em tão pou-|cos dias, pela dictadura imperial. ||

Uma das bridas politicas que os libe-|raes pretendem collocar ao seu augusto | Imperante é a responsabilidade dos mi-|nistros pelos actos do poder moderaodr, afim de que este não faça o que quer, não | faça e desfaça partidos á seu capricho | não nomêe e demitta ministros á vontade | e sem causa, nem consideração á politica | com maioria parlamentar, para que não | dissolva camaras sem ser o caso de exi-| gir a salvação do Estado, para que não | escolha senadores e cidadãos que não fo-|ram eleitos, mas incluidos unicamente em | listas triplices por meio de actas falsas. ||

Só depois que achar assim bridado o | *Senhor Dom Pedro II* só depois que elle não | tiver nem praticar arbitrios, e sujeitar-se | ás leis do regimen representativo, tor-|nar se verdadeiramente consitucional; | só então nos poderemos regosijar com o | dia 2 de Dezembro, o anniversario do rei, | e caminhar ao Capitolio para render graças | aos deuses, pela sua renovação.

(texto 51)

A Provincia nº 8, p.1
01 de outubro de 1872

A PROVINCIA
Recife, 01 de outubro de 1872

Como na família, não cumprem os | seus deveres os pais, que não cogitam | no dia d’amanha, procurando, ler no | passado, e [ilegível] até dos erros | e revêzes do dia d’hoje, assim na poli-|tica não podem merecer e nem de | bens estadistas, de patriotas, aquelles | que não alargou suas vistas para | o futuro da patria, procurando, para | acautellal-o, aproveitar as lições do | passado, e tirar todo o partido do pre-|sente, qualquer que elle seja. ||

Se fazer o contrario disto é ser alta-|mente criminoso ainda quando o pre-|sente é de rosa, porque após a bo-|nança pôde vir a tempestade, e tam-|bem na politica nunca serão louvados | os capitães que *não cuidaram*, o que | será quando o presente é carregado e | offerece margem a serias apprenhen-|sões? ||

O apostolado da imprensa liberal | não se limita, nem pode limitar-se, a | apontar os males do presente de decli-|nar as aspirações do futuro: o ponto | da questão, o que deve preocupar os politicos [ilegível] verdadeiramente ami-|gos do paiz, e o como e o quando da | transição. ||

É forçoso que o remedio se apli-|que, e a transição se faça por meio | que não abale o enfermo, perigando ou | demorando-se a seu restabelecimento. ||

Neste sentido já dissemos, que nós | os liberaes não devemos arrepender-|nos das nossas concessões e condescen-|dencias de até hoje perante a monar-|chia no Brazil; e o presente artigo | justifica a proposição. ||

Estamos mal, devemos procurar o | bem: mas como? ||

É contra a natureza das cousas | que as nações, como os individuos, va-|riem subitamente de regimen. ||

Por seculos sob a monarchia divina, | e ha cincoenta annos sob a monarchia | pessoal, como passaríamos subitamen-|te a republica, tão fora dos nossos ha-|bitos, e com um partido de hontem? ||

Isto dizemos sem faltar ao respeito | as crenças dos liberaes republicanos: | mas todos hão de conceder-nos que | tenhamos a coragem das nossas con-|vicções. ||

Foi uma desgraça, uma vergonha a | monarchia [ilegível] Foi; ninguem tem | hoje a triste audacia de negal-a. ||

Hemos sido mal sucedidos na monarquia representativa, porque temos retrogradada até o poder pessoal, que é a forma do absolutismo dos reis de hoje, pior que o dos reis antigos porque é um absolutismo mascarado e o outro não escondia a cara ... Confessamos tudo isto.?? ||

Mas a consequencia devera ser - proclamar de subito um novo gerimento para o qual não estamos preparados, pois da monarchia divina passamos para o poder pessoal? ||

- Não; respondemos com toda força da nossa convicção: a transição seria por demais violenta matar-nos-hia no sentido em que se diz que um povo pode morrer. ||

Se no mundo moral, como no mundo physico, tudo tem as suas graduações, a marcha para nós, que temos marcada, como a nossa população, a civilização do paiz, a educação do povo, que temos vivido sempre sob a mão despótica do poder, a marcha para nós deve ser - da monarchia pessoal para a monarchia democrática, e desta a seu tempo para a republica. ||

Só os Leopoldos abrem espaço franco para a educação democratica: e os novos, sempre generosos, quando os Leopoldos apparecem, estacam e re-pousam. ||

Se, pois, em futuro remoto o mundo inteiro ha de ser dominado pela idéa republicana (e ha de ser, que a republica e o ideal das formas de governo d'aqui ate la sera sempre certo, que os povos devem levar em conta as suas condições actuaes de vida. ||

Como do Capitolio á Torpéa, do ideal á utopia só ha um passo. Liberado nas regiões illuminadas da theoria, o ideal encanta. Deixamos-o onde está, que esse *desejado das nações* ha de baixar no seu dia e na sua hora. Deshonramos-lo, querendo precipitar esse dia e essa hora; e se o fizermos, quando de sua montanha de luz celeste tiver chegado ao valle illuminado apenas pelos fogos fatuos das nossas precoces aspirações, o ideal estará convertido em utopia. É por castigos desse crime de Prometheu, passaremos a andar como certos peregrinos da meia-idade, dous passos para diante e um para traz, isto é, teremos perturbado a marcha grave e segura do progresso: a historia ali esta confirmando as nossas palavras. ||

Concentremo-nos, estudemo-nos procuremos a verdade do nosso futuro na verdade do nosso passado: que só com a verdade tem vencido e ha de vencer a humanidade. ||

Se do grande passo que demos em 1822 no caminho do futuro, só temos recolhido em meio século amargas desilussões, todos somos criminosos: o rei não tem sabido cumprir a sua missão, o povo não tem sabido chamal-o ao cumprimento da sua missão. ||

Rei e povo - somos todos réos. ||

Uma politica franca e verdadeira, em que se diga tudo ao rei e tudo ao povo - eis qual deve ser a política liberal. ||

E não ha porque desanimar.

Se tivéssemos um rei como Carlos I, o qual, no conceito de lord J. Russell, *era cheio de vãos preconceitos, tinha talentos notaveis, era isento da mor parte dos vicios, mas em politica era um menino mal-criado, que se impacientava a primeira contradição...* se temos um rei com alguns destes defeitos [ilegível] melhor que um rei assim há de descombrir-se de todo, logo que seja seriamente atacado. ||

Se temos um povo, que recebe nas brisas do seu paiz os effluvis magicos da liberdade, e não tem sabido até agora levantar altares á deusa... tanto melhor, que ao menos nunca terá fe-necido nesse povo a predisposição para levantar esses altares, e no sacrario do coração desse povo deverão ferver cada vez mais os enthusiasmos de quem appetee de longos annos um bem que jamais gozou. ||

Mas que tarefa tão delicada esta para os liberaes que sabem dar preço ao sangue e ao bem-estar do filho do povo? ||

O que vemos? -Braços crusados por toda a parte, e a procissão vergonhosa do poder pessoal desfilando com esgarres cynicos nos olhos do paiz aviltado. ||

O que deveos fazer? -Deseperar, e ajoelhar? -Tormar o escudo e a lança, e ir atirar luva á tenda inicial? ||

Nem uma, nem outra cousa. ||

Doutrina, doutrina séria e verdadeira, rude e severa como a verdadeira: e depois do dia da doutrina, o dia da acção se apresentará por si mesmo. ||

Quando uma dessas centelhas, que ninguém sabe d'onde partem, vier tocar os rastilhos das minas da indignação popular, então será chegado o dia [ilegível] dos Balthozares, que tiverem profannado os vasos sagrados da liberdade! Então será chegado o dia em que os verdadeiros partidos lavem as mãos das desgraças da patria, mas saiam a campo para disputam na [ilegível] revolta o futuro da pátria. O que tem sido, o que hão de ser sempre as revoluções dos povos, senão explosões subitas d'uma idea longamente doutrinada? ||

Por ora, tenhamos a longanimidade do vencido, que não foi nem será vencido: que os vencidos assim tem verdadeiro aspecto de vencedores. ||

E no entanto, vamos fallando ao rei e ao povo linguagem rude da verdade. ||

Ao rei, para que se lembre de que é o povo. ||

Ao povo que se lembre de que é rei. ||

Ao rei e ao povo para que cumpram | ambos o seu dever. ||

E seremos ouvidos, não o duvide-|mos: que não ha de embargar os echos | da nossa voz essa onda perenne de in-|censo, que no Brazil tem feito do tho-|no do rei de José Bonifacio, e de tan-|tos patriotas de então e d'antes, do | throno do rei do Ypiranga, o altar de | um idolo. Também na China, diz o | historiador Cantu, ha uma verdadeira | idolatria politica do Estado personfi-|cado no rei, o que não obstante é este | muita vez dominado em seu palacio por | mulheres e eunuchos. E porque o | idolo do Brazil não seria dominado | pela sobreana opinião? ||

Se temos idolos e idolatras, não le-|vamos isto em conta. As reis são ho-|mens. A verdade, pela bocca de um | povo que quer ser livre, e força incom-|paravelmente superior a das mulheres | e eumuchos da China. ||

Enunciado-se com esta franqueza | pela manutatenção da monarchia no Brazil, a *Provincia* tem direito a ser | julgada sincera, nas estritas contas | que irá tomando ao poder pessoal. ||

Rei e povo estão no Brazil fora do | seu lugar: nem um num outro tem sa-|bido cumprir o seu dever.||

A monarchia representativa deve ter | duas magestades: a do rei e a do povo. ||

A's duas magestades fallaremos com | igual franqueza. ||

É esta, imposta pelo presente, a | politica, com a qual poderemso abrir | em próximo futuro o templo da líber-|dade.||

A verdade a todos e para todos.

(texto 52)

A Provincia nº 10, p.1
08 de outubro de 1872

A PROVINCIA
Recife, 08 de outubro de 1872

O estado a que as assembléas e ad-|ministrações conservadoras levaram | as finanças da provincia é grave e as-|sustador. ||

Sobrecarregada de uma divida enor-|me, proveniente de um ruinoso em-|prestimo de mil e oito contos e | de uma larga e ousada emissão de apo-|lices, a provincia vê o seu futuro com-|promettido, impossibilitada como se | acha, talvez por longos annos, de em-|prender algum grande melhoramen-|to verdadeiramente proficuo. ||

Não pensamentos que o expediente de | um avultado emprestino fosse um erro | administrativo ou uma medida em si | mesma ruinoso á provincia. ||

Ao contrario, applaudiamos o ad-|ministrador que, afastando-se dessa | cançada marcha rotineira, dotasse a | provincia de uma serie de grandes me-|lhoramentos, de alcance seguro para o | seu futuro, tirando para isto meios em | um emprestimo da quantia necessa-|ria. ||

A nossa questão é somente da pro-|ductibilidade da applicação da somma | do emprestimo. ||

No emprestimo que contrahio a pro-|vincia o que lamentamos do intimo da | alma, o que merece o estygma de to-|dos os pernambucanos, é a applicação que teem tido as sommas obtidas. ||

Primeiramente as condições sob | que foi negociado o emprestino, com | o banco do brazil foram mal con-|cebidas, que os respectivos juros es-|tão sendo pagos com o proprio dinherio | do emprestimo e o mesmo, segundo to-|das as probabilidades, succederá com a | amortisação do capital, a qual deve começar em janeiro de 1873. ||

Só estas factos bastariam para de-|monstrar quanto foi máo o empresti-|mo. ||

Entretanto a mais significativa con-|fissão de quanto foi ruinoso a operação | encontra-se no facto de ter a assem-|bléa provincial em sua ultima ses-|são autorisado a presidencia a contra-|hir um novo emprestimo, que habilita | a provincia a libertar-se do [[do]] que tra-|tamos. ||

Indagando da applicação que tive-|ram as elevadas sommas obtidas por | tão oneroso meio, e as que resultaram | de emissão de apolices, vemos porven-|tura a realisção ou mesmo iniciação | de algum importante melhoramento? ||

Nada, desgracadamente! ||

Que é de notavel melhoramento na | diffussão da instrução publica? ||

Que é de notavel melhoramento na viação publica? //

Haverá muitas estradas de rodagem | ou alguma estrada de ferro contracta-|da ou em execução? ||

Promoveu-se por qualquer modo, | fora do commum o progresso da nave-|gação? ||

A resposta é uma negativa desola-|dora! ||

Em despesas verdadeiramente im-|productivas, ao menos, relativamente | fallando, é consumida a importante | cifra, já realisada, dos emprestimos! ||

Reconstrue-se o theatro de Santa | Izabel, faz-se um novo edificio para | servir de paço da assembléa provincial, | comprou-se o palacete do *Doutor* Sarmen-|to e fez-se um dispendioso jardim no | pateo do palacio presidencial! ||

Alem disto uns dous ou tres peque-|nos constructos para construção de | insignificantes lanços de estrada, de | importancia muito secundaria, obras | estas que em coutros tempos sempre se | executaram com os recursos ordinarios | da provincia. ||

Que urgente necessidade havia de | tratar-se já da dispendiosa construção | de um novo paço para a assembléa | provincial, tanto mais podendo esta | [ilegível] por algum tempo sem gra-|ve inconveniente, em algum edificio | não especial como succede presente-|mente? ||

Pode-se justificar, sob qualquer pon-|to de vista que se considere, a appli-|cação de sommas obtidas a juros, na | construção de um jardim e mesmo na | reconstrucção de um theatro, etc? ||

Ninguem diria que sim. ||

E o que é peor é vermos que em | augmentos de ordenados de empre-|gados e em notavel accrescimo do nu-|mero destes, sem indechinavel ur-|gencia que a tanto forçasse, e em | concessões em que o interesse indivi-|dual sobrepuria a utilidade publica, tem-|se escoado ultimamente apezar de tudo | os recursos da provincia! ||

Causa pasmo ver a levindade e a | indiferença com que os deputados e os administradores [ilegível]||

Só Sua Excelência, como devemos suppor, aspira mais que o papel de um mero | feutor de eleições, de um simples agen-|te de interesses poloticos, siquer os fu-|ros de administrador serio, não lhe ha | de ter passado desapercibida tão des-|graçada situação e a ella não pode ser | indifferente. ||

Não ha administrador digno deste | nome, sem vistas geraes, sem ordem, | sem systema na expedição das medi-|das administrativas. ||

Mover-se segundo as inspirações de | cada dia, as mais das vezes oppostas | mas as outras, sem um pensamento | preconcebido, que constitua um nexo | das providencias da administração, e um riste e nullo regimen, mesmo em | condições felizes e normaes e uma ver-|dadeira calamidade ante situações | difficeis e arriscadas. ||

Entretanto ainda até hoje não vi-|mos uma medida administrativa de | Sua Excelência que revele um pensamento fir-|mado, um plano concedido de melho-|rar as circunstancias da provincia | quando não salva-a dos males que co-|meçam a comprometter-lhe desgraça-|damente o futuro. ||

Sua Excelência tem-se limitado a um [ilegível] | e inglorio expediente. ||

Desde que o producto dos empresti-|mos não foi applicado a serviços re-|productivos, como succedeu, é claro que | dos recursos ordinarios da provincia | havemos de tirar os meios para occur-|rer as grandes despezas do pagamento | dos juros e amortisação da divida con-|trahida, dos juros das apolices emitti-|das e do resgate destas, que começa | no corrente exercicio. ||

A escassez das rendas propriamente | provinciaes em vista das mais funda-|das aspirações e reaes necessidades da | provincia sempre se fez sentir deplora-|velmente, dando em grande parte mo-|tivo ao atrazo em que nos achamos | ante as novas conquistas do progresso. ||

O que nos espera d'ora avante? ||

Pretende-se recorrer ao lançamento | de novos e pesados impostos sobre a | população já tão sobrecarregada? ||

Não aceitamos tão extremo recurso. ||

Hoje ordem e plano da administra-|ção. ||

Ensaie-se uma rigorosa e bem en-|tendida economia em quanto talvez | seja tempo, não escoem-se os recursos | provinciaes em applicações improduc-|tivas, destinga-se entre as despezas | a fazer as que são essenciaes e as de secundaria importancia, para serem | estas condenadas ou peloo addiadas, | em summa tire-se as vistas de sobre os | interesses e manejos partidarios para | fixal-os seriamente e de preferencia so-|bre os interesses publicos.

(Texto 53)

A Provincia nº 18, p.1
05 de novembro de 1872

A PROVINCIA
Recife, 5 de novembro de 1872

Se ha verdade que esteja fora de | contestação séria, é certamente a que | indicamos no precedente artigo, a sa-|ber – que a monarchia, que faz parte | elementar do nosso governo, não é uma | monarchia legitima e sim representa-|tiva. ||

Seria com effeito absona a doutrina, | e repugnante como o principio da sobe-|rania da nação, consagrado na consti-|tuição brazileira, que ensinasse ser a | monarchia no Brazil, legitima, tra-|dicional e divina. ||

Nem tão pouco se pode confundir a | hereditariedade da monarchia com a | legitimidade. Esta foi banida pela | nossa constituição, que nega todo e | qualquer poder instituido em beneficio | de uma familia; que não admite que | o imperio seja considerado como pa-|trimonio de quem quer que seja, e he-|rança de seus filhos: ||

Ao contrario, o principio de here-|ditariedade foi introduzido na consti-|tuição, não em favor do monarcha, | mas sim em favor da nação. Elle é | a applicação desta verdade portanto | tempo contestada, - que os reis são | feitos para os povos, e não os povos | para o reis. ||

D'ahi segue-se que se nas monar-|chias legitimas é essencial – a indivi-|são governamental e administrativa do monarcha e sua irresponsabilidade -; | por outro lado é da essencia dos gover-|nos democraticos, fundados na sobera-|nia da nação, como o nosso, o poder | uno e indivisivel ao povo, e delegado | ou distribuido em funções, todas ellas | sujeitas a inspecção e a responsabili-|dade.||

Eis porque muitos publicistas sus-|tentam e ensinam que entre as monar-|chias representativas, e as republicas | não há distincção essencial, visto como | o titulo conferido ao supremo magis-|trado, não passa de uma condição ne-|cessaria. Eis porque elles consideram | a coroa e a herança nas monarchias | representativas como accesorios sym-|bolicos. ||

E com effeito haja nas monarchias | representativas perfeita distribuição | de poderes ou funções da soberania: haja representação, delegação e res-|ponsabilidade: hajam instituições lo-|caes que abriguem e defundem os di-|reitos individuaes, municipaes e pro-|vinciaes contra as invasões do centro e então todas as condições essenciaes | de um governo livre existirão sem na-|da importar o nome e a duração do mandato conferido ao chefe supremo | da administração. ||

Ora, se pelas considerações até aqui feitas, temos mostrado que a monarquia legítima, não é a monarchia da constituição brasileira, já se vê que não se pode admitir como verdadeiro o systema daquelles, que querem ver, pela instituição de um quarto poder político, denominado – poder moderador – uma combinação hybrida entre a realza absoluta e irresponsável, e a nação soberana. ||

Essa combinação heterogênea de um governo, meio letigimo, e meio popular de um governo que liga dous soberanos inconciliáveis, e os força a uma vida de paz e harmonia, foi condenado pelo insigne publicista hespanhol. Donoso Cortes, nestas palavras, insuspeitas, porque são de um escriptor que não pertence a escola liberal: ||

Eu concebo, dizia Danoso, o governo constitucional, como M Thiers concebe, localizando o poder supremo e decisivo na camara, que representa directamente os interesses do povo. Porem não concebe o governo constitucional de M. Guisot quando teme por esse poder nas mãos da camara dos deputados, porque assustou a democracia: quando recusa collocar na camara dos pares, porque a aristocracia faz passar diante de seus olhos visões temeroas: quando se nega enfim a confiar o ao rei, receioso do engrandecimento da monarchia. ||

Com effeito basta reflectir-se um pouco sobre essa monarchia constitucional de M. Guisot, para desde logo conhecer-se que escola ecletica ou doutrinaria em politica, produz os mesmos erros e vacillação que em philosophia. ||

Ao passo que a monarchia constitucional representativa funda-se em um principio radical – a soberania da nação: ao passo que a monarchia legítima funda-se em outro principio radical – a tradição a legitimidade da graça de Deos, a irresponsabilidade, - a escola ecletica busca fundar a sua doutrina e o governo em conciliação com dous precedentes principaes irreconciliáveis. ||

Ora, a origem historica das monarchias constitucionaes, ecleticas, ou doutrinarias, esta, com effeito na luta das antigas monarchias com o espirito democratico dos tempos modernos. A revolução franceza e o direito publico moderno negaram a soberania do direito divino dos reis, e affirmaram o direito dos povos a governarem-se por si mesmo. ||

Compreende-se claramente tanto a proposição negativa, como a positiva: se uma é falsa, a outra é verdadeira. ||

Pois bem, M. Guisot achou uma proposição media na conciliação daquella affirmativa e daquella negativa! A legitimidade dos reis, por um lado, e as exigencias dos povos por outro, resolveram-se por uma transação graças ao ecletismo! ||

Dáhi as cartas doutrinarias, as constituições que tiveram por fim ligar o antigo com o moderno, e combinar a soberania dos reis, que alegava em seu favor a sancção dos tempos, a graça de Deus, com a soberania popular, que allegava o direito e a justiça. ||

Não tendo, portanto, a monarchia constitucional doutrinaria ou ecletica um fundamento racional não apoiando-se em um criterio da razão, sendo apenas o resultado de circunstancias transitórias, e que podem ser aceitas como uma solução puramente transitoria, solução que repugna a razão, os partidarios dessa combinação artificial e heterogenea, viram-se forçados á buscar um apoio philosophico, e o acharam na philosophia ecletica. ||

Victor Cousin é corifeo mais esforçado da monarchia ecletica, e eis qual o fundamento racional, que elle descobre para esse systema de governo, que procurando conciliar dous principios irreconciliáveis em vez de harmonia, só gera a corrupção e uma luta incessante e esteril. ||

O distincto philosopho francez, supõe que a humanidade em seu desenvolvimento é dominada no primeiro periodo ou na idade antiga pela idea do [ilegível], no segundo periodo pela idea do [ilegível] e em seu ultimo periodo ou na idade moderna pelas multiplices relações do *finito* e do *infinito*. ||

Tal é o fundamento philosophico das monarchias doutrinarias! O rei, representa na sociedade tudo o que ha de necessario, de permanente, de conservador, a unidade social: e esse ente necessario, divino, irresponsavel, *infinito*, se porá em relação com o povo, que representa a veracidade das aspirações, que representa tudo quanto ha de livre, de variavel de progressivo. ||

Pode ser bonita esta conciliação da realiza *uma, infinita*, com: o povo [ilegível], pode esse systema despertar o entusiasmo em alguns espiritos; porem elle não passa de uma hypothese repugnante a razão, e de funestos effeitos praticos. ||

Tambem entre nos procura-se estabelecer uma doutrina que não é senão uma nova combinação do *finito* com o *infinito*. Aquelles que [ilegível] pelo poder moderador irresponsável, aquelles que ensinam que a monarchia do Brasil é como poder moderador, a realza uma, só, irresponsável, abso-luta, realza que não se pode comparar com a monarchias [ilegível] da Europa, o que preterdem senão uma monarchia a Guisot e a Cousin, uma combinação do *finito* com o *infinito* | povo soberano, com o rei soberano absoluto e irresponsavel!?

Continuaremos no artigo seguinte, e [ilegível] os funestos resultados | dessa doutrina que se procura [ilegível]

(Texto 54)

A Provincia nº 26, p.1
03 de dezembro de 1872

A PROVINCIA
Recife, 08 de Dezembro de 1872

O systema monarchico constitucional representativo é uma bella forma de governo; porem de difficil pratica, como dissemos no artigo anterior. Para que o systema seja uma realidade é mister *energia da parte do | povo e lealdade no monarcha*. ||

Ora, essas duas condições das quaes depende a verdade do systema, são raras. Os povos modernos não podem ser energeticos em todos os instantes. O trabalho é a occupação constante e diaria dos povos modernos. Nas sociedades politicas hodiernas não succede o que se passava na Grecia e em Roma, onde os politicos tinham todo o tempo por si, o

deliberavam nas as-ssembléas, em quanto nemrosas hor-|das de escravos derramavam o suor do | seu rosto para proporcionar-lhes os | meios de uma existencia commoda e | independente. ||

D'ahi porcede que os povos moder-|nos so são energicos e raros momen-|tos. O trabalho os preocupa, e lhes | absorve o tempo, privando-os assim de | uma [ilegível] vigilancia e energia con-|tinua. Alem disto a luctas diarias | terminam quasi sempre pelo cansaço, | pelo indifferente [ilegível]. ||

Por outro lado a lealdade da parte | dos reis é cousa ainda mais rara. É | da natureza do poder real tender ao | absolutismo, e debellar os obstáculos e | limites que lhe tolhem o arbitrio. ||

Ja Dante havia dito: *Ai regi qui son / molti e buon son rari*, são muitos os | reis e raros são os bons. E Benjamin | Constant, observando essa natural | tendencia que tem a realeza de se | constituir em poder unico, absorvendo | e inutilizando os outros poderes políti-|cos, nos diz em sua bella obra o se-|guinte: ||

“Sem duvida como os homens não | obedecem sempre ao seu interesse bem | entendido *é preciso tomar precaução / que o poder real não possa obrar em lu-|gar dos outros poderes*”. ||

Tal é, com effeito, o perigo que of-|ferece essa bella forma de governo –a | monarchia representativa. No dia em | que o povo não tiver energia, nesse dia | cahirá elle sob o despotismo da reale-|za. No dia em que o monarcha não | for leal, nesse dia começa a revolu-|ção, a necessidade de quebrar o thro-|no, e de erguer outro sobre suas rui-|nas. Triste fatalidade de tão bom re-|gimem de governo, que quasi sempre | degenera em despotismo ou em revolu-|ção!! ||

E aquelles que, sem reparar nos pe-|rigos, que a força de serem tão fre-|quentes, já parecem naturaes e inhe-|rentes a forma do nosso regimem, sus-|tentam, contra a letra expressa da | nossa Consituição, contra a indole | do systema representativo, contra as | proprias fontes do nosso direito publi-|co consitucional, aquelles que susten-|tam, a despeito de tudo isso, a monar-|chia absoluta ou o poder moderador | sem responsabilidade, não contribuem | para agravar ainda mais os naturaes | perigos do systema? ||

É por isso que profundamente nos | affigimos quando vemos o nosso illus-|trado contradictor, apezar da clareza | de nossa Consituição politica, escrever | estas palavras: ||

“Somos constantemente tachados | de absolutistas porque queremos a mo-|narchia com a irreponsabilidade do | poder moderador. A culpa não é nos-|sa senão da Constituição, que fez | aquelle poder irresponsavel”. ||

Que perigosa doutrina! Admitta-|mos por hypothese que o poder mo-|derador seja um poder absoluto e sem | correctivo, e que um semelhante poder | tenha um fundamento claro, expressivo | na Constituição brasileira. Mas nes-|te caso onde estaria a *precaução para / que o poder real não possa obrar em lu-|gar dos outros poderes!* ||

Em semelhante hypothese, todas as | condições do regimem representativo | desappareceriam: É da essencia des-|te regimem que o poder electivo conte-|nha e limite em sua acção arbitraria o | poder permanente, assim como que es-|se contenha o limite em sua acção desor-|nada do poder legislativo. ||

Ora o meio único pelo qual as ca-|maras podem precaver-se contra a na-|tural tendencia do poder real em avas-|salar e absorver os demais poderes po-|líticos é a responsabilidade ministerial | para todos os actos da realeza. Não há outro correctivo no regimem das mo-|narchias representativas: nestas o ele-|mento movel e responsavel – o minis-|terio – contem e limita, quando con-|vem o principio immovel e irrespon-|savel – o poder real -.

Sahindo-se d'ahi, cahe-se no regi-|men do poder arbitrario, no despotis-|mo, que começa por dominar e inuti-|lisar todos os outros poderes políticos. ||

D'ahi segue-se como consequencia | de uma tão perigosa doutrina, a divi-|são do paiz em duas classes do ho-|mens – em partidarios da realeza li-|mitada e sujeita a referenda minis-|terial. ||

Ora, a luta entre taes partidos é | uma luta desigual ao menos por muito | tempo; e em todo o caso é uma luta | desesperada, sem conciliação possivel, | porque os principios que servem de | bandeira aos dous partidos são incon-|ciliaveis. ||

Com effeito, altendendo-se a natu-|ral tendencia da realeza, em tornar-se | poder absoluto, é natural também que | o partido que sustenta a realeza abso-|luta, seja um partido sempre grato ao | rei, cujo poder illimitado elle susten-|ta e defende contra aquelles que, in-|clinando-se ao principio liberal, procu-|ram reguzir o poder real aos seus ver-|dadeiros limites constitucionaes. ||

A luta portanto, entre o partido da | realeza absoluta, e o partido da reale-|za limitada é quase sempre uma luta | desigual. Este firma-se no poder do | povo, que nem sempre tem a energia | para defender os seus direitos e vaites | interesses, e como força dispresa, mul-|tipla e sem concetração, é quase sem-|pre um partido fraco por mais numero-|so que seja. Aquelle porem, fortale-|cido pela confinça da realeza, dispon-|do de todos os elementos officiaes, que | dia por dia, vão sendo centralizados | nas mãos do poder real, poder já em si | muito forte pela sua unidade, perma-|nencia e grandes attribuições, levará sempre de vencida o partido libertal. ||

Não admira pois que nas socieda-|des onde vigoram taes principios, o | systema monarchico consitucional re-|presentativo, não passe de uma ridicu-|la farça. Nellas o governo da reale-|za absoluta so ergue como chefe de | um partido sempre dominante, partido | que nenhum correctivo pode ter pelos | meios consitucionaes. ||

Em tal ordem de cousas todos os | despojos pertencem ao vencedor; e o | partido vencedor é sempre o partido da | realeza absoluta. Elle terá a faculda-|de de fazer eleger camaras unanimes e | de arrear das urnas, por meios vio-|lentos e sem responsabilidade, os ad-|versarios, por maiores que sejam seus | titulos a confiança do paiz! ||

Para assegurar a justiça e a impar-|cidade, no governo do paiz, o regi-|men representativo exige que cada | partido seja representado em todos os | ramos da publica administração, e isto | não tem lugar senão lugar senão pela liberdade do | voto, pela representação das maiorias | e da minorias. O segredo e o véo de | muitas iniquidades, e de fraudes nos | negocios publicos. Pois bem, o par-|tido sempre dominante da realeza ab-|soluta segrega a maior parte da nação | da interferencia dos negocios públicos, | e pelas camaras unanimes impede que | a apposição delate no parlamento as | iniquidades e as frandes de governo | real e do seu partido. ||

Mas para se manter um semelhante | estado de cousas quanta corrupção | não é mister empregar por parte dos | partidos da realeza absoluta! quan-|to direito claro e evidente não será | preciso desconhecer e violar! E é | esse o destino, que nos querem prepa-|rar os partidarios da realeza absoluta? | Já se não satisfazem com a sua exis-|tencia de facto, querem até legitimal-|a | pelo direito, suppondo estatuido pela | constituição, o que na verdade não | esta nella escripto!?! ||

Oh não! Somos dos que reconhe-|cem que o nosso paiz tem descido mui-|to na escala dos costumes; confessa-|mos que a corrupção descendo do alto | tem penetrado até as mais rasteiras ca-|madras sociaes. ||

Mas alenta-|mos a convicção de que | a maioria do paiz, ainda não se acha | corrompida, e, para um povo que está | compenetrado de que não ha grandeza, | não ha dignidade, não ha gloria para a | nação sem costumes, ha sempre pos-|sibilidade de conter e esbarrar a cor-|rupção que vem do alto. – Assim te-|nha elle a necessaria energia. -

(texto 55)

A provincia- PE nº 52, p. 1
11 de março de 1873

A Provincia
Recife, 11 de março de 1873

Os governos monarchicos represe-|tativos, como o nosso, são fundados | na opinião publica, e dependem da li-|vre discussão da imprensa. Sem líber-|dade de imprensa não ha governo re-|presentativo. ||

D’ahi segue-se que, em todos os go-|vernos livres, a luta das opiniões é | inseparavel da sua existencia. E es-|sas lutas dos partidos contra o gover-|no devem existir, como uma condição | indeclinavel da liberdade, visto como | a ausencia dellas importaria a morte | do espirito publico, e tornar-se-hia im-|possível a manifestação da opinião pu-|blica. ||

Ora, dada a necessidade de luta en-|tre os partidos e o governo, como con-|dição essencial da liberdade, e da for-|mação e manifestação da opinião pu-|blica, uma de duas cousas pode succe-|der: ou o governo tem razão contra a | opposição, ou a opinião publica tem ra-|zão contra o governo. ||

No 1. caso nenhuma necessidade | tem o governo de empregar o insulto, | e a violência dos meios materiaes con-|tra uma opposição impotente. Fóra | isso, alem de injusto, uma vergonhosa | cobardia, tanto mais condemnavel | quanto escusada, visto achar-se o go-|verno apoiado na opinião publica. O forte não precisa empregar a força | physica, como meio de defeza, contra | o fraco que sò tem por arma a im-|prensa. ||

No 2. caso, se a opinião do paiz | manifesta-se contra o governo, então de balde para sustentar-se reccorrerá | elle a força bruta. Semelhante recur-|so fará martyres dará mais a op-|posição, e o governo terá afinal de ca-|hir. ||

Com effeito se os mãos governos po-|dessem evitar a queda com o emprego | da força bruta, então ainda hoje exis-|tiriam as monarchias absolutas; ain-|da hoje existiriam os thronos os reis | constitucionaes, infiéis ao seu manda-|to, e a historia não teria paginas para | as monarchias impopulares de Francis-|co II de Napoles de Napoleão III, de | Izabel II e de tantos outros. ||

Mas taes governos cahiram porque | as instituições impopulares hão de ter | fim; cahiram porque as instituições | sempre hão de ser victimas dos erros | que commetem; chiram porque as | instituições gastas e desacreditadas | hão de cahir, como cahem os edificios | velhos, arruinados, sustentados por | madeiras apodrecidas, ou por colum-|nas e paredes rachadas. ||

Portanto, se tudo é ocioso para os go-|vernos, que tem verdadeiro apoio na | opinião publica; se tudo é inutil para | governos impopulares, nada justifica o | emprego da força bruta contra os par-|tidos em opposição, quer estes consti-|tuam a maioria real do paiz, quer da me-|noria. ||

Somos partidarios da monarchia re-|presentativa; mas por isso mesmo sen-|timos a mais profunda indignação, e | confrange-se-nos o coração ao ler-|mos o manifesto assignado pela illustre | redacção da “Republica” contra o as-|salto e o apedrejamento do edificio em | que se achava collocada a imprensa | republicana, assalto e apedrejamento | capitaneado pela policia em duas noi-|tes successivas! ||

Há factos, que dispensam commen-|tarios, e um delles é por certo, aquel-|le acto de inqualificavel attentado con-|tra a liberdade da imprensa! ||

Que juizo farão de nós brasilei-|ros, os estrangeiros residentes na Côr-|te, e os povos cultos da Europa e da | América! Se a monarchia, entre nós | para ser sustentada, é mister reccorrer | a taes violencias contra a liberdade do | cidadão e da imprensa, então infeliz | da monarchia do Brazil! ||

Protestamos pois com toda a indig-|nação, contra um acto de tamanha sel-|vageria, e lavramos o nosso protesto | em nome da dignidade do paiz, em no-|me da liberdade da imprensa, em no-|me da propria monarchia representa-|tiva, a qual, em vez de defendida, pó-|de ser comprometida por actos de tan-|ta insensatez. ||

Saibam ao menos os loucos, dirigi-|dos pela policia, nesse lamentavel at-|tentado contra a imprensa republica-|na, que as formas do governo são tra-|ducções da opinião publica, são revê-|lações ou manifestações do estado so-|cial de um povo em uma certa epocha; | e so duram enquanto correspondem as | necessidades que as fazem nascer.

(Texto 56)

A Provincia nº 54, p.1
18 de março 1873

A PROVINCIA
Recife, 18 de março de 1873

É tempo de obrigar o governo a re-|nunciar ao poder preponderante, que | tem exercido e quer continuar a exer-|cer nas eleições. ||

Aos discursos irrespondíveis dos dis-tinctos senadores, que tem pugnado no | senado pela eleição directa, os fameli-cos insaciáveis de dominio, sem pode-rem negar os factos, nem refutar as ra-|zões da reforma, se teem limitado a | dizer: que – a reforma eleitoral não é | reclamada pela opinião publica! ||

Pois bem, é indispensavel desfazer | esse falso pretxtio; e, quanto a nós, está no poder do chefes liberaes des-|fazel-o facilmente, de de um modo paci-|fico e legal. ||

A constituição brasileira consagra o | direito de reunião e de petição. Por-|tanto se o ambito do senado é muito es-|treito; se nas vozes dos egregios sena-|dores que querem, com o paiz, a eleição | directa não representam a opinião pu-|blica, é forçoso recorrer a novos argu-|mentos que desfaçam a peor da ce-|lgueiras, que é – a dos cegos que não | querem ver! ||

Liberal obscuro, fraco escriptor, d'entre tantos esperançosos talentos, que concorrem com suas pennas para a | redação da *Provincia* somos os menos | habilitado, para dirigir um pedido aos | illustres chefes do partido liberal. To-|davia a força de convicção, o tedio, quie nos causa ,desde muitos annos, o | nosos regimen eleitoral, nos dirigem a | penna. ||

E pois diremos aos que impugnam a | eleição directa, sob o pretexto da opi-|nião publica não reclamar essa refor-|ma: se o senado e a camara dos depu-|tados são estreitas assembléas para | conterem as vozes de um novo illudido | por tantos annos com esse falso syste-|ma eleitoral, que o corrompe e o avil-|ta, as praças publicas da côrte e das | capitães das provincias offerecem bas-|tante espaço para que a nação possa | externar a sua vontade. ||

Julgamos, portanto, indispensavel o | appello as reuniões, e depois dellas o | exercicio do direito de petição aos po-|deres do Estado, como meio de provar | que a opinião do paiz está, desde mui-|tos annos, com os Nabucos, Zacarias, | Saraiva e muitos outros distinctos par-|lamentares. ||

As reuniões, e as petições farão o | vacuo em torno do governo e dos pou-|cos, que tem lucrado com semelhan-|te regimen, e querem por isso conti-|nual-o. ||

As reuniões publicas e as petições | evitarão a protelação de uma reforma, | urgentemente reclamada pelo paiz, e | pela conservação das proprias institui-|ções. ||

Na verdade, desde o momento que a | eleição dos deputados e senadores, é, como entre nós, actos e puro acto do go-|verno, não ha mais sustema represen-|tativo, nem partido regulares. Ha | sim o appello ás revoluções e estas, se | podem dar ganho de causa a opposição, | nunca trazem o triumpho, senão com | a ruina das instituições. ||

Não queremos, portanto, governos e | partidos improvisados, governos e par-|tidos compostos, *de constituintes, convertidos em conservadores regenerados*, e de homens que mudam de politica con-|forme as estações do tempo.||

Taes partidos, e os governos que el-|les produzem, não passam de pequenos | grupos de emprehendores, os quaes fa-|zendo da politica uma industria, cor-|rem ao encontro de todas as aventu-|ras, compromettem por seu interesse | pessoal as instituições e desacreditam-|do-as, acabam por minar a sua estabi-|lidade, desherdando o paiz das vanta-|gens do governo monarchico, sem lhe | assegurar as vantagens de um gover-|no republicano. ||

Repetimos, semelhante politica só | pôde servir a aventureiros, que, em to-|dos os tempos, querem e tem até hoje | coneguido fazer o seu negocio. Não | serve, porém, aos espiritos rectos que | põem o seu paiz acima de suas conve-|niencias pessoases. ||

Queremos viver em uma patria li-|vrv em que o accesso ao poder esteja | aberto a opposição, se ella chega a | conquistar a maioria, e é por isso que | condemnamos *a politica do improviso e / da avenra, que só poderá convir aos aventureiros.*

(Texto 57)

A Provincia nº 55, p.1

21 de março de 1873

A PROVINCIA

Recife, 21 de março de 1873

Em uma serie de artigos edicto-|riaes, que encetamos em um dos prece-|dentes numeros desta folha, tomamos| a tarefa de analisar o relatório do | *Excelentíssimo Senhor Doutor* Henrique de Lucena. | Isto dispensa-nos por ora de entrar em | pormenores da administração todas as | vezes que nos occupamos dos nego-|cios provinciaes. ||

Assim procedendo, não esquecemos | o nosso papel de despertador avisado | de quem, tendo a immensa responsa-|bilidade de gerir os variados e impor-|tantes serviços de uma alta adminis-|tração, dormita sobre macios e perfu-|mados coxins, que lhe offerecem os seus | pagens (em sentido de côrte) e arau-|tos; sem lembrar-se de que serão elles | os primeiros que o apedrejarão no oc-|caso se apoz este não se derramar | ainda sobre o horizonte o brilho do | seu governo. ||

É por isso que ,dando algumas tre-|guas á discussão doutrinaria e ás re-|formas politicas que se debatem no | paiz, começamos hoje a apontar ao *Senhor Doutor* Henrique de Lucena os melhora-|mentos que reclama a provincia, o que | urge fazer; e a pergunta a *Sua Excelência* o | que quer, o que pôde realizar. ||

Aos cuidados de *Sua Excelência* esta confia-|da uma provincia de cerda de um mi-|lhão e trezentos mil almas. Acredi-|tamos que ao contemplar essa immen-|sa e esparsa população, ao seu espirito | esclarecido não teria escapado a idea | de que nove de suas decimas partes vi-|vem nas trevas da ignorancia. ||

E é natural, que, pensando em dar | pasto a esse sentimento da moda, procurasse indagar os meios de crear es-|colas e dar instrucção ao povo. ||

Fazemos a justiça de suppor, que ao | menos para ser agradavel ao Rei, esse | serviço, por ahi barateado e nivelado | com os ajardinamentos das praças, | quis prestar-nos *Sua Excelência*. Que esfor-|ços entretanto para isso, nos são | ainda desconhecidos; e nem uma idéa | sequer de alcance encontramos no re-|latório de *Sua Excelência*. Digamos portanto | o nosso juizo sobre essa reforma pro-|vincial, que se chama instrucção pri-|maria. ||

As duas maiores conquistas do ensino primário – a instrução gratuita e obrigatória – nos as possuímos, embora o tempo e o progresso nos permitam tornar efectiva e efficaz a ultima. A que, sobre todas, fallece, e que nos esbarra quasi diante do impossivel, é a dotação, os meios de manter e desenvolver a instrução. ||

Percorrendo o orçamento da provincia e illustre *Senhor* presidente achará que um quinto da receita provincial é applicado, bem ou mal, a instrução publica e principalmente a primaria. Sem indagarmos da relação de semelhante dispendio, perguntaremos: é possível absorver maior parte das nossas rendas sem o sacrificio de outros serviços importantes? *Sua Excelência* nos responde-irá que não. ||

Era neste ponto, e no meio desta difficuldade que quizeramos ver o espirito creador do *Senhor Doutor Lucena* pres-entar a sua provincia natal relevante serviço; era essa reforma que quizera-mos ver realisada. ||

Quanto a nós um momento de reflexão, fecundado pela experiencia dos povos mais adiantados, teria já apontado o meio de salvar a crise. ||

Esse meio é a criação do imposto das escolas. Desde que não temos terras productivas, com que dotemos a instrução primaria, formando dellas o seu patrimonio, recorramos ao imposto com applicação especial. ||

Esse imposto é dos que fazem excepção a todas as taxas, porque é desejado e até reclamado pelos povos, que testemunham e bem-dizem da sua applicação. ||

Creada essa taxa ella augmentará com a riqueza da localidade; ella será proporcional ás necessidades locais, e levará a instrução primaria á porta de cada um. ||

As sobras ou larguezas da receita gerla, ou mesmo as consignações da instrução, servirão de estímulo; do-tação ás escolas; aos professorado na razão dos alumnos que prepararem ou que frequentarem: auxiliarão as parochias ou municipios pobres. ||

Eis ahí a harmonia da taxa local com o subsidio da provincia produzindo maravilhosos resultados. ||

É este o *desideratum* de todos os povos, que procuram alcançar uma fonte perenne para alimentar a instrução. ||

Esta idéa não é nossa: é o que praticam todos que promovem melhora-mentos desta ordem. ||

Não poderá ter applicação a esta provincia? ||

É fora de questão. O acto adicional deu-nos poderes para legislar, sem limitação, sobre tudo que se pre-nde á instrução primaria. Decrete-se a taxa local das escolas como imposto municipal, com os caracteres e applicação que descrevemos, e tudo es-tara feito: o mais é simples questão de organização. ||

Ao *Senhor Doutor Lucena*, que dispõe da Assembléa Provincial e das camaras municipaes, cabe iniciar essa grande reforma. Qualquer outra, não passa-irá dos palliativos destes últimos annos. E com effeito, como quer *Sua Excelência* instrução obrigatoria, edificios e material de ensino, mestre habilitados, sem recursos pecuniarios? E como achal-os? Não há outro meio: é tirar do povo o que, a sua propria vista, com a sua immediata inspecção, lhe vae ser restituído sob a forma do mais util e do mais urgente dos beneficios dos nossos dias.

(Texto 58)

Diario de Pernambuco nº 199, p.1
02 de setembro de 1874

DIARIO DE PERNAMBUCO
Recife, 2 de setembro de 1874
Hospício de alienados

É mister que tenhamos a verdadeira comprehensão do destino da humanidade, chegada [ilegível] ao avançado gráo de civilização de que tem o século XIX, graças á revolução philosophica do que o antecedeu, collido as mais esplendidas mani-festações. ||

Pela mais logica associação de idéas, ao grave problema economico – a riqueza publica – que / constitue a capital preocupação dos povos modernos, os quaes, tomados de uma elevada intuição, algumas vezes ameaçadora das velhas instituições, descuram do fim politico, convergentes todas as suas vistas ao fim social, liga-se o não menos grave, se não mais ainda, da miseria publica, sob todas as formas de que se pode re-vestir. ||

É que mais a mais, em sua constante e progressiva irradiação, o christianismo á confraternisação das diversas familias humanas, em uma só, pelo milagre da redempção social. ||

Sob a fatalidade da evolução historica, se ha pontos de vista, ante os quaes pode accusar-nos a propria consciencia de atrasos e remissões, as quaes não haja, talvez, uma explicação airosa, o que se não poderá obscurecer e muito menos negar, é que, por outro lado tenhamos deixado de progredir em razão superior às nossas proprias forças, tão profundamente nos achamos compenetrados da idéas novas. ||

A maneira franca, energica e talvez temeraria, com que havemos encetado o movimento revolucionario, por acrisolado amor ás exigencias rege-neradoras da civilização moderna, contra a escravidão, a ignorancia e a miseria, promovendo a emancipação do captivo, a propagação da instrução popular, a extincção da mendicidade; quem ousará pôr em duvida, ou sophisma la siquer? ||

A conquista, a posse, o gozo, para melhor dizer, dos effeitos beneficos de instituições de tal ordem, por força da natureza das mesmas, não são obra de uma geração, mas de muitas em sua successão natural, reservada, todavia, á primeira, áquella que as iniciou, o reconhecimento glorificante do tributo historico. ||

Nestes últimos tempos, o nosso caminhar, o caminhar desta provincia, confrontado com o das demais do imperio, se não é o mais digno de applauso pela consecução immediata do resultado pratico de seus esforços, é com certeza o mais merecedor de verdadeira animação e auxilio, pois que, como que menos egoista que outra qualquer provincia, como que de vistas mais largas, do tratar de si não esquece suas irmãs limitophes. ||

Como que mais preocupada do futuro, que do | presente, e por isso, como que mais elevadamente | impressionada com a missão regeneradora do se-|culo, a provincia de Pernambuco, com a cega | confiança que só o apostolado christão inspirou | aos primeiros reformadores do velho mundo, tem-|se abalanchado á commetimentos cujas consequen-|cias salutarmente humanitarias ultrapassarão, em | beneficio de suas irmãas convisinhas, as raias de | sua propria necessidade, de seu proprio engran-|decimento. ||

No futuro da colonia orphanologica Santa | Izabel, do asylo de mendicidade e do hospicio de | alienados, de que vamos, em boa hora do dia 8 do | corrente, plantar a primeira pedra, podemos desde | já entrever os enormes beneficios e offerecermos | ás victimas do infortunio, sob todas as suas for-|mas; á orphandade desvalida, que encontrará abrigo e | conforto; a loucura, essa desgraça mais dolorosa, | que a da ignorancia, mais pungente, que a da | fome, que encontrará amparo e a protecção, que | somente o Evangelho soube inspirar ao coração | humano. ||

Attingidos as vastas proporções com que estão | projectadas taes instituições, certo é que, mediante | cooperações razoaveis, as provincias limitrophes | poderão participar das immensas vantagens, | que essas instituições offerecem ás exigencias da | vida actual dos povos. ||

Na grande questão social, para não dizermos - | politica, em que barafusta o espirito publico, a | questão do sofrimento popular, como diz alguém, tem esta provincia sobrelevado do modo mais | solemne e effectivo as suas attenções, ocorrendo | presurosa aos reclamos da humanitariedade. ||

Está na consciencia de todos a gloria, a consi-|deração de benemerencia de que nos tornaremos | dignos á face de todos, com a fundação de um | hospicio de alienados em nossa provincia, com as | proporções projectadas para o de, em 8 do | corrente, será assentada a primeira pedra; e o | qual, com certeza será considerado o do norte do | imperio, pela necessidade de estabelecimentos de | tal ordem de que o mesmo se resente; e, pretender | discutir ainda a conveniencia da satisfação de | necessidade tão urgente, tão palpitante, revelaria | pouco fiar no bom senso geral. ||

Saudando, pois, tamanho commettimento, rele-|ve-se-nos o desvanecimento de que nos sentimos | possuidos, quando vemos, que temos a agradecer a | iniciativa de acto tão importante e concorrente á | elevação moral desta provincia do distincto ma-|gistrado, que hoje a administra, pernambucano, | como é o zeloso interesse de filial dedicação. ||

Assim, muito não é que, por amor ao aconte-|cimento de que nos ocupamos, exijamos um | voto unanime de gratidão áquelle que tão bem | comprehendeu a nobre missão de dirigir, á cons-|cucão dos grandes fins humanitarios, um povo, | como o nosso, em cujo coração approuve ao céu | intheseurar os germens das acções magnas. ||

Terminaremos o nosso tributo de consideração | á solemnidade de que será theatro esta cidade em | 8 do corrente, repetindo um dos conceitos mais | arrojados do poeta philosopho do seculo: - Ac-|tualmente o grande homem politico sera um gran-|de homem christão. ||

Eis o que urge: - que quando antes a civilisa-|ção tome, na phrase de *Esquiros* – as formas da | Cruz.

(texto 59)

Diario de Pernambuco-PE nº 87, p. 1
17 de abril de 1877

DIARIO DE PERNAMBUCO
RECIFE, 17 DE ABRIL
A QUESTÃO DO ORIENTE

Como terão visto os que nos prestam sua | benevola atenção, os últimos telegrammas | que temos publicado, relativamente ás lutas | travadas na Turquia, e ás consequentes ap-|prehensões da Europa pelo renascimento da | eterna *questão do Oriente* são de todo ponto | desanimadores para aquelles que veem na paz | do mundo um don de inapreciavel valor. ||

Segundo esses telegrammas, achando-se | esgotado o capitulo das lutas diplomaticas, e | confessando-se impotente a Europa para ven-|cer as resistencias tenazes da Turquia, como | que já estrugem nas margens do Danubio os | sons das trombetas da guerra, annunciando | que os estados do sultão são invadidos pelas | hostes belicosas da possante Russia. ||

É tremenda a responsabilidade que, pe-|rante o mundo, vai assumir o governo de S. | Petersburgo, atirando-se á mão armada sobre | a Turquia; e tanto ais digno de reparo, tan-|to mais lamentavel é o facto, quanto delle pro-|vavelmente resultará uma conflagração geral | da Europa, cujas grandes potencias tem to-|das, mais ou menos, interesses á salvar-|dar, interesses que o desmembramento do | imperio ottomano deve pôr em imminente pe-|rigo.

É verdade que os principios de humanidade | tem sido conculcados pela Turquia de modo á | revoltar todos os sentimentos contra ella; é | também verdade que os mais viciaes interes-|ses dos novos não-mulsumanos, que vivem | sob o seu jugo, teem sido por ella menospre-|zados; mas, ainda assim, não pode ser justi-|ficada uma guerra contra o imperio ottomano, | não so por que á ella se oppõem os proprios | principios de humanidade, mas tambem por | que com ella nada lucrarão aquelles por cuja | causa a Russia quer desembainhar a espada. ||

Devendo tornar-se geral na Europa, essa | guerra hade forçosamente separar em dous | campos as potencias interessadas no Orien-|te; e, certo, dessa divisão resultará um de-|terminado equilibrio das forças em luta, e | esse equilibrio, fazendo conter as ambições | reciprocas dos combatentes, provavelmente | determinará a estabilidade da Turquia com | todas as suas instituições e vicios. ||

Assim, pois, veremos o velho continente re-|gistrar em sua historia mais uma guerra in-|fructifera, emquanto a humanidade lamenta | essas aberrações da politica internacional eu-|ropéa, sempre eivada do veneno da am-|bição. ||

Como quer que seja, os horisontes européos | se acham cubertos de nuvens tempestuosas, | e estas prestes a lançarem a fâsca para o in-|cendio, que ninguem pode prever até onde e | por quanto tempo lavrarã. ||

Assim sendo, e correndo-nos o dever de | trazer informados os nossos leitores acerca | da guerra que se anuncia, começamos por | lhes dar uma noticia dos paizes mais de perto | interessandos na luta, afim de preparal-os para | seguirem o curso dos acontecimentos. ||

Falaremos acerca da Turquia com os seus | principados da Servia, Montenegro e Rouma-|nia, e da Russia, isto é, das duas inimigas se-|culares, cujos exercitos ja se defrontam nas | fronteiras repectivas.

(Texto 60)

Diario de Pernambuco nº 94, p.1
25 de abril de 1877

DIARIO DE PERNAMBUCO
Recife, 2 de abril de 187
Guerra do Oriente

Está, emfim, distruída a paz, embora paz | armada, de que desfructava a Europa depois | que, com a conquista da Alsacia –Lorraina, | completou a Allemanha sua terrível vingança | contra a França! ||

A Russia, como se se vê dos telegramamas que | vão na secção competente, delcarou fornal-|mente guerra á Turquia, e o seu exercito, tendo atravessado a Roumania, que que este | estado tributario protestasse, avança destemi-|damente sobre a inimiga secular do imperio | dos czares. ||

Assim fazendo, a Russia deu-se pressa em | declarar, sem duvida as potencias signatárias | do trabalho de Paris, de1856, que nenhuma | idea de conquista a anima; e, pois, resulta | dessa declaração que somente por amor dos | povos Christãos, opprimidos pela Turquia, mo-|ve ella as suas hostes, como que é hoje uma aspira-|ção européa. ||

Esta declaração da Russia, porem, não nos | merece confiança attentos os precedentes | historicos; e, certo, as grandes potencias eu-|ropéas tambem não crêem nella, visto como | todas começam a mobilisar os seus exércitos | como que para intervirem no conflicto do | Oriente, logo que as condições deste venham a sahir do quadro apparente em que a Russia | os emmoldurou. ||

De feito, dizem os telegrammas, que deste | dias passados publicamos, que a Áustria, a | Alemanha e a Italia teem feito convergir tro-|pas para as proximidades do teatro da guer-|ra, e, evidentemente, estas demonstrações de força não podem visar outro fim, senão pe-|sar na balança politica em que assentam ac-|tualmente os destinos da Turquia. ||

É verdade que, autorizado pelo rei da Italia, | um de seus ministros o *Senhor* Depretis, acaba | de declarar ao parlamento de Roma, que essa | potencia se conservará neutra; mas, além de | que semelhante declaração isolada não consti-|tue lei para a Europa, acresce que o proprio | *Senhor* Depretis incumbio-se de accrescentar que | a Italia, de accordo com as demais potencias | que se teem conservado na espectativas, apro-|veitar-se ha de quaesquer circumstancias even-|tuas para chegar ao fim desejado. ||

Ora não sendo esse fim senão a paz, é ob-|vio, que, pelo menos, a Italia, e é de crer que | outras nações tambem, intervenham na luta | como mediadoras, quando for oportuno e as-|sim o reclamar o equilibrio européo, de que a | Turquia é alias membro necessario. ||

E, quem nos diz que a Russia, tendo come-|çado a luta, e tendo alcançado vantagens mi-|litares, queira depor as armas, antes de ver | satisfeitas certas vistas, que nutre desde mui-|tos annos, e para a realisação das quaes talvez | conte, em certo modo, com a neutralidade ou connivencia da Allemanhã? ||

Eis o poque duvidamos que a guera se | restrinja aos dous contendores actuas, sem | que todavia, julguemos impossivel esse aconte-|cimento; não, porque haja pleno accordo de | vistas e de interesses das grandes potencias, | mas, porque as desconfianças reciprocas | trazem a Europa anniquilada, e como que | receiosa das muitas ambições que dor-|mem no fundo da consciencia politica de | certos estados, para os quaes a fortuna tem | servido bondosa, graças á incuria e a falta de | [ilegível] de alguns estadistas do velho mundo. ||

Nestas condições, repetimil-o, cremos de | preferencia, que a guerra virá a ser geral; mas, | fazemos votos para que nos enganemos, bem | como almejamos que preenchidos dos desejos, europeus, relativamente aos christãos da Tur-|quia, o anjo da paz baixa sobre o antigo con-|tinento, e estenda suas azas sobre os povos, | que alli vivem, permitindo que se firme me-|lhor o supremo interesse da humanidade com a | confraternisação dos estados europeus.

(texto 61)

Jornal do Recife-PE nº 147, p. 1
01 de julho de 1880

Jornal do Recife
As eleições de vereadores e juizes de paz

Começam hoje as eleições para vereadores e | juizes de paz. ||

Como já tivemos occasião de dizer hontem, o | *Senhor Doutor* Doria, presidente da provincia, ordenou | *terminantemente* a todas as autoridades, que se | abstivessem de intervir no pleito eleitoral, sob | qualquer que seja o pretexto, assim como fizes-|sem affastar, para lugar distante da igrejas ma-|trizes, as fôrças que existam sob suas ordens, | deixando apenas um numero de praças, que se-|ja preciso para guardar as prisões. ||

Tendo sido esta ordem expedida com toda | a promptidão, deve ella ter chegado á maioria | das localidades da provincia, para onde foi diri-|gida, e nos parece que nenhuma autoridade que | a receba se atreverá a desrespeital-a.||

Assim, pois, livre da pressão, qua a força pu-blica costumava a axerçer durante as eleições, | e tambem da concurrencia dos que seguem a | fracção liberal que está no poder, visto haver | elle deliberado não disputar a victoria das urnas que abandona aos conservadores e a fracção | liberarem opposição, deve o pleito correr tran-|quilo e o mais livre possível. ||

Esta abstenção governativa, de que não ha | exemplo ha muitos annos, e sobremodo honrosa | para o illustrado administrador da provincia, | que assim põe em pratica as vistas do gabinete | de que e delegado, e confiara ao seu criterio, | energia e tirou o governo desta provincia, n° uma | quadra bem melindrosa. ||

Todos os bons pernambucanos, os que amam | e estremeçem a sua patria, e a não querem ver | anarchisada, devem estar satisfeitos com o que | ha feito o *Doutor Doria*, e proceder de maneira | que o dia de hoje seja mais um dia de gloria | para Pernambuco, pelo exemplo vivificante da | mais completa tolerancia, paz, concórdia e harmonia. ||

Todas as provincias do império nos contem|plam; mostremos-lhes que o amor da pátria | está para nós acima das paixões partidarias.

(Texto 62)

Jornal do Recife nº 163, p.1
20 de julho de 1880

JORNAL DO RECIFE Reforma Eleitoral

Sob a fé de um telegramma da côrte, referin-|do-se a noticia dada, pela que se acha melhor | informada de entre as folhas publicas na capi-|tal do imperio, acreditam muitas pessoas, que o| projecto da reforma eleitoral, remetido ha pou-|cos dias pela mesa da camra temporaria a do | [ilegível] tem probabilidade de ser approvada pe-|los venerandos anciãos da camara vitalicia. ||

[ilegível] para discordar inteiramente da | [ilegível] manifestada pela *Gazeta de Noticias*. ||

A *Gazeta* considera liquida, a favor do pro-|jecto, a vedação dos senadores liberaes; e accres-|centando-lhe a da fracção conservadora capita-|neada pelo *Senhor Barão de Cotelipe*, que parecem | dispostos a desprezar a questão da inconstitu-|cionalidade e acceitar a reforma com algumas | modificações, acha maioria em pró do projecto | reformista. Ora, parece-nos mais que duvidoso | o concurso dos senadores liberaes, ou pelo me-|nos dos mais notaveis. É pouco provavel, e até | impossível, que os *Silveira Lobo*, *Silveira da Motta*, *José Bonifacio* e outros muitos deem seu | voto a uma reforma, que desembaraçada dos | atavios liberaes e humanitarios com que orna-|ram-a e não teem aliás importancia alguma | pratica, cifra-se em tirar o direito de interven-|ção nos negocios publicos a todos que não pos-|suem certo capital, ou não tendo passando por | exames officaes não pertecem á excelsa classe | dos *mandarinos*; a uma reforma, que não tiran-|do ao executivo meio algum dos que lhes teem | servido para converter a eleição em designação | deixam substituir praticamente o *statu quo*, | piorado pelo cerceamento do circulo em | que poderá funcionar a escolha do governo, e pelo desprestigio da magistratura chamada a re-|presentar nas eleições o principal papel, sem que | a tenham dotado com as precisas garantias de | independencia. ||

Accresce, que muitos conservadores, dos que | não receiam apunhalar mais uma vez a Consti-|tuição, talvez recuem diante das perspectivas, | medonhas no ponto de vista da estabilidade das | nossas isntituições e da integridade do Império, | que deixa entrever, ainda aos homens menos | pensadores, a criação de um paiz legal, do qual | ficará excluída a immensa maioria dos brazilei-|ros tormados estrangeiros na sua patria!

(Texto 63)

Diario de Pernambuco nº 27, pp.1-2
01 de Fevereiro de 1884

DIARIO DE PERNAMBUCO Retrospecto político do anno de 1883

Como disse o chorista Goerges Lyon, em tem-|po de que a policia britannica, fleugmatica e molle, | se despedisse emfim da sua tradicional indolencia. | Se ella se tivesse mantido fiel ao seu passado, | Londres teria ido pelo ar. A explosão do bairro de | Wastminster foi pelos geitos, apenas uma expe-|riencia, um ensaio preparatorio, um ageitar de | mãos para o golpe decisivo. O grande incendio es-|tava marcado para uma data próxima. A esse | tempo, deviam ser depostas em todos os bairros | da famosa metropole, diante de edificios particu-|lares e publicos, avultadas quantidades de nitro-|glycerina. Os focos da explosão deviam ficar por | tal modo ligados entre si, que no dia e hora desig-|nados, a ruína e a morte surgiriam de todos os | pontos na commoção produzida por um só choque. | A electricidade entrava por tanto no plano. Como | se vê, não é só na Europa continental que os re-|volucionarios se vangloriam de terem aperfeiçoado | as sciencias e estavam familiarisados com os labo-|ratorios de physica e chimica. Os experimentallis-|tas de 15 de março despertaram a atenção publi-|ca com a sua experiencia imprudente. O ensaio | geral burlou a primeira representação. Vigilancia | mais minuciosa do que até ahi começou a ser exer-|cida em todos os centros populosos do Reino-Uni-|do. Em Birmingham verificou-se que um tal Whi-|tched, tido por mercador de papel, não vendia cou-|sa alguma, fabricava nitro-glycerina em sua pro-|pria residencia, onde se acharam quantidades des-|ta substancia, sufficientes para arasar a cidade. A população de Bermingham, sciente da terrivel | descoberta, tractou de abandonar as visinhanças | da terrivel manufactual. ||

Ao mesmo tempo eram presos em diversas ci-|dades outros fabricantes do mesmo gênero, entre | elles um medio, Gallagher, cumplice da horrenda | tentativa. O que desperou indivisivelmente os in-|glezes foi saber-se que três dos

acusados eram | adventicios americianos, que mal conheciam Lon-|dres. A cohorte de assassinos e mineiros sociaes | que estende sobre a Grã-Bretanha a rede da con-|juração e na sua quasi totalidade composta dos | discipulos do feniano O'Donovan Rossa, o fami-|gerado inspirador da impresa irlandeo-americana, | chamada do *homicidio*, o infatigavel chefe que, de | New Your, onde póde impunemente conspirar, di-|rige os punhaes, anima os amantes da electricida-|de mal applicada e traça os planos do incendio. | Amante do methodo scientifico escrevia há pouco | a propósito de explosões dizendo que *não era uma | empresa facil, e antes digna de muitos cuidados e mestria arrasamento de Londes. Quanto a | Whitehed, irlandez pur sang, quando o levavam | para a cadeia, entoava a canção patriótica:*

Ill die old Irland, I Will!

Quero morrer, oh! Sim pela velheta Irlanda!

Mas o homem, não tinha crime nenhum *ex vi* | do Act de 1875, que permite a qualquer um ter | em sua caso o sortimento que lhe aprover das ma-|terias tão caras aos chimicos do radicalismo, aos | niveladores sociaes. E como as combinações e ex-|periencias a que se havia applicado, e em que era | professor emerito, não tinham causado a morte a | pessoa alguma, dava-se que nem as leis penaes da | Inglaterra podiam alcançar-lhe a habilidade pro-|fissional. Mas tão iam, como se costuma dizer, ficar sem um padre-nosso de penitencia os indivi-|duos que tentaram reduzir a cinzas a grande cida-|de de Londres! Se ao menos se podesse matar no | germen a conjuração sem cessar renascente! O importante não era castigar sómente os mandata-|rios, mas osbretudo os mandantes. Mas estes acha-|vam-se nos Estados –Unidos e a lei americana é, | no assumpto, tanto ou mais complacente e eclecticica que a da metropole de outr ora. Havia talvez | ainda um recurso a empregar - a extradição. Mas | a prisão preventiva, ainda quando collettada por | outra nação, é nos Estados–Unidos precedida de | formalidade tão demorada que o criminoso ou | suspeito tem largo tempo para acautelar-se. E | para que o governo inglez perdesse toda a espe-|rança por este lado, á imprensa americana tractou | de communicar-se apressadamente que a grande | republica não estava disposta á reformar as suas insituições por amor á segurança da Inglaterra! ||

Porém desde que o governo britanico não po-|dia contar com a protenção de estranhos, era ne-|cessario que procurasse proteger-se a si mesmo. | Assim se fez, e com um phenominal ardor, attento | o temperamento impassivel e frio dos europeus in-|sulares. Todos os escrupulos que sempre os deti-|veram ante qualquer restricção da liberdade indi-|vidual (inclusive a de morrer de fome), a religião | do *habeas corpus*, cujo primeiro artigo consagra a | inviolabilidade do domicilio, tudo isso desappare-|ceu em frente da verdadeira paixão representativa que | invadio todos os animos aterados pela luminancia | do perigo. ||

O gabinete e o parlamento do paiz – que até ahi | foi o lar hospitaleiro de todos os revolucionarios | estrangeiros, pozeram-se a legislar immediatamen-|te ao successo de que vimos de occupar-nos. Sir William Harcourt, monistro do interior, apresentou | desde logo um projeto á camara dos communs cuja essencia alterava profundamente a organisa-|ção politico-social de uma nação que se desvanecia | de ter excluido de suas leis a mais leve sombra do | arbitrio inquisitorial. ||

A nova lei foi votada em pouquissimos dias | e com a mesma precipitação sanccional pela rai-|nha entre outras disposições, não menos rigorosas, | admite a formação da culpa sem ciração do indi-|ciado, consagra o direito absoluto de devassa, mes-|mos em relação ao capitão de navio que, com fun-|damento ou sem elle chegue a desconfiar dos pas-|sageiros. ||

Semelhante acto legislativo tão fóra está dos | usos e costumes inglezes, que só o medo podia ins-|piral-o, nota o chronista que vimos.. *Res / tua agitur*, não é mais a casa do visinho que arde: | é a nossa confesou ingenuamente uma das folhas | da *City*. ||

Mas, basta isso para que os burgueses de Londes e | os proprietarios do solo inglez, dividido por poucos, | durmam descansados e sem receios do dia d'ama-|nhã? A violencia do castigo, extinguirá ou termi-|nará de todo inoffensivo o movimento agrario da | desgraçada Irlanda? Não por certo é explica-|vel que um povo que guarda ainda viva a memo-|ria de Guy Falwks e da reacção catholica conhe-|cida pelo nome de *conspiração da polvora*, não pos-|sa tolerar a dynamite como factor de politica in-|terna. Mas a propria historia diz que o rigor fere | e não convence. ||

O entusiasmo de uma grande causa-a causa | da vida –desde que accendeu a aluna de um povo, | predes pol-o ao mesmo instante para o martyrio. ||

Dizemos para o martyrio e não para o castigo, | porque para espiritos em tal estado de excitação, | os crimes mais horrorosas são actos sublimes de | nobreza e patriotica abnegação. Tivemos prova | disto ainda o anno passado em Dublin por occa-|sião de serem executados alguns dos autores do | crime de Phenix –Park e outros. Uma dessas exe-|cuções, sobretudo, constitue episodio interessante e | cheio de ensinamentos. Tractava-se de um indi-|viduo que havia assassinado dous infelizes, dego-|llados a faca. ||

O assassino, rapaz de uma corpolencia e força | excepçionaes, tinha 23 annos de idade. ||

Os medicos que fizeram a autopsia nos cadave-|res das victimas disseram que não tinham visto | nunca feridas tão horrososas. ||

O criminoso fôra enforcado na prisão. Temia-|se que elle commettesse acto de violencia | antes de subir ao patibulo. Ao contrario, recebeu | a morte com a mais profunda indiferença. E | quando, após a execução, lhe tiraram o barrete ne-|gro que lhe cobria a cabeça vio-se que seu sem-|blante apresentava a mesma tranquillidade que o | não desamparou durante a vida. ||

O condemmado pertencia a uma familia que con-|tava 25 filhos. Os irmãos haviam-lhe mandado | rezar missas em todas as igrejas catholicas. Ti-|nham vindo dous padres assistir-lhe nos ultimos | momentos. E, caminho do cadafalso, recitavam | as orações funebres a que elle pontualmente res-|pondia. No momento da execução arvorou-se uma | bandeira negra no alto da cadeia. Havia na rua | uma compacta multidão de homens mulheres e | criannças aos milhares. As mulheres resavam fe-|brilmente os seus rosários. Ao apparecimento da | bandeira negra, todas as cabeças se descobriram. | Ouvio-se então um grito que era uma ordem im-|periosa: “de joelhos!” e uma grande parte da | multidão ajoelhou. A familia do assassino recebe-|ra immensa corôa de flores, que lhe fôra enviada | de Liverpol, onde a colonia irlandeza e numero-|sissima. ||

Muitas lojas de Dublin fecharam as portas em | signal de luto. A mãe do criminoso tinha dito a | elle que o amaldiçoaria se elle fizesse alguma re-|velação á justiça. Dahia as demonstrações dos | [ilegível] como chamam na Irlanda a

todos os | que não entram ostensivamente no movimento | agrario, mas que o applaudem como patriotas. Projectara-se uma precissão com um feretro vasio | e ter-se-hia realisado, se a policia não interviesse. ||

Eis a que ponto tem chegado a crise irlandeza, não obstante o [ilegível] *Act* e as medidas posteriores, as meias concessões e os excessos de repressão. | Debalde o papa intervem, como fez por occasião | da subscrição nacional da Irlanda em favor do | *Senhor* Parnell, chefe da Liga agraria e representante | de seus concidadãos na camara dos communs. O | clero da Irlanda e catholico; e, n'outros casos, | obedecerá cegamente ás determinações e ordens | do chefe de sua igreja, mas neste a submissão nun-|ca será completa. É que esse clero vem do povo | e vive do povo cuja profunda miseria e incríveis | soffrimentos conhece; e pois não haverá discipli-|na, pois mais rigorosa, que alcance arrancar-lhe | do coração as vias sympathias que a causa nacio-|nal lhe inspira, e que tão eloquentemente tem ma-|nifestado por differentes vezes e nos momentos | mais solemnes. ||

Procura-se entretanto nova solução ao difficili-|mo problemas. Em falta de coragem e abnega-|ção para adpotar uma medida séria, racial, defi-|nitiva, os poderes britannicos entregam-se aos | meros expedientes, que podem talvez adiar, mode-|rar temporariamente os efeitos da crise, mas não | aniquilal-a extinguil-a. Tracta-se de favorecer e | animar a emigração dos irlandezes. É, como se | vê, uma applicação da theoria economica de Mal-|thus, tão cara á parte rica e opulenta da popula-|ção britannica, cujo egoismo favoneia, indicando-|lhe os meios de ver-se livre da miseria incommo-|da. Realmente pergunta o *Senhor* Henrison, porque | é que o aldeão irlandez persiste em matar-se inu-|tilmente n'um trabalho incompenzado? Porque | não abandona o solo inhospito onde vio a luz? É | que o infeliz tem allí a familia, os filhos, o tumu-|lo de seu pai, a sua ilha, apesar de tudo, muito | anula, o patriotismo, os hábitos, o proprio deses-|pero de sua miseria. ||

Soffre, pois, e não se expatria. ||

A renda representa o tributo do credor legal-o | [ilegível] pensamento sobre a saúde do cultivador, so-|bre a sua existencia e a dos seus; augmentando-|lhe a agonia da penuria e desolação. Assim mes-|mo o rustico prefere o jugo da renda a aboandonar | a terra que lhe é madrastra, em vez de mãe, e que | não obstante e por elle amada com o affecto en-|tranhado de verdadeiro filho. E afinal os irlan-|dezes tambem emigram. Ha na America nada | menos que cinco milhões delles, isto é, maior nume-|vro do que os actualmente existentes na Irlanda. | Mas de que serve isso para a amenisação da crise, | se elles embora longe, não abandonam a causa da | patria, se a distancia não lhes abranda os odios | contra os seus oppressores, como provou o atten-|tado de 15 de março e outros muitos factos estão demonstrando?

(Continúa).

(Texto 64)

Jornal do Recife, nº 69, p.1
23 de março de 1888

JORNAL DO RECIFE A CONFUSÃO DAS LINGUAS

Se ha um facto, que revele a essencia das re-|gras do systema parlamentar, é essa metamorpho-|se repentina dos programas ministeriaes den-|tro do mesmo partido. Não é a Camara dos De-|putados que dá orientação ao governo, é o go-|verno que faz da Camara a propria chancell-|ria, como o artista póde extrahir da cêra ou do | marmore a estatua de um deus ou os contornos | de uma amphora. ||

Não são os parlamentos aptos para o estudo | dos detalhes administrativos, mas quando não | imprimirem a marcha do governo á propria orien-|tação, elles constituem bagagem pesada e inutil | na organização do paiz. ||

Não se comprehende que dentro do mesmo | partido, apoiado pela | Camara, possa um | ministerio retrogrado, como era o gabinete de | 20 de Agosto, ser substituido por um outro, como | o de 10 de março, que se annuncia ultra-refor-|mador, e que o *Senhor* João Alfredo chamaria do | *diabo à quatro*, como denominou o do *Senhor* Si-|nimbú, tomando de emprestimo um qualificativo | da historia parlamentar da Inglaterra. ||

Os partidos politicos não são meras agremia-|ções de homens, dispostos á todas as tergiversa-|ções; elles representam idéas, principios para o | governo das sociedades, segundo a feição, que | ellas representam no momento. Dahi a necessi-|dade do revessamento dos dous partidos constitu-|cionaes no governo do paiz. ||

Se a sociedade atravessa um periodo de trans-|formação politica, social ou econômica, se ella | se agita em procura de novos moldes para que | nelles possa vasar a sua actividade, é claro que o | governo não póde deixar de corresponder á essas | tendencias de progresso, e dahi a necessidade de | exercer o poder o partido liberal. ||

Se ella se julga fatigada de uma longa mar-|cha de um periodo de incertezas, se procura con-|solidar as liberdades conquistadas, se a agitação | desordenada nos espiritos perturba a tranquili-|dade, agita os interesses permanentes do capital | da familia, da religião, o governo tem necessi-|dade de repouso ou mesmo de resistir aos ele-|mentos perturbadores da paz publica, e á essa | missão dolorosa, mas nobremente necessaria, é | chamado o partido conservador. ||

São estas as noções elementares do governo | pelos partidos politicos, como elle é geralmente | praticado no paizes, que o adoptaram. ||

Fazendo applicação ao que entre nós se passa | que autoridade, que força moral póde ter uma | Camara, que hontem apoiou um gabinete de re-|sistencia á emancipação dos escravos, e hoje é | chamada a sustentar um ministerio, que se pro-|põe á abolição immediata? ||

Que prestigio póde ter uma reforma, que se | dirige á annular a propriedade, ainda que ille-|gitimamente constituida e representante das op-|pressões e de crimes seculares se essa reforma | não tem o sello de convicções nobres e arraiga-|das e não passa e uma transacção para a manu-|tenção do poder? ||

Que força de cohesão póde orientar um minis-terio perante o parlamento e o paiz, quando um | de seus membros é o representante do gabinete | escravista, e todos os outros se chocam por opi-niões accentuadas e contrarias umas ás outras? ||

Por ventura o *Senhor* Thomaz Coelho, que foi | eleito ha um anno senador, sendo apresentado | pelo *Senhor* Paulino de Souza em uma circular ce-|lebre ao eleitorado fluminense como o represen-|tante dos sentimentos dos lavradores emperrados | do Rio, póde defender as mesmas idéas do *Senhor* Vieira da Silva e Antonio Prado? ||

O *Senhor* Pereira Vianna, que sempre teve as | setas mais aguçadas contra a propaganda abo-|licionista, que nunca teve um raio de esperança, | uma palavra christã para levar aos eitos e ás | senzalas póde se ter transformado da noite para | o dia no ministro, que tem de defender em gran-|des debates a liberdade humana, a redempção | dos captivos? ||

Onde está, pois, na organsação do actual mi-nisterio a coherencia dos homens, a moral dos | partidos, a integridade do parlamento e o inte-|resse pela monarchia? ||

Nesse amalgama de opiniões encontradas o | ministerio de 10 de março representa outra | cousa á não ser a desorgem nas funções dos | partidos, a confusão das linguas no governo | do paiz?

(Texto 65)

Jornal do Recife n.º 75, p.1

01 de Abril de 1888

JORNAL DO RECIFE O NOSSO ANNIVERSARIO

Ha um anno que o *Jornal do Recife*, passou | para a actual direção. ||

Diz-nos a consciencia que temos enviado todo | o esforço para bem desempenhar os deveres de | jornalistas independentes procurando e defen-|dendo o bem publico, sem attenção ás persona-|lidades. Reformas importantes temos já realisa-|do no *Jornal do Recife*, fazendo-o interessar-se | por todas as questões, que teem sido debatidas | no paiz, e especialmente nesta provincia, bem | como ampliando o serviço de correspondencias e | o de noticias do exterior e inteior. Não temos | poupado assim sacrificios para bem servir aos | nossos assignantes. ||

Em compensação do trabalho empregado, da | [ilegível] com que temos defendido o que jul-|gamos ser conforme aos interesses do paiz e | desta provincia, da dedicação pela defesa das | liberdades publicas e dos direitos dos concida-|dãos, temos tido a satisfação de ver que o favor | publico tem correspondido ao nosso esforço. ||

Possa esse favor continuar á bafejar-nos, e | continuaremos cada vez mais á nelhorar o | *Jornal do Recife*, tornando-o igual aos melhores | órgãos de publicidade do nosso paiz. ||

OS PRIMEIROS ACTOS

O isolamento é uma situação pesada pata o | espirito humano, e já Lamemais que ne-|nhum individuo, qualquer que seja a classe de | sere á que pertença, póde subsistir isolada-|mente. Foi essa impressão atrophiante que do-|minou o *Diario de Pernambuco*, dando respos-|ta ao que escrevemos sobre os primeiros actos | do ministerio 10 de março. Mandou-nos ás | praias porque nellas vive. A companhia é que | regeitamos. ||

Parece que os amigos do gabinete neste pro-|vincia, tendo-o como um *noli me tangere*, que-|rem resguardal-o pela insolencia, terreno de | que se apossaram e não o disputamos, de qual-|quer censura, mesmo jsuta e moderada, como as | que temos feito. Pese-lhes, embora, continuare-|mos, e temos bastante altivez n'alma para nos | servir ella de antidoto contra a raiva dos que | mordem. ||

Figurou-se-nos atacado de virus da maledi-|cencia contra os *filhos desta terra*, contrastando | de modo notavel o nosso procedimento com o | que se pratica em *terras patrioticas* onde as folhas | de todos oos matizes politicos não as ferem desa-|piedadamente e guardam rasoavel silencio, indica o reconhecimento do merecimento. ||

Somos uns selvagens, reconhecemos, nossas | regiões patrioticas, e os filhos desta terra se resu-|mem nos *Senhores* Morreira Alves e Miguel Pernam-|buco. [Corte] O *Senhor* Miguel Pernambu-|co, como juriconsulto e procurador fiscal, não | tem adquirido maior pratica no governo desta | provincia? O *Senhor* Moreira Alves, que é jorna-|lista, orador, philospho e publicista, já não | tem deixado o nome gravado em pedra polida no | Rio Grande do Norte e nas Alagoas, de modo que | os povos se prostram quando proferem-lhe o | nome? Elles não precisaram do advento do *Senhor* | João Alfredo para serem tidos como grandes | homens. Se até hoje não foram bem aproveita-|dos é que atravessavamos o periodo das medio-|cridades e chegou agora a epoca dos grandes ho-|mens á começar pelo *Senhor* Presidente do Conselho. Se não foram ministros é que só ha sete minis-|terios em lugar de nove, e o *Senhor* João Alfredo | com prejuizo do paiz não se dignou de crar mais | alguns departamentos ministeriaes, como se faz | na Inglaterra. Tanto o *Senhor* Miguel Pernambuco e um grande homem que o correspondente desta cidade para a *Amazonia*, no telegramma em que | communicou que elle se dignara de acceitar a | presidencia d'aquella provincia deu parabens aos | paraenses por entrarem *noreino da paz e do / socego*. ||

Entoemos, pois o *posnitet*! ||

O que dissemos, porem, nós desses dois gran-|des estadistas para onde o *Diario* afirmasse que | vivemos da malsinação e que temos a natureza | dos corvos? ||

Que devia nomeado para o Pará um presi-|dente de tal forma conhecido do paiz, que impu-|zesse respeito as pretensões desarrasoados e | fizesse com que ellas não podessem surgir; que | acreditavamos que o nosso presidente não pac-|tuaria com os escandalos, mas sem força pro-|pria, sem o prestigio de serviços publicos, sem ser conhecido fora desta provincia não teria o | poder de impedir que os projectos escandalosos | subissem até ao palacio, e que attendel-os seria | pactuar as delapidações do thesouro e re-|sistir levantar opposição dos interesses prejudi-|cados. ||

Quem não reconhecerá a justesa desta apre-|ciação? Onde o *Senhor* Miguel Permmabuco já re-|velou alguma vez que tivesse o estofo de um | administrador na altura das necessidades da pro-|vincia do Pará? Não serão ridiculos tim-|bales retumbantes apregoando meritos, que nin-|guem conhece, e os quaes não ha provas? ||

Quanto ao *Senhor* Moreira Alves, abstrai-se da, | relações pessoases com o *Senhor* João Alfredo, pode-|ria haver um ministerio, que tendo em vista a | situação delicada do parido conservador daquel-|la provincia, descontentado o *Senhor* Gomes de Cas-|tro com a entrada do *Senhor* Vieira da Silva para o | ministerio, lembrasse-se de *Sua Excelência* para impor | uma certa moderação aos amigos do ministro | da marinha, que hão de querer tirar desforra | dos correligionarios amigos do presidente da | camara dos deputados, e á este confiança na im-|parcialidade da administração? Ainda que se-|jam as melhores as intenções do *Senhor* Moreira | Alves, elle não terá força propria para realiza-|las. Os amigos os *Senhor* Vieira da Silva hão de | ver sempre nelle uma fonte de poder e influen-|cia a explorar, e o *Senhor* Gomes de Castro um in-|strumento do ministro, do qual tudo tem que re-|criar. ||

Pode haver nisto offensa pessoal? Não é esta | a situação verdadeira em que o *Senhor* Moreira Al-|ves ha de achar-se diante do partido conserva-|dor da provincia do Maranhão? Tenhamos pa-|ciencia, e aguardemos os factos. ||

O *Diario* quer naturalmente intrigar-nos com o sentimento regional e principalmente com os | novos agraciados. Não censuramos em absoluto | as distincções honorificas; censuramos os moti-|vos dessas graças e as preferencias. ||

Se o sentimento abolicionista está tão derra-|mado no paiz, tão fortemente accentuado que | um ministerio conservador julgar poder fazer a | emancipação immediata sem condição de tempo | e de indemnisação pecuniaria, é justa que sejam | condes, viscondes e barões individuos, certamen-|te respeitaveis e dignos, pelo simples facto de | no dia hoje libertarem escravos? E se elles | fizeram por esse facto á moeda da monar-|chia, muitos outros por igual facto não consti-|tuiram-se com igual direito? Na mesma occa-|sião em que os *Senhores* de Araruama libertaram os | seus escravos, não libertou-os em numero supe-|rior a trezentos a *Senhora* Lacerda Werueck? Se | todos, que libertaram escravos, teem o direito | á condecorações e titulos, não é necessario haver | os factos da abolição para que a justiça presida | as recompensas? ||

Dissemos apenas que nas graças distribuídas | para esta provincia havia algumas preferencias, | que chocavam, e o *Diario* nos pergunta se con-|testamo o merecimento do *Doutor* José Manoel de | Barros Wanderley, o valor moral do *Senhor* Antonio João Amorim e os dos *Senhores* *Doutor* Manoel | Gomes de Mattos e Francisco Ribeiro Pinto | Guimarães. ||

Não contestamos, nem dissemos que os agra-|ciados não eram dignos, mas que havia prefe-|rencias que constituíam injustiças. O *Senhor* *Doutor* José | Manoel é muito digno, mas se elle foi agraciado | com o titulo de barão por alforria de escravos, | não devia igualmente sel-o o *Doutor* Mesquita de | Barros Wanderley, que na mesma occasião al-|forriou um maior numero de escravos, e nos li-|mittamos a esses cavalheiros por usarem | do mesmo nome da família? ||

O *Senhor* Antonio Amorim foi agraciado com o | titulo de barrão natualmente por fazer parte de | uma respeitavel e importante casa commercial | desta preça e querer o governo galardoar os | serviços por essa casa prestados ao desenvolvi-|mento economico da provincia. De accordo; | mas se é assim, não se comprehende que seja, | barão o *Senhor*, Antonio Amorim, que faz parte da | firma commercial, e fosse esquecido o chefe da | mesma casa, o *Senhor* Manoel Amorin.

Não será essa uma preferencia que choca? ||

Não contestamos o merecimento do *Senhor* *Doutor* Go-|mes de Mattos e achamos que foi-lhe bem con-|ferida a commenda da Ordem da Rosa. Se ella | foi, porém, momeado commendador por serviços | prestados á libertação dos escravos, não tinham | direito á igual distincção os *Senhores* Antonio Carlos | Ferreira da Silva, *Doutor* Barros Sobrinho, João | ramos, Numa Pompilio e outros, que prestaram | iguaes serviços a cusa da redempção dos cap-|tivos? ||

Não ha, pois, nas graças distribuidas nesta | provincia preferencias, que chocam, como dis-|semos? ||

É sempre desagradavel emitir juizo sobre | pessoas. Se o fizemos, é isto devido á provocação | do *Diario*.

(Texto 66)

Jornal do Recife n.º 107, p.1
09 de maio de 1888

JORNAL DO RECIFE
LUIZ DE CASTRO

É uma perda sensivel para a imprensa brazi-|leira a de Luiz de Castro, o criterioso e erudito | chefe da redação do primeiro orgão que ella | possui, o *Jonal do Commercio* da côrte. ||

O *Doutor* Luiz de Castro foi por longos annos, | talvez não o mais fecundo e nem o mais brilha-|nte redactor *Jonal do Commercio*, mas com | certeza a sua cabeça mais prudente, e que dava | a orientação e a palavra sagrada sobre a discus-|são de qualquer [[de qualquer]] assumpto importante levado | ás columnas editoriaes da mesma folha. ||

Luiz de Castro era grande polemista, e na sa-|tyra o seu espirito primava, guardando quasi | sempre amenidade | na phrase, velando assim os | mais certos e fundos golpes aos que eram | alvo de sua critica. ||

Partilhando o luto imprensa brazileira, | avaliando bem a enormidade da perda soffrida, | *Jornal do Recife* dirige ao *Jornal do Commer-|cio* sinceras condolencias.

(Texto 67)
Jornal do Recife n.º 111, p.1
17 de maio de 1888

JORNAL DO RECIFE
A lei de abolição

O acontecimento, que á esta hora o | paiz inteiro festeja, é um dos feitos mais | brilhantes, que a historia da humanida-|de registra. ||

A instituição, tres vezes secular, da es-|cravaria no Brazil desaparece do nosso | paiz no meio do entusiasmo geral, jun-|cado o parlamento de flôres, substitui-|dos dos debates e os votos por acclama-|ções dos partidos unidos e dominados | pela onda do sentimentos social, que, formando-se nas camadas inferiores da | sociedade, chegou ao parlamento e ao | throno. ||

Não ha paiz no mundo, onde a insti-|tuição da escravidão representasse a in-|fluencia que entre nós ella exercia na eco-|nomia social, que tenha desaparecido | pela forma porque foi votada a lei de abo-|lição no parlamento brasileiro. ||

Sem nos referirmos á escravidão anti-|ga, que foi eliminada durante o traba-|lho de seculos pelo influxo da maior re-|volução do mundo, o christianismo, pas-|sando pelo refimen da servidão da gle-|ba, nos Estados-Unidos ella foi feita por | uma guerra civil, igual as maiores, que | o genero humano tem presenciado; nas | possessões dos paizes da Europa neste | mesmo seculo pela indemnisação pecu-|niaria. ||

A França libertou os escravos de suas | colonias se pagar aos proprietarios a | indemnisação total, é certo, mas liber-|tou-os com a promessa solemne e legal | de pagamento. A Inglaterra e a Hollan-|da prometteram e realisaram indemni-|sações. Nos proprios Estados unidos da | America, abstrahindo dos puros aboli-|cionistas de Boston, os legisladores que-|riam a emancipação gradual e progres-|siva, mediante prévio resgate, tendo o | proprio Lincoln pedido e os legisladores | do Capitolio votado fundos para a eman-|cipação dos escravos libertados. Foi pre-|ciso o grande drama sangrento da sec-|cessão, que teve Richmond como epilogo | e a victoria de Grant sobre Lee, para | que a abolição da escravatura se extin-|guisse de um golpe e sem dispendio do | thesouro publico. ||

Entre nós como se passaram de diverso | modo os acontecimentos... A bolição | completa e incondicional não custou ao povo brasileiro uma gota de sangue, nem | ao thesouro um real. Ella se fez entre | os sorrisos banhados de lagrimas, como a | expressão do supremo contentamento | misturado de piedade, e que já na anti-|guidade foi expresso em um verso jonico | do poeta da Illaida.||

Nas colonias da França, da Hollanda, | da Inglaterra, após á extinção dos es-|cravos, a situação delles no mecanismo | politico era um temeroso problema. Nos | proprios Estados Unidos, em que a abo-|lição foi a gloria da guerra e a conquista | da espada, depois da victoria, a mensa-|gem de Johnson referia-se ás grandes | hesitações de se confirer á raça africana | libertada o direito de participar do go-|verno da nação. O asylo do diretio com-|mum não era aberto aos antigos es-|cravos; apezar de livres, ainda não eram | cidadãos. ||

Entre nós tudo ainda é diverso. ||

Antes mesmo de ser decretada a abo-|lição, já se havia legislado sobre a parte | dos libertos no governo nacional. Ama-|nha, os escravos de hontem, desde que | tenham os requisitos exigidos pela lei | aos cidadãos brasileiros, que contem em | sua ascendencia nobres avoengos teem | legal direito não só de concorrer para a | constituição dos corpos legislativos, pro-|vinciaes ou geraes, como até de eleger o | regente do Imperio. ||

Os odios de raça, as separações pela | côr, ja ha muito, desapareceram dos | nossos costumes, onde o homem pelo me-|recimento sobresahe e pôde conquistar | as altas posições sociaes, seja elle um | branco ou um negro. ||

Como por quem foi feita a abolição | dos escravos? ||

É inutil investigar. Ella foi feita pelo | povo brasileiro, pela collectividade, como | todas as grandes cousas, que não pere-|cem na humanidade. ||

O que forma a avalanche, que de | cima das montanhas? Os flocos de neve, | que se accumulam. ||

Quem fez as grandes cathedraes go-|thicas e as pyramides, que se elevam nas | planicies vastas e desertas do Egypto? O povo, que não tem nome. É esta a | historia da abolição no Brazil. ||

Como na antiguidade as festas publi-|cas e as festas do lar eram consagradas | pelos sacrificios sanguinolentos, entre | nós os contentamentos da familia, as | grandes festas do lar pelo casamento e | pelo nascimento da prole, os actos reli-|giosos e os regosijos nacionaes, ha mui-to, que eram consagrados por actos de | manumissões, pela investidura do es-|cravo em sua personalidade civil. Era o | coração brasileiro, que vibrava ao senti-|mento da caridade, e que hoje transbor-|da de jubilo pela completa redempção | dos captidos, desde o coração de Sua Ma-|gestade, que, longe da patria, guarda o | leite da dôr, desde o coração da gracio-|sa Princeza Imperial, que teve a rara | fortuna de ligar o seu nome ao decreto | de redempção, até o do mais obscuro ci-|dadão do angulo mais afastado do Im-|perio. Todos particpam da gloria e to-|dos se embriagam na grande festa nacio-|nal. ||

Desapparecesse o nosso paiz por um | desses cataclismas inexplicaveis, e o de-|creto de abolição seria sufficiente para | attestar a magnanimidade do povo bra-|zileiro, que fez do Imperio não a patria do | homem branco, mas a patria do Ho-|mem, á nos servirmos de uma phrase | energica de Carlos Summer, o grande | apostolo da abolição americana. ||

Desapparecesse o Imperio, e como na | legenda da Bretanha, quando as vagas | fossem calmas, os navios que se afastas-|sem do alto mar, ouviram echos, que | surgiriam do fundo do ocenao, das festas | que se celebram pela redempção dos | captivos!

(Texto 68)
A Província n.º 111, p.1
17 de maio de 1888

A PROVINCIA
13 de Maio

Após mais de meio seculo de ardentes | lucta, sustentada quasi dia a dia, princi-|palmente nos ultimos annos, com aquella | coragem e abnegação que só o convenci-|mento profundo de uma ideia póde inspirar | nos seus arautos, e que só a justiça per-|feita de uma causa podia transmitir aos | corações generosos que a defenderam pe-|rante a consciencia publica – cahio afinal, | derrocada em suas bases, a monstruosa ins-|tituição que durante trossentos annos cobrio | de lagrimas e de sangue de milhões de | victimas esta vasta porção do abençoado | solo americiano. ||

A valente resignação, a constancia in-|quebrantavel, os sacrificios indiziveis com | que, desde 1870 até ao presente, se manteve | serena, cheia de confiança na sua missão | regeneradora, a propaganda abolicionista | acabam de receber na lei n.º 3353 de 13 de | maio de 1888 a mais bella e gloriosa recom-|pensa de que possam ser susceptiveis no-|bilissimos esforços humanos. ||

Não mais veremos levantar-se, sinistra e | medonha como a imagem de crime, a figu-|ra odiosa do *Senhor*, a personificação mais | completa das aberrações a que a cobiça e | mal entendido interesse podem levar a cons-|ciencia humana. ||

Nunca mais ouviremos os gritos lanci-|nantes dos escravos expirando no meio de | torturas, com os olhos voltados para o céu. | A maneira dos martyres christãos, numa | supplica muda suprema ao Deus de bon-|dade e justiça, de cuja misericordia não | encontravam o minimo signal em seus al-|gozes. O trabalho forçado, a senzala, esse | objecto antro de uma promiscuidade sexual | que a propria natureza repelle, esse fóco | de miasmas moralmente deleterios que in-|feccionavam por inteiro o nosso organismo | social, tudo isso desapareceu, como aos | risos da alvorada os terriveis pesadelo de | uma longa noite de remorsos. ||

Está roto o codigo negro em todas as | suas paginas: só a começar deste momento | o nosso regimen politico poderá ser verda-|deiramente democratico, porque a democra-|cia e a liberdade são em absoluto incompa-|tíveis com o systema das castas, com uma | legislação que distinga entre escravos e se-|nhores, dois epithetos dos quaes o ultimo é | por certo mais aviltante que o primeiro. | Um representa a victima o outro a feroci-|dade do algoz; um a fraqueza mental e a generosidade de todos os sentimentos af-|fectivos, o outro a vileza de um egoismo | calculado e sordido, a intelligecnia e a as-|tucia ao serviço de todos os desregramentos | da ambição. ||

Encetamos agora uma existencia nova | convivas no banquete da ci-|vilização occidental; e para o estrangeiro | que apontar ás nossas plagas, não será | mais o Brazil um triste prolongamento do continente africano. ||

A lei e 13 de Maio tem para a nossa pa-|tria a mais elevada significação: ela veio | apegar uma nodoa que maculava o pavilhão | nacional. ||

A igualdade de condições que estabelece, | impedindo de hoje por diante, a exploação | immoral do homem pelo homem e incorpo-|rando á sociedade brasileira os represen-|tantes de uma raça e que devemos incalcu-|laveis beneficios, marcará ao mesmo tempo | o ponto de partida do desenvolvimento in-|dustrial e do augmento de riqueza, promet-|tidos nas admiraveis circumstancias natu-|raes do meio em que vivemos. ||

É pois amplamanete justificado esse in-|dizível jubilo que irrompe hoje de todos os | corações e se manifesta n'este momento, e | de modo mais brilhante, em todos os angu-|llos do imperio.||

O dia 13 de Maio não ficará constituindo | somente a mais bella da [[da]] historia bra-|sileira: assignalará tambem uma fulgurante | pagina dos annaes da humanidade. ||

Emquanto o facto da abolição da esca-|vatura é para nós o inicio da regenera-|ção social e moral de um povo, para [ilegível] equivale á remissão de um crime | nefando commetido por nossos ante-|passados do século XVI. ||

E porque esse facto da mais sublime | magnitude se soperou, por um privilegio | que so a indole brasileira explica, do modo | mais feliz, sem abalos nem luctas fratri-|das [ilegível] profunda razão emos para con-|gratularmo-nos vivamente com todos quan-|tos se interessaram n'essa grande obra de | reorganização social.

(Texto 69)
Diario de Pernambuco n.º 115 p.1
22 de maio de 1888

DIARIO DE PERNAMBUCO
RECIFE, 22 DE MAIO DE 1888

Consummatum est

Publicando hoje em nossas columnas edicto-|riaes a lei *Adamantina* brasileira, que libertou | a patria, esquivamos de fazer-lhe commen-|tarios, que, quaesquer que fossem, nada accres-|centariam a magestade grandeza e sublimidade | do texto conciso e luminoso da mesma. ||

E o que poderiamos acrescentar, que já não | tenha sido brilhantemente manifestado pelas | acclamações unanimes do paiz, pelos corações | tremulos de amor e de patriotismo de todos os | brasileiros? ||

Eis o texto da lei que declarou extincta a es-|cravidão no Brazil: ||

Lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888

DECLARA EXTINCTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL

A Princesa Imperial Regente em nome de *Sua* | Majestade o Imperador o *Senhor* Dom Pedro II faz saber a | todos os subditos do império que a assembléa | geral decretou e ella sanccionou a Lei se-|guinte:

Art. 1º. É declarada extincta desde a data | desta Lei a escravidão no Brazil. ||

Art. 2º Revogam-se as disposições e con-|trario. ||

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem | o conhecimento e execução da referida Lei per-|tencer que a cumpram e façam cumprir e guardar | tão inteiramente como nella se contém. ||

O secretario de estado dos negocios da agri-|cultura, commercio e obras publicas e interino | dos negocios estrangeirs bacharel Rodrigo Au-|gusto da Silva do conselho de *Sua Majestade* o Imperador, a faça imprimir, publicar e correr. ||

Dada no palacio do [[do]] Rio de Janeiro, em 13 de | Maio de 1888, 67º da independencia e do imperio. ||

PRINCESA IMPERIAL REGENTE

Rodrigo Augusto da Silva

Carta de lei pela qual Sua Alteza Imperial | manda executar o decreto da assembléa geral | que houe por bem sancionar; declarando ex-|tincta a escravidão no Brazil, como nella se de-|clara. ||

Chancellaria-mór do imperio – *Antonio Fer-|reira Vianna*. Transitou em 13 de Maio de 1888. – *José Julio de Albuquerque Barros*. ||

Termo na chancellaria-mór do imperio.

Lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888 – É decla-|rada extincta a escravidão no Brazil. ||

Aos 13 dias do mez de Maio do anno do nas-|cimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1888, ás 5 horas da tarde, compareceram nesta secre-|taria do estado dos negocios da justiça os cida-|dãos conselheiro *Doutor* José Julio de Albuquerque | Barros director geral da mesma repatição, os | *Doutores* Manoel de Azevedo Monteiro, Antonio Fer-|reira Vianna Filho, José Pires Brandão Filho e | Fernando Francisco da Costa Ferraz, Antonio | Joaquim Coelho e João Carlos da Costa Barradas | e declararam que, para significar o seu jubilo | pela gloriosa lei desta data, que extingue a es-|cravidão no imperio da Sana Cruz, apagando | do direito patrio, na eloquente expressão da co-|rôa, a unica excepção que nella figurava em an-|tagonismo com o espirito christão e liberal de | nossas instituições, e dando o mais alto teste-|munho dos sentimentos humanitarios da nação | brasileira, tão fielmente interpretados pela ex-|celsa Princesa Imperial Regente em nome do im-|perador, e pelo seu governo, vinham offerecer a | *Sua Excelência* o *Senhor* conselheiro *Doutor* Antonio Ferreira | Vianna, ministro e secretario do Estado dos ne-|gocios da justiça, uma penna de ouro para a as-|signatura que, na qualidade de chanceler-mór, | aceitando e agradecendo a offerta, declarou que, | em signal de apreço e para commemoração de | tão faustoso dia da patria, determinava que de-|pois de utilisada para o transito da gloriosa lei, fosse a mesma penna guardada em deposito es-|pecial nesta secretaria do Estado com o presen-|te auto, que lavrou e assigna o director geral da | repatição com *Sua Excelência* o *Senhor* ministro e todos os cidadãos acima mencionado. ||

Assistiram a este acto o *Excelentíssimo* *Senhor* conselheiro | Thomaz José Coelho de Almeida minitro e se-|cretario de Estado dos negocios da guerra; con-|selheiro João Capistano Bandeira de Mello, *Doutor* | Thomaz Wallace da Gama Cockrane, *Doutor* Manoel | Pinto Torres Neves, *Doutor* Carlos Ferreira França | e Baldomero Carqueja de Fuentes, que tambem | assignam = *Antonio Ferreira Vianna*, - *José Ju-|lio de Albuquerque Barros*, - *Manoel de Azevedo | Monteiro*, - *Antonio Ferreira Vianna Filho*, - *Jos-|sé Pires Brandão Júnior*, - *Doutor Fernando Fran-|cisco da Costa Ferraz*, - *Antonio Joaquim Coelho* | - *João Carlos da Costa Barradas*, - *Thomaz Jo-|sé Coelho de Almeida*, - *João Capristano Bandei-|ra de Mello*, - *Thomaz Wallace da Gama Co-|ckrane*, - *Manoel Pinto Torres Nevas*, - *Carlos | Ferreira França*, - *Baldomero Carqueja de Fu-|entes*.

Este termo foi encerrado pelo official do bagi-|nete Benedicto Antonio Bueno.

(texto 70)

Diario de Pernambuco-PE nº 263, p. 1

19 de novembro de 1889

Diario de Pernambuco

Recife, 19 de novembro de 1889

Consummatum!...

Se alguns espiritos menos desilludidos ou | mais crentes, por ventura ainda se aninhavam fa-|gueiras e linsongeiros esperanças n'uma reacção | monarchica, que á nós, desde os primeiros passos | da revolução democrática, se nos afigurou mais | que problematica, irrealisavel por impossivel no actual momento historico; se em algum de taes | espiritos optimistas ainda restam algumas scen-|telhas dessa chamma divina chamada esperan-|ça, ultimo apego do coração humano ás terreni-|dades sempre cruciantes; que esse alguém, que | esses espiritos bonacheirões tirem a venda dos | olhos, e vejam, sem as nevoas da illusão, taes | quaes se estão passando, os precipites aconteci-|mentos que trazem agitada a alma da patria. ||

Todo o sul do paiz e quase todo o norte tem | adherido mansa e pacificamente á nova ordem | de causas proclamada pela revolução encabeça-|da na côrte e denodadamente levada á effeito | sem tripudios, sem as crueis scenas que eno-|doaram a grande revolução de 1789, sem que o | vulto da pátria, que a todos se impõe grandioso, | tenha sentido necessidade de velar-|se, estreme-|cendo de horror. ||

É que – não há negal-o -, o factio material da | revolução incruente feita nas ruas, foi apenas a | sacção pressurosa dessa outra, grande, immen-|sa e pujante revolução que, desde algum tempo, | se fizera nos espíritos, desprendendo-os dos la-|ços amorosos de respeito e acatamento pelas | formulas da monarchia constitucional, para ati-|ral-os nos braços da pura

democracia, aspiração | ardente dos povos, velhos ou novos, descritos da | felicidade oriunda de governos gastos pelo máo | proceder de homens ambiciosos. ||

Sim; está feita mansa e pacificamente, em | todo o Brazil, de um á outro extremo dos vas-|tos domínios da terra da Santa Cruz, a revolu-|ção democratica que trouxe no regaço a Repu-|blica, isso que parecia ser um mytho aos olhos | dos que ainda hontem empunhavam as redeas | do governo do paiz e dirigiam o consel do Esta-|do pelas escabrosidades de uma senda tortuosa, | que devia conduzil-o do abysmo da bancarrota, | do descredito e do esphacelamento politico. ||

A Republica é um facto no Brasil; facto pal-|pavel, visivel, sensivel, que se impõe, que se in-|sinua em todos os peitos, e os faz palpitem | cheios de esperanças n'um melhor porvir, em | dias mais venturosos para a patria, tão cheia de | dores, tão chegada a quase moribunda, como a | fizeram os tresloucados ambiciosos que, em má | hora, foram impulsionado pelo fatal rebento da | arvore d'Orleães, em dia aziago enxertado na | arvore genealogica da decahida dynastia. ||

A revolução está consummada! O proprio | *Dom* Pedro de Alcantara, o velho e alquebrado Im-|perador, que tão largos dias de paz e ordem lo-|grara dar ao paiz, o reconheceu, escrevendo e | assignando de seu próprio punho um documen-|to de valor immenso para a historia – a sua de-|posição e de sua dynastia – do desmoronado | throno, erguido por seu finado pai! ||

Se alguma cousa faltava para complemento da | obra iniciada em 15 do corrente; se era preciso, | como nos casos de passamento pelas armas, o | tiro de honra nas derrocadas instituições; essa | alguma cousa incumbio se de fazel-a o deposto | Imperador, que com suas proprias mãos lavrou | a sentença de morte da dynastia, com suas pro-|prias mãos deu na monarchia brasileira o tiro | de honra, que a transportou aos domínios do | passado, para viver apenas como recordação his-|torica. ||

Consummatum est, disse o Martyr do Golgotha | ao deprender o ultimo suspiro no sacrosanto in-|stante do seu trespasso. *Consummatum est*, deve | também ter sido a ultima palavra do velho Im-|perador ao lavrar aquelle documento, que o sa-|lgrou o martyr! ||

E nós cremos piamente que a grande alma | do velho *Dom* Pedro gottejava sangue n'aquelle an-|gustioso momento. Não é que supponhamos | tomado de acerbos pezares pela perda de uma | coroa, que elle sempre cingira sem orgulho | mas é que, conhecido o seu estranhado amor | pela terra que lhe foi berço, devera-lhe doer, | como ponteagudo espinho, terem-lhe faltado as | forças do corpo e as energias do espirito para, | em tempo util, obtemperar o golpe, dirigindo, | como outr'ora o fizera, sem preconceitos e com | imparcialidade, os destinos da pátria commum.||

Deus proteja o velho Imperador no seu exi-|lio; ventos prósperos o conduzam as longinquas | regiões da Europa, para onde elle vai se encami-|nhado. Mas, de lá, dessas terras que o vão | acolher como um sábio e como um martyr, es-|tamos certos, elle há de anhelar, emquanto lhe | restar um sopro de vida, o engrandecimento, a | prosperidade, a paz, a ordem e a liberdade | do Brasil, supremos bens é que, a historia | ha de reconhecê-lo, sacrificou elle tudo, excepto | a honra, neste ultimo transe reservado á sua ve-|lhice. ||

Deixemos, porem, o velho e decahido impera-|dor seguir o seu destino e cuidemos da patria. | É tempo de todos nos acercarmos da sua effi-|gie, de rodeal-a de affagos e carinhos, de cer-|cal-a de cuidados e desvelos, de amal-a emfim, | com o mais estranho amor, sacrificando no | seu altar odios e despeitos, preconceitos e ambi-|ções, pezares e desgostos, em uma palavra, to-|dos os máos sentimentos, todos | os vicios e todos os defeitos. ||

Reunam-se, conglobem-se todos os bons cida-|dãos n'um pensamento unico – salvar o paiz da | anarchia, manter a ordem, dar força e prestigio | ás nascentes instituições, tendo sempre por alvo | tendo sempre por guia este pendão – ordem, | união e liberdade. ||

Unidos, constituindo um grande Estado, tendo | por labaro aquella trilogia sagrada – ordem, união | e liberdade – seremos um grande povo, uma | nação poderosa, uma sociedade que se imporá | pelo seu valor moral e material. Divididos, es-|phacelados, redilhados como as pequenas re-|publicas da America Central, não passaremos do | que ellas são: nullidades no mappa geographi-|co politico do mundo. ||

A união faz a força, diz um velho proloquio | francez. Sejamos unidos, e seremos fortes; e | sirvam de cimento ás cyclicas muralhas que | estamos erguendo a ordem e a liberdade, os | mais poderosos elementos da grandeza e dura-|ção dos Estados. ||

Nada de tergiversações. Os elementos con-|servadores da nossa sociedade teem o direito de | ser ouvidos na formação do governo da republi-|ca; e é tambem dever seu correrem pressuro-|sos, com esteios, que são, da ordem e renovos | que são da liberdade, a tomar parte no movi-|mento que se produz no paiz. ||

Quem se queda, diz um notável publicista, ou | confessa-se morto ou retrograda. Em qualquer | das hypotheses é um erro funesto o quietismo, | que, em politica, é mais do que a morte do cren-|te, é o aniquilamento animal, sem um vislumbre | sequer de esperança. ||

Surge est ambula deve ser o verbo dos elemen-|tos conservadores, porque, em substancia, a for-|ma governamental, puramente accidental na vi-|da dos povos, não pode, não deve, nem ha-de | ser um impecilho a que aquelles elementos se | reunam em torno da idea nova e procurem fo-|mental-a com a sua indole ponderadora nas so-|ciedades bem constituídas. ||

Lembrara-se esses elementos que foi dita a | ultima palavra sobre as velhas instituições – *consummatum est*. Lembrem-se que a nova pa-|lavra de ordem é o – *surge et ambula!*

Eis o verbo: cumpra cada um o seu dever, | sob a egide – *união, ordem e liberdade*.

A Republica tem carencia de ser conservado-|ra. Busquem-n'a cerquem-n'a, amparem-n'a, | soergam-n'a os elementos conservadores. ||

E então poderemos todos dizer: Esta consum-|mada uma grande obra; e a nova crença perdu-|rá.

(Texto 71)
A Província nº 147, p.1
07 de julho de 1891

A PROVINCIA
A OPPOSIÇÃO E AS USINAS

Não ha quem não reconheça o direito de | censura da imprensa aos actos do governo. ||
Ciosos dessa prerogativa temos exercita-|do-a, muitas vezes, com a coragem civica | que nos caracteriza e da qual
havemos dado | provas irrecusaveis. ||

Entretanto, confessamos, nunca usamos | dessa faculdade inolvidavel e necessaria sys-|tematicamente, afastando-
nos dos principios | da verdade e da justiça, - que devem servir | de norma invariavel ao jornalismo. ||

Não acontece o mesmo ao *Jornal do Re-|cife* que ataca os actos do honrado Governador do Estado com a mesma
parcialidade | com que não descobre cousa alguma louva-|vel, nem mesmo boa intenção no benemeri-|to Barão de Lucena. ||

Os favores liberalizados á lavoura, nas | condições as mais garantidoras para os in-|teresses do Estado, teem
constituído o obje-|tivo dos lances opposicionistas dos poucos | adversarios da patria pernambucana, que se | agrupam sob a
protecção d'aquelle órgão | da imprensa. ||

Fossem outros os intuitos da opposição, | visasse ella a felicidade d estado e, de cer-|to, não seriam os beneficios liberalizados
á | classe agricola o ponto predilecto de accu-|sações insistentes ao incansavel pernambu-|co no que, com tanto patriotismo,
procura | encaminhar a terra natal pela senda do | progresso. ||

Ainda mesmo quedo por qualquer cir-|cunstancia, a protecção dispensada á la-|voura podesse ser taxada de
excessiva, não | deveria ser este o procedimento do *Jornal do Recife*, tendo em attenção o muito que | merece dos poderes
publicos a industria | agricola. ||

O que succede, porém, em relação a to-|dos os actos do honrado Governador, é que | elles, sendo beneficos não só á
lavura, mas a todo o Estado, obedecem rigorosamente a | orientação inflexivel de garantir por todos | os meios ao thesouro, de
modo a que as quantias adiantadas não possam deixar de | ser pagas integralmente. ||

Atacar-se os actos do governo nestas cir-|cunstancias e declarar franca hostilidade á | classe agricola, procurando
embaraçar os | recursos de que ella tanto necessita para | progredir, fazendo com a sua prospediade | a do Estado. ||

Quando se declara particularmente que o | maior padrão de gloria do governo do Barão | de Lucena e do
desembargador Correia da | Silva são todas essas concessões feitas á la-|voura, não é justo e muito menos leal que | na
impresa se manifeste o contrario. ||

Opposições desta ordem honram muito e | devem servir de estímulo á medidas ainda | mais largas e protectoras da
industria agri-|cola, que tudo merece do governo. ||

Persista o honrado Governador em pro-|porcionar á lavoura a máxima protecção, | ponha francamente em execução
todos os seus bons desejos em favor deste grande e | poderoso elemento da grandeza e do progres-|so da patria
pernambucana, e jamais terá de | arrepender-se. ||

Os inimigos d'esta terra heróica não po-|dem deixar de sel-o dos governos patrioti-|cos e das classes laboriosas mais
dignas do | Estado.

(Texto 72)
A Província nº 150, p.1
10 de julho de 1891

A PROVINCIA
OS PEIORES CEGOS...

Houve tempo em que os republicanos his-|toricos, os inventados pelo movimento revo-|lucionario de 15 de
novembro affirmavam | ao Presidente da Republica que os actos do | Governo Provisorio eram os mais louvaveis | e
acertados. ||

Pelo prisma porque viam as cousas, o Bra-|sil nadava em mar de rosas e a confiança, | fóra do paiz, implantava-se
no animo de | todas as nações com uma força irresistível, | tudo era feliz e esperançoso. ||

Então, o apoio franco e leal do valoroso | soldado, que teve o prestigio necessario para | derrocar as velhas
instituições e fazer brotar | sobre os processos monarchicos a forma re-|publicana, o governo opposto completamen-|te
diverso em sua essencia do que existia, | era divinizado, rechhecido como imprescin-|divel á consolidação dos principios
democra-|ticos á transformação definitiva e perfeita do | paiz. ||

Mas o que é certo e está na consciencia | nacional, constituindo uma verdade incon-|testavel no animo das nações
amigas, e não | póde deixar de sel-o, porque a verdade é | vida, é que, pondo-se de parte as reformas | radicaes decretadas
antecipadamente, deu-se | sob o dominio do primeiro ministerio da re-|volução a inversão completa das praticas ra-|cionaes
que servem de normas invariaveis á | direção democratica dos paises mais adian-|tados na gestão de certos ramos dos pu-
blicos negocios. ||

Dir-se-hia que, a par da inversão constitu-|cional do paiz, pretendida pela revolução, | procurava-se tambem virar
de baixo para | cima os elementos de governo e com elles os | principios consagrados no direito publico, a | orientação das
normas administrativas. ||

O que foram as pastas da Fazenda e da Agri-|cultura nas mãos dos secretarios provisorios, | [ilegível] todos. ||

Nunca reinou maior confusão nos negocios | a elles referentes, e em certos assumptos re-|gistraram-se factos
comprometedores do | credito nacional e que tiveram a mais triste | repercursão no paiz e no estrangeiro. ||

Deixando o terreno político, que so teve | uberdade para os germens de uma selecção | repugnante e abjecta, de intuição de perse-|guição e terror, semeada pelos ministros re-|cordemos ligeiramente a sorte da maior par-|te dos Estados, alguns dos quaes foram en-|tregues á senha de verdugos d povo e sof-|freram a mais hedionda oppressão. ||

Não podia o denodado factor da Republica | sellar, com a sua responsabilidade, esse pacto | tremendo , no qual pseudos-historicos e re-|publicanos de alluvião queriam dirigir a | nação, isolando-a, dispensando-a e promovendo pelos processos mais irracionaes e | ante-patrioticos o seu aviltamento. ||

Retirada a suspeição da nação e chamados | ao poder homens da sua confiança – porque | só assim era possível republicanisar os ele-|mentos monarchicos existentes, fazendo com|vencel-a de que a Republica era nacional e | não *historica* – todos aquelles que cavaram | profundo abysmo para n'elle afundar a pa-|tria, mudaram de ponto de vista e começa-|ram a ver tudo por um prisma diverso, tro-|caram o optimismo pelo pessimismo. ||

Hoje, no dominio da mais stricta economia | dos dinheiros publicos, deante da legalidade | constitucional dentro do paiz e da recon-|strucção do credito brasileiro no estrangeiro, | o Ministerio salvador da honra nacional, pro-|cura sacrificar o Brasil e o benemerito Deo-|doro é o responsavel por tão grandes males | de má fé phantasiados. ||

Virarão o governo, a politica e a justiça | pelo avesso, e vendo-a agora perfeita, radi-|ante, infundindo a confiança em todos os | espiritos e soerguendo a patria brasileira do | abatimento em que a prostaram, voltão o | rosto e fingem ver em suas imagens os | mesmos aleijões por elles creados. ||

São estes os peiores cegos e os maiores | inimigos da patria e da Republica.

(Texto 73)

A Provincia nº 186, p.2
22 de agosto de 1891

A PROVINCIA TRISTE DESILLUSÃO...

Começa bem cedo a desillusão para os | adeptos do prodismo no que toca a elei-|ção municipal. ||

Praticamente, as esquálidas figuras dos | resumidos *ex-justoricos* leoninos, hoje fran-|camente declarados *novo partido republi-|cano*, vão conhecendo a difficuldade insu-|peravel de organizar, mesmo no municipio | da capital, chapa de candidatos serios e | capazes. ||

Batem em todas as portas, aceitam to-|dos os matizes politicos existentes e ima-|ginaveis, julgam-se felizes e honrados com | a aquisição dos sebastianistas, tudo lhes | serve entre a gente melhor conceituada, | mas ninguem se presta ao papel diffaman-|te de figurar na chapa da *nova obygarchia / republicana*.||

As recursas succedem-se apezar dos pe-|dididos instantes dos agentes recrutadores | de candidatos aos cargos de conselheiros | municipaes! ||

Convencidos da propria nulidade poli-|tica do nenhum valor civico, da ausencia | absoluta de qualquer elemento que dis-|perte a confiança publica, exercem todos | os meios ao alcance d'aquelles para quem | não existem escrupulos, lançam mão de con-|vites e exigencias que se revesam e repe-|tam diversas vezes no periodo de pouco | mais de uma hora... ||

É a isto que se chama impudicamente | um partido! ||

O conciliabulo dos inimigos do povo, | constituido por meia duzia de parvos, re-|solve apresentar chapa á uma eleição | qualquer e para conseguir candidatos sa-|hem pelas ruas quatro individuos de ca-|tadura sinistra e repulsiva, afim de confis-|car a vontade dos candidatos. ||

A revolução surgio no antro em que se machina a desgraça do povo, na escuridão | em que as feras saboream os seus instinc-|tos destruidores, mas a especulação trope, | miseravel dá-se á luz meridiana em todas | as ruas, nos domicilios dos nossos pro-|prios amigos, de todos os chamados hones-|tos e uteis á patria, entrando ora um, ora | outro, e a repulsa tremenda não se faz | esperar. ||

Essa reunião que o *Jornal do Recife* de-|clarou ter tido lugar ante-hontem, como | se fosse uma reunião e não um concluido dos de mais baixa esphera teve por fim | principal a miseranda combinação da fin-|ta de candidatos naturalmente compre-|hendida na segunda conclusão, visto que | só publicou-se a *primeira e terceira*. ||

Não podia ter outro resultado a petu-|llancia dos *novos olygarchists* e esse proce-|dimento dos homens serios já importa a | manifestação previa da opinião.

(texto 74)

Jornal do Recife-PE nº 42, p. 2
21 de fevereiro de 1892

A's urnas

O maior crime que um cidadão pode pra-|tizar é abster-se de intervir nos negócios de | seu pais, ou do lugar onde reside e tem ra-|dicado os seus interesses. ||

A politica é a arte de governar os povos; | é o modo praticado de encaminhar as socieda-|des aos seus destinos de progresso material e | moral; é o conjuncto dos mei[|s appropri-|dos a promoverem o bem estar de todos; e, | portanto, um causa que se impõe ao homem adiantado, como necessario á coexistencia humana civilisada.

Renunciar, pois, a politica, é recusar con-|correr com o seu trabalho com o seu esfor-|ço com o seu apoio para beneficio dos seus | semelhantes; é negar o seu auxilio para que | a pátria, seja bem governada, para que os | dinheiros públicos sejam bem geridos e com-|venientemente applicados para que sejam | fortemente garantidas a liberdade, a honra a |

vida, e a propriedade dos cidadãos, para que | sejam punidos enfim os criminosos e os per-|turbadores da tranquilidade publica. ||

Abater-se de politica, por conseguinte, é | não só refinado o revoltante egoismo, porque | importa na abstenção de actos de interesse | pelos outros que vivem comnosco em socie-|dade, de actos que fazem a grandeza e a fe-|licidade do torrão onde se hauriu a primeira | inspiração; mas tambem fraqueza de racio-|cinio, falta de zelo pelos próprios interesses, | porque importa na abstenção de actos que | redundam em proveito pessoal, e na abdica-|ção dos mais sagrados direitos individuaes. ||

É hoje o dia marcado para a eleição dos | senadores e deputados ao Congresso Esta-|dual; assim como para a de prefeito, sub-|prefeito e membros do Conselho Municipal. ||

Trata-se de eger homens que pelos seus | principios republicanos, pela sua honradez | immaculada, pelas suas aptidões especiaes e | pela sua incançavel actividade possam orga-|nizar definitiva e autonomicamente o Estado | e o Municipio, de modo a satisfazerem ple-|namente ás aspirações da Nação. ||

O verdadeiro, o democrata, o esforçado, o | generoso e benemérito Partido Republicano | desta terra faz um appello a todos os ho-|mens de bem deste Estado, a todos os per-|nambucanos de kharacter, a todos os brazi-|leiros de honra e de dignidade, para que com-|pareçam ás urnas e suffraguem os nomes dos seus | conditados, homens habilitados e que | são animados dos mais nobres intuitos; e | confia que serão coroados do exito mais fe-|liz os seus esforços, uma vez que o actual Go-|verno tem sabido e requerido reerguer os | brios do Brazil e especialmente de Pernam-|buco tão aviltados pela situação passada, e | uma vez que o voto é livre, que a eleição é | séria e que serão respeitadas as instrucções do | eleitorado, como nunca foram! ||

Cidadãos: absterdes-vos de votar hoje, é | um acto de indifferença pelo vosso futuro e | pelo futuro de vossos filhos, pela vossa sorte | e de vossa familia, que não se desculpa nem se | justifica; é um crime de lesio-patriotismo que | nenhuma consideração pode attenuar. ||

Reagi contra isto! ||

Vinde por ao serviço da pátria as vossas | melhores energias, porque ella disso carece. ||

Comparecei; porque trata-se de negocio| que vos interessa, e interessa aos vossos con-|cidadãos muito de perto!||

É preciso salvar a Republica, e consoli-|dal-a de maneira que nunca mais possa ser | prêsa dos miseráveis especuladores! ||

A's urnas, pois, cidadãos.

(Texto 75)

Jornal do Recife nº 50, p.2

03 de março de 1892

JORNAL DO RECIFE DESASSOMBRADOS

A *Provincia*, de terça-feira, em artigo edi-|ctorial e sob a epigraphe –*Assombrados* –descreve a situação politica deste Estado, de | modo tal que, si não conhecessemos o movel | que presidio o esbaçamento de tão tetrico | quadro, seriamos naturalmente levados a crêr | que os nossos adversarios julgam-se ainda | perseguidos pelo terr-|vel phantasma da revo-|lução que na imaginação delles assume pro-|porções verdadeiramente assombrosas. ||

Mas não! é que elles vivem a engendrar | meios de fazer crêr á população sensata que |nos jalga, que, depois do acto revolucionario | de 18 de Dezembro, os negocios publicos têm | sido dirigidos por mãos ineptas e que só há | um meio de slavar o Estado de uma ruina cer-|ta é *restituir-se-lhes as posições!* ||

A politica dos nossos adversarios é, assim, | uma especie de igreja catholica, fóra da qual | não ha salvação possivel.

||

Entretanto, se a consciencia dos grandes | [ilegível] que hão causado pela má orientação | politica, pelas ambições anti patrioticas, que | os devoram, e pela intolerancia, que os tor-|na sinistros, é que manifestam esses immen-|sos receios de que se dizem possuidos, saibam | que nós outros, que não temos outro empe-|nhno além do interesse de bem servir á causa | publica, nos achamos hoje como nos achava-|mos hontem, mesmo em meio das violencias | e das perseguições, então postas em pratica, | desassombrados e cheios de confiança no fu-|turo que nos aguarda. ||

Aos nossos adversarios convem articular | suspensão de garantias constitucionaes, des-|respeito á casa do cidadão, violação de cartas | no Correio, falta de garantia do direito de | propriedade e de livre manifestação do pen-|samento, etc. ||

Supponhamos por um instante, que ha al-|guma outra de verdadeiro em tudo isso e in-|quiramos delles, si se julgam competentes | para atirar pedras; si se acham isentos das | pechas que atiram ou se podem exhibir a sua | fé de officio sem receiar o exame? ||

Essa fé de officio não poderá ser apresentada, afirmamos, porque nella se acham es-|criptas cousas de fazer horro! E appella-|mos para a consciencia publica. ||

Mas o que é certo é que os nossos adversa-|rios não obedencem senão ao despeito e tudo | que dizem é por conta deste, não merecendo, | por isso, as honras de uma contestação seria, que se algumas vezes nos julgamos obrigados | a apresentar é tão sómente em respeito á opi-|nião publica. ||

Ora, na verdade, em que se firmam elles | para asseverar com o desembaraço com que | o fazem que estão suspensas as garantias | constitucionaes?! ||

Onde é que o direito de propriedade foi | desrespei[] ado; que da prova de todos esses | attentados se não são elles suggeridos pela | imaginação enfirma dos nossos adversarios? ||

E essa prova é tão necessaria quanto é | certo que a população deste Estado está in-|teiramente alheia a todas essas tempestades | imaginarias que tanto occupam os redactores | da “*Provincia*”. ||

O que, porém, é admitível no meio de tudo | isso, é que *os assombrados* exgozam o im-|menso repertório, atirando nos amigos do go-|verno e nos cidadãos que compõem a Junta | Governativa as acusações mais injustas epi-|thetos ofensivos de sua dignidade; deixam | vêr do modo mais ostensivo toda a colera do | que se acham possuídos, e depois de tudo isso | ficam incolumes, mas, entretanto clamam | contra a falta de garantias, gritam contra a | falta de liberdade! ||

É que para os anarchistas a liberdade é a | licença e o governo timbra em manter a or-|dem, conscio de que está prestando importan-|te serviço. ||

Ha, sem duvida, alguma cousa que real-|mente está sendo [ilegível]: são esses perigo-|sos elementos de que sabiam as scenas do | vandalismo que em curto tempo escandalis-|vam a população. ||

Ha ainda alguma cousa que já não preoc-|cupa o governo deste Estado: são as aposen-|tadorias vantajosas a cidadãos valiadoss; a | criação de empregos inuteis; a perseguição | de cidadãos por motivos politicos; a subtrac-|ção de votos em eleições, dando lugar a que | os votos dados a Pedro sejam tomadas como | dados a Paulo; a compra ostensiva, de votos, | com humilhação vergonhosa para o pobre | eleitor necessitado.. todas essas miserias, em fim, que [ilegível] redundavam no tempo em que re-|ceiar do dia de amanhã que por mais tene-|bro o que seja não nos poderá aterrar nem | desorientar. ||

E entre nós e os nossos adversarios ha | tambem esta notavel differença: nós nos | mantemos nas posições em quanto podermos | concillial-as com a nossa dignidade e nos sen-|timos com força para emprehender e reali-|sar alguam cousa que interesse ao bem pu-|blico; elles julgam-se sempre com direito a | essas posições; elles julgam-se sempre com direito a | essas posições; para conserval-as transigem | até com o proprio crime, quando assim é pre-|ciso: humilham se, exaltam-se conforme as | conveniencias de occasião, e quando a des-|peito de tudo veem-se [ilegível], gritam | como possesos, ficam allucinados, e d'ahi | todo o enxa[]e de improperios que o publico | tem testemunhado. ||

Pois bem: continuem informados assim, ou | mesmo *assombrados*, como se dizem, que | nós os republicanos sinceros e desintressa-|dos, continuaremos sempre *desassobrados*.

(Texto 76)

Jornal do Recife nº 82, p.2

17 de abril de 1892

JORNAL DO RECIFE

Ab[]olutamente injustificavel

É, na verdade, para lamentar o grande al-|vorço levantado pela opposição em torno do | governo determinando por parte d'este o em-|prego de medidas extraordinarias e rigorosas, | aconselhadas pela comprehensão de altos de-|veres e tendentes a manter illeso o principio | de autoridade, essencialmente opposto, não | ao exercicio de direitos, nem ás liberdades | publicos, mas ás expansões desorderias de in-|telligencias trefegas, perpetuamente inclina-|das a conspirações ruinsas. ||

Parece que se pretende transplantar para o | Brasil, justamente no momento em que preci-|samos provar ao mundo civilizado, que nos con-|templa, nos achamos perfeitamente preparados para viver e prosperar sob um regi-|men francamente democratico, isto é, sem o poder tutelar de uma dymnastia reinante, que | deve conservar no meio das nossas intuições | politicas uma eminencia completamente inac-|cessivel aos representantes das differentes | classes sociaes, as conturbações constantes | que se agitam nas republicas visinhas e que | as fazem arrastar uma vida decadente a todos | os respeitos. ||

Dir-se-hia que ha o pensamento criminoso | de attestar a impossibiliade da republica no | Brasil, embaraçando por todos os meios o | alargamento dos seus dominios, a sua con-|substanciação como forma de governo entre | nós. ||

Todos se dizem republicanos, todos protes-|tam sua fé nos resultados futuros da | republica, como sendo a realisação compelta | e a absoluto do governo do povo pelo povo, mas | entre o que se affirma quer fallando ou escre-|vendo, e o que se pratica, ha mais do que uma | grande distancia, há uma contradição fla-|grante. ||

Se a opposição deseja sinceramente ver | consolidada e pyramidalmente firmada a re-|publica no pais, como exagera o seu papel de | fiscalisadora dos actos do governo, até pro-|curar impedir materialmente o funciona-|mento regular desse governo, que tem o seu | fundamento na Constituição? ||

Como se explica, e men[]s, essa impacien-|cia nevrotica de que se acha possuida, quando | o simples bom senso está indicando que pre-|cisamos de calma e reflexão, para que o cere-|bro que pensa possa guiar as mãos que exe-|cutam uma obra tão difficil? ||

O primeiro cuidado de uma nação que se | reor-ganisa, temos por certo, é tranquillisar as | classes conservadoras; e foi certamente esse | o maximo empenho de Thiera na França de-|pois dos desastres da guerra com a Prussia. Entretanto a França é o paiz onde a fe[]re | de progresso tem lavrado com maior encan-|descencia. ||

Entre nós, porém, não se tem entendido | assim e só se procura galopar vertiginosa-|mente, sem se saber talvez para onde; se | para o apogeu de uma gloria impossivel, ou | para o barranco onde desgraças irremedia-|veis nos tenham de absorver! ||

Se o braço potente do Marechal Floriano | Peixoto não houvesse vibrado o golpe salva-|dor, quaes seriam os efeitos das investidas | ousadas da opposição, commandada por onze | generaes, que felizmente não representam o | pensamento de sua briosa classe? Quer nos | parecer que não seria outro senão a reposição | do Marechal Deodoro á posição de chefe su-|premo do governo, pois de outro modo não | podemos comprehender qual o ponto de con-|tato entre o movimento conspirador e aquel-|le Marechal que foi constituído como que o | centro de acção desse movimento. ||

Com que tristezas não receberia, porém, o | paiz o triumpho de uma revolução que fizesse | restaurar o ominoso govern oque cahio no | meio da maldição popular? ||

Nem ao menos a opposição se abraça a uma | bandeira que tenha o merito da novidade. ||

Ah! mas aqui nos atalham para dizer-nos: | queremos que se proceda á eleição presiden-|cial! ||

Não nos parece aceitavel que se batam | pela eleição presidencial quem se nos mostra | abroquelado com a idéa de resuscitar o gover-|no do presidente resignatario, acreditando | que quatorze milhões e tanto de brasileiros | se não de curvar *bestialisados* diante de um facto que seria hediondo. ||

Mas admittido mesmo que a opposição | anteponha a todas as suas ambições condem-|naveis a eleição presidencial não se justifica | de sua parte uma impaciencia levada ao cu-|muldo e que, perdendo a fé nas grandes | valvulas que estão francamente abertas ás | manifestações da opinião, prefira agir por | meio de conspirações, levantando a desor-|dem nas ruas, assustando os capitaes, per-|turbando o trabalho, animando a descon-|fiança no estrangeiro, protrahindo as diffi-|culdades economicas e financeiras, e sobre-|tudo firmando precedente para que todas as | questões politicas sejam resolvidas na praça | publica e com as armas na mão. ||

Se o governo, escudado em ma interpre-|tacao constitucional, escrupulisa em mandar | proceder a eleição presidencial, nada mais | natural que esperar a solução da questão, | que provavelmente será agitada no seio do | Congresso Nacional, cujos trabalhos serão re-|começados em Maio proximo. ||

Como, pois, se pôde permittir ou tolerar a | precipitação dos adversarios do governo, pre-|cipitação que se traduz em attentados contra | esse mesmo governador? ||

Não se justificando por nenhum modo a | attitude violentamente hostile da opposição, || ella não tem, aos nossos olhos e no conceito | dos homens ordeiros e reflectidos, outra sig-|nificação que não seja a soffreguidão pela | posse do governo, ambição que aspira ser sa-|[sa]]tisfeita pelos recursos clandestinos da con-|spiração, porque não confia na efficacia de | uma luta franca, leal, descoberta, como seria | a luta travada na imprensa e nos comicios | eleitoraes. ||

A opposição está, sem duvida, tomada de | um scepticismo atormentador, não crê que | possa chegar ao poder, que a fascina, pela | estrada larga que se abre diante de si, con-|vidando-a a caminhar em demanda do en-|grandecimento do Brasil; prefere andar er-|rante pelas escuras veredas de consirações | antipatrioticas. ||

Deixemol-a cumprir o seu triste fado, até | que um dia melhor orientada, talvez, volte a colaborar na obra da regeneração da patria.

(Texto 77)

Diario de Pernambuco nº 81.p.1

09 de abril de 1895

DIARIO DE PERNAMBUCO

Expliquemo-nos

Pôde *A Provincia* prosseguir na sua faina in-|gloria de molestar-nos com dicterios e pi-|cardias: o que não conseguirá, porem, é fazer-nos perder essa “piedosa”calma para cuja oblite-|ração tantas e tão renhidas campanhas nos tem | offerecido. ||

Não; pôde *A Provincia* ficar descançada: quanto mais longe levar as suas iras, quanto | mais comesinhas forem as suas investidas, tanto | mais nos esforcaremos para manter illesa | [ilegível] serena, essa “piedade” que tanto lhe / [ilegível] os nervos, e só essa arma empunha-|remos só esse escudo opporemos aos golpes | mesquinhos da diffamação. ||

E que outra deveriamos lançar mão? ||

Do desafôro pelo desafôro? ||

Da injuria pela injuria? ||

O dente por dente e o lho por olho da cartilha | arabica parece que tem a sua applicação espe-|cial, la para aquellas bandas arenosas do Sa-|hara onde Sinoun cresta a fronte bronzeada | do beduino. ||

Aqui, onde a civilização tem altares, parece | que não é muito a gente dar-se ao fiel cumpri-|mento dos seus sabios.

||

Não; *A Provincia* não conseguirá enveredar-|nos por essa trilha tortuosa da linguagem des-|abrida. ||

Nós não escrevemos para um grupo de desaf-|fectos politicos: o nosso jornal é lido aqui; | como em toda parte onde as embarcações | lançam ancora. ||

Se a cegueira partidária d’esse estrito am-|bito em que só se respira politica, confirmamos | defeitos que gratuitamente se nos attribue; | fora d’aquí, longe deste borborinho de paixões, | o nosso jornal vai com cair sob as vistas do leitor | alheio as nossas luctas intrinsecos, o unico ha-|bilitado para julgar com isenção de animo da | nossa educação jornalística. ||

Não; *A Provincia* não atingira o alvo que | escopa. ||

Não aceitamos a luva que se nos atira n’este | tremedal em que as armas escolhidas são um | pouco de limo ou um punhado de lixo para | jogar-se á face do adversario. ||

Todos aquelles que nos bem desapaixonada-|mente; todos aquelles que não nos vêm atra-|vez da lente partidaria, que julguem de nossa | [ilegível], que digam de que lado está o deses-|pero, onde o despeito pequenino e a falsa po-|sição. ||

É de boa praxe nos hospicios de alienados os | enfermeiros penetrarem no cubiculo dos loucos | só com a serenidade de animo unida as ex-|pressões edulcoradas de bondade. ||

Nós não queremos, nem ao de leve, dizer que | os nossos collegas são uns loucos; nem por sonho | fal-o-iamos competir com os infelizes | que perderam a razão. ||

Mas... nos escriptos de Lombroso e do dis-|tincto alienista francez Moradandde Montyel ainda | não encontramos um caso mais celebre de allu-|cinação mental que este desvairamente politico | de que se acham acconmettidos os nossos col-|legas. ||

Pois *A Provincia* já não se lembrar?... ||

Ella propria já não acariciou com tanto mimo | o nosso humilde concurso?... ||

Ahi está porque nos chama hoje de *lacaio de | todos os governos...* ||

Quem é que se não deixa arrastar até as | bordas de um abysmo; quem é que nelle se | não precipita, quando a boa fé
até ali lhe enca-|minha os passos? ||
Foi o que aconteceu comnosco. ||

.....

Corria o anno de 1889.... ||
O nosso annuario marcava o 15 de Novembro | esta huminosa data que devia tornar-se immor-|redoura nos annaes
dos nossos fastos políticos. ||
Nós enchiamos algumas tiras de papel, de-|bruçados sobre esta mesma banca em que ora | estamos, quando um
telegramma sorprehen-|dente, uma noticia de gravissima importancia, | uma d'essas surpresas que aturdem o espirito | mais
calmo, fez cair-nos a penna da mão e | lançar ponto final no que escreviamos. ||
O indio brasileiro havia arremeçado o sceptro, e despedira altaneiro a setta da liberdade. ||
Estava proclamada Republica, sem o derra-|ramento de uma gota de sangue, por entre | risos e flores somente
orvalhadas pelas lagrimas de uma familia despota. ||
Até aquella data nós militámos sempre em | [ilegível] oppostos áquelles em que “A Provin-|cia” sentada as suas
tendas de combate. ||
Até aquella data... ||
Fazia-se mister, porém, esquecer os “velhos odios” e os nossos inimigos da vespera eram os | primeiros a
apregoarem essa doutrina como a | unica compativel com o lemma da bandeira | que acabavade ser arvorada: *liberdade,
igual-|dade e fraternidade*. ||

.....

Quem é que se não deixa arrastar até as bor-|das de um abysmo quem é que n'elle mesmo | se não precipita quando
a boa fé para ali lhe | dirige os passos? ||
“A Provincia” foi a primeira a entoar o *pe-|nitet me pescavi*. ||
E cumpria-lhe mesmo fazel-o porque dias an-|tes ella entoava o “Ave Cezar” ao esposo da | ‘herdeira do throno
que aportara a estas plagas | em propaganda monarchica, ou antes, em perse-|guição d’aquelle que por aqui também andava |
pregando a liberdade e que tivera mais tarde | um tumulo nas profundezas do Vesuvio. ||

Fazia-se mister, porém, esquecer “os velhos | odios” e nós fizemos mais ainda – esquecemos | as injurias. ||

Ahi está como “A Provincia” deu-nos a abor-|dagem. ||
Depois seguio-se o cahos: a Republica era de | todos os brasileiros, ou, pelo menos, todos os | brasileiros haviam-
n'a aceito como um facto | consummado. ||
“A Provincia” foi a primeira a não ter uma | phrase de piedade para o infeliz louriete a quem | entoara o “Ave
Cezar. ||
Aceitara tambem o facto consummado e offe-|refera tambem o eu valioso concurso para o | progredimento da
instituição nascente. ||
Foi repellida a principio; masos bons dicta-|mes republicanos ordenavam que nenhum bra-|silero, que o guizesse,
fosse excluido de ope-|rario do grande edificio das liberdades brazi-|liras. ||
E tomando por norma esse celebre apophthe-|gma do grande philosopho francez, nós vimos | em pouco tempo
elevado ao poder um illustre e | prestimoso conservador que teve apropriada | de nos approximar d' “A Provincia”. ||
É “A Procincia”que sempre stygmatisara | não trepidou, então, loureal-o com todas as flo-|res dos [ilegível] da
amabilidade. ||
Parecia ter mesmo esquecido os velhos | [ilegível]... ||
[ilegível] como “A Provincia” logrou approxi-|mar-nos. ||
A Republica o exigia: fazia-se mister esque-|cer “os velhos odios”; e nós fizemos mais – es-|quecemos as injurias. ||
D'ahi para cá, senão actualmente, diga-nos | “A Provincia” onde os partidos militantes? ||
Uma verdadeira confusão perfeitamente justi-|ficada pela decretação de ma reforma feita da | noute para o dia com
grande surpresa de todos. ||
Ahi está porque temos sido *lacaio*s de todos os | governos. ||
Mas “A Provincia” não se lembra que hoje | está a chamar os mais grosseiros epithetos. ||
O mundo é este e para diante é que se ca-|minha.

(Texto 78)

Diario de Pernambuco nº 149, p.
04 de julho de 1896

DIARIO DE PERNAMBUCO
RECIFE, 4 DE JULHO DE 1896

Revisão Constitucional

A Constituição do Estado permittio a com-|mutação das penas dos criminosos, com exclu-|são dos crimes politicos
por caberem estes á | alçada da justiça federal. ||

Não se pôde deixar de considerar o uso | d'esta attribuição capaz dos mais graves inco-|venientes, porquanto em vinte um Estados de | que se compõe o paiz, é difícil que se realize | a sua pratica de conformidade com os princi-|pios reguladores d'esta attribuição do poder | executivo, e que em outros tempos pertenceu | ao chefe supremo da nação. E o seu abuso | traz como consequencia a annullação do poder | judiciario, a destruição do direito penas, abrin-|do longa margem ao crime para que elle venha | livremente campear, dando-lhe mais um incen-|tivo, ou uma esperanza aos criminosos de que | a misericordia do governo estadual virá arran-|cal-os do jugo das penas que mereceram. ||

A pratica do novo regime politico tem entre nos demonstrado os males resultantes de se-|melhante attribuição conferida ao chefe do | governo estadual. E foi considerando tão gra-|ves inconvenientes, que um senador n'um pro-|jecto apresentado, e a que já nos referimos em artigo anterior e que se occupa com assumpto | de magna importancia, indicando os artigos em | que deve ser reformada a Constituição do Es-|tado, propoz amodificação da disposição con-|stitucional que autorisa a commutação das | penas, estabelecendo que, só quando houvesse | erro manifesto no processo, ou o delinquente | tivesse cumprido a terça parte das penas a | que fôra condemnado, podia o Governador do | Estado commutal-as ou conceder-lhe o perdão. ||

Ainda assim, o defeito encontrado n'esta par-|te, no estatudo fundamental, sendo attenuado, permanece de modo a ter-se muito pouco adian-|tado com a modificação que se propõe fazer. | Mesmo, porque só o completo menosprespo dos | interesses envolvidos n'esta attribuição, pode-|ria fazer o Chefe do Poder Executivo exercel-a | ainda fora do caso cogitado ou dos limites da | restrição feita; isto é, seria extraordinario | que se desse o perdão da pena, antes que o de-|linquente, ao menos tivesse, cumprido uma | terça parte d'ella. ||

Enquanto a commutação, isto é, a redução | do tempo da pena, ou alteração de sua natu-|reza, a restrição teria a importancia de impe-|dir que se desse a redução do tempo inferior | ao da terça parte da pena, ficando assegurado | que sempre, e em todo o caso, os criminosos sofreriam a pena durante a terça parte do | tempo a que foram condemnados. ||

O perdão e commutação das penas, em di-|reito criminal, reconhecida como uma neces-|sidade para casos excepcionaes, e recommen-|dada pelos criminalistas como tendo utilidade | e devendo ser empregada, logo que forem veri-|ficados os effeitos por ella produzidos sobre o | moral do criminoso, quando reacção foi suf-|ficiente para quebrantar os seus perniciosos | instinctos, abalando as disposições physio-|logicos do seu organismo, ou o modo de func-|cionar do seu aparelho nervoso ou cerebral | como causa determinante de suas acções, trans-|formando por consequencia as condições psy-|chologicas do seu espirito. ||

A pena é uma reacção, tem por fim exercer | uma influencia [ilegível] e regu[]adora da | physiologia do cerebro é ferindo uma força | anormal, destruindo-a, ou pelo menos redu-|zindo-a que [ilegível] consegue manter o equili-|brio das faculdades subjugando a impulsão | da vontade [ilegível] da consciencia, ou a in-|[ilegível] o sentimento moral, É extinguindo | a causa do crime que se chega a destruil-o. ||

Mas a difficuldade está em apreciar este | effeito de pena, se com effeito já obteve-se | este resultado para livrar o paciente de um | soffrimento já inutil para o fim que se tem em | vista. ||

Sem que esse resultado tenha sido colhido, | o que é muito difficil de verificar, a commutação | ou o perdão da pena, pode importar a victi-|mação de qualquer outro infeliz destinado a | ser alvo de um novo attentado. ||

N'isso a segunraça social é offendida, e a | misericordia que cobrio o criminoso foi um | erro lamentavel. ||

Este principio tem mais ou menos domina-|do em todas as legislações, e subsistido em | todas as escolas de direito criminal, cujas dif-|ferenças são antes apparentes do que funda-|mentaes. ||

Ao Chefe do Estado era conferida esta attri-|buição de agraciar os criminosos. Tratando-|se de materia de interesse publico e geral, a | competencia de exercel-a devia pertencer ao | representante do poder supremo da nação. ||

A esphera desta competencia dilatou-se | consideravelmente desde o novo regimen, e a | experiencia, como era de esperar, não veio | confirmar a utilidade e procedencia da refor-|ma feita da legislação nesta parte. ||

Materia de maior importancia, e de interes-|se transcendental, é esta que abre espaço ao | poder executivo para restringir ou supprimir o | effeito de sentanças irrevogaveis, em que a so-|ciedade proferio a ultima palavra sobre o de tino do criminoso. ||

Istental-o da pena de que ella tornou-se | mercedor, é um factu gravissimo, mas que | entretanto, em casos especialissimos, torna-se | um acto exigido pelos interesses da humani-|dade. ||

Melhor seria que voltassemos ao que estava | antigamente estabelecido, deixando ao Presi-|dente da Republica o exercicio desta attri-|buição que, excedendo as condições absolutas que | devem limital-a, degenera-se em um verda-|deiro mal, e no ultimo caso importa a annui-|lação do poder judiciario. ||

Nos limites da reforma que compete ao | Congresso Estadual proceder, convinha fixar | casos especiaes, em que este supremo remedio | aos infelizes, a quem a desgraça atirou as por-|tas do crime, quando a seu lado militam cir-|cunstancias favoraveis, em que extranha im-|pulsão, tendo uma causa exterior sufficiente-|mente poderosa, arrastou-os ao desvaira-|mento. ||

Esta singularidade, que podia caracterisar | qualquer processo, criminal, pode constar dos | autos do processo e ter sido sempre articula-|da, de modo a persistir sempre um traço da | sua veracidade, considerado não como inútil | pretexto ou meio artificial de defeza. Escla-|recimentos valiosos, obtidos depois da condem-|nação, militando em favor do criminosos, pri-|vado de qualquer recurso para a verificação da | verdade que o favorece, deveriam autorisar a | revisão do processo; e era ainda um caso em | que a commutação ou o perdão da pena pode-|ria dar-se, conforme ficasse demonstrado, ou | a innocencia do rio, ou a criminalidade em | gráo menor do que a que attribuo-se-lhe. ||

Estes casos especiaes e que devem ser fi-|xados para a commutação ou perdão da | pena. ||

A restrição opposta á esta faculdade, só | admittida como um remedio aos erros judi-|carios, ou ao rigor da penalidade um casos, | particulares; ou quando obtenha-se o effeito | moral da pena pela regeneração do criminoso | contactada por todos os meios que a expe-|riencia pode offerecer, e a rigorosa, observa-|ção sobre o individuo, cujo temperamento ou | indole determinam ou inspiram favoravel sup-|posição a seu respeito; deve ficar precisada | de modo a excluir o abuso que d'ella possa | fazer-se. ||

Assim, em caso de supposição de que o cri-|minoso regenerou-se ou a sua tendencia per-|niciosa acha-se como que abatida, destruida | por uma reacção favoravel por longo tempo | experimentada, dar-se hia a minoração quanto | a natureza da pena. ||

O individuo, sob rigorosa vigilancia, gosaria | de uma liberdade condicional, obrigado á tra-|balho em qualquer colonia ou estabelecimento | agricola ou industrial, onde livremente ga-|nhasse os meios de subsistencia, sem poder | mudar-se de domicilio ou ter o direito de | livre locomoção, sendo revogada a concessão | feita logo que manifestasse os primeiros | symptomas da acção criminosa expressos por factos significativos. ||

Apesar de ser esta uma disposição que deveria | conter-se no codigo criminal, não pode deixar | de ser admittida como restricção á faculdade | de perdoar a pena, tão facilmente concedida | aos governadores de Estado. ||

Para este caso, é que, com razão plausivel | podia firmar-se, que só depois de ter o cri-|minoso soffrido a terça parte da pena, poderia | admittir-se o perdão ou a commutação, em-|pregando-se previamente os meios de observa-|ção, e com a condição indicada. ||

Nos demais, porém, a consideração do tem-|po seria secundaria. ||

Na hypothese de erro judiciario este só po-|deria ser affirmado ou julgado subsistente, depois de um processo em que a autoridade | judiciaria tivesse procedido á todas as diligen-|cias, e emittido o seu parecer confirmado pelo | Superior Tribunal da Justiça. ||

Na hypothese de uma circumstancia ex-|traordinaria em favor do criminoso de modo evidente com | o seu character, e indole natural, e os seus pre-|cedentes, a consideração da reacção da pena | deve ser mantida, e certificada a realidade do | arrependimento. ||

N'este caso é applicavel o que dissemos a | respeito dos crimes em que não está bem | accentuada a perversidade do delinquente. ||

No crime de morte, em que o designio de | commettre-o ficasse manifestato, em caso algum | seria admissivel commutação ou perdão | principalmente, antes do cumprimento da | metade do tempo da pena, correspondente | ao fixado no gráo maximo. ||

Assim, em conclusão, dizemos que a Cons-|tituição do Estado precisa ser revista n'esta | parte, oppondo-se maiores restricções que as | offerecidas no projecto apresentado para tal | fim. ||

Do contrario, teremos deixado ainda o ca-|martello levantado sobre os interesses da | ordem judiciaria, e deixado ainda aberta uma | porta por onde o crime pode refugiar-se. ||

É mister não legislar para os tempos que | correm, mas sim para todos os tempos

(texto 79)

Diario de Pernambuco-PE nº 228, p. 1
12 de outubro de 1897

Diario de Pernambuco
Recife, 12 de outubro de 1897
Escolha de candidatos

Por telegrama de antohontem sabe-se | que a convenção do partido federal gover-|nista que devia naquelle dia deliberar so-|bre a escolha dos candidatos a presidencia | da Republica, elegeu o Dr. Campos Salles | para o cargo do presidente, e ao Dr. Fran-|cisco de Assis Rosa e Silva para o de vice-|presidente. ||

Aquella convenção soube com muito | acerto fazer a sua escolha, e o que se es-|perava foi realmente o que aconteceu. ||

Ambos os candidatos que tem de ser | apresentados ao eleitorado, são recom-|mendaveis por muitos titulos, nomes assaz | conhecidos, acham-se ligados á política, a | administração, onde revelaram as suas ap-|tiddões civismo e dedicação pela causa pu-|blica. ||

O Dr. Campos Salles é o actual presi-|dente do Estado de S. Paulo, e entre os | seus conterraneos tem conquistado consi-|derações que o elevaram aquelle posto; | estima e prestigio que indicaram o seu | nome para a magistratura suprema do paiz. ||

Não sahe do seio das opiniões extrema-|das onde se fizesse acercar de odios e de-|saffectos que não lhe permitissem uma | orientação elevada, conciliavel com os in-|teresses da ordem geral e da concretisa-|ção das idéas que tornam o regimen re-|publicano. ||

A escolha para o lugar de vice-presi-|dente devia recahir, pela sua importância, | em um cidadão, cujas qualidades proemi-|nentes fossem um penhor seguro de que, | sob sua guarda, ficariam garantidos a | somma de interesses publicos legados á ad-|ministração do estado, á felicidade e ao em-|grandecimento da nação; pois é vice-pre-|sidente o destinado a exercer o governo | nos impedimentos do presidente. ||

O Conselheiro Francisco de Assis Rosa e | Silva por diversas ordens de considerações | era o predestinado para este cargo. ||

Os seus serviços prestados ao novo regi-|men, a sua collaboração constante nos ne-|gócios publicos, os altos cargos que já ha-|via exercido, mesmo na quadra tempes-|tuosa atravessada pelo paiz, a circumstan-|cia de ser um representante do norte, que | não podia ficar isolado da direcção dos ne-|gócios geraes do paiz, principalmente no | regimen federativo, onde as revalidades fa-|cilmente suggere-se, vieram estabelecer a | sue favor a preferéncia que há de com van-|tagem abrir-lhe o caminho das urnas. ||

Pernambuco, foi desde os tempos do | extinto imperio escolhido pela sua terra | natal para represental-a na Câmara dos De-|putados, fez parte do Ministério 7 de Março presidido pelo Conselheiro João Al-|fredo, como Ministro da Justiça;

com o ad-vento do novo regimen, foi eleito deputado | á assembléa constituinte, depois distingui-|do com a escolha de presidente desta cor-|poração finalmente eleito senador por este | Estado. ||

O seu apoio decidido ao Dr. Prudente de | Moraes, a sua coadjuvação actica ao em-|penho que tinha o presidente da Republica | sem apagar a conflagração reinante do | paiz, no intuito de assegurar o regimen | da lei como a melhor garantia da ordem, | determinaram a escolha com que foi dis-|tinguido.

(Texto 80)

Diario de Pernambuco nº 73, p. 1

04 de julho de 1899

DIARIO DE PERNAMBUCO

Recife, 2 se Abril de 1899

Calçamentos

Medida que não póde, nem deve ser por | mais tempo adiada, é com certeza a deter-|minante do calçamento do algumas ruas | desta cidade que, em dias invernosos, offe-|rece por isto aspecto pouco edificante á | nossa edilidade, apesar dos desejos nutri-|dos pelos membros do Conselho Muni-|pal melhorarem as condições materiaes | do municipio do Recife. ||

Absolutamente sem querer melindrar a | este ou aquelle ramo da publica admin-|tração, não podemos todavia, calar diante | do estado detestavel de algumas ruas. ||

A falta de uniformidade no nivelmento | dos calçamentos, as grandes despressões | que apresentam, a obstrucção mesmo de | algumas sargetas servem para depôr con-|tra os que estão encaregados d'esse im-|portante serviço, preso tão intimamente a | hygiene publica. ||

É preciso haver conservação constante | sobre as ruas calçadas. É intuitivo que | si um vehiculo qualquer desloca um paral-|lepipedo, covem repol-o, afim de que | não prosiga a desaggregação das outras | pedras. ||

Verdade é que não são somente os cho-|ques a retirarem taes pedras do leito das | ruas. Os empregados nos serviços da in-|[ilegível] d'água e do exgotto são os princ-|cipaes causadores da alludida deterioração, | pois que na reconstrucção do pedaço le-|vantado para tal serviço não procuraram | [ilegível] pouco consolidal-o conve-|nientemente. A amarração é sempre im-|perfeita, dando lugar, dentro em pouco, | á desaggregação ou á depressão que se | converte por sua vez em deposito de aguas | pluviaes. ||

Entretanto pesados são os tributos pa-|lgos pelos municipes recifenses, e um d'esses | impostos, si não estamos em erro, parece-|nos foi instituido para ter applicação di-|recta no aformoseamente da cidade e mais | particularmente no nivelamento e calça-|mento das ruas. ||

Si já não existisse isto lembrariamos, | então necessidade de incluir-se no orça-|mento da recita municipal a taxa de 2\$00 | por metro quadrado do calçamento levan-|tado para a installação de apparatus des-|tinados a serventia domestica. ||

Esta renda, além de constituir uma re-|pressão para os abusos e descuidos hoje tão | singularmente notados, serviria para fazer-|se o trabalho permamente de conservação | e de restauração de trechos dos calcamen-|tos. ||

Mas existindo renda cobrada já para este | fim utilissimo, não seremos nos que con-|corramos para o augmento de gravames | ao povo pernambucano, gravames que, aliás, | convem accentuar, têm sido augmentados | pelas condições especiaes a que todos sido | levados. ||

E por que tocamos no assumptos, não de-|vemos silenciar, lembrando-nos do alaga-|mento e do lamaçal existente em muitas | ruas d'esta cidade e principalmente nas de | nome Conceição, Formosa e Perdigão, no | bairro da Boa-/Vista. ||

Assim, pedimos á Prefeitura o cuidado | de mandar atterral-as, emquanto os cofres | municipaes não permittam calçal-|as de | modo perfeito. ||

Teriamos ainda alguma cousa a dizer so-|bre a maneira empirica por que actualmen-|te se faz o trabalho dos referidos calçamen-|tos, mas nos aguardaremos, esperando dos | poderes municipaes ver tomado em consideração o pedido que aqui deixamos exa-|rado. ||

Tinhamos escripto as linhas acima antes | de ter a mensagem do *Senhor* Prefeito do mu-|nicipio, mensagem na qual se occupa esse | illustre funcionario do assumpto aqui li-|geiramente articulado. ||

Não conhecemos o projeto de lei que | pretende S.S. apresentar, mas espera-|mos oportunidade para lel-o e fazer en-|tão as considerações, que porventura me-|recer-nos. ||

Desde já, porem, fique accentuada nossa | opinião, acima expressa e contraria á toda | e qualquer ideia de augmento dos actuaes | impostos, ou de outros quaesquer, que, exercida sobre esta ou aquella empresa | da immediata transacção com o publico, | sempre vem recahiar sobre o povo d'esta | terra.

(Texto 81)
Diário de Pernambuco nº 33, p. 1
04 de fevereiro de 1902

O CARNAVAL

A esta hora tilintam os | guizos e enchem os ares os | risos e os ditos em falsete, | toda essa expontonea ale-|gria que caracteriza o car-|naval. ||

A cidade está em festa. ||
Desde alguns dias passa-|dos os cubles se apresentam | com denodo e percorrem as | ruas, ás noites, em espalha-
fatosos *Zé- pereiras*. ||
Estamos, pois, em pleno | dominio das expansões. ||
Que o povo saiba folgar, | esquecendo as proprias ma-|guas e todas as suas difficul-|dades. ||
N'estes três dias impere o | mais franco contetamente. ||
A' margem os dissabores, | rompamos a melancolia. ||
O povo se diverte. ||
Deixemol-o rir e folgar.

(Texto 82)
Diário de Pernambuco nº 5, p. 1
21 de janeiro de 1912

A situação actual

São sombrios os horisontes em que | se desenrola a politica nacional. ||
O cahos reina em todas as relações | da vida publica e nos espiritos ha ancie-|dade que precede a explosão das gran-
des crises. ||

A politica tortuosa, vacillante do *senhor* / marechal Hermes produziu seus resul-|tados. ||
Já tardava. No Amazonas o fingido | apoio á legalidade, solapada pelo impe-|tuoso *senhor* Rego Barros; no Pará uma oscillação indecorosa entre os vultos | predominantes na politica; no Ceará | arrastado pelo P.R.C. em curvaturas | incessantes, enquanto o *Senhor* Mario | Hermes prepara o scenario para o *senhor* / Franco Rabello; na Parahyba os balões | do ensaio entre militares e candidatos | civis; em Pernambuco o alto feito do | *senhor* Carlos Pinto, produzindo todas | suas cosequencias; em Alagôas a *fita* / que parece terminar pela adhesão do *senhor* | Malta á própria deposição; na Bahia, | a traição para com todos, para o *senhor* José Marcellino, para o *senhor* Severino e | agora para o *senhor* Seabra, terminada a | serie de perfidias com a tragédia em | que, como Nero no incendio de Roma, | se teve deleite de contemplar o incen-|dio dos predios publicos de envolta | com as labaredas de milhares de livros; | no Espirito Santo um zig-zag incom-|preensivel que faz andar o pobre do *senhor* | Jeronymo Monteiro ás tontas; no Rio | (Estado) o respeitavel pai da fraude o | *senhor* Quintino, sacudindo-se manhosa-|mente contra o *senhor* Oliveira Botelho; em | São Paulo o abandono vergonhoso do *senhor* | Rodolpho Miranda, atirado ás ortigas | diante do grito altivo do Estado; no Rio | Grande a confabulação suspeita com o *senhor* | Pinheiro Machado, quand os *senhores* Moa-|cyr e Cabeda tinham carta branca para | levantar a candidatura Menna Barreto. | E este, o executor da alta justiça em | Pernambuco e na Bahia, se vê abando-|nado porque é preciso dar armas a indi-|gnação pelo bombardeio da Bahia, que | só agora se descobriu ter sido feito | levianamente. ||

Em Minas prepara-se a intervenção | para evitar que das urnas venham repre-|sentantes dispostos á um sério reconhe-
cimento. ||

Que orientação segue hoje o governo | federal? Quem o apoia nos Estados e | quem, apoiando-o sente seguro o dia | de amanhan? ||

Quem se illude sobre a significação | dos editoriaes do *Norte*, pregando a | hegemonia do norte, quando é aqui | governador o *senhor* Dantas? ||

E esta anarchia que perturta toda a | evolução economica e social vem jus-|tamente quando a Argentina se arma | aos dentes, recebendo novos navios e | guarneccidas as fronteiras; quando no Paraguay, na Bolivia e no Chili o odio | do *senhor* Laballos nos retira sympathias; | quando o movimento imperialista de | toda a Europa, dos Estados Unidos, do | Japão observa onde pôde penetrar, e, | como suprema infelicidade, quando fra-|queja o vulto do Rio Branco, o brasileiro | para quem poderia appellar toda esta | nacionalidade. ||

O imperio tinha soluções para estas | crises: o olhar calmo e penetrante do | Imperador depunha, á sombra da lei, | as situações esgotadas. ||

Mas hoje, que os batalhões, num | *steepe chase* ardoroso, cruzam as cos-|tas, conduzindo metralhadoras, não | contra o estrangeiro, e sim contra as | cidades nacionaes indefesas, hoje que as | mãos brasileiras olham apavoradas para | os reductos fortificados, que des-|pejam a morte e o incendio, onde esperar | e encontrar soluções legaes ao *embro-|ghi* que nos empolga? ||

Desrespeitadas as decisões dos tri-|bunaes, fusilados summariamente os | aministiados de hontem, açulados os | odios dos grupos partidarios, para onde | nos leva o *senhor* Hermes da Fonseca? ||

Em 1880, quando a dissolução da | Camara aleria o passo ás barricadas, | eminente jornalista gritava:

Malheurex Roi!

Malheureuse France.

Pois não é o grito que sae de todas | as almas: ||
Pobre Presidente! Desgraçado Bra-|sil!

(Texto 83)
Diario de Pernambuco nº 84, p. 4
10 de abril de 1924

JORNAES DE HONTEM

JORNAL DO RECIFE

Editorial:

“A agricultura entra presentemente | numa phase de grandes reformas, de | grandes empreendimentos. A Socieda-|de Nacional de Agricultura, que muito | tem feito pelo progresso de nossa lavou-|ra, de nossa pecuaria vae agora levar a | efeito um Congresso de Associações | Agrárias. Desse congresso resultará a | instalação da Confederação Rural Bra-|sileira que tomará a si “acabar de vez | com a rotina que ainda impera nos meios | sertanejos, fazendo reformas, estimulan-|do, estabelecendo, estabelecendo unidade de methdoos e | de acção, dando conselhos e orientando | nossos lavradores e criadores, no senti-|do do melhoramento de seus processos | e melhor aproveitamento de seus esfor-|ços”. ||

A instituição prestes a ser creada, isto | é, a Confederação Rural Brasileira terá | por objetivo conforme vimos acima, | uma programma gradioso, vasto, reha-|bilitador. ||

Dentre os paizes em que o planeta | esta dividido, o Brasil por certo é o que | mais precisa de cuidados dispensados á | sua lavoura á sua pecuaria, seja pela | extensão de suas terras, seja pela fer-|tilidades das mesmas, seja pelo grande | rebanho de sua população zootechaica e | seja afinal pela grande maioria de bra-|sileiros que em numero de dois terços | habita os nossos campos. ||

O Brasil tem commettido o grande | erro de esquecer a sua agricultura, | quando é ella que constitue a maior ri-|queza do paiz. ||

O poder publico não pode, com os | seus proprios recursos resolver os seus | magnos problemas; é preciso que as | forças particulares vá ao encontro dos | interesses publicos, resolvendo com as-|sociações, ligas, etc. as questões que | interessam o futuro da Republica. ||

A politica norteada para o cultivo do | sob, o desenvolvimento da lavoura é a | politica que serve ao Brasil, que con-|sulta aos seus interesses.

(Texto 84)
Diario de Pernambuco nº 1, p. 4
01 de janeiro de 1932

VARIAS

De acordo, com a nossa antiga pra-|xe sancionada pela lei que regula o | descanso para a imprensa, não have-|rá hoje trabalho em nossas oficinas | graficas. ||

Assim, o “Diario de Pernambuco” | somente voltará a circular domingo, | 3 do corrente.

.
.

Não sabemos em que disposição se | encontra o *senhor* Interventor Federal, | diante das graves perspectivas que se | desenham deante de nós, no caso do | dissidio entre plantadores de cana e | uzineiros. A indiferença do Governo, | o alheamento deante de um caso de | tão excepcional gravidade, vem pre-|ocupando seriamente o espirito pu-|blico, e agora, imenso se anuncia a | parlisação da moagem, a ser decre-|tada, segundo informaram hontem | alguns jornais, pelo Centro dos Forne-|cedores de Cana. ||

A questão em jogo é das mais deli-|cadas porque a intervenção do poder | publico na questão nunca poderá ser | no sentido de regular por decretos | assunto da economia privado. O go-|verno não pode determinar que se | subvertam principios naturais para | impor medidas que alem do mais | aberram do espirito liberal de nossas | leis. ||

Por esse motivo é que ahcamos des-|cabida a sugestão feita hontem pela | nossa estimável confreira. A Notícia, | que lembrava um decreto de emer-|gencia “ad referendum” do Governo | Federal sobre preços de canas. Toda | a vez que o Governo se põe a inter-|vir nesses assuntos provoca reações | desastrosas. A intervenção oficial | deve ser no sentido de evitar os cho-|ques, procurando por meios indiretos | superar as dificuldades e remover os | obstaculos. Isso é que se chama sabe-|doria politica que se não improvisa, isso é o que se chama “Bom -Senso”, | que para nós está sendo muito mais | necessario que a pretensa “mentali-|dade revolucionaria” que só tem feito | atrapalhar o Brasil, neste ano e pouco | de confusão em que nos achamos. ||

Aliás, a “mentalidade revolucionária” deve estar a esta hora bem escafriada com o golpe de mestre desferido pelo pulso firme do ministro José Américo, retirando-se ostensivamente de um clube que se estava tornando hum laboratório permanente de agitação, perturbando com suas extravagantes atitudes o ritmo da vida nacional. ||

Com relação ao caso que interessa a toda a coletividade pernambucana, continuamos a estranhar o completo alheamento do Governo do Estado perante um problema de indistinta gravidade, si se cumprirem certas ameaças que aí estão no ar, vamos ter completamente desorganizada a nossa vida econômica. ||

Em deante dessa atmosfera de tormenta que a Secretaria da fazenda vem beatificamente anunciando que “sem a rigorosa fiscalização das rendas públicas venha a ser deduzido o “deficit” previsto no novo orçamento, quando estamos ameaçados de ver paralisada toda a nossa atividade agrícola e industrial, com suas perigosas consequências de ordem econômica e social. ||

Deante de tão alarmante situação o que se vê e o Governo do Estado navegando em plenas águas do otimismo, onde o talento do governo, onde o senso da previsão dos negócios públicos, onde a habilidade em ir ao encontro dos altos interesses coletivos. Um ano e pouco que o Governo perdeu para eviatar uma situação que hoje assume um carácter de gravidade extrema, foram esterilmente consumidos. ||

Emquanto isto, uma grave questão ia correndo as boas relações entre duas classes que não podem deixar de viver solidárias e independentes, até se chegar á triste contingência de hoje, no impasse doloroso a que atingimos, e vendo deante de nós abrir-se um verdadeiro abismo. ||

E tudo isso, porque o Governo do Estado não previu as consequências serias do dissídio e nada fez ou não teve o tato preciso para por um parapeito á luta. ||

Fazemos aqui um apelo acaloroso ás duas classes para que entrem num entendimento amistoso e em nome de toda a coletividade pernambucana concitemos daqui ao Governo, para que diga quais as suas disposições perante um conflito de consequências tão serias.

(Texto 85)

Diário de Pernambuco nº 1, p.4

01 de janeiro 1947

AS CONTAS DE 45

A imprensa quaremista foi mais uma vez pegada em flagrante de mistificação quando se embandeirou em arco a proposta do parecer do *senhor* Luiz Cedro, no Conselho Administrativo, sobre o prestado de contas do Estado, relativa ao exercício de 1945. Agindo de má fé como sempre, atribuiu a esse parecer – e isso da maneira mais escandalosa – uma identidade absolutamente inexistente com a sumaria aprovação dada antes ás contas pelo conselheiro Luiz Cabral de Melo. A audácia dos ludibriadores chegou a tais extremos que o *senhor* Luiz Cedro teve de voltar ao assunto, fazendo incluir, na ata da sessão de ante-ontem, do Conselho, importante declaração para restabelecer a verdade e protegê-la contra o envolvimento de mesquinhos interesses políticos. Vale apenas repetir um trecho da declaração que incluímos na integra em nossa edição de ontem: ||

“No meu voto acentual a falta de plano preconcebido e do respectivo orçamento de algumas dessas obras a serem realizadas pelos municípios e tanto assim que muitas dessas obras consistiram em entradas de pequena despesa de duração precária, pelo que já não é mais possível a verificação de que o dinheiro empregado fosse realmente nelas consumido. Citei a informação da Contadoria Geral de que alguns desses prefeitos, que receberam o auxílio do Estado para aquelas realizações, ainda não prestaram as suas contas e também a informação do *Excelentíssimo Senhor* Interventor Federal de que o Governo estava interessado na tomada dessas contas para com os responsáveis por tais recebimentos. Nestas condições, o meu voto pela aprovação das contas do Estado foi dado sem que importe em meu acordo com a orientação e fiscalização na distribuição daqueles créditos, como ainda foi proferido sem prejuízo das diligências a serem realizadas para o perfeito esclarecimento e quitação das contas dos prefeitos municipais responsáveis pelas verbas recebidas e que ainda estão em falta para com o Tesouro do Estado”. ||

Permanecem assim inteiramente de pé todas as restrições que dizemos, em sucessivos editoriais, á aplicação dos dinheiros públicos pelo governo do Estado Novo, no último período dos seus desmandos em Pernambuco. Para ganhar eleições á custa de certas generosidades, desde que de outro modo, não seria possível, distribuiu a torto e a direito, “auxílios” aos prefeitos, aparentemente para a inversão em obras municipais. Era essa a camuflagem agora oficialmente rasgada no Conselho Administrativo, quando um dos seus membros mais idôneos revela que “muitas dessas obras consistiram em estradas de pequenas distâncias, de duração precária, pelo que já não é mais possível a verificação de que o dinheiro empregado fosse realmente nelas consumidos”. Poderíamos classificar de criminoso um plano de melhoramentos públicos executado nessas bases, mesmo se ele tivesse existido em condições tão miseráveis e estranhas. Mas as circunstâncias indicam que as estradas foram apenas simbólicas e apenas serviram á passagem dos eleitores... ||

É ainda o conselheiro Luiz Cedro quem afirma que: ||

“alguns desses prefeitos, que receberam o auxílio do Estado para aquelas realizações, ainda não prestaram as suas contas.” ||

que o seu voto “foi proferido sem prejuízo das diligências a serem realizadas para o perfeito esclarecimento e quitação das contas dos prefeitos municipais responsáveis pelas verbas recebidas e que ainda estão em falta para com o Tesouro do Estado.” ||

Os responsáveis pelo desbarato das rendas do Tesouro pode assim contar vitória com a opinião do conselheiro Luiz Cabral de Melo sobre os gastos até hoje sem explicação. O conselheiro Luiz Cabral de Melo é um político militante e não iria prejudicar com “divergências inocuas” a sua entrada na chapa de deputados possedistas. Mas, quanto ao |

parecer do *senhor* Luiz Cedro, o me-llhor é meter a viola no saco, se | não querem destacar mais um | elemento que os poderia levar á | barra dos tribunais.

(texto 86)

Diario de Pernambuco-PE nº 8, p. 4
10 de janeiro de 1953

Diario de Pernambuco
Sábado, 10 de janeiro de 1953
O rio, as pontes e os largos do Recife

Das duas uma: ou a Prefeitura se decide a rever, num elevado | sentido urbanístico, a localização de bombas de gasolina e postos de | lavagem de automovel e refugios destinados á venda de refrigerantes, | bombons e outras bugingangas, ou o Recife, dentro em pouco, estará | completamente descaracterizado. ||

O que faz a beleza do Recife, em primeiro lugar, é o rio. O rio | constitui um acidente geografico, de que deveremos tirar o maximo | partido. Quando falamos do rio, falamos tambem das pontes. Infe-|lizmente, a Prefeitura, por administrações anteriores, está contri-|buindo por estragar o efeito paisagístico das pontes. Numa das ca-|beças da ponte da Torre, inexplicavelmente se permitiu construir um | abarracamento, que se destina ao que parece á venda de generos ou | de artefatos de automovel. O fato é que, num lugar onde deveria ha-|ver um jardim ou um refugio arborizado, vai levantar-se uma caran-|guejola qualquer, com fins utilitarios e mercantis. ||

Esses recantos precisavam ter plantas e arvores ornamentais, | não barracas de “compra e vende”. Como vai ser agora, que se per-|mitiu o monstrego? ||

A Prefeitura tem ou não tem uma Diretoria de Obras? Tem ou | não tem uma repartição dita de censura estetica? E se tem uma | cousa e outra, como é que permitem atentados de tal natureza? Ou | é que a Diretoria de Obras e a Censura Estetica são exercitadas por | pessoas jejunas em assuntos urbanisticos? ||

Não queremos falar de hoje; mas é que por essa Diretoria têm | passado verdadeiros cegos de nascimento, ainda mais acoçados pelo | vírus do “eleitoralismo” não resta a menos duvida. Quem foi que | teimou em construir a Escola Normal no Jardim 13 de Maio, senão | um desses? E tanta cousa aqui se tem feito, que para arrolar os de-|sacertos seriam necessarias paginas e paginas deste jornal. ||

Outro dia, qual não foi a nossa surpresa, quando vimos o largo | de Caxangá, tomado por um posto de automovel, no lugar onde de-|via haver um jardim. Faça mão forte o Prefeito porque, na pisada | ora que vamos, qualquer dstes dias se montam bomba e posto no | largo de Dois Irmãos. ||

É preciso rever cuidadosamente todas essas concessões, não dar | novas licenças, e cancelar as concedidas, logo que termine o prazo | porque os beneficiados já têm no gatilho “mandado de segurança”. | Ou isso se faz ou o Recife será uma cidade inteiramente perdida.

(Texto 87)

Diario de Pernambuco nº 8, p.4
16 de janeiro de 1967

A hora agônica do cooperativismo

Dos mais oportunos este encontro de | cooperativas que o DAC, em colaração | com várias outras entidades, programou | para esta semana no Recife, no edificio | do Colégio Estadual, graças á compreen-|são de sua direção e do secretário Bra-|sileiro da Educação. ||

É que, ate aqui esquecido, abando-|nado na prática, onde toda ajuda se li-|mitava unicamente ao papel, o coopera-|tivismos brasileiro viria enfrentar, de | parte do governo revolucionário, seu mo-|limento de “agonia”, na pureza do étimo grego – de luta pela propria sobrevivên-|cia. ||

Porque na linha ensandecida de “Ino-|var” – mas via de regra agindo como | macacos em loja de louça – a legislação | revolucionária o que na realidade vem | procurando fazer é atirar cooperativis-|mo fora da lei, retirando-lhe todas as | condições honestas de viver livremente. ||

Ninguem, de certo, poderia censu-|rar tôda e qualquer medida para sanea-|mento do cooperativismo que, seria inge-|nuidade querer negá-lo, sofreu, nos úl-|timos tempos, e erosão da mais desbra-|gada corrupção, mergulhando aqui e ali | numa degradação aterradora, a exigir, | por isso mesmo, a ação corretiva do po-|der publico. Mas querendo ou pensando | em corrigir, o governo o que fez foi ma-|tar o cooperativismo, como pretende li-|quidar a imprensa, com a lei rôlha co-|lmo desorganizou o credito, matou o de-|senvolvimento, sem conseguir a conten-|ção do surto inflacionario, feriu mortal-|mente quase tudo, direito, leis, gramá-|tica, porque nada lhe escapou à “razzia” | furibunda e bestial. As instruções XI e | XV do Banco Central foram um golpe | no cooperativismo de credito urbano, en-|quanto, para coroar a avalanche arasa-|dora, o decreto lei nº 59 golpeou de | morte o cooperativismo de crédito rural, | precisamente numa hoa em que se fa-|zia preciso atacar, rijamente, a produção | de alimentos, porque, do contrario, ire-|mos sentir de muito perto o espectro da | fome. Pouco adiantam as meias | verda-|des com que pelo decreto lei nº 60, o | governo traça as linhas básicas do for-|talecimento do Banco Nacional de Cré-|dito Cooperativo, acenando-lhe com re-|cursos financeiros que todos podemos | prever a que se vão reduzir, erigindo-se | em órgão basilar da politica assistencial | do Estado ao crédito cooperativo. ||

De nada ajuda porque o BNC corre o risco de atuar no vácuo, financiando cooperativistas de que o decreto lei 59 ape-lnas permitiu se conservassem os ossos, o esqueleto, as cinzas. ||

Oportuno, pois, que as cooperativas cumpram também sua finalidade, come-çando pela ajuda mútua entre elas pró-prias, pesando suas fôrças, medindo sua capacidade de reagir e de resistir, tudo na filosofia daquela sempre a cada vez | mais atual advertência de Montalembert | de que “a liberdade não se dá: conquista-se”. Em encontros como este do Recife, | o cooperativismo terá de aprender como | lutar para sobreviver...

(texto 88)

Diario de Pernambuco-PE nº 9, p. A6
10 de janeiro de 1989

Diario de Pernambuco
Código Tributário

O que temíamos parece caminhar para o terreno da fatalidade. Pernam-buco escorrega, perigosamente, pelo plano inclinado de uma grande dissen-são Estado/ classes produtoras, com to-dos os reflexos negativos que isto signi-fica. Estamos todos lembrados do go-verno Cordeiro de Farias e dos dias an-gustiantes aqui vividos. ||

Evidentemente, estamos nos refe-rindo ao projeto do Código Tributário enviado pelo Governo do Estado à deli-beração de nossa Assembléia Legisla-tiva. Sabe-se que a nova Constituição | do País inovou em matéria de tributa-ção, abrindo maior espaço para as uni-dades federadas. Usando esta perspec-tiva é que o governo estadual elaborou | sua revisão global das leis fiscais, cuja | aprovação pretende obter do Poder Le-gislativo. ||

O que, talvez, consiga, mas numa | vitória que será de Pirro, porque o pro-ljeto do novo Código Tributário já se en-|contra, violentamente, constestado por | segmentos dos mais importantes de | nossa sociedade. O DIARIO, em sua | edição de domingo último, traz um re-trato em corpo inteiro dessa contesta-ção. Em declarações contundentes, se | manifestaram o presidente da Associa-ção Comercial de Pernambuco, Cristó-vão Pedrosa da Fonseca, e o presidente | do Sindicato da Indústria do Açúcar de | Pernambuco, Gustavo Maranhão. ||

Não nos parece que tenham se dei-xado envolver pelo emocionalismo. Uti-lizam argumentos lógicos, argüem com | fatos. De outro lado, não se pode esque-cer que, na Secretaria da Fazenda, res-|ponsável pelo novo projeto, se encontra | uma especialista das mais brilhantes de | uma geração, Tânia Bacelar, sem dúvida | nenhuma, com suas verdades a susten-|tar. ||

Sabemos todos que Pernambuco se | acha mergulhado numa de suas piores | crises econômicas. Somos um dos pólos | nacionais do desemprego. Necessita-mos, com urgência, atrair novos capi-|tais e receber o sangue generoso de in-|vestimentos múltiplos, sem os quais a | nossa recuperação se transformará em | mito. Se a nova política tributária não for | capaz de criar atrativos para esses | recursos vitais, o Estado pagará o preço | de uma degradação financeira, cada vez | mais acelerada, o que nos empurrará | para conjunturas sociais explosivas, se é | possível pensá-la mais explosivas do | que já se encontram. ||

O Estado tem que tributar. Disso é | que ele vive e os serviços que dele cobra-mos não terão sentido sem o tributo. | Até aqui o óbvio. Acrescentemos, po-|rém, que também é o óbvio a necessi-|dade de comedimento e a sabedoria da | oportunidade nessa arte difícil de arran-|car recursos de comunidade sem con-|correr para sua conturbação, ou, caos. ||

O ano é de decisões brasileiras fun-|damentais. Pernambuco tem a dizer | uma palavra importante. Não vamos | frustrá-la por um dilaceramento interno | desnecessário. Mais do que isso, sui-|cida.

(Texto 89)

Diario de Pernambuco nº 31, p.28
1 de fevereiro de 1998

Opinião

Imprensa e marketing

As aventuras e desventu-|ras sexuais do presiden-|te Bill Clinton, dos Esta-|dos Unidos, estão correndo o | mundo e se transformando em | assunto de jornais sérios e ta-|blóides sensacionalistas. Muito | papel e muita tinta já foram gas-|tos para explicar os eventuais | desvíos de comportamento do | homem que comanda a econo-|mia mais poderosa do planeta. | Até agora tudo ficou no reino da | piada, porque nada foi compro-|vado. ||

Aquí, no mundo latino, um | grupo de deputados aproveitou | uma sexta-feira folgada e foi | tomar banho de cachoeira, em | Alto Paraíso, nas proximidades | de Brasília. Convidaram jorna-|listas. O passeio foi transforma-|do numa absurda demonstração | de que os parlamentares apro-|veitam a convocação extraordi-|nária para se divertir nas proxi-|midades da capital. Os grandes | problemas do Congresso Nacio-|nal foram esquecidos. ||

Os dois assuntos se parecem | na forma como foram tratados | pelos jornais. Já surge na impren-|sa norte-americana um vigoroso movimento crítico à maneira | como a mídia trata o assunto. | Ao que parece, por falta de assun-|to, a mídia decidiu criar o escân-|dalo Clinton, que poderá rapi-|damente deixar as manchetes, por | exemplo, a guerra contra o | Iraque. Um assunto vai substi-|tuir o outro. As deputadas, em / Brasília, tomaram seu banho de / cachoeira numa sexta-feira, dia/ de noticiário muito fraco. A falta | de notícias as conduziu às man-|chetes dos jornais. ||

A imprensa, como instituição | fundamental para o exercício da | democracia, está caindo numa | perigosa armadilha do marke-|ting. Imprensa informa, marke-|ting promove. Jornalismo retra-|ta a vida, não cria fatos. Os agen-|tes de marketing e os homens | de publicidade geram situações | específicas para vender produ-|tos ou idéias. Eles não são forna-|listas e não têm nenhum com-|promisso com a verdade. ||

O perigo do chamado jornalis-|mo moderno envolve a confu-|são entre promoção e informa-|ção. Pessoas, reputações e bio-|grafias escorrem pelo ralo da | história por causa desta inver-|são de valores. O presidente da | nãoção mais poderosa do mundo | é impiedosamente exposto à | execração pública por um su-|posto – e não comprvado – affair | extraconjugal. As deputadas, na | sua singela inocência, tomaram | seu banho de cachoeira e sobre | elas respingou lama. Nos dois | casos, a falta de assuntos me-|lhores levou os jornais a con-|fundir marketing com jornalis-|mo. O resultado é sempre de-|sastroso para o leitor e devasta-|dor para o jornalistas.

(Texto 90)

Diario de Pernambuco nº 366, p.A4
1 de janeiro de 1999

Editorial

DIARIO DE PERNAMBUCO
Recife, sexta-feira, 1 de janeiro de 1999

O futuro chegou

Fernando Henrique Cardoso, 34º presidente, toma posse hoje | cercado por circunstâncias especiais. É o primeiro a ser ree-|leito na história deste país. É o que obteve a maior votação | já registrada pelos tribunais eleitorais no Brasil: conseguiu 53% | dos votos válidos. As duas peculiaridades acerretam para o novo | chefe do Poder Executivo enorme responsabilidade perante os bra-|sileiros e os estrangeiros que apostam na consolidação da demo-|cracia nesta terra. ||

O primeiro presidente escolhido por voto direto foi Prudente de | Moraes, que assumiu o governo em 1894. Sua vitória, no entanto, | estava longe de representar a vontade da maioria: só puderam votar | homens maiores de 21 anos que não fossem mendigos, analfabetos, | praças, nem padres. Em 1912, por exemplo, o Brasil possuía 24 mi-|lhões de habitantes, mas só um milhão estavam aptos a votar, ou | seja, 4% da população. O sistema foi se abrindo aos poucos. Em | 1932, as mulheres conseguiram o direito de voto. Em 1985, o voto | dos analfabetos passou a ser facultativo e a Constituição de 88 per-|mitiu que maiores de 16 anos pudessem votar. Hoje o Brasil com seus quase 160 milhões de habitantes tem um dos maiores colégios | eleitorais do mundo: são 106 milhões de eleitores.

Dentro desse universo de brasileiros, o presidente Fernando Hen-|rique conseguiu passar sua mensagem e sensibilizar corações e | mentes. Ele tem proposto um Brasil mais aberto à comunidade in-|ternacional, com maior inserção nos fluxos mundiais de comércio | e ativa, participação no processo de globalização. Sua postura, mo-|derna e modernizante, implica realização de reformas estruturais | que possibilitem ao país entrar no terceiro milênio com segurança | de promover um desenvolvimento auto-|sustentado. ||

Os desafios do próximo milênio são múltiplos e de resposta difi-|cil. As novidades estão sendo digeridas velozmente e com certa di-|ficuldade por intelectuais, políticos, empresários, estrudantes e tra-|balhadores. O mundo ficou pequeno. A comunicação imediata faz | com que o homem seja vizinho do homem. As democracias vão se | tornando cada vez mais transparentes, abertas e capazes de receber | inspiração e influência dos mais diversos pontos do planeta. Uma | crise na Ásia dificultou a vida dos russos e teve reflexos no Brasil. ||

Os antigos diziam que o mundo vai até onde sua voz alcança. Hoje | o homem pode ser ouvido e percebido em qualquer lugar do pla-|neta. Não existem locais inacessíveis, os mistérios da Terra foram | desaparecendo um a um e os limites de agora os limites de am-|bição humana. Esse cenário insinua que o terceiro milênio será | fundamentado em paradigmas diferentes de tudo o que o homem | viveu até hoje. As lições do passado serão menos importantes para | decifrar os enigmas do futuro. ||

O novo Governo Fernandi Hnrique se inuagura com a respon-|sabilidade de solucionar os embaraços de ordem econômica que en-|volveram o Brasil nos últimos meses. E tem a responsabilidade de | se anteciptar so mundo novo, que chega sem aviso e se implanta sem | maiores hesitações. O Brasil do final do século ainda abriga uma | sociedade desigual, que convive com perversa distribuição de renda | e profunda diferença entre as regiões. Fazer com que os índices so-|ciais melhorem e reflitam uma efetiva ascensão na vida média do | brasileiro é um dos desafios do nosso Governo. ||

O presidente é um homem escolado e vivido nas práticas do | poder. O segundo mandato oferece-lhe a chance de atuar melhor | numa atividade que desempenhou com isenção e competência nos | últimos quatro anos. O poder isola, dificulta contatos e afasta ami-|gos. O presidente tem procurado ultrapassar os rigos do protoco-|lo para não se distanciar dos que reúnem as condições efetivas para | uma conversa descompromissada. ||

É também um momento de congraçamento. As forças políticas | que apoiaram o candidato Fernando Henrique na eleição de 4 de | outubro estão plenamente atendidas na nova equipe ministerial. O | presidente foi além e procurou iniciar um produtivo diálogo com | as opções na tentativa de explicar projetos e demonstrar as difi-|culdades circunstanciais. Há muito por ser feito nos próximos qua-|tro anos e a nova equipe de governo possui as as credenciais necessá-|rias para enfrentar esse tremendo desafio. Mas o Brasil é dos brasi-|leiros. Todos estão convocados a contribuir na tarefa de encontrar | os meios e modos de superar os atuais obstáculos. ||

O futuro chega e as pessoas não percebem. O desenvolvimento | brasileiro, historicamente realizado por ciclos, faz com que o novo | e o antigo convivam no mesmo espaço, no mesmo momento. Bra-|sília é um bom exemplo disso. Há pouco

mais de quarenta anos, o Planalto Central era um local pouco habitado e distante dos principais centros de poder. Hoje é cérebro das altas decisões nacionais, como profetizou Jucelino Kubitschek. ||

O futuro esta chegando ao Brasil de maneira veloz e, de novo, poucos estão percebendo. As estruturas do país são modernizadas, renovadas e melhoradas. O tamanho do Estado se reduz. E a fechada economia nacional vai se abrindo ao investidor externo. Trata-se de modificações estruturais, profundas, que precisam ser completadas. É o Brasil do terceiro milênio que está sendo produzido nos últimos dias do século XX. ||

É preciso fazer coincidirem a política e o calendário. O Brasil precisa entrar no próximo século com o rumo definido e a vocação conhecida. Não mais poderá ser o país do futuro. O futuro, afinal, chegou. É hora de mostrar seu verdadeiro valor. Essa é a tarefa para a qual o presente Fernando Henrique Cardoso foi escolhido pela maioria dos brasileiros.

(Texto 91)

Diário de Pernambuco nº 222, p. A2
10 de agosto de 2003

EDITORIAL

Perdas evitáveis

Seminário recente articulado pela Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, analisou e esclareceu muita coisa acerca da incapacidade das nações emergentes de minimizar os efeitos causados nas respectivas economias pelos desastres ambientais. O Brasil padece, e não é pouco, dessa incapacidade. ||

Tomou-se como exemplo o que se passa com o Japão e o Peru, relativamente ao número de mortes em decorrência de desastres naturais. Ambos os países são bastantes expostos a eventos tectônicos notoriamente prejudiciais. Estatísticas consolidadas em 1985 já mostravam a diferença marcante daqueles efeitos, num e noutro país. Enquanto no Japão a média anual de mortes em decorrência de desastres naturais era de 63, o Peru sofria a morte de 2.900 pessoas. O mais grave é que dispõe de uma população diminuta, em comparação com a população japonesa. ||

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) chegou a publicar estudo pelo qual se ficou sabendo que do total de vítimas em todo o mundo, em decorrência de desastres naturais, 95% das mortes se deram nos países em desenvolvimento. O número aterrorizador dado a lume pelo BID se verifica assim compatibilizado na ordem de grandeza com os algarismos anteriores que cotejam o Peru e o Japão. Parecem casos de desapareço à vida humana, parece que estamos diante de um fenômeno cultural, não apenas de inércia diante de tão enormes prejuízos que se possam debitar à escassez de recursos ou à falta de tecnologia para enfrentar os distúrbios da natureza. ||

O seminário prefere assinalar que estaria existindo, nos países subdesenvolvidos, uma espécie de passividade tanto governamental, quanto da iniciativa privada, no que tange ao problema de enfrentar as fatalidades naturais ao menor custo possível. Coisa semelhante ocorreu noutra faixa de preocupações que terá, entretanto, a mesma raiz que é o descuido e o pouco caso em face da infortunistica. Referimo-nos aos acidentes de trabalho, cujo número atual é restrito aos países adiantados e muito ampliado, nos de economia emergente. Exemplo: registra-se no setor industrial brasileiro, hoje em dia, um total de acidentes 50% maior do que na indústria norte-americana. ||

Voltando ao caso das consequências dos desastres naturais, os participantes do seminário a que nos referimos foram unânimes em afirmar que “as autoridades brasileiras não estão preparadas para lidar com tais eventos”. A prova disto foi o recente desastre causado por uma fábrica de papel, que jogou milhares de toneladas de poluentes nos rios Pombas e Paraíba do Sul, afetando uma população de milhões de pessoas em catorze municípios mineiros e fluminenses. A prova do despreparo das autoridades se manifestou de modo impressionante no momento em que procuraram trens para almentar d’água as cidades prejudicadas pelo enxurrão de rejeitos industriais, porém, chegaram à conclusão de que não havia vagões-tanques disponíveis para o transporte requerido, necessário. Noutras ocasiões, deram-se contratempos semelhantes, seja em terra, ou no mar. ||

É uma pena. Em termos de numerário, os especialistas chegaram a um algarismo assombroso: o Brasil perde, todos os anos, o equivalente a US\$700 milhões com os desastres ambientais. Não é pouco. É um senhor prejuízo ainda maior, muito maior, se pudermos computar as perdas inavaliáveis e m preciosas vidas humanas.

(texto 92)

Diário de Pernambuco-PE nº 229, p. A2
17 de agosto de 2003

EDITORIAL

Medalhas e louros

Os atletas brasileiros que ora disputam os Jogos Pan-americanos em Santo Domingo – a terra onde Cristóvão Colombo colocou os pés nas Américas, precedendo Pedro Álvares Cabral, no Brasil – estão a escrever uma página significativa que se pode tornar histórica, ao frequentar o pódio, já agora, maior número de vezes que nos jogos precedentes de Winnipeg, Canadá, em 1999. Nos jogos canadenses, o Brasil deixou conquistados 101 pódios, ou seja, o país obteve 101 medalhas. Já vamos agora em Santo Domingo com um número bem superior, confortavelmente superior. Não se pode

deixar no esquecimento que jovens atletas nas-cidos em Pernambuco, pernambucanos da gema, de ambos | os sexos, contribuíram inclusive para a conquista de me-dalhas de ouro nos atuais jogos Pan-americanos. ||

Foi uma meta estabelecida em 1999, ante os resulta-dos de Winnipeg, esta de superar a todo custo o Brasil o | número de loiros canadenses. É de recordar que o diri-gente do Comitê brasileiro dos Jogos, na entrevista que | concedeu aos veículos de informação, solenemente pro-meteu melhores dias para os esportes amadores, e foi | quando se estabeleceu a meta de ganharmos mais de | 101 pódios, o que ora sucede. Mas o Brasil poderia ir | muito mais longe do que está indo, se pusesse em prá-tica um dos esquemas adotados no Exterior pelas grandes | potências desportivas, exemplo das quais são os Estados | Unidos, a Rússia e o Japão. ||

Cada um desses países tem o celeiro atlético de que | cuidar. Os Estados Unidos, sem desprezar outros veios au-ríferos do esporte vão garimpar campeões nas universi-dades. A ex-União Soviética, segunda e por vezes primei-|ra potência mundial dos esportes, vai buscá-los e os la-pidar na Forças Armadas. O Japão tem por sua vez nos | grandes conglomerados industriais a fonte por assim | dizer insubstituível de campeões. ||

Qual o esquema brasileiro? De que dispositivo básico dis-põe o nosso país, no sentido de ir descobrindo e treinan-do os jovens dotados de aptidão atlética? O ouro, a prata | e o bronze, auréola moderna dos campeões que aplaudi-mos emocionados toda a vez em que toca, nos estádios, o | hino nacional, estão ali nos seus quinze ou dezesseis anos | da tenra idade; eles devem ser visualizados com toda a na-tecedência, a fim de que lhes seja proporcionado mais | tempo para a lapidação. Houve tempo em que a legislação | obrigava os liceus do grau intermediário a proceder aos | então chamados Jogos Colegiais, mas esses jogos desapa-|receram como que por encanto do calendário estudantil. ||

Esta não é questão só para autoridades esportivas. É | mister por igual das autoridades pedagógicas. Deve ser | anseio e preocupação constante do Governador do Es-tado, no âmbito das províncias, e do próprio Presidente | da República, na medida em que a glória alcançada nos | esportes multitudinários é também maneira com que se | afirma o nosso povo ante as nações do mundo. ||

O efeito de Santo Domingo nos diz que precisamos ser | mais olímpicos como os gregos e mais romanos em de-fender o grande ideário que foi – e é pelos tempos afora – | fazer gerações de almas sadias em corpos sãos e robustos.

(Texto 93)

Diário de Pernambuco nº 235, p. A2
23 de agosto de 2003

EDITORIAL

O apagão

O Brasil deverá estar bem advertido do que se | passou, recentemente, com as prósperas | províncias do norte e nordeste dos Estados | Unidos e sudeste do Canadá, em face ao | apagão que se abateu por mais de vinte e | quatro horas naquelas áreas. ||

Existe uma definição que aponta os elos mais frágeis | de todo sistema como os pontos mais importantes. Nos | pontos onde é constatável a fragilidade deve recair, pois, | a atenção do administrador diligente, Outra evidência | administrativo-operacional é que inexistem sistemas à | prova de pontos frágeis. Ainda que todos os elos se con-siderem fortes, uns serão menos fortes que outros e, | portanto, relativamente ráveis. Sobre estes recairá a | atenção prioritária do agente operador. ||

Hoje, não há mais sistemas isolados para abasteci-|mento de determinada área ou localidade. Há siste-mas e interligação quiçá complexíssima de sistemas. | Ainda que o computador balanceie de instante a ins-tante as cargas e sobrecargas sistêmicas, ocorre numa | fração de segundo o imponderável. Um transforma-dor-gigante em dada subestação estoura, uma conexão | elétrica falha, e saem as sobrecargas a desigar, uma a | uma, as várias linhas transmissoras de energia elétri-ca do sistema considerado. ||

Quando, faz pouco tempo, aconteceu o apagão numa | parte populosa e rica do país, foi um Deus-nos-acuda. | Críticas pesadas se fizeram de ponto surgir, sem que antes | se ouvissem as razões objetivas que determinaram o ne-gativo acontecimento. Mas, de modo geral, o sub-inves-timento público e privado no sistema elétrico brasilei-ro dos últimos anos ficou sendo o responsável pela si-tuação. No caso, deixar de investir a tempo é o mesmo | que criar adensamento de cargas que, num dado mo-|mento, não podem ser atendidas e por isso “abrem” o | sistema, no jargão dos técnicos. ||

Sucedem que a sobrecarga dos sistemas elétricos é o vilão | tanto aqui como num Exterior farto de recursos finan-|ceiros e tecnológicos. No caso do apagão recente em | New York e área circunvizinha, apagão que prejudicou | nada menos que 50 milhões de pessoas, terá sido moti-|vado pela sobrecarga em algum ponto do enorme sis-|tema. Já há quem esteja a falar de insuficiência nas cen-|tenas de conexões físicas da malha de transmissão elé-|trica e mesmo da falta de uma coordenação operacio-|nal a contento. Mas, no final das contas, aparecerá o sub-|investimento ou o desinvestimento como causa princi-|pal, entretanto, remota, indefinida, impessoal do enor-me apagão norte-americano/ canadense. ||

Advertam-se disto as autoridades brasileira do setor | energético. Faz muito, no país, o investimento energé-|tico e pequeno ou nulo. A infra-estrutura elétrica brasi-|leira tem incontáveis pontos críticos. A chave para a so-|lução de grande parte deste problema é o aumento na | oferta da energia elétrica, não, o desdém ou o enfado | ante o risto de apagões que corremos.

(Texto 94)

Diário de Pernambuco nº 250, p. A2
7 de setembro de 2003

EDITORIAL

O sucedâneo do “Provão”

O ministro da educação, professor Cristovam Buarque, não vai descobrir a pólvora com a implantação do anunciado novo sistema de avaliação das entidades de ensino superior. Para o lugar o popular “Provão”, surge o “Sinaes”, Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior. ||

A educação superior no país terá dado um grande passo, em 1996, com o aparecimento do “Provão”. A avaliação simples: através de provas respondidas pelo aluno, o Ministério passou a inferir a natureza dos conhecimentos transferidos pelas escolas e cursos diversos às respectivas clientela. Marcavam-se os conceitos que iam de “A” a “E”, sendo a primeira letra sinal de excelência do ensino ministrado. Os conceitos correspondentes às letras “D” e “E” eram tidos como os menos favoráveis. ||

Mas curso ou escola não eram avaliados segundo esse único – e unilateral – critério. Pesquisavam-se as condições materiais do estabelecimento, sobretudo a adequação do respectivo equipamento pedagógico ou científico. Outra indagação a compor o cenário da avaliação da entidade acadêmica correspondia ao número de mestres e doutores integrantes do quadro docente. Mais e mais circunstâncias de menor significância numa análise feita por leigos eram levadas em conta, de sorte a completar o cenário pedagógico-científico a caracterizar. ||

O “Provão” era um só a cada ano, abrangendo a cada exercício maior número de áreas de conhecimento. Foi experiência meritória, mas, é claro, passível de aprimoramentos. As metodologias mudam com os avanços da técnica, da ciência e do experimento em si, mas o fundamental, a gestão ministerial anterior da educação brasileira, parece haver plantado de modo indelével, indestrutível: o hábito já aceito pela sociedade como um todo da avaliação de um dos setores da vida nacional antes muito pouco permeável e dócil a esse tipo de verificação. Hoje, a avaliação de professores, de escolas, de cursos inteiros já não suscita perplexidades, não provoca, como antes do “Provão”, nenhuma sorte de protesto daqueles sábios do Sião que pretendiam estar acima de todo o bem e de todo o mal. ||

É de recordar que a chave para a falsa imunidade tosca defendida não era outra senão a tese – que todos em geral proclamam e aceitam – da liberdade acadêmica. Liberdade, sim, para a elaboração sem interferências de programas didáticos, liberdade para a discriminação interna dos recursos financeiros e técnicos recebidos, liberdade para o discurso e a pesquisa, sem dúvida. Jamais liberdade para impedir que a sociedade avalie a eficiência ou não do uso dos meios que dispense às academias para que possam cumprir zelosamente os deveres a eu são obrigadas. ||

São ainda pífios os dizeres sobre a avaliação sucedânea do “Provão”. Um dia, quando oficialmente instituído o nosso Sistema denominado “Sinaes”, haveremos por nossa vez de avaliar qual a superioridade (se for o caso) da novidade sobre a antigualha. Sim, porque, na história do mundo, numerosas antiguidades vencem as novidades com folgas e vantagens de estarrecer. O confronto do tempo é o grande teste. ||

(texto 95)

Diário de Pernambuco-PE nº 257, p.A2
14 de setembro de 2003

EDITORIAL

Participação indevida

Está certo o atual Governo da República em tirar o proveito que lhe for possível, na conjuntura por que passamos, a fim de estimular o Congresso Nacional a votar agora e, não, depois, as reformas estruturais do país, dentre elas a da Previdência e a Tributária. O *timing* é importante em política. Saber a hora azada, o momento adequado, tirar consequências do impulso que determinados fatos vão dando às decisões executivas e congressuais, tudo e mais alguma coisa determina o acerto final das opiniões, de onde saem as leis que, pelo sim ou pelo não, ajudam o país a abrir caminho por entre as dificuldades que impedem o desenvolvimento nacional e o bem-estar de sua população. ||

Não há, pois, nenhuma dúvida de que o *momentum* de ambas as reformas é exatamente este. O governo tem razão de sobra em acelerar o passo do Parlamento e os próprios passos na diligente carreira para reformar alguma coisa que vinha torto já de inúmeros anos. ||

Este ponto é pacífico, tranqüilo. Mas não se pode trocar a pressão idônea pelas tropelias e o alvoroço, porque, no roldão das votações de emendas aglutinativas, ou daquelas que pelas madrugadas adentro substituem o voto individual do parlamentar pelo voto simplório das lideranças, muitas matérias, que deveriam ser rejeitadas, são, ao contrário, aceitas e até aplaudidas, em detrimento dos objetivos sadios que se confundem com a defesa das boas causas coletivas. ||

No afã de fechar o acordo para a rejeição de destaques, que ao ver do governo descaracterizariam o texto básico da Reforma Tributária, membros da bancada governista da Câmara Federal, com a ajuda ou a acomodação de parlamentares integrantes de outras legendas, deixaram passar esta anomalia que a participação de Estados ricos como o Rio de Janeiro e Minas Gerais nos recursos do Fundo Constitucional para o Desenvolvimento Regional de que se espera vá nutrir-se, em parte, a Sudene rediviva. Já havíamos chamado a atenção dos senhores congressistas para isto que pode ser um saque indevido de pequeno pecúlio nordestino e amazonense. Dissemos – e agora reafirmamos com mais força – que a melhor maneira de deixar o Nordeste exposto à própria sorte é trazer para o Fundo novos clientes, e clientes que ostentam sinais de riqueza se comparados aos padrões que predominam aqui e na Amazônia. Fazer província opulenta co-participar do bolo

reservado às áreas emergentes do país | é manobra tão espúria que Sua Excelência o Governador Ge-|raldo Alckmin, de S. Paulo, recusou o endosso à indecorosa | proposta. Ainda que divirjamos do mandatário paulista no | quanto à *vexata quaestio* que é determinar onde será cobra-|do o ICMS, se no foro fiscal da produção, se no do consumo, | não deixaremos escapar esta ocasião em que se impõe seja | ressaltada sua personalidade de homem público. ||

Em suma, dão nisto os acordos de última hora geralmen-|te urdidos com base nem sempre em compensações critério-|sas. No toma-lá-dá-cá deslustroso em que coisas simplesmen-|te inverossímeis se tornam factíveis, as bancadas nordestinas | deveriam ter gritado não! Aí, no Fundo de Desenvolvimen-|to Regional, ninguém bole. Mas, ao contrário, deixaram pas-|sar a intrusão da opulência nas carências da pobreza. ||

É agora de esperar que no Senado da República matéria | exdrúxula venha a ser extirpada, a fim de que não saia com | a vergonhosa mácula por que tanto nos temos esforçado.

(Texto 96)

Diário de Pernambuco nº 270, p.A 2
27 de setembro de 2003

EDITORIAL

Os transgênicos

Exacerba-se a discussão em torno do plantio de se-|mentes transgênicas, sobretudo sementes de soja. | Há alguns anos, países como a França vêm deba-|tendo o problema criado eplo avanço da enge-|nharia genética sobre os trigais europeus. Nos Es-|tados Unidos, tem sido menor a inquietude daqueles que | lidam com defesa ambiental-ecológica. No poderoso país | do norte, a força dos grandes fazendeiros em consórcio com | os laboratórios de ponta parece haver obtido o silêncio con-|trafeito das campanhas condenatórias da transgenia. ||

No Brasil, a fundação da safra da soja nas fazendas do Rio | Grande do Sul, Paraná e nos dois Mato Grosso do norte e do | sul está para dar-se dentro de poucos dias, além dos quais | não sera mais possível o plantio. A natureza não dilarga | prazos. Enquanto isto, paira no ambiente jurídico do país | uma sentença liminar da Justiça que mandou sustar o plan-|tío de semente transgênicas no território nacional. No seio | do Governo, questão assim delicado pela própria natureza | e força das circunstâncias deu á luz duas correntes, que es-|grimem pontos de vista contraditórios, uma, a favor, e outra, | contra o plantio de espécies objeto de alterações genética. ||

O quadro geral em cujo seio se desemrola a relevante | questão não tem favorecido, até aqui, o surgimento de um | possível termo de solução que agrade aos defensores ou | contraditores do plantio de transgênicos no país. Por muito | tempo, não foi diferente no Exterior. ||

Cinco anos ao menos são decorridos desde que se pro-|duzem no mundo transgênicos. Talvez que a biotecnolo-|gia para os transgênicos seja coisa demasiado recente para | permitir a prova inconcussa de que eles não fazem mal | ao ser humano. O fato, entretanto, é que nesses cinco | anos picos não se comprovaram danos à saúde huma-|na porventura causados pela ingestão de alimentos gene-|ticamente modificados em laboratório. Outro ponto a es-|timular a polêmica diz respeito ao cruzamento enevitável | entre espécie cultivada pela maneira convencional e | aquelas geneticamente trabalhadas. Não há meio prático | de evitar que determinardo número de agricultores adote, | simultaneamente, as duas culturas, os dois procedimen-|tos. Os defensores da biotecnologia aplicada à soja, ao | trigo, ao milho e outras espécies vegetais respondem, con-|tudo, que o alegado cruzamento feito pelo transporte do pólen através das ventanias será sempre e em qualquer caso | residual. E apontam este ponto para tese que defecem: | gasta-se menos U\$\$ 3 por hectare com herbicidas. É cha-|mariz importante, pois, diz com a diminuição significa-|tiva dos custos de produção. ||

Qualquer que seja a solução que as autoridades admsinis-|trativas ou judiciais venham a dar ao problema, o caso bra-|sileiro não se resume a imitar o que terá sido feito noutros | países. É de ver, também, que a soja “ilegal” plantada na | última safra agrícola cobriu nada menos que 3,5 milhões | de hectares, soma por sinal nada desprezível. E tanto foi | assim que essa soja que chamaríamos de “experimental” | terminou recebendo das autoridades a permissão para ser | lançada no comércio doméstico. ||

Até que um dia-se for caso-a natureza se rebele con-|tra mais essa mexida em suas entranhas, ciências dos ho-|mens parece em véspera de vencer o conservantismo agrí-|cola, ao menos no domínio das grandes safras.

(Texto 97)

Diário de Pernambuco nº 279, p. A2
6 de outubro de 2003

EDITORIAL

A herança do Século XX

O Brasil do Século XXI herdou coisas boas do Século anterior. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem de publicar o seu alentado livro cheo de número sobre o século precedente, sob o título “Estatísticas do Século XX”. É uma consolidação de algarismos, é uma serialização de resultados constantes de publicações esparsas do mesmo Instituto, é um esforço para reduzir a uma só linguagem as inúmeras linguagens estatísticas que se sucederam ao longo daquele período. ||

No curso dos 100 anos do século anterior, eis a maior de todas as evidências da estatística, o Brasil cresceu e cresceu muito. Tínhamos, em 1901, um Produto Interno Bruto (PIB) / calculado em R\$9,1 bilhões, que chegaram a R\$1 trilhão, no ano de 2000. Trata-se de crescimento inusitado, menos, apenas, que o observado na ilha de Taiwan (Formosa) e na Coreia do Sul. Nos 100 anos considerados, o PIB expandiu-se 12 vezes, enquanto a população, 10 vezes. ||

O país ficou mais idoso, pois, a expectativa de vida saiu de 33,6 anos para quase 70 anos (68,6). Isto equivale a dizer que o homem brasileiro, num século, ganhou em média 35 anos adicionais de vida. A melhora irá ter, no Século XXI, fortes implicações na área da seguridade social, ante a necessidade de a Previdência ser reescrita. ||

A queda do analfabetismo é outro dado impressionante mesmo para avaliações centenárias. Éramos 65,1% de analfabetos, em 1900. agora, em 2000, somos 13,6% do conjunto da população. Ainda que no particular haja muito chão a percorrer, o brasileiro cumpriu, aí, desempenho apreciável. Diga-se o mesmo da educação fundamental e intermediária. 1998 encontrou mais de 86% das crianças e adolescentes nas escolas. Agora, urge melhorar o nível instrucional e educacional. ||

O declínio da mortalidade infantil é outro dado de que se podem orgulhar aqueles que, ainda vivos, nasceram no curso do Século XX. Os primeiros dados consolidados foram os de 1930, quando morriam 162 crianças por 1.000 nascidas. A taxa caiu, no ano 2000, para 29,6 por 1.000, e segue declinando neste começo do Século XXI. ||

Para o pessimista de plantão ou o pessimista de aluguel (aquele que opina de acordo com o desejo político de alguém), números gloriosos podem representar muito pouco ou nada. Por exemplo, é dizer que o país aumentou a riqueza, mas não a dividiu. O rendimento dos 10% mais ricos da população era, no começo do Século XX, 34 vezes a renda obtida pelos 10% mais pobres. Por volta de 1991, a diferença chegou a 60 vezes. No final do período secular, os 10% mais ricos recebiam 47 vezes o obtido pelos 10% mais pobres. ||

Alguém chegou a fazer um resumo feliz de tantos feitos e acontecimentos de uma nação complexa quanto a nossa. O Brasil teria encerrado o Século XX mais rico, mais maduro, mais alfabetizado, mais urbano e mais industrializado. Mas a desigualdade, que persiste, é a marca nacional por excelência e que necessita, urgente, de tratamento à base de alta competência social e política. ||

Se o Século XX nos deixou uma lição, foi esta: há espaço, e grande, para operarmos neste século de agora uma repartição melhor da renda alcançada. Sem isto, a grande tarefa não estará concluída.

(Texto 98)

Diário de Pernambuco nº 284, p.A2
11 de outubro de 2003

EDITORIAL

Direito de todos

A ampla estatística brasileira recentemente consolidada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), expondo à consideração dos contemporâneos algarismos de uma Brasil centenário, chamou a atenção, mais uma vez, para o fenômeno do analfabetismo. Custa-nos acreditar que um dia, nos meados do século passado, fomos 65% analfabetos. Um país com metade e tanto de sua população analfabeta é, verdadeiramente, um país, uma sociedade organizada digna de melhor destino? Pois, já tivemos, repita-se, 65% ou pouco mais de analfabetos. ||

A questão, numeramente expressiva ainda hoje, é velha. Testemunhamos inúmeros esforços generosos para a erradicação desse malefício impeditivo da afirmação pessoal dos indivíduos. Avançamos palmo a palmo, quase que imperceptivelmente, nas dez décadas precedentes, mas o fato é que a taxa diabólica dos 65% de analfabetos brasileiros caiu para 13,6%. Foi, sem dúvida, um declínio dramático, um avanço digno de nota, mas é preciso correr mais até zerar essa conta demográfica. Na comparação com outras sociedades latinas do hemisfério, e mais pobres, os 13,6% de analfabetos são número insatisfatório e de certo modo vergonhoso. ||

Talvez que para fazer frente ao fenômeno desabonador em apreço tenhamos que unir forças na reta final do combate à chaga social que é o analfabetismo. É bem possível que devamos convocar a indispensável contribuição de todos quantos na sociedade se preocuparem com os destinos do país: professores, sobretudo, e voluntários, num mutirão parecido com aquele que foi convocado para tirar do zero o Programa Fome Zero. Existem centenas e talvez milhares de indústrias que podem “adotar” um ou mais municípios, começando dos mais pobres. Não existe município que não tenha o seu rol maior ou menor de analfabetos. ||

Na arrancada que esperamos derradeira para a erradicação | do restante analfabetismo nacional, deixemos de lado – pelo | amor de deus e aos homens – as filigranas que noutras opor-|tunidades enfraqueceram o ânimo dos lutadores. Não vale per-|guntar se o ataque ao analfabetismo residual deverá ter por | endereço o menino ou o velho, o jovem ou o ancião. Muitas | destas dialéticas fantásticas e despropositadas têm por vezes | atrasado o passo da humanidade. O idoso e o menino podem | ambos ser vítimas da regressão que em geral acomete os al-|fabetizados que se desgarram da escrita e da leitura, após re-|ceberem a excelência do se grau. O país não pode dar-se ao | luxo de privilegiar o moço, porque vai ser útil como ativa mão-|de-obra da economia geral do país, em desprestígio por aban-|dono daquele ser humano igualmente digno de sair da treva | que é o analfabetismo, porque não vai aplicar poucas letras | na produção. Esta é por assim dizer uma dialética de luxo que | prejudicou pelo tempo afora as campanhas precedentes de | combate ao analfabetismo. ||

Felizmente que o atual ministro da Educação, o professor | de muitas letras Cristovam Buarque, declarou alto e bom som | não tolerar a distinção entre analfabetos moços e analfabe-|tos velhos, para o fim de discriminar contra estes últimos. Disse, | e muito bem: alfabetizar não é uma questão econômica, nem | é mesmo uma questão social. “Alfabetizar é uma questão | moral”. Diante da ética, caem por terra todas as distinções dia-|léticas, todos os sofismas, todos aqueles critérios de ordem | técnica que ilustram os doutores, mas deslustram o ser hu-|mano em toda a sua respeitável intimidade. ||

Alfabetização é direito de todos: crianças, jovens e anciãos.

(Texto 99)

Diário de Pernambuco nº 291, p.A2
18 de outubro de 2003

EDITORIAL

Sigilo parlamentar

Há poucos dias, a Imprensa local pôs em relevo o | andamento, na Assembléia Legislativa, de u ‘a | moção ou projeto de lei que visa estabelecer o es-|crutínio secreto para algumas das matérias me-|recedoras da apreciação dos senhores parlamen-|tares. Dessas matérias ressalta a indicação de nomes para que | integrem o Tribunal de Contas do Estado e os vetos governamen-|tais apostos a projetos de lei aprovados no plenário da Casa de | Joaquim Nabuco. O caso teria tramitado, já, na Comissão de Cons-|tituição e Justiça, onde recebera o apoio para seguir rumo à de-|cisão final do conjunto da respeitável corporação. ||

Numa democracia praticante, nenhuma razão, por mais | engenhosa e hábil que seja, torna-se capaz de justificar o si-|gilo do voto da representação popular. O voto de um depu-|tado no exercício de suas prerrogativas constitucionais sim-|boliza o arbítrio absolutamente livre do mandatário exer-|cido por isso mesmo com a devida transparência. O voto en-|volvido no manto do silêncio impede que o eleitor possa afe-|rir com exatidão o modo pelo qual seu representado cum-|pre o mandato que se lhe deu. É porém da essência da de-|mocracia essa aferição passo a passo do trabalho a que se | dedica o mandatário do eleitor esperançado. Mas o acom-|panhamento político do ato na essência político que é o | voto nas câmaras legislativas da parte dos senhores deputa-|dos – e dos vereadores nas Câmaras Municipais, fica impe-|dido em razão do obstáculo inaudível do silêncio a que se | resume o malsinado voto secreto. ||

Dirão uns que o tema explicita apenas uma conveniência | política restrita a poucas hipóteses de trabalho. Ainda que fora | uma só hipótese, ainda assim estará caracterizado o prejuí-|zo irreparável de um dos cânones mais preciosos da institui-|ção democrática. Do ponto de vista dos próprios praticantes | do voto secreto, resta claro que se julgam fracos diante de po-|deres arreatadores. Ora, a fragilidade confessada só piora a | situação ambígua sob cujas luzes passa o votante a ser ava-|liado pela coletividade política. Que espécie de mandatário | é aquele que se ampara na sombra do anonimato porque se | acanha de contrariar uma autoridade, maior que a dele pró-|prio e da qual teme arreganhos e vinditas fora da moda e do | uso, graças aos avanços do nosso comportamento político? ||

Pelo absurdo que representa e pela força do paradoxo que | vulgariza, o voto secreto para os deputados estaduais os faz | lamentavelmente retirar do número enorme dos políticos e | estadistas valores que escreveram páginas indeléveis de co-|ragem cívica nas crônicas da história pernambucana. Não, não | estamos com receio do barão e do cutelo de um ditador | eventual que aprecia intimidar. É pior. Estamos com medo, | isto sim, de autoridades compenetradas de outros Poderes, pes-|soas incapazes de iniciativas menos gentis, homens públicos | temperados na adversidade, ontem aprendizes e hoje mestres | da prática democrática, e a isto chamamos conveniência. A | ordem é não melindrar ninguém, ainda que se venha a sa-|crificar o eleitor vigilante, como se um dia o voto secreto não | se descobrisse por inteiro, a exemplo do que sucede às verda-|des sopitadas, que depois esplendem à luz do sol. ||

O sigilo do voto parlamentar não robustece a democracia. || A dubiedade não valoriza o eleitor confiante. A conveniência | dos que temem o roçar da própria sombra não dignifica a | prática parlamentar. Já o voto em aberto ilumina as consciên-|cias como os clarões da natureza iluminam a paisagem.

(Texto 100)
Diário de Pernambuco nº 300, p.A2
27 de outubro de 2003

EDITORIAL

Os cuidados com as pontes

O sinal verde dado pelo Tribunal de Contas do Estado à licitação a ser promovida pela Prefeitura do Recife para restauração da ponte Paulo de Guerra é auspiciosa notícia. Poderá agora a Prefeitura sem mais demora lançar a público o edital para realização da obra, orçada em R\$5,5 milhões. O reparo da estrutura de sustentação tornou-se necessário pela própria ação do tempo e dos elementos naturais: construída na década de 70, a base da ponte de concreto apresenta desgastes que está provocando falhas na pista de trânsito. Felizmente, não será necessário interromper o tráfego dos cerca de 46 mil veículos que diariamente a utilizam para circular entre o Centro expandido e a Zona Sul do Recife. ||

Deveria a autoridade municipal estender o zelo dedicado à Paulo Guerra a todas as outras pontes da cidade. Poderia, realizando trabalho permanente de conservação e manutenção, evitar a necessidade de obras de maior porte e mais caras, como é o caso da restauração ora encetada. E garantiria também a segurança e a tranquilidade de todos os que se utilizam do sistema viário da cidade, sejam motoristas de carros particulares ou usuários de veículos coletivos. ||

Tal cuidado não pode ser relegado a segundo plano ou postergado, pelo que se depreende das afirmações do próprio presidente da empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb), Alberto Salazar. Informou ele que o prazo para conclusão de uma licitação para projeto de grande porte é praticamente imprevisível, prolongando-se geralmente por não menos de 90 dias. O início imediato do processo é garantia de que possa ser realizado em tempo hábil. ||

Além de rica fonte de inspiração para a poesia e a prosa pernambucana, as pontes do Recife têm notória utilidade para as atividades do cidadão de toda região metropolitana. A capital pernambucana nasceu e se desenvolveu numa paisagem *sui generis*, entrecortada por rios e braços de mar, o que hoje valeu a apropriado título de “Veneza brasileira”. ||

As pontes não são, entretanto, apenas um elemento da paisagem urbana. São peças fundamentais de um sistema viário complexo, que já sofre limitações impostas pela geografia ou pelo processo civilizatório. Ao longo do tempo, estas obras de arte da engenharia se tornaram também imprescindíveis para a integração e expansão do Recife. Não é exagero afirmar que as pontes são vitais para o desenvolvimento econômico da capital, pois funcionam como catalisadores do comércio, do turismo e dos serviços. Qualquer incidente neste tipo de construção, além do perigo para vidas humanas, pode provocar grandes transtornos não apenas no trânsito mas também na vida econômica e social da cidade. ||

Diante de tudo isso, a população espera que as autoridades dediquem atenção permanente às pontes, não somente às aquelas localizadas no Centro, mas também às dos bairros. Sem esquecer dos muitos pontilhões que cruzam canais e curso d'água de menor porte. Todas essas estruturas merecem um trabalho continuado de conservação, recuperação e cuidado visual. Zelar pelas pontes está certamente entre as atividades primordiais da municipalidade.

Textos ilustrativos

(texto 101)

N.º 1

ANNO DA INDEPENDENCIA TERÇA FEIRA 3 DE MAIO.

O OLINDENSE.

JORNAL POLITICO, E LITERARIO.

Seu preço para esta folha na mesma Typographia, e em O.º
 a cada folha e meio de letra do Sr. J. S. F. Flores rua do
 Anjo, e a Metro por metro, e a Sem por tres metros pagos adian-
 tados. Nos outros lugares se recebem as correspondencias.

Aussi du main le courage de bien dire, dans un siècle où a
 peu d'hommes ont le courage de bien faire. Les hommes ven-
 tu aux n'ont sauront gre; et indignation du vice sera encore un
 nouvel eloge pour moi.

M. THOMAZ.

PERNAMBUCO: NA TYPOGRAPHIA FIDELIGNA R. DAS FLORES, N. 18 - 1831.

PROSPECTO.

*A Liberdade da Imprensa calca com
 Herodes planta o colmo da anarquia,
 e do despotismo levanta o colmo de terra
 o farol da opinião publica.*

DISC. DO SR. DEP. B. P. VASCONCELLOS.

A publicação de um periodico he sempre
 um bem, a influencia que um escriptor des-
 cobrindo exerce sobre o povo, sempre é
 salutaria, porque sua força se deriva da ra-
 zão, e das luzes que espalha; se suas dou-
 trinas são razoaveis achá-se solitarios, po-
 rreia si com fallacias quer persuadir absur-
 dos, e embair os encantos, não faltão he-
 nemeritos, que relatando os salveem o po-
 vo dos males, que o erro cauza; e deste mo-
 do pode apenas salvar um pequeno nu-
 mero de homens, ou inspirar um entuzias-
 mo efemero.

A censura dos actos dos governantes é
 um obstaculo a execução de medidas perni-
 ciosas: os ministros, e magistrados pouco
 temem os castigos, principalmente no esta-
 do de prostituição, em que por nossa ma-
 ventura se achão os nossos tribunals; o
 mesmo podem não acontecer a respeito da
 censura da Imprensa, porque ella os põe
 na coiza de escolher a perda da reputação,
 ou o cumprimento do dever; e esta alter-
 nativa posta constantemente diante de seus
 olhos, não tira milagres, mas influencia ate
 certo ponto na sua conduta.

Os jornaes publicos são vehiculos por
 onde as luzes penetrao ate as ultimas classes
 da Sociedade; instruem o governo, a cer-
 ca das malversações dos empregados subal-
 ternos; mostram a necessidade, e o pensar
 publico, e por este modo podem tornar fa-
 cil a difficil arte de reer homens.

Conhecemos estas verdades, e sobre el-
 las baseados cá da nossa desollada Olinda
 levantamos a voz no meio da Patria para
 expor aos nossos concidadãos as ideias,
 que a meditação nos surgerir; afin de ob-
 ter o proveito do maior numero daquelles,
 a cuja sociedade temos a honra de pertencer.

Trataremos pois no Olindense da Poli-
 tica, da Moral, e da Litteratura; investi-
 garemos a conduta dos nossos governan-
 tes; daremos noticia dos acontecimentos
 interessantes assim do Brasil, como das Na-
 ções estrangeiras; das publicações, e inven-
 ções uteis; final mente faremos por tornar a
 leitura da nossa folha útil e agradável.

Cumpre agora declarar, que aceitaremos
 com prazer todas as correspondencias,
 que nos forem enviadas, das quaes fare-
 mos o uso, que mais conveniente nos pare-
 cer; ora publicas-as-emos taes quaes nos
 vierem; ora dellas extrahiremos artigos
 para nossa folha; e muitas nos poderão
 servir de proveitosas lições: nunca porẽm
 roubaremos a gloria de nossos correspon-
 dentes.

Sobre o nosso merito, ou desmerito na-
 da diremos, fallar em proprio alouco é das
 coizas mais estusas aos que tem brio; si
 usão de umilde frase, levão risco que os
 acuzem de especular com a modestia; si
 com muita latitude dizem de si o bem que
 podem, dellas se suppe o mal, que não in-
 tentão.

DIA TRES DE MAIO.

O Dia tres de Maio é o anniversario da-
 quello, em que o Brazil se apresentou aos
 olhos de Cabral; desde entao principiou
 nesta risonha plaga o imperio da injustica,

(texto 102)

EDITORIAL

Editorial

É com prazer que a Listel Publicar faz chegar até você sua nova lista telefônica.

Nova no projeto gráfico, mais moderno e de fácil leitura, nova no conteúdo, atualizado e completo, mas com a mesma preocupação: a de levar até você informações confiáveis. São mais de 19 anos de atividades e de compromisso com a comunidade. Não à toa a Listel é hoje a maior editora de Listas e Guias do Brasil: temos o maior número de anunciantes do país e cobrimos 85% do território nacional. Esse sucesso nós devemos, em grande parte, a você.

A Listel Publicar trabalha seriamente para garantir um produto de excelente qualidade. O aperfeiçoamento diário, o investimento em pesquisas e o entendimento da necessidade do usuário são ingredientes que resultam no produto que você acaba de receber.

Aqui você encontra desde telefones úteis e de emergência, até dicas turísticas e culturais, além da relação de onde e como tirar os principais documentos. Também reservamos espaço para explicar em detalhes como melhor consultar sua lista e como acessar a listel.com.br — um site completo e muito fácil de navegar.

Com tudo isso, esperamos suprir suas expectativas e sermos cada vez mais úteis, seja para os seus negócios ou para sua vida pessoal.

Juan José Castañeda
Presidente

EXPEDIENTE

Vigência: maio de 2004 a abril de 2005.

Tiragem: 194.300 exemplares

Editor: Listel Listas Telefônicas Ltda.
Rua Florida, 1738, 10º andar — Brooklin Novo
São Paulo/SP — CEP 04995-001
FAX: (11) 5325-1700

CNPJ: 07.035.473/0001-80

Editor chefe: Juan José Castañeda

Autoria: o conteúdo das figuras decorre da responsabilidade exclusiva do anunciante.

Projeto e coordenação:
Renata Puffino-Polichin, Tereza Lissa
Rua Gomes de Carvalho, 1205, c. 114
Vila Olimpia — São Paulo/SP — CEP 04541-025
Tel.: (11) 3044-7791/2940-8848
www.listel.com

Editoração: LCC Comunicação
Av. Bujal, 231, 10º andar — Moema
CEP 04634-002 — São Paulo/SP
Tel.: (11) 5325-0400
www.lcccomunicacao.com.br

Capa: Tereza de Camargo Laurerino Marques
Instituto Casa de Guerra — Av. do Brigadeiro, 250
CEP 08028-040 — CDHAB II — Campinas/SP
Tel.: (11) 4184-9830/9802-2107/4188-9725
www.institutoacasadeguerra.org.br

Foto: Marcelo Navarro

Listel Listas Telefônicas Ltda.
Rua Coronel Antônio Rodrigues Coelho, 464
4º andar — Ed. Cristal Tenda Center Bairro Bos
Viziers — Recife/PE — CEP 51021-130
Fone: FAX: (81) 3463-1244

CNPJ: 03.108.472/0025-57

Esta publicação contém, em parte, dados de seleção da empresa de origem. Sempre atualizados em março de 2004.

(texto 103)

EDITORIAL ISIOE

24/MAIO/2006 — Nº 1909

A PRAÇA DE GUERRA

O que o Brasil assistiu na semana passada, com a maior capital do País tomada pelo banditismo, não encontra paralelo histórico e crava uma fissura profunda na ordem, na legalidade e no estado de direito de cidadãos. Afrontados, desafiados, intimidados e, por fim, aterrorizados com a brutalidade da facção criminosa PCC, 20 milhões de habitantes tiveram a clara percepção de que estava realmente "tudo dominado" — para usar uma expressão tão em voga no meio. Dominado pela força do crime que impunha sua lei de baderna, terror e caos. E que, depois, estabelecia exigências diante de autoridades claramente rendidas pela situação (foram até providenciados 60 televisores para acalmar a turba nos presídios). Indignação resumia o sentimento comum a toda a Nação. Para o governador paulista, Cláudio Lembo, estava "tudo sob controle". A declaração era dada placidamente ao mesmo tempo que a cidade registrava mais de 290 atentados, quase 160 mortos, 80 rebeldes, dezenas de ônibus queimados e seus moradores se auto-impunham um toque de recolher informal que deixou desertas ruas e avenidas da efervescente São Paulo, ainda no início da noite da segunda-feira 15. Perdidos com o indetismo dos acontecimentos, políticos entravam numa banal e absurda disputa eleitoral para encontrar culpados, sem se preocupar com o fundamental: uma resposta firme e eficiente, à altura da gravidade do problema. O que se viu, o que se registrou em São Paulo já era previsto havia tempos por especialistas que alertavam para o perigo de o Estado perder o controle sobre os bandidos. Está perdendo. O crime hoje se organiza de maneira profissional, com táticas de guerrilha, sofisticada logística e um ágil poder de comunicação, capaz de acionar operações simultâneas com uma eficiência e um poder de estrago surpreendentes. O caldeirão transbordou e São Paulo virou por esses dias uma Bagdá em versão piorada — para espanto do mundo inteiro. O que está faltando? Não há hoje um simples político iniciante que não recite de cor soluções: investimento em segurança, em educação e redistribuição de renda, para ficar nas mais óbvias. Falta, no entanto, muito mais. Falta poder de decisão, vontade política de mudar. E isso não se negocia, se impõe.

CARLOS JOSÉ MARQUES, DIRETOR EDITORIAL



CAPA O retrato e os bastidores do terror em São Paulo

Das páginas de TIME
Economia
Petróleo e estabilidade política levam prosperidade ao interior da Rússia...106

Personagem
Mary Cheney, filha do vice-presidente dos EUA, fala de homossexualismo, de política, de sua família e de suas paixões...110

70 Comportamento
Espírito de Tom Cruise ajuda a Igreja de Cristologia a se expandir no Brasil

74 Pesquisa
Os brasileiros estão no topo do ranking do povo que mais faz sexo por mês

76 Copa
A Fifa promete endurecer com os jogadores que usam estimulantes

86 Medicina
A Aids sangria há 25 anos. Apesar dos novos medicamentos, continua incurável

102 Laços de família
Parentes de Hitler, Fidel e Stalin vivem tranqüilamente em solo americano

114 Cinema
Com cenas espetaculares, X-Men — o confronto final é grande diversão

CAPA: Hélio Romero/AE